

TESE DE DOUTORAMENTO

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
ORÇAMENTAL E FINANCEIRO DOS
MUNICÍPIOS DE PORTUGAL
CONTINENTAL**

Vicente António Fernandes Seixas

ESCOLA DE DOUTORAMENTO INTERNACIONAL EN ARTES E HUMANIDADES, CIENCIAS
SOCIAIS E XURÍDICAS

PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EN ECONOMÍA E EMPRESA

SANTIAGO DE COMPOSTELA

2019



DECLARACIÓN DO AUTOR DA TESE

Análise do comportamento orçamental e financeiro dos municipípios de Portugal Continental

D. Vicente António Fernandes Seixas

Presento a miña tese, seguindo o procedemento axeitado ao Regulamento, e declaro que:

- 1) A tese abarca os resultados da elaboración do meu traballo.
- 2) De selo caso, na tese faise referencia ás colaboracións que tivo este traballo.
- 3) A tese é a versión definitiva presentada para a súa defensa e coincide coa versión enviada en formato electrónico.
- 4) Confirmo que a tese non incorre en ningún tipo de plaxio doutros autores nin de traballos presentados por min para a obtención doutros títulos.

En Santiago de Compostela, 31 de outubro de 2019

Asdo D. Vicente António Fernandes Seixas





AUTORIZACIÓN DA DIRECTORA DA TESE

Análise do comportamento orçamental e financeiro dos municipios de Portugal Continental

Dna. María del Carmen Sánchez Carreira

INFORMA:

*Que a presente tese, correspóndese co traballo realizado por D. **Vicente António Fernandes Seixas**, baixo a miña dirección, e autorizo a súa presentación, considerando que reúne os requisitos esixidos no Regulamento de Estudos de Doutoramento da USC, e que como director desta non incorre nas causas de abstención establecidas na Lei 40/2015.*

En Santiago de Compostela, a 31 de outubro de 2019

Asdo Dna. María del Carmen Sánchez Carreira
Profesora do Departamento de Economía Aplicada Universidade de
Santiago de Compostela



Agradecimentos

Quero manifestar o meu agradecimento a todas as pessoas que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta dissertação para a obtenção de Grau de Doutor em Economia e Empresa.

Um agradecimento à minha família pelo apoio incondicional, em especial às quatro mulheres mais importantes da minha vida, Mariana, Carolina, Catarina e Lúcia.

Deixo um reconhecimento especial à minha esposa Catarina, por percorrer comigo o caminho, pois sem ela não seria possível a concretização de mais uma etapa na minha vida académica.

À orientadora, Professora Doutora Carmela Sanchez pelos ensinamentos transmitidos, pelo acompanhamento na elaboração desta dissertação e disponibilidade para a concretização da mesma.

À Direção-Geral do Orçamento, nobre instituição centenária à qual tenho a honra de pertencer, um agradecimento em especial ao seu Diretor-Geral, Dr. Mário Monteiro e à Sub-Diretora Geral, Dr.^a Patrícia Semião, minha mestre na arte das contas nacionais, pela compreensão e apoio concedido para ultrapassar esta etapa.

À Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, em especial ao Secretário-Geral, Dr. Rogério Peixoto e à Secretária-Geral Adjunta, Dr.^a Diva Sousa.

À Câmara Municipal da Trofa, em especial ao Presidente, Dr. Sergio Humberto, Vice-Presidente, Prof. António Azevedo e ao Eng. Henrique Moura pelo apoio que me deu na adaptação dos indicadores ao *dashboard*, assim como na resolução de outras questões informáticas.

Por fim e não menos importante, agradeço a todos, aos meus colegas e amigos.

A todos, Muito Obrigado!



Resumo

As autarquias locais dispõem de receitas próprias, beneficiando ainda de receitas provenientes dos impostos do Estado. As transferências financeiras do Estado para os municípios, no âmbito dos fundos municipais tornam-se fundamentais para o desenvolvimento da atividade municipal. Em muitos municípios, especialmente de pequena dimensão e do interior, as transferências representam a principal fonte das receitas.

Com base na hipótese de os municípios do interior serem mais dependentes das transferências da administração central face aos municípios do litoral, surge o objetivo geral deste trabalho: analisar o comportamento dos municípios na gestão dos fundos municipais e outras receitas e despesas dos municípios, com recurso a indicadores de desempenho financeiro e orçamental.

Os resultados obtidos dão a conhecer o perfil dos municípios que melhor aproveitam os recursos, os que mais investem, os que favorecem a subsidi dependência, os que mais investem em recursos humanos, os que são mais eficientes na cobrança de impostos indiretos e taxas, os que são mais eficientes na cobrança de impostos diretos, os que têm maior capacidade de solver os compromissos de médio e longo prazo, os que têm maior autonomia financeira e os que têm uma maior capacidade de endividamento.

Verificou-se que os municípios mais independentes, mais eficientes e que mais aproveitam os recursos se localizam no litoral, na Região de Lisboa e Vale do Tejo e na NUT III Grande Lisboa. Por sua vez, também se localizam na Região de Lisboa e Vale do Tejo nesta região os que mais favorecem a subsidi dependência. Por outro lado, verificou-se que os municípios que mais investem se localizam no interior e Norte de Portugal.

Este trabalho indicia que Portugal tem pela frente um caminho muito longo a percorrer em termos de descentralização, uma vez que a maior parte dos indicadores nos revelam a grande dicotomia existente entre os municípios do litoral *versus* os do interior, principalmente no que se refere à assimetria existente entre a região de Lisboa relativamente ao restante território nacional.

Palavras-chave: Município, Portugal Continental, POCAL, Lei das Finanças Locais, indicador, transferências.



Resumo

As autoridades locais teñen os seus propios ingresos, á vez que se benefician dos impostos estatais. As transferencias financeiras do estado aos concellos dentro dos fondos municipais fanse fundamentais para o desenvolvemento da actividade municipal. En moitos municipios, especialmente de pequeno tamaño e do interior, as transferencias representan a principal fonte das receitas.

Partindo da hipótese de que os concellos do interior dependen máis das transferencias do goberno central aos municipios costeiros, xorde o obxectivo xeral deste traballo: analizar o comportamento dos concellos na xestión de fondos municipais e outros ingresos e gastos dos concellos, empregando indicadores de rendemento financeiro e orzamentario.

Os resultados mostran o perfil dos concellos que fan o mellor uso dos recursos, os que máis invisten, os que favorecen a subvención, os que máis invisten en recursos humanos, os que son máis eficientes na recadación de impostos e taxas indirectas, os que son máis eficientes na recadación de impostos directos, os que son máis capaces de cumprir compromisos a medio e longo prazo, os que teñen maior autonomía financeira e os que teñen maior capacidade de débeda.

Os municipios máis independentes, máis eficientes e os que mellor aproveitan os seus recursos atópanse situados na costa, na rexión de Lisboa e do Tago e na NUT III Lisboa. Á súa vez tamén se localizan na rexión de Lisboa e do Tago os que máis favorecen a dependencia. Por outra banda, comprobouse que as cidades que máis invisten están situadas no interior e norte de Portugal.

Este traballo indica que Portugal ten un camiño moi longo por recorrer en termos de descentralización, xa que a maior parte dos indicadores nos amosan a gran dicotomía entre os municipios costeiros e os de interior, especialmente no que se refire a asimetría entre a rexión de Lisboa e o resto do territorio nacional.

Palavras-chave: Município, Portugal continental, POCAL, Lei de Fazenda Local, indicador, transferencias.



Abstract

The local authorities have their own revenues and also benefit from revenues from the State taxes. The financial transfers from the State to the municipalities, within the scope of municipal funds, become fundamental for the development of municipal activity. In many municipalities, especially in small and inland ones, transfers represent the main source of revenue.

Based on the hypothesis that the municipalities of the interior are more dependent on transfers from the central administration than the municipalities along the coast, the main aim of this thesis is to analyze the behavior of the municipalities in the management of the municipal funds and other revenues and expenditures of municipalities, using financial and budgetary performance indicators.

The results obtained show the profile of the municipalities that make the best use of resources, those that invest the most, those that favor dependence on the subsidies provided, those that invest most in human resources, those that are most efficient in the collection of indirect taxes and fees, those that are more efficient in the collection of direct taxes, those that have greater capacity to solve the medium and long term commitments, those that have greater financial autonomy and those that have a greater capacity of indebtedness.

On the one hand, it was found that the most independent, more efficient municipalities and those that take better profit from their resources are located on the coast, in the Lisbon and Tagus Valley Region, and in NUT III *Grande Lisboa*. However, the municipalities that favor subsidy-dependency also reside in Tagus Valley Region. On the other hand, it was verified that the municipalities that invest the most are located in the interior and North of Portugal.

This research indicates that Portugal has a long way to go in terms of decentralization, since virtually all the indicators reveal the great dichotomy between coastal and inland municipalities, especially with regard to the asymmetry between the Lisbon region and the rest of Portugal.

Keywords: Municipality, mainland Portugal, POCAL, Local Finance Law, indicator, transfers.



Resumo extenso

En Portugal, as autoridades locais teñen dende 1976 a dignidade constitucional. De acordo co artigo 235 da Constitución da República Portuguesa (CRP), a organización democrática do Estado comprende a existencia de autoridades locais, estas persoas colectivas de poboación e territorio con órganos representativos, que teñen por obxecto perseguir intereses comúns e específicos das súas poboacións. Segundo o seu artigo 236 no continente, as autoridades locais son as parroquias, os municipios e as rexións administrativas. Actualmente existen en Portugal trescentos oito municipios, dos cales douscentos setenta e oito están situados no continente e trinta nas rexións autónomas das Azores e Madeira.

As responsabilidades das autoridades locais e a competencia dos seus corpos, que están ligadas á satisfacción das necesidades das comunidades locais, están relacionadas, en particular, co desenvolvemento socioeconómico, a planificación territorial, a oferta pública, o saneamento básico, a saúde, a educación, o medio ambiente e o deporte. As autoridades locais teñen o seu propio persoal, activos e finanzas, e a súa xestión é responsabilidade dos seus respectivos corpos. Por este motivo, a supervisión do Estado sobre a xestión patrimonial e financeira dos municipios e das parroquias é meramente unha inspección e só pode exercerse de acordo coas formas e casos previstos pola lei. Deste xeito, a democracia e a autonomía do poder local están protexidas. Así, as autoridades locais corren constitucionalmente nunha posición de non subordinación ou independencia en relación coa administración central. Polo tanto, os municipios e as parroquias son, elementos constitutivos da democracia e da cidadanía portuguesa.

Por unha banda, en Portugal, as formas de organización autárquica das comunidades locais remóntanse á época medieval, por outra banda, a actual organización democrática das autoridades locais portuguesas é relativamente recente, sendo consagrada constitucionalmente en 1976. A democracia local inaugurouse en 1977, coa celebración das primeiras eleccións municipais. Despois, en 1977 e 1979 publicáronse dúas leis esenciais das autoridades locais: a primeira lei das autoridades locais (1977) e a primeira lei de finanzas locais (Lei nº 1/79, do 2 de xaneiro).

Segundo o disposto no artigo 238 do CRP e no réxime financeiro das entidades locais e intermunicipais, en canto á distribución de recursos públicos, as autoridades locais teñen ingresos propios, aínda beneficia dos ingresos fiscais do Estado. As transferencias financeiras do Estado aos municipios, baixo os fondos municipais, son procesadas pola Dirección Xeral de Entidades Locais. O decreto regulador nesta materia é actualmente a Lei 73/2013, do 3 de

setembro, con debidos cambios, que estableceu o réxime financeiro das entidades locais e intermunicipais, e mantivo a tipoloxía de ingresos do goberno central.

Deste xeito, verifícase que esta parte dos impostos do Estado, atribuída aos municipios, vólvese fundamental para o desenvolvemento da actividade municipal. Non obstante, hai boas indicacións de que estes fondos normalmente acaban por ter un peso máis significativo nos ingresos globais dalgúns municipios que outros. É dicir, a hipótese é que os fondos municipais xogan un papel máis destacado nos ingresos dos municipios do interior que na costa do país.

Con base nesta hipótese de que os municipios do interior dependen máis das transferencias da administración central fronte aos municipios costeiros, xorde o obxectivo xeral deste traballo: analizar o comportamento dos municipios na xestión dos fondos municipais e outros ingresos e gastos municipais, utilizando indicadores de rendemento financeiro e orzamentario.

Para iso, o estudo centrouse nas finanzas dos 278 municipios do Portugal continental no seu conxunto, no período 2003-2011, dando maior énfase aos fondos municipais que foron estudados e analizados en particular, utilizando análises estatísticas complementadas cun enfoque económico-financeiro.

Algunhas das cuestións que se plantexan con este traballo, sobre o comportamento financeiro e orzamentario dos municipios de Portugal continental son:

- ¿Que factores poden estar asociados ás tendencias observadas?
- ¿Que factores poden cambiar estas tendencias?
- ¿Que institucións interveñen neste *status quo* e/ou teñen responsabilidades no eventual cambio?
- ¿Que instrumentos están dispoñibles para os actores no proceso, en que áreas e en que medida?
- ¿Cal é a contribución da actual organización administrativa do país a esta situación?
- ¿Os criterios redistributivos empregados na lei de finanzas locais portuguesas son os máis xustos?

Os obxectivos específicos deste estudo son determinar que concellos fan o mellor uso dos recursos, que máis invisten, que favorecen a subvención, que invisten máis en recursos humanos, que son máis eficientes na recadación de impostos e taxas indirectas, que son máis eficientes na recadación de impostos directos, que son máis capaces de cumprir compromisos a medio e longo prazo, que teñen unha maior autonomía financeira e os que teñen maior capacidade de débeda.

Para construír un marco teórico e conceptual de referencia coherente e orientar a investigación, máis concretamente a recollida de datos, empregouse a propia da economía aplicada, que combina a análise teórica baseada na revisión da literatura sobre a temática abordada cunha análise empírica. É posible identificar no Estado portugués a existencia de tres niveis de goberno: o central, que inclúe o Estado central, o rexional, que inclúe as rexións autónomas de Madeira e as Azores, e o lugar onde están inseridas as autoridades locais. Así, o recoñecemento de diferentes centros de poder encargados de satisfacer as necesidades públicas dá como resultado a existencia de múltiples titulares de poder tributarios, que a miúdo non gozan do mesmo status nin sequera están marcados por diferenzas significativas. As autoridades locais, no que respecta ás prerrogativas para crear e cobrar impostos (autonomía tributaria), é importante destacar que, dependendo do tipo de impostos afectados (impostos, taxas, contribucións), as competencias dos concellos poden estar máis ou menos limitadas. Para un aspecto importante do ordenamento xurídico portugués está a reserva formal do dereito tributario, o que significa que os impostos só poden ser disciplinados

legalmente polo Parlamento (Asemblea da República) ou polo Goberno, se se dispón de autorización lexislativa. Así, non se prevé ningunha autonomía fiscal, dadas as estritas directrices que configuran o exercicio do poder tributario imposto ás autoridades locais.

Se analizamos o sistema de financiamento local portugués e a súa evolución, descubrimos que no coa primeira lei de finanzas locais, a Lei nº 1/79, do 2 de xaneiro, os instrumentos de asignación de recursos entre as autoridades estatais e locais aínda eran escasas e o sistema era moi ríxido e non permitía que o principio de distribución xusta dos recursos se realizase nin na súa dimensión de equilibrio vertical nin na súa dimensión de equilibrio horizontal. Así, o sistema de financiamento local foi suxeito a cambios significativos ao longo do tempo, culminando coa Lei 42/98 do 6 de agosto (4º LFL), coa transferencias ás autoridades locais, alterando o sistema redistributivo existente. Xa o 5º LFL (Lei nº 2/2007, 15 de xaneiro) introduciu unha maior complexidade na asignación de recursos, pero ofrece máis garantías para a propia autonomía local. Un dos piares desta lei foi cimentar a credibilidade da xestión municipal a nivel de transparencia e rigor na administración local, coa creación dun novo concepto de débeda municipal con novos límites de débeda, coa creación do Fondo Social Municipal e un novo réxime de recursos de crédito. Este diploma incluía un novo traslado aos concellos respecto dunha participación variable de ata o 5% no IRS con cargo ao respectivo municipio. A actual lei (Lei n.º 73/2013, do 3 de setembro), que establecía o réxime financeiro para as autoridades locais e intermunicipais, non engadiu cambios importantes na asignación de recursos entre o Estado e as autoridades locais, Non obstante, na súa primeira versión, sen embargo, modificada pola Lei nº 51/2018, do 16 de agosto, sufriu unha serie de cambios relevantes, que teñen un impacto importante nas finanzas locais, en particular no que se refire ao financiamento. descentralización de competencias do goberno central aos concellos.

A recollida de datos, moi importante para a dilucidación do obxecto de estudo, baseouse principalmente na consulta de fontes documentais de diversa orixe e natureza, diversas lexislacións da administración pública e local, diversas publicacións, nacionais e estranxeiras relacionadas coa área de estudo, varias estatísticas, artigos, teses e outras obras escritas sobre o tema.

A análise se realiza en base á análise de 12 indicadores orzamentarios e financeiros, relevantes para o estudo da temática, segundo 15 criterios ou tipoloxías de indicadores económicos, políticos, sociais, xeográficos e demográficos, establecidos para caracterizar e agrupar os municipios.

A continuación, os datos financeiros dos municipios foron procesados a través do programa Excel, calculando inicialmente as razóns individualmente por municipio e logo desglosándose polas tipoloxías anteriormente mencionadas. Tras este tratamento dos datos financeiros e orzamentarios dos municipios, foi procesado e analizado estadísticamente e, utilizando o programa *GraphPad prism*.

Para probar a robustez dos indicadores, realizouse un estudo de caso no municipio de Trofa, utilizando a plataforma Multiplayers, que se utilizou no municipio como cadro de dirección para a xestión da entidade. Deste xeito incorporouse á plataforma a pila de indicadores seleccionados e realizouse a súa interconexión coa información financeira das aplicacións contables do municipio para obter información financeira e actualizada en tempo real. Os resultados obtidos na plataforma foron comparados cos datos da tese, os informes de xestión e as contas do municipio e os anuarios financeiros dos municipios portugueses, para os anos do período analizado, e verificouse unha correspondencia moi significativa nesta comparación, que suxire que os indicadores están ben deseñados e reflecten con precisión os feitos.

Este estudo non se limita á interpretación de datos financeiros e orzamentarios, senón a unha visión holística da paisaxe da administración local. Isto só é posible se o estudo incorporase ferramentas de análise socioeconómico correlacionadas con datos financeiros e orzamentarios, o que se logrou a través da introdución de diferentes xeitos de segregar municipios por tipo, a través de factores socioeconómicos como a poboación, a área, a rexión (norte/sur, litoral/interior, Nut II e Nut III), partido político, PIB per cápita rexional, poder adquisitivo, número de empresas incorporadas, proporción de empresas no comercio, médicos por mil habitantes, proporción que pode ler e escribir e completar a proporción de poboación con educación superior.

Esta tese plantexa unha serie de preguntas tratando de responder ao obxectivo principal que pretende acadar, tales como:

- ¿O municipio de indoor é un sinal de dependencia das transferencias da administración central? Cales son os municipios máis independentes do poder central e onde se atopan? Que municipios xeran máis ingresos/ingresos extra por fondos municipais?
- ¿Os poucos ingresos internos recollidos polos municipios do interior serán sinónimos cun mellor uso dos recursos dispoñibles? Que municipios utilizan mellor os recursos e onde se atopan?
- ¿Cales son os municipios que canalizan en proporción máis ingresos de investimento total?
- ¿Que municipios son os máis permisivos para a subsidiariedade?
- ¿Cal é o perfil do municipio que afecta a gran parte dos recursos financeiros para o persoal?
- ¿En que municipios de Portugal continental, agrupados en base a criterios de semellanza, a recollida de impostos indirectos e cargas é máis eficiente?
- ¿En que municipios de Portugal continental, agrupados en base a criterios de semellanza, a recollida de impostos directos é máis eficiente?
- ¿Que municipios de Portugal continental, agrupados en base a criterios de semellanza, teñen maior capacidade para cumprir os seus compromisos a medio e longo prazo (maior independencia dos acredores)?
- ¿Que municipios de Portugal continental, agrupados en base a criterios de semellanza, teñen maior autonomía financeira?
- ¿Que municipios de Portugal continental, agrupados en base a criterios de semellanza, teñen un maior endebedamento?

Verificouse que os municipios que xeraron máis ingresos/ingresos extra Fondos Municipais, e por iso, máis independentes financeiramente sitúanse na costa, integran a Rexión de Lisboa e Val do Texo e do Algarve (NUT II) e pertencen á gran área metropolitana de Lisboa (NUT III), posúen poboación superior a 100.000 habitantes, superficie inferior a 500 km², localízanse no sur, están gobernados pola coalición PPD/PSD-CDS/PP, teñen un PIB per cápita superior a 20 mil de euros e un poder adquisitivo superior ao 100% da media nacional. Deteñen máis que 150 sociedades constituídas, deteñen entre o 1% e o 5% de sociedades da industria transformadora, máis que 30 sociedades no comercio, máis que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, teñen unha proporción da poboación que sabe ler e escribir superior ao 85% e a proporción da poboación con educación superior de máis do 6,5%. Así, de acordo coa pregunta formulada, os municipios do interior demostran unha maior dependencia das transferencias da administración central.

Os municipios que mellor aproveitan os recursos localízanse igualmente no litoral, integran a Rexión de Lisboa e Val do Texo (NUT II) e a gran área metropolitana de Lisboa e

do Porto (NUT III), posúen poboación superior a 100.000 habitantes, localízanse no sur, son liderados pola coalición PPD/PSD-CDS/PP e polo partido PCP-PEV, teñen un PIB per cápita superior a 20 mil de euros e un poder adquisitivo superior ao 100%, posúen máis que 150 entre 1 e 5 a proporción de empresas fabricantes, máis de 4 médicos por mil habitantes, a proporción da poboación que pode ler e escribir máis do 85% e a proporción da poboación con educación superior de máis do 5%. Tamén hai que sinalar que os municipios con menos empresas comerciais foron os que mostraron que estaban empregando peor os seus recursos. Así, respondendo á pregunta inicialmente posta, verifícase que as escasas receitas propias que os municipios do interior recadan non levan necesariamente a un mellor aproveitamento dos recursos dispoñibles.

Os municipios que máis invisten localízanse no interior, a súa poboación é inferior a 10.000 habitantes, localízanse no norte, teñen un PIB per cápita entre 8 e 13 miles de euros e un poder adquisitivo per cápita entre 40% e 60% de en relación á media nacional. Conteñen entre 1 e 50 sociedades constituídas, entre 7 e 20 sociedades no comercio, menos que 1 médico por cada 1.000 habitantes, a proporción da poboación que sabe ler e escribir entre 66% e 75% eo proporción da poboación co ensino superior entre o 1% eo 2,5%. De destacar aínda que, os municipios que integran a Rexión de Lisboa e Val do Texo (NUT II), posúen poboación superior a 100.000 habitantes, máis que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, teñen unha proporción da poboación que sabe ler e escribir superior o 85% e a proporción de poboación con educación superior de máis do 6,5% son as que menos inviste.

O estudo sinala a seguinte dicotomía: por unha banda, temos os municipios máis grandes, máis desenvolvidos economicamente e máis independentes, que xeran máis ingresos propias e aproveitan de modo máis eficiente os seus recursos, e con todo invisten menos. Essa situação pode deber-se ao fato de que nos grandes centros urbanos do litoral já temos criado infraestruturas e acesso a serviços que ainda faltam no interior, nos municípios "mais pobres", daí a necessidade de maior investimento por estes. No entanto, deve-se ter em mente que os grandes investimentos feitos pelo governo no país, como rodovias, aeroportos, áreas metropolitanas, grandes pontes, ferrovias, grandes parques industriais etc., que em geral são circunscritos às grandes cidades, custam o orçamento do estado e não o orçamento dessas grandes autarquias.

En canto aos municipios que favorecen a subsidiariedade, avaliáronse dúas grandes tendencias. Verificouse que tanto se localizan no litoral, integran a Rexión de Lisboa e Val do Texo (NUT II) e pertencen á rexión da Grande Lisboa (NUT III), como tamén se localizan no norte, integran a Rexión do Norte (NUT II) e pertencen ás rexións do Gran Porto, Ave e Cávado (NUT III). O grupo de municipios permisivos á subsidiodependência posúen poboación superior a 100.000 habitantes, superficie superior a 500 km², son liderados pola coalición PPD/PSD-CDS/PP, teñen un PIB per cápita superior a 20 miles de euros e un poder adquisitivo per capita superior a 100% da media nacional. Teñen máis que 150 sociedades constituídas, máis que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, a proporción da poboación que sabe ler e escribir superior a 85% e o proporción da poboación co ensino superior completo superior a 6,5%.

En canto aos municipios que invisten máis nos recursos humanos, constatan que forman parte da rexión de Lisboa e do Val do Tajo, pero tamén a rexión do Alentejo (NUT II), situada no sur, está liderada principalmente polo partido PCP-PEV e almacenar ata o 15% das empresas fabricantes. Por outra banda, os municipios que invisten menos nos recursos humanos teñen un poder adquisitivo relativamente baixo, entre un 40 e un 60% e unha proporción da poboación cunha educación superior de máis do 6,5%.

En canto aos municipios máis eficaces na recadación de impostos e taxas indirectos, están situados na costa, forman parte da rexión de Lisboa e do val do Tajo (NUT II) e pertencen á rexión do Gran Porto e Gran Lisboa (NUT III), conteñen unha poboación de máis de 100.000 habitantes, menos de 500 km², situados no sur, teñen un PIB per cápita de máis de 20 mil euros e un poder adquisitivo superior ao 80%. Teñen máis de 150 empresas incorporadas, conteñen entre un 1% e un 10% de empresas fabricantes, máis de 4 médicos por mil habitantes, unha proporción da poboación que pode ler e escribir máis do 85% ea proporción de poboación con superior ao 5%.

Os municipios máis eficientes na recollida de impostos directos, localizados na costa, forman parte da rexión de Lisboa e do Val do Tajo (NUT II) e pertencen á rexión de Gran Lisboa (NUT III), teñen unha poboación de máis de 100.000 habitantes, unha zona máis baixa a 500 km², están situados no sur, son liderados pola coalición PPD/PSD-CDS/PP, teñen un PIB per cápita de máis de 20 mil euros e un poder adquisitivo per cápita superior ao 100% da media nacional. Teñen máis de 150 empresas incorporadas, conteñen entre o 1% e o 5% das empresas fabricantes, máis de 4 médicos por mil habitantes, a proporción da poboación que pode ler e escribir máis do 85% eo proporción da poboación con superior ao 5%. Por outra banda, hai que sinalar que os municipios menos eficientes na recadación de impostos directos teñen só entre 7 e 20 empresas de comercio.

Os municipios que teñen a maior capacidade para cumprir compromisos a medio e longo prazo forman parte da rexión do Algarve (NUT II), pero tamén pertencen á rexión de Gran Lisboa (NUT III) e conteñen entre o 1% e o 5% das empresas fabricantes. Teñen unha poboación de menos de 10.000 habitantes, menos de 500 km², situados no sur e máis de 4 médicos por cada 1.000 habitantes. Por outra banda, os municipios que comprenden entre 50 e 100 empresas incorporadas tenden a ter unha menor capacidade para cumprir os compromisos a medio e longo prazo.

Os municipios que tenden a mostrar un maior grao de autonomía financeira forman parte das rexións de Lisboa e do Val do Tagus e do Algarve (NUT II) pertencen á rexión de Gran Lisboa pero tamén á rexión de Cávado (NUT III). Teñen unha poboación de máis de 100.000 habitantes, menos de 500 km² e situada no sur, un PIB per cápita de máis de 20 mil euros, un poder adquisitivo per cápita superior ao 100% da media nacional, comprenden entre 7 e 20 empresas de comercio e teñen máis de 4 médicos por cada 1.000 habitantes.

No que concerne aos municipios que presentan unha maior capacidade de endebedamento, verificouse que integran a rexión do Algarve (NUT II), pertencen á rexión da Grande Lisboa (NUT III), localízanse no sur, conteñen entre un 1% e 5 % das empresas fabricantes; teñen unha superficie inferior a 500 km² e máis de 4 médicos por cada 1.000 habitantes. Por outra banda, os municipios que comprenden entre 50 e 100 empresas incorporadas tenden a mostrar unha menor capacidade de endebedamento.

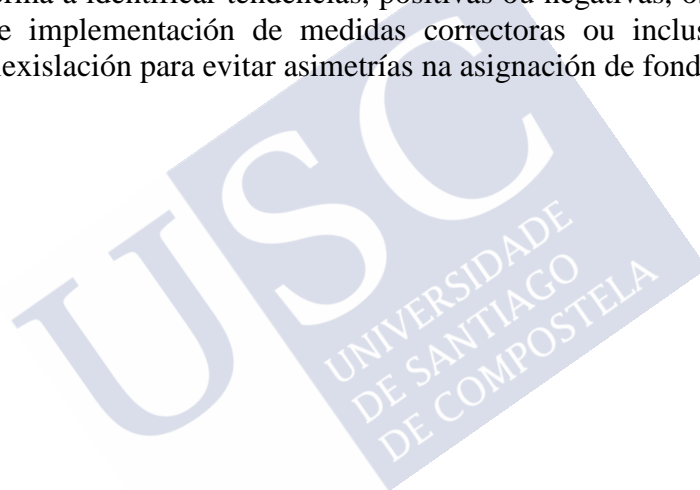
Este traballo indica que o noso país ten por diante un camiño moi longo por percorrer en termos de descentralización, xa que practicamente todos os indicadores nos revelan a gran dicotomía existente entre os municipios do litoral *versus* os do interior, sobre todo no que se refire á asimetría entre a rexión de Lisboa eo resto de Portugal. Por unha banda temos municipios que liberan medios financeiros de elevada monta, que lles permite mellor facer fronte aos gastos de funcionamento e restantes cargos sen dependeren das transferencias da Administración Central. Por outro, temos un conxunto de municipios de pequeno tamaño, normalmente situados no interior, que mesmo efectuando unha boa xestión financeira, están inevitablemente dependentes das transferencias do Estado Central. Os datos analizados mostran un esforzo por parte destes municipios na mellor aplicación dos fondos, pero á súa vez tamén aumenta a dependencia.

Suxírese se teña de revisar os criterios redistributivos das leis de Finanzas locais ou que se teña que mirar para o país doutra forma, descentralizando o coñecemento, promovendo e lexislando sobre alianzas estratéxicas e promovendo a cohesión territorial nas rexións de fronteira de Portugal Continental.

Os resultados desta investigación corroboran o que se indicaba no informe da DGAL de 2002 que outra variable con maior ou menor impacto nos gastos dun municipio é a área do mesmo, sendo de esperar que, *ceteris paribus*, canto menor sexa a zona tanto menor será o gasto, beneficiando de economías de aglomeración e facendo baixar os custos de prestación de servizos. Imos en realidade embater na gran problema que ten prexudicado o interior e o país, que está asociado con menos persoas, menos empresas, menos recursos.

Foi revisada tamén no estudo dunha tendencia progresiva do aumento do endebedamento dos concellos durante todo o período de análise e con independencia de todas as medidas impostas nesta materia, tanto nas leis de Finanzas locais como nas leis de orzamento do Estado.

É ambición do estudo que este modelo poida chegar a ser utilizado no futuro por institucións de inspección e supervisión dos municipios e polos grupos de soporte do lexislador, por forma a identificar tendencias, positivas ou negativas, os posibles desvíos cara á planificación e implementación de medidas correctoras ou incluso apoiar nas liñas e fundamentos da lexislación para evitar asimetrías na asignación de fondos ao poder local.





Índice

INTRODUÇÃO	1
A. APRESENTAÇÃO	1
B. MOTIVAÇÕES E PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	2
C. OBJETIVOS E METODOLOGIA	4
D. ESTRUTURA	7
PARTE I: PARTE TEÓRICA	9
CAPÍTULO 1: AS FINANÇAS PÚBLICAS LOCAIS EM PORTUGAL	11
1.1 A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL	11
1.2 A ESTRUTURA DE RECEITAS E DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM PORTUGAL.....	14
1.3 O NÍVEL DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM PORTUGAL E O FEDERALISMO FISCAL	20
CAPÍTULO 2: MARCO NORMATIVO SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS LOCAIS EM PORTUGAL E A SUA EVOLUÇÃO	31
2.1 AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ESTADO NOVO	31
2.2 ENQUADRAMENTO FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO PÓS-25 DE ABRIL DE 1974.....	33
2.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS LEIS DAS FINANÇAS LOCAIS PORTUGUESAS	34
2.3.1 As principais alterações da Lei nº 1/79	34
2.3.2 As principais alterações do Decreto-Lei nº 98/84.....	36
2.3.3 As principais alterações da Lei nº 1/87	36
2.3.4 As principais alterações da Lei nº 42/98	37
2.3.5 As principais alterações da Lei nº 2/2007	40
2.3.6 As principais alterações da Lei nº 73/2013	45
2.4 DOCUMENTOS PREVISIONAIS (ORÇAMENTO E AS GOP)	49
2.4.1 Orçamento das autarquias locais	49
2.4.2. As Grandes Opções do Plano (GOP'S)	51
2.5 PRESTAÇÃO DE CONTAS	52
2.5.1 Relatório de gestão	56
2.6 AS REGRAS ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS NA RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE GOVERNO: CENTRAL E LOCAL	57
2.7 A COMPETITIVIDADE E A COESÃO DOS GOVERNOS LOCAIS	59

PARTE II: ANÁLISE EMPÍRICA.....	65
CAPÍTULO 3: OBJETIVOS, HIPÓTESE E METODOLOGIA.....	67
3.1 OBJETIVOS E HIPÓTESE DO ESTUDO.....	67
3.2 METODOLOGIA GERAL	69
3.3 QUESTÕES ESPECÍFICAS DA INVESTIGAÇÃO E INDICADORES UTILIZADOS	83
3.4 METODOLOGIA ESTATÍSTICA A UTILIZAR NA ANÁLISE EMPÍRICA E TESTE DE ROBUSTEZ DOS INDICADORES.....	85
CAPÍTULO 4: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	87
4.1 ANÁLISE DO INDICADOR TOTAL FUNDOS MUNICIPAIS/RECEITA TOTAL (FM/RT).....	87
4.1.1 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior ...</i>	87
4.1.2 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério CCDR</i>	88
4.1.3 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério NUTS III</i>	90
4.1.4 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério População</i>	91
4.1.5 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Área</i>	92
4.1.6 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul</i>	94
4.1.7 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Partido Político ..</i>	95
4.1.8 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o critério PIB</i>	96
4.1.9 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra</i>	98
4.1.10 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas</i>	99
4.1.11 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o critério Sociedades na Indústria Transformadora.....</i>	100
4.1.12 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o critério Sociedades no Comércio.....</i>	101
4.1.13 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos</i>	103
4.1.14 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada</i>	104
4.1.15 <i>Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo</i>	105
4.2 ANÁLISE DO INDICADOR RECEITAS PRÓPRIAS/RECEITA TOTAL (RP/RT)	107
4.2.1 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior</i>	107
4.2.2 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério CCDR.....</i>	108
4.2.3 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério NUTS III.....</i>	109
4.2.4 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério População</i>	111
4.2.5 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Área</i>	112
4.2.6 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul</i>	113
4.2.7 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Partido Político.....</i>	114
4.2.8 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério PIB</i>	115
4.2.9 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra.....</i>	116
4.2.10 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas</i>	117
4.2.11 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora</i>	119
4.2.12 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio</i>	120
4.2.13 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos ...</i>	121
4.2.14 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada</i>	123
4.2.15 <i>Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo</i>	124

4.3 ANÁLISE DO INDICADOR TOTAL DE RECEITAS PRÓPRIAS/TOTAL INVESTIMENTO (RP/INV)	125
4.3.1 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Litoral/Interior.....	125
4.3.2 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o critério CCDR.....	126
4.3.3 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério NUTS III	128
4.3.4 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério População	129
4.3.5 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Área.....	131
4.3.6 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Norte/Sul	132
4.3.7 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Partido Político.....	133
4.3.8 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério PIB	134
4.3.9 Análise do indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Poder de Compra	136
4.3.10 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Sociedades Constituídas	137
4.3.11 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora	138
4.3.12 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Sociedades no Comércio.....	140
4.3.13 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Número de Médicos.....	141
4.3.14 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério População Alfabetizada	143
4.3.15 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo	144
4.4 ANÁLISE DO INDICADOR RECEITA CAPITAL/TOTAL DE INVESTIMENTO RK/INV	145
4.4.1 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Litoral/Interior ...	145
4.4.2 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério CCDR	146
4.4.3 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério NUTS III	148
4.4.4 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério População	149
4.4.5 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Área	151
4.4.6 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Norte/Sul	152
4.4.7 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Partido Político..	153
4.4.8 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério PIB	154
4.4.9 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Poder de Compra	155
4.4.10 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Sociedades Constituídas	156
4.4.11 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora	158
4.4.12 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Sociedades no Comércio.....	159
4.4.13 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Número de Médicos	160
4.4.14 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério População Alfabetizada	161
4.4.15 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo	163
4.5 ANÁLISE DO INDICADOR INVESTIMENTO/RECEITA TOTAL (INV/RT)	164
4.5.1 Análise do Indicador Investimento/Receita total segundo o Critério Litoral/Interior	164
4.5.2 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério CCDR.....	165
4.5.3 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério NUTS III.....	167
4.5.4 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério População	168
4.5.5 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Área	170
4.5.6 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul	171

4.5.7	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Partido Político.....	172
4.5.8	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério PIB	173
4.5.9	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra	174
4.5.10	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o critério Sociedades Constituídas	176
4.5.11	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora	178
4.5.12	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio	179
4.5.13	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos.....	181
4.5.14	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada	182
4.5.15	Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo	183
4.6	ANÁLISE DO INDICADOR TOTAL TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS/RECEITA TOTAL.....	185
4.6.1	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior	185
4.6.2	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério CCDR ...	186
4.6.3	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério NUTS III	188
4.6.4	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério População	189
4.6.5	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Área	190
4.6.6	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul	191
4.6.7	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Partido Político	192
4.6.8	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério PIB	194
4.6.9	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra.....	195
4.6.10	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas	196
4.6.11	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora.....	197
4.6.12	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio	198
4.6.13	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos	199
4.6.14	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada	201
4.6.15	Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo.....	202
4.7	ANÁLISE DO INDICADOR PESSOAL/RECEITA TOTAL (PESSOAL/RT).....	203
4.7.1	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior	203
4.7.2	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério CCDR.....	204
4.7.3	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério NUTS III.....	206
4.7.4	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério População	207
4.7.5	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Área	208
4.7.6	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul	209
4.7.7	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Partido Político.....	210
4.7.8	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério PIB	211
4.7.9	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra	212
4.7.10	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas	214
4.7.11	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora	215
4.7.12	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio	216
4.7.13	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos	217
4.7.14	Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada	218

4.7.15 <i>Análise do indicador Pessoal/Receita total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo</i>	219
4.8 ANÁLISE DO INDICADOR IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS/RECEITA TOTAL (IIT/RT)	221
4.8.1 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior</i>	221
4.8.2 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério CCDR</i>	222
4.8.3 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o critério NUTS III</i>	223
4.8.4 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério População</i>	225
4.8.5 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Área</i>	226
4.8.6 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul</i>	227
4.8.7 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Partido Político</i>	228
4.8.8 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério PIB</i>	229
4.8.9 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra</i>	231
4.8.10 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas</i>	232
4.8.11 <i>Análise do Indicador Impostos indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora</i>	233
4.8.12 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio</i>	235
4.8.13 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos</i>	236
4.8.14 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada</i>	237
4.8.15 <i>Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo</i>	238
4.9 ANÁLISE DO INDICADOR IMPOSTOS DIRETOS/RECEITA TOTAL (ID/RT)	240
4.9.1 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior</i>	240
4.9.2 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério CCDR</i>	241
4.9.3 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério NUTS III</i>	242
4.9.4 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério População</i>	243
4.9.5 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Área</i>	244
4.9.6 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul</i>	245
4.9.7 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Partido Político</i>	246
4.9.8 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério PIB</i>	248
4.9.9 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra</i>	249
4.9.10 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas</i>	250
4.9.11 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora</i>	251
4.9.12 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio</i>	253
4.9.13 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos</i>	254
4.9.14 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada</i>	255
4.9.15 <i>Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo</i>	256
4.10 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS RELATIVOS AOS INDICADORES ORÇAMENTAIS	258
CAPÍTULO 5: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS	273
5.1 ANÁLISE DO INDICADOR ATIVO/PASSIVO (A/P)	273
5.1.1 <i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Litoral/Interior</i>	274
5.1.2 <i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério CCDR</i>	275
5.1.3 <i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério NUTS III</i>	276

5.1.4	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério População</i>	278
5.1.5	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Área</i>	279
5.1.6	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Norte/Sul</i>	280
5.1.7	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Partido Político</i>	281
5.1.8	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério PIB</i>	282
5.1.9	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Poder de Compra</i>	284
5.1.10	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Sociedades Constituídas</i>	285
5.1.11	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora</i>	286
5.1.12	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Sociedades no Comércio</i>	287
5.1.13	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o critério Número de Médicos</i>	289
5.1.14	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério População Alfabetizada</i>	290
5.1.15	<i>Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo</i>	291
5.2	ANÁLISE DO INDICADOR FUNDOS PRÓPRIOS/ATIVO TOTAL (FP/A)	292
5.2.1	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Litoral/Interior</i>	293
5.2.2	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério CCDR</i>	294
5.2.3	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério NUTS III</i>	295
5.2.4	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério População</i>	296
5.2.5	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Área</i>	297
5.2.6	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Norte/Sul</i>	298
5.2.7	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Partido Político</i>	299
5.2.8	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério PIB</i>	300
5.2.9	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Poder de Compra</i>	301
5.2.10	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Sociedades Constituídas</i>	302
5.2.11	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora</i>	303
5.2.12	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Sociedades no Comércio</i>	304
5.2.13	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Número de Médicos</i>	305
5.2.14	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério População Alfabetizada</i>	306
5.2.15	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo</i>	307
5.3	ANÁLISE DO INDICADOR FUNDOS PRÓPRIOS/PASSIVO (FP/P)	308
5.3.1	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Litoral/Interior</i>	309
5.3.2	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério CCDR</i>	310
5.3.3	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério NUTS III</i>	311
5.3.4	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério População</i>	313
5.3.5	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Área</i>	314
5.3.6	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Norte/Sul</i>	315
5.3.7	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Partido Político</i>	316
5.3.8	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério PIB</i>	317
5.3.9	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Poder de Compra</i>	318
5.3.10	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Sociedades Constituídas</i>	320
5.3.11	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora</i>	321
5.3.12	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Proporção de Sociedades no Comércio</i>	322
5.3.13	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Número de Médicos</i>	323
5.3.14	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério População Alfabetizada</i>	325
5.3.15	<i>Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo</i>	326
5.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS RELATIVOS AOS INDICADORES FINANCEIROS	327

CAPÍTULO 6: SÍNTESE DOS RESULTADOS E DEMONSTRAÇÃO DA ROBUSTEZ E QUALIDADE DOS INDICADORES.....	333
6.1 ANÁLISE SINTÉTICA DOS RESULTADOS.....	333
6.2 DEMONSTRAÇÃO DA ROBUSTEZ E QUALIDADE DOS INDICADORES APLICADO AO MUNICÍPIO DA TROFA.....	337
CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO	349
7.1 CONCLUSÕES PRINCIPAIS	349
7.2 LIMITAÇÕES, PERSPETIVAS E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO	352
BIBLIOGRAFIA	355
LEGISLAÇÃO	365
ANEXOS.....	369
ANEXO I: ANÁLISE ESTATÍSTICA REFERENTE AO ANO BASE 2003	371





Índice de Figuras

Figura 1 - Perguntas de investigação e objetivos da tese de doutoramento	6
Figura 2 - Estrutura da tese de doutoramento	8
Figura 3 - Estrutura institucional do sector público administrativo em Portugal.....	12
Figura 4 - Os três níveis de decisão.....	21
Figura 5 - As três experiências do federalismo financeiro	22
Figura 6 - Fundos Estruturais 2007-2013: Objetivos de convergência e competitividade regional	61
Figura 7 - Simulação dos Fundos Estruturais Regionais Elegíveis 2014-2020	62
Figura 8 - Municípios do Litoral e Interior em Portugal Continental	74
Figura 9 - Municípios por NUT II/CCDRs de Portugal continental.....	76
Figura 10 - NUT III Portugal continental	78
Figura 11 - Norte e Sul em Portugal Continental	79
Figura 12 - <i>Print screen</i> do <i>dashboard</i> de monitorização da gestão financeira do Município da Trofa, aplicando os indicadores selecionados.....	338
Figura 13 - <i>Print screen</i> do <i>dashboard</i> de monitorização do indicador FM/RT.....	339

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Indicador FM/RT nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	88
Gráfico 2 - Evolução do indicador FM/RT por CCDR (NUTS II)	89
Gráfico 3 - Evolução do indicador FM/RT por NUTS III	90
Gráfico 4 - Evolução do indicador FM/RT por população	92
Gráfico 5 - Evolução do indicador FM/RT por área	93
Gráfico 6 - Evolução do indicador FM/RT nos municípios do norte <i>versus</i> sul	94
Gráfico 7 - Evolução do indicador FM/RT por partido político municipal	96
Gráfico 8 - Evolução do indicador FM/RT por PIB	97
Gráfico 9 - Evolução do indicador FM/RT por poder de compra	98
Gráfico 10 - Evolução do indicador FM/RT por sociedades constituídas	99
Gráfico 11 - Evolução do indicador FM/RT por sociedades da indústria transformadora	101
Gráfico 12 - Evolução do indicador FM/RT por sociedades no comércio	102
Gráfico 13 - Evolução do indicador FM/RT por número de médicos	104
Gráfico 14 - Evolução do indicador FM/RT por população alfabetizada	105
Gráfico 15 - Evolução do indicador FM/RT por população com o ensino superior completo	106
Gráfico 16 - Evolução do indicador RP/RT nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	107
Gráfico 17 - Evolução do indicador RP/RT por CCDR (NUTS II)	108

Gráfico 18 - Evolução do indicador RP/RT por NUTS III	110
Gráfico 19 - Evolução do indicador RP/RT por população	111
Gráfico 20 - Evolução do indicador RP/RT por área	112
Gráfico 21 - Evolução do indicador RP/RT nos municípios do norte <i>versus</i> sul	113
Gráfico 22 - Evolução do indicador RP/RT por partido político municipal	114
Gráfico 23 - Evolução do indicador RP/RT por PIB	116
Gráfico 24 - Evolução do indicador RP/RT por poder de compra	117
Gráfico 25 - Evolução do indicador RP/RT por sociedades constituídas	118
Gráfico 26 - Evolução do indicador RP/RT por sociedades da indústria transformadora	119
Gráfico 27 - Evolução do indicador RP/RT por sociedades no comércio	121
Gráfico 28 - Evolução do indicador RP/RT por número de médicos	122
Gráfico 29 - Evolução do indicador RP/RT por população alfabetizada	123
Gráfico 30 - Evolução do indicador RP/RT por população com o ensino superior completo	124
Gráfico 31 - Evolução do indicador RP/INV nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	126
Gráfico 32 - Evolução do indicador RP/INV por CCDRs (NUTS II)	127
Gráfico 33 - Evolução do indicador RP/INV por NUTS III	129
Gráfico 34 - Evolução do indicador RP/INV por população	130
Gráfico 35 - Evolução do indicador RP/INV por área	131
Gráfico 36 - Evolução do indicador RP/INV nos municípios do norte <i>versus</i> sul	132
Gráfico 37 - Evolução do indicador RP/INV por partido político municipal	134
Gráfico 38 - Evolução do indicador RP/INV por PIB	135
Gráfico 39 - Evolução do indicador RP/INV por poder de compra	136
Gráfico 40 - Evolução do indicador RP/INV por sociedades constituídas	138
Gráfico 41 - Evolução do indicador RP/INV por proporção de sociedades da indústria transformadora	139
Gráfico 42 - Evolução do indicador RP/INV por sociedades no comércio	141
Gráfico 43 - Evolução do indicador RP/INV por número de médicos	142
Gráfico 44 - Evolução do indicador RP/INV por população alfabetizada	143
Gráfico 45 - Evolução do indicador RP/INV por população com o ensino superior completo	145
Gráfico 46 - Evolução do indicador RK/INV nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	146
Gráfico 47 - Evolução do indicador RK/INV por CCDR (NUTS II)	147
Gráfico 48 - Evolução do indicador RK/INV por NUTS III	149
Gráfico 49 - Evolução do indicador RK/INV por população	150
Gráfico 50 - Evolução do indicador RK/INV por área	151
Gráfico 51 - Evolução do indicador RK/INV nos municípios do norte <i>versus</i> sul	152
Gráfico 52 - Evolução do indicador RK/INV por partido político municipal	153
Gráfico 53 - Evolução do indicador RK/INV por PIB	154
Gráfico 54 - Evolução do indicador RK/INV por poder de compra	156
Gráfico 55 - Evolução do indicador RK/INV por sociedades constituídas	157
Gráfico 56 - Evolução do indicador RK/INV por sociedades da indústria transformadora	159
Gráfico 57 - Evolução do indicador RK/INV por sociedades no comércio	160
Gráfico 58 - Evolução do indicador RK/INV por número de médicos	161
Gráfico 59 - Evolução do indicador RK/INV por população alfabetizada	162
Gráfico 60 - Evolução do indicador RK/INV por população com o ensino superior completo	163
Gráfico 61 - Evolução do indicador INV/RT nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	165
Gráfico 62 - Evolução do indicador INV/RT por CCDR (NUTS II)	166
Gráfico 63 - Evolução do indicador INV/RT por NUTS III	167
Gráfico 64 - Evolução do indicador INV/RT por população	169
Gráfico 65 - Evolução do indicador INV/RT por área	170
Gráfico 66 - Evolução do indicador INV/RT nos municípios do norte <i>vs.</i> sul	171
Gráfico 67 - Evolução do indicador INV/RT por partido político municipal	172
Gráfico 68 - Evolução do indicador INV/RT por PIB	174
Gráfico 69 - Evolução do indicador INV/RT por poder de compra	176
Gráfico 70 - Evolução do indicador INV/RT por sociedades constituídas	177
Gráfico 71 - Evolução do indicador INV/RT por sociedades da indústria transformadora	179

Gráfico 72 - Evolução do indicador INV/RT por sociedades no comércio	180
Gráfico 73 - Evolução do indicador INV/RT por número de médicos	181
Gráfico 74 - Evolução do indicador INV/RT por população alfabetizada	183
Gráfico 75 - Evolução do indicador INV/RT por população com o ensino superior completo	184
Gráfico 76 - Evolução do indicador TS/RT nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	186
Gráfico 77 - Evolução do indicador TS/RT por CCDR (NUTS II)	187
Gráfico 78 - Evolução do indicador TS/RT por NUTS III	188
Gráfico 79 - Evolução do indicador TS/RT por população	190
Gráfico 80 - Evolução do indicador TS/RT por área	191
Gráfico 81 - Evolução do indicador TS/RT nos municípios do norte <i>versus</i> sul	192
Gráfico 82 - Evolução do indicador TS/RT por partido político municipal	193
Gráfico 83 - Evolução do indicador TS/RT por PIB	194
Gráfico 84 - Evolução do indicador TS/RT por poder de compra	195
Gráfico 85 - Evolução do indicador TS/RT por sociedades constituídas	197
Gráfico 86 - Evolução do indicador TS/RT por sociedades da indústria transformadora	198
Gráfico 87 - Evolução do indicador TS/RT por sociedades no comércio	199
Gráfico 88 - Evolução do indicador TS/RT por número de médicos	200
Gráfico 89 - Evolução do indicador TS/RT por população alfabetizada	201
Gráfico 90 - Evolução do indicador TS/RT por população com o ensino superior completo	203
Gráfico 91 - Evolução do indicador Pessoal/RT nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	204
Gráfico 92 - Evolução do indicador Pessoal/RT por CCDR (NUTS II)	205
Gráfico 93 - Evolução do indicador Pessoal/RT por NUTS III	206
Gráfico 94 - Evolução do indicador Pessoal/RT por população	207
Gráfico 95 - Evolução do indicador Pessoal/RT por área	208
Gráfico 96 - Evolução do indicador Pessoal/RT nos municípios do norte <i>versus</i> sul	209
Gráfico 97 - Evolução do indicador Pessoal/RT por partido político municipal	210
Gráfico 98 - Evolução do indicador Pessoal/RT por PIB	212
Gráfico 99 - Evolução do indicador Pessoal/RT por poder de compra	213
Gráfico 100 - Evolução do indicador Pessoal/RT por sociedades constituídas	214
Gráfico 101 - Evolução do indicador Pessoal/RT por sociedades da indústria transformadora	216
Gráfico 102 - Evolução do indicador Pessoal/RT por sociedades no comércio	217
Gráfico 103 - Evolução do indicador Pessoal/RT por número de médicos	218
Gráfico 104 - Evolução do indicador Pessoal/RT por população alfabetizada	219
Gráfico 105 - Evolução do indicador Pessoal/RT por população com o ensino superior completo	220
Gráfico 106 - Evolução do indicador IIT/RT nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	221
Gráfico 107 - Evolução do indicador IIT/RT por CCDR (NUTS II)	223
Gráfico 108 - Evolução do indicador IIT/RT por NUTS III	224
Gráfico 109 - Evolução do indicador IIT/RT por população	225
Gráfico 110 - Evolução do indicador IIT/RT por área	227
Gráfico 111 - Evolução do indicador IIT/RT nos municípios do norte <i>versus</i> sul	228
Gráfico 112 - Evolução do indicador IIT/RT por partido político municipal	229
Gráfico 113 - Evolução do indicador IIT/RT por PIB	230
Gráfico 114 - Evolução do indicador IIT/RT por poder de compra	231
Gráfico 115 - Evolução do indicador IIT/RT por sociedades constituídas	233
Gráfico 116 - Evolução do indicador IIT/RT por sociedades da indústria transformadora	234
Gráfico 117 - Evolução do indicador IIT/RT por sociedades no comércio	235
Gráfico 118 - Evolução do indicador IIT/RT por número de médicos	236
Gráfico 119 - Evolução do indicador IIT/RT por população alfabetizada	238
Gráfico 120 - Evolução do indicador IIT/RT por população com o ensino superior completo	239
Gráfico 121 - Evolução do indicador ID/RT nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	240
Gráfico 122 - Evolução do indicador ID/RT por CCDR (NUTS II)	241
Gráfico 123 - Evolução do indicador ID/RT por NUTS III	243
Gráfico 124 - Evolução do indicador ID/RT por população	244
Gráfico 125 - Evolução do indicador ID/RT por área	245
Gráfico 126 - Evolução do indicador ID/RT nos municípios do norte <i>versus</i> sul	246

Gráfico 127 - Evolução do indicador ID/RT por partido político municipal	247
Gráfico 128 - Evolução do indicador ID/RT por PIB	248
Gráfico 129 - Evolução do indicador ID/RT por poder de compra	249
Gráfico 130 - Evolução do indicador ID/RT por sociedades constituídas	251
Gráfico 131 - Evolução do indicador ID/RT por sociedades da indústria transformadora	252
Gráfico 132 - Evolução do indicador ID/RT por sociedades no comércio	253
Gráfico 133 - Evolução do indicador ID/RT por número de médicos	255
Gráfico 134 - Evolução do indicador ID/RT por população alfabetizada	256
Gráfico 135 - Evolução do indicador ID/RT por população com o ensino superior completo	257
Gráfico 136 - Evolução do indicador A/P nos municípios do litoral <i>versus</i> interior - sem <i>outlier</i>	275
Gráfico 137 - Evolução do indicador A/P por CCDR (NUTS II) - sem <i>outlier</i>	276
Gráfico 138 - Evolução do indicador A/P por NUTS III - sem <i>outliers</i>	277
Gráfico 139 - Evolução do indicador A/P por população - sem <i>outliers</i>	278
Gráfico 140 - Evolução do indicador A/P por área - sem <i>outlier</i>	280
Gráfico 141 - Evolução do indicador A/P nos municípios do norte <i>versus</i> sul - sem <i>outlier</i>	281
Gráfico 142 - Evolução do indicador A/P por partido político municipal - sem <i>outlier</i>	282
Gráfico 143 - Evolução do indicador A/P por PIB- sem <i>outlier</i>	283
Gráfico 144 - Evolução do indicador A/P por poder de compra - sem <i>outliers</i>	284
Gráfico 145 - Evolução do indicador A/P por sociedades constituídas - sem <i>outliers</i>	285
Gráfico 146 - Evolução do indicador A/P por sociedades da indústria transformadora - sem <i>outlier</i>	287
Gráfico 147 - Evolução do indicador A/P por sociedades no comércio - sem <i>outlier</i>	288
Gráfico 148 - Evolução do indicador A/P por número de médicos - sem <i>outliers</i>	289
Gráfico 149 - Evolução do indicador A/P por população alfabetizada - sem <i>outlier</i>	291
Gráfico 150 - Evolução do indicador A/P por população com o ensino superior completo - sem <i>outliers</i>	292
Gráfico 151 - Evolução do indicador FP/A nos municípios do litoral <i>versus</i> interior	294
Gráfico 152 - Evolução do indicador FP/A por CCDR (NUTS II)	295
Gráfico 153 - Evolução do indicador FP/A por NUTS III	296
Gráfico 154 - Evolução do indicador FP/A por população	297
Gráfico 155 - Evolução do indicador FP/A por área	298
Gráfico 156 - Evolução do indicador FP/A nos municípios do norte <i>versus</i> sul	299
Gráfico 157 - Evolução do indicador FP/A por partido político municipal	300
Gráfico 158 - Evolução do indicador FP/A por PIB	301
Gráfico 159 - Evolução do indicador FP/A por poder de compra	302
Gráfico 160 - Evolução do indicador FP/A por sociedades constituídas	303
Gráfico 161 - Evolução do indicador FP/A por sociedades da indústria transformadora	304
Gráfico 162 - Evolução do indicador FP/A por sociedades no comércio	305
Gráfico 163 - Evolução do indicador FP/A por número de médicos	306
Gráfico 164 - Evolução do indicador FP/A por população alfabetizada	307
Gráfico 165 - Evolução do indicador FP/A por população com o ensino superior completo	308
Gráfico 166 - Evolução do indicador FP/P nos municípios litoral <i>versus</i> interior - sem <i>outlier</i>	310
Gráfico 167 - Evolução do indicador FP/P por CCDR (NUTS II) - sem <i>outlier</i>	311
Gráfico 168 - Evolução do indicador FP/P por NUTS III - sem <i>outliers</i>	312
Gráfico 169 - Evolução do indicador FP/P por população - sem <i>outlier</i>	313
Gráfico 170 - Evolução do indicador FP/P por área - sem <i>outlier</i>	314
Gráfico 171 - Evolução do indicador FP/P nos municípios do norte <i>versus</i> sul - sem <i>outlier</i>	316
Gráfico 172 - Evolução do indicador FP/P por partido político municipal - sem <i>outlier</i>	317
Gráfico 173 - Evolução do indicador FP/P por PIB - sem <i>outlier</i>	318
Gráfico 174 - Evolução do indicador FP/P por poder de compra - sem <i>outlier</i>	319
Gráfico 175 - Evolução do indicador FP/P por sociedades constituídas - sem <i>outlier</i>	320
Gráfico 176 - Evolução do indicador FP/P por sociedades da indústria transformadora - sem <i>outlier</i>	322
Gráfico 177 - Evolução do indicador FP/P por sociedades no comércio - sem <i>outlier</i>	323

Gráfico 178 - Evolução do indicador FP/P por número de médicos- sem <i>outlier</i>	324
Gráfico 179 - Evolução indicador FP/P por população alfabetizada - sem <i>outlier</i>	325
Gráfico 180 - Evolução do indicador FP/P por população com o ensino superior completo - sem <i>outlier</i>	326
Gráfico 181 - Monitorização do indicador FM/RT	339
Gráfico 182 - Monitorização do indicador RP/RT	340
Gráfico 183 - Monitorização do indicador RP/INV	341
Gráfico 184 - Monitorização do indicador RK/INV	341
Gráfico 185 - Monitorização do indicador INV/RT	342
Gráfico 186 - Monitorização do indicador TS/RT	343
Gráfico 187 - Monitorização do indicador Pessoal/RT	343
Gráfico 188 - Monitorização do indicador IIT/RT	344
Gráfico 189 - Monitorização do indicador ID/RT	345
Gráfico 190 - Monitorização do indicador A/P	345
Gráfico 191 - Monitorização do indicador FP/P	346
Gráfico 192 - Monitorização do indicador FP/A	347

Índice de Quadros

Quadro 1 - Universos da Administração Local e do Sector Público Local	14
Quadro 2 - Estrutura de receitas e despesas da administração local	16
Quadro 3 - Impostos no Código Administrativo vs. Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro	35
Quadro 4 - Repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais (Artigos 19.º a 28.º da Lei n.º 2/2007 - Lei das Finanças Locais)	43
Quadro 5 - Documentos Obrigatórios da Prestação de Contas	54

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Orçamento de Estado - transferências para os municípios, em milhões de euros (2015/2019).....	29
Tabela 2 - Indicadores Orçamentais.....	71
Tabela 3 - Indicadores Financeiros.....	72
Tabela 4- Caracterização dos municípios do Portugal Continental segundo - dicotomia litoral/interior	75
Tabela 5 - Caracterização dos municípios por NUT II em Portugal Continental	76
Tabela 6 - Caracterização dos municípios por NUT III em Portugal Continental	77
Tabela 7 - Caracterização dos municípios por população em Portugal Continental.....	78
Tabela 8 - Caracterização dos municípios por área em Portugal Continental	79

Tabela 9 - Caracterização dos municípios por região Norte/Sul em Portugal Continental.....	79
Tabela 10 - Caracterização dos municípios por partido político em Portugal Continental	80
Tabela 11 - Caracterização dos municípios por PIB per capita regional em Portugal Continental.....	81
Tabela 12 - Caracterização dos municípios por poder de compra em Portugal Continental.....	81
Tabela 13- Caracterização dos municípios por sociedades constituídas em Portugal Continental	81
Tabela 14 - Caracterização dos municípios por proporção de sociedades na indústria transformadora em Portugal Continental	82
Tabela 15 - Caracterização dos municípios por proporção de sociedades no comércio em Portugal Continental.....	82
Tabela 16 - Caracterização dos municípios por médicos por 1.000 habitantes em Portugal Continental.....	82
Tabela 17 - Caracterização dos municípios por proporção população alfabetizada em Portugal Continental.....	83
Tabela 18 - Caracterização dos municípios por população com o ensino superior completo em Portugal Continental.....	83
Tabela 19 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério litoral/interior	274
Tabela 20 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério CCDR ..	275
Tabela 21 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério NUTS III	277
Tabela 22 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério população	278
Tabela 23 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério área.....	279
Tabela 24 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério norte/sul	280
Tabela 25 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério partido político	281
Tabela 26 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério PIB	282
Tabela 27 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério poder de compra	284
Tabela 28 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério sociedades constituídas.....	285
Tabela 29 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério sociedades na indústria transformadora	286
Tabela 30 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério sociedades no comércio	288
Tabela 31 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério número de médicos	289
Tabela 32 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério população alfabetizada	290
Tabela 33 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério população com o ensino superior completo.....	291
Tabela 34 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério litoral/interior	309
Tabela 35 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério CCDR.....	310
Tabela 36 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério NUTS III.....	311
Tabela 37 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério população	313
Tabela 38 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério área.....	314
Tabela 39 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério norte/sul.....	315
Tabela 40 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério partido político	316

Tabela 41 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério PIB.....	317
Tabela 42 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério poder de compra.....	319
Tabela 43 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério sociedades constituídas	320
Tabela 44 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério sociedades na indústria transformadora	321
Tabela 45 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério sociedades no comércio	322
Tabela 46 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério número de médicos.....	323
Tabela 47 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério população alfabetizada.....	325
Tabela 48 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério população com o ensino superior completo.....	326
Tabela 49 - Caracterização do perfil e tipologia dos municípios	334





Abreviaturas

AMP	Área Metropolitana do Porto
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDRA	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CCDRALG	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CCDRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CDS-PP	Partido Popular
CDO	Compensação da Desigualdade de Oportunidades
CF	Compensação Fiscal
CFP	Conselho de Finanças Públicas
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral de Tesouro e Finanças
DRE	Diário da República Eletrónico
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FBM	Fundo de Base Municipal
FCM	Fundo de Coesão Municipal
FGM	Fundo Geral Municipal

FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FFD	Fundo de Financiamento da Descentralização
FM	Fundos Municipais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fundo Social Municipal
GOP	Grande Opções do Plano-
hab	Habitantes
ICF	Índice de Carência Fiscal
IDO	Índice de Desigualdade de Oportunidades
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
INV	Investimento
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LAL	Lei das Autarquias Locais
LFL	Lei das Finanças Locais
LOE	Lei do Orçamento do Estado
MT	Município da Trofa
M€	Milhões de euros
m€	Milhares de euros
NUTS	Nomenclatura de Unidade Territorial para fins Estatísticos da EU
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
PAM	Plano das Atividades Mais Relevantes
PCP-PEV	Coligação Democrática Unitária (Partido Comunista Português e Partido Ecologista os Verdes)
PIB	Produto Interno Bruto
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PPD/PSD	Partido Social Democrata
PPI	Plano Plurianual de Investimento

PPTH	Programa Pagar a Tempo e Horas
p.p.	Pontos percentuais
PREDE	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado
PS	Partido Socialista
Km²	Kilómetros quadrados
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RFALEI	Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais
RP	Receitas Próprias
ROC	Revisor Oficial de Contas
RK	Receitas de Capital
RT	Receita Total
SATAPOCAL	Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL
SEC	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SIADAP	Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SCN	Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TdC	Tribunal de Contas
UE	União Europeia



INTRODUÇÃO

A. APRESENTAÇÃO

A presente tese centra-se na análise às finanças públicas da administração local, que sofreu inúmeras alterações ao longo dos últimos anos, mais especificamente ao comportamento orçamental e financeiro dos municípios de Portugal Continental. O presente estudo não só representa um intenso diagnóstico do passado e da atualidade dos municípios e das finanças públicas locais, como pretende propor um conjunto de estratégias de atuação para uma gestão eficiente dos recursos públicos adaptada às características dos municípios.

O Estado português compreende três níveis de governo: o central (Estado), o regional (Regiões autónomas) e local (Autarquias locais). Segue assim uma estrutura vertical de governação onde se combinam, conforme o princípio da descentralização política, competências e instrumentos operados pelo governo central e pelos governos subnacionais, assente na teoria do federalismo fiscal de Oates (2005).

Em Portugal, as autarquias locais têm desde 1976 dignidade constitucional. Segundo o artigo 235 da Constituição da República Portuguesa, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, sendo estas pessoas coletivas de população e território dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações. De acordo com o seu artigo 236 no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Atualmente, existem em Portugal trezentos e oito municípios, dos quais duzentos e setenta e oito localizam-se no continente e trinta nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

As atribuições das autarquias locais e a competência dos seus órgãos, estando associadas à satisfação das necessidades das comunidades locais, respeitam nomeadamente ao desenvolvimento socioeconómico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura, ao ambiente e ao desporto.

Simultaneamente, as autarquias locais têm pessoal, património e finanças próprios, sendo a sua gestão da responsabilidade dos respetivos órgãos. Por esta razão, a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva, e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local.

Da mesma forma, as autarquias locais encontram-se constitucionalmente arremetidas numa posição de não-subordinação ou independência relativamente à administração central e a legitimidade das decisões das autarquias locais decorre da eleição dos respetivos órgãos, sendo a câmara municipal e a junta de freguesia órgãos executivos, e a assembleia municipal e a assembleia de freguesia órgãos deliberativos. Excetuando a junta de freguesia, os demais órgãos referenciados são eleitos por sufrágio universal. Os municípios e as freguesias são, portanto, elementos constitutivos da democracia e da cidadania portuguesa.

Se por um lado, em Portugal, a forma de organização autárquica das comunidades locais remonta à época medieval, por outro, a atual organização democrática das autarquias locais portuguesas é relativamente recente, tendo sido constitucionalmente consagrada em 1976. A democracia local foi inaugurada em 1977, com a realização das primeiras eleições autárquicas.

Nos anos de 1977 e 1979 foram publicados duas leis essenciais para o poder local: a primeira lei das autarquias locais (1977) e a primeira lei das finanças locais (Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro). Em 1984 foram delimitadas as competências da administração central e da administração local em matéria de investimentos.

Tal como estipulado o artigo 238 da CRP e o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, no que respeita ao quadro da repartição dos recursos públicos, as autarquias locais dispõem de receitas próprias, beneficiando ainda de receitas provenientes dos impostos do Estado. As transferências financeiras do Estado para os municípios, no âmbito dos fundos municipais, são processadas pela Direção-Geral das Autarquias Locais e Direção-Geral do Orçamento. O diploma regulador desta matéria é atualmente a lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações, que veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e manteve a tipologia das receitas provenientes da administração central.

Em Portugal Continental existe um reduzido nível de descentralização fiscal relativamente aos municípios, tanto ao nível da receita como da despesa. Os fundos municipais transferidos pela administração central, assim como os fundos europeus, são essenciais e indispensáveis, para garantir a sustentabilidade das finanças públicas locais e incrementar a realização de investimentos junto das populações

B. MOTIVAÇÕES E PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Foram realizados vários estudos (Curto e Dias, 2011; Bilhim 2004; Meltzer e Richard, 1981; Weingast et al, 1981, Frieden, 2001 e Mourão, 2004, entre outros) sobre a temática das políticas orçamentais das transferências da administração central, para a administração local que demonstram que estas nunca são igualitárias. No caso português, a perequação financeira sofreu inúmeros ajustamentos com o intuito de corrigir as assimetrias regionais, sustentados em critérios de distribuição que visam assegurar um mínimo de recursos financeiros de forma igualitária para todos os municípios, resta, no entanto, saber se essa redistribuição foi efetuada de forma justa e equitativa.

Encontra-se vertido no n.º 2.º do artigo 238, da Constituição da República Portuguesa (1976), que o regime das finanças locais será estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. Também a Carta Europeia de Autonomia Local, no n.º 5 do seu artigo 9.º, a propósito desta questão refere que é fulcral a “proteção das autarquias locais financeiramente mais fracas” e “a implementação de processos de perequação financeira ou de medidas equivalentes destinadas a corrigir os efeitos de repartição desigual das fontes potenciais de financiamento”. Verifica-se desta feita que centro exerce autoridade sobre as periferias, que se encontram numa situação de inferioridade na disposição ou atribuição de recompensas e sem o acesso às oportunidades.

Ou seja, existem fortes indícios de uma forte dicotomia entre os municípios do litoral e os do interior. Analogamente, os estudos e a literatura comprovam que os municípios portugueses que se localizam no litoral produzem mais riqueza, o que os torna menos dependentes das transferências da administração central, e os municípios do interior devido às suas características socioeconómicas e demais fatores endógenos e exógenos, são mais dependentes dos fundos municipais (FM), concedidos pela administração central. Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho é analisar o comportamento dos municípios na gestão dos FM e outras receitas e despesas dos municípios. Para tal, o estudo irá debruçar-se sobre as finanças dos 278 municípios de Portugal Continental na sua globalidade, dando maior ênfase aos FM que irão ser estudados e analisados em particular, recorrendo para isso a análises estatísticas complementadas com uma abordagem económico-financeira. Acresce também o facto de que foram selecionados para a análise os 278 municípios de Portugal Continental dos 308 municípios portugueses, considerando que os restantes 30 se inserem na Região Autónoma da Madeira (RAM) e na Região Autónoma dos Açores (RAA) que detêm autonomia política e administrativa. Muito embora os municípios da RAM e da RAA dependam diretamente das transferências da administração central, tal como os restantes municípios, existe um nível intermédio de administração, neste caso, o subsector da Administração Regional que agrupa as administrações que, na sua qualidade de unidades institucionais distintas, exercem funções de administração a um nível inferior ao central e superior ao local, que tornam o modelo diferenciado do programado para o estudo em questão. Também a eleição do período temporal 2003-2011 para a análise, baseou-se em diversos fatores relevantes, por se tratar, de uma época muito rica em matéria de acontecimentos económicos, orçamentais e financeiros para o país e principalmente por se tratar de uma fonte reconhecida de ineficiências do gasto público em Portugal.

Posteriormente, utilizam-se distintos indicadores de desempenho financeiro e orçamental, que permitem caracterizar os municípios segundo o seu perfil. Numa avaliação sucinta aos principais indicadores orçamentais, financeiros e sociais dos municípios de Portugal Continental, é possível perceber se existe uma forte dicotomia entre os municípios do litoral e os do interior e se se cumpre a hipótese de os municípios do interior serem mais dependentes das transferências da administração central face aos municípios do litoral. Nesse sentido, a principal contribuição desta tese é a análise empírica do comportamento dos municípios em distintos indicadores. Os resultados da tese podem servir como input para uma tomada de decisões fundamentada, tanto no âmbito da descentralização fiscal, como das políticas redistributivas e de desenvolvimento local e regional. Ao mesmo tempo, contribui para aproximar as evidências empíricas ao debate competitividade/coesão. Para dar sequência a essa pretensão em matéria de finanças locais, utilizar-se-ão para o efeito indicadores orçamentais e financeiros para detetar tendências comportamentais no conjunto dos municípios objeto de análise, quando agrupados por tipologia e perfil, de forma a indagar os que melhor aproveitam

os recursos, os que mais investem, os que favorecem a subsidiodependência, os que mais investem em recursos humanos, os que são mais eficientes na cobrança de impostos indiretos e taxas, os que são mais eficientes na cobrança de impostos diretos, os que têm maior capacidade de solver os compromissos de médio e longo prazo, os que têm maior autonomia financeira e os que têm uma maior capacidade de endividamento.

Algumas das questões suscitadas com este trabalho, relativamente ao comportamento financeiro e orçamental dos municípios de Portugal continental, são:

- Que fatores podem estar associados às tendências constatadas e as poderão alterar?
- Que instituições intervêm neste *status quo* e/ou têm responsabilidades na eventual mudança?
- Que instrumentos estão disponíveis para os atores do processo, em que domínios e com que intensidade?
- Qual a contribuição da atual organização administrativa do país para esta situação?
- Os critérios redistributivos utilizados na Lei das Finanças Locais portuguesa, são os mais justos?

A resposta a este conjunto de questões poderá ajudar-nos na procura de elementos capazes de responder a preocupações de autossustentabilidade das políticas locais e de coesão territorial.

C. OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo geral deste trabalho é analisar o comportamento dos municípios na gestão dos fundos municipais e outras receitas e despesas dos municípios, com recurso a indicadores de desempenho financeiro e orçamental, com base na hipótese de os municípios do interior serem mais dependentes das transferências da administração central face aos municípios do litoral.

Constituem-se objetivos específicos deste estudo, averiguar quais os municípios que melhor aproveitam os recursos, que mais investem, que favorecem a subsidiodependência, que mais investem em recursos humanos, que são mais eficientes na cobrança de impostos indiretos e taxas, que são mais eficientes na cobrança de impostos diretos, que têm maior capacidade de solver os compromissos de médio e longo prazo, que têm maior autonomia financeira e os que têm uma maior capacidade de endividamento.

Desta forma, foram elaboradas um conjunto de questões, com intuito de contribuir para perceber estas tendências, tais como:

- Ser município de interior é sinal de dependência das transferências da Administração Central? Quais são os municípios mais independentes do poder central e onde se localizam? Quais são os municípios que geram mais receita/proveitos extra FM?
- As poucas receitas próprias que os municípios do interior arrecadam, poderão ser sinónimo de um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis? Quais são os municípios que melhor aproveitam os recursos e onde se localizam?
- Quais são os municípios que canalizam em proporção mais receita total para investimento?
- Quais são os municípios que em proporção são mais permissivos à subsidiodependência?
- Qual o perfil do município que afeta grande parte dos recursos financeiros para o pessoal?

- Em que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, é mais eficiente a cobrança dos impostos indiretos e taxas?
- Em que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, é mais eficiente a cobrança dos impostos diretos?
- Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior capacidade para solver os seus compromissos a médio e longo prazo (maior independência face aos credores)?
- Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior autonomia financeira?
- Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior capacidade de endividamento?

Tendo em vista construir um quadro de referência teórico-conceitual consistente e orientador da pesquisa, mais em concreto, realizou-se uma análise típica de economia aplicada, combinando a revisão de literatura sobre o tema com a análise empírica. No que concerne à análise teórica, esta consubstancia-se no federalismo fiscal e a sua aplicabilidade na esfera local, tendo em consideração a legislação e a realidade portuguesa.

Na análise empírica, definiu-se um seguinte conjunto de indicadores/rácios orçamentais e financeiros, essenciais para dar resposta às teses deste estudo. Após a definição de indicadores, passou-se à definição de critérios, por forma a agrupar os municípios por tipologia para tratamento estatístico dos dados. Com base na revisão da literatura e considerando a sua influência no desenvolvimento local selecionaram-se tipologias de âmbito demográfico, geográfico e socioeconómico, abaixo explanadas, e que foram utilizadas para todo o estudo. Para os critérios geográficos os dados estão perfeitamente definidos, já para os critérios demográficos e económicos foram utilizados os dados relativos aos anos base para os quais havia dados completos disponíveis e mais fiáveis, exceto no caso do critério partidos políticos, no qual os dados foram ajustados consoante os resultados dos ciclos eleitorais autárquicos.

Posteriormente, procedeu-se ao tratamento dos dados financeiros dos municípios, através do programa Excel, inicialmente calculando os rácios individualmente por município, sendo posteriormente desagregados pelas tipologias acima referidas. Após esse tratamento dos dados, procedeu-se ao seu processamento e análise estatística. Para tal, utilizaram-se métodos de Estatística Descritiva para a análise de cada variável separadamente e também métodos de Estatística Inferencial para determinada variável, medida para dois ou mais grupos independentes. Utilizou-se a análise estatística univariada e bivariada, conforme se pretendesse analisar uma ou duas variáveis independentes, respetivamente. Assim, recorreu-se ao teste “t” de Student ou à análise de variância (ANOVA) unifatorial (one way) seguida do teste de post-hoc Bonferroni para avaliação de diferenças individuais entre grupos. Na análise de duas variáveis independentes recorreu-se à ANOVA a dois fatores seguida do teste de post-hoc Bonferroni para avaliação de diferenças individuais entre grupos. Sempre que a normalidade dos grupos não se verificou, foram efetuados os testes não-paramétricos equivalentes.

Também para testar a robustez dos indicadores foi desenvolvido um estudo de caso, no Município da Trofa, com recurso a uma plataforma, que era usada no município como *dashboard* para a gestão da entidade. Desta forma, foram incorporados na plataforma a bateria de indicadores selecionados e foi efetuada a sua interligação com a informação financeira das aplicações contabilísticas do município, com o intuito de obter informação orçamental e financeira atualizada em tempo real.

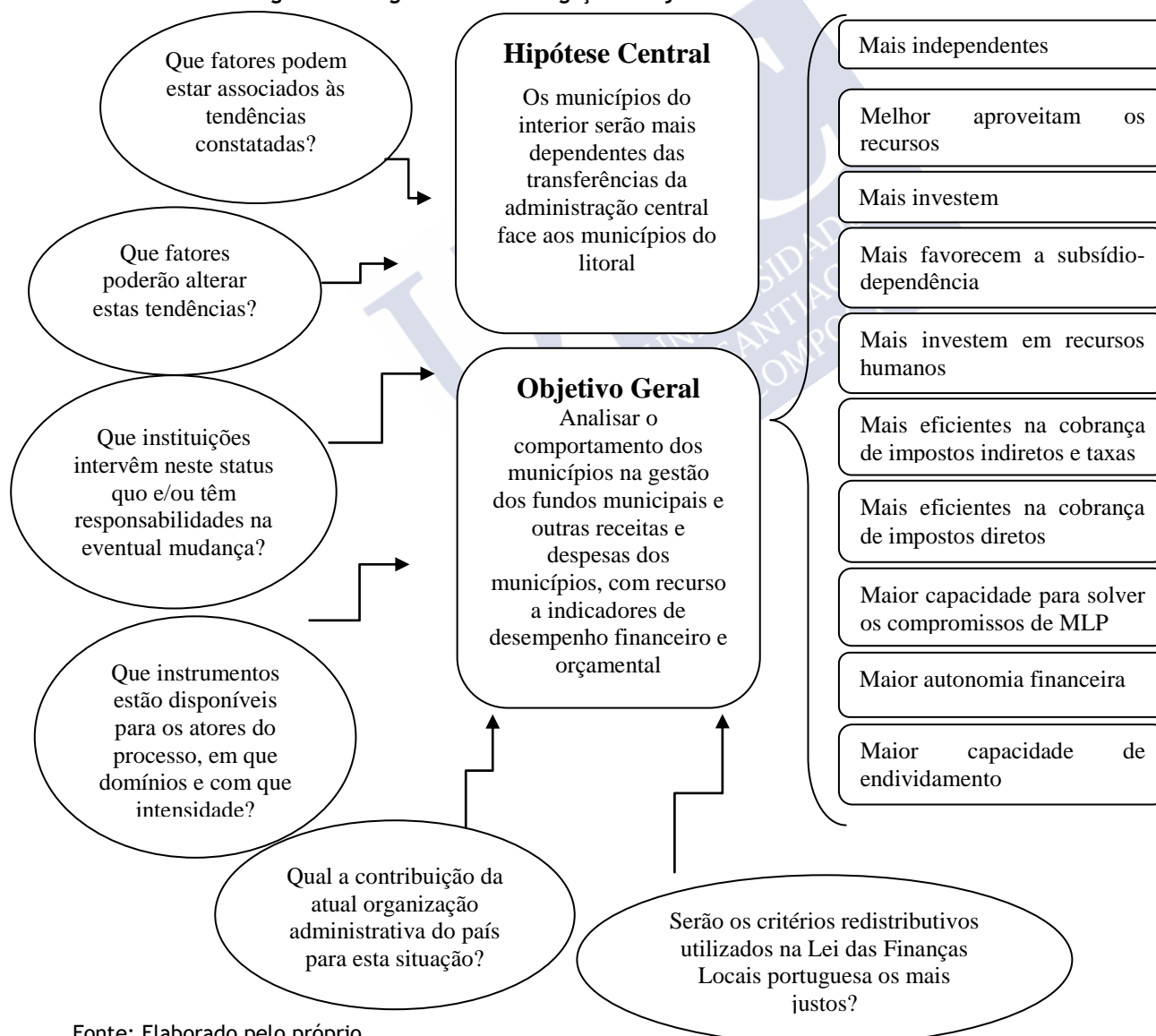
Uma das principais pretensões deste estudo foi que ele não se limitasse à interpretação dos dados financeiros e orçamentais, mas sim uma visão holística do panorama da administração local. Isso só seria possível se o estudo incorporasse instrumentos socioeconómicos de análise

correlacionados com os dados financeiros e orçamentais, o que foi conseguido, através da introdução de diversas formas de segregar os municípios por tipologia, por via de fatores socioeconómicos como a população, área, região (norte/sul, litoral/interior, Nut II e Nut III), partido político, PIB *per capita* regional, poder de compra, número de sociedades constituídas, proporção de sociedades no comércio, proporção de sociedades na indústria transformadora, número de médicos por cada mil habitantes, proporção que sabe ler e escrever e proporção de população residente com o ensino superior completo.

Para concluir e após o tratamento dos dados e análise estatística procedeu-se à construção de uma tabela resumo por forma a melhor perceber o perfil e o comportamento financeiro e orçamental dos municípios de Portugal continental no período de análise da dissertação (2003-2011). Nessa tabela incluíram-se apenas os resultados mais relevantes encontrados, ou seja, aqueles onde foram encontrados efeitos significativos ou tendências mais robustas verificadas de forma consistente ao longo do período de análise.

A Figura 1 sintetiza os objetivos e perguntas de investigação da tese.

Figura 1 - Perguntas de investigação e objetivos da tese de doutoramento



Fonte: Elaborado pelo próprio

D. ESTRUTURA

A estrutura desta tese de doutoramento abrange duas partes, a parte I, é respeitante à parte teórica e a parte II, relativa à análise empírica. No seu global a tese é composta por seis capítulos, além da introdução, das conclusões, da bibliografia e dos anexos.

A parte I da tese inicia com o primeiro capítulo que analisa as finanças públicas locais em Portugal. Inicia com uma explicação da organização da administração pública portuguesa, passando depois para uma abordagem mais específica do subsector da administração local, indicando e delimitando o âmbito de atuação, assim como a descrição da realidade atual do sistema municipal em Portugal. Procedeu-se também a uma explanação sobre a repartição dos recursos públicos entre a administração central e a administração local e é abordada desde a perspetiva do Federalismo Fiscal.

Seguidamente no segundo capítulo, é revisitada a evolução histórica do regime das finanças locais, analisando as Autarquias Locais no Estado Novo e no Pós-25 de Abril, as principais alterações introduzidas pelas cinco Leis das Finanças Locais que regularam o nosso país durante todo o período democrático e até à atualidade, abordando essencialmente a questão das transferências da Administração Central e do endividamento autárquico. É dado também enfoque aos documentos previsionais, como seja, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Será resumidamente explicada a forma de como estes documentos deverão ser elaborados, que princípios e regras eles devem cumprir. Subsequentemente é também abordada a Prestação de Contas dos municípios, com uma explicitação mais pormenorizada e prática, dos principais documentos que a integram: como sejam, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão. É efetuada também uma breve discussão e clarificação acerca das regras orçamentais e financeiras na relação entre os níveis de governo central e local em Portugal, confrontando com os restantes países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e é também efetuada uma breve discussão relativamente à temática da competitividade e coesão dos governos locais.

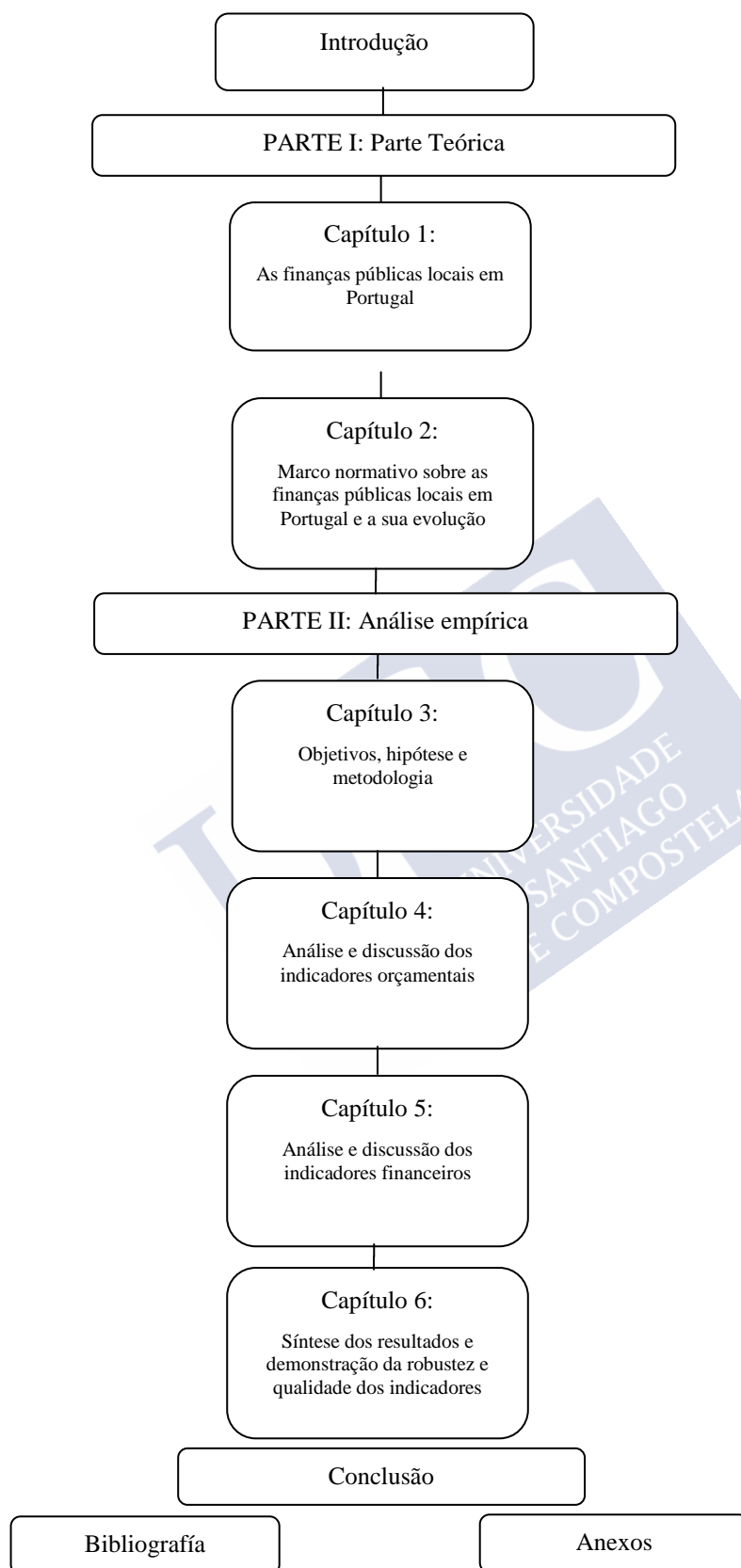
Posteriormente, passamos à parte II da tese, relativa à análise empírica, que inicia com o capítulo 3, onde são descritos os principais objetivos e questões em que o estudo se irá debruçar, os métodos e técnicas de investigação, assim como as questões e hipóteses, será explicitado o teste de robustez e de qualidade dos indicadores e ainda neste capítulo será definida e descrita a metodologia estatística a utilizar na análise empírica.

Seguidamente, o capítulo 4 é dedicado à análise e discussão dos resultados relativos aos indicadores orçamentais e é dada resposta às questões e hipóteses da investigação, por forma a clarificar a hipótese primordial da tese, nesta tipologia de indicadores. O capítulo 5 é dedicado à análise e discussão dos resultados relativos aos indicadores financeiros seguindo a mesma estrutura que o capítulo 4, e o capítulo 6 compreende uma síntese dos resultados e efetua a demonstração da robustez e qualidade dos indicadores através de um estudo de caso aplicado ao Município da Trofa.

Finalmente, as conclusões destacam as principais contribuições do trabalho, bem como as considerações e implicações para as finanças públicas locais. São também expostas, as principais limitações do estudo assim como as perspetivas futuras.

As referências bibliográficas e os anexos encerram esta tese de doutoramento. O Anexo I inclui a análise estatística referente ao ano base 2003.

Figura 2 - Estrutura da tese de doutoramento



Fonte: Elaborado pelo próprio

PARTE I: PARTE TEÓRICA



CAPÍTULO 1: AS FINANÇAS PÚBLICAS LOCAIS EM PORTUGAL

Na organização democrática do Estado, o poder local compreende a existência de Autarquias Locais, as quais se definem como pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução dos interesses das populações das respetivas áreas de jurisdição. O sistema de transferências financeiras vigente em Portugal resulta da evolução das chamadas Leis de Finanças Locais que se verificou no período democrático. A inovação é uma necessidade da Administração Autárquica. O que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, prestado com eficiência, eficácia e economicidade, com o objetivo de aumentar a qualidade e reduzir os custos.

Neste contexto, neste capítulo, é efetuada uma explicação da organização da administração pública portuguesa, passando depois para uma abordagem mais específica do subsetor da administração local, indicando e delimitando o âmbito de atuação, assim como a descrição atual da realidade municipal em Portugal. É também apresentada a estrutura de receitas e despesas da administração local, posteriormente é abordada a temática do Federalismo Financeiro e é também dada a conhecer a realidade do sistema atual português e do modelo de repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios.

1.1 A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL

Organicamente a administração pública portuguesa divide-se em três grandes grupos de entidades, a administração direta do Estado, a administração indireta do Estado e a Administração Autónoma. A Administração direta do Estado integra todos os órgãos, serviços e agentes integrados na pessoa coletiva Estado que, de modo direto e imediato e sob dependência hierárquica do Governo e desenvolvem uma atividade tendente à satisfação das necessidades coletivas (Lei n.º 4/2004 de 15 de janeiro, com as devidas alterações). A Administração indireta do Estado integra as entidades públicas, distintas da pessoa coletiva

Estado, dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira que desenvolvem uma atividade administrativa que prossegue fins próprios do Estado. Trata-se de administração do Estado porque se prosseguem fins próprios deste, e de administração indireta porque estes fins são prosseguidos por pessoas coletivas distintas do Estado (Lei n.º 3/2004 de 15 de janeiro, com as devidas alterações). Também integram a administração indireta do Estado três tipos de entidades, os serviços personalizados, os fundos personalizados e as entidades públicas empresariais. A administração autónoma inclui entidades que prosseguem interesses próprios das pessoas que as constituem e que definem autonomamente e com independência a sua orientação e atividade; estas entidades agrupam-se em três grupos, a Administração Regional, a Administração Local e as Associações públicas.

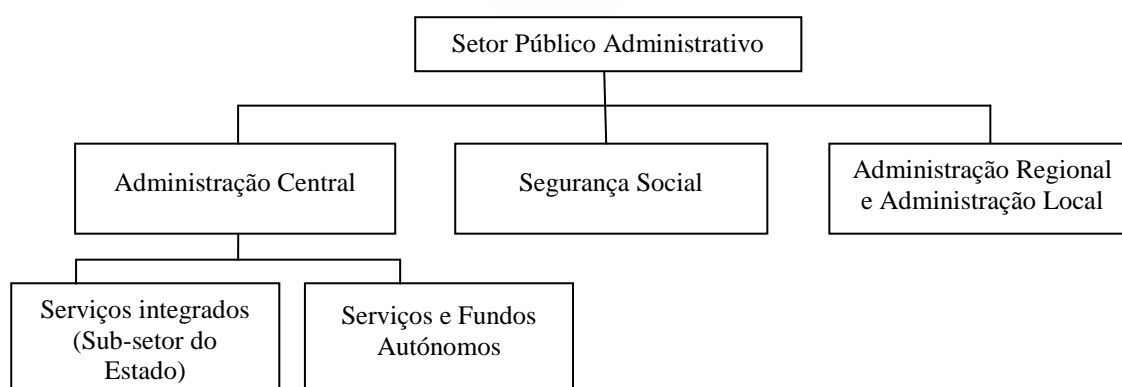
As entidades da Administração direta do Estado estão hierarquicamente subordinadas ao Governo, as entidades da Administração indireta do Estado estão sujeitas à sua superintendência e tutela e as entidades que integram a Administração Autónoma estão apenas sujeitas à tutela.

A Administração Regional tem a mesma matriz organizacional da Administração direta do Estado e da Administração indireta do Estado. Por isso, também na Administração Regional é possível distinguir a Administração direta (com serviços centrais e periféricos) e a Administração indireta (com Serviços personalizados, Fundos personalizados e Entidades públicas empresariais).

A Administração Local obedece, também, ao mesmo modelo: serviços de administração direta (centrais e periféricos) e indireta (entidades públicas empresariais). A Administração Local é constituída pelas autarquias locais, que são pessoas coletivas de base territorial, dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução de interesses próprios das respetivas populações. A competência dos órgãos e serviços da Administração Local restringe-se também ao território da respetiva autarquia local e às matérias estabelecidas na lei.

As Associações públicas são pessoas coletivas de natureza associativa, criadas pelo poder público para assegurar a prossecução dos interesses não lucrativos pertencentes a um grupo de pessoas que se organizam para a sua prossecução. Em suma, a estrutura institucional do setor público administrativo é a representada na figura 3.

Figura 3 - Estrutura institucional do sector público administrativo em Portugal



Fonte: Elaboração própria com base na OCDE (2008)

Já para Sarmento (2016), os setores da administração pública em contas nacionais, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC), dividem-se nos seguintes três subsectores:

- Administração Central (Central Governamental – S1311): Todas as entidades públicas, na dependência direta do Governo, e cuja atuação se estende a todo o território nacional.
- Administração Regional e Local (S1313): Todas as entidades públicas, na dependência dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, ou das Autarquias, funcionando, assim, em parte do território a um nível inferior ao Governo Central.
- Segurança Social (S1314): Todas as entidades ao nível central, regional e local cuja atividade principal é a de proporcionar benefícios e apoios sociais.

O subsetor da Administração Local compreende todas as entidades das Administrações Públicas cuja competência e autoridade fiscal, legislativa e executiva, respeita somente a uma parte do território económico, definida por objetivos administrativos e políticos. Inclui os órgãos de administração local ao nível de Distritos, Municípios e Freguesias.

O SEC estabelece uma metodologia para a produção de dados de contas nacionais na União Europeia. A existência de um manual conceptual, de aplicação obrigatória em todos os Estados-Membros, é fundamental para garantir que os resultados estatísticos são compilados de forma consistente, comparável, fiável e atualizada. O SEC, ao ter como referencial o Sistema de Contas Nacionais (SCN) das Nações Unidas, permite igualmente a comparabilidade internacional dos resultados estatísticos para além do espaço da União Europeia.

As Contas Nacionais visam representar de forma exaustiva e sintética a economia, constituindo assim um instrumento crucial para a análise económica e para a formulação de políticas públicas. Na União Europeia, as contas nacionais são ainda fundamentais para a sua governação económica. As Contas nacionais estão subjacentes ao Procedimento dos Défices Excessivos, que tem como referências, nomeadamente, rácios do défice e da dívida das Administrações Públicas no PIB. Vários dos indicadores do Procedimento dos Desequilíbrios Macroeconómicos têm por base as contas nacionais. As taxas de crescimento trimestrais do Produto Interno Bruto constituem um importante elemento de referência na política monetária da Zona Euro. As contas nacionais são utilizadas para calcular as contribuições dos vários países para o orçamento comunitário, com base no respetivo Rendimento Nacional Bruto (RNB). As contas regionais, consistentes com as contas nacionais, são fundamentais para a atribuição dos fundos estruturais.

O atual quadro metodológico para a produção de dados das contas nacionais (SEC 1995) foi substituído, em setembro de 2014, por um novo Sistema Europeu de Contas: o SEC 2010. O SEC 2010 revê as normas comuns, classificações e regras de contabilidade nacional aplicáveis aos Estados-Membros na elaboração das contas nacionais e na transmissão dos seus dados ao Eurostat. Essa revisão tornou-se necessária em consequência das grandes alterações que se verificaram na sociedade e na economia ao longo dos últimos vinte anos, em particular ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), da crescente importância dos ativos intangíveis, a propriedade intelectual de produtos e serviços, bem como dos fenómenos associados à globalização (Eurostat, 2013 e 2016 e Conselho de Finanças Públicas, 2012, 2013a, 2013b, 2014 e 2015). A adaptação do sistema de contas não se verifica apenas na Europa, mas à escala mundial. O SEC 2010 está em linha, nos aspetos fundamentais, com o SCN 2008 das Nações Unidas, que está em processo de implementação um pouco por todo o mundo. A Europa vai implementar o SEC 2010, de forma coordenada, em setembro de 2014.

1.2 A ESTRUTURA DE RECEITAS E DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM PORTUGAL

O universo da administração local é constituído pelas autarquias locais, que incluem os municípios e as freguesias, pelas entidades intermunicipais, que englobam as áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, pelas associações de fins específicos de municípios e freguesias e pelas empresas locais. De seguida, no quadro 1 explica-se resumidamente em que consistem estas várias formas organizativas derivadas das autarquias locais.

Quadro 1 - Universos da Administração Local e do Sector Público Local

Designação			Definição legal
Entidades individuais			Entidades
i)	Freguesia		Decreto de 10 de abril de 1976; Lei n.º 73/2013, de 03/09 e Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09
ii)	Município		
iii)	Entidade intermunicipal		
	iii-a)	Comunidade Intermunicipal (CIM)	Decreto de 10 de abril de 1976; Lei n.º 73/2013, de 03/09 e Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09
	iii-b)	Área Metropolitana	
iv)	Associação de autarquias locais com fins específicos		
	iv-a)	Associação de freguesias de fins específicos	Decreto de 10 de abril de 1976; Lei n.º 73/2013, de 03/09 e Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09
	iv-b)	Associação de municípios de fins específicos	
v)	Entidade empresarial local		Lei n.º 50/2012, de 31/08
	v-a)	Serviço municipalizado	Lei n.º 50/2012, de 31/08 e Lei n.º 73/2013, de 03/09
	v-b)	Serviço intermunicipalizado	
	v-c)	Empresa local	
vi)	Cooperativa ou fundação participada por município		Lei n.º 50/2012, de 31/08 e Lei n.º 73/2013, de 03/09
vii)	Associação participada não exclusivamente por municípios		Lei n.º 50/2012, de 31/08 e Lei n.º 73/2013, de 03/09
Agregações			Entidades incluídas
viii)	Autarquias locais		i) + ii)
ix)	Administração local (definição restrita de sector público local, aceção de contabilidade nacional)		Segundo SEC ¹
x)	Definição abrangente de sector público local		i) + ii) + iii) + iv) + v) + vi) + vii)

Fonte: elaboração própria a partir de Conselho de Finanças Públicas (2018)

¹ Âmbito variável; o agregado corresponde, em cada momento, ao conjunto de entidades incluídas no subsector institucional da administração local no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC); inclui tipicamente todas as unidades i) a iv) e ainda as entidades dos tipos v) a vii) que tenham sido classificadas neste subsector institucional nas últimas contas publicadas pela autoridade estatística nacional (Comissão Europeia [CE], 2014a e 2014b).

Nos termos do artigo 235.º da CRP, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, as quais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos e que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. Os municípios são as autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição do concelho, mediante órgãos representativos por ela eleitos. De acordo com Amaral (2006) as freguesias são as autarquias locais que visam a prossecução dos interesses próprios da população residente, dentro do território municipal, em cada circunscrição paroquial.

As entidades intermunicipais correspondem às áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, já as associações de freguesias e de municípios de fins específicos, constituem o universo do associativismo autárquico. Estas entidades têm a natureza de associações públicas de autarquias locais. As entidades intermunicipais têm, em síntese, atribuições no âmbito do planeamento e desenvolvimento regional e na prestação de serviços públicos essenciais, promovendo a articulação entre os municípios e os serviços da administração central em vários domínios. As associações de freguesias e de municípios de fins específicos são constituídas para promover determinados fins de interesse comum aos seus associados.

A atividade empresarial local é a atividade desenvolvida por municípios e associações de municípios, nas quais se inserem, as áreas metropolitanas, as comunidades intermunicipais e as associações de municípios de fins específicos, através de serviços municipalizados e intermunicipalizados e empresas locais, no âmbito das respetivas atribuições. Os serviços municipalizados são serviços integrados na estrutura organizacional dos municípios que dispõem de organização autónoma, sendo geridos de forma empresarial. Já, as empresas locais são as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais os municípios e associações de municípios podem exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante em virtude de deterem qualquer forma de controlo de gestão, designadamente a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, ou o direito de designar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão, de administração ou de fiscalização. Estas podem ser de natureza municipal, quando a influência dominante é exercida por um município, intermunicipal, quando exercida por dois ou mais municípios, por uma comunidade intermunicipal ou por uma associação de municípios de fins específicos ou metropolitana, quando exercida por uma área metropolitana.

As receitas e as despesas são classificadas, orçamentalmente, e segundo a ótica económica, por receitas correntes, receitas de capital, outras receitas, despesas correntes e despesas de capital. No quadro 2 apresenta-se a estrutura de receitas e despesas da administração local, da qual será efetuada uma sucinta explicação, com o intuito de melhor se perceberem os fluxos financeiros existentes entre o Governo Central e os Governos Locais.

O classificador económico das receitas e despesas a utilizar pelas autarquias locais na preparação dos documentos previsionais é o que resulta da adaptação da classificação económica das receitas e despesas públicas constante do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, às autarquias locais.

Apresenta-se agora uma explicitação sucinta dos agrupamentos do quadro relativos às receitas e despesas municipais. Os conceitos da classificação económica têm por base o ponto 11.2 - Contas de classificação económica, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e do classificador económico atualmente em vigor (Decreto-lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro de 2002).

Quadro 2 - Estrutura de receitas e despesas da administração local

Receita corrente	Despesa Corrente
Receita Fiscal	Despesas com o pessoal
Impostos diretos	Remunerações certas e permanentes
Imposto Municipal sobre Transmissões	Abonos variáveis e eventuais
Imposto Municipal sobre Imóveis	Contribuições para a Segurança Social
Imposto Único de Circulação	Aquisição de bens e serviços
Derrama	Juros e outros encargos
Outros	Transferências Correntes
Impostos indiretos	Subsectores das AP
Taxas, Multas e Outras Penalidades	Outras transferências
Rendimentos da Propriedade	Subsídios
Transferências Correntes	Outras despesas correntes
Administração Central	
das quais:	
Transferências do OE	
Fundo de Equilíbrio	
Financeiro	
Fundo Social	
Municipal	
Participação IRS	
Outros subsectores das AP	
União Europeia	
Outras transferências	
Venda de bens e serviços correntes	
Reposições não abatidas nos pagamentos	
Outras receitas correntes	
Receita de capital	Despesa de Capital
Venda de Bens de Investimento	Aquisição de bens de capital
Transferências de Capital	Transferências de Capital
Administração Central	Subsectores das AP
das quais:	Outras transferências
Transferências do OE	Outras despesas de capital
Fundo de Equilíbrio	
Financeiro	
Outros subsectores das AP	
União Europeia	
Outras transferências	
Outras receitas de capital	

Fonte: Elaborado pelo próprio com recurso à síntese de execução orçamental da Direção-Geral do Orçamento

A. Receitas

A classificação económica das receitas em receitas correntes e de capital, atende à sua incidência sobre o património e a regularidade ou normalidade da sua cobrança.

As receitas correntes são as que se repercutem no património não duradouro da autarquia e são provenientes de rendimentos no período orçamental, quer pelo aumento do ativo financeiro, quer pela redução do património não duradouro, esgotando-se o processo da sua cobrança dentro do período económico anual.

Já as receitas de capital são todas as receitas arrecadadas pelo município que alteram o seu património duradouro, porque aumentam o ativo e o passivo de médio e longo prazo ou reduzem o seu património duradouro.

Começando pelas receitas correntes apresentam-se os seguintes tipos:

- Impostos diretos, são o produto do imposto municipal sobre imóveis, o imposto municipal sobre veículos, o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, a derrama e os impostos abolidos, cuja cobrança reverte na íntegra para os municípios.
- Impostos indiretos, englobam as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços.
- Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais. Porém, importa clarificar a principal distinção entre impostos e taxas, o imposto consiste numa contribuição imposta a todos ou a uma certa categoria de pessoas, de acordo com a sua capacidade contributiva e destemida a financiar o Estado e as funções públicas em geral, sem destino específico. Já a taxa consiste na contrapartida de um serviço específico prestado pelo Estado (ou por outra pessoa coletiva pública) ou da vantagem decorrente da utilização individual de um bem ou do prejuízo causado a um bem coletivo, devendo haver uma correlação material entre o custo ou o valor da prestação individualmente recebida e o montante da taxa devida, não podendo este exceder substancialmente aquele. Ou seja, destina-se a financiar o serviço público prestado ou a pagar o benefício decorrente da utilização de um bem do domínio público, e não outras despesas públicas, não podendo ser desviado para outros fins. Nas Taxas, Multas e outros Emolumentos, incluem-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. As taxas compreendem designadamente: Mercados e feiras; Loteamentos e obras; Ocupação da via pública; Canídeos; Caça, uso e porte de arma; Saneamento; e Outras. No grupo das Multas e outras penalidades englobam-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.
- Rendimentos da propriedade abrangem as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).
- Transferências correntes, compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida. Integra vários tipos de subvenção atribuídos por qualquer entidade externa ao próprio município: empresas, particulares, entes de qualquer subsector das AP, entes da União Europeia, organizações internacionais, etc.. Olhando para os números, as transferências com significado material são as que têm origem no Estado (e Regiões Autónomas, no caso dos municípios insulares) e na UE.
- Venda de bens e serviços correntes, rubrica que inclui, na generalidade, as receitas, quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços. Às receitas enquadráveis neste capítulo estão subjacentes preços que correspondem a valores sensivelmente idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos.
- Outras receitas correntes, que têm um carácter residual, englobando as receitas que pela sua natureza não possam ser incluídas em nenhum dos itens anteriores.

Já no que respeita às receitas de capital, estas são as receitas arrecadadas pela autarquia que alteram o seu património duradouro, porque aumentam o ativo e passivo de médio e longo prazo ou reduzem o património duradouro da autarquia. As receitas de capital agregam:

- A venda de bens de investimento, que compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil.
- As transferências de capital, que correspondem aos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. Incluem-se aqui as receitas relativas a cauções e depósitos de garantia que revertem a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e ainda as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.
- Os ativos financeiros compreendem as receitas provenientes da venda e amortização de títulos do crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes do reembolso, a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.
- Os passivos financeiros, consideram-se as receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazo.
- As outras receitas de capital, trata-se de um capítulo económico com carácter residual, englobando as receitas não suscetíveis de classificação nas demais receitas de capital.

Importa também aqui clarificar o conceito de receitas próprias dos municípios, que são entendidas como os recursos financeiros que os mesmos podem arrecadar, à exceção das transferências ou dos empréstimos contraídos (DGAL, 2002). No subcapítulo 1.3 irá proceder-se a um maior desenvolvimento deste tema.

B. Despesas

As despesas podem ser classificadas, orçamentalmente segundo o trinómio: funcional, económica e orgânica. Segundo a classificação económica das despesas, estas podem ser correntes ou de capital.

As despesas correntes são todas as que revelem carácter permanente e afetam o património não duradouro da autarquia, determinando a redução do ativo líquido (despesas de funcionamento, transferências e subsídios). Estas subdividem-se em:

- Despesas com o pessoal, consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que a autarquia local, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários.
- Aquisição de bens e serviços, neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda, com a aquisição de serviços.

- Juros e outros encargos, a título de definição genérica, o termo juro designa habitualmente o montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um montante de capital, sem que este último se reduza. Nesta rubrica inscrevem-se as despesas referentes aos juros provenientes da contratação de empréstimos bancários, empréstimos por obrigações ou outros, os juros suportados com a locação financeira, bem como os juros a pagar pelo ressarcimento de importâncias provenientes da cobrança de impostos a mais ou indevidamente cobrados. Incluem-se ainda outros juros de dívidas contraídas, bem como as despesas inerentes, nomeadamente, a serviços bancários.
- Transferências correntes - neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local.
- Subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se subsídios os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.
- Outras despesas correntes: trata-se de uma rubrica económica com uma função meramente residual, na qual se registam as despesas correntes não incluídas nas restantes rubricas.
- As despesas de capital, são todas as que alteram o património duradouro da autarquia, determinando o seu crescimento na medida em que contribuem para a formação de capital fixo e para o bem-estar coletivo (investimentos e transferências). Nas quais se inserem, a aquisição de bens de capital (Investimentos, Locação financeira e Bens de domínio público).
- As transferências de capital revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença de, aqui, se destinarem a financiar despesas de capital das unidades recebedoras.
- Em ativos financeiros contabilizam-se as operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, nomeadamente, a serviços municipalizados.
- Os passivos financeiros, compreendem as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, de garantias. As despesas com passivos financeiros deverão incluir os prémios ou descontos que possam ocorrer na amortização dos empréstimos. De acordo com a legislação em vigor, não deverão ser consideradas as despesas inerentes à execução de avals.
- As outras despesas de capital, tratam-se de um agrupamento económico com carácter residual.

1.3 O NÍVEL DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM PORTUGAL E O FEDERALISMO FISCAL

O federalismo traduz-se na descentralização das funções do estado central, com intuito de delegar as matérias e decisões de âmbito público em níveis de governo mais próximos e conhecedores das necessidades das populações (Lima, 1898).

Para Correia (2014) a teoria do federalismo pretende definir os princípios teóricos capazes de nortear o exercício partilhado entre o estado central e os restantes níveis de governo com maior ou menor abrangência territorial. Já Barbosa (1998) defende que a organização federalista de governo distingue-se por três princípios, o da alocação eficiente dos recursos nacionais, o do aumento da participação política da sociedade e o da proteção das liberdades básicas e dos direitos individuais dos cidadãos. Para Friedrich (1968) a definição de federalismo consubstancia-se em problemas conexos com a conceptualização e assinalava-se pela divisão de poderes entre os diferentes níveis de governo. Era sua opinião que o federalismo era uma questão de processo.

Um regime federalista caracteriza-se pela opção por uma tipologia de governo desconcentrada que contemple todas as externalidades económicas subjacentes à produção de bens e serviços públicos. Segundo a teoria de Caetano (1986) nem sempre é fácil fazer a distinção entre um Estado unitário e um Estado Federal, isto porque há Estados unitários divididos por províncias amplamente descentralizadas com faculdades legislativas e executivas.

Também Miranda (1996) relatou-nos algumas dificuldades em descrever o federalismo, diferenciando Estados federais perfeitos, imperfeitos e fictícios, tendo concluído que a federação fictícia é uma espécie de Estado regional, embora na prática corrente seja difícil distingui-la da federação imperfeita. Miranda (1996) realça também que existem tantos Federalismos quantas as circunstâncias propiciadoras, tais como o federalismo norte-americano, o suíço, o alemão, o soviético, o europeu, etc.

Watts (2006) define o federalismo como um termo normativo que se refere à defesa nacional do governo multinível que combina elementos de governo partilhado e autogoverno regional, que está assente no valor presumido e na validade de combinar a união e a diversidade, assim como acomodar, preservar e promover identidades distintas no quadro de uma união política de maiores dimensões. Para Watts (2006) a essência do federalismo como princípio normativo é simultaneamente a perpetuação da união e não da centralização.

O federalismo fiscal para Rocha (2004) assume-se como uma maneira de tornar atuantes os princípios de autonomia (orçamental e de despesas) já previstos na maior parte das Constituições e, neste sentido, confunde-se com fenómenos como o regionalismo, o municipalismo ou até certas formas de descentralização. Esse mesmo federalismo fiscal aparece muitas vezes intimamente ligado ao problema das transferências de receitas públicas entre os diferentes níveis de governo.

Tal como foi originalmente definido por Richard Musgrave (1959) e Wallace Oates (1972), a expressão “fiscal federalism” diz respeito à divisão das funções do setor público financeiro entre os diferentes níveis de governo. Ao proceder a essa divisão, tem-se em vista melhorar o desempenho do setor público e a prestação dos seus serviços, garantindo uma boa articulação entre as competências e os recursos e instrumentos financeiros.

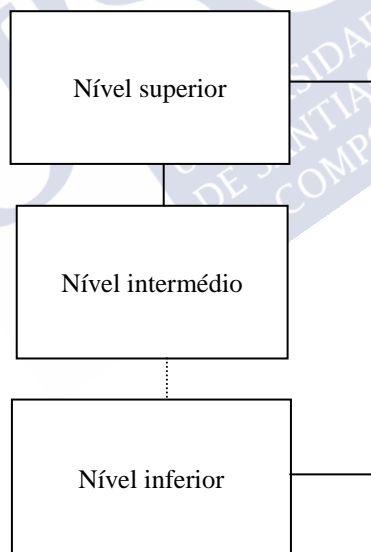
Segundo Oates (1972), uma organização federal é representada por um setor público com vários níveis decisórios tanto centralizados como descentralizados, em que as opções são

efetuadas por cada nível, no que concerne ao fornecimento de serviços públicos e por norma, são os residentes nessas regiões que determinam em grande parte a procura destes serviços. Para Oates (1972) o termo "federalismo" refere-se a um sistema político, dotado de uma Constituição que garante algum grau de autonomia e poder aos vários níveis de jurisdição. Em quase todos os Estados, os setores públicos são sempre mais ou menos federais, isto é, existem diferenciados níveis de Governo que prestam serviços públicos exercendo algum poder de decisão. O objeto do federalismo fiscal é, pois, o conjunto de questões relativas à estrutura vertical do setor público, ou, dito de outro modo, à intervenção do Estado na economia, a vários níveis.

Para a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) o federalismo fiscal também trata da divisão das responsabilidades entre os diferentes níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) ao conferir competências tributárias e obrigações de despesa pública às esferas governamentais, promovendo a descentralização económica e reconhece que pode ser utilizado como instrumento de organização política para se combater as desigualdades entre as regiões (Escola Nacional de Administração Pública, 2017).

A figura 4 representa as relações financeiras entre os diversos níveis de decisão. Tal como em Portugal, o nível superior (Estado Central), relaciona-se financeiramente com o nível intermédio (Administração Regional/Regiões Autónomas) e com o nível inferior (Administração Local/Autarquias Locais), não estando limitada a movimentação de fluxos financeiros entre as Regiões Autónomas e as suas próprias autarquias locais.

Figura 4 - Os três níveis de decisão



Fonte: Cabral (2018, p. 12)

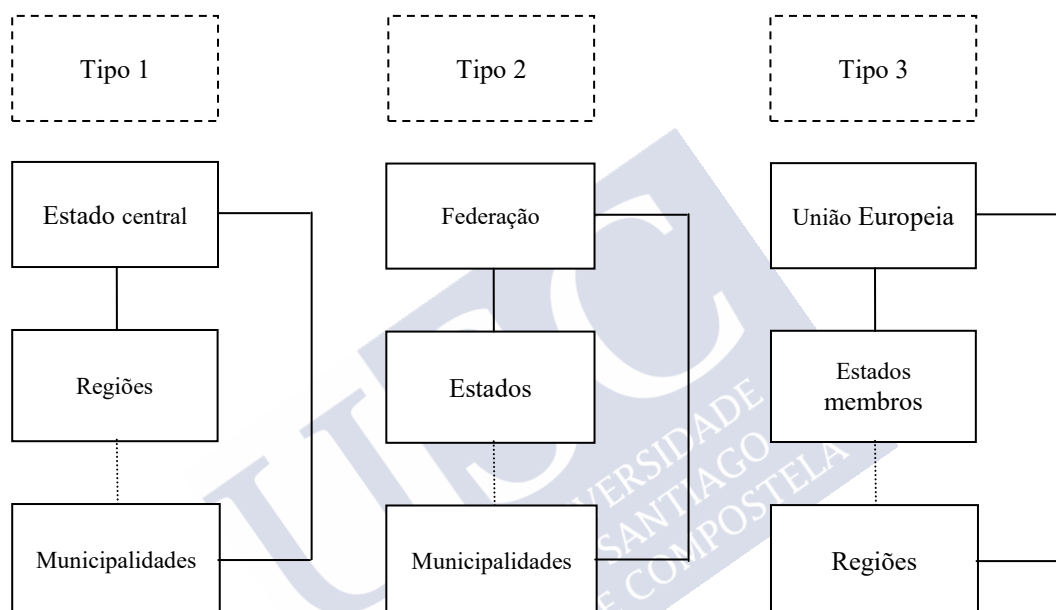
Cabral (2018) na figura 5 assinala também três outras experiências de federalismo financeiro. A primeira, a de um estado unitário regional, similar ao caso Espanhol e com algumas semelhanças ao caso Português, embora parcialmente. Na segunda experiência podemos apreciar a estrutura de um estado federal, similar aos Estados Unidos e por último, a estrutura da União Europeia.

Tal como já referenciado, no Estado português, é possível identificar a existência de três níveis de governo: o central (Estado), o regional (Regiões autónomas) e local (Autarquias locais). Assim, do reconhecimento de distintos centros de poder responsáveis pela satisfação de

necessidades públicas decorre a existência de múltiplas titularidades do poder tributário, as quais, muitas vezes, não gozam do mesmo status ou são até marcadas por diferenças significativas, nomeadamente no que tange aos Estados unitários que optaram por formas de descentralização/desconcentração política e administrativa.

A teoria do federalismo fiscal procura explicar, através de uma análise económica apoiada em critérios científicos, a necessidade de existência de diferentes níveis de Governo na busca da eficiência do gasto público e maximização do bem-estar. Na maioria dos governos, os modelos reais de inter-relações financeiras dos diferentes níveis de governo baseia-se em aspetos de ordem política, histórica, modelos e questões concretas.

Figura 5 - As três experiências do federalismo financeiro



Fonte: adaptado de Cabral (2018, p. 13)

Segundo Musgrave (1959), a organização de um sistema financeiro-tributário ótimo, deve ter em conta a equidade horizontal e vertical do imposto; a neutralidade do sistema fiscal (vista como a minimização da interferência nas decisões dos agentes económicos); a correção das ineficiências do mercado; a adequabilidade aos objetivos de estabilização e crescimento económico; a transparência e a minimização dos custos administrativos associados ao sistema.

Em teoria, os Governos podem exercer as suas funções fiscais, de repartição, estabilizadora e distributiva por meio das seguintes quatro formas de organização do poder financeiro: centralização, descentralização, federativa, ou por descentralização parcial. A plena centralização corresponde à forma unitária de governo, cujas funções fiscais são exercidas exclusivamente pelo Governo central, como foi, tradicionalmente, o caso português. Na absoluta descentralização os governos locais exercem a generalidade das competências fiscais. Já a organização governamental federativa, como é exemplo a Alemanha, Brasil e EUA, combina competências centralizadas e descentralizadas, num modelo cujas responsabilidades fiscais são partilhadas entre os diferentes níveis de governo e suas respectivas unidades federativas, ou seja, o setor público opera através de múltiplos centros decisórios, combinando os instrumentos do Governo central com outros centros administrados pelas instâncias infranacionais (Musgrave, 1959). Finalmente, na descentralização parcial existe uma

articulação das diferentes competências fiscais e financeiras entre os diferentes níveis de órgãos do poder público.

O federalismo fiscal implica assim uma distribuição de competências constitucionais fiscais entre os diferentes níveis de Estado, para que cada um, de modo autónomo e na medida das respetivas competências e capacidade de financiamento, exerça e discipline a gestão da realidade financeira pública e tributária, incluindo as transferências fiscais, a composição, a dimensão e a natureza da despesa.

Resumindo, o modelo governamental ótimo é aquele que permita uma perfeita correspondência entre oferta de bens pelo setor público e a procura dos agentes económicos que compõem essa comunidade. No seu teorema da descentralização, Oates (1972) declara que a maximização da eficiência económica do modelo federativo fiscal se dá sempre que exista uma perfeita correspondência entre as ações do Governo e a preferência dos grupos que o financiam. Neste modelo de Governo, a distribuição de competências tributárias seguiria três regras institucionais distintas: a competência concorrente; a competência compartilhada e finalmente a competência exclusiva. Diz-se que há competência concorrente quando os poderes podem ser exercidos por um ou mais órgãos em simultâneo, sendo que, no plano financeiro, diferentes níveis de Governo possam dispor de autonomia para estabelecer regras impositivas sobre uma mesma base de incidência, podendo fixar taxas de imposto e definir isenções. Esta concorrência pode ser absoluta ou relativa, sendo esta última a mais frequente. As competências compartilhadas referem-se a modelos tributários cujos níveis de Governo dividem o produto da arrecadação obtida sobre determinada base de incidência, tomando por referência critérios previamente definidos em lei, como é o caso português que consagra em lei o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e a lei das finanças das Regiões Autónomas, onde as diferentes esferas de administração pública (central, regional e local) partilham recursos e possuem poderes tributários próprios. Este modelo permite uma maior precisão e rapidez no processo de coordenação fiscal exercido pelo Governo central. A competência tributária exclusiva dá-se quando cada nível de Governo possui aptidão exclusiva para exercer a tarefa impositiva relativamente a um dado imposto. Nesse caso, os desequilíbrios fiscais são corrigidos por transferências intergovernamentais, através de mecanismos, tais como, fundos públicos de coesão e de equilíbrio financeiro dos governos locais.

Segundo Oates (2005), a teoria do federalismo fiscal pressupõe a existência de uma estrutura vertical de governação onde se combinam, conforme o princípio da descentralização política, competências e instrumentos operados pelo governo central e pelos governos subnacionais.

Conforme refere o artigo 6.º da CRP, Portugal é um Estado unitário e respeita, na sua organização e funcionamento, o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das Autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública. Preconiza, ainda, o n.º 2 do mesmo artigo, que os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem Regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio.

Desta forma, foi instituído em Portugal, por via da CRP, um sistema que concilia o caráter unitário do Estado com a autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e uma descentralização administrativa, em que o Estado Central só deverá intervir diretamente, quando os governos descentralizados, não cumpram as atribuições e poderes que lhes foram delegados junto das populações. Com o objetivo primordial de uma maior proximidade entre o ente responsável pela provisão de bens e serviços públicos e os seus respetivos destinatários.

Nos termos do artigo 288 da CRP, as leis de revisão terão de respeitar a autonomia das autarquias locais e a autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da

Madeira. Sobre esta matéria das finanças regionais da Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores, podemos destacar as obras produzidas por Ferreira (1985) e Franco (1991, 1992). As Regiões autónomas dos Açores e da Madeira, nos termos do estabelecido no artigo 227 da CRP, são pessoas coletivas territoriais que foram contempladas com o poder para instituir tributos próprios, nos termos da lei, e com a faculdade de adaptar o sistema fiscal nacional às especificidades regionais, nos termos de lei-quadro da Assembleia da República, no entanto com autonomia relativa, considerando que o Estado central impõe os seus limites por via da Lei das Finanças das Regiões Autónomas (Lei n.º 2/2013, de 2 de setembro).

Já as autarquias locais, no que concerne às prerrogativas de criar e cobrar tributos (autonomia tributária), é importante referir que, dependendo do tipo de tributos em causa (impostos, taxas, contribuições), os poderes dos Municípios poderão ser mais ou menos limitados, pois um aspeto importante do ordenamento jurídico português é a reserva de lei formal quanto aos impostos, o que quer dizer que estes apenas podem ser juridicamente disciplinados pelo Parlamento (Assembleia da república) ou pelo Governo, se munido de autorização legislativa. Logo, não se vislumbra uma autonomia tributária, tendo em vista as estritas balizas conformadoras do exercício do poder tributário impostas às Autarquias locais.

Tal como expõe Shah (1994), a divisão das fontes de receita entre níveis superiores e inferiores de decisão constitui a base da questão da determinação das receitas locais, principalmente as fiscais. Torna-se essencial que estas garantam as necessidades da despesa.

Desta forma e nos termos do art.º 14 do Regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), importa destacar que as Autarquias locais gozam de um reforço orçamental, decorrente da titularidade da receita de determinados impostos, sendo eles: o Imposto municipal sobre imóveis (IMI) e a parcela do produto do Imposto Único de Circulação (IUC). Porém, importa destacar que nesses impostos, a administração está sob a incumbência do ente central, o qual procede ao seu lançamento, liquidação e cobrança, competência essa da Autoridade Tributária e Aduaneira, do Ministério das Finanças. Logo, os municípios recebem apenas o crédito decorrente de tais impostos, havendo, portanto, uma relação jurídica de crédito público, regulada pelo direito financeiro. Acresce ainda a titularidade das receitas resultantes da cobrança de uma contribuição especial incidente sobre prédios rústicos que experimentem uma valorização decorrente da aprovação de planos de urbanização ou de obras de urbanização.

Nesta temática Musgrave (1998) tentou encontrar critérios para a determinação da receita fiscal e dos respetivos poderes (nível central, nível intermédio e nível local), conjugados com as funções financeiras musgravianas, tendo em consideração as características dos diferentes impostos. Ao nível local, Musgrave exemplificou três conjuntos de impostos: o imposto sobre a propriedade imobiliária, os impostos de taxas fixas, as taxas e as tarifas.

A partir da segunda metade do século XX, Qian e Weingast (1997) e Oates (2005) avançaram com uma nova geração da teoria do federalismo fiscal, centrada nos incentivos transmitidos aos governos locais, com o objetivo de promover a eficiência através da proximidade e conhecimento mais profundo das peculiaridades de cada jurisdição. Esta nova geração de federalismo fiscal desenvolveu ainda um sistema de transferências com elevados incentivos marginais ao crescimento da economia local e rejuvenescimento geracional da mesma (Oates, 2005), por forma a tornar os governos locais mais responsáveis pela população e por todo o desenvolvimento económico da jurisdição (Weingast, 2009).

No entanto, podem surgir conflitos entre diferentes níveis de governação devido à implementação de políticas por vezes divergentes, à dificuldade em afetar de forma eficiente os recursos e garantir uma distribuição justa dos resultados económicos.

No caso português, nos termos do n.º 2 do artigo 238 da Constituição da República Portuguesa, o regime das finanças locais, estabelecido por lei, visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. A participação dos municípios nos impostos do Estado encontra-se definida no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

Tal como referido por Correia (2014) embora a Constituição atribua tributação derivada às Autarquias locais, esses entes não são capazes de custear as suas responsabilidades apenas mediante a utilização de tais fontes tributárias. Consequentemente, não se pode vislumbrar uma autossuficiência económica dos entes descentralizados. Isso porque apresentam uma capacidade fiscal bastante reduzida pelas peculiaridades circundantes e mesmo pela dinâmica limitadora exercida pela legislação central.

Segundo Musgrave (1959) cabe ao Estado Central a essência da função redistributiva, assim como os bens mistos ou de mérito, cuja provisão pública é justificada por intuítos redistributivos, a prossecução da igualdade horizontal e a garantia de níveis mínimos de provisão podem justificar a centralização.

Fischer (2010) defende no seu estudo pós-crise financeira de 2007 que de facto, a diversidade fiscal é a característica fundamental e essencial dos sistemas federais. Estado individual e governos locais têm autonomia substancial para selecionar a política fiscal que melhor se adapte aos interesses, necessidades e ambições dos seus cidadãos, ou as ideais para a competitividade e desenvolvimento económico e social da região/concelho. Fisher (2010) defende também que sem diversidade, há poucos motivos a existência de governos subnacionais.

Considerando a discussão do tamanho dos governos, também Oates (1999) argumenta que, entre governos locais, pequenas unidades se ajustam melhor à variação de preferências do que grandes governos locais, ou, reciprocamente, que grandes governos locais são menos capazes de fornecer bens públicos distintos para vários grupos dentro da mesma região, devido à existência de custos de transação e de informação.

Assim, Tiebout (1956) sugere que o investimento em bens públicos locais poderá ser uma mais-valia em regiões com governos autónomos, porque trará competitividade entre as várias regiões. As famílias deslocar-se-ão para as regiões que lhe forneçam os serviços públicos locais que mais se adequem às suas necessidades. A ideia subjacente é a de que os “indivíduos votam com os seus pés”. Também a teoria de Samuelson (1954) defende que cada indivíduo funciona como um comprador em competição e torna-se indiferente a elevados preços e taxas e é guiado como que por uma mão invisível para obter a máxima posição social. Todavia, torna-se relevante aqui referenciar a opinião exposta por Bilhim (2004) que a nova filosofia de gestão, despertou o dirigente político para a importância e urgência de se adotar uma postura de gestão comum semelhante à do sector privado, ou seja, o município progressivamente tomou consciência do peso do seu voto, e de uma atitude passiva passou a avaliar o desempenho dos municípios, tal como faz nas relações comerciais, na ótica da avaliação preço vs. qualidade. Já Oates (1988) refere que os políticos têm motivações para financiar a sua atividade através do endividamento, considerando que os eleitores têm mais facilidade em conhecer os verdadeiros custos dos programas dos governos se tiverem de os financiar através de impostos. Desta forma, os políticos poderão estar a esconder dos eleitores os verdadeiros custo diretos dos programas.

Segundo Marks, Hooghe e Blank (1996) um dos elementos essenciais do modelo de governança multinível é que a tomada de decisão competências são compartilhadas por atores

de diferentes níveis governamentais, em vez de monopolizadas por um nível, como executivos do estado. Já Scharpf (2001) apresentou quatro diferentes modelos, o ajuste mútuo, as negociações intergovernamentais a direção hierárquica e a articulação das decisões.

No ajuste mútuo, os governos seguem suas próprias políticas, mas o fazem em resposta a, ou antecipação das escolhas políticas de outros governos, nas negociações intergovernamentais as políticas são coordenadas ou padronizadas por acordos entre governos, mas esses governos permanecem no controle total do processo de decisão. Eles não podem ser vinculados sem consentimento. Com a direção hierárquica, as competências são centralizadas e exercitadas sem a participação de outros governos. Já no que respeita à articulação das decisões, esta combina aspetos de negociações intergovernamentais e direção hierárquica. Os governos negociam sobre decisões que são implementadas usando diretivas.

Borrás (1998) demonstrou que o Fundo de Coesão pode parecer centrado no estado, em comparação com outras partes das políticas estruturais e de coesão, mas na realidade, na sua implementação, pode ser caracterizada como governança multinível. Também na governança multinível pode surgir o conflito por competências e a disputa por recursos, derivado dos vários níveis de governo, com esferas de competência inconstantes e mal definidas, e levar a uma busca contínua de princípios de distribuição decisória a serem aplicados (Marks, 1993). Neste seguimento, Boland (1999) introduziu o termo governança multinível contestada, sendo governança contestada um concurso multidimensional sobre poder, recursos e responsabilidade. Ele vem ainda demonstrar que o acesso ao financiamento torna-se essencial para todos os atores envolvidos e que a alocação de recursos é caracterizada pelo princípio da posse, onde aqueles com maior poder são mais bem-sucedidos relativamente às comunidades locais (Boland, 1999). Vem ainda sugerir que transferências em bloco às comunidades locais podem ser úteis para combater a desigualdade no acesso a recursos numa governança multinível.

A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, prosseguindo os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, consubstancia-se através de enumeras formas de participação (n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). Para Pereira e Silva (2002), a equidade territorial entende-se o criar condições para que todos os municípios possam apoiar todos os munícipes, independentemente do território onde residam, ou seja, o acesso a bens e serviços municipais considerados essenciais, em contrapartida de um preço fiscal semelhante. Verifica-se desta forma que os cidadãos que mais impostos pagam, têm acesso a melhores serviços públicos, ou seja, verifica-se desta forma um equilíbrio entre o preço fiscal e o bem público local (Pereira e Silva, 2002). Na visão de Bilhim (2004), numa autarquia produtora de serviços públicos, limitada por critérios geográficos, o racional da gestão da sua governação conduz-nos forçosamente às ideias de eficiência, eficácia e economia de escala.

Através de uma subvenção geral, determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cujo valor é igual a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas (IRS e IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); o FEF é repartido em 50 % como Fundo Geral Municipal (FGM) e 50 % como Fundo de Coesão Municipal (FCM) e a participação geral de cada município no FEF resulta da soma das parcelas referentes ao FGM e ao FCM. Desta forma, os municípios com maior capitação de receitas municipais, nos termos dos pontos 1, 2 e 4 do artigo 33.º, são contribuintes líquidos do FCM. Assim, o FGM corresponde a uma transferência financeira do Estado que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento. Já o FCM visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias, em benefício dos

municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais, e corresponde à soma da compensação fiscal (CF) e da compensação da desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO).

Mourão (2004) defendeu a necessidade, em permanência, de monitorizar os diversos desenvolvimentos atingidos nos espaços, debaixo de um sentido crítico. De facto, o registo postula-nos que as condições socioeconómicas das populações devem ser alvo de processos que confirmem consistência aos propósitos de desenvolvimento, evitando a ilusão de que atingidos que são certos patamares, logo as regiões criam sustentabilidade dos propósitos de progresso socioeconómico. Para Cabral e Almodovar (2010), “Os investimentos públicos podem ter um importante efeito na promoção da coesão territorial, social e económica. Fazer chegar ao interior algumas das infraestruturas de que o litoral dispõe há 20 anos pode contribuir para reduzir a condição periférica a muitas regiões do interior, criando novas oportunidades de desenvolvimento. As parcerias para a construção de estradas e autoestradas, a ligarem regiões do interior que completam o plano rodoviário nacional, asseguram que as regiões mais desfavorecidas têm acesso às redes viárias nacionais, em condições de eficiência e segurança semelhantes às do restante País” (Cabral e Almodovar, 2010, p. 6); daí que seja necessário intensificar o uso destes instrumentos de forma a tentar diminuir as elevadas assimetrias existentes, entre regiões e litoral/interior.

A compensação por desigualdade de oportunidades visa compensar certos municípios e respetivas populações pela diferença de oportunidades decorrente da desigualdade de acesso a condições necessárias para poderem usufruir de uma maior qualidade de vida, com melhores níveis de saúde, de conforto, de saneamento básico e de aquisição de conhecimentos.

Outra das subvenções específicas é determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios. Esta constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social.

Tendo em vista uma redistribuição mais democrática do poder por parte do governo central, foi também introduzida no RFALEI o Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), que constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado com vista ao financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais, decorrente da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Também Cabral e Almodovar (2010) defendem a teoria que “O investimento de iniciativa pública tem um contributo importante para a eficiência económica, mas é importante que o Estado seja criterioso na seleção de projetos para provisão de bens de capital essenciais ao funcionamento da economia” (Cabral e Almodovar, 2010, p. 1).

Conforme define o art.º 80-B do RFALEI, o financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais decorrente do processo de transferência de competências considera o acréscimo de despesa e de receita em que estas incorrem pelo exercício dessas competências e até 2021, os recursos financeiros a atribuir às autarquias locais e entidades intermunicipais para a prossecução das novas competências são anualmente previstos na Lei do Orçamento do Estado.

É também atribuída aos municípios uma participação variável de 5% no IRS, determinada nos termos do artigo 26º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo

78 do Código do IRS. Está também estabelecida no RFALEI, uma participação de 7,5% na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás. No entanto esta participação só será introduzida em 2020 (cf. artigo 8.º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto). Prevê ainda a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto a inclusão de uma nova parcela a ser distribuída pelos municípios, nos termos do n.º 3 do artigo 35 (excedente).

Também nos termos dos pontos 2 e 3, do artigo 22, da lei n.º 73/2013, para além do já referenciado, ainda poderão ocorrer transferências extraordinárias, designadamente: para financiamento de projetos de interesse nacional, desenvolvidos pelas Autarquias locais, de grande relevância para o desenvolvimento regional e local, correspondentes a políticas identificadas como prioritárias naquela lei, de acordo com os princípios da igualdade, imparcialidade e justiça. Isso sucede similarmente, nos casos de: Calamidade pública; Municípios negativamente afetados por investimentos da responsabilidade da administração central; Circunstâncias gravem que afetem drasticamente a operacionalidade das infraestruturas e dos serviços municipais de proteção civil; Reconversão de áreas urbanas de génese ilegal ou programas de reabilitação urbana quando o seu peso relativo transcenda a capacidade e a responsabilidade autárquica nos termos da lei.

Tenta-se desta forma impulsionar a justa repartição dos recursos públicos entre os entes públicos, de modo que se possa assegurar um padrão nacional na previsão de bens e serviços públicos, independentemente do aspeto territorial, tal com a CRP e o RFALEI definem. Ambiciona-se assim, impulsionar um nivelamento nacional das diversas localidades com vistas a assegurar o bem comum numa perspetiva uniforme. Sabendo-se, no entanto, das limitadas competências que os municípios têm no que concerne à capacidade arrecadação de receitas que e as suas limitações ao nível da despesa.

Contudo, são anualmente inscritos na Lei do Orçamento do Estado os montantes e as datas das transferências financeiras correspondentes às receitas municipais previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 25 e no artigo 30-A. Os montantes correspondentes à participação dos municípios nas receitas referidas no número anterior, com exceção da relativa ao FEF, são inscritos nos orçamentos municipais como receitas correntes e transferidos por duodécimos até ao dia 15 do mês correspondente.

A Direção-Geral das Autarquias Locais indica, até 31 de agosto de cada ano, os valores das transferências a efetuar para os municípios no ano seguinte. As variáveis e indicadores de cálculo das transferências para os municípios são parte integrante do relatório que acompanha a proposta de Lei do Orçamento do Estado.

Em 2019, o montante global da participação dos municípios nos impostos do Estado encontra-se fixado em 2.647 milhões de euros (M€), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado (OE) para 2019 - LOE/2019. No entanto, no que concerne ao período inicial e final do estudo, esta transferência correspondeu a 2.398 M€ em 2011 e situou-se nos 2.148 M€ em 2003. A participação prevista para o período 2015-2019 foi distribuída da seguinte forma: olhando para a tabela 1 que apresenta as transferências do Orçamento de Estado para os municípios, no período compreendido entre 2015 e 2019, podemos verificar a participação prevista para o período 2015-2019 e a sua distribuição. Cumpre assinalar que o valor transferido no ano 2011 (2.398 M€) é superior do ano 2016 (2.386 M€), o que demonstra bem a estagnação que as transferências do OE tiveram nos anos subsequentes ao estudo. A participação prevista para o período 2015-2019 foi distribuída da forma indicada na tabela 1.

Os duodécimos são calculados a partir dos valores constantes do Mapa XIX da LOE, relativo às transferências para os municípios, correspondendo a transferência mensal (ilíquida)

a transferir de janeiro a novembro ao inteiro de 1/12 daqueles valores. No mês de dezembro, é transferida a parte restante (valor total do fundo – 11 x duodécimo jan/nov).

Conforme se verifica na tabela 1, o Orçamento Estado para o ano 2019, contempla um aumento de 6,2% relativamente ao período homólogo, nas transferências para os municípios, destacando-se a transferência relativa ao n.º 3 do artigo 35 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao excedente dos impostos locais, que integrou pela primeira vez o conjunto de transferências do Estado central para os municípios. As restantes transferências tiveram aumentos residuais, com exceção do Fundo Social Municipal, que se tem mantido no mesmo montante ao longo dos últimos exercícios. De realçar, que o capítulo 2 vai visitar estas matérias nas leis das finanças locais que vigoraram na república portuguesa.

Tabela 1 - Orçamento de Estado - transferências para os municípios, em milhões de euros (2015/2019)

	OE 2015	OE 2016	OE 2017	OE 2018	OE 2019	Variação		
						2016-2017	2017-2018	2018-2019
Municípios	2.357	2.386	2.455	2.492	2.647	2,9%	1,5%	6,2%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.727	1.749	1.840	1.844	1.876	5,2%	0,3%	1,7%
Fundo Social Municipal (FSM)	163	163	163	163	163	0,0%	0,0%	0,0%
Participação no IRS	467	474	452	484	494	-4,7%	7,1%	2,0%
N.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013	0	0	0	0	114	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo próprio com recurso às leis de orçamento de estado (2015/2019)



CAPÍTULO 2: MARCO NORMATIVO SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS LOCAIS EM PORTUGAL E A SUA EVOLUÇÃO

Neste capítulo irá ser explanada a evolução histórica da lei das finanças locais, um dos mais relevantes instrumentos das finanças de uma autarquia local, que regula e define o que são receitas e despesas, como estas podem ser pagas e arrecadadas e analisando as Autarquias Locais no Estado Novo e no Pós-25 de Abril. Posteriormente passar-se-á à análise das principais alterações introduzidas pelas cinco Leis das Finanças Locais que existiram em Portugal, abordando essencialmente a questão das transferências da Administração Central e do endividamento autárquico definida nas referidas Leis.

Irá ser dado também enfoque aos documentos previsionais, como seja, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Será resumidamente explicada a forma de como estes documentos deverão ser elaborados, que princípios e regras eles devem cumprir. Assim como, será dada uma explicitação acerca da Prestação de Contas dos municípios e a forma como deverá ser apresentada e elaborada. Será dada também uma explicitação mais pormenorizada e prática, dos principais documentos que a integram: como sejam, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações. Também tentará clarificar-se as regras orçamentais e financeiras na relação entre os níveis de governo central e local em Portugal e será efetuada uma breve discussão relativamente à temática da competitividade e coesão dos governos locais.

2.1 AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ESTADO NOVO

Segundo Bilhim (2004), na perspetiva de Alexandre Herculano, o município, sendo precedente à constituição do Estado e sendo a sua origem na época do domínio romano, defendia a criação de uma organização social baseada nos municípios, tais eram as virtualidades que neles encontrava.

O conceito dos municípios ou concelhos portugueses tem assim origem na organização política criada pelos romanos, tendo-se mantido ao longo dos séculos como as estruturas básicas de organização local das populações. Apesar deste conceito se originar com os

romanos, este evoluiu sendo que o conceito atual de município remonta à Idade Média. Nas autarquias locais, a contabilidade surge regulada no primeiro Código Administrativo Português, aprovado por Lei de 31 de dezembro de 1836. As Câmaras Municipais da época tornaram-se obrigadas a apurar previamente as suas despesas e a lançar, em face do montante destas, as contribuições e derramas a que poderiam recorrer de forma a cumprir as suas atribuições. Este sistema que não se encontra neste aspeto muito desfasado da atualidade. Para além das diversas autarquias que foram sendo criadas pelas divisões administrativas que se sucederam ao longo do tempo, a instituição municipal foi a única que persistiu até aos nossos dias, apresentando-se sempre como sinal de autonomia face ao poder central.

O Estado Novo, regime político autoritário e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, com início em 1933, quis assinalar a entrada numa nova era, aberta pela Revolução Nacional de 28 de maio de 1926, marcada por uma conceção antiparlamentar e antiliberal do Estado. Este regime político promoveu modificações no seio dos municípios.

A reforma do Código Administrativo (1936-1940) elaborado por Marcelo Caetano foi uma das grandes reformas que tiveram lugar neste período. Esta reforma insistiu na centralização esvaziando competências suscetíveis de serem exercidas pelas autarquias locais, gerando diversas consequências. O poder passou a ser exercido de forma extremamente centralizadora e sectorializada. Os presidentes de Câmara e regedores de freguesias passaram a ser nomeados pelo poder central, estando assim a dependência política assegurada. Os vereadores, com os seus pelouros, passaram a desempenhar um papel menor, sendo a maioria dos assuntos tratados diretamente entre o presidente de Câmara e o Ministro ou Secretário da tutela, cujas resoluções eram dadas a conhecer aos vereadores que as aprovavam por unanimidade. As autarquias estavam sujeitas a apertada tutela administrativa e não dispunham de receitas próprias. As autarquias locais eram financiadas por subsídios e comparticipações concedidas pelo poder central, sem obediência rigorosa a qualquer critério de distribuição, em que o presidente de Câmara assumia um papel de súbdito em relação à política imposta pelo Governo. Os executivos municipais estavam limitados a exercer apenas a função de controlo, fiscalizando o cumprimento de normas definidas centralmente. A maior ou menor eficácia da sua ação dependia da capacidade em romper, por intermédio de influências pessoais, a paralisia da burocracia estatal. Os municípios portugueses eram obrigados a viver com as fracas capacidades de gestão e de recursos, decorrentes das comparticipações financeiras dadas pelo Poder Central, e com um quadro administrativo, sobretudo no setor técnico, reduzido a um mínimo de funcionários que se limitavam a assegurar as resoluções do dia-a-dia.

Para Leandro e Matias (1990), os setores onde se verificaram as maiores alterações derivadas da revolução do 25 de Abril, foram os da Administração Local. Só após a publicação da Lei nº 79/77, de 25 de outubro e da Lei nº 1/79, de 2 de janeiro (1.ª Leis das Finanças Locais) é que as autarquias locais ganharam autonomia face ao Estado.

Durante o período do Estado Novo, as autarquias locais eram afetadas com constrangimentos que bloqueavam a sua autonomia administrativa e financeira. No modelo Administrativo de 1936-40, que prevaleceu durante o Estado Novo, verificavam-se restrições do poder deliberativo dos municípios relativamente às taxas as seguintes situações. No que concerne a impostos foi verificada o predomínio de adicionais às contribuições e impostos do Estado, quer enquanto imposto de comércio e indústria ou de imposto de turismo. Existia uma arbitrariedade na distribuição dos subsídios e comparticipações definidos pelo poder central, sendo uma das principais fontes de receita. O Governo limitava o recurso ao crédito por parte dos municípios. Respeitava-se criteriosamente as regras do equilíbrio, no que tocava a

matérias orçamentais. Muitas das despesas feitas por parte dos municípios em obras do estado não davam direito a qualquer contrapartida. Muitas das atividades do município estavam condicionadas a uma tutela técnica do estado, consistindo na emissão de pareceres vinculativos por parte deste. Elevava-se o papel relevante que o chefe da secretaria detinha em matéria de contencioso tributário e a autonomia financeira dos municípios não foi atingida, atendendo ao escasso volume de verbas canalizado para o setor autárquico até então.

Nos termos do artigo 704 do Código Administrativo os impostos municipais nesse período são compostos pelos impostos diretos, que correspondem aos adicionais às contribuições dos impostos do estado, ao imposto de prestação de trabalho, ao imposto para serviços de incêndio; ao imposto sobre espetáculos, ao imposto de comércio e indústria ao imposto de turismo, e pelos impostos indiretos, que se relacionavam com as taxas aplicadas sobre os gados, géneros e artigos vendidos para consumo nos concelhos.

Em termos legislativos a situação manteve-se inalterada no período em causa e o Código Administrativo de 1940 foi o diploma que regulou esta matéria até 1974 (Bilhim, 2004). Este consagrava em toda a sua amplitude um sistema centralizador. O artigo 668 do referido diploma considerava a autonomia financeira dos municípios, porém, era uma autonomia muito limitava, desta forma, pelo seu artigo 55, a maioria das deliberações camarárias neste âmbito necessitavam da aprovação do Governo e do conselho municipal.

As receitas próprias eram escassas, o que originou com que os regimes de financiamento dos municípios fossem atribuídos por via de comparticipações ministeriais, o que gerava uma elevada dependência face ao poder central.

No Estado Novo era evidente a predominância do centro sobre a periferia, desta forma, as inúmeras divisões a que o país foi sendo sujeito passaram sempre por uma imposição do centro. O poder central governava os municípios e assumia funções do Estado, enviando os seus agentes especializados para as executarem.

Durante o período transitório, sendo ele bastante conturbado, não se verificaram grandes alterações em termos legais. Foram sim realizadas eleições democráticas para a administração local em 1976, e foram contemplados alguns artigos relevantes na Constituição da República, publicada nesse mesmo ano (título VII da sua Parte I – Organização do Poder Político) de cariz marcadamente descentralizador.

A Lei n.º 79/77 de 25 de outubro, veio definir um novo enquadramento no que respeita às atribuições e competências do poder local, como veremos no seguinte subcapítulo.

2.2 ENQUADRAMENTO FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO PÓS-25 DE ABRIL DE 1974

Segundo Bilhim (2004) o Estado Novo, após 41 anos de poder, foi derrubado no dia 25 de Abril de 1974 e foram dissolvidos os corpos administrativos do Estado Novo e designadas as comissões administrativas que asseguraram a gestão dos interesses locais até finais de 1976. Seguidamente, e após o 25 de Abril de 1974, as câmaras municipais voltaram a adquirir uma imagem muito positiva das populações. O Estado entrou em rutura completa devido às mudanças políticas. Graças à ação de muitos dos novos autarcas, as câmaras mobilizaram as populações, reuniram meios e resolveram problemas que se arrastavam há décadas e começou a haver um sentimento de mudança que germinou numa vontade de ampliar a autonomia da Administração Local.

As comissões administrativas passaram a conduzir-se quer ao nível da gestão financeira, quer ao nível das competências, pelas disposições do Código Administrativo de 1940, em tudo o que não contrariasse as novas disposições do Estado democrático então implantado, até à entrada em vigor da lei n.º 77/79 – Lei das Autarquias Locais (LAL). Esta Lei passou a definir as atribuições e competências das Autarquias Locais: juntas de freguesia, municípios e distritos. Assim, os órgãos autárquicos passaram a ser eleitos sem necessidade de homologação por parte do poder central, a democracia local foi inaugurada com a realização das primeiras eleições autárquicas a 12 de dezembro de 1976. Desta feita, a primeira tentativa de pôr cobro à distribuição arbitrária de verbas do poder central às autarquias teve lugar pelo Decreto-Lei n.º 768/75, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 416/76, de 27 de maio.

Para Bilhim (2004), a promulgação da Constituição Portuguesa de 1976 consagra a organização democrática das autarquias locais, estipulando os princípios do seu estatuto jurídico e da sua autonomia financeira e administrativa que lhe foi concedida nos termos do artigo 237 da Lei Fundamental. Esta reforma veio consagrar duas linhas extremamente importantes, a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a correção das desigualdades entre autarquias do mesmo grau. Desta forma, com vista a uniformizar a contabilidade das Autarquias Locais, com a dos serviços públicos, foi publicado o Decreto-lei n.º 243/79, de 25 de julho, que iniciou a reforma da contabilidade autárquica. Já o Decreto-lei n.º 341/83, de 21 de julho, veio introduzir a obrigatoriedade de elaboração de um plano de atividades e da sua posterior concretização. Estabeleceu também a utilização de uma classificação funcional e a elaboração de um sistema de fiscalização interna da execução da despesa. A Lei n.º 1/87, aprovada pela Assembleia da república, em 1986, veio salientar o papel da Associação Nacional de Municípios (ANMP)² como representante dos interesses do poder local.

2.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS LEIS DAS FINANÇAS LOCAIS PORTUGUESAS

O regime de finanças locais precedente à Constituição de 1976 concedia ao poder local muito pouca autonomia financeira e a distribuição das verbas pelos diversos níveis de governo era efetuada de forma arbitrária. Só em 1979 foi publicada a lei que decretou as bases das relações financeiras entre a administração central e a administração local, que irá a ser esmiuçada ao longo deste capítulo.

2.3.1 As principais alterações da Lei n.º 1/79

Foi a Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, que acabou por vir a revolucionar o paradigma existente até então, no que concerne às finanças locais. Este diploma relativamente a impostos, definiu que o produto da receita da contribuição predial rústica e urbana, do imposto sobre veículos, do imposto de turismo e do imposto para o serviço de incêndios, seriam receita dos municípios.

² A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local e, em especial: a representação e defesa dos Municípios e das Freguesias perante os órgãos de soberania; a realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local; a criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros; o desenvolvimento de ações de informação dos Eleitos Locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local; a troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros; a representação dos seus membros perante as organizações nacionais ou internacionais.

Também estipulou, que a derrama que poderia ser lançada, pelos municípios e pelas freguesias, seria até 10% da coleta líquida da contribuição predial, industrial e imposto de turismo cobrados e também concedeu uma participação, no mínimo de 18%, em diversos impostos estaduais sobre o rendimento. O quadro 3 compara o Código Administrativo com a lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, em termos de impostos.

Quadro 3 - Impostos no Código Administrativo vs. Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro

Impostos	Código Administrativo	Lei 1/79
Impostos de Prestação de Trabalho	Sim	Não
Impostos para Serviço de Incêndios	Sim	Sim
Impostos sobre Espetáculos	Sim	Não
Impostos de Comércio e Indústria	Sim	Não
Imposto de Turismo	Sim	Sim
Contribuição Predial Rústica	Até 35% da Coleta	Sim
Contribuição Predial Urbana	Até 17% da Coleta	Sim
Imposto sobre Veículos	Não	Sim
Imposto Profissional	Não	Sim (*)
Imposto Complementar	Não	Sim (*)
Contribuição Industrial	Até 14% da Coleta	Sim (*)
Imposto sobre a Aplicação de Capitais	Até 10% da Coleta	Sim (*)
Imposto sobre Sucessões e Doações	Não	Sim (*)
Sisa	Não	Sim (*)
Imposto sobre a Indústria Agrícola	Até 14% da Coleta	Não

(*) Participam em 18%, pelo menos, das receitas destes impostos, que constituem uma transferência

Fonte: elaboração própria a partir de Sedes (1990)

Na Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, ficaram definidas um conjunto de receitas que caberiam diretamente aos municípios -impostos locais- e estabelecido um valor mínimo a transferir para os municípios transferências de dois tipos. Esta Lei determinou que passariam a constituir receitas municipais, as cobranças de um conjunto definido de impostos locais, a contribuição predial autárquica, o imposto sobre os veículos, o imposto para serviço de incêndios e o imposto de turismo (alínea b), do artigo 5.º da Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro). Determinou também que os municípios comparticipariam no produto de um outro conjunto de impostos, o imposto profissional, o imposto complementar, a contribuição industrial, o imposto sobre aplicação de capitais, o imposto sobre sucessões e doações, e a sisa (alínea b), do artigo 5.º da Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro). Estas receitas eram repartidas pelos municípios de acordo com os critérios estipulados no ponto 1.º, artigo 9.º da Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, ou seja, 50% em função do número de habitantes, 10% em função da área do município e 40% em função da capitação dos impostos diretos cobrados no concelho respetivo.

Foi ainda criada uma nova comparticipação a ser inscrita no orçamento geral do Estado, dando assim origem ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), nos termos do estipulado no ponto 2.º, artigo 9.º da Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, a ser repartido pelos municípios:

- Em 35% em função do número de habitantes;
- Em 15% em função direta da área;
- Em 15% em função do número de freguesias;

- e 35% em função direta das carências dos municípios (consumo de eletricidade, consumo de água, rede viária, população jovem, população idosa e número de médicos).

A regra do mínimo a ser transferido obrigava a que a soma do FEF e dos impostos referidos não poderia ser inferior a 18% do total das despesas correntes e de capital do orçamento.

Para Cabo (2009) a primeira lei das finanças locais, a Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, condicionava a contração de empréstimos a entidades públicas de crédito (artigo 15, n.º 1). Subsequentemente, também não possibilitava que o montante dos empréstimos a curto prazo pudesse exceder 1/12 das receitas orçamentadas para investimento pelo município (artigo 15, n.º 3) e que os encargos anuais com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazo excedessem 20% do montante anual das receitas orçamentadas para investimentos (artigo 15, n.º 4). No respeitante a empréstimos de curto prazo estes só poderiam ser contratados para acorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, e os de médio e longo prazo só podiam ser contratados para aplicação em investimentos reprodutivos, de carácter social ou cultural e saneamento financeiro (artigo 15, n.º 2 e 3).

2.3.2 As principais alterações do Decreto-Lei n.º 98/84

A maior novidade em matéria fiscal do Decreto-Lei n.º 98/84, de 29 de março, deu-se com a criação de mais dois impostos: o imposto das mais-valias e a taxa municipal de transportes. Também com a criação do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em 1986, fez com que imposto de turismo, já estabelecido no artigo 704, do Código Administrativo, viesse a ser extinto. Este diploma, trouxe também uma alteração no apuramento do fundo de equilíbrio financeiro a atribuir aos municípios, contudo uma mudança pouco significativa na forma.

Para Camões (2005) a grande inovação reside na questão da repartição, uma vez que é definida uma percentagem de 5% do FEF a distribuir igualmente por todos os municípios, o que constitui a primeira medida no sentido de lhes garantir um financiamento mínimo. Os restantes critérios de repartição repetiam no essencial a abordagem da lei anterior, não obstante de que, a percentagem a distribuir em função das carências diminuiu de 35% para 20%, a percentagem a distribuir em função do número de freguesias diminuiu de 15% para 5%; e o número de habitantes passou a absorver 45% do FEF em vez dos 35% anteriores.

Também como principais mudanças podemos destacar os artigos 8.º e 9.º, que vieram separar as taxas, das tarifas e dos preços dos serviços, o artigo 10.º nas alterações em termos de empréstimos e com a criação dos contratos de reequilíbrio financeiro.

No que respeita a endividamento, segundo Cabo (2009) a segunda lei das finanças locais, veio alargar a possibilidade de recurso ao crédito, quer junto de quaisquer instituições de crédito nacionais (artigo 11, n.º 1), quer autorizando o financiamento direto dos municípios através da emissão de obrigações (artigo 11, n.º 3).

2.3.3 As principais alterações da Lei n.º 1/87

A Lei n.º 1/87 apresenta relevantes alterações e em síntese apresentam-se as mais significativas:

- O estabelecimento de um novo imposto local, a sisa (artigo 4 e n.º 6), trata-se de um imposto direto que incidia sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade e de outros direitos equiparáveis sobre bens imobiliários em Portugal, que foi substituído em 1 de janeiro de 2004 pelo IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis);
- Atualização do rendimento coletável dos prédios urbanos e rústicos, de acordo com índices a publicar na Lei do Orçamento do Estado (art. 6);
- Nova forma de cálculo do FEF que deixa de ser uma percentagem da despesa pública para passar a ser calculado com base na receita do IVA segundo a seguinte fórmula (art. 9):

$$FEF_n = FEF_{n-1} \times (IVA_n / IVA_{n-1})$$

Em que:

“n” é o ano a que se refere o Orçamento do Estado;

IVAn é o valor do Imposto Sobre o Valor Acrescentado previsto no Orçamento do Estado para esse ano;

e IVAn-1 é o valor do Imposto Sobre o Valor Acrescentado previsto no Orçamento do Estado anterior.

No que concerne aos regimes de subsídios e comparticipações (art. 13), o Governo poderá, tomar excecionalmente providências orçamentais necessárias à concessão de auxílio financeiro em situações de calamidade pública, quando as autarquias sejam negativamente afetadas por investimento da responsabilidade da administração central, quando ocorra a recuperação de áreas de construção clandestina ou de renovação urbana, na resolução de bloqueamentos graves nas áreas dos transportes municipais de bombeiros e na instalação de novos municípios ou freguesias.

Relativamente aos programas de cooperação técnica e financeira entre o Governo e as autarquias locais, no domínio do desenvolvimento regional e local, estipulados no artigo 14.º, destacam-se, os programas integrados de desenvolvimento regional, os contratos-programa de desenvolvimento, muito em especial no quadro de cooperação intermunicipal, os programas de reordenamento do litoral e os programas de desenvolvimento com caráter integrado que venham a ser definidos por lei ou regulamento das Comunidades Europeias.

Comparativamente ao Decreto-Lei 98/84, de 24 de março, verificou-se manutenção dos regimes de crédito autárquico e dos contratos de reequilíbrio financeiro, estipulados nos artigos 15.º e 16.º.

2.3.4 As principais alterações da Lei n.º 42/98

Segundo define o n.º 1, do artigo 5, da lei n.º 42/98, de 6 de agosto, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais é obtida mediante uma afetação financeira a estas, equivalente a 33% da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos do estado sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA). Assim, a receita do IRS, do IRC e do IVA estipulada no n.º 5.º, da lei n.º 42/98, de 6 de agosto, é a correspondente à cobrança líquida destes impostos no penúltimo ano relativamente ao qual o Orçamento do Estado se refere, excluindo, no que respeita ao IRC, a parte que corresponde às derramas.

O Fundo de Equilíbrio Financeiro, foi substituído por três fundos distintos e com objetivos diferentes: Fundo de Base Municipal (FBM); Fundo Geral Municipal (FGM) e

Fundo de Coesão Municipal (FCM). O FBM visa dotar os municípios de capacidade financeira mínima para o seu funcionamento, sendo repartido igualmente por todos os municípios³. O Fundo Geral Municipal visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento⁴. O montante do FGM é repartido por três unidades territoriais (UT), correspondentes ao continente, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira, correspondendo a 50% na razão direta da população residente, 30% na razão direta do número de municípios e 20% na razão direta da área⁵. A distribuição do FGM pelos municípios, dentro de cada unidade territorial, distribuíam-se assente nos seguintes critérios: 5% igualmente por todos os municípios, 35% na razão direta da população residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, 5% na razão direta da população residente com menos de 15 anos, 30% na razão direta da área ponderada por um fator relativo à amplitude altimétrica do município, 15% na razão direta do número de freguesias e 10% na razão direta do montante do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares cobrado aos sujeitos passivos residentes na área geográfica do município⁶. Desta forma, verifica-se que no âmbito do critério de distribuição do FGM, os municípios com maior população residente jovem, que atraíam mais população que gerem mais receitas, recebem mais recursos deste fundo. Desta forma, seria inevitável a existência de um fundo para corrigir as desigualdades entre os municípios.

O FCM conforme estipula o n.º 1.º, do artigo 13.º da lei n.º 42/98, de 6 de agosto, visava reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos e era distribuído com base nos índices de carência fiscal (ICF) e de desigualdades de oportunidades (IDO), os quais traduziam situações de inferioridade relativamente às correspondentes médias nacionais. O ICF de cada município correspondia à diferença entre a capitação média nacional das coletas dos impostos municipais referidas na alínea a), do artigo 16.º da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (contribuição autárquica, imposto municipal sobre veículos e imposto municipal de sisa) e a respetiva capitação municipal daqueles impostos. Por conta do FCM seria atribuído a cada município com capitação de impostos municipais inferior à capitação média nacional o montante necessário para que aquela capitação média fosse atingida em cada um deles, na razão direta do resultado da seguinte fórmula⁷:

$$\text{Habm} * (\text{CNIM} - \text{CIMm})$$

Em que:

Habm: população residente no município;

CNIM: capitação média nacional dos impostos municipais;

CIMm: capitação dos impostos municipais no município.

O remanescente do FCM seria distribuído por cada município na razão direta do resultado da seguinte fórmula⁸:

$$\text{Habm} + (1 + \text{IDOm})$$

³ Segundo o estabelecido no artigo 10.º da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (LFL).

⁴ Segundo o estabelecido no artigo 11.º da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (LFL).

⁵ Segundo o estabelecido no n.º 1, do artigo 12.º da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (LFL).

⁶ Segundo o estabelecido no n.º 2, do artigo 12.º da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (LFL).

⁷ Segundo o estabelecido no n.º 1, do artigo 14.º da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (LFL).

⁸ Distribuição do FCM, art.º 14.º, n.ºs 2, 4, e 5, da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (LFL), na redação da Lei n.º 94/2001, de 2.º de agosto.

Sendo $IDOm > 0$ e $IDOm = (IDS_n - IDS_m)$

Em que:

Hab_m: população residente no município;

IDO_m: Índice municipal de desigualdade de oportunidades do município;

IDS_n: Índice nacional de desenvolvimento social;

IDS_m: Índice de desenvolvimento social do município.

O IDO representa a diferença de oportunidades positiva para os cidadãos de cada município, decorrente das desigualdades de acesso a condições necessárias para poderem ter uma vida mais longa, com melhores níveis de saúde, de conforto, de saneamento básico e de aquisição de conhecimento⁹.

Portanto, existe o FBM que visa dotar os municípios de capacidade financeira mínima para o seu funcionamento, sendo repartido igualmente por todos, o FGM que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento e o FCM visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é distribuído com base nos índices de carência fiscal e de desigualdade de oportunidades, os quais traduzem situações de inferioridade relativamente às correspondentes médias nacionais. Para Camões (2005) os critérios têm vindo a progredir no sentido de identificar carências que não se reduzam só às condições materiais, mas também às condições qualidade de vida, educação, etc. O método de cálculo do ICF e do IDO e a sua utilização para a repartição do FCM, faz com que alguns municípios mais favorecidos não sejam contemplados, o que se traduz numa abordagem muito mais redistributiva da política de transferências. Veio também ser estipulado no art.º 15.º, da lei n.º 42/98, de 6 de agosto, a criação de um fundo a transferir diretamente para as freguesias, o fundo de financiamento das freguesias.

Para Cabo (2009) e no que respeita a endividamento, a Lei n.º 42/98, eliminou a regra de que os empréstimos contraídos perante entidades privadas não podem ocasionar «encargos nem condições de amortização mais desfavoráveis do que os que resultem da sua contração, em equivalentes condições de acesso, perante instituições públicas de crédito nacionais» (artigo 15.º, n.º 8 da Lei n.º 1/87), a qual foi substituída pela regra de que os municípios «podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei» (artigo 23.º, n.º 1 da Lei n.º 42/98).

De acordo com o estipulado no n.º 2, do art.º 23.º, lei n.º 42/98, o endividamento municipal passou a estar imperativamente sujeito aos princípios do rigor e da eficiência e tinha como objetivos a minimização de custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo, a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização e a não exposição a riscos excessivos (Paixão e Cadilha, 2001). Os n.ºs 4.º e 5.º, do art.º 23.º, da lei n.º 42/98 vieram estabelecer prazos máximos de vencimento para os empréstimos de médio e longo prazo.

⁹ N.º /s 1 e 3, do art.º 13.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (LFL).

2.3.5 As principais alterações da Lei n.º 2/2007

O n.º 1, do art.º 1.º da lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, veio estabelecer o regime financeiro dos municípios e das freguesias. Este diploma define as receitas dos municípios e freguesias e a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, e estabelece o regime legal dos poderes tributários a exercer pela administração local.

A lei n.º 2/2007 assenta em determinados princípios fundamentais, estabelecidos nos seus artigos 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 49.º e 50.º, que definem o propósito e objetivos deste documento, cujo conteúdo se passa a resumir:

- **Princípio da Coerência:** o regime financeiro das autarquias respeita o princípio da coerência com o quadro de atribuições e competências que legalmente lhes está cometido, ou seja, prevê regras que visam assegurar o adequado financiamento de novas atribuições e competências (Artigo 2.º).
- **Princípio da Autonomia Financeira dos municípios e das freguesias:** Os municípios e as freguesias têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. Autonomia financeira dos municípios e das freguesias assenta, designadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos (Artigo 3.º).
- **Princípios e Regras orçamentais:** Os municípios e as freguesias estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental (Artigo 4.º).
- **Princípio da Transparência Orçamental:** na existência de um dever de informação mútuo entre o Estado e as Autarquias Locais, como garantia da estabilidade orçamental e da solidariedade recíproca (cfr., tb., art. 50º); na obrigação das Autarquias Locais prestarem aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, informação sobre a sua situação financeira (cfr., tb., art. 49º).
- **Promoção da Sustentabilidade:** o regime financeiro dos municípios e das freguesias deve contribuir para a promoção do desenvolvimento económico, para a preservação do ambiente, para o ordenamento do território e para o bem-estar social (Artigo 6.º).
- **Participação das autarquias nos recursos públicos:** a participação de cada autarquia nos recursos públicos é determinada nos termos e de acordo com os critérios previstos na lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, visando o equilíbrio financeiro vertical e horizontal (Artigo 7.º).

Segundo Ferreira (2009) com a reforma do regime de financiamento autárquico, efetuada de acordo com o previsto no Programa do XVII Governo Constitucional Português¹⁰, esta lei incidiu sobre três bases fundamentais, como sejam, o reforço da autonomia local numa ótica de descentralização de competências, por via de um reforço dos poderes tributários das autarquias e da diversificação de fontes de receitas próprias.

Outra das bases fundamentais, passava por assegurar uma maior coesão territorial e solidariedade entre o Estado e as autarquias, através da alteração do Fundo de Coesão Municipal (FCM) e das alterações efetuadas ao nível dos critérios de repartição da transferência anual do Orçamento de Estado que visaram obter maior justiça na repartição dos recursos públicos. Os novos critérios de distribuição do Fundo Geral Municipal assentam preponderantemente na população (65%), em detrimento de critérios anteriores como o do número de freguesias. A lei n.º 2/2007 fixa a percentagem das transferências através do FCM, por aplicação do princípio da solidariedade intermunicipal, em 50% do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Os critérios de distribuição do Fundo de Coesão fomentam então a solidariedade

¹⁰ O Programa do XVII Governo Constitucional visa dar a Portugal um rumo para a sua modernização e desenvolvimento, com coesão social.

entre municípios: os municípios que estejam 1.25 vezes acima da capitação média nacional de impostos locais contribuem para aqueles que estão abaixo de 0.75 vezes a média nacional.

Finalmente, outro dos pilares da lei, era o de cimentar a credibilização da gestão autárquica ao nível da transparência e rigor na administração local, com a criação de um novo conceito de endividamento autárquico com novos limites de endividamento e um novo regime de recurso ao crédito.

Estabelece o n.º 1 do artigo 19.º da lei nº 2/2007 que a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, prosseguindo os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, consubstancia-se numa subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) cujo valor é igual a 25,3% da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas (IRS e IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA). Uma outra subvenção específica determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM) cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios. Assim como, numa participação variável de 5% no IRS, determinada nos termos do artigo 20.º da LFL, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

O Fundo de Sustentabilidade Municipal (FSM), de acordo com o Artigo 24.º n.º 1 da referida Lei, constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social (n.º 1 do artigo 24.º da LFL). As despesas elegíveis para financiamento através do FSM são, designadamente (n.º 2 do artigo 24.º da LFL):

- As despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público, nomeadamente as remunerações de pessoal não docente, os serviços de alimentação, as despesas com prolongamento de horário e transporte escolar;
- As despesas de funcionamento corrente com os três ciclos de ensino básico público, nomeadamente as remunerações de pessoal não docente, os serviços de alimentação, as atividades de enriquecimento curricular e o transporte escolar, excluindo apenas as do pessoal docente afeto ao plano curricular obrigatório;
- As despesas com professores, monitores e outros técnicos com funções educativas de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas de iniciação ao desporto e às artes, bem como de orientação escolar, de apoio à saúde escolar e de acompanhamento socioeducativo do ensino básico público;
- As despesas de funcionamento corrente com os centros de saúde, nomeadamente remunerações de pessoal, manutenção das instalações e equipamento e participações nos custos de transporte dos doentes;
- As despesas de funcionamento dos programas municipais de cuidados de saúde continuados e apoio ao domicílio, nomeadamente as remunerações do pessoal auxiliar e administrativo afeto a estes programas, transportes e interface com outros serviços municipais de saúde e de ação social;
- As despesas de funcionamento de programas de promoção da saúde desenvolvidos nos centros de saúde e nas escolas;
- As despesas de funcionamento de creches, jardins-de-infância e lares ou centros de dia para idosos, nomeadamente as remunerações do pessoal, os serviços de alimentação e atividades culturais, científicas e desportivas levadas a cabo no quadro de assistência aos utentes daqueles serviços;

- As despesas de funcionamento de programas de ação social de âmbito municipal no domínio do combate à toxicodependência e da inclusão social.

Também refere o n.º 3 do artigo 28.º da LFL que as despesas de funcionamento referidas podem, na parte aplicável, integrar a aplicação de programas municipais de promoção da igualdade de género, nomeadamente na perspetiva integrada da promoção da conciliação da vida profissional e familiar, da inclusão social e da proteção das vítimas de violência.

Ainda relativamente a este assunto, o Artigo 28.º, estipula que a repartição do FSM é fixada anualmente na Lei do Orçamento do Estado, sendo distribuída proporcionalmente por cada município, correspondendo a 35% de acordo com indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico de cada município, a 32,5% de acordo com indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal e a 32,5% de acordo com indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, jardins de infância, lares, centros de dia e programas de ação social de cada município.

De acordo com o Artigo 20.º n.º 1 da LFL, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. Esta participação depende de deliberação da assembleia municipal sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à Direção-Geral dos Impostos, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos (n.º 2 do artigo 20.º da LFL). O primeiro ano em que os municípios passaram a dispor desta faculdade é o de 2009, tendo estes que comunicar à Direção-Geral dos Impostos, até 31 de dezembro do ano de 2007, a percentagem variável de IRS de que pretendem dispor. A ausência da referida comunicação ou a receção da comunicação para além do prazo legalmente estabelecido equivale à falta de deliberação (n.º 3 do artigo 20.º da LFL). Nestas situações a percentagem variável de IRS a que o município tem direito é de 5%. Caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior a 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerada como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável suprarreferida, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes (n.º 4 do artigo 20.º da LFL). Importa ainda referir que em relação aos mecanismos de compensação artigo 29.º da LFL estipula o seguinte:

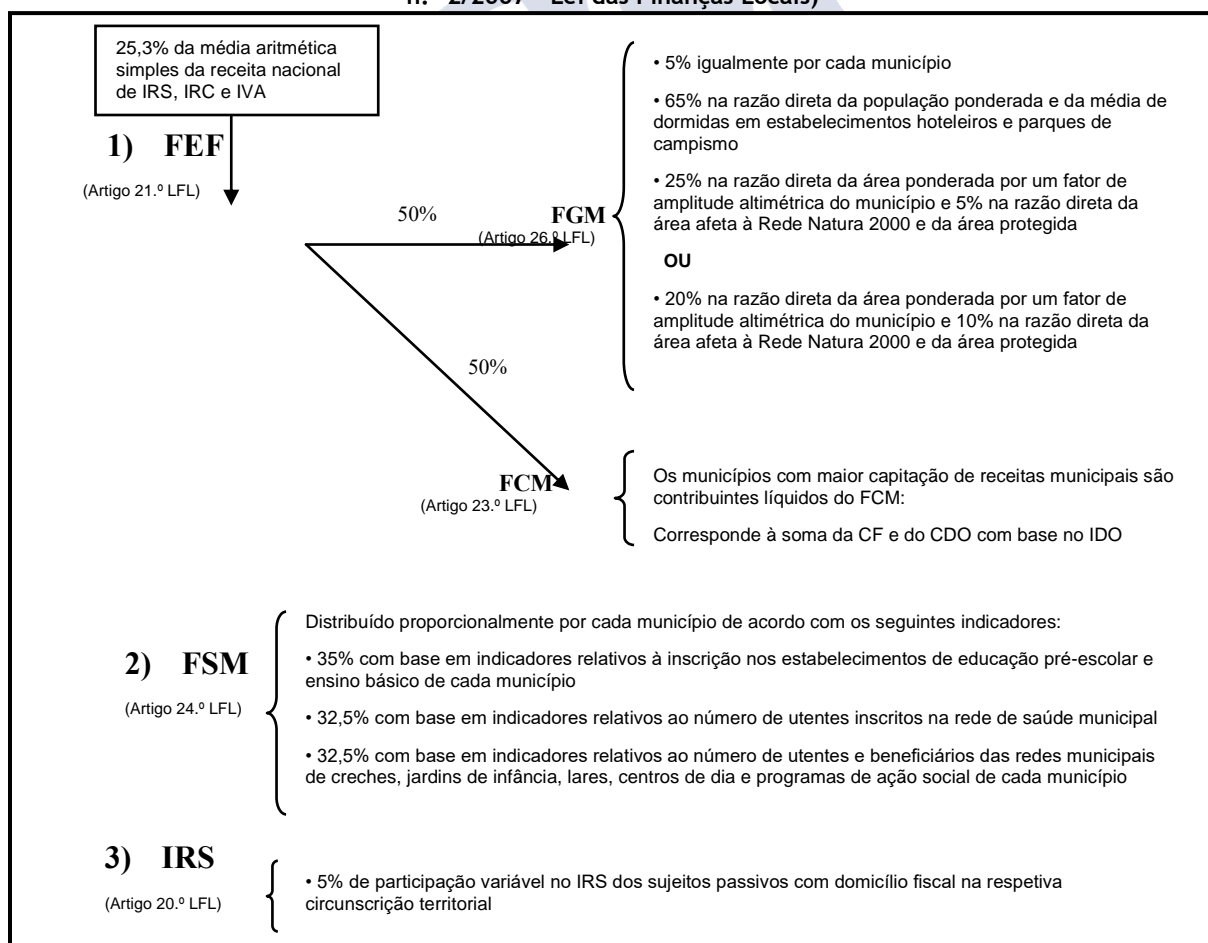
- A participação de cada município nos impostos do Estado, incluindo os montantes do FEF, FSM e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, não pode sofrer uma diminuição superior a 5% da participação nas transferências financeiras do ano anterior para os municípios com capitação de impostos locais superior a 1,25 da média nacional, nem uma diminuição superior a 2,5% da referida participação, para os municípios com capitação inferior a 1,25 vezes aquela média.
- A participação de cada município nos impostos do Estado, incluindo os montantes do FEF, FSM e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, não pode sofrer um acréscimo superior a 5% da participação relativa às transferências financeiras do ano anterior.

O quadro 4 representa de uma forma sintética a forma como é feita a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais nos termos da lei n.º 2/2007.

De acordo com o estipulado nos art.s 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º e 16.º da lei n.º 2/2007, são receitas dos municípios:

- O produto da cobrança dos impostos municipais: Imposto municipal sobre imóveis (IMI); Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT); Imposto municipal sobre veículos (IMV).
- O produto da cobrança de derramas;
- O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município;
- O produto da participação nos recursos públicos: Fundo de Equilíbrio Financeiro; Fundo Social Municipal; Participação variável no IRS;
- O produto da cobrança de encargos de mais-valias;
- O produto de multas e coimas;
- O rendimento de bens próprios, móveis ou imóveis;
- A participação nos lucros de sociedades e nos resultados de outras entidades em que o município tome parte;
- O produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do município;
- O produto da alienação de bens próprios, móveis ou imóveis;
- O produto de empréstimos, incluindo as resultantes da emissão de obrigações municipais;
- Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios.

Quadro 4 - Repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais (Artigos 19º a 28º da Lei n.º 2/2007 - Lei das Finanças Locais)



Fonte: adaptado de Ferreira (2009)

De realçar que este diploma, conjugado com o regime geral das taxas das autarquias locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro), veio permitir alguma discricionariedade na cobrança de taxas e preços, passando a ser permitido a cobrança de receitas que não eram por norma as receitas típicas dos municípios. Tal como, a taxa municipal de direitos de passagem aplicável aos serviços de comunicações fixas, a taxa turística entre outras, estabelecidas em lei ou regulamento próprio.

Segundo Cabo (2009), com a entrada em vigor do orçamento do Estado para 2007 e da quinta lei das finanças locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), o limite global ao montante endividamento líquido do conjunto dos municípios foi substituído por um limite ao montante de endividamento líquido de cada município, definido de acordo com o conceito de necessidades líquidas de financiamento, em contabilidade nacional, e calculado tendo por referência um cabaz composto pelas principais receitas dos municípios. Tal como Fernandes (2007) afirma, este diploma veio reforçar a importância da fiabilidade e conformidade da informação produzida pelos diferentes sistemas contabilísticos, uma vez que se exige dos mesmos a produção de indicadores quantitativos que regulem o Endividamento líquido legalmente admissível com o novo conceito de Endividamento Líquido na obediência das regras estabelecidas no SEC 95 (Sistema Europeu de Contas)¹¹. Desta forma a dívida municipal passou a relevar a dívida total do Estado, consubstanciada neste novo conceito de endividamento líquido municipal.

A expressão numérica deste conceito é traduzida na seguinte fórmula (Fernandes, 2007):

$$ELstockRp \leq 125\%$$

Em que:

ELstock é stock de endividamento líquido

Rp é Recursos próprios, o que inclui Impostos municipais, participações do município no FEF, participação no IRS, derrama e participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.

A nova Lei das Finanças Locais define três níveis de endividamento autárquico:

- Empréstimos de curto prazo para a resolução de dificuldades pontuais de tesouraria (Artigo 38.º n.º 3 da LFL), os quais devem ser amortizados no prazo de 1 ano após a sua contração;
- Endividamento líquido municipal compatível com o SEC 95, considerando-se o endividamento municipal enquanto stock para o qual são estabelecidos limites, nos artigos 37.º e 39.º da LFL;
- Endividamento de médio e longo prazo, empréstimos que podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem estar devidamente identificados no respetivo contrato, ou ainda para proceder ao saneamento ou ao reequilíbrio financeiro dos municípios (Artigo 38.º n.º 4 e 5 da LFL).

¹¹ O SEC 95 é versão do sistema de contas nacional (SNC) das Nações Unidas adaptada às estruturas das economias dos Estados Membros da União Europeia, designada de Sistema Europeu de Contas Nacional e Regional (SEC 95). Constitui uma referência de base para as estatísticas sociais e económicas da União Europeia e seus Estados-Membros. O SEC é de aplicação obrigatória na elaboração das contas de todos os Estados Membros, ou seja, a contabilidade nacional deve fornecer informação de acordo com as normas estabelecidas no SEC 95.

2.3.6 As principais alterações da Lei n.º 73/2013

O novo diploma, lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, veio estabelecer, através do seu art.º 1.º, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, enquanto a anterior lei estabelecia o regime financeiro dos municípios e das freguesias. Consideram-se Entidades intermunicipais as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais, como se indicou no subcapítulo 1.2.

O setor local está sujeito aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, que expressamente o refiram e, sem prejuízo dos estabelecidos no art.º 3.º, da LFL, que a seguir se enumeram:

- Princípio da legalidade: A atividade financeira das autarquias locais exerce-se no quadro da Constituição, da lei, das regras de direito da União Europeia e das restantes obrigações internacionais assumidas pelo Estado Português (art.º 4.º);
- Princípio da estabilidade orçamental; as autarquias locais estão sujeitas, na aprovação e execução dos seus orçamentos, ao princípio da estabilidade orçamental (art.º 5.º);
- Princípio da autonomia financeira: as autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos (art.º 6.º);
- Princípio da transparência: A atividade financeira das autarquias locais está sujeita ao princípio da transparência, que se traduz num dever de informação mútuo entre estas e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira (art.º 5.º);
- Princípio da solidariedade nacional recíproca: O Estado e as autarquias locais estão vinculados a um dever de solidariedade nacional recíproca que obriga à contribuição proporcional do setor local para o equilíbrio das contas públicas nacionais (art.º 8.º);
- Princípio da equidade intergeracional: A atividade financeira das autarquias locais está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, de modo a não onerar excessivamente as gerações futuras, salvaguardando as suas legítimas expectativas através de uma distribuição equilibrada dos custos pelos vários orçamentos num quadro plurianual (art.º 9);
- Princípio da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais: A atividade financeira das autarquias locais desenvolve-se no respeito pelo princípio da estabilidade das relações financeiras entre o Estado e as autarquias locais, devendo ser garantidos os meios adequados e necessários à prossecução do quadro de atribuições e competências que lhes é cometido nos termos da lei (art.º 10.º);
- Princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado: A coordenação entre finanças locais e finanças do Estado tem especialmente em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o país e a necessidade de atingir os objetivos e metas orçamentais traçados no âmbito das políticas de convergência a que Portugal se tenha vinculado no seio da União Europeia (art.º 11.º);
- Princípio da tutela inspetiva: O Estado exerce tutela inspetiva sobre as autarquias locais e as restantes entidades do setor local, a qual abrange a respetiva gestão patrimonial e financeira. (art.º 13.º).

O Capítulo IV da LFL (art.º 40.º a 47.º) impõe novas condicionantes ao processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais e reforça as regras orçamentais, estabelecendo alguns preceitos respeitantes a quatro aspetos relevantes para a gestão dos orçamentos locais. Assim, estabelece-se o seguinte:

- Em relação ao equilíbrio orçamental, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas (art.º 40.º);

- Em relação à anualidade e plurianualidade, os orçamentos das autarquias locais são anuais; mais a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado (art.º 41.º);
- Relativamente à unidade e universalidade, os orçamentos das autarquias locais e das entidades intermunicipais compreendem todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira (art.º 42.º);
- No que respeita à não consignação, não pode afetar-se o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas (art.º 43).

As receitas dos municípios estão estabelecidas entre os art.ºs 14.º a 22.º, da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Constituem receitas municipais as seguintes:

- O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º;
- O produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º;
- A parcela do produto do imposto único de circulação que caiba aos municípios, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho;
- O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 15.º e 16.º;
- O produto da participação nos recursos públicos determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes;
- O produto da cobrança de encargos de mais-valias destinados por lei ao município;
- O produto de multas e coimas fixadas por lei, regulamento ou postura que caibam ao município;
- O rendimento de bens próprios, móveis ou imóveis, por eles administrados, dados em concessão ou cedidos para exploração;
- A participação nos lucros de sociedades e nos resultados de outras entidades em que o município tome parte;
- O produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do município;
- O produto da alienação de bens próprios, móveis ou imóveis;
- O produto de empréstimos, incluindo as resultantes da emissão de obrigações municipais;
- outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios.

Desta forma, para além dos impostos locais, das taxas, das coimas, multas, derramas e preços, uma fonte de financiamento para os Municípios é o recurso ao empréstimo. Conforme define o art.º 48.º, o endividamento autárquico orienta-se por princípios de rigor e eficiência, prosseguindo como objetivos a minimização de custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo, a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização e a não exposição a riscos excessivos.

No que diz respeito ao regime de crédito, conforme estipula o art.º 49.º, os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei. Tal como estipula o art.º 50.º, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados. Já os empréstimos de médio e longo prazo podem concretizar-se através da emissão de obrigações, caso em que os municípios podem agrupar-se para, de acordo com as necessidades de cada um deles, obterem condições de financiamento mais vantajosas (art.º 49.º).

Segundo o artigo 52.º da lei n.º 73/2013 que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, substituindo desta forma os limites apurados com base no endividamento líquido constantes na anterior lei.

Com a publicação deste diploma, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, passam a apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. O Auditor externo passa a ter de se pronunciar sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei e as autarquias locais. Também as entidades intermunicipais, as entidades associativas municipais e as entidades do setor empresarial local, passam a divulgar no respetivo sítio eletrónico, a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo (Gonçalves et al 2013).

O presente diploma (lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), por via da lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, sofreu inúmeras alterações relevantes e de grande impacto para as finanças locais. Embora eles não constituam o objeto central desta tese, considerando que o período analisado na parte empírica antecede essas mudanças normativas, importa aqui referenciá-las pela sua relevância:

- A eventual redução de transferências do OE para as autarquias locais (AL) apenas pode ocorrer no âmbito do PDM ou do PDE; até 2021, as transferências do OE incluem um adicional resultante: i) de uma variação percentual igual à variação das receitas fiscais previstas no Programa de Estabilidade aplicada à participação das autarquias locais nos impostos do Estado; ii) do diferencial entre as transferências do OE 2018 e o cálculo das transferências de acordo com o estabelecido no RFALEI (art. 5.º).
- Criação de uma nova receita municipal relativa à proteção civil (art. 14.º).
- Prevê-se que o regulamento a aprovar pela assembleia municipal contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios, tenha em consideração a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional (art. 16.º).
- Neste domínio destacam-se as seguintes previsões legais: As câmaras municipais deliberarem proceder à cobrança dos impostos municipais, pelos seus próprios serviços, ou pelos serviços da entidade intermunicipal que integram, nos termos a definir por diploma próprio; Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, delegarem nas entidades intermunicipais, ou contratualizar com serviços do Estado a liquidação e ou a cobrança de taxas e tarifas municipais, nos termos equivalentes à liquidação e cobrança dos impostos municipais (art. 17).
- A Derrama deixa de ser fixada anualmente e após deliberação em assembleia municipal, esta vigora até nova deliberação (art. 18.º).
- Estabelece-se a obrigação da DGAL publicar semestralmente no respetivo sítio na Internet uma lista dos instrumentos de cooperação técnica e financeira e de auxílio financeiro celebrados por cada ministério (art. 22.º).
- Possibilidade de os municípios e freguesias colaborarem com a administração central, ou com outros organismos da administração pública, na prossecução de atribuições ou competências desta (art. 22.º-A).
- Incrementa nos municípios uma participação de 7,5% na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás, a partir de 2020 (art. 25.º).

- Definição das regras de participação dos municípios na receita do IVA, sendo que os critérios de distribuição serão estabelecidos por portaria a publicar (art. 26.º-A).
- Criação do novo Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), que constitui uma transferência financeira do OE com vista ao financiamento das novas competências das AL e das entidades intermunicipais (art. 30.º-A).
- As variáveis e indicadores de cálculo das transferências para os municípios passam a ser parte integrante do relatório que acompanha a proposta de LOE (art. 31.º).
- Passa a prever-se que a Compensação Fiscal (CF) de cada município é diferente consoante o valor da capitação média do município (CMMi) face à capitação média nacional (CMN) da soma das coletas do imposto municipal sobre imóveis (IMI), do imposto municipal sobre transmissões onerosas (IMT), da parcela sobre o produto do imposto único de circulação e da participação na receita do IVA (art. 33.º).
- Alterações no cálculo das variações máximas e mínimas da participação dos municípios nos impostos (inclusão do IRS e alteração das variações percentuais); alteração na forma de distribuição pelos municípios do excedente resultante do cálculo das variações máximas e mínimas; definição do excedente como transferência de capital (art. 35.º).
- É alterado o n.º 4 deste preceito, estabelecendo que se consideram amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo (art. 40.º).
- Os limites do Quadro Plurianual Municipal deixam de ser vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento para passarem a ser vinculativos para o ano do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes (art. 44.º).
- Prevê-se que o orçamento inclua ainda a proposta das grandes opções do plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos, com nota explicativa que a fundamenta (art. 46.º).
- Em caso de atraso na aprovação do orçamento das autarquias locais, mantém -se em execução o orçamento em vigor no ano anterior, com as modificações que, entretanto, lhe tenham sido introduzidas até 31 de dezembro (art. 46.º-A).
- É alterado o n.º 5, estabelecendo-se que o pedido de autorização à assembleia municipal para a contração de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de demonstração de consulta e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (art. 49.º).
- Alteração das condições para contração de empréstimos a médio e longo prazo (art. 51.º).
- Possibilidade de o plano de saneamento dispensar a deliberação de taxas máximas de impostos locais se a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar a adoção de medidas financeiras de efeito equivalente (art. 59.º).
- Obrigatoriedade de os municípios prestarem trimestralmente informação à DGAL sobre celebração de contratos em regime de parcerias público-privadas, concessões e execução de contratos em vigor (art. 78.º).
- Introduz o financiamento das novas competências das AL e das entidades intermunicipais decorrente do processo de transferência de competências; considera o acréscimo de despesa e de receita em que estas incorrem pelo exercício dessas

competências e até 2021, os recursos financeiros a atribuir às AL e entidades intermunicipais para a prossecução das novas competências serão anualmente previstos na LOE (art. 80.º-B).

2.4 DOCUMENTOS PREVISIONAIS (ORÇAMENTO E AS GOP)

2.4.1 Orçamento das autarquias locais

Franco (1995) define o orçamento em finanças públicas como sendo a autorização para cobrar receitas e efetuar despesas durante um ano económico, a qual condiciona toda a atividade da administração do exercício. Logo, o orçamento das autarquias, sendo um documento contabilístico onde estão previstos todos os encargos ou aplicações e onde são computadas as receitas ou origem de fundos, para um período de tempo determinado, após aprovação pelos órgãos próprios, converte-se na lei económica orçamental do governo local (Carvalho, 1996). Assim, o orçamento municipal, destina-se a orçar a receita e a autorizar a aplicação do seu produto nos serviços ou melhoramentos municipais durante um ano económico. É uma previsão de recebimentos e pagamentos, para um período de um ano civil, que pressupõe a autorização pelo órgão competente (neste caso, a Assembleia Municipal) para que o órgão executivo (Câmara Municipal) possa arrecadar receitas e assumir compromissos até aos montantes estabelecidos no orçamento. O orçamento é estruturado com base num classificador económico das despesas e das receitas, divididas em correntes e de capital e aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

A preparação dos orçamentos das autarquias locais obedece a um conjunto de princípios orçamentais e contabilísticos, bem como a regras previsionais, nos termos do que está previsto quer na Lei de Finanças Locais, quer nos diplomas que instituíram o POCAL, designadamente o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro; o Decreto-lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro; e o Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril (Correia, Ferreira e Portela, 2003).

A gestão económica e financeira autárquica está consubstanciada no orçamento da Autarquia. O Estado e em particular as autarquias locais, desempenham a sua atividade, no ano civil, subordinando a sua ação ao orçamento das receitas e das despesas, aprioristicamente determinadas.

As autarquias, para atender aos interesses próprios das respetivas populações, isto é, para promover a satisfação das necessidades coletivas, têm de criar e desenvolver serviços públicos locais, cuja atividade implica a realização de despesas, traduzindo-se estas na afetação de unidades monetárias. Assim, ano após ano, as autarquias, tem que quantificar, em termos monetários, toda a atividade económica, política e administrativa, possibilitando pela previsão e aplicação regular dos recursos arrecadados o equilíbrio entre as receitas e as despesas.

No essencial, os princípios orçamentais e contabilísticos em que assenta a elaboração do Orçamento Municipal, de acordo com o ponto 3.1 do POCAL, são os seguintes:

- **Independência Orçamental:** os orçamentos das autarquias locais não são abrangidos por relações de subordinação, ou seja, na sua elaboração, aprovação e execução são independentes do Orçamento de Estado.
- **Anualidade:** traduz-se no facto de o orçamento ter um período de validade correspondente ao ano civil, o que implica uma votação anual do orçamento pela

Assembleia Municipal. Estamos perante um sistema de orçamento de gerência, no qual se preveem anualmente as receitas que a Autarquia irá cobrar e as despesas que irá pagar durante o ano, independentemente do momento em que tenham surgido juridicamente. Neste sistema, o elemento de referência é a data de recebimento ou de pagamento (base de caixa).

- **Unidade e Universalidade:** O orçamento das autarquias locais é unitário, e compreende todas as receitas e despesas autárquicas. Por essa razão, as receitas e despesas dos serviços municipalizados deverão fazer parte deste orçamento, e por isso, indicados em termos globais, conforme o exige o ponto 7.2 do POCAL. Entende-se, no entanto, para cabal cumprimento destes princípios, que os documentos previsionais dos serviços municipalizados, nomeadamente o orçamento, deveriam constar em anexo ao orçamento da autarquia, e serem aprovados na globalidade.
- **Equilíbrio:** corresponde à necessidade de todas as despesas previstas no orçamento terem de ter efetivamente recursos suficientes para a sua cobertura. Além disso, mais importante ainda, o equilíbrio também se impõe ao nível das receitas correntes que deverão sempre ser no mínimo iguais às despesas correntes.
- **Especificação:** diz respeito à individualização/apresentação de cada receita e de cada despesa de forma discriminada, no sentido de permitir melhor controlo público. No cumprimento desta regra da especificação, as despesas são fixadas segundo uma classificação orgânica, económica e funcional.
- **Não consignação:** as receitas públicas devem ser indiscriminadamente destinadas à cobertura das despesas e não (quaisquer receitas) afetadas à cobertura de despesas em especial.
- **Não compensação:** As receitas e as despesas devem ser inscritas no orçamento de forma bruta e não líquida, que o mesmo é dizer, sem qualquer compensação ou desconto. De outro modo não se conheceriam as várias fontes de recursos da autarquia, nem os diversos gastos que se propõe realizar.

O orçamento das autarquias locais apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas, de acordo com o quadro e código de contas descritos no POCAL. É constituído por dois mapas, o mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável e o mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica, a que acresce o dos serviços municipalizados, quando aplicável.

A 2ª edição do POCAL comentado (Carvalho et al., 2006), apresenta uma discriminação dos elementos que no entender dos referidos autores deve conter na proposta de orçamento os seguintes elementos/aspetos:

1. Proposta de aprovação dos documentos previsionais.
2. Mapas orçamentais:
 - a. Resumo das Receitas e das Despesas;
 - b. Orçamento das Receitas por classificação económica;
 - c. Orçamento das despesas por classificação económica e por orgânica (este optativo).

Estes mapas não são suficientes como mapas para aprovação do orçamento (Carvalho et al., 2006). Por isso mesmo, estes autores propõem que se acrescente os seguintes mapas previsionais:

- d. Mapa Plurianual das Atividades mais Relevantes (embora optativo);
- e. Mapa das Grandes Opções do Plano;
- f. Orçamento de tesouraria.

3. Relatório da proposta do orçamento, que contém a apresentação e a justificação dos valores orçamentais propostos.
4. Normas regulamentares de execução do orçamento.

2.4.2. As Grandes Opções do Plano (GOP'S)

Tal como estipula o ponto 2.3 do POCAL nas Grandes Opções do Plano (GOP's) são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica.

A 2ª edição do POCAL comentado (Carvalho et al., 2006), propõe a seguinte modelo estrutura para este documento:

1. Quadro referência de intervenção municipal
 - Objetivos e intervenções estratégicas para o ano a que se refere o documento;
 - Intervenções sectoriais a desenvolver pelos Pelouros e por objetivos estratégicos definidos no SIADAP;
 - Identificação das ações, no quadro das atribuições da autarquia, delegadas nas: freguesias, empresas municipais ou outras entidades criadas por diploma legal.
2. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
 - Mapa discriminativo de todas as ações por objetivos;
 - Mapas síntese por: grupos económicos da despesa, capítulos orgânicos, por objetivos e por funções;
 - Mapa indicativo das ações com financiamento externo.
3. Plano plurianual das atividades mais relevantes (Facultativo)
 - Mapa discriminativo de todas as atividades por objetivos;
 - Mapas síntese das ações do plano por: grupos económicos da despesa, capítulos orgânicos, por objetivos e por funções;
 - Quadro indicativo das ações com financiamento externo.
4. Fontes de Financiamento
 - Mapa dos contratos-programa celebrados, com identificação das ações a que se destinam;
 - Mapa dos empréstimos contraídos, com capital por utilizar, com afetação às respetivas ações;
 - Apresentação de eventuais contratos-programa a celebrar, identificando as ações a que se destinam (financiamentos não definidos);
 - Mapas dos empréstimos a contrair, tendo em conta o limite máximo de endividamento para o período de quatro anos, referindo as ações a financiar (despesa com financiamento não definido).
5. Anexos
 - Plano Plurianual de Investimentos a desenvolver por empresas municipais e por outras entidades constituídas ou participadas exclusiva ou maioritariamente pela autarquia;
 - Plano Plurianual de Investimentos a desenvolver pelas freguesias com contratos-programa para o investimento, ou subsídios ao investimento.

Estabelece o ponto 2.3.1 do POCAL que o plano plurianual de investimentos das autarquias locais, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações a

realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

No plano plurianual de investimentos devem ser discriminados os projetos e ações que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos. Na elaboração do plano plurianual de investimentos, em cada ano, devem ser tidos em consideração os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

De acordo com este ponto, pode-se constatar que o PPI é um documento que define, para um horizonte móvel de quatro anos, todos os projetos e ações que a Autarquia prevê realizar no âmbito dos objetivos definidos, explicitando a respetiva previsão da despesa, ou seja, especifica a atividade das Autarquias Locais em matéria de investimentos, pelo que se encontra relacionado com o Orçamento Inicial. Assim, o Plano, ao definir os objetivos que o Executivo pretende atingir, torna-se num importante instrumento de gestão pois:

- Estabelece os objetivos que a Autarquia se propõe atingir;
- Hierarquiza as necessidades da Autarquia e fixa prioridades de atuação em função dos recursos previstos;
- Discrimina os projetos e ações a desenvolver no âmbito de atuação da Autarquia e na perspetiva da concretização dos objetivos definidos;
- Identifica as dotações orçamentais que asseguram o financiamento das ações previstas;
- Permite a criação de um sistema de acompanhamento e controlo da atividade económica da autarquia.

Neste instrumento de gestão, estão considerados 3 grandes objetivos, que incluem os serviços gerais da Administração Pública e Administração Geral, as Funções Social e as Funções Económicas, podendo subdividir-se cada um deles, em Programas, Subprogramas, Projetos e Ações.

O Plano das Atividades mais Relevantes é um documento que deverá ser construído e executado na linha do PPI e deverá contemplar a principais atividades imateriais, de natureza corrente que a entidade se propõem desenvolver, num horizonte móvel de 4 anos.

2.5 PRESTAÇÃO DE CONTAS

Tal como referido por Marques (2003), como princípio fundamental do direito financeiro moderno, todos os gestores públicos devem prestar contas, do início ao termo do seu exercício de funções ou por gerência.

Desta feita, o Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas¹² referentes ao ano financeiro, conforme o preceituado na alínea i) n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é elaborada e aprovada a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, para a respetiva submissão à apreciação e votação do órgão deliberativo. Cabe à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º do referido diploma legal. Os documentos deverão ser elaborados em conformidade com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º

¹² Segundo o estabelecido no POCAL: 1 - Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimento, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras. 2 - Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 que aprovou o novo sistema contabilístico das autarquias locais.

Os Documentos de Prestação de Contas (DPC) são apresentados no Quadro 5, conforme estabelece a Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção¹³ - Tribunal de Contas, de 12 julho de 2001, alterada pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro.

Os modelos de prestação de contas anuais das entidades públicas e as normas da sua elaboração obedecem a modelos uniformes apresentados nos pontos 5, 7 e 8 do POCAL, e também às instruções do Tribunal de Contas (resolução 4/2001, de 18 de agosto). O POCAL, no seu ponto 1 refere que os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução do Plano Plurianual de Investimentos, o Mapa de Fluxos de Caixa, bem como os anexos às Demonstrações Financeiras.

O n.º 2 do ponto 2 - Considerações Técnicas, do POCAL considera como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas, os seguintes:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Verifica-se que os documentos de prestação de contas exigidos pelo POCAL são essencialmente documentos financeiros: Balanço, Demonstração de Resultados e Anexos. No entanto, é também exigido o Relatório de Gestão que apresenta e justifica os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos.

¹³ Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção alterada pela Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro de 2013. Instruções N.º 01/2001 – 2.ª S – Instruções Para A Organização E Documentação Das Contas Das Autarquias Locais E Entidades Equiparadas, Abrangidas Pelo Plano Oficial De Contabilidade Das Autarquias Locais (Pocal). O Tribunal de Contas, em sessão de 12 de julho de 2001, nos termos do disposto na alínea b) do art.º 6º e alínea e) do n.º 1 do art.º 78º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, deliberou que as contas das autarquias locais e entidades equiparadas sujeitas ao POCAL deverão ser organizadas e documentadas de acordo com as presentes Instruções: I - Documentos de prestação de contas. 1. Os documentos de prestação de contas são os que se encontram definidos no POCAL nessa qualidade, outros igualmente ali constantes, bem como um terceiro conjunto não previsto naquele, todos discriminados no ANEXO I das presentes Instruções. 2. Consideram-se integradas no Grupo 1 do ANEXO I as autarquias locais e entidades equiparadas cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indicatória das carreiras do regime geral da função pública, arredondado de acordo com as normas legais. 3. Consideram-se integradas no Grupo 2 aquelas cujo movimento anual da receita seja inferior ao limite estabelecido no número anterior. II - Documentação a remeter ao Tribunal de Contas. 1. As autarquias locais e entidades equiparadas integradas no Grupo 1 do ANEXO I, apenas deverão enviar ao Tribunal de Contas os documentos n.ºs. 1, 2, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 17, 26, 28, 29, 30, 31, 33 e 37. 2. As integradas no Grupo 2 e que não tenham sido dispensadas da remessa de contas deverão enviar ao Tribunal de Contas os documentos n.ºs. 6, 7, 9, 10, 11, 12, 26, 28, 29, 30, 31, 33 e 37.

NOTA: Com a Resolução n.º 26/2013, a secção II das instruções n.º 01/2001 – 2.ª S, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, passa a integrar a seguinte redação: «II [...] 1 — 2 — 3 — 4 — Os órgãos executivos das entidades públicas participantes, a que se refere a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, qualquer que seja o valor da respetiva participação no capital social, devem enviar, conjuntamente com os respetivos documentos de prestação de contas, e sempre que se apliquem, os seguintes elementos: a) Mapa das participações da entidade (anexo 1); b) Relatório e contas das sociedades comerciais previstas no artigo 3.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nas quais exerçam uma influência significativa, acompanhados dos respetivos elementos seguidamente identificados: i) Ata da deliberação de aprovação do relatório e contas; ii) Cópia da certificação legal de contas, se emitida; iii) Relação nominal dos responsáveis. c) Deliberações dos órgãos executivo e deliberativo, previstas no artigo 61.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, bem como os estudos técnicos, económicos e jurídicos que fundamentaram o sentido da deliberação; d) Planos de integração ou internalização referidos no n.º 12 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; e) Mapa da alienação da totalidade ou de parte do capital social de empresas locais e de outras sociedades comerciais (anexo 2) e cópias dos respetivos documentos comprovativos; f) Identificação de eventuais medidas adotadas no âmbito do artigo 65.º da Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.» 3 — A presente Resolução aplica -se aos documentos de prestação de contas do exercício financeiro findo em 2013, a serem remetidos em 2014, e transitoriamente aos documentos de prestação de contas dos exercícios financeiros seguintes, até à revisão da Resolução n.º 04/ 2001 -2.ª Secção.

A prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas, a par da exigência de qualidade na gestão pública local, impulsionaram os municípios a utilizar estruturas de serviços distintas das que outrora operavam, adequando os seus modelos organizacionais. De facto, os municípios deslocaram a sua atuação para outras organizações, nomeadamente as de natureza empresarial, que detêm ou controlam, passando assim a agir numa lógica de grupo municipal.

Assim, uma visão global da situação financeira do grupo é prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas, incluindo o município, não possibilita uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, dificultando deste modo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

Quadro 5 - Documentos Obrigatórios da Prestação de Contas

N.º	Designação	Código POCAL
1	Balanço	5
2	Demonstração de Resultados	6
3	Plano Plurianual de Investimentos	7.1
4	Orçamento (Resumo)	7.2
5	Orçamento	7.2
6	Controlo orçamental da despesa	7.3.1
7	Controlo orçamental da receita	7.3.2
8	Execução do Plano plurianual de investimentos	7.4
9	Fluxos de caixa	7.5
10	Contas de ordem	7.5
11	Operações de tesouraria	7.6
12	Caracterização da entidade	8.1
13	Notas ao balanço e demonstração de resultados	8.2
14	Modificações do orçamento – receita	8.3.1.1
15	Modificações do orçamento – despesa	8.3.1.2
16	Modificações ao Plano plurianual de Investimentos	8.3.2
17	Contratação administrativa – Situação dos contratos	8.3.3
18	Transferências correntes – despesa	8.3.4.1
19	Transferências de capital – despesa	8.3.4.2
20	Subsídios concedidos	8.3.4.3
21	Transferências correntes – receita	8.3.4.4
22	Transferências de capital – receita	8.3.4.5
23	Subsídios obtidos	8.3.4.6
24	Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1
25	Ativos de rendimento variável	8.3.5.2
26	Empréstimos	8.3.6.1
27	Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2
28	Relatório de gestão	13
29	Guia de remessa	
30	Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta	
31	Norma de controlo interno e suas alterações	2.9
32	Resumo diário de tesouraria	12.2.9
33	Síntese de reconciliações bancárias	
34	Mapas de fundos de manio	
35	Relação dos emolumentos notariais	
36	Relação de acumulação de funções	
37	Relação nominal de responsáveis	

Fonte: Elaborado pelo próprio com base na resolução 4/2001, de 18 de agosto do Tribunal de Contas

Assim passou também a ser obrigatório para os municípios que detêm participações em outras entidades, a consolidação de contas, com principal intuito de melhorar a informação contabilística prestada pela administração local. Desta forma, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, também têm de apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra, prerrogativa prevista no RFALEI.

É importante que se refira que a informação financeira proveniente das contas consolidadas, uma vez que permite melhorar o nível da avaliação do risco financeiro e o controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si, facilita a tomada de decisão e respetivo controlo por parte das entidades e do respetivo grupo municipal no que respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, o que não é de todo despiciente em matéria de controlo do défice orçamental.

Contudo, face à publicação da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estão reunidas as condições para se proceder à consolidação de contas nas autarquias locais. Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 2) que «Os procedimentos contabilísticos para a consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL.».

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo n.º 75.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela câmara municipal e submetidas a apreciação da assembleia municipal, sendo posteriormente publicitadas e acompanhadas de harmonia com o previsto no artigo 78.º do RFALEI (até 30 de junho de cada ano). Estas instruções providas do Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) foram publicadas pela DGAL no dia 28 de abril de 2011.

De realçar o facto de as empresas municipais utilizarem como normativo contabilístico o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e o Município utilizar o Plano de Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Este facto implicou a harmonização dos princípios e regras contabilísticas para o normativo utilizado pela Entidade Mãe, nomeadamente ao nível dos Subsídios ao Investimento (SNC) e ao nível dos excedentes de revalorização (SNC).

O encerramento e a prestação de contas, de uma forma geral, visam não só a proteção dos eleitos locais responsáveis pela gestão das Autarquias Locais e também de terceiros, mas também o dever de informar os cidadãos da autarquia em geral, sobre a atividade desenvolvida em cada ano económico. Para o efeito, torna-se necessário que anualmente se proceda ao encerramento e elaboração de contas, à sua aprovação e, por último, à sua publicitação.

Com o conjunto de mapas e demonstrações financeiras que devem integrar as contas anuais, pretende-se então dar uma imagem verdadeira e apropriada e aderente à realidade das situações económico-financeira e patrimonial, bem como dos resultados obtidos por uma Autarquia Local, permitindo, desta forma, a comparabilidade da informação relativa à prestação de contas das mesmas.

Importa ainda acrescentar que, a partir de 1 de janeiro de 2019, com vista a garantir a plena transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades do Setor das Autarquias Locais deverão assegurar as diligências necessárias com vista à adoção do SNC-AP, sem prejuízo de a respetiva prestação de contas relativa a 2019 obedecer às normas de contabilidade pública previstas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro,

na sua redação atual (POCAL), ou às normas contabilísticas privadas previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), quando aplicável (Rodrigues, 2017).

2.5.1 Relatório de gestão

O relatório de gestão é um documento de prestação de contas que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social sobre a entidade a que respeita a um conjunto alargado de destinatários e utilizadores dessa informação. Desta forma, através dos mapas, diagramas e demais indicadores de análise apresentados procura-se espelhar aquela que foi a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais¹⁴. Também, a informação que apresenta é produzida pelas diversas peças que compõem a contabilidade orçamental a que obriga o POCAL. O Relatório de Gestão deve espelhar o resultado da atividade da autarquia, bem como a situação económica relativa ao exercício e a sua situação patrimonial.

Estatui o ponto n.º 13 do POCAL que o relatório de gestão deve apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita aos investimentos, empréstimos, receitas próprias e despesas e condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável. O relatório de gestão, deve também conter uma síntese da situação financeira da autarquia local, devendo ser equacionado um conjunto apropriado de indicadores de gestão financeira, assim como, a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros, nos últimos três anos, individualizando, naquele ultimo caso, as dividas a instituições de crédito das outras dividas a terceiros, uma proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos mais relevantes ocorridos após o termo do exercício. Poder-se-ão ainda acrescentar outras informações, a título facultativo, como sejam, uma breve caracterização dos recursos humanos da autarquia local e a evolução futura da mesma, numa perspetiva meramente prospetiva.

O Relatório de Gestão deve incluir um conjunto de indicadores que poderão sustentar as análises apresentadas neste, devendo reportar-se a uma análise comparativa dos últimos 5 anos, conforme propõe a 2ª edição do POCAL comentado (Carvalho et al., 2006).

Analisar e interpretar os documentos orçamentais e financeiros de uma entidade, seja esta pública ou privada traduz-se num fator extremamente importante para a melhor compreensão dos dados e dos valores. Esta tarefa torna-se muito mais facilitada e clarificadora com o recurso aos indicadores/rácios financeiros.

Brandão (2012) sintetiza as vantagens dos rácios da seguinte forma:

- A elaboração do diagnóstico financeiro de uma empresa no triângulo da liquidez, estrutura financeira e rentabilidade que tem subjacente os rácios;
- Permitem tirar conclusões com base em dados quantificados, ou seja, permitem-nos passar de uma análise descritiva para uma análise positiva, elevando o nível do estudo;
- Possibilitam a utilização de grandes quantidades de informação de modo relativamente sintético, simples e objetivo;
- Permitem tratar uma amostra constituída por dados de várias empresas num só momento do tempo ou usar dados de uma só empresa reportados a vários anos;

¹⁴ Lei n.º 169/99, de 18 de setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

- Contribuem para determinar a performance das empresas em termos de rentabilidade, solvabilidade, liquidez e equilíbrio financeiro.

Porém, estes instrumentos de análise financeira possuem limitações, tal como Brandão (2012) também salienta, como seja:

- Cingirem-se apenas ao tratamento de dados quantitativos;
- Não haver uma harmonização dos indicadores/rácios;
- As diferentes práticas contabilísticas em empresas de setores similares podem influenciar os resultados dos rácios;
- As decisões tomadas no curto prazo podem afetar os documentos financeiros, tal como os rácios;
- A contabilidade é realizada pelos custos históricos, o que origina que a inflação que se verifica na economia afete de forma diferente as empresas.

Para Brandão, “os rácios são, correntemente, agrupados em várias classes, não existindo uma normalização, aceite por todos os autores, quanto aos indicadores que devem figurar em cada classe” (2012, p.41) e classificou-os em 5 grupos: de liquidez, rentabilidade, estrutura ou endividamento, atividade e índices bolsistas.

Também ao nível do sector público necessitamos de aumentar o número de indicadores, devido ao facto da importância dada pelas instituições deste setor à contabilidade orçamental, que apresenta muita relevância na administração pública. Uma das grandes bases deste estudo, está relacionada com este instrumento de análise, mais à frente explicitaremos o uso destes indicadores na análise das finanças dos municípios integrados no campo de análise deste estudo, que são os 278 municípios de Portugal continental.

2.6 AS REGRAS ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS NA RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE GOVERNO: CENTRAL E LOCAL

As regras fiscais são um conjunto de restrições institucionais à decisão dos decisores políticos. Estas regras, podem ser impostas aos governos locais por um nível mais alto de governo, ou os governos podem adotá-los quando as disposições constitucionais lhes concedem autonomia para isso. Os quatro objetivos principais e inter-relacionados em que essas regras interferem são: a sustentabilidade fiscal de longo prazo; a estabilidade económica de curto prazo; a eficiência agregada, na forma de equilibrar os benefícios marginais da despesa pública com o ónus marginal dos impostos; e a eficiência alocativa da despesa pública, refletida na combinação dos serviços públicos preferenciais. As regras fiscais podem ajudar a impedir que a autonomia da política local prejudique a sustentabilidade (OCDE, 2006). No caso português, as obrigações para a política orçamental e financeira dos governos locais estão estabelecidas em várias leis, como a Constituição da República Portuguesa, as leis orçamentárias do Estado, a lei de estrutura orçamentária, as leis de Finanças Locais e a lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

Em termos de estrutura legal, o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais (RFALEI) pretendia limitar o endividamento e promover a consolidação orçamental. As principais mudanças com a sua implementação, envolveram a partilha da receita entre os governos central e local, a divisão de receita entre os municípios, a preparação do orçamento, a previsão de receita, a regulamentação financeira, a monitorização da dívida e os procedimentos e sanções da insolvência. Também foi criado o Conselho de Finanças

Públicas, com o objetivo de promover a troca de informações entre os seus membros, em particular as projeções associadas à elaboração dos orçamentos e quadros plurianuais.

O RFALEI e as outras leis acima referidas estabelecem penalidades financeiras por incumprimento, assim como a recuperação financeira obrigatória para as entidades em situação de desequilíbrio financeiro. Nos diferentes tipos de regras fiscais da Administração Local atualmente em vigor, tanto ao nível dos objetivos do saldo orçamental, das limitações das despesas, das limitações fiscais e das restrições ao endividamento, verifica-se uma imposição por parte do Governo Central (art.º 40.º e 51.º do RFALEI e LCPA). O responsável por monitorizar e controlar o cumprimento destas regras em Portugal é o Governo Central através das seguintes entidades: do Tribunal de Contas, do Ministério das Finanças, Estrutura do Governo (Direcção-Geral das Autarquias Locais), Inspeção-Geral de Finanças e Assembleia Municipais, conforme estipulado no RFALEI.

No caso de incumprimento das regras fiscais, o nível mais alto de governo pode obrigar o governo local a compensar a violação das regras orçamentais e financeiras em orçamentos futuros e impor sanções financeiras de forma automática sem a necessidade de poderes adicionais.

No caso de um município cumprir o limite previsto da dívida total, o aumento da dívida permitido para cada ano financeiro é limitado a 20% da margem disponível. Caso um município não cumpra com o limite total da dívida, há a exigência de reduzir pelo menos 10% do excesso da dívida, em cada exercício, até que o limite da dívida seja atingido. O RFALEI especifica (artigo 52.º) as sanções aplicadas pelo Tribunal de Contas aos municípios que não cumpram os limites da dívida. Caso o município exceda o limite total da dívida, é obrigado a recorrer a um mecanismo de recuperação financeira: de saneamento financeiro (se a dívida total estiver entre 2,25 e 3, com um empréstimo até 14 anos com um período de carência de 1 ano) ou recuperação financeira (dívida total > 3). O Plano de ajustamento municipal é celebrado pelo prazo necessário à redução do endividamento até ao limite previsto no n.º 1, do art.º 52.º do RFALEI, não podendo ser inferior à duração do empréstimo a conceder nos termos do regime jurídico da recuperação financeira municipal (Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto). O mecanismo de recuperação financeira implica limitações de despesas, maximização de receitas e redução da dívida.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o processo de consolidação orçamental em vários países europeus pressionaram os governos centrais para impor regras fiscais ao nível subnacional (Comissão Europeia, 2012, 2013, 2014c 2014e). De facto, uma vez que os valores de referência para o défice e a dívida do sector público se referem às administrações públicas, ou seja, o agregado global das administrações públicas, qualquer desvio significativo do défice ou da dívida de qualquer subsector terá um efeito negativo sobre esses objetivos. Esse parece ser o principal argumento por trás da disseminação de regras financeiras dos governos sub-centrais (Comissão Europeia, 2012).

No que concerne aos objetivos do saldo orçamental, na administração local em Portugal, a receita total deve cobrir a despesa total e a receita corrente arrecadada deve ser pelo menos igual (ou superior) à despesa corrente, acrescida de amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tal como apurado pela OCDE (2006) o horizonte temporal relevante para os requisitos de saldo orçamental em Portugal e na maioria dos países da OCDE é anual, embora a Austrália, Áustria, Canadá (local), Finlândia, Noruega e Espanha, os períodos orçamentais passaram para um programa plurianual, seguindo as tendências da prática orçamental dos governos centrais. Nos Países Baixos e Espanha, o período orçamentário é de três anos, com metas anuais específicas.

No respeitante às limitações impostas pelo governo central sobre a despesa dos governos locais (tanto aumentos quanto reduções), estas são obrigatórias. As despesas dos governos locais são limitadas por lei, que estabelece que os compromissos não podem ser maiores do que as receitas (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso de entidades públicas, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro). Apenas a Alemanha, Coreia, Portugal e Turquia têm limitação à despesa nos governos locais (OCDE, 2006; Girouard, 2005). Não existe qualquer limitação no acesso ao endividamento nos governos locais da República Checa, da Finlândia, da Holanda e do Japão (OCDE, 2006).

Nas restrições impostas pelo governo central, no acesso ao endividamento dos governos locais, os empréstimos são limitados a instituições financeiras específicas, e as restrições são limitadas a fins específicos (por exemplo, apenas para investimento). O uso de certos instrumentos financeiros pelos governos locais, tais como *swaps*, estão proibidos por lei (art.º 49 do RFALEI). Também, os limites que são aplicados na contração de um novo empréstimo pelos governos locais portugueses, ao nível da dívida e serviço da dívida, são que a dívida total no final do ano não pode exceder 1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos. Além disso, a dívida total só pode aumentar em cada ano em 20% da margem disponível no início de cada ano financeiro. (art.º 40.º RFALEI).

Em geral não, mas em casos excecionais o governo central garante a dívida do governo local e estes garantem as dívidas das empresas municipais. Nos casos em que um município se encontre em situação de desequilíbrio financeiro, o Governo Central, em 2014, criou o Fundo de Assistência Municipal (FAM) para ajudar financeiramente os municípios numa situação crítica de rutura financeira. Este Fundo é apoiado pela República Portuguesa em 50%, enquanto a outra metade é financiada pelas contribuições obrigatórias dos 308 municípios (lei n.º 53/2014, de 25 de agosto).

2.7 A COMPETITIVIDADE E A COESÃO DOS GOVERNOS LOCAIS

Num país tão desigual, onde cada território se encontrava em processos de desenvolvimento distintos e com necessidades de investimento também diferentes, os governos locais têm contribuído para a transformação de Portugal, contribuindo para a correção das desigualdades e assimetrias e deram aos cidadãos a possibilidade de melhorar a sua qualidade de vida. Segundo Mateus (2005), a referência da coesão económica e social surgiu difusamente associada à referência da convergência, nomeadamente na experiência da construção europeia e no quadro da formulação dos objetivos das políticas estruturais de incidência regional, enquanto objetivo de equilíbrio na distribuição dos resultados obtidos em matéria de desenvolvimento das economias e das sociedades, em termos quer das populações, quer dos territórios envolvidos.

A coesão económica e social, enquanto referência agregada e genérica, encontra-se, deste modo, intrinsecamente relacionada com a verificação de progressos, seja em termos de desempenho económico, seja de melhoria das condições de vida, com expressão real ao nível dos agentes económicos, dos cidadãos e do próprio território, quer como espaço geográfico, quer como espaço institucional.

Relativamente aos Fundos Estruturais e de Coesão da União Europeia, estes são alocados para atender a três objetivos:

- O objetivo da Convergência, que se destina a acelerar a convergência dos Estados-Membros e regiões menos desenvolvidos. É o principal instrumento da política

regional e abrange as áreas respeitantes à melhoria da qualidade do investimento em capital físico e humano, desenvolvimento da inovação e da sociedade do conhecimento, adaptabilidade às mudanças económicas e sociais, proteção e melhoria do meio ambiente e eficiência administrativa e centraliza-se nas regiões mais pobres, definidas ao nível NUTSII.

- O objetivo da Competitividade Regional e do Emprego foi concebido para atuar fora das regiões menos desenvolvidas, no reforço da competitividade, atratividade e emprego das regiões, antecipando mudanças económicas e sociais, incluindo as relacionadas com a abertura comercial. Todas as regiões não abrangidas pelo objetivo de convergência são elegíveis e cabe aos Estados-Membros decidir quais das suas regiões devem receber financiamento. Este objetivo reconhece que mesmo os Estados-Membros mais ricos têm áreas que estão em dificuldades. Dado que estas áreas podem ser ainda mais prejudicadas pela integração dos mercados da UE e, de um modo mais geral, pela globalização, podem necessitar de auxílios regionais.
- O objetivo da Cooperação Territorial Europeia tem por objetivo reforçar a cooperação transfronteiriça através de iniciativas locais e regionais conjuntas. Ao contrário dos outros objetivos, opera ao nível das NUTSIII.

As regiões que anteriormente se qualificavam para o estatuto do Objetivo 1 no âmbito do quadro financeiro de 2000-2006, mas que não se demonstraram elegíveis para o financiamento de convergência, beneficiam de um financiamento de competitividade transitório como regiões *em phasing in*. A adesão dos dez novos Estados-Membros teve o efeito estatístico de baixar o PIB per capita da UE em cerca de 12,5%. Isso fez com que algumas regiões e países que seriam elegíveis para suporte sob o cálculo antigo não fossem elegíveis. Estas áreas receberam um apoio transitório até 2013, conhecidas como regiões *em phasing out*, quando estavam abrangidas pelo objetivo de convergência.

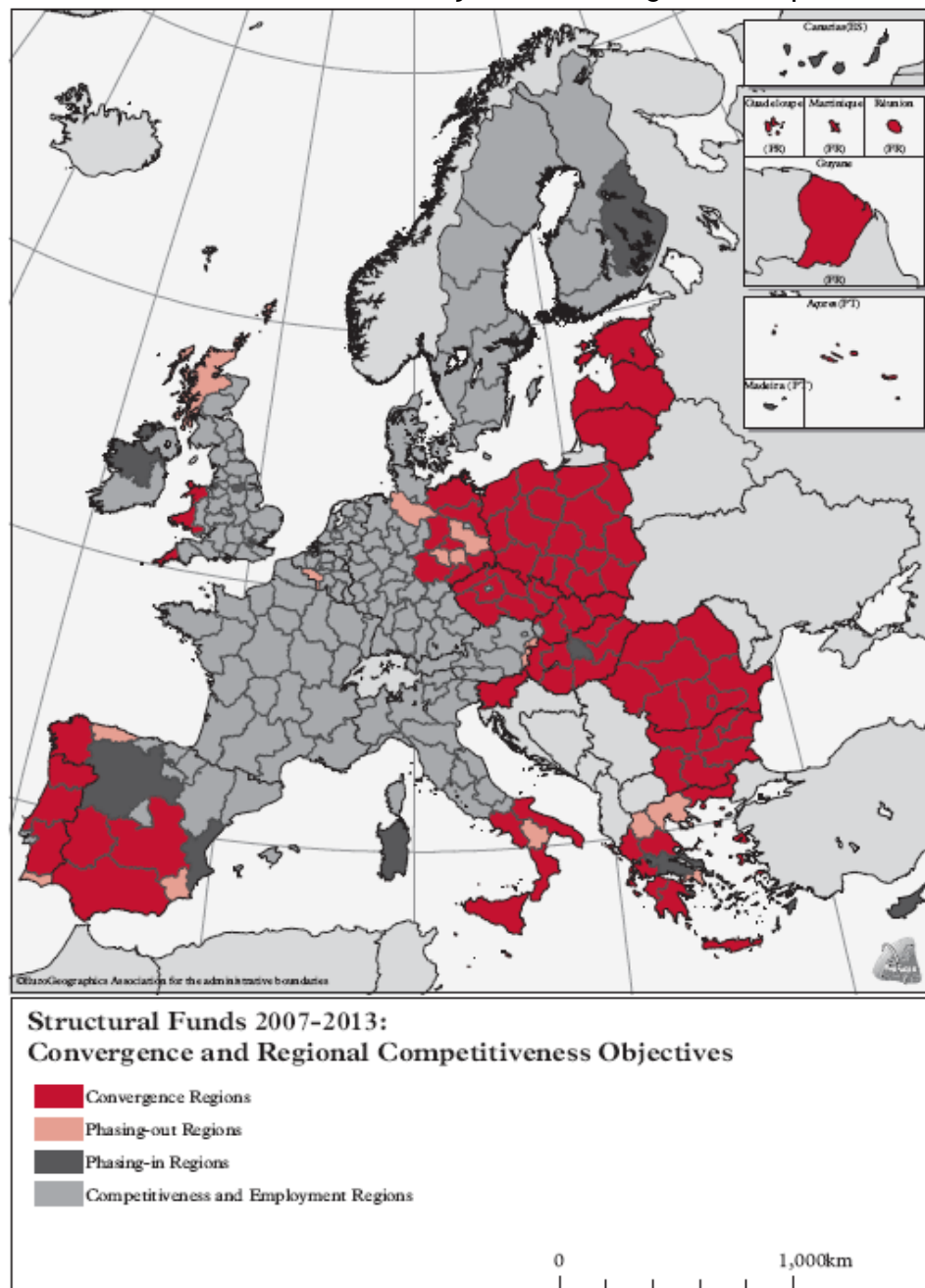
Se fizermos uma análise atenta às figuras 6 e 7, é possível verificar que os cenários que se verificam em Portugal no respeitante aos dois períodos em questão (2007-2013 e 2014-2020) estes não apresentam alterações no cenário português. Ou seja, as regiões que se encontravam na situação de menos desenvolvidas, são as mesmas nos dois períodos, assim como, caso se recue ao período (2000-2006 o cenário também não se apresenta diferente.

Os governos locais desempenham hoje, mais do que nunca, um papel de catalisador no processo de desenvolvimento local, em virtude da sua legitimidade democrática, da sua proximidade aos cidadãos e da sua capacidade de mobilização dos atores locais. Também o surgimento das teorias do desenvolvimento endógeno que priorizam o foco no *bottom-up* em oposição à abordagem tradicional do *top-down* nas políticas de desenvolvimento. A nova abordagem tem a comunidade local como protagonista. De acordo com a OCDE (2005), o desenvolvimento endógeno é compreendido como desenvolvimento local produzido principalmente por impulsos locais e fundado em grande parte sobre recursos locais. O reforço da competitividade de um território assenta precisamente na capacidade de definição de estratégias participadas e com elevado sentido coletivo, ultrapassando os constrangimentos históricos impostos por uma visão restritiva das competências dos governos locais.

Os governos locais têm alterado as formas de gestão dos territórios, utilizando novas técnicas de planeamento e gestão dirigidas ao desenvolvimento urbano. A gestão de um governo local orientada para a competitividade e sustentabilidade económica de um território caracteriza-se por um conjunto de apostas que ultimamente extrapola o espectro do poder de decisão dos governos locais, designadamente através do surgimento e configuração de um ambiente profundamente moderno e dinâmico. Para Pareto (2014) toda a economia competitiva é eficiente.

De acordo com Oates (1969), *“in a Tiebout world in which each family seeks out the mix of public services it most prefers at the lowest “tax price” and locates accordingly so that we generate a fully efficient solution in the sense that each family gets the bundle of local services it most desires, subject to its budget constraint”* (Oates, 1969, p. 1007). Este mecanismo diferenciador está na posse dos Governos Locais, considerando que em Portugal, estes têm um forte controlo sobre aplicação e regulação dos impostos relativos a imóveis (imposto municipal sobre imóveis e imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis), considerando que se tratam de impostos municipais, podem no fundo utilizar esse mecanismo como efeito diferenciador entre municípios, numa vertente competitiva.

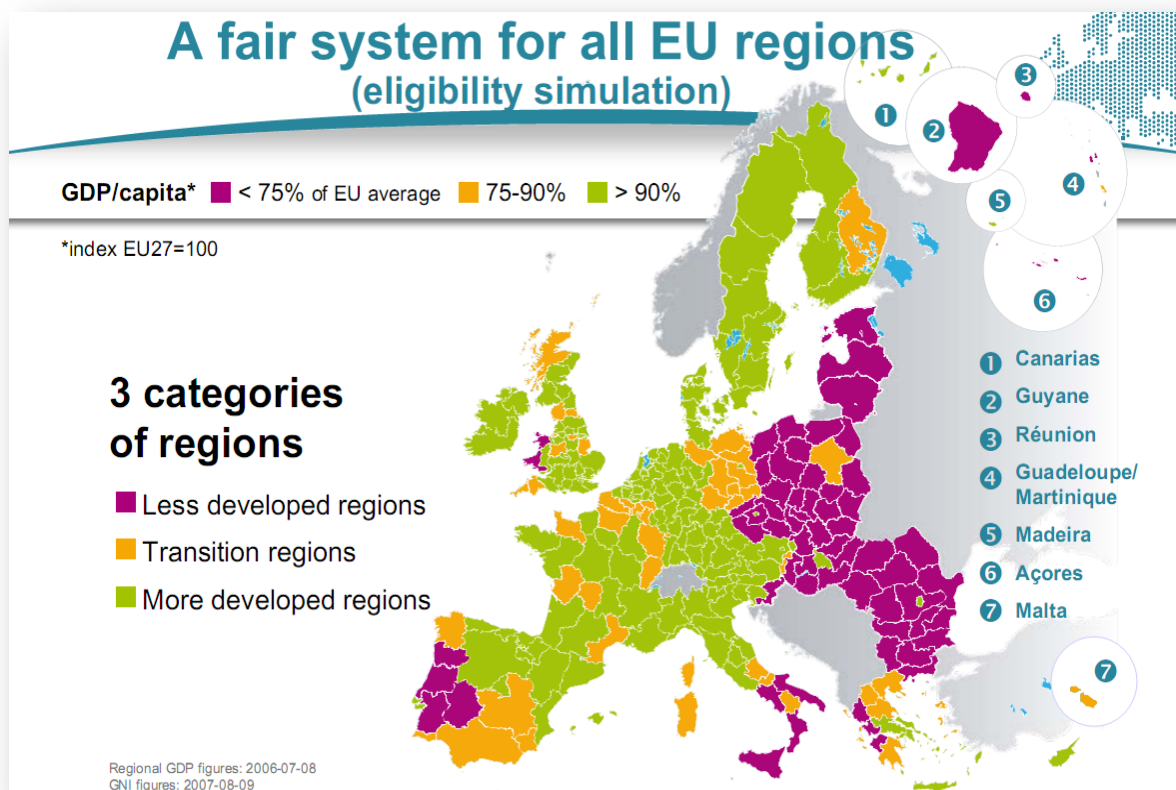
Figura 6 - Fundos Estruturais 2007-2013: Objetivos de convergência e competitividade regional



Fonte: Moore (2011, p. 7)

Relativamente a este tema das opções das famílias com a capitalização de serviços públicos e impostos sobre a propriedade de imóveis, seguindo as teorias de Tiebout, outros autores como Oates (1969), Bradbury et al. (2001), Brueckner (1982) Edel e Sclar (1974), Palmon e Smith (1998), Pollakowski (1973), Sonstelie e Portney (1978) e Rosen e Fullerton (1977), Goodman (1993), Hamilton (1975) e Fischel (2001), também abordaram esta temática nos seus estudos. Já Hamilton (1975) defende a teoria que consoante aumenta o número de regiões, diminui o impacto destas variáveis sobre a quantidade de habitação escolhida pelos indivíduos.

Figura 7 - Simulação dos Fundos Estruturais Regionais Elegíveis 2014-2020



Fonte: Moore (2011, p. 8)

Também para Ferreira (2007), os territórios encontram-se em competição entre si, em termos de atração de investimentos diretos exteriores e em termos de definição do seu papel produtivo na divisão espacial do trabalho. A atração e a competitividade locais dependem de fatores largamente semelhantes e comuns, que não se restringem somente a externalidades físicas, à acessibilidade ou a qualidades ambientais, mas igualmente pelo capital relacional e pela capacidade de aprendizagem expressa pelo território. Certas leis que regulam a economia das trocas internacionais (comércio internacional) não atuam a um nível intranacional, o que vem reforçar a importância do conceito de competitividade territorial, a um nível territorial mais reduzido. Bewley (1981) demonstra que somente governos empreendedores conseguem gerar equilíbrios eficientes.

Tal como Sousa (2017) refere a autonomia local portuguesa é ampla como a alemã. Em Portugal a autonomia local é de âmbito municipal. Ou seja, existem países com dois níveis

territoriais, o município e a região, e países com três níveis como a Espanha, França, Alemanha e Itália. Portugal, neste momento, tem concretizadas duas espécies de autarquias, as freguesias e os municípios, e duas regiões autónomas.

“A complexidade dos serviços públicos, a tecnicidade das tarefas públicas que exigem a participação dos vários níveis territoriais intermédios ou superiores e que são cada vez mais interdependentes mesmo do plano europeu, os avultados investimentos necessários, a dimensão cada vez mais tecnocrática do que política das tarefas administrativas, a existência de instituições especializadas independentes de âmbito supramunicipal, a gestão centralizada dos fundos da UE, a existência de entidades administrativas de base funcional-horizontal e não de base territorial, o facto do interlocutor privilegiado da UE ser o Governo, a perda de protagonismo do Parlamento face ao Governo, a pressão da globalização, a necessidade de se criar dimensão territorial para se obterem subsídios da UE, tudo isto somado potencia as forças da centralização, fortalecendo o papel dos governos nacionais e das instâncias europeias em detrimento dos poderes locais, são algumas das dificuldades para a autonomia local.” (Sousa, 2017, p. 75).





PARTE II: ANÁLISE EMPÍRICA



CAPÍTULO 3: OBJETIVOS, HIPÓTESE E METODOLOGIA

3.1 OBJETIVOS E HIPÓTESE DO ESTUDO

Segundo Curto e Dias (2011) em Portugal a perequação financeira sofreu inúmeros ajustamentos com o intuito de corrigir as assimetrias regionais, sustentados em critérios de distribuição que visam assegurar um mínimo de recursos financeiros de forma igualitária para todos os municípios, resta no entanto saber se essa redistribuição foi efetuada de forma justa e equitativa. Ao nível internacional, foram realizados vários estudos sobre a temática das políticas orçamentais das transferências da administração central para a administração local, que demonstram que estas nunca são igualitárias (Meltzer e Richard, 1981; Weingast et al, 1981, Frieden, 2001 e Mourão, 2004).

No entanto, no caso de Portugal, encontra-se vertido no n.º 2.º do art.º 238.º da Constituição da República Portuguesa (1976), que o regime das finanças locais será estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. Também a Carta Europeia de Autonomia Local, no n.º 5 do seu artigo 9.º, a propósito desta questão refere que é fulcral a “proteção das autarquias locais financeiramente mais fracas” e “a implementação de processos de perequação financeira ou de medidas equivalentes destinadas a corrigir os efeitos de repartição desigual das fontes potenciais de financiamento”.

Segundo Veiga e Veiga (2007), também em torno dos anos eleitorais, podemos esperar níveis mais altos de transferências para os municípios por parte da administração central. Esta temática também tem sido amplamente estudada. Para Musgrave e Musgrave (1989) nos critérios que devem aplicar-se quando se estabelecem as políticas orçamentais, devem ser tidos em consideração os objetivos da eficiência na utilização dos recursos e devem ser baseados em princípios de equidade e justiça distributiva, aumentando a esfera da análise normativa.

Relativamente a esta temática, Mourão (2004) concluiu que os valores referentes ao perfil produtivo das NUT ou à distribuição do rendimento, não só não revelam aproximação entre os espaços, como sugerem, nos movimentos mais recentes, um afastamento das áreas conectadas com as zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto do conjunto restante, desta forma

traduzindo-se num fenómeno que pode, seriamente, espartilhar a realidade do País num dualismo sem retorno. Bilhim (2004) partilha igualmente da opinião que o centro exerce autoridade sobre as periferias, encontrando-se numa situação de inferioridade na disposição ou atribuição de recompensas e sem o acesso às oportunidades. Ou seja, existem fortes indícios, de que os municípios portugueses que se localizam no litoral produzem mais riqueza, o que os torna menos dependentes das transferências da administração central, e os municípios do interior devido às suas características socioeconómicas e demais fatores endógenos e exógenos, são mais dependentes dos fundos municipais, concedidos pela administração central. Assim sendo, com base na hipótese de os municípios do interior serem mais dependentes das transferências da administração central face aos municípios do litoral, o objetivo geral deste trabalho será analisar o comportamento dos municípios na gestão dos fundos municipais e outras receitas e despesas dos municípios, com recurso a indicadores de desempenho financeiro e orçamental.

Especificamente, com este estudo pretende-se averiguar quais são os municípios que melhor aproveitam os recursos, que mais investem, que favorecem a subsidiodependência, que mais investem em recursos humanos, que são mais eficientes na cobrança de impostos indiretos e taxas, que são mais eficientes na cobrança de impostos diretos, que têm maior capacidade de solver os compromissos de médio e longo prazo, que têm maior autonomia financeira e os que têm uma maior capacidade de endividamento.

Para tal, o estudo irá debruçar-se sobre as finanças dos 278 municípios de Portugal Continental na sua globalidade, dando maior ênfase aos fundos municipais que irão ser estudados e analisados em particular, recorrendo para isso a análises estatísticas complementadas com uma abordagem económico-financeira.

Algumas das questões suscitadas com este trabalho, relativamente ao comportamento financeiro e orçamental dos municípios de Portugal continental, são:

- Que fatores podem estar associados às tendências constatadas?
- Que fatores poderão alterar estas tendências?
- Que instituições intervêm neste *status quo* e/ou têm responsabilidades na eventual mudança?
- Que instrumentos estão disponíveis para os atores do processo, em que domínios e com que intensidade?
- Qual a contribuição da atual organização administrativa do país para esta situação?
- Os critérios redistributivos utilizados na Lei das Finanças Locais portuguesa, são os mais justos?

A resposta a este conjunto de questões, poderá ajudar-nos na procura de elementos capazes de responder a preocupações de autossustentabilidade das políticas locais e de coesão territorial. Assim, para dar sequência a essa pretensão em matéria de finanças locais, utilizar-se-ão para o efeito indicadores orçamentais e financeiros para detetar tendências comportamentais no conjunto dos municípios objeto de análise, quando agrupados por tipologia e perfil, de forma a indagar os que melhor aproveitam os recursos, os que mais investem, os que favorecem a subsidiodependência, os que mais investem em recursos humanos, os que são mais eficientes na cobrança de impostos indiretos e taxas, os que são mais eficientes na cobrança de impostos diretos, os que têm maior capacidade de solver os compromissos de médio e longo prazo, os que têm maior autonomia financeira e os que têm uma maior capacidade de endividamento.

No próximo subcapítulo serão apresentados os dados e metodologia de análise, explanando o método, os dados e as fontes, as questões e hipóteses de investigação e a metodologia estatística a usar na análise empírica.

3.2 MÉTODOLOGIA GERAL

A análise estatística tem uma importância primordial no projeto de investigação, com a finalidade de estabelecer se os resultados obtidos numa amostra concreta têm significância estatística e se confirmam os pressupostos subjacentes à análise teórica. Há muitos métodos e técnicas estatísticas que podem ser utilizados em estudos deste género, dependendo a sua seleção do tipo de variáveis estudadas, do tipo de estudo que se pretende realizar e das respetivas hipóteses de investigação formuladas. Neste apartado procura-se descrever e fundamentar as opções metodológicas em que foi baseada a investigação, desde o surgimento das questões e hipóteses a testar, passando pela escolha das bases de dados, pela construção do painel de dados e pela identificação dos métodos e técnicas estatísticas a utilizar. Desta forma, tendo em vista construir um quadro de referência teórico-conceitual consistente e orientador da pesquisa, mais em concreto, da recolha de dados e da interpretação dos resultados, o primeiro passo a concretizar foi inevitavelmente, a realização de uma consulta bibliográfica. A recolha de dados, muito importante para a elucidação do objeto de estudo, assentou sobretudo na consulta de fontes documentais (clássica e por recurso a meios informáticos, como a Internet) de diversa origem e natureza: sites (principalmente, a Direção-Geral da Administração Local, Direção-Geral do Orçamento, o Instituto Nacional de Estatística, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, Instituto Nacional da Administração, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Associação de Técnicos Administrativos Municipais, etc.), diversa legislação da administração pública e local, publicações diversas, nacionais e estrangeiras relacionadas com a área de estudo, os relatórios de gestão e contas dos 278 municípios de Portugal Continental, para os anos da análise (2003-2011), jornais locais e regionais, relatórios de atividade de organizações e instituições diversas, estatísticas variadas, artigos, teses e, outros trabalhos escritos a propósito do tema.

A eleição do período temporal para a análise 2003-2011 deveu-se ao facto de que, no momento em que se iniciou a elaboração da tese, estes eram os últimos dados completos, certificados e disponíveis. Acresce ainda que este período incorpora uma época muito rica em matéria de acontecimentos económicos, orçamentais e financeiros para o país e principalmente por se tratar de uma fonte reconhecida de ineficiências do gasto público em Portugal, como se constata pela intervenção da UE e FMI no ano 2011. No ano 2002, entra em vigor um novo sistema contabilístico das autarquias locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais-POCAL) que perdurou durante o período de análise, já no ano 2004 foram iniciadas um conjunto de políticas orçamentais restritivas, que tiveram um forte impacto nas finanças dos municípios e também em julho de 2007 dá-se a crise financeira mundial do *subprime*. Portugal, devido aos graves desequilíbrios financeiros e económicos, foi intervencionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), através de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado, em maio de 2011, entre as autoridades portuguesas, a União Europeia e o FMI, com uma estratégia que visava o restabelecimento da confiança dos mercados financeiros internacionais e a promoção da competitividade e do crescimento económico sustentável. Conjuntamente, estes 8 anos permitiram também

abrançar duas leis das finanças locais: a Lei n.º 42/98, de 6 de janeiro, que é a 4.ª Lei das finanças locais, e a lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que entra em vigor no ano 2007. Outro dos fatores que levaram à seleção do período em questão, tem que ver com possibilidade de conseguir abrançar 3 períodos eleitorais autárquicos (2001, 2005 e 2009), permitindo assim alargar a dimensão da análise.

De realçar que o Programa de assistência financeira assentou em três pilares: consolidação orçamental, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa e previa, para o período de 2011 a 2014, um total de 78 mil milhões de euros, dos quais 52 mil milhões de euros correspondiam a financiamento através dos mecanismos europeus (Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira e Fundo Europeu de Estabilidade Financeira) e 26 mil milhões de euros a assistência do FMI, ao abrigo de uma *Extended Fund Facility*. Deste total, 12 mil milhões de euros foram destinados ao mecanismo de apoio público à solvabilidade do setor bancário (*Bank Solvency Support Facility*). Este programa deu também origem a outros dois mecanismos de recuperação financeira, um deles direcionado para aos municípios, o Plano de Apoio às Entidades Locais e outro implementado na Região Autónoma da Madeira (PAEF-RAM).

Acresce também o facto de que foram selecionados para a análise os 278 municípios de Portugal Continental dos 308 municípios portugueses, considerando que os restantes 30 se inserem na Região Autónoma da Madeira (RAM) e na Região Autónoma dos Açores (RAA) que detêm autonomia política e administrativa. Muito embora os municípios da RAM e da RAA dependam diretamente das transferências da administração central, tal como os restantes municípios, existe um nível intermédio de administração, neste caso, o subsector da Administração Regional que agrupa as administrações que, na sua qualidade de unidades institucionais distintas, exercem funções de administração a um nível inferior ao central e superior ao local, que tornam o modelo diferenciado do programado para o estudo em questão, tal como foi já explicado no subcapítulo 1.3.

Contudo, e porque a elucidação dos objetivos que concernem ao estudo apela à conjugação de diferentes tipos de informação, procedeu-se à recolha de dados. Para tal recorreu-se às bases de dados:

- Da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de onde foi recolhida a quase totalidade dos dados dos Relatórios de Gestão e Contas dos 278 municípios de Portugal Continental, para o período de 2003 a 2011 (<http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/dados-financeiros/contas-de-gerencia/>);
- Do Instituto Nacional de Estatística (INE) através do site <http://www.ine.pt> e recorrendo ao programa Portugal em Números do INE, extraíram-se todos os dados necessários para a construção dos critérios de caracterização dos municípios;
- Consultas aos departamentos financeiros de alguns municípios, prioritariamente por *email*, com intuito de recolher relatórios de gestão e contas que não estavam disponíveis no site da DGAL.

Posteriormente definiu-se um conjunto de indicadores orçamentais e financeiros, essenciais para dar resposta às hipóteses deste estudo. É opinião de Caldeira (2012), que os indicadores se assumem como um elemento gerador de acordo dentro de uma organização e constituem um veículo aceite por todos para a quantificação dos resultados. Já Brandão (2012) define rácios como indicadores que exprimem a relação entre duas grandezas, mais especificamente em termos de percentagem. Torna-se necessário referir que a utilização de indicadores orçamentais e financeiros no presente estudo ocorre devido ao uso regular do doutorando, destes instrumentos em ambiente laboral, que lhe permitiram vislumbrar o

elevado potencial destas ferramentas e o seu enquadramento no estudo em questão. Os indicadores orçamentais e financeiros, são por norma utilizados pela grande maioria dos municípios nos seus relatórios de gestão e contas, traduzindo-se desta forma num referencial capaz de fornecer informações suficientes à avaliação e acompanhamento da administração financeira (Carvalho et al., 2006).

O próprio ponto 13 do POCAL refere que o Relatório de Gestão deve contemplar uma síntese da situação financeira da autarquia, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e das demonstrações de resultados. Desta forma, apresenta-se na tabela 2 a bateria de indicadores/rácios orçamentais selecionados para o estudo com uma breve explicação dos motivos que levaram à sua escolha.

Tabela 2 - Indicadores Orçamentais

Indicador	Significado
Total Fundos Municipais/Receita Total (FM/RT)	Com este indicador pretendeu-se apurar o peso dos fundos municipais, que compreendem a participação de cada município nos impostos do Estado (FEF, FSM e a participação no IRS), arrecadados pelos municípios, na receita total. Consoante aumenta o indicador, mais dependente é o município
Receitas Próprias/Receita Total (RP/RT)	Com este indicador pretendeu-se apurar o peso das receitas próprias (compreendem todos os recursos financeiros que é permitido aos municípios arrecadarem, à exceção dos que respeitem a transferências ou resultem da contração de empréstimos) arrecadadas pelos municípios, na receita total. Quanto maior este se apresenta, mais independente é o município pois arrecada mais receitas próprias
Total de Receitas Próprias/Total Investimento (RP/INV)	O principal intuito deste rácio é medir o grau em que as receitas próprias cobrem o investimento total executado pelos municípios. Se o indicador aumenta, é indicativo que melhor os municípios aproveitam os seus recursos pois valores acima de 1 indicam que mais receitas próprias são geradas pelo município as quais cobrem e até excedem o valor do investimento
Receita Capital/Total de Investimento (RK/INV)	A principal intenção deste rácio é medir o grau em que as receitas de capital cobrem o investimento total executado pelos municípios. Se o rácio RK/INV demonstrar valores muito acima de 1, será indicativo de um pior aproveitamento dos recursos disponíveis por parte dos municípios, pois não estão a canalizar para investimento a totalidade das receitas de capital que arrecadam, sendo uma grande fatia proveniente dos fundos municipais na componente de capital. Ou seja, estão a usar as receitas de capital para cobrir despesa corrente ou outra despesa de capital que não investimento.
Investimento (07)/Receita Total (INV/RT)	Este indicador demonstra quanto o investimento executado pelos municípios representa em relação à receita total liquidada. Quanto maior o valor do indicador, mais investimento o município realiza.
Total Transferências e Subsídios/Receita Total (TS/RT)	Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que representam as transferências correntes, os subsídios e as transferências de capital concedidas pelos municípios, na receita total arrecadada. Este rácio indica que quanto maior o valor do indicador, mais o município favorece a subsidiodependência.
Pessoal/Receita Total (Pessoal/RT)	Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que os gastos com o pessoal representam na receita total arrecadada pelos municípios. Este rácio indica que quanto maior o valor do indicador, mais investimento em recursos humanos o município realiza.
Impostos Indiretos e Taxas / Receita Total (IIT/RT)	Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que representam os impostos indiretos e taxas cobradas pelos municípios, na receita total arrecadada. Este rácio indica que quanto maior o valor do indicador, mais eficientes são os municípios na cobrança de impostos indiretos e taxas cobradas.
Impostos Diretos / Receita Total (ID/RT)	Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que representam os impostos diretos cobradas pelos municípios, na receita total arrecadada. Quanto maior o valor deste indicador, mais eficientes são os municípios na cobrança de impostos diretos cobrados.

Fonte: elaborado pelo próprio e indicadores adaptados de Carvalho et al. (2008)

A solvabilidade financeira dos municípios trata-se de uma questão de enorme importância tendo em vista o equilíbrio das contas das administrações públicas do país. Lobo e Ramos (2011) afirmam que para além da questão da solvabilidade financeira dos municípios, a gestão orçamental das finanças municipais poderá também dificultar o cumprimento do limite do défice total das Administrações Públicas imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Ou seja, apenas impondo regras com vista a garantir a solidariedade entre os vários subsectores da Administração Pública no processo de consolidação orçamental, se poderá cumprir esse objetivo, caso contrário poderá ser posto em causa o défice das Administrações Públicas pelo aumento do défice global dos municípios, em particular nos anos de eleições.

Para Jorge (2003) e conforme estabelecido nas LFL, no seu art. 3.º, a autonomia financeira dos municípios e das freguesias baseia-se, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos: preparar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e demais documentos previstos; preparar e aprovar as contas; arrecadar e usar as receitas que têm direito por lei e dar ordens para processar as despesas legalmente autorizadas; e gerir o património das entidades. Em termos práticos, estes são os principais poderes dos municípios, ou seja, esta é a autonomia financeira que lhes foi concedida por lei. No entanto, sejam entidades do sector público ou privado, existem indicadores de estrutura ou endividamento que medem a sua autonomia financeira. Para Brandão (2003), este rácio exprime em que medida o ativo está a ser financiado por capitais próprios e por capitais alheios. Está previsto em quase todos os diplomas legais que envolvam a concessão de subsídios, bem como os referentes a concursos de obras públicas. Para Curto e Dias (2011), elevados níveis de endividamento municipal e forte dependência das transferências resultantes do fenómeno perequativo, quando acompanhados de fraca dimensão populacional, podem facilmente conduzir a dificuldades de autofinanciamento e situações de sustentabilidade financeira débeis nos municípios.

Assim, apresenta-se na tabela 3 a bateria de indicadores financeiros selecionados para o estudo com uma breve explicação dos motivos que levaram à sua escolha.

Tabela 3 - Indicadores Financeiros

Indicador	Significado
Ativo/Passivo (A/P)	Denominado por rácio de solvência ou solvabilidade, trata-se da capacidade dos municípios para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência dos municípios face aos credores. Quanto maior o valor do indicador, melhor é o rácio de solvência do município.
Fundos Próprios/Ativo Total (FP/A)	Denominado por rácio de autonomia financeira, analisa a parcela dos ativos que é financiada pelos fundos próprios. Traduz a capacidade dos municípios financiarem o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos. A capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja, quando o passivo a médio e longo prazo iguala os fundos próprios. Indica que quanto maior o valor do indicador, melhor é a autonomia financeira do(s) município(s)
Fundos Próprios/Passivo (FP/P)	Trata-se de um rácio que mede a capacidade de endividamento, com este rácio é possível medir o grau em que os fundos próprios cobrem o passivo dos municípios. Quanto maior o valor do indicador, maior é a capacidade de endividamento do(s) município(s)

Fonte: elaborado pelo próprio e indicadores adaptados de Brandão (2012)

Após a definição de indicadores, passou-se à definição de critérios, por forma a agrupar os municípios por tipologia para tratamento estatístico dos dados. Para as tipologias de âmbito socioeconómico, utilizam-se os critérios como a população, área, região (norte/sul, litoral/interior, Nut II e Nut III), partido político, PIB per capita regional, poder de compra,

número de sociedades constituídas, proporção de sociedades no comércio, proporção de sociedades na indústria transformadora, número de médicos por cada mil habitantes, proporção que sabe ler e escrever e proporção de população residente com o ensino superior completo, devido à sua relevância comprovada pela sua utilização em diversos estudos de vários autores, tais como Afonso e Fernandes (2008), Martins e Correia (2015) e Ribeiro, Jorge e Cervera (2018).

Para Martins e Correia (2015) as variáveis relativas ao contexto socioeconómico, como sejam a densidade populacional, a localização geográfica e o poder de compra, têm influências sobre os desvios orçamentais dos municípios. Ribeiro, Jorge e Cervera (2018) referem que no âmbito dos ciclos político-orçamentais, se verifica a existência de um comportamento oportunista dos governos, centrado na sinalização das suas competências, e considerando a assimetria de informação no período pré-eleitoral. Este facto traduz-se num aumento das despesas e redução dos impostos de forma agregada. Verifica-se também um agravamento das despesas que sejam melhor percecionadas pelos eleitores, nomeadamente investimentos. Ribeiro, Jorge e Cervera (2018) refere que é espectável que os partidos de esquerda sejam menos austeros na gestão orçamental, na tentativa de cumprir promessas eleitorais de índole social que não estejam previstas no sistema de financiamento dos partidos. Também Lago-Peñas (2008) numa análise para Espanha sugeriu a existência de um efeito positivo do ciclo eleitoral sobre os gastos e déficits, mais forte no caso dos partidos de esquerda. Tal como Cabral e Almodovar (2010) referem, a qualidade do investimento público consubstancia-se num fator determinante para o crescimento económico de longo prazo. Desta forma, é essencial a boa utilização do dinheiro público, numa ótica de investimento e retorno, porque o investimento público é também um elemento essencial para modernização da economia e para o aumento da produtividade.

Martins e Correia (2015), que no seu estudo defendem que quanto maior é o poder de compra dos munícipes, menos enviesadas são as previsões de receita e melhor é a execução da despesa. Teoria também corroborada por Curto e Dias (2011) que afirma que no respeitante a encargos com pessoal, os municípios do sul e interior do país denotam habitualmente estruturas financeiramente mais exigentes se reportadas ao número de cidadãos das respetivas áreas de atuação. Curto e Dias (2011) sugeriram que as despesas com pessoal assumem, por habitante, valores significativos, principalmente em municípios com fraca capacidade de captação local de recursos financeiros.

Se para os critérios geográficos os dados estão perfeitamente definidos, conforme será explicado abaixo, importa realçar que os dados utilizados relativamente aos critérios demográficos e económicos mencionados reportam sempre que possível ao ano de 2003. Sempre que não existiam dados completos e fiáveis para 2003, foram utilizados os dados disponíveis do primeiro ano dentro do período de análise. Excetua-se ainda o critério partidos políticos no qual os dados foram ajustados consoante os resultados dos ciclos eleitorais autárquicos a cada 4 anos. Nos critérios socioeconómicos procurou-se categorizar os dados criando grupos homogéneos, de forma a abranger todos os valores existentes, mas não criando demasiados grupos que tornariam a análise estatística complexa e que dificultariam a obtenção de conclusões.

Seguidamente vão ser especificados os principais critérios que se utilizam para classificar os municípios no momento da análise. Os grupos conforme cada critério têm em consideração a distribuição de frequências e outras estatísticas da variável base do critério.

i. Por Litoral/Interior

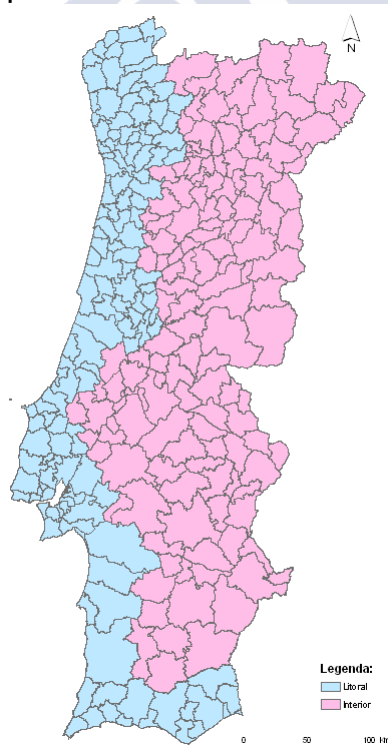
A delimitação que foi por nós usada para demarcar os municípios do litoral e os do interior de Portugal Continental teve como base o racional de integração de municípios na zona litoral e a seguinte origem e critérios:

- Proximidade e/ou integração de zona costeira (Alegria, Teixeira e Umbelino, 1990);
- Proximidade e/ou integração de áreas metropolitanas;
- Proximidade e/ou integração de grandes centros de desenvolvimento.

Na utilização deste critério foi considerado o Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial–ISCCT (Mateus, Caetano e Madruga, 2005). Este índice teve como objetivo medir o impacto das políticas de desenvolvimento a nível regional. O grande objetivo do índice era ser aplicado de uma forma regular e a várias escalas territoriais para medir, avaliar e monitorizar os efeitos das políticas de desenvolvimento de cada região (Mateus *et al*, 2005). O índice resultou de um compêndio de vários indicadores estruturados em duas grandes áreas: a competitividade e a coesão (Mateus *et al*, 2005). A sua elaboração teve como princípios teóricos subjacentes a coesão económica e social, tentando também incluir a coesão territorial (Mateus *et al*, 2005).

A figura 8 representa a delimitação que foi feita entre os concelhos do interior (n=142) e do litoral (n=136), tendo como base os critérios acima definidos.

Figura 8 - Municípios do Litoral e Interior em Portugal Continental



Fonte: Elaborado pelo próprio

De forma a melhor perceber as características destes municípios produziu-se a tabela 4, que contempla alguns dados básicos dos municípios na sua dicotomia litoral/interior, de realçar foram utilizados os dados de base do ano 2003.

Tabela 4- Caracterização dos municípios do Portugal Continental segundo - dicotomia litoral/interior

	Interior (n=142)		Litoral (n=136)	
	média	Erro padrão da média	média	Erro padrão da média
População (Nº hab)	13,7	1,042	59,1	6,42
Área (km ²)	351	18,11	203	13,05
PIB <i>per capita</i> regional (milhares euros)	11,69	0,1578	14,48	0,3909
Poder de compra Per Capita (%)	62,37	1,093	81,22	2,676
Sociedades constituídas (n.º)	22,79	2,592	140,4	24,38
Proporção de sociedades na indústria transformadora (%)	12,72	0,398	14,19	0,7384
Proporção de sociedades no comércio (%)	26,09	0,4588	26,24	0,3405
Médicos por 1.000 habitantes (permilagem ‰)	1,152	0,07557	1,92	0,2223
Proporção população que sabe ler e escrever (%)	79,39	0,3275	83,87	0,3124
Proporção da população residente c/ ensino superior completo (%)	3,34	0,1353	4,647	0,2459
Receita total (milhares euros)	11.777.291	708.586	33.004.575	4.545.000
Despesa total (milhares euros)	11.545.190	662.649	33.987.258	5.068.000
Fundos municipais (milhares euros)	5.851.780	217.955	8.628.306	575.231
Receitas próprias (milhares euros)	2.846.319	292.454	18.252.626	3.604.000
Pessoal (milhares euros)	2.948.459	147.518	9.267.946	1.768.000
Investimento (milhares euros)	4.642.691	299.490	10.809.785	1.542.000
Subsídios (milhares euros)	1.119.995	120.478	5.017.318	864.288
Impostos indiretos e taxas (milhares euros)	31.010	286.321	2.317.424	452.712
Impostos diretos (milhares euros)	1.140.206	145.711	10.897.081	2.089.000
Ativo (milhares euros)	40.425.198	4.423.000	120.936.859	23.070.000
Passivo (milhares euros)	12.024.249	1.114.000	38.467.060	7.564.000
Fundos Próprios (milhares euros)	28.400.948	3.873.000	82.604.577	16.300.000

Fonte: Elaborado pelo próprio

Numa sucinta análise conseguimos verificar que a média da população dos municípios do litoral é cerca de 5 vezes maior à do litoral e que a área é em média superior nos municípios do interior. No que concerne aos critérios de âmbito económico e social o litoral apresenta sempre valores médios superiores ao interior. Também no que respeita ao comportamento orçamental e financeiro, os fluxos médios, tanto ao nível da receita arrecadada, como da despesa executada, os fundos municipais recebidos da administração central, os gastos com pessoal e subsídios, assim como na cobrança de impostos, são muito superiores no litoral. O valor médio do passivo do litoral é três vezes superior ao do interior (12.0 M€ e 38.4 M€), assim como no ativo (40.4 M€ e 120.9 M€). Estes dados indiciam um conjunto de relevantes dicotomias entre o litoral e o interior do país, indo ao encontro da hipótese do estudo, importa agora aprofundar todas estas matérias.

ii. Por NUT II ou Áreas de Atuação das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)

Tendo em conta a Nomenclatura para a delimitação das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), definida no Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei números 317/99, de 11 de Agosto, e 244/2002, de 5 de Novembro, estas unidades, também, genericamente, conhecidas por regiões têm origem nas regiões de planeamento criadas, em 1969, com o objetivo de fazer uma distribuição regional equitativa

do desenvolvimento a ser obtido pelo III Plano de Fomento. Inicialmente utilizadas apenas para fins estatísticos e de planeamento regional, estas divisões têm sido utilizadas, cada vez mais, para definir as áreas de atuação dos serviços desconcentrados dos vários ministérios, em substituição dos distritos. Também para permitir uma compatibilização com as delimitações territoriais, dos restantes estados membros da União Europeia (na altura CEE).

As NUT II que incluem o nosso estudo são as apresentadas na tabela 5¹⁵, indicando também o número de municípios que pertencem a cada um dos grupos (n):

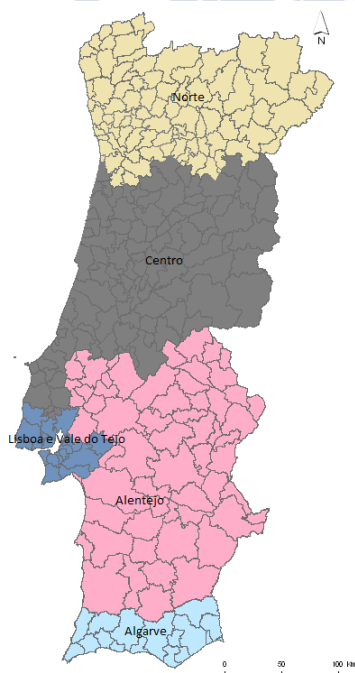
Tabela 5 - Caracterização dos municípios por NUT II em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Norte	87
Centro	99
Lisboa e Vale do Tejo	18
Alentejo	58
Algarve	16

Fonte: Elaborado pelo próprio

De realçar, que a informação essencial para a construção deste item foi a recolhida do documento da DGAL, a Administração Local em Números 2005 (DGAL, 2006). Assim, a figura 9 representa a delimitação que foi feita entre as regiões que estão afetas a cada uma das Comissões de Coordenação/NUT II. A área de atuação das CCDR corresponde inteiramente à das unidades estatísticas NUTS II no continente. As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) são, segundo decreto-lei 104/2003, serviços desconcentrados da Administração central dotados de autonomia administrativa e financeira, incumbidos de executar medidas proveitosas para o desenvolvimento das respetivas regiões. As CCDR só existem no território de Portugal continental.

Figura 9 - Municípios por NUT II/CCDRs de Portugal continental



Fonte: Elaborado pelo próprio

¹⁵ De referir que a Região Autónoma da Madeira e dos Açores não estão incluídas pelo facto do estudo não incluir as regiões autónomas

iii. Por NUT III

Neste critério, as regiões subdividem-se em sub-regiões estatísticas sem qualquer significado administrativo, cujo único objetivo é o de servirem para agrupar municípios contíguos, com problemas e desafios semelhantes, e obter assim dados de conjunto destinados principalmente ao planeamento económico. De realçar, que a informação foi recolhida do livro a Administração Local em Números 2005 (Direção-Geral das Autarquias Locais [DGAL], 2006). Na tabela 6 apresenta-se a lista das 28 NUTS III, divididas por regiões:

Tabela 6 - Caracterização dos municípios por NUT III em Portugal Continental

NUT II	NUT III	Municípios (n.º)	Área (km²)	População (hab.)
<u>Norte (8 NUTS III)</u>	Alto Trás-os-Montes	15	8.171	223.259
	Ave	8	1.245	509.969
	Cávado	6	1.246	393.064
	Douro	19	4.110	221.853
	Entre Douro e Vouga	5	861	276.814
	Grande Porto	11	1.024	1.392.189
	Minho-Lima	10	2.219	250.273
	Tâmega	12	2.621	551.301
<u>Centro (12 NUTS III)</u>	Baixo Mondego	10	2.063	340.342
	Baixo Vouga	11	1.802	385.725
	Beira Interior Norte	9	4.063	115.326
	Beira Interior Sul	4	3.749	78.127
	Cova da Beira	3	1.375	93.580
	Dão-Lafões	14	3.489	286.315
	Médio Tejo	10	2.306	226.070
	Oeste	12	2.221	338.711
	Pinhal Interior Norte	14	2.617	138.543
	Pinhal Interior Sul	5	1.903	44.804
	Pinhal Litoral	5	1.746	251.014
	Serra da Estrela	3	868	49.896
<u>Lisboa (2 NUTS III)</u>	Grande Lisboa	9	1.382	2.025.628
	Península de Setúbal	9	1.581	782.786
<u>Alentejo (5 NUTS III)</u>	Alentejo Central	14	7.228	173.401
	Alentejo Litoral	5	5.303	99.976
	Alto Alentejo	15	6.248	127.025
	Baixo Alentejo	13	8.545	135.105
	Lezíria do Tejo	11	4.273	240.832
<u>Algarve (1 NUT III)</u>	Algarve	16	4.995	395.208

Fonte: Elaborado pelo próprio

A figura 10 representa as NUT III existentes em Portugal Continental e ajuda-nos a perceber melhor o referenciado acima.

Devido ao elevado número de grupos existentes em Portugal, conforme as NUTS III, o estudo incidirá sobre as NUTS III Grande Lisboa e Grande Porto; Ave e Cávado; Alto-Trás-os-Montes e Douro, por apresentarem características particulares que importa estudar. A Grande Lisboa e Grande Porto, representam os dois maiores polos urbanos do país, o Ave e o Cávado, são duas regiões bastante similares nas vertentes socioeconómicas e culturais, que fazem fronteira entre si e que encontram muitas semelhanças nas crises que o país sofreu, particularmente no setor têxtil. O Douro e Alto Trás-os-Montes, são duas regiões oriundas da grande província histórica de Trás-os-Montes, que data do século XV, trata-se também de duas regiões muitas similaridades, culturais, económicas e sociais.

Figura 10 - NUT III Portugal continental



Fonte: Elaborado pelo próprio

iv. Por População

Neste critério procedeu-se à recolha dos dados relativos à população de cada município, disponíveis no Portal Autárquico (<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/>), tendo sido usado como base o ano de 2007. Seguidamente agruparam-se os municípios em quatro grupos, da forma que se apresenta na tabela 7.

Tabela 7 - Caracterização dos municípios por população em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com população até 10.000 hab	94
Municípios com população entre 10.000 e 40.000 hab	115
Municípios com população entre 40.000 e 100.000 hab	46
Municípios com população maior que 100.000 hab	23

Fonte: Elaborado pelo próprio

v. Por Área

Neste critério procedeu-se à recolha dos dados relativos à área de cada município em km², disponíveis no Portal Autárquico, tendo sido usado como base o ano de 2008. Seguidamente agruparam-se os municípios em três grupos da forma que se indica na tabela 8.

Tabela 8 - Caracterização dos municípios por área em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com área até 500 km ²	226
Municípios com área maior que 500 km ²	52

Fonte: Elaborado pelo próprio

vi. Por Norte/Sul

Para efetuar a divisão dos municípios do Norte e do Sul procedeu-se, à divisão do território continental em duas grandes áreas de dimensão aproximada, considerando para tal os limites de cada NUT II/CCDR. A tabela 9 mostra a caracterização realizada e o número de municípios que se inclui em cada grupo.

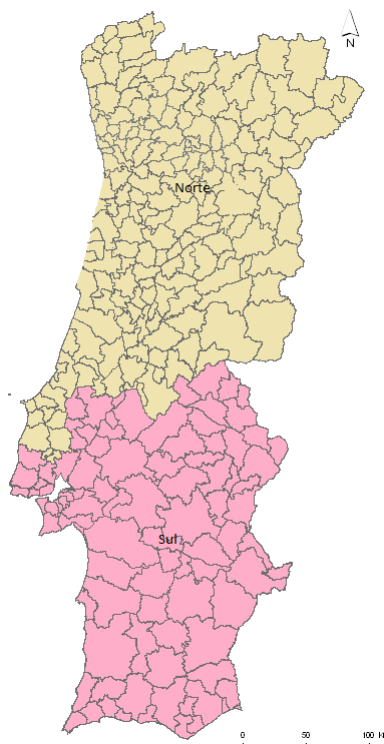
Tabela 9 - Caracterização dos municípios por região Norte/Sul em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Norte (CCDRN/Norte e CCDRC/Centro)	186
Sul (CCDRLVT/Lisboa e Vale do Tejo, CCDRA/Alentejo e CCDRALG/Algarve)	92

Fonte: Elaborado pelo próprio

O seguinte mapa (figura 11) representa a divisão Norte/Sul elaborada e ajuda-nos a perceber melhor o referenciado acima.

Figura 11 - Norte e Sul em Portugal Continental



Fonte: Elaborado pelo próprio

vii. Por Partido Político

Considerando as eleições autárquicas ocorridas no período de análise (2003-2011), neste caso, procedeu-se à recolha da informação dos resultados das eleições autárquicas de 2001, 2005, e 2009 através do site da Direção-Geral da Administração Interna (<https://www.dgai.mai.gov.pt/>). Posteriormente procedeu-se ao agrupamento dos municípios por partido e para os anos em causa, nos cinco grupos seguintes, como se indica na tabela 10.

Tabela 10 - Caracterização dos municípios por partido político em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278; ano 2001	n=278; ano 2005	n=278; ano 2009
PPD/PSD	118	115	99
PPD/PSD – CDS/PP	17	20	22
PS	108	102	120
PCP-PEV	28	32	28
Outros partidos	7	9	9

Fonte: Elaborado pelo próprio

Relativamente aos partidos políticos portugueses, importa esclarecer que o Partido Social Democrata (PPD/PSD) é um partido político de centro-direita, que tem liderado vários governos desde 1974. O Partido Socialista (PS) é um partido político, fundado a 19 de abril de 1973, na cidade alemã de Bad Münstereifel, por militantes da Ação Socialista Portuguesa, é de centro-esquerda e liderou vários governos desde 1974. No que concerne ao CDS – Partido Popular (CDS-PP), é um partido político português conservador, inspirado pela democracia cristã e aberto também a liberais clássicos, fundado em 19 de julho de 1974. O Partido Comunista Português (PCP) é um partido político de esquerda e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) é um partido político de esquerda ecologista, fundado em 1982, tendo até hoje concorrido sempre em coligação com PCP. No que respeita aos outros partidos, inclui os partidos com pouca representação no panorama municipal, como por exemplo o Bloco de Esquerda (BE); o CDS/PP sem coligação com o PPS/PSD, Grupos de cidadãos e independentes.

viii. Por PIB

Conforme referem Leiceaga e Lago-Peñas (2013), é sensato ter em consideração o PIB e a sua evolução, sempre que represente corretamente a base económica que determina a capacidade de obter recursos da administração. Para Ribeiro, Jorge e Cervera (2018) o rendimento per capita é uma das variáveis económicas mais testadas empiricamente, nos modelos explicativos do endividamento, apresentados por variadíssimos autores. Neste critério procedeu-se à recolha dos dados relativos ao PIB *per capita* regional de cada município em milhares de euros, disponíveis no Anuário Estatístico da Região Norte 2009, do Instituto Nacional de Estatística, relativos ao ano de 2007 (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2010). A informação apresenta-se em milhares de euros em relação à população média anual residente¹⁶.

Seguidamente a tabela 11 mostra a agregação dos municípios em quatro grupos da seguinte forma:

¹⁶ Formula: Produto Interno Bruto no ano civil / População média anual residente

Tabela 11 - Caracterização dos municípios por PIB per capita regional em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com PIB per capita entre 8.000 e 10.000 euros	51
Municípios com PIB per capita entre 10.000 e 13.000 euros	109
Municípios com PIB per capita entre 13.000 e 20.000 euros	104
Municípios com PIB per capita maior que 20.000 euros	14

Fonte: Elaborado pelo próprio

ix. Por Poder de Compra

Para a inclusão deste critério procedeu-se à recolha dos dados relativos ao poder de compra (indicador per capita) de cada município, disponíveis no programa O País em Números, Versão 3.0, 2006, Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao ano de 2004. A informação apresenta-se em percentagem em relação à média nacional¹⁷.

A tabela 12 apresenta a classificação dos municípios em quatro grupos da seguinte forma:

Tabela 12 - Caracterização dos municípios por poder de compra em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com poder de compra entre 40% e 60% da media nacional	105
Municípios com poder de compra entre 60% e 80% da media nacional	108
Municípios com poder de compra entre 80% e 100% da media nacional	40
Municípios com poder de compra maior que 100% da media nacional	25

Fonte: Elaborado pelo próprio

x. Por Sociedades Constituídas

Neste critério procedeu-se à recolha dos dados relativos ao número total de sociedades constituídas em cada município, disponíveis no programa O País em Números, Versão 3.0, 2006, Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao ano de 2004. Seguindo este critério agruparam-se os municípios em quatro grupos da forma indicada na tabela 13.

Tabela 13- Caracterização dos municípios por sociedades constituídas em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com número de sociedades constituídas entre 1 e 50	186
Municípios com número de sociedades constituídas entre 50 e 100	38
Municípios com número de sociedades constituídas entre 100 e 150	21
Municípios com número de sociedades constituídas maior que 150	33

Fonte: Elaborado pelo próprio

xi. Por Sociedades na Indústria Transformadora

Para este caso procedeu-se à recolha dos dados relativos à proporção de sociedades na indústria transformadora em cada município, disponíveis no programa O País em Números, Versão 3.0, 2006, Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao ano de 2004. A informação apresenta-se em percentagem em relação ao total de sociedades¹⁸.

Seguidamente, agruparam-se os municípios em cinco grupos da forma indicada na tabela 14.

¹⁷ Compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos, em termos per capita, com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100

¹⁸ Fórmula: sociedades na indústria transformadora/(total de sociedades)*100

Tabela 14 - Caracterização dos municípios por proporção de sociedades na indústria transformadora em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com proporção de sociedades da indústria transformadora entre 1% e 5%	13
Municípios com proporção de sociedades da indústria transformadora entre 5% e 10%	81
Municípios com proporção de sociedades da indústria transformadora entre 10% e 15%	102
Municípios com proporção de sociedades da indústria transformadora entre 15% e 20%	46
Municípios com proporção de sociedades da indústria transformadora maior que 20%	36

Fonte: Elaborado pelo próprio

xii. Por Sociedades no Comércio

Tal como no anterior procedeu-se à recolha dos dados relativos à proporção de sociedades no comércio em cada município, disponíveis no programa O País em Números, Versão 3.0, 2006, Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao ano de 2004. A informação apresenta-se em percentagem em relação ao total de sociedades¹⁹.

Posteriormente os municípios foram agrupados em quatro grupos da forma indicada na tabela 15.

Tabela 15 - Caracterização dos municípios por proporção de sociedades no comércio em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com proporção de sociedades no comércio entre 7% e 20%	25
Municípios com proporção de sociedades no comércio entre 20% e 25%	70
Municípios com proporção de sociedades no comércio entre 25% e 30%	124
Municípios com proporção de sociedades no comércio maior que 30%	59

Fonte: Elaborado pelo próprio

xiii. Por Número de Médicos

Também neste item procedeu-se à recolha dos dados relativos ao número de médicos por 1.000 habitantes em cada município, disponíveis no programa O País em Números, Versão 3.0, 2006, Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao ano de 2003. A informação apresenta-se em per milagem em relação à população²⁰.

Neste critério os municípios agruparam-se em quatro grupos como se indica na tabela 16.

Tabela 16 - Caracterização dos municípios por médicos por 1.000 habitantes em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com n.º de médicos por 1.000 habitantes entre 0,0‰ e 1‰	131
Municípios com n.º de médicos por 1.000 habitantes entre 1‰ e 2,5‰	109
Municípios com n.º de médicos por 1.000 habitantes entre 2,5‰ e 4,0‰	21
Municípios com n.º de médicos por 1.000 habitantes maior que 4,0‰	17

Fonte: Elaborado pelo próprio

xiv. Por População Alfabetizada

Para desenvolver este critério procedeu-se à recolha dos dados relativos à proporção de população que sabe ler e escrever em cada município, disponíveis no programa O País em Números, Versão 3.0, 2006, Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao ano de 2001. A informação apresenta-se em percentagem em relação à população residente total²¹.

¹⁹ Fórmula: sociedades no comércio/(total de sociedades)*100

²⁰ Fórmula: médicos/população*1000

²¹ Fórmula: população residente que sabe ler e escrever/população residente total*100

Seguindo este critério os municípios agruparam-se em quatro grupos como se indica na tabela 17.

Tabela 17 - Caracterização dos municípios por proporção população alfabetizada em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com proporção de população que sabe ler e escrever entre 66% e 75%	20
Municípios com proporção de população que sabe ler e escrever entre 75% e 80%	82
Municípios com proporção de população que sabe ler e escrever entre 80% e 85%	106
Municípios com proporção de população que sabe ler e escrever maior que 85%	70

Fonte: Elaborado pelo próprio

xv. Por População com o Ensino Superior Completo

Para criar este critério procedeu-se à recolha dos dados relativos à proporção da população residente com o ensino superior completo em cada município, disponíveis no programa O País em Números, Versão 3.0, 2006, Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao ano de 2001. A informação apresenta-se em percentagem em relação à população residente total²². Seguindo este critério os municípios agruparam-se em quatro grupos como se indica na tabela 18.

Tabela 18 - Caracterização dos municípios por população com o ensino superior completo em Portugal Continental

Categoria da classificação	n=278
Municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 1% e 2,5%	64
Municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 2,5% e 5%	153
Municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5%	27
Municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo maior que 6,5%	34

Fonte: Elaborado pelo próprio

Posteriormente, procedeu-se ao tratamento dos dados financeiros dos municípios, através do programa Excel, inicialmente calculando os rácios individualmente por município, sendo posteriormente desagregados pelas tipologias acima referidas. Após esse tratamento dos dados financeiros dos municípios, procedeu-se ao seu processamento estatístico, como descrito abaixo, no subcapítulo 3.4.

3.3 QUESTÕES ESPECÍFICAS DA INVESTIGAÇÃO E INDICADORES UTILIZADOS

Conforme já abordado no subcapítulo 3.1, existem fortes indícios de que os municípios portugueses que se localizam no litoral produzem mais riqueza, o que os torna menos dependentes das transferências da administração central, e os municípios do interior devido às suas características socioeconómicas e demais fatores endógenos e exógenos, são mais dependentes dos fundos municipais, concedidos pela administração central.

Desta forma, e à luz da hipótese estabelecida para este estudo, dos municípios do interior serem mais dependentes das transferências da administração central face aos municípios do litoral, e também do objetivo geral deste trabalho, de analisar o comportamento dos municípios na gestão dos fundos municipais e outras receitas e despesas dos municípios, com

²² Fórmula: população residente com o ensino superior completo/população residente total*100

recurso a indicadores de desempenho financeiro e orçamental, torna-se essencial propor um conjunto de questões por forma a responder à hipótese primordial da tese. As mesmas questões serão estudadas da forma que a seguir se explicita, com recurso ao uso dos indicadores já explanados nas tabelas 2 e 3, do subcapítulo 3.2.

1. Ser município de interior é sinal de dependência das transferências da Administração Central? Quais são os mais independentes do poder central e onde se localizam? Quais são os municípios que geram mais receita/proveitos extra FM? Esta questão será estudada e apoiada com recurso aos seguintes indicadores:
 - ***Total Fundos Municipais/Receita Total (FM/RT)***
 - ***Receitas Próprias/Receita Total (RP/RT)***
2. As escassas receitas próprias que os municípios do interior arrecadam, poderão ser sinónimo de um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis? Quais são os municípios que melhor aproveitam os recursos e onde se localizam? Esta questão será sustentada nos seguintes indicadores:
 - ***Total de Receitas Próprias/Total Investimento (RP/INV)***
 - ***Receita Capital/Total de Investimento (RK/INV)***
3. Quais são os municípios que canalizam em proporção mais receita total para investimento? Será o seguinte indicador que ajudará a esclarecer a questão:
 - ***Investimento /Receita Total (INV/RT)***
4. Quais são os municípios que em proporção são mais permissivos à subsidi dependência? Esta questão será estudada com recurso ao seguinte indicador:
 - ***Total Transferências e Subsídios/Receita Total (TS/RT)***
5. Qual o perfil do município que afeta grande parte dos recursos financeiros para o pessoal? O seguinte rácio ajudará a explicar esta pergunta:
 - ***Pessoal/Receita Total (Pessoal/RT)***
6. Em que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, é mais eficiente a cobrança dos impostos indiretos e taxas? Esta questão será estudada com recurso ao seguinte indicador:
 - ***Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total (IIT/RT)***
7. Em que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, é mais eficiente a cobrança dos impostos diretos? Será o seguinte indicador que ajudará a esclarecer a questão:
 - ***Impostos Diretos/Receita Total (ID/RT)***
8. Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior capacidade para solver os seus compromissos a médio e longo prazo (maior independência face aos credores)? O rácio selecionado para ajudar a esclarecer a questão foi:
 - ***Ativo/Passivo (A/P)***
9. Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior autonomia financeira? Esta questão será estudada com recurso ao seguinte indicador:
 - ***Fundos Próprios/Ativo Total (FP/A)***
10. Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior capacidade de endividamento? Será o seguinte rácio que ajudará a esclarecer a questão:
 - ***Fundos Próprios/Passivo (FP/P)***

3.4 METODOLOGIA ESTATÍSTICA A UTILIZAR NA ANÁLISE EMPÍRICA E TESTE DE ROBUSTEZ DOS INDICADORES

O tratamento dos dados financeiros foi efetuado no programa Excel (Microsoft Office Excel 2007), por forma a calcular os rácios dos indicadores pretendidos. A análise estatística foi realizada no programa *GraphPad prism* (versão 5). A análise de dados decorreu em duas etapas, uma em que se recorreu à análise exploratória de dados e outra em que se procedeu à modelação de dados e a inferências estatísticas. Na primeira fase procedeu-se ao cálculo da média \pm erro padrão da média para cada grupo. De referir que existem casos isolados de municípios para os quais não havia dados disponíveis em casos pontuais em anos particulares, por não terem sido reportados à DGAL nem ter sido possível recolhê-los junto das entidades respetivas, logo nesses casos a média \pm erro padrão da média para cada grupo e análise estatística respetiva foi efetuada apenas com os dados disponíveis. Efetuou-se ainda a análise da normalidade dos grupos por recurso aos testes de *Kolmogorov-Smirnov*, *D'Agostino & Pearson omnibus* e *Shapiro Wilk*. Apenas se efetuaram análises estatísticas com base em testes paramétricos quando todos os grupos analisados apresentavam a esperada curva gaussiana (teste de normalidade estatisticamente significativo) em pelo menos um dos testes mencionados. Os testes não-paramétricos equivalentes foram utilizados quando não foi possível homogeneizar variâncias ou normalizar a variável dependente. Efetuou-se ainda o teste de deteção de *outliers* de *Grubb* ou método ESD (*extreme studentized deviate*) com recurso ao *software* de *GraphPad* (<http://graphpad.com/quickcalcs/Grubbs1.cfm>), para determinar se algum dos municípios apresentava valores extremamente desviados da média em algum dos indicadores, por forma a ser possível a execução da análise estatística subsequente. Os *outliers* extremos dificultam a análise estatística e muitas vezes “mascaram” efeitos, impedindo uma análise rigorosa do panorama real, sendo assim necessária à sua exclusão do grupo em alguns casos.

As técnicas estatísticas utilizadas na segunda etapa do estudo foram escolhidas de forma a serem adequadas ao tratamento dos dados financeiros dos municípios em estudo, com o objetivo de verificarmos as hipóteses e questões de investigação colocadas. Procedeu-se a uma análise exploratória de dados com os objetivos de identificar aspetos e padrões de interesse e representar os dados de forma a destacar os mesmos padrões encontrados. Nesta investigação utilizaram-se análises estatísticas univariadas e bivariadas, conforme se pretendesse analisar uma ou duas variáveis independentes, respetivamente. Esta análise foi adaptada ao tipo de grupos em estudo, que no caso deste trabalho se tratam de grupos independentes (municípios agrupados em diferentes categorias/tipologias).

Na análise estatística univariada tratou-se cada variável independente isoladamente utilizando métodos de Estatística Descritiva para a análise de cada variável separadamente e também métodos de Estatística Inferencial para determinada variável, medida para dois ou mais grupos independentes. Neste tipo de análise recorreu-se ao teste “t” de *Student* ou à análise de variância (ANOVA) unifatorial (*one way*) seguida do teste de *post-hoc Bonferroni* para avaliação de diferenças individuais entre grupos. Quando necessário, foram efetuados os testes não paramétricos equivalentes, nomeadamente, o teste de *Mann Whitney* em vez do teste “t” e o teste de *Kruskal-Wallis* seguido do teste *post hoc* de *Dunns*, em vez da *one-way ANOVA* seguido de *Bonferroni*. Esta análise estatística foi utilizada para a descrição e exploração dos dados financeiros de cada município, sendo os seus resultados apresentados em valores absolutos do indicador em estudo, agrupados conforme a tipologia pretendida, ou seja, agrupados por NUTS, CCDR, etc., que são no caso a variável independente em estudo.

Importa aqui realçar que estas análises foram utilizadas para o ano 2003, que foi considerado o ano de base.

Na análise de dados com duas medidas para cada elemento, de forma a analisar duas variáveis independentes simultaneamente e assim estabelecer relações entre as duas variáveis, recorreu-se à ANOVA a dois fatores seguida do teste de *post-hoc Bonferroni* para avaliação de diferenças individuais entre grupos. Ou seja, os dados financeiros de cada município foram apresentados em valores absolutos do indicador em estudos agrupados conforme a tipologia pretendida (NUTS, CCDR, etc.) e o ano em estudo (2003, etc.) que são no caso as variáveis independentes em estudo. Neste caso, foram efetuadas análises para o período compreendido entre 2003 e 2011, com intuito de verificar de que forma os valores dos indicadores se alteram, ou não, para o período do estudo. Em todos os testes efetuados (de normalidade, de deteção de *outliers*, testes estatísticos paramétricos e não paramétricos), foi considerado um valor de $p < 0.05$ como sendo estatisticamente significativo.

Para testar a robustez dos indicadores foi ainda desenvolvido um estudo de caso, no Município da Trofa, com recurso à plataforma *Multipeers*, que era usada no município como *dashboard* para a gestão da entidade, tendo sido recolhida, para o efeito, a devida autorização do dirigente máximo do município. Desta forma, foram incorporados na plataforma a bateria de indicadores selecionados (referidos no subcapítulo 3.2) e foi efetuada a sua interligação com a informação financeira das aplicações contabilísticas do município, com o intuito de obter informação orçamental e financeira atualizada em tempo real.

A plataforma em questão permitia:

- Receber informação em tempo real no desktop do utilizador;
- Recolher informação das aplicações contabilísticas;
- Podia ser utilizada através de um PC, como de um *smartphone* ou *tablet*;
- Ter indicadores permanentemente atualizados sobre a performance operacional da organização, a todos os níveis;
- Disponibilizava um ponto único de controlo de todas as suas atividades, ou seja, um *cockpit* de gestão global;
- Também permitia, para além de outras funcionalidades, criar indicadores orçamentais e financeiros usando os dados disponíveis na organização.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS INDICADORES ORÇAMENTAIS

Neste capítulo ir-se-á apresentar os resultados relativos a cada um dos indicadores orçamentais tipificados na tabela 2, do subcapítulo 3.2, agrupando os municípios, de acordo com os critérios estabelecidos para tratamento estatístico dos dados, para as tipologias de âmbito económico, social, geográfico e demográfico, população, área, região (norte/sul, litoral/interior, Nut II e Nut III), partido político, PIB per capita regional, poder de compra, número de sociedades constituídas, proporção de sociedades no comércio, proporção de sociedades na indústria transformadora, número de médicos por cada mil habitantes, proporção que sabe ler e escrever e proporção de população residente com o ensino superior completo). Para cada um dos indicadores, a análise é iniciada com a deteção das tendências maior relativas ao ano base de 2003 e depois passar-se-á à análise do indicador ao longo do período em análise. Importa também aqui referir que os quadros e gráficos da análise restrita ao ano base constarão no anexo da tese para os grupos estabelecidos seguindo cada critério. Deve ter-se em consideração que a situação do ano 2003 também se representa nos gráficos abaixo. No final do capítulo far-se-á uma discussão dos resultados obtidos relativamente aos indicadores orçamentais e face às questões abordadas por cada um.

4.1 ANÁLISE DO INDICADOR TOTAL FUNDOS MUNICIPAIS/RECEITA TOTAL (FM/RT)

Recorreu-se ao indicador Fundos Municipais/Receita Total (FM/RT) para aferir o peso dos fundos municipais arrecadados pelos municípios na receita total, o qual, em conjunto com o indicador analisado no subcapítulo seguinte, Receitas Próprias/Receita Total (RP/RT), irá responder às questões: ser município de interior é sinal de dependência das transferências da Administração Central? Quais são os mais independentes do poder central e onde se localizam? Quais são os municípios que geram mais receita/proveitos extra FM?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

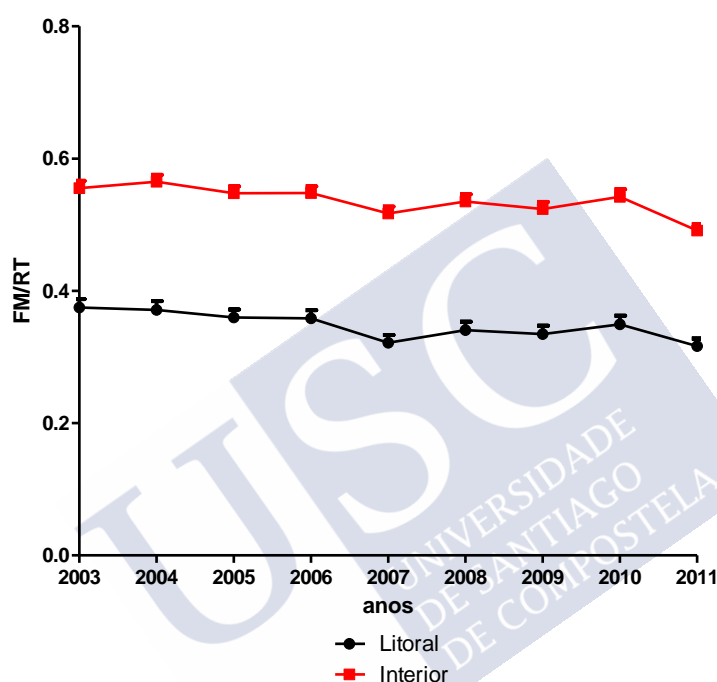
4.1.1 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior

No ano de 2003 (ver gráfico A.1 no Anexo I) verificou-se que o indicador FM/RT obteve valores significativamente superiores nos municípios do interior (teste t, $p < 0,0001$) relativamente aos municípios do litoral. Olhando pormenorizadamente para o gráfico 1,

poderemos aferir efetivamente os grupos mantêm a mesma tendência longo dos anos em análise.

Não se verifica alterações significativas ao longo do período analisado. Ou seja, foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do litoral/interior e do ano relativamente ao indicador FM/RT ($p < 0,0001$), não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre estas duas variáveis. Assim, os municípios do litoral continuaram a ser aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas totais foi inferior durante todo o período 2003-2011 analisado. Verificaram-se as mesmas diferenças entre os grupos definidos a cada ano ($p < 0,001$ para todas as comparações).

Gráfico 1 - Evolução do Indicador FM/RT nos municípios do litoral *versus* interior



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,04	0,9934
Litoral/Interior	32,19	$P < 0,0001$
ano	1,46	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Globalmente, este resultado é indicativo de uma maior dependência global destes municípios do interior, relativamente aos Fundos Municipais, do que os municípios do litoral, em que o peso dessas transferências é menos relevante.

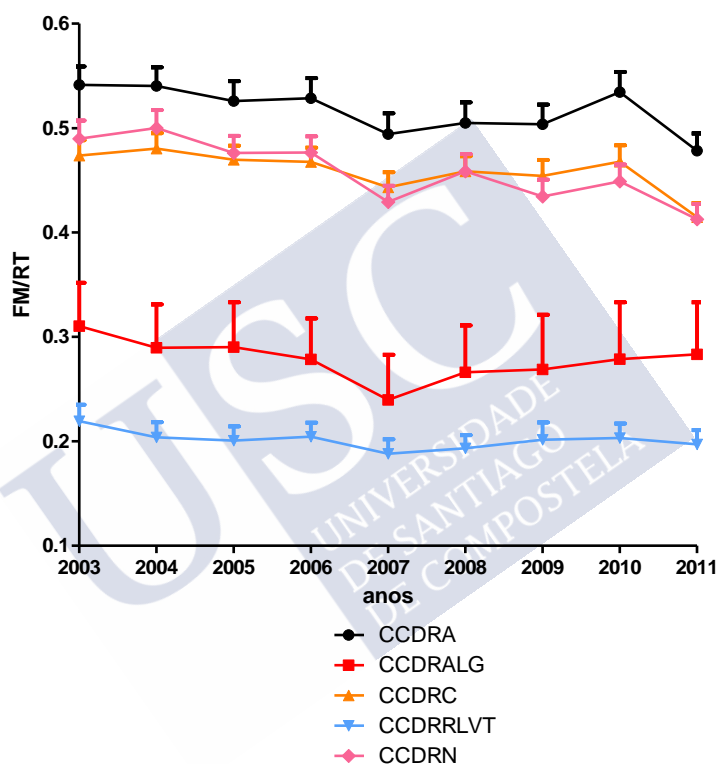
4.1.2 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério CCDR

Relativamente ao ano de referência 2003 (ver gráfico A.2 no Anexo I), após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, e com recurso ao teste de *Bonferroni*, verificaram-se significativas as seguintes comparações: CCDRA vs. CCDRALG; CCDRA vs.

CCDRRLVT; CCDRALG vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRN; CCDRC vs. CCDRRLVT e CCDRRLVT vs. CCDRN (todos com $p < 0,001$). No seguimento da explicação do ano 2003, relativamente ao restante período 2004-2011, como se observa no gráfico 2, não se verificaram modificações significativas.

Verificou-se um efeito significativo da CC DR e do ano relativamente ao indicador FM/RT ($p < 0,0001$), não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre estas duas variáveis. Ou seja, os municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo, continuaram a ser aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais foi inferior durante todo o período 2003-2011 analisado. Verificaram-se as mesmas diferenças entre os grupos definidos a cada ano ($p < 0,001$ para todas as comparações).

Gráfico 2 - Evolução do indicador FM/RT por CC DR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,22	1,0000
CCDRs	28,84	$P < 0,0001$
Ano	0,55	0,0136

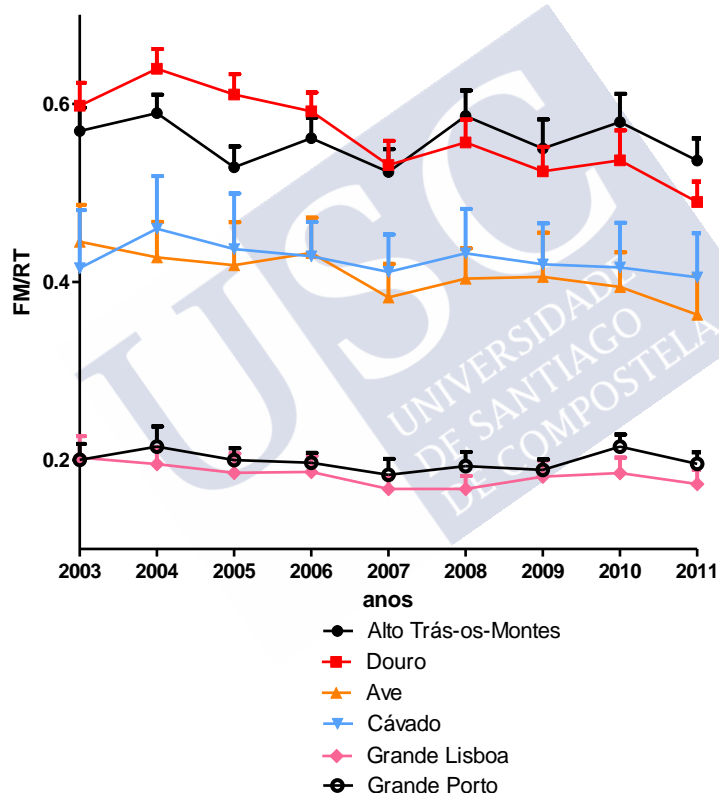
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Desta forma verifica-se que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo e Região do Algarve, tendo como base o seu valor de indicador FM/RT inferior, demonstram depender menos das transferências do Governo, quando comparadas com a Região do Alentejo, do Norte e do Centro, em que o peso dessas transferências é mais relevante.

4.1.3 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério NUTS III

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.3 no Anexo I) por análise *one-way Anova*, seguido do teste de *Bonferroni*, verificaram-se significativas as seguintes comparações: Alto Trás-os-Montes vs. Grande Lisboa ($p < 0,001$); Alto Trás-os-Montes vs. Grande Porto ($p < 0,001$); Douro vs. Ave ($p < 0,05$); Douro vs. Cávado ($p < 0,01$); Douro vs. Grande Lisboa ($p < 0,001$); Douro vs. Grande Porto ($p < 0,001$); Ave vs. Grande Lisboa ($p < 0,001$); Ave vs. Grande Porto ($p < 0,001$); Cávado vs. Grande Lisboa ($p < 0,01$); Cávado vs. Grande Porto ($p < 0,01$). No seguimento da explicação do ano 2003, olhando agora para o gráfico 3 que apresenta a evolução de 2003 a 2011, podemos verificar que a mesma tendência é mantida, mas com ritmos de crescimento distintos com respeito ao indicador, que levam a alterações na ordenação das NUTS III.

Gráfico 3 - Evolução do indicador FM/RT por NUTS III



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,87	0,9998
nuts	68,29	P<0,0001
ano	0,94	0,0347

Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das NUTs ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) relativamente ao indicador FM/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre estas duas variáveis. Ou seja, os municípios das NUTS Grande Porto e Grande Lisboa, continuaram a ser aqueles em que o peso dos Fundos

Municipais nas Receitas totais foi inferior durante todo o período 2003-2011 analisado²³. De salientar o período 2004-2007 e os anos 2009 e 2011, em que o Alto Trás-os-Montes não apresenta um FM/RT significativamente superior ao Cávado ($p > 0,05$). Parece existir uma tendência para a região do Douro apresentar um FM/RT cada vez menor ao longo dos anos, sendo que a partir de 2008 é tendencialmente inferior ao de Alto Trás-os-Montes e a partir de 2007 não se verificam diferenças significativas entre o Douro e o Cávado ($p > 0,05$). Ou seja, o Douro parece depender cada vez menos dos fundos da Administração Central e aproximar-se dos níveis de FM/RT do Cávado. Assim, as regiões do Douro, Alto Trás-os-Montes e Cávado acabam por se apresentarem numa situação semelhante em parte do período analisado. A região do Ave apresenta diferenças significativas relativamente ao Douro e Alto Trás-os-Montes ao longo de todo o período analisado ($p < 0,05$ a $p < 0,001$ em vários anos de análise, exceto em 2005 que $p > 0,05$ na comparação Ave vs. Alto Trás-os-Montes).

Por tal, consegue verificar-se, que existe uma semelhança de dados muito grandes no indicador FM/RT, para as NUTS Alto Trás-os-Montes vs. Douro (sendo seu valor de indicador FM/RT superior às restantes), Ave vs. Cávado e Grande Lisboa vs. Grande Porto, tendo-se demonstrado todas não significativas entre elas, o que ajuda a explicar de certa forma, a semelhança que hipoteticamente poderá existir entre elas, e que agora efetivamente se comprova.

4.1.4 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério População

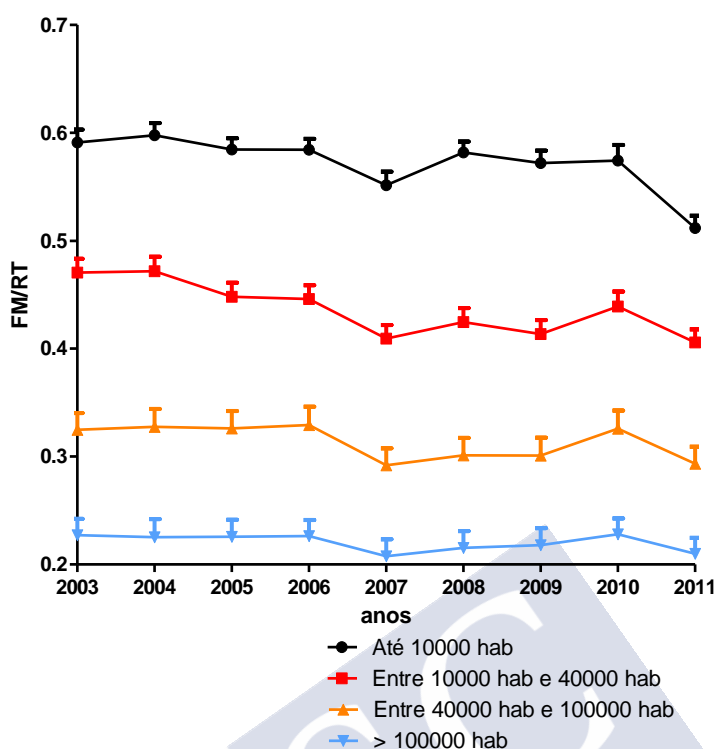
Relativamente ao ano de referência 2003 (ver gráfico A.4 no Anexo I), realizou-se a análise *one-way Anova*, com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificando-se que todas as comparações se mostraram significativas, ou seja, quase todos são significativos ao $p < 0,001$, sendo o grupo de entre 40.000 e 100.000 habitantes vs. maior que 100.000 hab ($p < 0,05$). No que concerne ao restante período 2004-2011 (ver gráfico 4), não se verificaram flutuações significativas.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que revelou um efeito significativo da população e do ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador FM/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre estas duas variáveis. Deste modo, continuou a verificar-se, em todo o período considerado, uma menor dependência das transferências do Governo à medida que aumenta a dimensão populacional dos municípios ($p < 0,001$ para todas as comparações exceto entre 40.000 a 100.000 hab vs. maior que 100.000 hab que foi $p < 0,05$ em 2003, 2005 e 2010 e $p < 0,01$ em 2004 e 2006). Importa destacar que, no período 2007-2009 e no ano 2011 não se observaram diferenças significativas entre os seguintes grupos: entre 40.000 a 100.000 habitantes vs. maior que 100.000 habitantes.

Globalmente, verifica-se que consoante aumenta o número de habitantes, diminui o valor do indicador FM/RT, logo diminui o peso dos fundos municipais nas receitas dos municípios.

²³ $p < 0,001$ para todas as comparações, exceto para Grande Porto vs. Ave em 2010 e 2011 que foi $p < 0,1$

Gráfico 4 - Evolução do indicador FM/RT por população



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,23	0,9920
população	44,58	P<0.0001
ano	0,69	0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

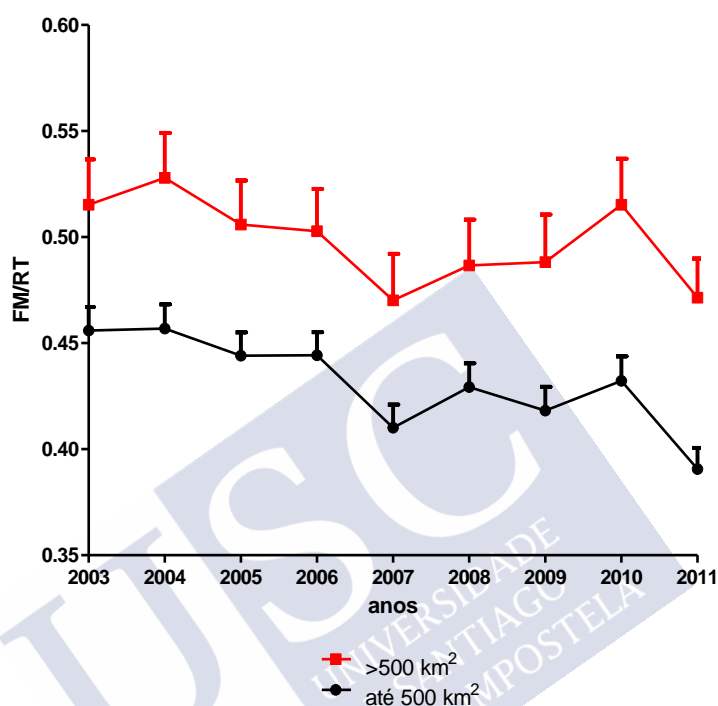
4.1.5 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Área

No ano de 2003 (ver gráfico A.5 no Anexo I) verificou-se que o indicador FM/RT obteve valores significativamente superiores nos municípios com área maior que 500 km² (teste T, $p < 0,05$), do que os com área de até 500 km². Logo nos municípios com área até 500 km², o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior ao dos municípios com área maior que 500 km², o que demonstra uma maior dependência dos municípios com área maior que 500 km², relativamente aos fundos do poder central. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas conforme podemos verificar no gráfico 5.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da área ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) na explicação do indicador FM/RT. Todavia não se verificou uma interação significativa entre aquelas duas variáveis. Assim o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais dos municípios com uma área maior que 500 km² continuou a ser superior ao dos municípios com uma área até 500 km², durante a maior parte do período em análise ($p < 0,05$ em 2004, 2009 e 2011; $p < 0,01$ em 2010). Sublinha-se que nos anos 2005-8 as diferenças entre os dois grupos definidos não são significativas ($p > 0,05$).

De realçar que no ano 2007, entrou em vigor lei das finanças locais n.º 2/2007, de 15 de janeiro e foi verificado que em termos globais, foram transferidos pela Administração Central para os municípios praticamente o mesmo montante de fundos municipais do transferido no período homólogo anterior. No entanto os municípios aumentaram em termos globais as suas receitas totais em 497,7 milhões de euros, o que teve reflexo direto no rácio em análise, tendo este diminuído em 2007.

Gráfico 5 - Evolução do indicador FM/RT por área



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,05	0,9964
área	2,48	P<0.0001
Ano	0,83	0,0063

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Relativamente ao ano 2011 e de acordo com o Boletim Mensal de Economia Portuguesa, de março de 2012, o saldo global provisório das Administrações Públicas incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo real na Administração Local, na ótica da contabilidade pública, foi de 589,1 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o saldo foi de 466,1 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de cerca de 444,1 milhões de euros face a idêntico período de 2011. Este resultado reflete, no essencial, o comportamento do défice global do Estado, o qual aumentou em 425,0 milhões de euros face ao período homólogo, situando-se nos 798,6 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), excluindo as EPR, registaram um excedente de 835,0 milhões de euros, mais 102,2 milhões de euros que face ao mesmo período do ano anterior. O excedente de execução orçamental da Segurança Social foi de 413,4 milhões de euros, menos 67,8 milhões de euros do que o registado em fevereiro de 2011. A Administração Regional diminuiu o excedente orçamental em 53,5 milhões de euros, para 16,2 milhões de euros. A Administração Local, considerando o universo comparável, registou, neste período, um saldo provisório da execução orçamental de 32,9 milhões de euros, o que corresponde a um

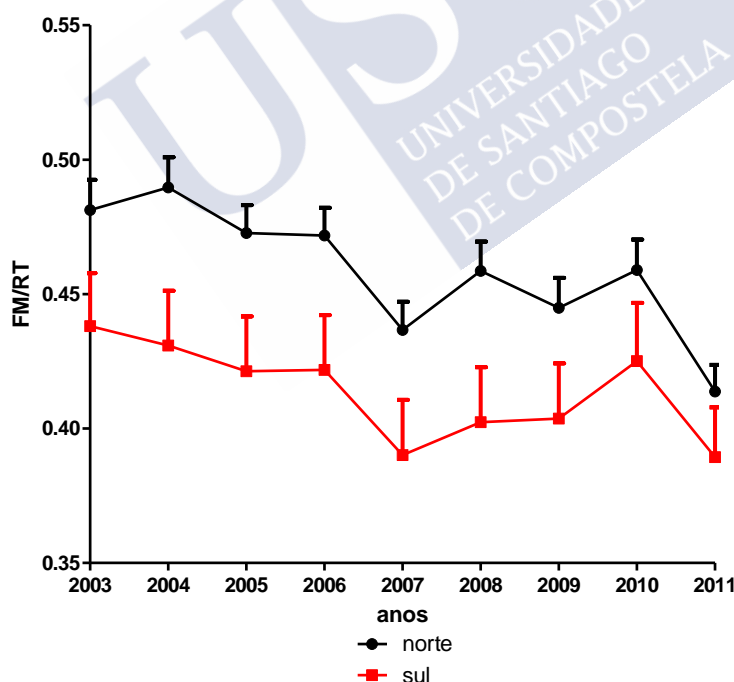
agravamento de 5,2 milhões de euros relativamente ao mês anterior (Gabinete de Estratégia e Estudos, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais [GEE, GPEARI], 2012). Em termos globais, verificou-se uma redução de 127,8 milhões de euros nas transferências dos fundos municipais para a administração local, comparativamente ao período homólogo anterior, no entanto os municípios aumentaram em termos globais as suas receitas totais em 212,4 milhões de euros, o que teve reflexo direto no rácio em análise, tendo este diminuído consideravelmente em 2011.

Em síntese, nos municípios com área até 500 km², o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior ao dos municípios com área maior que 500 km², o que demonstrou uma maior dependência dos municípios com área maior que 500 km², relativamente aos fundos do poder central.

4.1.6 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul

Não se detetaram diferenças significativas no ano de 2003 (ver gráfico A.6 no Anexo I), no indicador FM/RT entre o Norte e o Sul (teste T, $p > 0,05$). No que respeita ao restante período 2004-2011, é possível constatar observando o gráfico 6 que não existem modificações significativas.

Gráfico 6 - Evolução do indicador FM/RT nos municípios do norte versus sul



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,08	0,9754
Norte/Sul	1,63	P<0.0001
ano	1,17	0,0002

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que possibilitou verificar a existência de um efeito significativo das variáveis norte/sul ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,05$) no indicador FM/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as mesmas. Ou seja, o peso dos fundos do poder central continuou a ser tendencialmente superior nos municípios do Norte relativamente aos municípios do Sul, para a totalidade do período considerado, sendo apenas significativamente superior em 2004 ($p < 0,05$). De salientar que parece haver uma tendência para o esbatimento das diferenças no peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais entre os grupos definidos, pelo que indica o gráfico 6 parece que a diminuição das diferenças entre os grupos, ocorre especialmente em 2011 e em menor medida em 2010, pelo que seria interessante analisar como foi a evolução desde aí. Também é confirmado para os anos 2005-2011 inexistência de diferenças significativas ($p > 0,05$).

Verifica-se assim uma tendência, embora não significativa, para os municípios do Norte dependerem mais dos Fundos Municipais do que os municípios do sul.

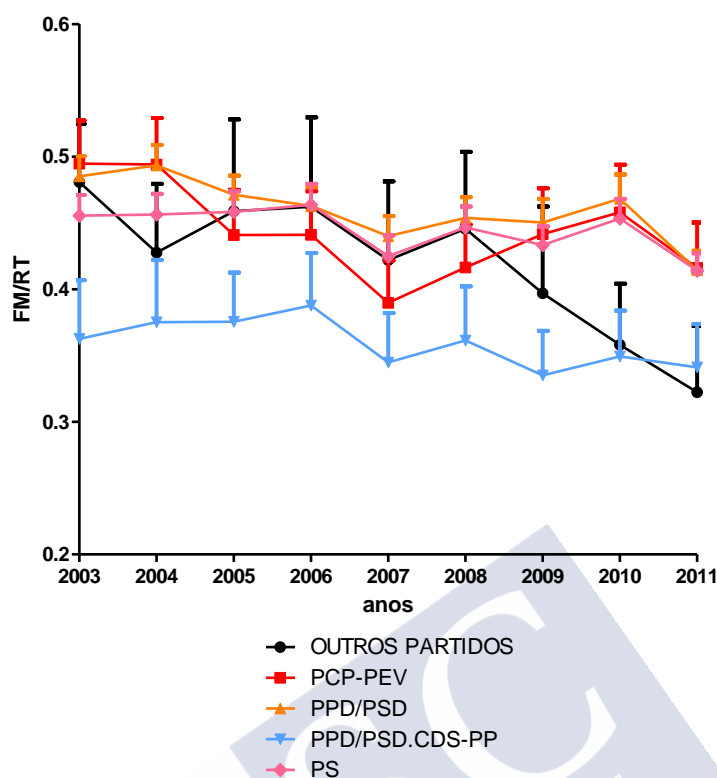
4.1.7 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Partido Político

No ano de 2003 (ver gráfico A.7 no Anexo I), efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*) ao indicador FM/RT, que se demonstrou não significativo, ou seja, não encontraram diferenças no valor deste indicador entre municípios de grupos partidários diferentes.

Relativamente ao restante período 2004-2011, o gráfico 7 ilustra a inexistência de modificações significativas. Contudo, mostra-se relevante analisar a situação dos municípios governados pelos “outros partidos”, que a partir de 2009 foram apresentando valores de FM/RT progressivamente inferiores, ou seja, começaram a demonstrar-se mais independentes dos fundos municipais, tendo atingido valores semelhantes aos municípios pertencentes à coligação PPD-PSD/CDS-PP em 2011. Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do partido ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) relativamente ao indicador FM/RT, não se tendo, todavia, constatado uma interação significativa entre estas duas variáveis ($p > 0,05$). Deste modo os municípios governados pelos partidos da coligação PPD-PSD/CDS-PP mantêm a tendência de menor dependência dos fundos do poder central em grande parte do período analisado. Contudo, em 2011, os municípios sob gestão dos outros partidos, que já pareciam revelar uma tendência de crescente independência das transferências do Governo, aproximam-se da coligação PPD-PSD/CDS-PP. Importa referir que, para todos os anos considerados, não existem diferenças significativas no indicador FM/RT entre os municípios governados por aquela coligação e os municípios administrados pelas demais forças partidárias ($p > 0,05$), com exceção do partido PPD-PSD nos anos de 2003-2004 e 2009-2010 ($p < 0,05$).

Por outro lado, os municípios governados pelos partidos PCP-PEV, PPD-PSD e PS apresentam níveis semelhantes do indicador FM/RT. Esta ilação é coerente com a inexistência de diferenças significativas ($p > 0,05$) entre os grupos PCP-PEV vs. PPD-PSD, PCP-PEV vs. PS e PPD-PSD vs. PS, em todo o período analisado. Assim os municípios governados pelos partidos PCP-PEV, PPD-PSD e PS encontram-se numa situação idêntica no período 2003-2011.

Gráfico 7 - Evolução do indicador FM/RT por partido político municipal



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,58	0,9962
Partido	1,89	P<0,0001
ano	0,78	0,0117

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

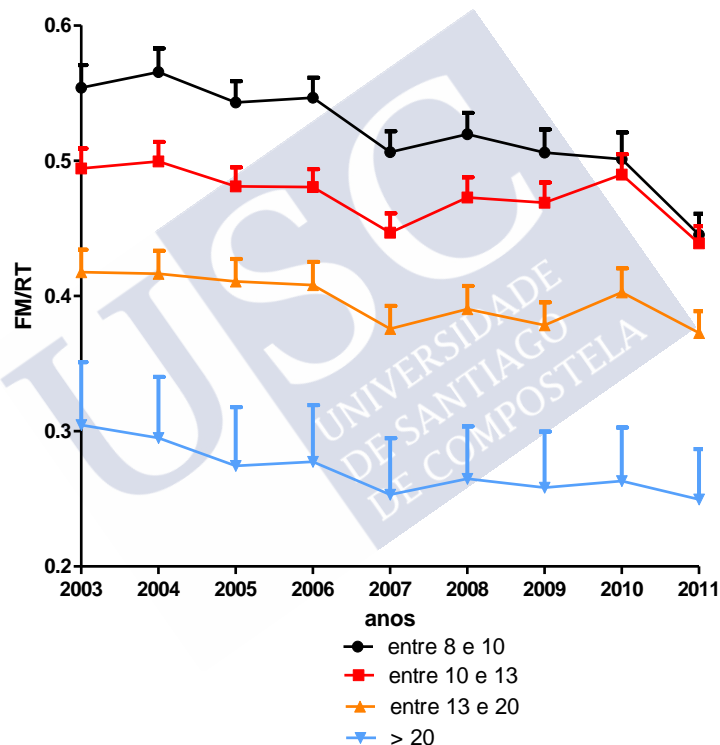
4.1.8 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o critério PIB

Após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$), e com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que, em 2003 (ver gráfico A.8 no Anexo I), para o indicador FM/RT, a comparação dos grupos entre 8 milhares de euros (m€) e 10m€ vs. entre 13m€ e 20m€; entre 8m€ e 10m€ vs. maior que 20m€; entre 10m€ e 13m€ vs. entre 13m€ e 20m€; entre 10m€ e 13m€ vs. maior que 20m€ se mostrou significativa entre eles, excepcionando-se as comparações entre 8m€ e 10m€ vs. entre 10m€ e 13m€; entre 13m€ e 20m€ vs. maior que 20m€, que se mostraram não significativas. Os grupos entre 8m€ e 10m€ apresentam também para o indicador FM/RT um valor superior às restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, é possível constatar através da observação do gráfico 8, que não se verificaram modificações significativas.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do PIB ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) relativamente ao indicador FM/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre estas duas variáveis. Ou seja, os municípios com um maior PIB *per capita* continuaram a ser aqueles em que o peso dos

Fundos Municipais nas Receitas Totais foi inferior durante todo o período 2003-2011 analisado ($p < 0,05$ vs. Grupo entre 13 e 20 em 2005-2008 e 2010-2011; $p < 0,001$ para todas as comparações com os grupos entre 8m€ e 10m€ e entre 10m€ e 13m€). De sublinhar, no entanto, os anos de 2004 e 2009, nos quais os municípios com um PIB *per capita* maior que 20m€ não apresentaram diferenças significativas face aos municípios com um PIB *per capita* entre 13m€ e 20m€ ($p > 0,05$). Por outro lado, os municípios com um PIB *per capita* entre 8m€ e 10m€ apresentam um FM/RT tendencialmente, mas não significativamente, superior ao dos municípios com um PIB *per capita* entre 10m€ e 13m€ para todo o período analisado ($p > 0,05$), parecendo existir uma aproximação entre os dois grupos a partir de 2007. Em 2011 a diferença no indicador FM/RT entre os municípios com o mais reduzido nível de riqueza e os municípios com um PIB *per capita* entre 13m€ e 20m€, não é significativa ($p > 0,05$). Ou seja, os três grupos de municípios com menor PIB *per capita* revelam um nível semelhante de dependência dos fundos do poder central no último ano analisado.

Gráfico 8 - Evolução do indicador FM/RT por PIB



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,20	0,9999
PIB	16,54	$P < 0,0001$
ano	0,81	0,0022

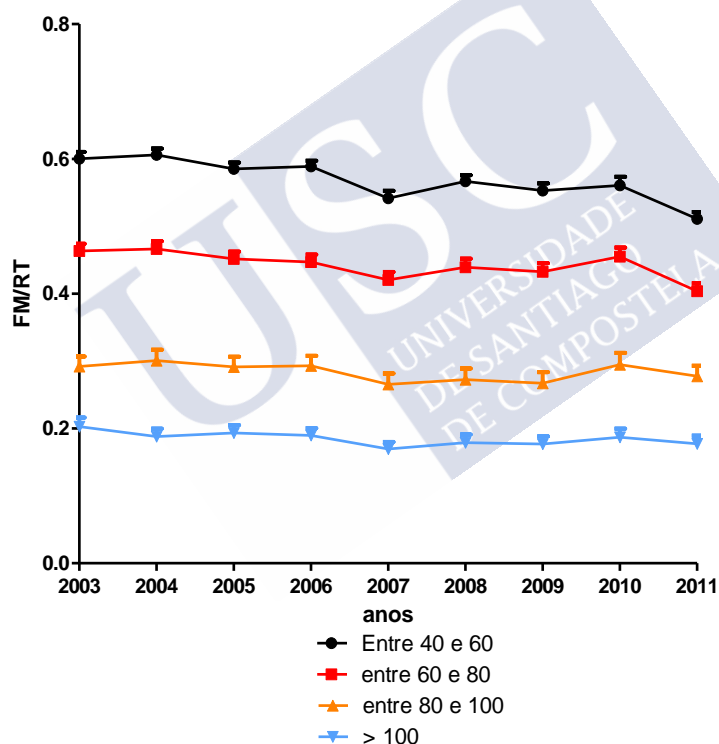
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Desta forma, é possível inferir que os municípios com maior PIB *per capita*, são aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior, o que revela uma maior independência financeira.

4.1.9 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra

As percentagens de poder de compra referidas são apresentadas em relação à média nacional, ou seja, o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos, em termos per capita, relativo ao poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100. Após a análise da normalidade, que foi verificada, efetuou-se para o ano 2003 (ver gráfico A.9 no Anexo I), um teste paramétrico (*One-way ANOVA*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$), com recurso ao *Bonferroni's Multiple Comparison Test*, verificou-se que todas as comparações dos grupos se apresentaram significativas, para o indicador FM/RT, nomeadamente, entre 40% e 60% vs. entre 60% e 80%; entre 40% e 60% vs. entre 80% e 100%; entre 40% e 60% vs. maior que 100%; entre 60% e 80% vs. entre 80% e 100%; entre 60% e 80% vs. maior que 100% ($p < 0,001$) e entre 80% e 100% vs. maior que 100% ($p < 0,01$). Os grupos maiores que 100% apresentam o indicador FM/RT com um valor inferior às restantes (gráfico 9).

Gráfico 9 - Evolução do indicador FM/RT por poder de compra



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,24	0,9491
poder de compra	55,53	P<0.0001
ano	0,69	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Relativamente ao período 2004-2011, foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do poder de compra e do ano ($p < 0,0001$) em relação ao indicador FM/RT, não se tendo, todavia, observado uma interação significativa entre estas duas variáveis. Na verdade, os municípios com um maior poder de compra continuaram a ser aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais foi inferior durante todo o

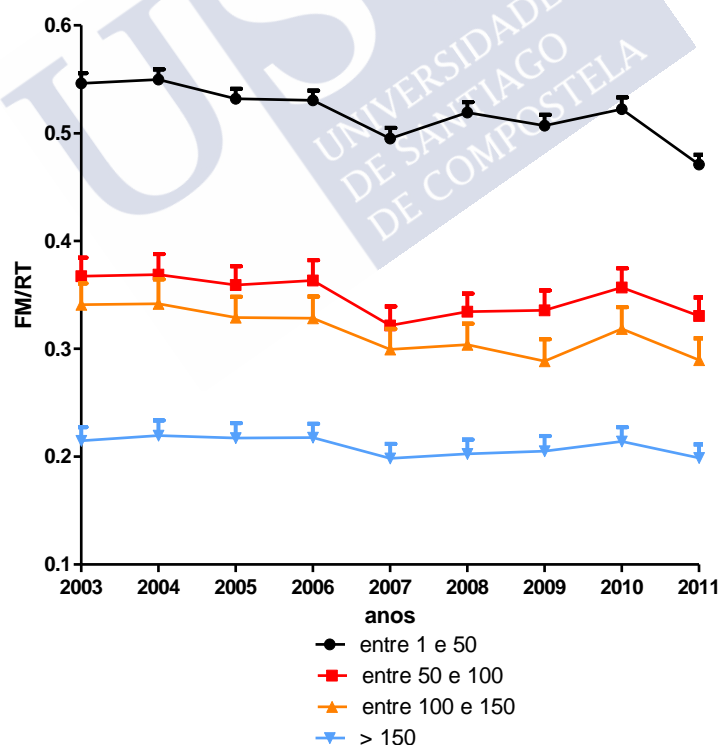
período 2003-2011 analisado. Verificaram-se diferenças significativas entre todos os grupos definidos e para todos os anos ($p < 0,001$ para todas as comparações entre grupos, exceto entre 80% e 100% vs. maior que 100% que foi $p < 0,05$ em 2003 e 2009 e $p < 0,01$ em 2005-2008 e 2011).

Logo, é possível verificar que os municípios com maior poder de compra, são aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior.

4.1.10 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas

Efetuiu-se um teste paramétrico (*One-way ANOVA*), ao indicador FM/RT, em 2003 (ver gráfico A.10 no Anexo I), ao número total de sociedades constituídas em cada município, que se demonstrou significativo ($p < 0,001$). Seguidamente com recurso ao *Bonferroni's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação dos grupos (entre 1 e 50 vs. entre 50 e 100; entre 1 e 50 vs. entre 100 e 150; entre 1 e 50 vs. maior que 150; entre 50 e 100 vs. maior que 150; entre 100 e 150 vs. maior que 150), se apresentaram significativas ($p < 0,001$), com exceção da comparação entre os grupos entre 50 e 100 vs. entre 100 e 150. O grupo maior que 150 apresentou o indicador FM/RT inferior aos restantes e o grupo entre 1 e 5 um valor deste indicador superior aos restantes (gráfico 10).

Gráfico 10 - Evolução do indicador FM/RT por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,13	1,0000
sociedades constituídas	30,81	P<0.0001
ano	0,68	0,0021

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

No que concerne ao restante período 2004-2011, foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) na explicação do indicador FM/RT. Contudo não se verificou uma interação significativa entre aquelas duas variáveis. Deste modo, o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais continuou a ser menor nos municípios com mais sociedades constituídas, durante todo o período 2003-2011 analisado. Existiu uma grande semelhança entre o grupo entre 100 e 150 e o conjunto de municípios com entre 50 e 100 sociedades constituídas, em todo o período analisado ($p > 0,05$). Ou seja, os dois grupos possuem níveis semelhantes de dependência das transferências do Governo entre 2003 e 2011. À exceção destes, verificaram-se diferenças significativas entre todos os grupos definidos e para todos os anos ($p < 0,001$ para todas as comparações entre grupos, exceto entre 100 e 150 vs. maior que 150 que foi $p < 0,05$ em 2007-2008 e 2010 e $p < 0,01$ em 2003-6). De destacar os anos de 2009 e 2011 nos quais os municípios com um número de sociedades constituídas maior que 150 não apresentam um rácio (FM/RT) significativamente inferior aqueles que possuem entre 100 e 150 sociedades constituídas ($p > 0,05$).

O que nos leva a afirmar que à medida que há mais sociedades constituídas os fundos municipais em relação às receitas totais são inferiores.

4.1.11 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o critério Sociedades na Indústria Transformadora

Após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador FM/RT, em 2003 (ver gráfico A.11 no Anexo I), para a proporção de sociedades na indústria transformadora, apresentada como a percentagem em relação ao total de sociedades, que se demonstrou significativo ($p < 0,001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificaram-se significativas as seguintes comparações: entre 1% e 5% vs. entre 10% e 15%; entre 1% e 5% vs. entre 15% e 20%; entre 5% e 10% vs. entre 10% e 15%; entre 5% e 10% vs. entre 15% e 20% ($p < 0,01$ e $p < 0,05$). Por outro lado, as comparações entre os grupos entre 1% e 5% vs. entre 5% e 10%; entre 1% e 5% vs. maior que 20%; entre 5% e 10% vs. maior que 20%; entre 10% e 15% vs. entre 15% e 20%; entre 10% e 15% vs. maior que 20%; entre 15% e 20% vs. maior que 20%, não se mostraram significativas.

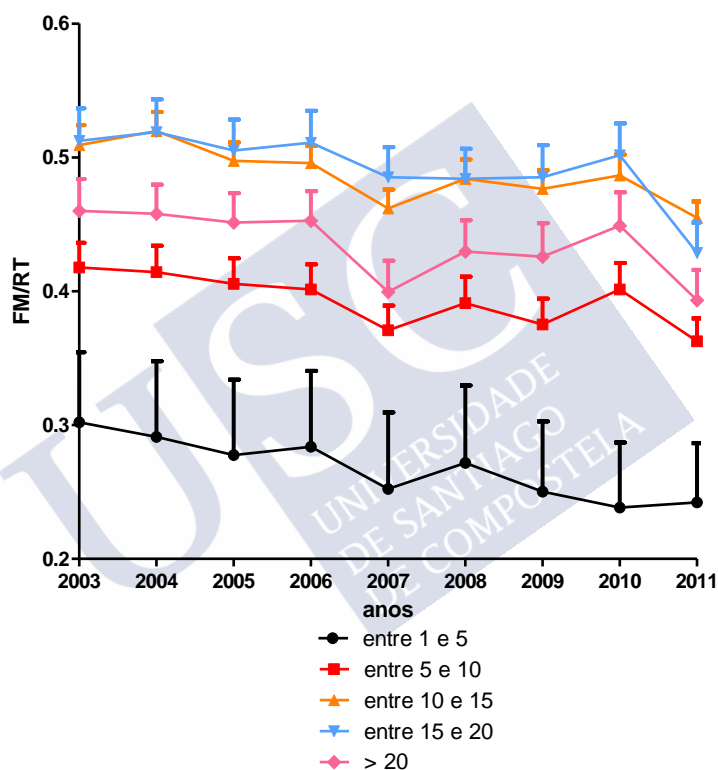
Por tal, os municípios com entre 10% e 15% e entre 15% e 20% de proporção de sociedades da indústria transformadora, com indicador FM/RT superior aos restantes, são aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais se revela mais significativo, apresentando-se menos relevante nos municípios com uma proporção de sociedades da indústria transformadora de entre 1% e 5%. Em relação ao restante período 2004-2011, demonstrado no gráfico 11, verifica-se que se acentua ainda mais a tendência de independência dos municípios com entre 1% e 5%.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das sociedades da indústria transformadora e do ano relativamente à variável explicada FM/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas. Deste modo, os municípios com uma proporção de sociedades da indústria transformadora entre 1% e 5% continuaram a ser aqueles que apresentaram uma menor dependência dos Fundos Municipais em todo o período analisado, seguidos do grupo entre

5% e 10%. Todavia deve sublinhar-se que não existem diferenças significativas nos anos de 2003-2009 e 2011 entre o grupo com uma proporção de entre 1% e 5% e o grupo entre 5% e 10%, nem entre o grupo entre 5% e 10% e o maior que 20% para todos os anos de análise ou relativamente ao grupo entre 15% e 20% no ano 2011 ($p>0,05$), pelo que se encontram em situação semelhante. Nos anos 2003-2011, não se registaram diferenças significativas entre os grupos entre 10% e 15% e entre 15% e 20% ($p>0,05$). Por sua vez, o grupo maior que 20% apresenta um FM/RT tendencialmente, mas não significativamente ($p>0,05$), inferior aos grupos anteriormente citados, para todo o período considerado.

Assim, os municípios com uma proporção de entre 1% e 5%, revelaram maior independência das transferências do Governo ao longo do período estudado.

Gráfico 11 - Evolução do indicador FM/RT por sociedades da indústria transformadora



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,15	1,0000
sociedades industria transformadora	14,47	$P<0.0001$
ano	0,89	0,0012

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

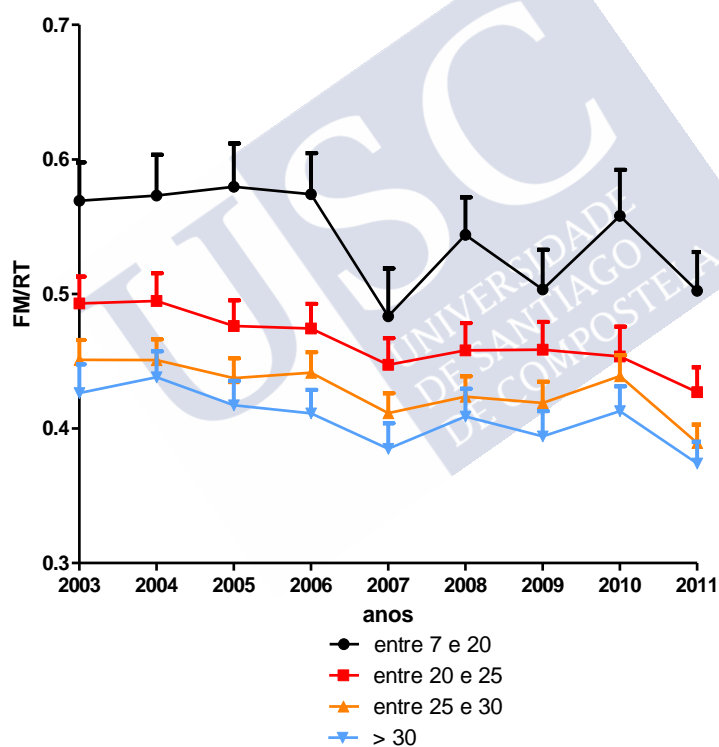
4.1.12 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o critério Sociedades no Comércio

Após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo, ao indicador FM/RT, em 2003 (ver gráfico A.12 no Anexo I), para a proporção de sociedades no comércio, apresentada como percentagem em relação ao total de sociedades, com recurso ao *Dunn's Multiple*

Comparison Test, e verificou-se que as comparações dos grupos (entre 7% e 20% vs. entre 25% e 30%; entre 7% e 20% vs. maior que 30%) se mostraram significativas entre eles ($p < 0,001$ e $p < 0,01$), excepcionando-se as comparações entre 7% e 20% vs. entre 20% e 25%; entre 20% e 25% vs. entre 25% e 30%; entre 20% e 25% vs. maior que 30%; entre 25% e 30% vs. maior que 30%. O grupo entre 7% e 20% apresenta assim um valor do indicador (FM/RT) superior às restantes. Quanto aos anos restantes (2004-2011), a observação do gráfico 12 permite concluir que não se verificaram alterações significativas.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis sociedades do comércio e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador FM/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as primeiras. Por essa razão, os municípios com uma maior proporção de sociedades no comércio continuaram a revelar uma maior independência dos Fundos Municipais, em todo o período analisado. Importa sublinhar, contudo, que nos anos 2003-2011 não existem diferenças significativas entre os municípios que compõem os grupos maior que 30%, entre 25% e 30% e entre 20% e 25% ($p > 0,05$), o que os coloca numa situação semelhante.

Gráfico 12 - Evolução do indicador FM/RT por sociedades no comércio



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,25	0,9998
sociedades do comércio	6,83	P<0.0001
ano	1,28	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Relativamente aos municípios com uma proporção de sociedades no comércio de entre 7% e 20%, os mesmos constituem o grupo para o qual o indicador FM/RT apresenta valores tendencialmente mais elevados, mas sem diferenças significativas para o grupo entre 20% e 25% em todo o período analisado ($p > 0,05$). Sublinha-se adicionalmente os anos de 2007 e 2009 nos quais se registou uma aproximação no nível de dependência dos Fundos Municipais

entre os municípios daquele grupo e os municípios que possuem uma maior proporção de sociedades no comércio ($p > 0,05$ vs. maior que 30% em 2007 e vs. Entre 25% e 30% em 2007 e 2009). Com efeito, no ano de 2007 não se verificaram diferenças significativas em relação aos grupos entre 25% e 30% e maior que 30% ($p > 0,05$), e no ano de 2009 não se registaram diferenças significativas relativamente ao grupo entre 25% e 30% ($p > 0,05$).

Assim, os municípios com mais sociedades no comércio, são aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior.

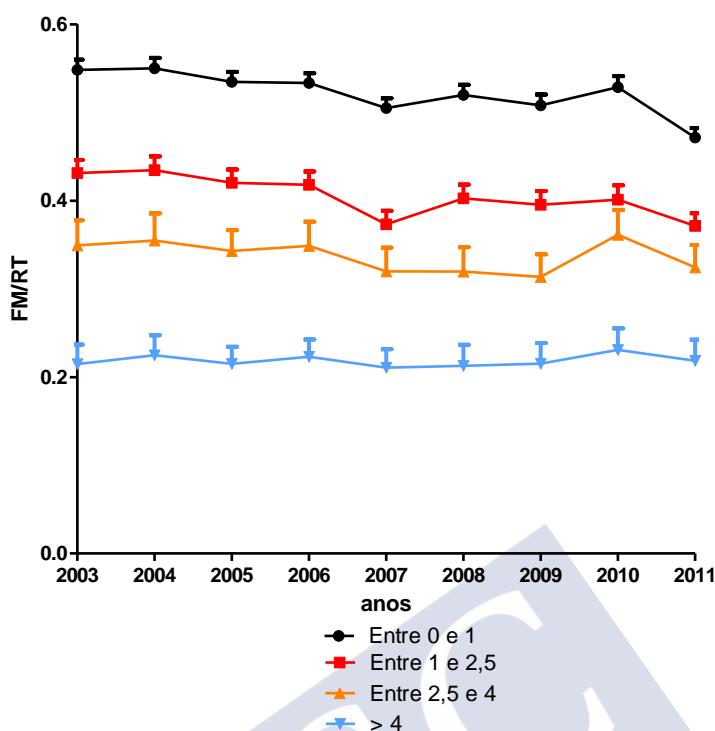
4.1.13 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos

Após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,001$), para o indicador FM/RT, em 2003 (ver gráfico A.13 no Anexo I), para os médicos por cada 1.000 habitantes, apresentado em per milagem em relação à população. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações entre os grupos entre 0‰ e 1‰ vs. Entre 1‰ e 2,5‰; entre 0‰ e 1‰ vs. Entre 2,5‰ e 4‰; entre 0‰ e 1‰ vs. maior que 4‰; entre 1‰ e 2,5‰ vs. maior que 4‰, se mostraram significativas entre elas ($p < 0,001$). Não se detetaram diferenças significativas nas comparações entre os grupos entre 1‰ e 2,5‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰ nem entre 2,5‰ e 4‰ vs. maior que 4‰. Verificou-se para o grupos maior que 4‰ que o indicador (FM/RT) apresenta o menor valor relativamente às restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, a análise ao gráfico 13 permite concluir que não se verificaram modificações significativas.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da variável médicos por habitante ($p < 0,0001$) na explicação do indicador FM/RT. Contrariamente, a variável ano não mostrou ter uma influência significativa no comportamento do indicador FM/RT ($p > 0,05$). Também não se verificou uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Deste modo, os municípios com maior número de médicos por 1.000 habitantes continuaram a ser aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais foi significativamente inferior durante todo o período 2003-2011 analisado. De destacar, no entanto, o período 2005-2009 e o ano 2011 nos quais o grupo maior que 4‰ não apresenta valores do indicador FM/RT significativamente inferiores ao grupo entre 2,5‰ e 4‰ ($p > 0,05$). Por outro lado, existe grande semelhança entre os níveis de dependência dos municípios que compõem o grupo entre 1,5‰ e 2,5‰ e dos municípios que constituem o grupo entre 2,5‰ e 4‰, ao longo do período em análise. De facto, não existem diferenças significativas entre os referidos grupos para o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que ambos se encontram numa situação idêntica.

O que nos leva a considerar, que os municípios com maior número de médicos por 1.000 habitantes, são aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior.

Gráfico 13 - Evolução do indicador FM/RT por número de médicos



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,19	0,9999
médicos por hab	22,15	P<0.0001
Ano	0,41	0,1052

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

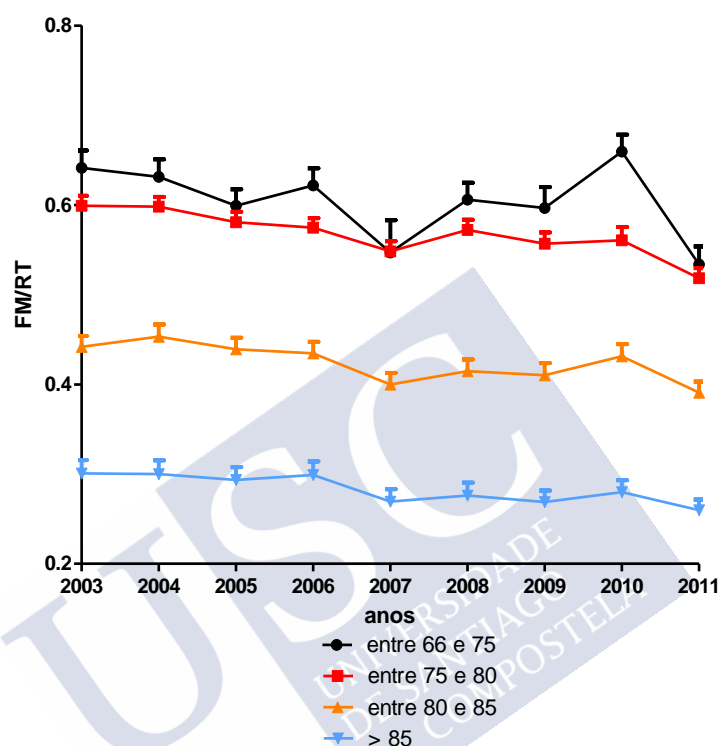
4.1.14 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada

Após a análise da normalidade da proporção de população que sabe ler e escrever em cada município, apresentada como percentagem em relação à população residente total, e que foi verificada para o caso, efetuou-se um teste paramétrico (*One-way ANOVA*), no ano 2003 (ver gráfico A.14 no Anexo I). Este demonstrou-se significativo ($p < 0,0001$), e com recurso ao *Bonferroni's Multiple Comparison Test*, verificou-se que todas as comparações se mostraram significativas (entre 66% e 75% vs. entre 80% e 85%; entre 66% e 75% vs. maior que 85%; entre 75% e 80% vs. entre 80% e 85%; entre 75% e 80% vs. maior que 85%; entre 80% e 85% vs. maior que 85%; $p < 0,001$), com exceção da comparação entre os grupos entre 66% e 75% vs. entre 75% e 80%. O grupo maior que 85% apresenta um valor de indicador (FM/RT) inferior às restantes. No que concerne ao restante período 2004-2011, o gráfico 14 ilustra a ausência de modificações significativas.

Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das variáveis população que sabe ler e escrever e ano (ambas com $p < 0,0001$) no comportamento do indicador FM/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas. Assim, os municípios que têm uma maior

proporção de população que sabe ler e escrever continuaram a ser aqueles que apresentaram um menor rácio FM/RT em todo o período analisado ($p < 0,001$) para todas as comparações em todos os anos exceto na comparação entre 66% e 75% e entre 75% e 80%). Contudo, em todos os anos do período 2003-2011, com exceção de 2010, os municípios que integram o grupo entre 66% e 75% não apresentam um peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais significativamente superior aos municípios do grupo entre 75% e 80% ($p > 0,05$).

Gráfico 14 - Evolução do indicador FM/RT por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,42	0,7629
população que sabe ler e escrever	42,59	P<0.0001
Ano	1,37	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Deste modo, podemos afirmar que os municípios com maior proporção de população que sabe ler e escrever, são aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior.

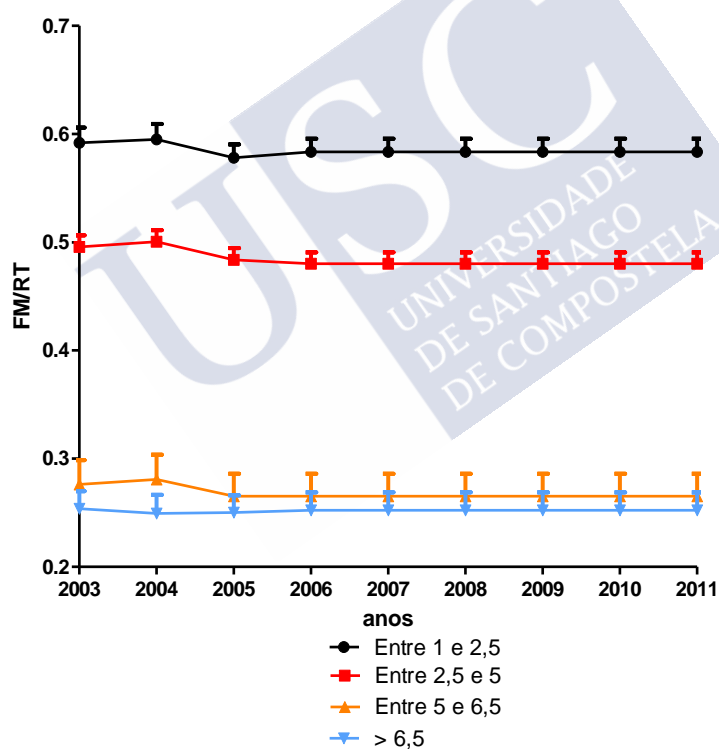
4.1.15 Análise do Indicador Total Fundos Municipais/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Após a análise da normalidade, que foi verificada para o caso, efetuou-se um teste paramétrico (*One-way ANOVA*), que se demonstrou significativo, com recurso ao *Bonferroni's Multiple Comparison Test*, ao indicador FM/RT, em 2003 (ver gráfico A.15 no Anexo I), à proporção da população residente com o ensino superior completo, apresentada como percentagem em relação à população residente total, verificaram-se significativas as

seguintes comparações: Entre 1% e 2,5% vs. Entre 2,5% e 5%; Entre 1% e 2,5% vs. Entre 5% e 6,5%; Entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5%; Entre 2,5% e 5% vs. Entre 5% e 6,5%; Entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5% ($p < 0,001$). O grupo entre 1% e 2,5% apresentou um valor de indicador FM/RT superior às restantes. Em relação ao restante período 2004-2011, não se verificaram modificações significativas tal como podemos verificar no gráfico 15.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou que a variável População ensino superior completo tem um efeito significativo no comportamento do indicador FM/RT ($p < 0,0001$). Em oposição, a variável ano não demonstrou um efeito significativo relativamente à variável explicada ($p > 0,05$). Adicionalmente, não foi verificada uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Por consequência, os municípios com uma maior proporção da população residente com o ensino superior completo continuaram a ser os que apresentam valores significativamente inferiores do rácio FM/RT ($p < 0,001$ para todas as comparações em todos os anos exceto na comparação entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5%). Em todo o período analisado, o grupo de municípios com uma proporção maior que 6,5% não apresenta valores do indicador FM/RT significativamente inferiores ao grupo de municípios com uma proporção de entre 5% e 6,5% ($p > 0,05$).

Gráfico 15 - Evolução do indicador FM/RT por população com o ensino superior completo



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,02	1,0000
População ensino superior completo	48,55	$P < 0,0001$
Ano	0,04	0,9765

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Por tal facto, os municípios com maior proporção da população residente com o ensino superior, são aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior.

4.2 ANÁLISE DO INDICADOR RECEITAS PRÓPRIAS/RECEITA TOTAL (RP/RT)

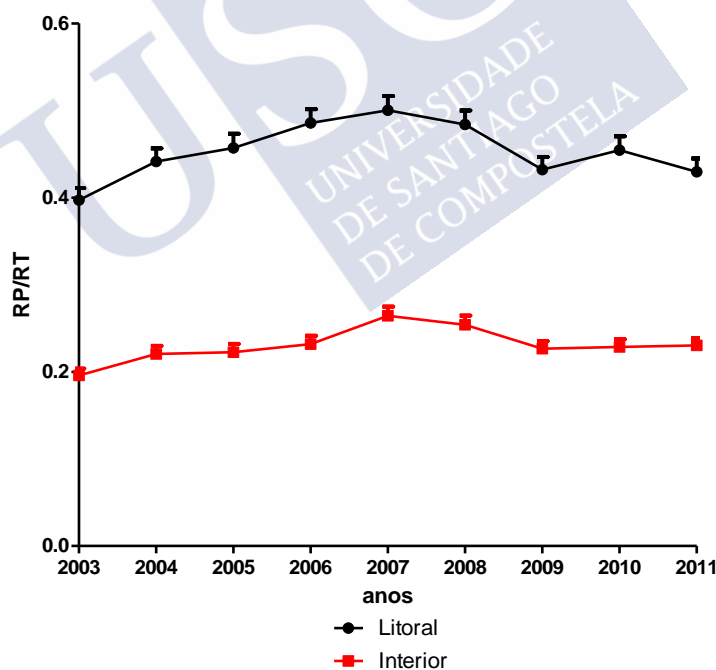
Recorreu-se ao indicador Receitas Próprias/Receita Total (RP/RT), para apurar o peso das receitas próprias arrecadadas pelos municípios, na receita total. Como já mencionado, este indicador juntamente com o indicador FM/RT, pretende responder às questões: ser município de interior é sinal de dependência das transferências da Administração Central? Quais são os mais independentes do poder central e onde se localizam? Quais são os municípios que geram mais receita/proveitos extra FM?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

4.2.1 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior

No ano de 2003 (ver gráfico A.16 no Anexo I), verificou-se que o indicador RP/RT obteve valores significativamente superiores nos municípios do litoral (teste T, $p < 0,0001$) relativamente aos municípios do interior. Olhando ao período 2004-2011, o gráfico 16 não ilustra a ocorrência de modificações significativas.

Gráfico 16 - Evolução do indicador RP/RT nos municípios do litoral versus interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,21	0,4095
Litoral/Interior	35,30	$P < 0,0001$
ano	1,62	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou que as variáveis Litoral/Interior e ano têm um efeito significativo ($p < 0,0001$) sobre o indicador RP/RT. No entanto não foi

verificada uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Assim, o peso das Receitas Próprias na Receita Total continuou a ser inferior nos municípios do interior durante todo o período 2003-2011 analisado. Registraram-se as mesmas diferenças, a cada ano, entre os grupos referidos ($p < 0,001$).

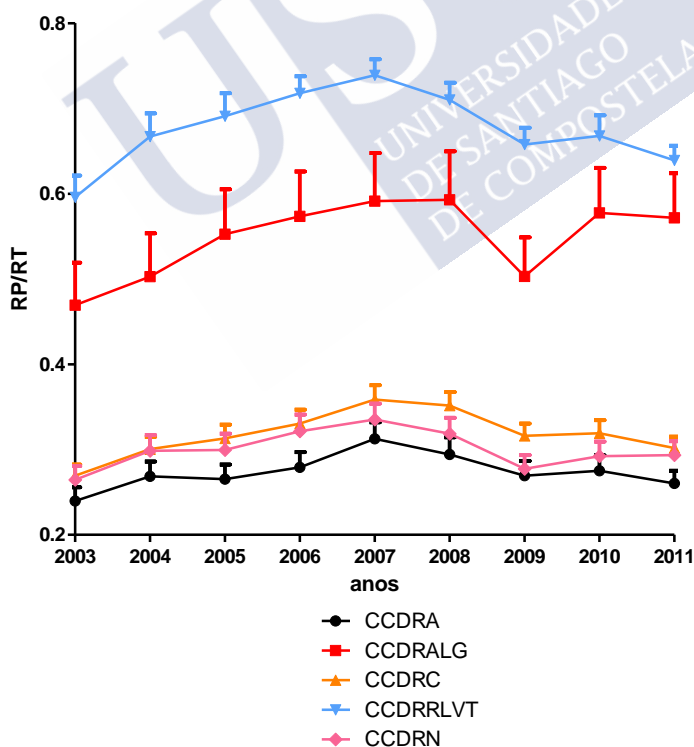
Globalmente, os municípios do interior, tendo como base o indicador RP/RT, geram menos receitas próprias, o que os torna mais dependentes das transferências do Estado.

4.2.2 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério CCDR

Após a análise da normalidade, em 2003 (ver gráfico A.17 no Anexo I), ao indicador RP/RT, para as CCDR, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que se mostraram significativas as comparações: CCDRA vs. CCDRALG; CCDRA vs. CCDRRLVT; CCDRC vs. CCDRRLVT; CCDRRLVT vs. CCDRN ($p < 0,001$), CCDRALG vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRN ($p < 0,01$).

Desta forma, os municípios pertencentes à Região do Alentejo, Região Centro e Região Norte, são os que geram menos receitas próprias tendo como base o indicador RP/RT, que se apresentou sempre inferior aos restantes.

Gráfico 17 - Evolução do indicador RP/RT por CCDR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,31	0,9990
CCDRs	38,31	P<0.0001
ano	1,18	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Relativamente ao restante período 2004-2011, a observação do gráfico 17 permite concluir que não se verificam modificações significativas. Porém, nos anos de 2006 e 2007, verifica-se no conjunto dos grupos um aumento global do valor dos rácios, talvez justificado pela decisão Governamental de aumento zero, nas transferências da Administração Central, definidas na Lei das Finanças Locais tendo voltado a decrescer a partir de 2008, que poderá ter sido motivado pelo reflexo da crise económica do “*subprime*”.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da CCDDR e do ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador RP/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Deste modo, os municípios que compõem a Região Alentejo, a Região Centro e a Região Norte, continuaram a ser aqueles que geram menos receitas próprias e que por isso estão mais dependentes das Transferências do Governo, durante todo o período 2003-2011 considerado ($p < 0,001$ relativamente aos grupos Lisboa e Vale do Tejo e Algarve e para todos os anos). De referir que não existem diferenças significativas entre os valores do rácio RP/RT destes três grupos para todo o período analisado ($p > 0,05$), o que as coloca numa situação semelhante. No que concerne às regiões que obtêm mais receitas próprias importa salientar que, para os anos de 2003, 2005-2006, 2008, 2010 e 2011 a região de Lisboa e Vale do Tejo não apresenta um valor de (RP/RT) significativamente superior ao da região do Algarve ($p > 0,05$).

Em síntese, verifica-se que a Região de Lisboa e Vale do Tejo seguida da Região do Algarve, são as que arrecadam mais receitas próprias em relação ao total de receitas.

4.2.3 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério NUTS III

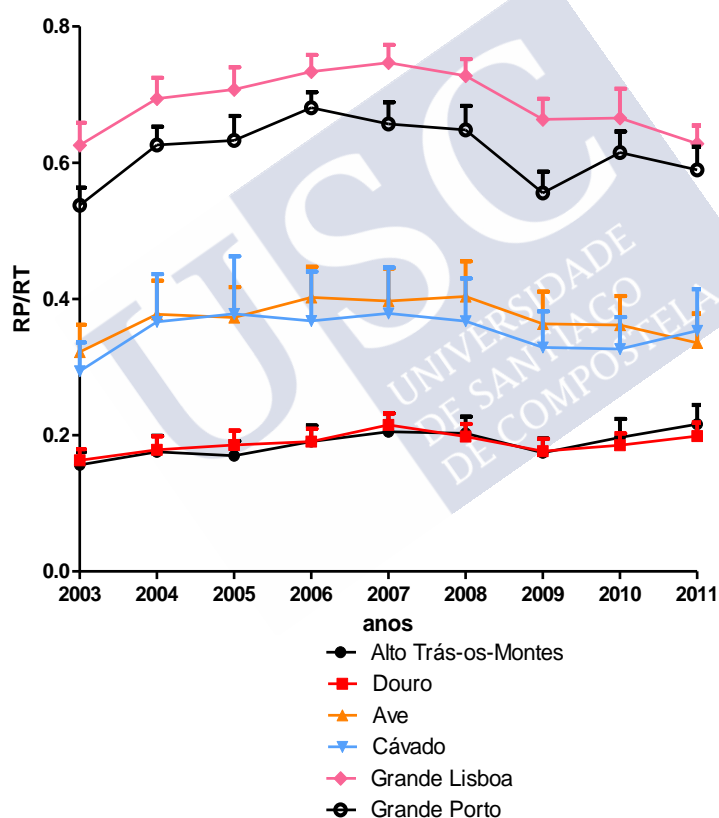
Após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, em 2003 (ver gráfico A.18 no Anexo I), ao indicador RP/RT, para as NUTS III selecionadas, seguido de *Bonferroni's Multiple Comparison Test* e verificou-se que se mostraram significativas as comparações: Alto Trás-os-Montes vs. Ave; Alto Trás-os-Montes vs. Cávado; Alto Trás-os-Montes vs. Grande Lisboa; Alto Trás-os-Montes vs. Grande Porto; Douro vs. Ave; Douro vs. Cávado; Douro vs. Grande Lisboa; Douro vs. Grande Porto; Ave vs. Grande Lisboa; Ave vs. Grande Porto; Cávado vs. Grande Lisboa; Cávado vs. Grande Porto ($p < 0,001$). Mostrando-se não significativas as comparações Alto Trás-os-Montes vs. Douro; Ave vs. Cávado; Grande Lisboa vs. Grande Porto. A Grande Lisboa e o Grande Porto apresentaram um valor de indicador RP/RT superior ao dos restantes grupos.

Porém, quando se olha com mais pormenor para o gráfico 18, que apresenta a evolução no período 2003-2011, verifica-se que a Grande Lisboa surge destacada ao longo de todo o período, ou seja, é região do país que gera mais Receitas Próprias, seguida do Grande Porto. O Ave aparece em quase todo o período destacado do Cávado, contudo em 2011 o Cávado regista um aumento do valor do rácio e ultrapassa o Ave. A Região do Douro de 2003 a 2009 cobrou mais Receitas Próprias que Trás-os-Montes. Contudo de 2009 até ao final do período Trás-os-Montes verificou uma melhoria do valor do rácio e apresenta melhores resultados que o Douro.

Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das NUTS ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) no indicador RP/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis explicativas

($p>0,05$). Consequentemente, os municípios das NUTS Grande Lisboa e Grande Porto continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso das Receitas Próprias na Receita Total durante a totalidade do período analisado ($p<0,001$ relativamente aos restantes grupos e para todos os anos). Importa sublinhar que não se revelaram significativas as diferenças entre Grande Lisboa e Grande Porto ($p>0,05$), pelo que se pode afirmar que os municípios que as compõem se encontram numa situação semelhante no período 2003-2011. No que respeita às NUTS do Ave e do Cávado é também idêntico o grau de independência dos fundos do poder central, por parte dos respetivos municípios, uma vez que, para cada um dos anos do período analisado, não se verificaram diferenças significativas ($p>0,05$). Quanto aos grupos que apresentam uma menor geração de Receitas Próprias, Trás-os-Montes e Douro, ambos se encontram numa posição semelhante dada a inexistência de diferenças significativas, durante todo o período em causa ($p>0,05$). Note-se, porém que, para os anos de 2003, 2010 e 2011 também não existiram diferenças significativas entre os grupos: Douro vs. Cávado (2003); Alto Trás-os-Montes vs. Cávado (2010); e Alto Trás-os-Montes vs. Ave (2011).

Gráfico 18 - Evolução do indicador RP/RT por NUTS III



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,65	0,9997
nuts	76,24	P<0.0001
ano	1,33	0,0001

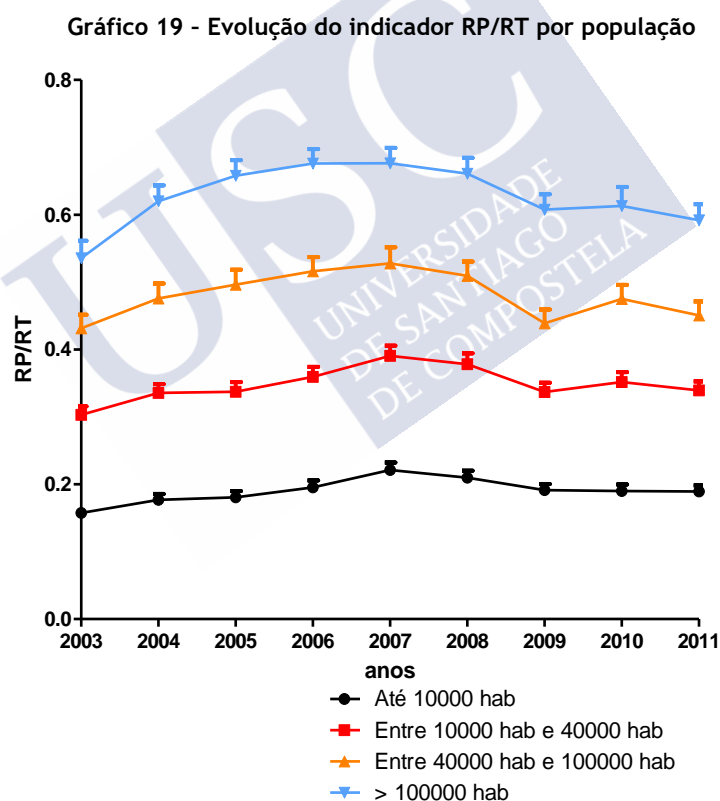
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Como conclusão, verifica-se que existe uma semelhança de dados muito grande tendo como base o indicador RP/RT, para as NUTS Alto Trás-os-Montes vs. Douro, Ave vs. Cávado e Grande Lisboa vs. Grande Porto, tendo-se demonstrado todas não significativas entre elas, o

que ajuda a explicar de certa forma a semelhança que hipoteticamente poderia existir, e que agora efetivamente se comprova.

4.2.4 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério População

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.19 no Anexo 1), após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, que se revelou significativo ($P < 0,0001$), ao indicador RP/RT, para a população. Posteriormente, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que na comparação se mostraram significativos: Até 10.000 hab vs. entre 10.000 e 40.000 hab; Até 10.000 hab vs. entre 40.000 e 100.000 hab; Até 10.000 hab vs. maior que 100.000 hab; entre 10.000 e 40.000 hab vs. entre 40.000 e 100.000 hab; entre 10.000 e 40.000 hab vs. maior que 100.000 hab ($p < 0,001$), com exceção de entre 40.000 e 100.000 hab vs. maior que 100.000 hab. Quanto ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (ver gráfico 19).



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,36	0,7619
População	50,30	$P < 0,0001$
Ano	1,51	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou a existência de um efeito significativo das variáveis explicativas população e ano (ambas com $p < 0,0001$) no comportamento do indicador RP/RT. Porém não foi verificada uma interação significativa

entre aquelas variáveis ($p>0,05$). Assim, os municípios mais populosos continuaram a ser aqueles que apresentaram uma maior proporção de Receitas Próprias na Receita Total, durante todo o período 2003-2011 analisado, sendo assim menos dependentes das transferências do Governo.

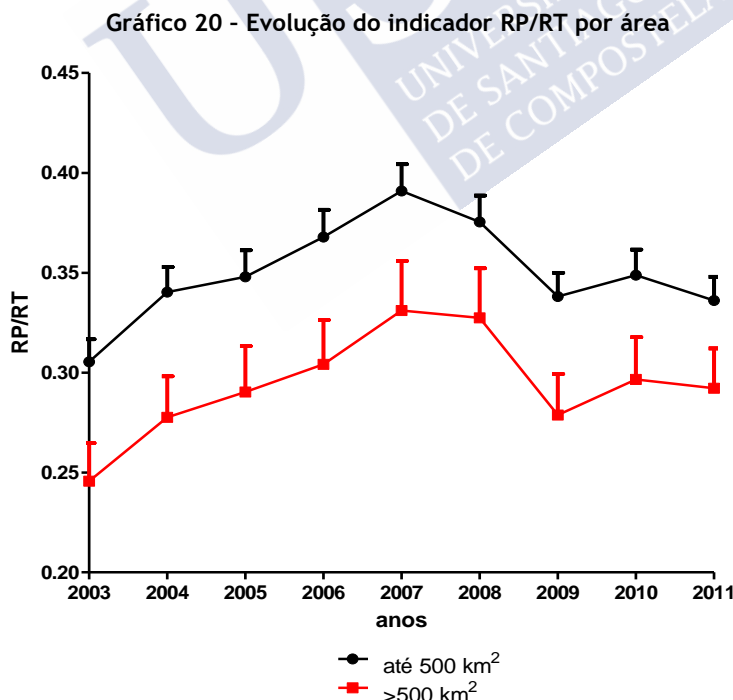
Verificaram-se diferenças significativas entre todos os grupos definidas a cada ano ($p<0,001$ para todas as comparações, exceto para o ano 2011 entre 40000 hab e 100000 hab vs. maior que 100000 hab que foi $p<0,01$).

Verifica-se assim que os municípios, quanto mais numerosos são, mais aumenta o valor do indicador RP/RT, mais receitas próprias arrecadaram em relação às receitas.

4.2.5 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Área

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.20 no Anexo I), verificou-se que o indicador RP/RT obteve valores significativamente superiores nos municípios com área até 500 km² (teste T, $p<0,05$), relativamente aos que têm área maior que 500 km². Relativamente ao restante período 2004-2011, a observação do gráfico 20 permite concluir que não se verificam modificações significativas.

Regista-se, contudo, uma situação semelhante à verificada nas CCDRs, nos anos de 2006 e 2007. Porém, verifica-se, no conjunto dos grupos, um aumento global do valor dos rácios, talvez justificado pela decisão governamental de aumento zero nas transferências da Administração Central, definidas na Lei das Finanças Locais, tendo voltado a decrescer a partir de 2008, possivelmente pelo reflexo da crise económica do “subprime”.



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,02	0,9999
área	1,38	P<0.0001
ano	1,00	0,0014

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das variáveis área ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,05$) sobre o indicador RP/RT, não se tendo verificado uma interação significativa entre as duas primeiras ($p > 0,05$). Os municípios com uma área até 500 km² continuaram, por isso, a registar tendencialmente valores superiores para o indicador RP/RT durante todo o período considerado. No entanto, as diferenças nos valores dos rácios entre os dois grupos não se mostraram significativas ($p > 0,05$) em todos os anos analisados.

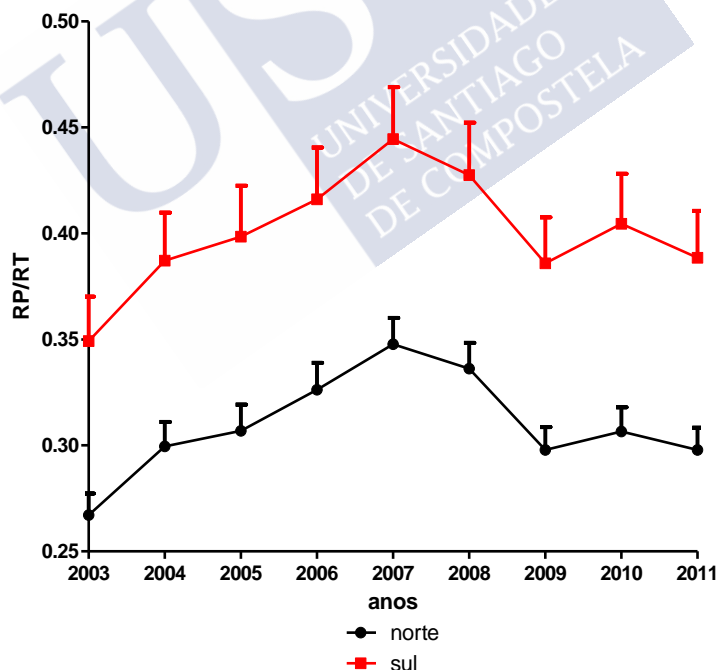
Assim, os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador RP/RT, são os que tendencialmente arrecadaram mais receitas próprias em relação à receita total.

4.2.6 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul

Após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test*, para o indicador RP/RT, o qual demonstrou que o sul apresenta um valor de RP/RT significativamente superior ao norte em 2003 ($p < 0,01$) (ver gráfico A.21 no Anexo I).

Relativamente ao restante período 2004-2011, a observação do gráfico 21 permite concluir que não se verificam modificações significativas. Verifica-se, contudo, uma situação semelhante à verificada e comentada nas CCDRs, nos anos de 2006 e 2007.

Gráfico 21 - Evolução do indicador RP/RT nos municípios do norte versus sul



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,01	1,0000
Norte/Sul	5,18	P<0.0001
ano	1,49	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

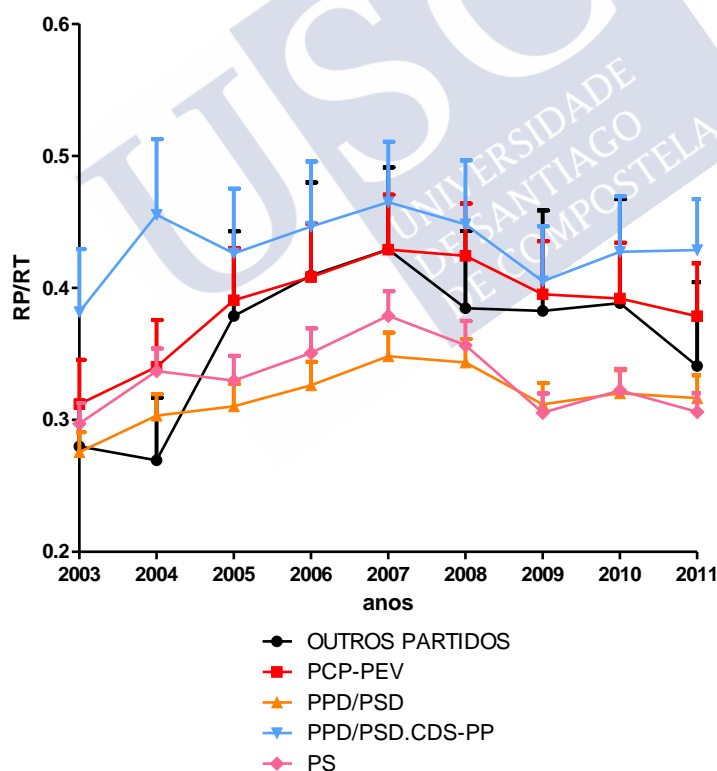
Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar a existência de um efeito significativo das variáveis norte/sul e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador RP/RT. Todavia não se verificou uma interação significativa entre as referidas variáveis explicativas. Desse modo, os municípios do Norte continuaram a arrecadar menos Receitas Próprias que os municípios do Sul, durante todo o período 2003-2011 considerado. Adicionalmente, verificaram-se as mesmas diferenças entre os grupos definidos a cada ano ($p < 0,01$ para todas as comparações).

Deste modo, poderemos supor que os municípios do Norte apresentam menor peso para o indicador RP/RT, tendo este se apresentado com valor inferior ao dos municípios do Sul, logo estes arrecadam menos receitas próprias em relação à receita total e como consequência direta dependem mais da Administração Central.

4.2.7 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Partido Político

No ano de 2003 (ver gráfico A.22 no Anexo I), efetuou-se um teste não paramétrico (Kruskal-Wallis *test*) ao indicador RP/RT, que se demonstrou não significativo.

Gráfico 22 - Evolução do indicador RP/RT por partido político municipal



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,41	0,9999
Partido	1,95	$P < 0,0001$
ano	0,93	0,0027

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

No que concerne ao restante período 2004-2011 (gráfico 22), as coligações PPD-PSD/CDS-PP lideram os municípios que arrecadam mais receita própria, seguida do PCP-PEV e dos outros partidos. O PS e o PPD/PSD aparecem em todo o período como os conjuntos de municípios que menos receita própria arrecadaram.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Partido ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,05$) no comportamento do indicador RP/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Deste modo os municípios pertencentes à coligação PPD-PSD/CDS-PP continuaram a ser aqueles arrecadaram mais Receitas Próprias no período 2003-2011 analisado. Todavia, apenas se mostraram significativas as diferenças entre esta coligação e as restantes forças partidárias nos anos de 2004, para a comparação PPD-PSD/CDP-PP vs. PPD-PSD ($p < 0,05$), e 2011, para a comparação PPD-PSD/CDS-PP vs. PS ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações, efetuadas ano a ano entre cada um dos grupos definidos, se revelaram não significativas ($p > 0,05$), o que os coloca numa situação semelhante.

4.2.8 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério PIB

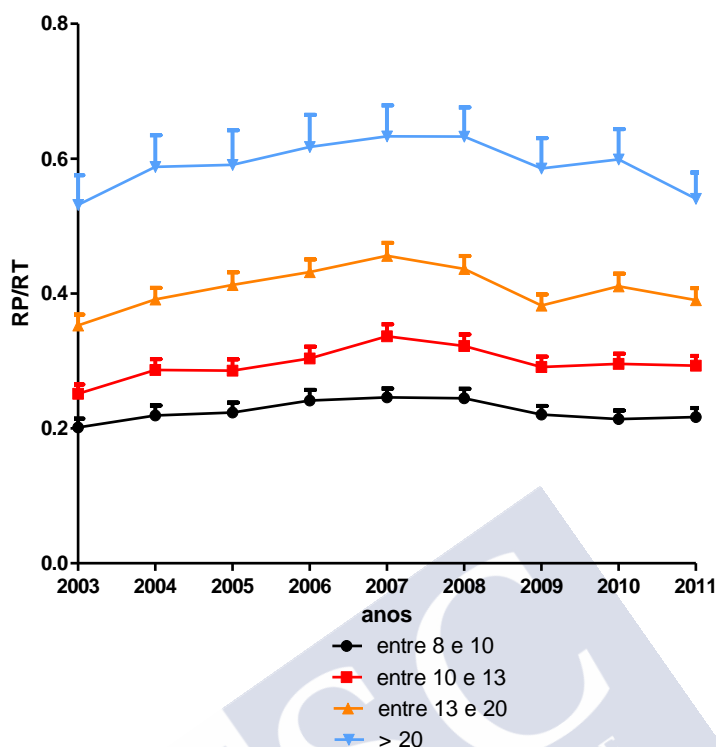
No ano de referência 2003 (ver gráfico A.23 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$), para o indicador RP/RT. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação dos grupos, entre 8m€ e 10m€ vs. entre 13m€ e 20m€; entre 8m€ e 10m€ vs. maior que 20m€; entre 10m€ e 13m€ vs. entre 13m€ e 20m€; entre 10m€ e 13m€ vs. maior que 20m€ ($p < 0,001$), entre 13m€ e 20m€ vs. maior que 20m€ ($p < 0,05$), se mostraram significativas entre eles, excepcionando-se a comparação do grupo entre 8e 10m€ vs. entre 10m€ e 13m€ que se mostrou não significativa. O grupo maior que 20m€ apresentou para o indicador RP/RT um valor superior aos restantes. Quanto ao restante período 2004-2011, a análise do gráfico 23 permite concluir que não se verificam modificações significativas.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou a existência de um efeito significativo do PIB ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) relativamente ao indicador RP/RT. Contudo a mesma análise não permitiu identificar uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Consequentemente, continuou a verificar-se, para todo o período em análise, que quanto maior o PIB *per capita* maior a capacidade de os municípios gerarem Receitas Próprias. Nomeadamente, o grupo maior que 20m€ apresenta valores significativamente superiores do indicador relativamente a todos os grupos ($p < 0,001$ para todas as comparações, exceto vs. Grupo entre 13m€ e 20m€ que foi $p < 0,01$ em 2003, 2005 e 2007 e $p < 0,05$ em 2011).

Importa, todavia, referir que, no período 2003-2006 e nos anos 2009 e 2011, o grupo entre 8m€ e 10m€ apresenta um rácio (RP/RT) tendencialmente, mas não significativamente inferior ao grupo entre 10m€ e 13m€ ($p > 0,05$), pelo que os municípios pertencentes a estes grupos possuem um idêntico nível de dependência dos fundos do Poder Central nos anos indicados.

Podemos concluir que tendencialmente, os municípios com PIB *per capita* maior que 20m€, são aqueles que arrecadaram mais receita própria em relação à receita total e que os municípios com PIB *per capita* entre 8 m€ e 10m€, são aqueles que arrecadaram menos receita própria em relação à receita total.

Gráfico 23 - Evolução do indicador RP/RT por PIB



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,15	1,0000
PIB	27,09	P<0,0001
ano	0,84	0,0004

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

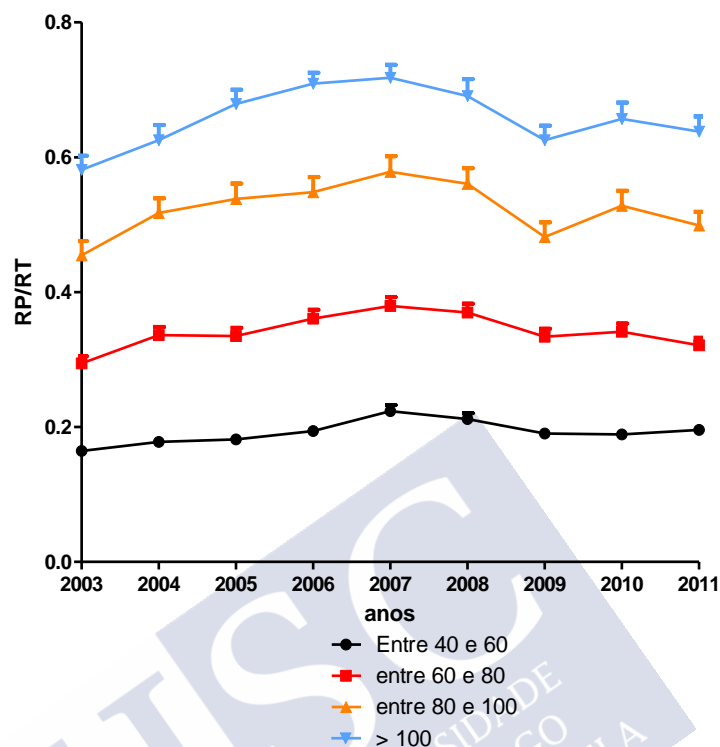
4.2.9 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra

Após a análise da normalidade, que não foi verificada, efetuou-se para o ano 2003 (ver gráfico A.24 no Anexo I) um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$), e com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificaram-se significativas as seguintes comparações entre grupos para o indicador (RP/RT): Entre 40% e 60% vs. entre 60% e 80%; Entre 40% e 60% vs. entre 80% e 100%; Entre 40% e 60% vs. maior que 100; entre 60% e 80% vs. entre 80% e 100%; entre 60% e 80% vs. maior que 100 ($p < 0,001$). Pelo contrário, não se detetou uma diferença significativa na comparação entre 80% e 100% vs. maior que 100%. O grupo maior que 100% apresentou um valor de RP/RT superior às restantes. No que diz respeito ao restante período 2004-2011, a observação do gráfico 24 não permite identificar modificações significativas.

Foi aplicada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis explicativas poder de compra e ano (ambas com $p < 0,0001$) sobre o rácio RP/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis. Por esse motivo, os municípios com maior poder de compra continuaram a ser aqueles com maior capacidade de arrecadar Receitas Próprias, durante todo o período 2003-2011. Foram

verificadas diferenças significativas entre todos os grupos a cada ano ($p < 0,001$ para todas as comparações, exceto entre 80% e 100% vs. maior que 100% que foi $p < 0,01$ em 2004).

Gráfico 24 - Evolução do indicador RP/RT por poder de compra



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,35	0,4581
Poder de compra	62,39	P<0.0001
Ano	1,66	P<0.0001

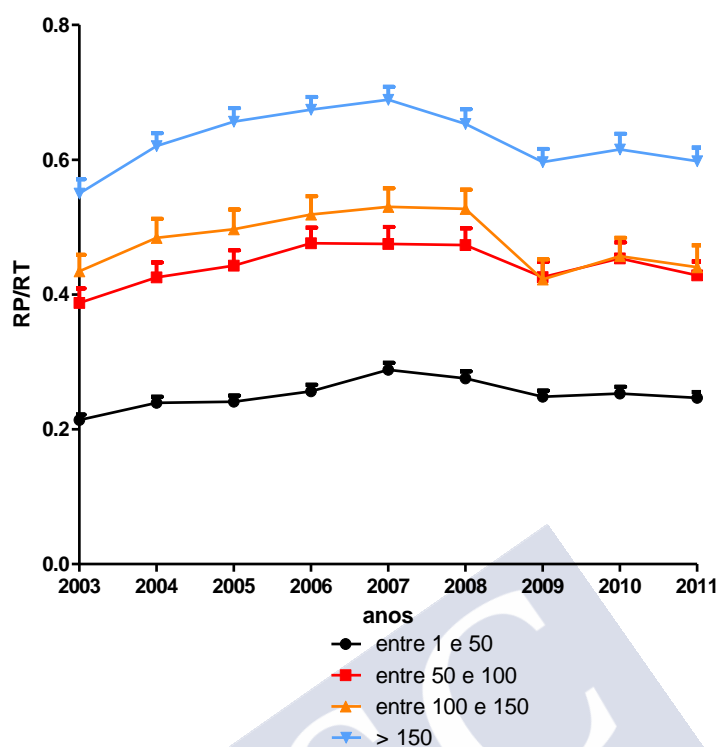
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Portanto, pode-se concluir que os municípios com maior poder de compra são aqueles que arrecadam mais receitas próprias em relação à receita total.

4.2.10 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas

Após a análise da normalidade, que não foi verificada, efetuou-se o teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*) para o ano 2003 (ver gráfico A.25 no Anexo I), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações dos grupos se mostraram significativas quando analisado o indicador RP/RT: entre 1 e 50 vs. entre 50 e 100; entre 1 e 50 vs. entre 100 e 150; entre 1 e 50 vs. maior que 150 ($p < 0,001$) e entre 50 e 100 vs. maior que 150 ($p < 0,05$). Não se detetaram diferenças significativas quando comparados os grupos entre 50 e 100 vs. entre 100 e 150 e entre 100 e 150 vs. maior que 150. O gráfico 25 mostra também que os grupos maiores que 150 apresentam para o indicador (RP/RT) um valor superior aos restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas.

Gráfico 25 - Evolução do indicador RP/RT por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,38	0,9150
Sociedades constituídas	35,72	P<0,0001
Ano	1,84	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das variáveis sociedades constituídas e ano (ambas com $p < 0,0001$) no comportamento do indicador RP/RT, não se tendo, no entanto, registado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios com maior número de sociedades constituídas continuaram a ser aqueles que apresentaram uma maior capacidade de arrecadar Receitas Próprias, durante todo o período em análise. Nomeadamente, o grupo maior que 150 apresenta um valor significativamente superior do indicador para todos os anos de análise e face a todos os grupos ($p < 0,001$ para todas as comparações exceto vs. entre 100 e 150 que foi $p < 0,01$ em 2004 e 2008 e $p < 0,05$ em 2003).

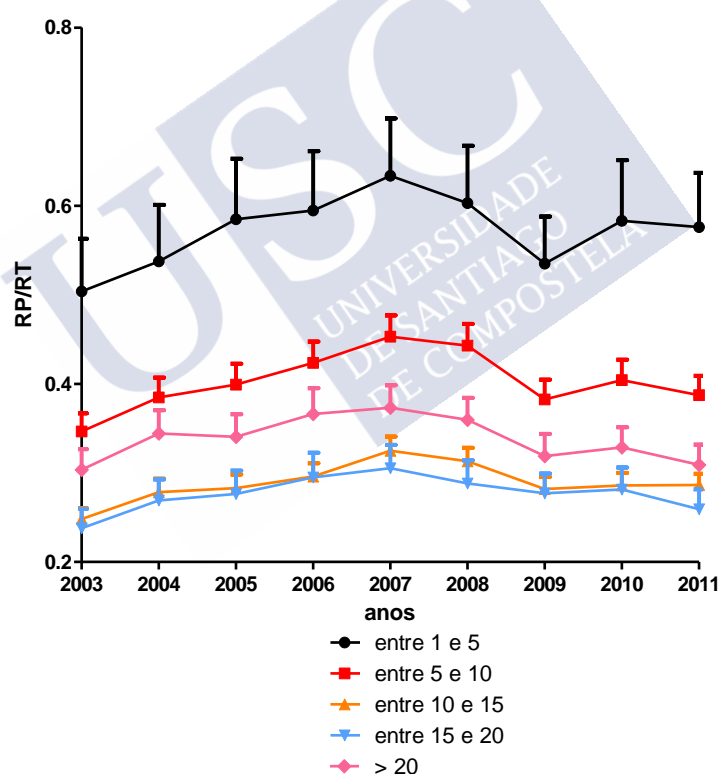
De destacar, contudo, que durante todo o período 2003-2011 o grupo entre 100 e 150 não apresenta um rácio RP/RT significativamente superior ao entre 50 e 100 ($p > 0,05$), pelo que os municípios que compõem estes grupos se encontram numa situação semelhante.

Logo verifica-se que os municípios com maior número de sociedades constituídas, são aqueles que arrecadaram mais receitas próprias em relação à receita total.

4.2.11 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.26 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador RP/RT, para a proporção de sociedades na indústria transformadora, que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação dos grupos (entre 1% e 5% vs. entre 10% e 15%; entre 1% e 5% vs. entre 15% e 20% ($p < 0,001$); entre 5% e 10% vs. entre 10% e 15%; entre 5% e 10% vs. entre 15% e 20% ($p < 0,01$)) se mostraram significativas entre eles, excepcionando-se as comparações entre os grupos (entre 1% e 5% vs. entre 5% e 10%; entre 1% e 5% vs. maior que 20%; entre 5% e 10% vs. maior que 20%; entre 10% e 15% vs. entre 15% e 20%; entre 10% e 15% vs. maior que 20%; entre 15% e 20% vs. maior que 20%) que não se revelaram significativas. Os grupos entre 1 e 5 apresentam para o indicador RP/RT um valor superior aos restantes. No que concerne ao restante período 2004-2011, é possível constatar, observando o gráfico 26, que não existem modificações significativas.

Gráfico 26 - Evolução do indicador RP/RT por sociedades da indústria transformadora



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,18	1,0000
Sociedades indústria transformadora	19,18	P<0,0001
ano	1,04	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Sociedades indústria transformadora e ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador RP/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre aquelas

duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Assim, continuaram a ser os municípios com uma proporção de sociedades na indústria transformadora de entre 1% e 5%, seguidos pelo conjunto de municípios com uma proporção entre 5% e 10%, aqueles que possuem uma capacidade significativamente maior de arrecadação de receitas próprias durante todo o período 2003-2011. De sublinhar que, durante todo o período analisado, o grupo entre 5% e 10% apresenta um rácio RP/RT tendencialmente, mas não significativamente superior ao grupo maior que 20% ($p > 0,05$). Importa referir que não foram detetadas diferenças significativas entre os grupos maior que 20%, entre 10% e 15% e entre 15% e 20%, durante os anos 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se revela semelhante o nível de dependência das transferências do Governo entre os municípios que os compõem.

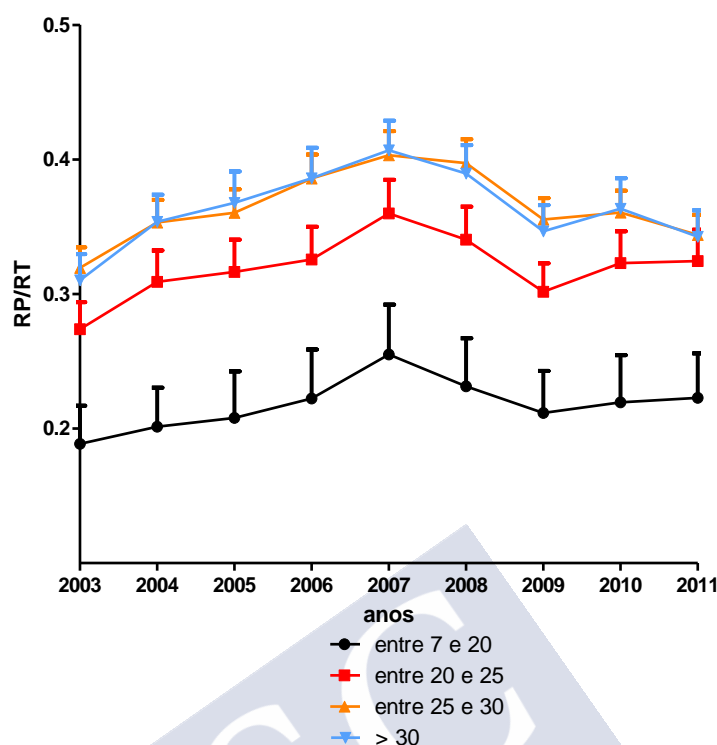
Portanto, torna-se possível afirmar que municípios com proporção de sociedades da indústria transformadora, entre 1% e 5%, são os que arrecadam mais percentagem de receitas próprias relativamente às receitas totais, seguidos dos municípios entre 5 e 10.

4.2.12 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.27 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$), para o indicador RP/RT. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação entre os grupos (entre 7% e 20% vs. entre 25% e 30%; entre 7% e 20% vs. maior que 30%) se mostraram significativas entre eles ($p < 0,001$), excecionando-se as comparações dos grupos entre 7% e 20% vs. entre 20% e 25%; entre 20% e 25% vs. entre 25% e 30%; entre 20% e 25% vs. maior que 30%; entre 25% e 30% vs. maior que 30% que se mostraram não significativas. O grupo entre 7% e 20% foi aquele que apresentou valores mais reduzidos do rácio RP/RT. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificaram modificações significativas (ver gráfico 27).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades do comércio ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) relativamente à variável explicada RP/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Por conseguinte, os municípios com uma proporção de sociedades do comércio entre 25% e 30% e maior que 30% continuaram a ser aqueles em que o peso das Receitas Próprias nas Receitas Totais foi superior durante todo o período 2003-2011, apresentando valores idênticos entre eles para cada ano ($p > 0,05$). De seguida, com um nível tendencialmente inferior de arrecadação de Receitas Próprias, surgem os municípios com uma proporção de sociedades do comércio entre 20% e 25%, ainda que as diferenças face aos dois grupos anteriores não se tenham revelado significativas para todo o período 2003-2011 considerado ($p > 0,05$), o que os coloca numa situação semelhante. Os municípios com o menor valor do indicador RP/RT continuaram a ser aqueles com uma proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20% (valores de $p < 0,05$ até $p < 0,001$ para todos os anos relativamente ao grupo entre 25% e 30% e ao grupo maior que 30%, exceto no ano 2011 para este último que foi $p > 0,05$), não apresentando, contudo, valores significativamente diferentes relativamente aos grupos de municípios com uma proporção de entre 20% e 25%, para todos os anos do período em análise ($p > 0,05$).

Gráfico 27 - Evolução do indicador RP/RT por sociedades no comércio



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,10	1,0000
sociedades do comércio	7,21	P<0.0001
ano	1,03	0,0006

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

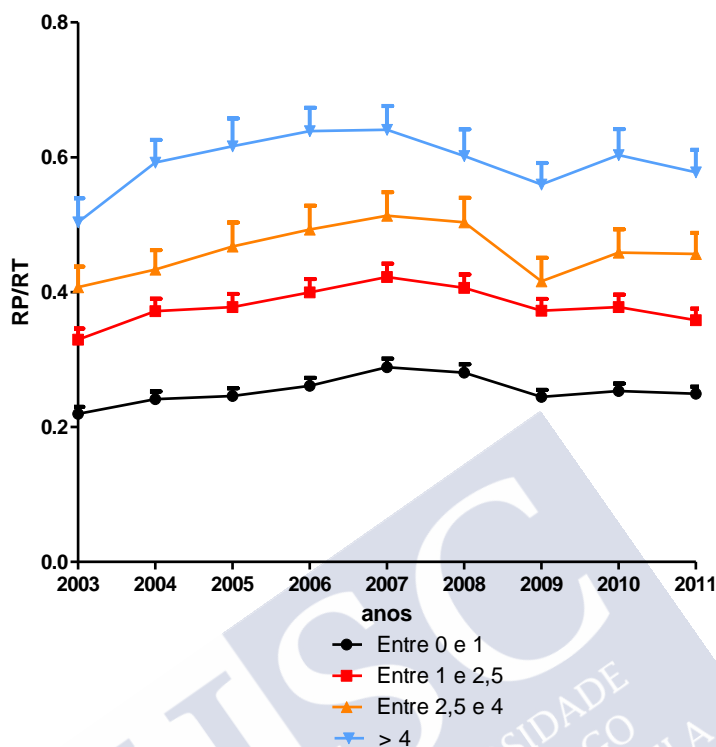
Deste modo, poderemos presumir que os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 25% e 30% e maior que 30%, apresentam um indicador RP/RT em regra superior aos restantes, ainda que aproximado do grupo entre 20% e 25%, e são aqueles que arrecadaram mais receitas próprias.

4.2.13 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.28 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$), para o indicador RP/RT. Seguidamente, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações dos grupos, entre 0‰ e 1‰ vs. entre 1‰ e 2,5‰; entre 0‰ e 1‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰; entre 0‰ e 1‰ vs. maior que 4‰ ($p < 0,001$); entre 1‰ e 2,5‰ vs. maior que 4‰ ($p < 0,05$) se mostraram significativas entre eles. Pelo contrário, as comparações dos grupos entre 1‰ e 2,5‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰, bem como entre 2,5‰ e 4‰ vs. maior que 4‰, não se mostraram significativas. De destacar que o grupo maior que 4‰ apresentou valores superiores aos restantes, ainda que não significativamente superiores relativamente ao grupo entre 2,5‰ e 4‰. Quanto ao restante

período 2004-2011, e como decorre da análise ao gráfico 28, não se verificaram modificações significativas.

Gráfico 28 - Evolução do indicador RP/RT por número de médicos



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,21	0,9998
Médicos por	21,52	P<0.0001
ano	1,17	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

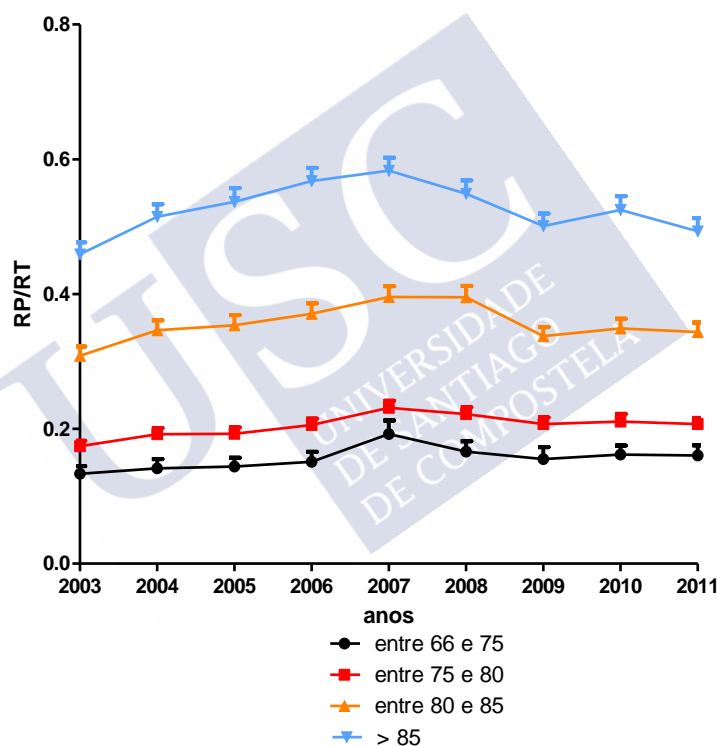
Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo dos Médicos por habitante e do ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente à variável explicada RP/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). O grupo maior que 4‰ apresentou valores de RP/RT significativamente superiores aos grupos entre 0‰ e 1‰ e entre 1‰ e 2,5‰ para todos os anos de estudo ($p < 0,0001$) e o grupo entre 0‰ e 1‰ é aquela que apresenta o menor valor deste indicador relativamente aos restantes grupos, para todos os anos de análise ($p < 0,0001$). Desse modo, os municípios com maior número de médicos por habitante continuaram a ser aqueles que arrecadaram mais receitas próprias em todo o período 2003-2011. De salientar os anos 2003 e 2007-2011 em que os municípios do grupo maior que 4 não apresentam um RP/RT significativamente superior aos municípios que constituem o grupo entre 2,5‰ e 4‰ ($p > 0,05$). Importa também sublinhar que não foram verificadas diferenças significativas entre os grupos entre 2,5‰ e 4‰ e entre 1‰ e 2,5‰, para todo o período considerado ($p > 0,05$), o que coloca numa situação semelhante os municípios que deles fazem parte.

Assim sendo, poderemos deduzir que os municípios com maior número de médicos por habitante, são aqueles que arrecadaram mais receitas próprias em relação ao total de receitas.

4.2.14 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.29 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$), para o indicador RP/RT. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificaram-se significativas as seguintes comparações: entre 66% e 75% vs. entre 80% e 85%; entre 66% e 75% vs. maior que 85%; entre 75% e 80% vs. entre 80% e 85%; entre 75% e 80% vs. maior que 85%; entre 80% e 85% vs. maior que 85% ($p < 0,001$). Não se detetaram diferenças significativas entre os grupos entre 66% e 75% vs. entre 75% e 80%. O grupo maior que 85% apresenta para o indicador RP/RT um valor superior aos restantes. Em relação ao restante período 2004-2011, a análise do gráfico 29 permite concluir que não se verificam modificações significativas.

Gráfico 29 - Evolução do indicador RP/RT por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,30	0,9557
população que sabe ler e escrever	43,20	P<0.0001
Ano	1,01	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Realizou-se uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis população que sabe ler e escrever e ano (ambas com $p < 0,0001$) na explicação do indicador RP/RT. Todavia não se verificou uma interação significativa entre aquelas duas variáveis explicativas. O grupo maior que 85% apresentou valores de RT/RP significativamente superiores aos restantes grupos, para todos os anos de estudo ($p < 0,0001$). Assim, os municípios com maior proporção de população que sabe ler e escrever continuaram

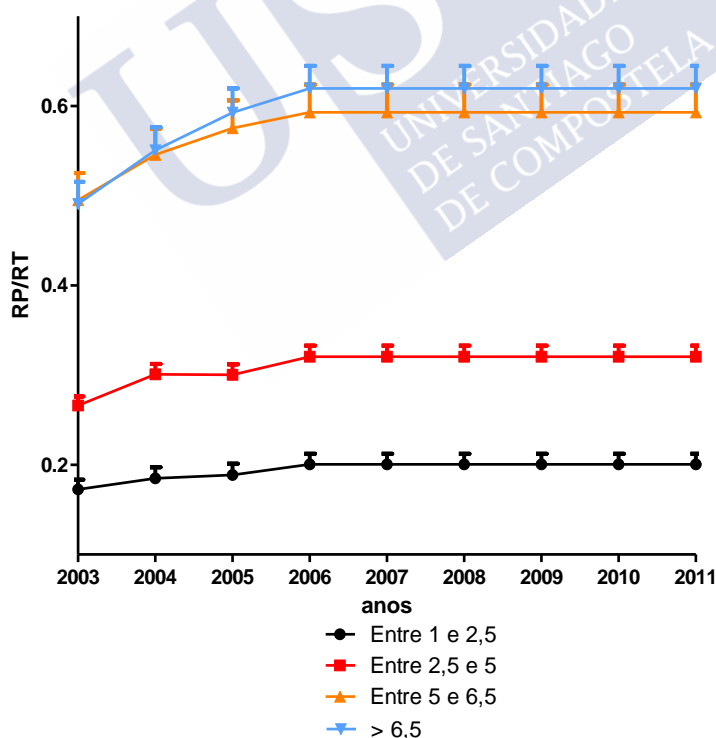
a ser aqueles que arrecadaram mais receitas próprias durante todo o período 2003-2011 analisado. Importa sublinhar que o grupo entre 75% e 80% apresenta um indicador RP/RT tendencialmente, mas não significativamente mais elevado do que o grupo entre 66% e 75%, para todo o período em análise ($p>0,05$), o que coloca numa situação idêntica estes conjuntos de municípios.

Deste modo, poderemos sustentar que os municípios com maior proporção de população que sabe ler e escrever, são aqueles que arrecadaram mais percentagem de receitas próprias.

4.2.15 Análise do Indicador Receitas Próprias/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p<0,0001$), no ano 2003 (ver gráfico A.30 no Anexo I), para o indicador RP/RT. Posteriormente, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações dos grupos (entre 1% e 2,5% vs. entre 2,5% e 5%; entre 1% e 2,5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5%; entre 2,5% e 5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5%) se mostraram significativas entre eles ($p<0,001$), excepcionando-se a comparação dos grupos entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5% que se mostrou não significativa.

Gráfico 30 - Evolução do indicador RP/RT por população com o ensino superior completo



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,29	0,9258
População ensino superior completo	49,98	$P<0.0001$
Ano	1,09	$P<0.0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo da População com ensino superior completo e do ano (ambas com $p > 0,0001$) relativamente à variável explicada RP/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas. Assim, os municípios com proporções da população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% e com maior que 6,5%, continuaram a ser aqueles que apresentam valores de RP/RT mais elevados, ou seja, arrecadaram mais receitas próprias em relação ao total de receitas. Em contrapartida, o grupo Entre 1% e 2,5% é o que apresenta os valores de RP/RT mais baixos relativamente aos restantes grupos ($p < 0,0001$). De salientar que, a partir de 2004, o grupo de municípios com uma proporção maior que 6,5% se começa a destacar gradualmente, passando a apresentar um indicador RP/RT tendencialmente, ainda que não significativamente ($p > 0,05$), superior ao grupo de municípios com uma proporção entre 5% e 6,5% (gráfico 30).

O que nos leva a supor que os municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% e maior que 6,5%, são aqueles que arrecadaram mais receitas próprias em relação ao total de receitas.

4.3 ANÁLISE DO INDICADOR TOTAL DE RECEITAS PRÓPRIAS/TOTAL INVESTIMENTO (RP/INV)

Recorreu-se ao indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento (RP/INV) para medir o grau em que as receitas próprias cobrem o investimento total executado pelos municípios, o qual, em conjunto com o indicador analisado no subcapítulo seguinte, Receita Capital/Total de Investimento (RK/INV), irá responder às questões: as escassas receitas próprias que os municípios do interior arrecadam, poderão ser sinónimo de um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis? Quais são os municípios que melhor aproveitam os recursos e onde se localizam?

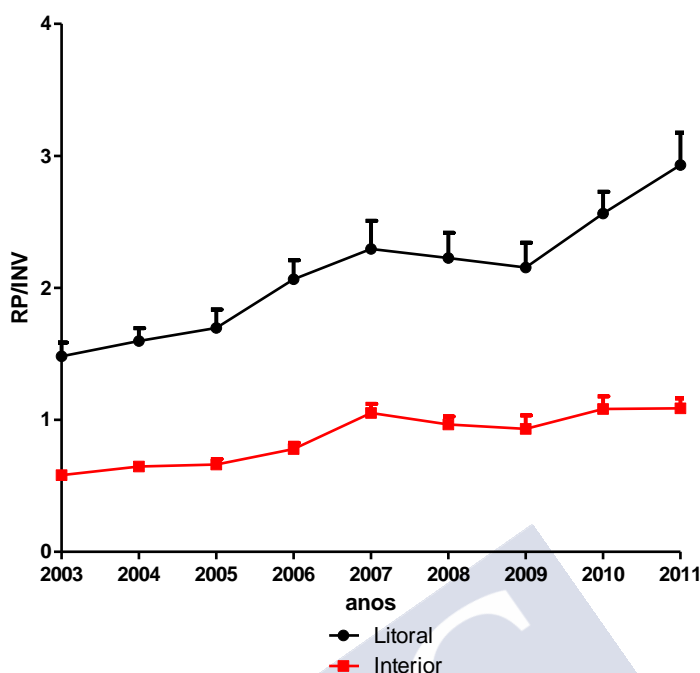
Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

4.3.1 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Litoral/Interior

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.31 no Anexo I), verificou-se que o indicador RP/INV obteve valores significativamente superiores nos municípios do litoral (teste T, $p < 0,0001$), relativamente aos municípios do interior. Este resultado é indicativo de que os municípios de interior, arrecadam receitas próprias muito abaixo do volume de investimento, situação completamente oposta ao dos municípios do litoral que apresentam um indicador médio de 1,5 em 2003.

Olhando ao período 2003-2011, verifica-se que se acentua ainda mais a assimetria referida acima a partir de 2004. Os municípios do interior não geram receitas próprias suficientes para cobrir o investimento realizado até 2006 nem em 2008-2009 (gráfico 31).

Gráfico 31 - Evolução do indicador RP/INV nos municípios do litoral versus interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,67	0,0096
Litoral/Interior	14,01	P<0.0001
ano	3,50	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Litoral/interior e ano (ambas com $p < 0,0001$) na explicação do indicador RP/INV, tendo-se verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis explicativas ($p < 0,05$). Efetivamente, e apesar dos municípios do interior terem registado uma ligeira recuperação do indicador RP/INV, as diferenças entre litoral e interior foram-se agravando progressivamente, a cada ano, durante o período em análise, tendo todas elas se mostrado significativas ($p < 0,001$).

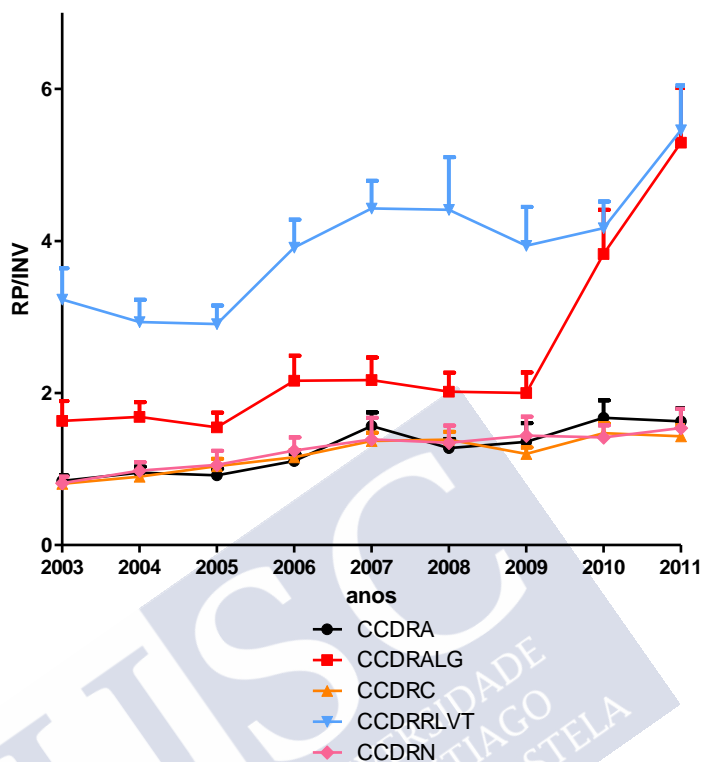
Globalmente, verifica-se que os municípios de interior, arrecadam receitas próprias abaixo do volume de investimento, situação completamente oposta ao dos municípios do litoral

4.3.2 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o critério CCDR

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.32 no Anexo I), após a análise da normalidade, ao indicador RP/INV, para as CCDR, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: CCDRA vs. CCDRRLVT; CCDRC vs. CCDRRLVT; CCDRRLVT vs. CCDRN ($p < 0,001$), CCDRALG vs. CCDRN ($p < 0,01$) e CCDRALG vs. CCDRC ($p < 0,05$). Pelo contrário, não se detetaram diferenças significativas entre os grupos: CCDRA vs. CCDRALG; CCDRA vs. CCDRC; CCDRA vs. CCDRN; CCDRALG vs. CCDRRLVT; CCDRC vs. CCDRN. Desta forma, os municípios pertencentes à Região de

Lisboa e Vale do Tejo apresentaram um valor de RP/INV superior a todos os restantes (gráfico 32).

Gráfico 32 - Evolução do indicador RP/INV por CCDRs (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	3,60	P<0,0001
CCDRs	21,86	P<0,0001
ano	4,78	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Relativamente ao restante período, em termos globais, verifica-se uma tendência generalizada de melhoria dos indicadores. De notar que a Região do Algarve apresenta a partir de 2009 uma melhoria exponencial do indicador, justificado pela forte redução do investimento e aumento das receitas próprias (ver gráfico 32).

A análise *Two-way ANOVA* que foi efetuada permitiu constatar um efeito significativo das variáveis CCDRs e ano no indicador RP/INV ($p<0,0001$), tendo-se verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p<0,0001$). Apesar de os municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentarem um indicador RP/INV significativamente melhor que os demais ($p<0,05$ a $p<0,001$), para os anos de 2004, 2005, 2010 e 2011 não se verificaram diferenças significativas entre aqueles municípios e os da Região do Algarve ($p>0,05$). Por outro lado, embora o segundo grupo com um melhor rácio RP/INV tenha continuado a ser o dos municípios que integram a CCDRALG, não se verificaram diferenças significativas nas comparações anuais compreendidas entre 2003 e 2009 entre aqueles municípios e os que se situam na Região do Alentejo, Região Centro e Região Norte ($p>0,05$). Por sua vez, os municípios destas três regiões não apresentaram diferenças significativas entre

eles, nas diversas comparações anuais realizadas para todo o período 2003-2011 considerado ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante.

Deste modo, poderemos aferir efetivamente que os municípios da Região do Alentejo, Região Centro e Região Norte, tendo como base o indicador RP/INV, arrecadam receitas próprias abaixo do volume de investimento, situação completamente oposta à dos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo que apresentam um indicador médio de 3, seguida da Região do Algarve com o indicador médio próximo dos 2.

4.3.3 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério NUTS III

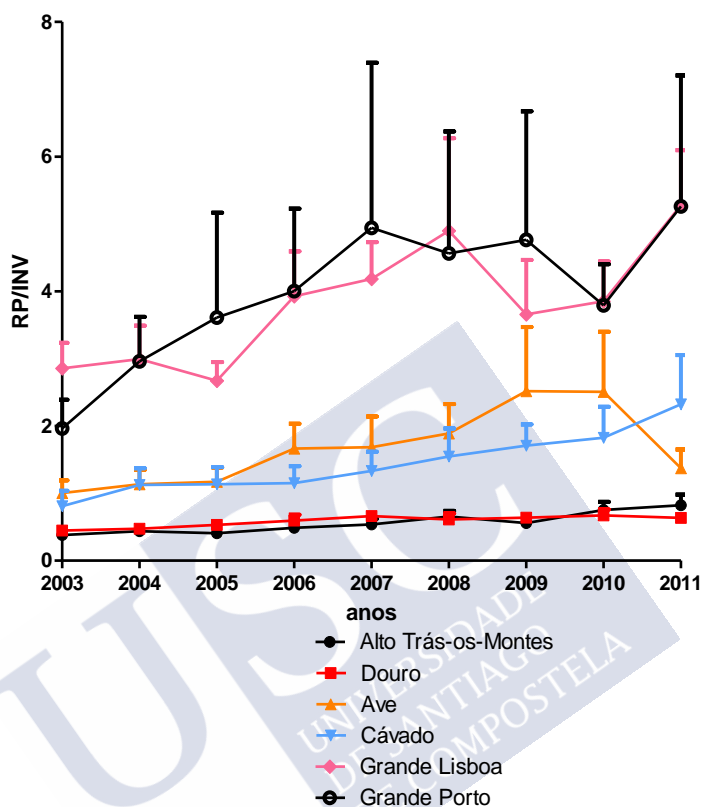
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.33 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, ao indicador RP/INV, para as NUTS III selecionadas, verificaram-se significativas as comparações entre os grupos Alto Trás-os-Montes vs. Grande Lisboa; Alto Trás-os-Montes vs. Grande Porto; Douro vs. Grande Lisboa ($p<0,001$) e Douro vs. Grande Porto ($p<0,01$). As comparações dos grupos Alto Trás-os-Montes vs. Douro; Alto Trás-os-Montes vs. Ave; Alto Trás-os-Montes vs. Cávado; Douro vs. Ave; Douro vs. Cávado; Ave vs. Cávado; Ave vs. Grande Lisboa; Ave vs. Grande Porto; Cávado vs. Grande Lisboa; Cávado vs. Grande Porto; Grande Lisboa vs. Grande Porto não se revelaram significativas. Verificaram-se os valores de RP/INV mais elevados nas NUTS de Grande Lisboa e Grande Porto, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador muito reduzidos.

Relativamente ao restante período 2004-2011, a Grande Lisboa e o Grande Porto apresentam valores sempre aproximados e muitas vezes mesmo idênticos (nos anos de 2004, 2006, 2010 e 2011). O Ave distanciou-se ligeiramente, ainda que de forma não significativa, do Cávado a partir de 2006 e até 2010, porém em 2011 invertem-se as posições e o Ave encerra com valores próximos de 1 e o Cávado sobe a valores próximos de 2. Relativamente a Alto Trás-os-Montes e Douro, estes vão apresentando valores similares durante o período (gráfico 33).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUT's ($p<0,0001$) e do ano ($p<0,05$) em relação ao indicador RP/INV, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p>0,05$). Na verdade, os municípios da Região do Alto Trás-os-Montes e da Região do Douro, continuaram a ser aqueles que arrecadam receitas próprias mais abaixo do volume de investimento, não apresentando diferenças significativas entre si em todo o período analisado ($p>0,05$). A Região do Ave e a Região do Cávado continuaram a apresentar, durante todo o período em análise, valores tendencialmente, mas não significativamente ($p>0,05$) mais elevados do indicador RP/INV do que os dois grupos anteriores. As diferenças verificadas, ano a ano, entre a Região do Ave e a Região do Cávado também não se revelaram significativas ($p>0,05$), o que na verdade coloca os quatro grupos referidos numa situação semelhante para todo o período 2003-2011 em estudo. Os valores do indicador RP/INV mantiveram-se aproximados e significativamente mais elevados para a Região da Grande Lisboa e a Região do Grande Porto, relativamente aos restantes grupos, não se tendo registado diferenças significativas, entre estes grupos. Importa salientar que, embora tendo um rácio RP/INV superior na maioria dos anos ($p<0,05$ a $p<0,001$ face aos restantes grupos exceto Grande Porto), a Região da Grande Lisboa não apresenta diferenças significativas relativamente os grupos de municípios do Ave e do Cávado nos anos 2003-2007 e 2009-2010 ($p>0,05$) e face aos grupos de Alto Trás-os-Montes e do Douro no ano de 2005 ($p>0,05$). De

sublinhar, adicionalmente, o facto da Região do Grande Porto não apresentar diferenças significativas para a Região do Ave no período 2003-2006 e 2008-2010 ($p>0,05$), para a Região do Cávado no período 2003-2006 e no ano de 2010 ($p>0,05$) e para as regiões Alto Trás-os-Montes e do Douro no ano de 2003 ($p>0,05$).

Gráfico 33 - Evolução do indicador RP/INV por NUTS III



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	2,74	0,9857
nuts	30,20	$P<0,0001$
ano	2,89	0,0028

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Desta maneira, tudo nos leva a crer que os municípios da Região Alto Trás-os-Montes e Região do Douro, arrecadam receitas próprias muito abaixo do volume de investimento, seguidas da Região do Cávado e do Ave. Opostamente, temos os municípios da Região da Grande Lisboa e do Grande Porto que apresentam indicadores médios acima dos 2.

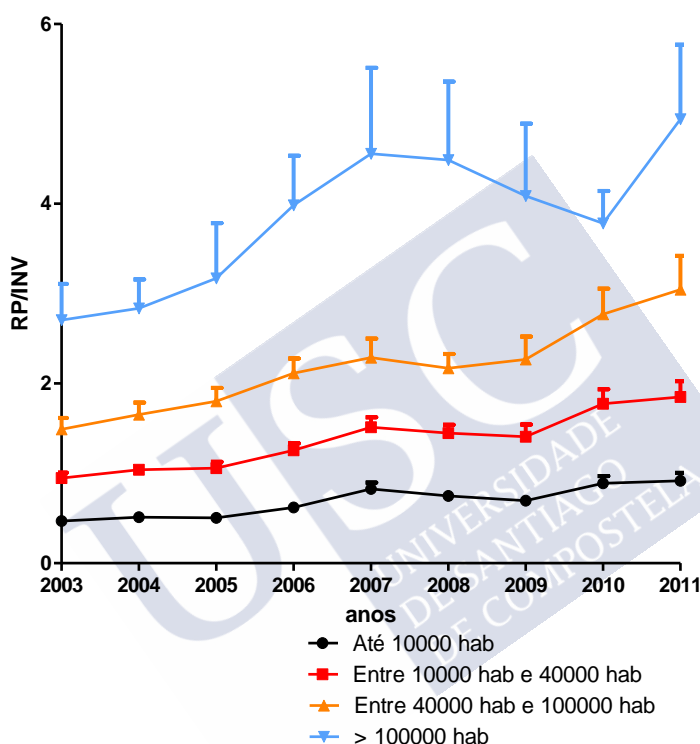
4.3.4 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério População

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.34 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, que se revelou significativo ($p<0,0001$), ao indicador RP/INV, para a população. Posteriormente, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificaram-se significativas as comparações entre os grupos Até 10.000 hab vs. entre 10.000 hab e 40.000 hab; Até 10.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000

hab; Até 10.000 hab vs. maior que 100.000 hab; entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab; entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. maior que 100.000 hab ($p<0,001$), excepcionando-se a comparação do grupo entre 40.000 hab e 100.000 hab vs. maior que 100.000 hab, que se mostrou não significativa.

Verificaram-se os valores de RP/INV mais elevados na população maior que 100.000 habitantes e imediatamente abaixo do grupo entre os 40.000 hab e 100.000 hab, sendo que os restantes grupos obtiveram valores mais reduzidos deste indicador. Relativamente ao restante período 2004-2011, através da observação do gráfico 34 é possível constatar que não se verificam modificações significativas.

Gráfico 34 - Evolução do indicador RP/INV por população



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,45	0,0002
população	31,64	P<0,0001
ano	3,66	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

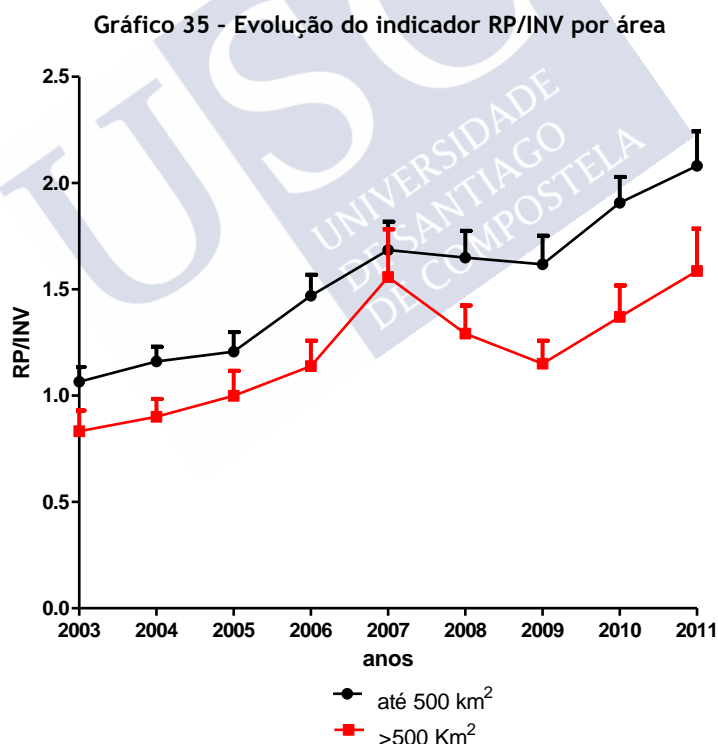
Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população e do ano (ambas com $p<0,0001$) relativamente ao indicador RP/INV, e uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p<0,001$). Os municípios com população maior que 100.000 habitantes, continuaram a ser aqueles com valores de RP/INV superiores ($p<0,001$ face aos restantes grupos em todos os anos, exceto vs. entre 40.000 e 100.000 que foi $p<0,05$ em 2010 e $p<0,01$ em 2003-2004), ou seja, arrecadam mais receitas próprias acima do volume de investimento durante todo o período 2003-2011 analisado. De salientar que o grupo entre 10.000 e 40.000 hab não apresenta, em 2003 e 2004, diferenças significativas para o grupo entre 40.000 e 100.000 hab, pelo que se pode afirmar que ambos se

encontram numa situação idêntica naquele período ($p>0,05$); e que, a partir de 2004, passou a revelar indicadores acima de 1. No que concerne ao conjunto de municípios com população até 10.000 hab, embora este grupo possua os mais reduzidos rácios RP/INV, nos anos de 2003 e 2004 não existem diferenças significativas para o grupo entre 10.000 e 40.000 hab pelo que ambos se encontram numa situação semelhante naquele período ($p>0,05$).

Verifica-se também que os municípios com população maior que 100.000 habitantes, são os que arrecadam mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos municípios entre os 40000 e 100.000 hab. Opostamente, os municípios entre os 10.000 hab e 40.000 hab e os até 10.000 hab apresentam valores geralmente abaixo de 1.

4.3.5 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Área

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.35 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* aos grupos até 500 km² e maior que 500 km², tendo como base o indicador RP/INV e não se verificou uma diferença significativa. No respeitante ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, como decorre da análise ao gráfico 35.



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,10	0,9608
área	0,63	P<0.0001
ano	1,81	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA* foi constatado um efeito significativo da área e do ano (ambas com $p<0,0001$) em relação ao indicador RP/INV, não se tendo, contudo,

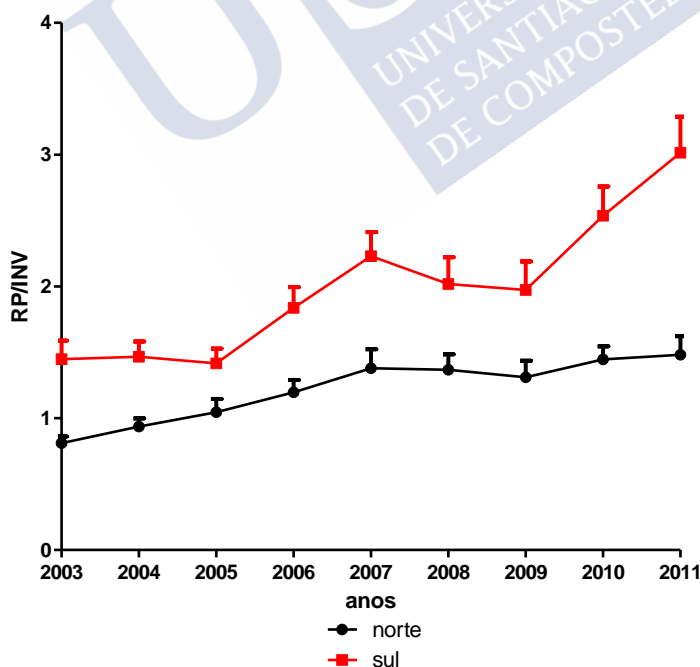
verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p>0,05$). Ou seja, os municípios com uma área até 500km^2 são os que arrecadam mais receitas próprias acima do volume de investimento ($\text{RP/INV}>1$), para todos os anos do período considerado. No entanto, a partir de 2006 o grupo de municípios com uma área maior que 500km^2 passou igualmente a apresentar valores superiores a 1 para o indicador RP/INV. Importa salientar que os valores do indicador RP/INV dos municípios com área mais reduzida não se mostraram significativamente superiores àqueles que têm uma área maior que 500km^2 , na totalidade do período em análise ($p>0,05$), pelo que os dois grupos de municípios se encontram numa situação similar e evoluem de forma idêntica ao longo do período de análise.

4.3.6 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Norte/Sul

Após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test*, para o indicador RP/INV, aos grupos norte e sul no ano 2003 (ver gráfico A.36 no Anexo I) e verificou-se que o sul apresentou valores significativamente superiores ao norte ($p<0,0001$).

No que concerne ao restante período 2004-2011, a observação do gráfico 36 permite-nos verificar que não existem modificações significativas. Porém importa salientar que em termos globais se denota uma tendência de melhoria dos indicadores nos dois grupos no período em causa.

Gráfico 36 - Evolução do indicador RP/INV nos municípios do norte versus sul



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,85	0,0029
Norte/Sul	4,76	P<0.0001
Ano	4,05	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis norte/sul e ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador RP/INV. Verificou-se ainda a existência de uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p < 0,01$). Assim, os municípios do Sul continuaram a ser aqueles com valores superiores do indicador ($p < 0,05$ em 2003, 2006 e 2008; $p < 0,01$ em 2009 e $p < 0,001$ em 2007 e 2010-2011), ou seja, que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, durante todo o período 2003-2011 analisado. Porém os municípios do Norte, a partir do ano de 2005, passaram a registar valores superiores a 1 para o indicador RP/INV. De referir que nos anos de 2004 e 2005 não se verificaram diferenças significativas ($p > 0,05$), pelo que os municípios de ambas os grupos se encontravam em situações semelhantes.

Deste modo, poderemos supor que os municípios de Norte, tendo como base o indicador RP/INV, arrecadam receitas próprias abaixo do volume de investimento, situação oposta à dos municípios do Sul que apresentam um indicador médio acima de 1,5.

4.3.7 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Partido Político

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.37 no Anexo I) e após análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,05$).

Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, detetou-se uma diferença significativa entre os grupos PCP-PEV vs. PPD/PSD ($p < 0,05$), mostrando-se as restantes não significativas.

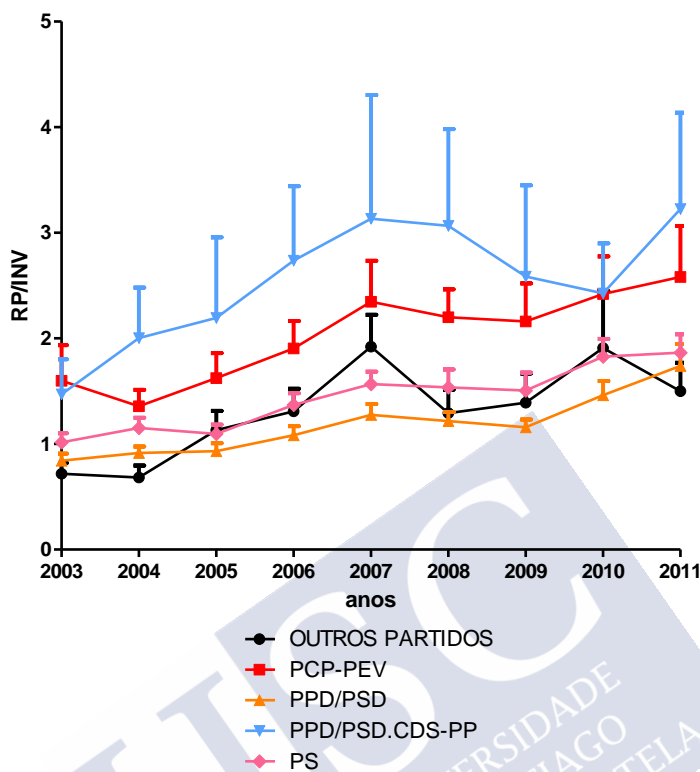
Verificaram-se os valores de RP/INV mais elevados no PCP-PEV e no PPD/PSD - CDS-PP, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador tendencialmente mais reduzidos.

Em relação ao período 2004-2011, a observação do gráfico 37 permite constatar que, a partir de 2004, os municípios governados pela coligação PPD/PSD - CDS-PP ultrapassam os governados pelo PCP-PEV, e que parece haver uma tendência de melhoria do indicador RP/INV, sendo mesmo verificados valores superiores a 1, para todos os grupos, a partir de 2006.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do Partido e do ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador RP/INV, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Assim, os municípios governados pelo PCP-PEV e os municípios governados pela coligação PPD/PSD - CDS-PP continuaram a ser aqueles que, tendo como base o indicador RP/INV, arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, para todo o período em análise. De referir que, a partir de 2004, os municípios governados pela coligação PPD/PSD - CDS-PP apresentam valores para o indicador RP/INV tendencialmente, mas não significativamente superiores aos dos municípios governados pelo PCP-PEV, para todo o período em estudo, pelo que se encontram numa situação semelhante ($p > 0,05$). Importa também destacar que não se verificaram diferenças significativas entre o grupo PPD/PSD - CDS-PP e os grupos PS e PPD/PSD nos anos de 2003-04 e 2010 ($p > 0,05$) e entre o grupo da mesma coligação e o grupo outros partidos para todos os anos do período considerado ($p > 0,05$). Por outro lado, os municípios governados pelo PCP-PEV apresentaram valores significativamente superiora face àqueles cujos executivos pertence ao partido PPD/PSD nos anos de 2007 ($p < 0,01$), 2008-2010 ($p < 0,05$). Não foram encontradas diferenças significativas em todas as comparações

realizadas entre os grupos PS, PPD/PSD e outros partidos, em todos os anos do período em estudo, pelo que se encontram em situação idêntica.

Gráfico 37 - Evolução do indicador RP/INV por partido político municipal



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,49	0,9990
Partido	3,93	P<0.0001
ano	1,91	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

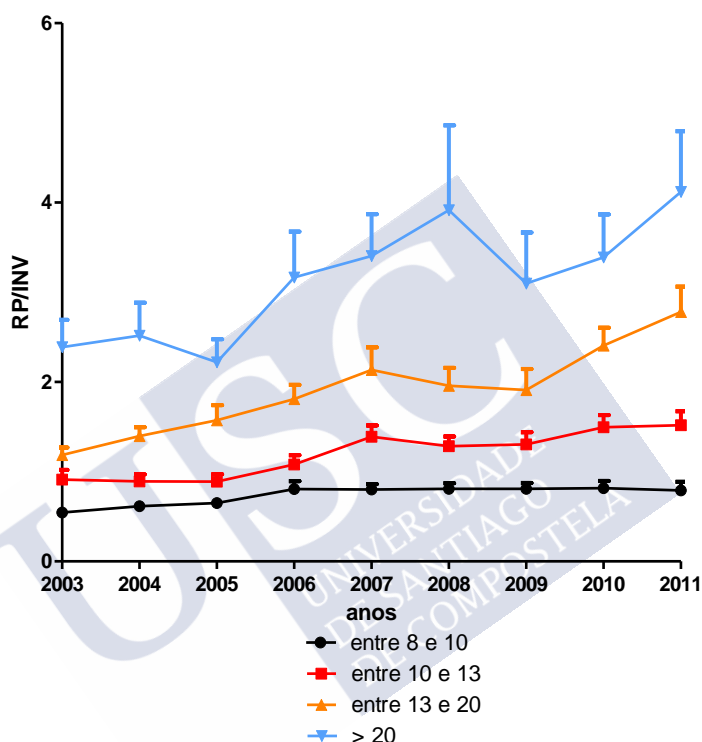
Podemos assim verificar uma tendência para os municípios governados pelo PPD/PSD - CDS-PP e pelo PCP-PEV apresentarem valores superiores do indicador RP/INV, o que indica que poderão tendencialmente arrecadar receitas próprias acima do volume de investimento, comparativamente com os restantes que apresentam indicadores médios próximos ou abaixo de 1.

4.3.8 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério PIB

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.38 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p<0,0001$), para o indicador RP/INV. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificaram-se significativas as seguintes comparações: entre 8m€ e 10m€ vs. entre 13m€ e 20m€; entre 8m€ e 10m€ vs. maior que 20m€; entre 10m€ e 13m€ vs. entre 13m€ e 20m€; entre 10m€ e 13m€ vs. maior que 20m€ ($p<0,001$), entre 13m€ e

20m€ vs. maior que 20m€ ($p<0,01$). Pelo contrário, a comparação dos grupos entre 8m€ e 10m€ vs. entre 10m€ e 13m€ foi não significativa. O grupo maior que 20m€ apresentou também para o indicador RP/INV um valor superior às restantes, compreendendo assim os municípios que arrecadaram mais receita própria em relação ao investimento, enquanto que os municípios com PIB *per capita* entre 8m€ e 10m€, são aqueles que arrecadaram menos receita própria em relação ao investimento. Relativamente ao restante período 2004-2011, existe uma tendência de progressão para todos os grupos exceto o entre 8m€ e 10m€, e ainda que o grupo maior que 20m€ apresente uma quebra acentuada em 2009 (gráfico 38).

Gráfico 38 - Evolução do indicador RP/INV por PIB



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,97	0,2073
PIB	15,19	$P<0,0001$
ano	2,16	$P<0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo do PIB e do ano (ambas com $p<0,0001$) relativamente ao indicador RP/INV, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis explicativas ($p>0,05$). Ou seja, os municípios com um PIB *per capita* regional maior que 20m€ continuaram a ser aqueles que, tendo como base o indicador RP/INV, arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento durante todo o período 2003-2011 analisado. Importa referir, no entanto, que nos anos de 2003-2005 e 2009-2010, os municípios que integram aquele grupo não apresentaram valores para o indicador RP/INV significativamente superiores aos dos grupos entre 13m€ e 20m€ ($p>0,05$). De salientar também que os municípios com um PIB *per capita* regional entre 13m€ e 20m€ apresentam um rácio RP/INV tendencialmente, mas não significativamente superior aos municípios que

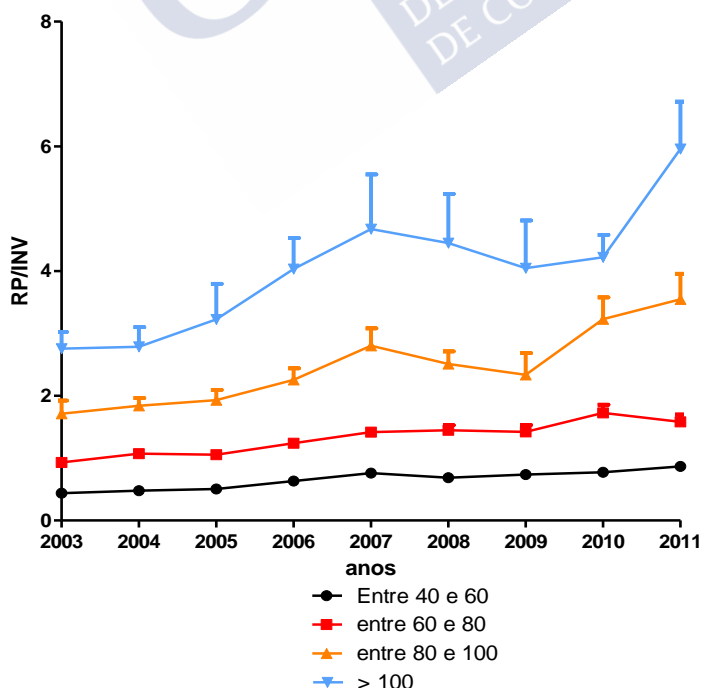
compõem os grupos entre 10m€ e 13m€ —nos anos de 2003-2004 ($p>0,05$), e entre 8m€ e 10m€ no ano de 2003 – ($p>0,05$) –. Por último, os municípios com um PIB *per capita* entre 10m€ e 13m€ revelam, nos anos 2003-10, um indicador tendencialmente, mas não significativamente superior aos municípios cuja mesma variável explicativa está compreendida entre 8m€ e 10m€, pelo que se encontram numa situação idêntica nesse período ($p>0,05$).

Podemos concluir que tendencialmente, os municípios com PIB *per capita* maior que 20m€, que arrecadam mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos entre 13m€ e 20m€, dos entre 10m€ e 13m€ e finalmente dos entre 8m€ e 10m€.

4.3.9 Análise do indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Poder de Compra

Após a análise da normalidade, que não foi verificada, efetuou-se para o ano 2003 (ver gráfico A.39 no Anexo I) um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p<0,0001$), com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que na comparação entre os grupos do indicador RP/INV, Entre 40% e 60% vs. entre 60% e 80%; Entre 40% e 60% vs. entre 80% e 100%; Entre 40% e 60% vs. maior que 100%; entre 60% e 80% vs. maior que 100% ($p<0,001$), entre 60% e 80% vs. entre 80% e 100% ($p<0,01$), todas as comparações se apresentaram significativas, contrariamente à comparação dos grupos entre 80% e 100% vs. maior que 100% que foi não significativa. O conjunto maior que 100% apresenta um valor do indicador RP/INV superior às restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, e observando o gráfico 39 conclui-se que não se verificam modificações significativas.

Gráfico 39 - Evolução do indicador RP/INV por poder de compra



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	2,70	P<0.0001
poder de compra	37,63	P<0.0001
ano	5,06	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do poder de compra e do ano (ambas com $p<0,0001$) na explicação do indicador RP/INV, tendo-se verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p<0,0001$). Não obstante, continuou a constatar-se, durante todo o período analisado e tendo como base o indicador RP/INV, que quanto maior o poder de compra *per capita* dos municípios, maior a capacidade de os mesmos gerarem receitas próprias acima do volume de investimento. Verificaram-se diferenças nas comparações, ano a ano, entre todos os grupos definidos ($p<0,05$ a $p<0,001$).

Portanto, verifica-se a tendência de que os municípios com maior poder de compra, são aqueles que arrecadam mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos entre 80% e 100%, dos entre 60% e 80% e finalmente dos entre 40% e 60%.

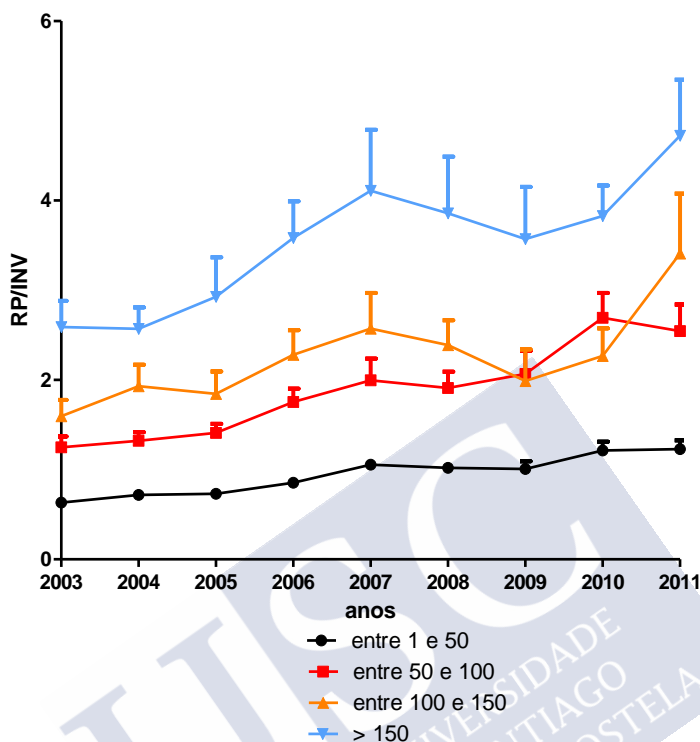
4.3.10 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Sociedades Constituídas

Após a análise da normalidade, que não foi verificada, efetuou-se o teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*) para o ano 2003 (ver gráfico A.40 no Anexo I), que se demonstrou significativo ($p<0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que, para o indicador RP/INV, as comparações dos grupos entre 1 e 50 vs. entre 50 e 100 ($p<0,001$); entre 1 e 50 vs. entre 100 e 150 ($p<0,001$); entre 1 e 50 vs. maior que 150 ($p<0,001$); entre 50 e 100 vs. maior que 150 ($p<0,05$), se mostraram significativas. Já a comparação dos grupos, entre 50 e 100 vs. entre 100 e 150 e entre 100 e 150 vs. maior que 150 não se demonstraram significativas. O gráfico A.40 (Anexo I) mostra também que os grupos maiores que 150 apresentam para o indicador RP/INV um valor superior aos restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, e como decorre da análise ao gráfico 40, não se verificam modificações muito relevantes, à exceção de uma confluência dos grupos entre 50 e 100 e o grupo entre 100 e 150 nos anos de 2009 e 2010.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas e do ano (ambas com $p<0,0001$) no indicador RP/INV, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p>0,05$). Com efeito, os municípios com um número de sociedades constituídas maior que 150 continuaram a ser aqueles que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, durante todo o período 2003-2011 analisado. Importa salientar os anos de 2003 e 2004 nos quais o referido grupo não apresentou diferenças significativas relativamente aos municípios com um número de sociedades constituídas entre 100 e 150 ($p>0,05$). Por outro lado, o grupo entre 100 e 150 não apresenta um indicador RP/INV significativamente superior ao do grupo entre 50 e 100, em todo o período analisado, pelo que ambos se encontram numa situação semelhante ($p>0,05$). De referir ainda que, nos anos de 2003-2005, não foram verificadas diferenças significativas entre o indicador RP/INV dos grupos entre 50 e 100 e entre 1 e 50 ($p>0,05$).

Logo verifica-se a tendência de que os municípios com maior número de sociedades constituídas, são aqueles que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos entre 100 e 150, dos entre 50 e 100 e finalmente dos entre 1 e 50.

Gráfico 40 - Evolução do indicador RP/INV por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,08	0,0695
sociedades constituídas	18,39	P<0.0001
ano	4,16	P<0.0001

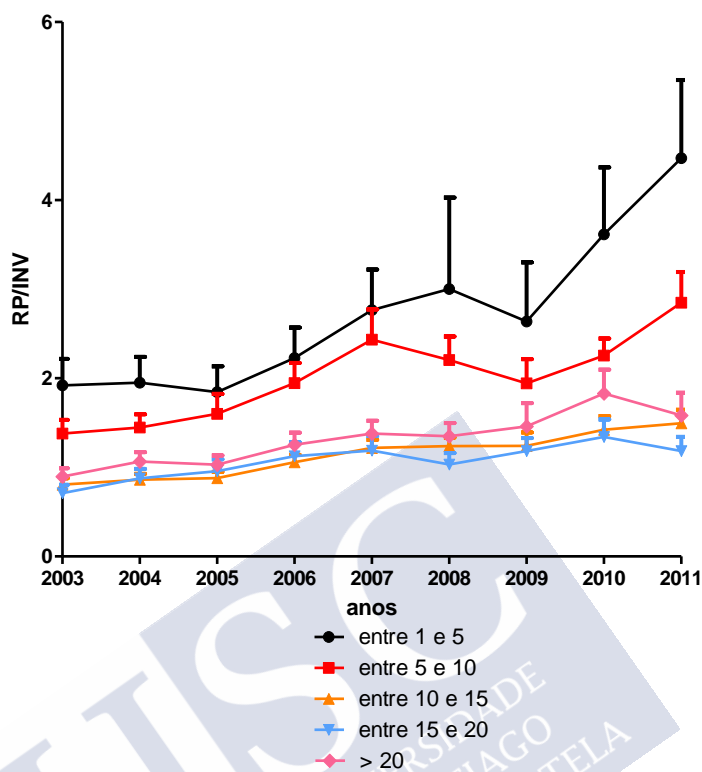
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.3.11 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.41 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador RP/INV, para a proporção de sociedades na indústria transformadora, que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que na comparação dos grupos entre 1% e 5% vs. entre 10% e 15%; entre 1% e 5% vs. entre 15% e 20% ($p < 0,001$); entre 5% e 10% vs. entre 15% e 20% ($p < 0,01$); entre 5% e 10% vs. entre 10% e 15% ($p < 0,05$) estas se mostraram significativas entre elas; excepcionando-se a comparação dos grupos entre 1% e 5% vs. entre 5% e 10%; entre 1% e 5% vs. maior que 20%; entre 5% e 10% vs. maior que 20%; entre 10% e 15% vs. entre 15% e 20%; entre 10% e 15% vs. maior que 20%. Os grupos entre 1% e 5% apresentam para o indicador RP/INV um valor tendencialmente superior aos restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações relevantes. Importa, porém, realçar que os

municípios com entre 1% e 5% sociedades da indústria transformadora apresentam uma melhoria do indicador, especialmente a partir de 2009, como se pode verificar no gráfico 41.

Gráfico 41 - Evolução do indicador RP/INV por proporção de sociedades da indústria transformadora



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,55	0,0819
sociedades industria transformadora	8,60	P<0.0001
Ano	3,06	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo do ano e das sociedades da indústria transformadora (ambas com $p < 0,0001$) no indicador RP/INV. Porém não se verificou uma interação significativa entre as referidas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Assim, os municípios com entre 1% e 5% sociedades da indústria transformadora, tendo como base o indicador RP/INV, continuaram a ser aqueles que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, principalmente a partir de 2007 em que o valor de RP/INV se destaca significativamente em relação aos demais grupos, principalmente daqueles que compreendem municípios com mais de 10% sociedades de indústria transformadora ($p < 0,05$ para o período 2007 a 2011, exceto no ano 2009 relativamente ao grupo maior que 20%). Importa referir os anos de 2003-9 em que aquele grupo não apresenta um indicador significativamente superior ao grupo entre 5% e 10% ($p > 0,05$), em que ambos evoluem de forma semelhante, o período 2003-6 em que não apresenta um RP/INV significativamente superior aos grupos entre 10% e 15% e entre 15% e 20% ($p > 0,05$) e os anos 2003-2007 para os quais não obtém resultados significativamente superiores ao grupo maior que 20% ($p > 0,05$). No que respeita aos municípios com entre 5% e 10% sociedades da indústria transformadora, destacam-se os anos de 2003-2006 e 2008-2010

em que o referido grupo não apresenta um indicador RP/INV significativamente superior ao grupo maior que 20% ($p>0,05$), o período 2003-2004 em que não arrecadou receitas próprias acima do valor do investimento significativamente superiores ao grupo entre 10% e 15% ($p>0,05$) e o anos 2003-2005 e 2009 nos quais não se superiorizou, de forma significativa, relativamente ao grupo entre 15% e 20% ($p>0,05$). Salienta-se ainda que os grupos maiores que 20%, entre 10% e 15% e entre 15% e 20% não apresentam diferenças significativas quanto ao indicador RP/INV em todas as comparações realizadas entre si, pelo que se encontram numa situação semelhante em todo o período 2003-2011 analisado ($p>0,05$).

Portanto, tendencialmente os municípios com entre 1% e 5% sociedades da indústria transformadora, tendo como base o indicador RP/INV, arrecadam mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos entre 5% e 10%, dos maiores que 20%, dos entre 10% e 15% e finalmente dos entre 15% e 20%.

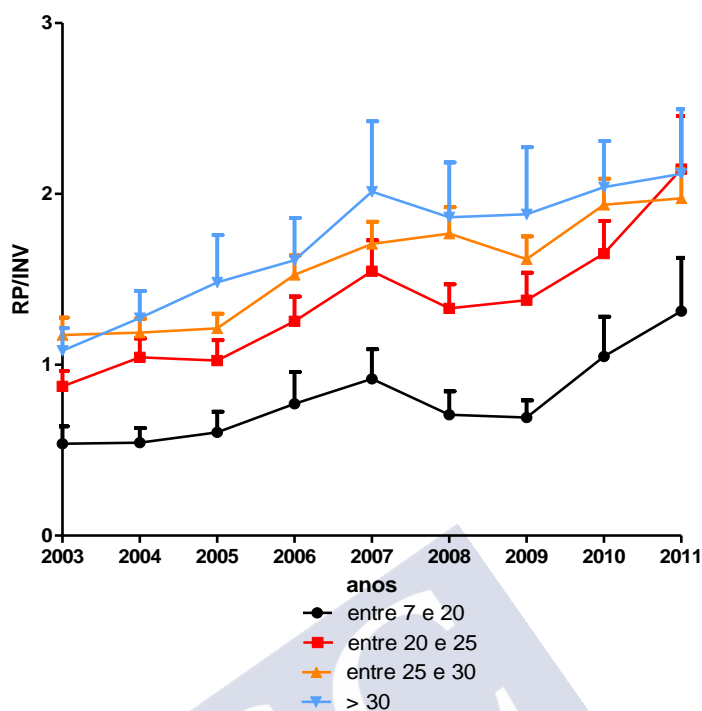
4.3.12 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Sociedades no Comércio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.42 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p<0,001$), para o indicador RP/INV. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações dos grupos entre 7% e 20% vs. entre 25% e 30% ($p<0,001$) e entre 7% e 20% vs. maior que 30% ($p<0,01$) se mostraram significativas, excepcionando-se a comparação dos grupos entre 7% e 20% vs. entre 20% e 25%; entre 20% e 25% vs. entre 25% e 30%; entre 20% e 25% vs. maior que 30%; entre 25% e 30% vs. maior que 30%, que se mostraram não significativas. Assim, o grupo entre 7% e 20% foi aquele que demonstrou valores de RP/INV genericamente inferiores aos restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações relevantes entre grupos, e de forma global todos vão apresentando valores de RP/INV progressivamente superiores a cada ano, com exceção de uma ligeira quebra nos anos 2008 e 2009 (gráfico 42).

Realizada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo das variáveis sociedades do comércio e ano (ambas com $p<0,0001$) na explicação do indicador RP/INV. Todavia não se verificou uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p>0,05$). Os resultados da análise permitiram verificar que todas as comparações efetuadas entre os três grupos que arrecadam mais receitas próprias acima do volume de investimento (maior que 30%, entre 25% e 30% e entre 20% e 25%) não se mostraram significativas, pelo que os correspondentes municípios se encontram numa situação idêntica em todo o período 2003-2011 ($p>0,05$). Importa referir que na generalidade das comparações realizadas não se mostraram significativas. Na verdade, apenas se revelaram significativas as comparações entre 7% e 20% vs. maior que 30% nos anos 2007-2009 ($p<0,05$) e entre 7% e 20% vs. entre 25% e 30% no ano 2008 ($p<0,05$).

Deste modo, poderemos presumir que os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20%, apresentam um indicador RP/INV inferior aos restantes e são aqueles que arrecadaram menos receitas próprias relativamente ao volume de investimento.

Gráfico 42 - Evolução do indicador RP/INV por sociedades no comércio



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,24	0,9999
sociedades do comércio	3,18	P<0,0001
ano	2,37	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

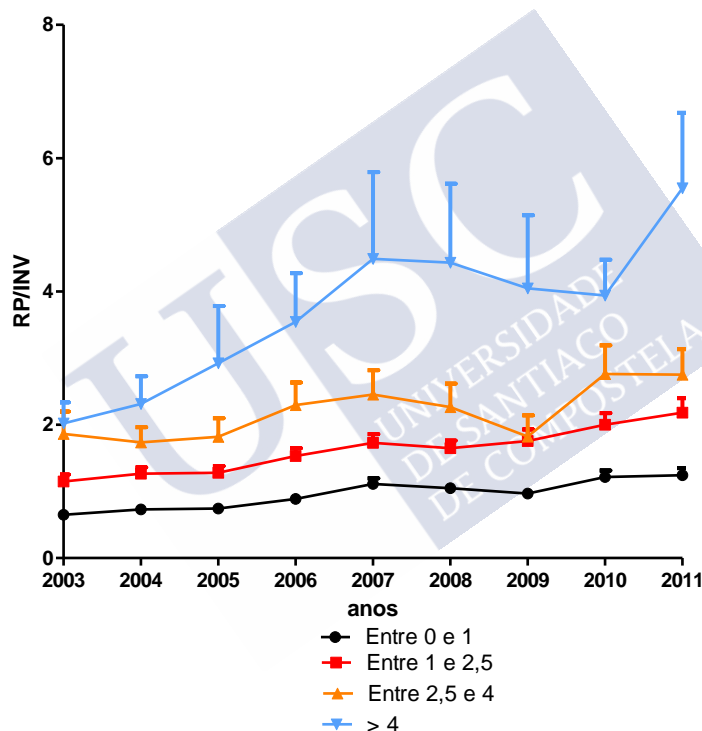
4.3.13 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério Número de Médicos

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.43 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p<0,0001$), para o indicador RP/INV. Seguidamente, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações dos grupos, entre 0‰ e 1‰ vs. entre 1‰ e 2,5‰; entre 0‰ e 1‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰; entre 0‰ e 1‰ vs. maior que 4‰ ($p<0,001$); entre 1‰ e 2,5‰ vs. maior que 4‰ ($p<0,05$) se mostraram significativas entre eles, excepcionando-se as comparações entre os grupos entre 1‰ e 2,5‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰; entre 2,5‰ e 4‰ vs. maior que 4‰. Assim, em 2003, os municípios com número de médicos maior que 4‰ e entre 2,5‰ e 4‰, apresentam um valor do indicador RP/INV superior aos restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, importa realçar os municípios com médicos por habitante maior que 4‰ apresentam uma tendência de aumento em quase todo o período em análise, situação que não se verifica nos outros grupos que se mantêm praticamente constantes (ver gráfico 43).

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo das variáveis médico por habitante e ano (ambas com $p<0,0001$) relativamente ao indicador

RP/INV, tendo-se verificado uma interação significativa entre as mesmas ($p < 0,0001$). Os municípios com médicos por habitante maior que 4‰ continuaram a ser aqueles, que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento durante todo o período analisado, seguidos dos entre 2,5‰ e 4‰, dos entre 1‰ e 2,5‰ e dos entre 0‰ e 1‰ (com valores de rácio inferiores a 1‰ nos anos 2003-2006 e 2009). De sublinhar que o grupo maior que 4‰ não apresenta um indicador RP/INV significativamente superior ao do grupo entre 2,5‰ e 4‰ para os anos de 2003-2006 e 2010 ($p > 0,05$), nem ao do grupo entre 1‰ e 2,5‰ nos anos 2003-2004 ($p > 0,05$). Por outro lado, os municípios com médicos por habitante entre 2,5‰ e 4‰ não revelam um rácio significativamente superior àqueles que possuem entre 1‰ e 2,5‰ médicos por habitante, durante todo o período 2003-2011, razão pela qual se encontram numa situação idêntica ($p > 0,05$). Destaca-se ainda o ano de 2009 no qual aquele grupo não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 0‰ e 1‰ ($p > 0,05$).

Gráfico 43 - Evolução do indicador RP/INV por número de médicos



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	2,23	$P < 0,0001$
médicos por hab	17,10	$P < 0,0001$
Ano	3,70	$P < 0,0001$

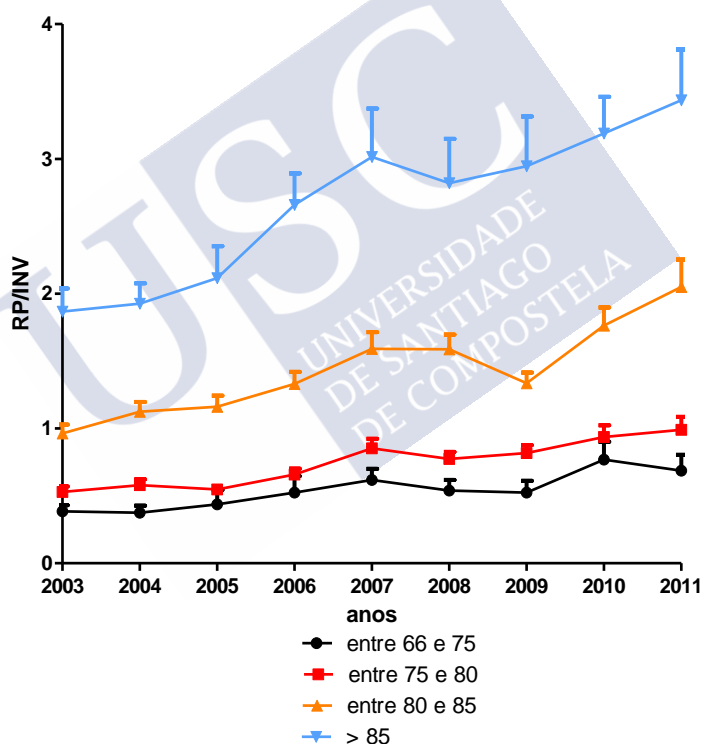
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Assim sendo, poderemos supor que os municípios com maior número de médicos por habitante, são aqueles que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento.

4.3.14 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério População Alfabetizada

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.44 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$), para o indicador RP/INV. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação dos grupos entre 66% e 75% vs. entre 80% e 85%; entre 66% e 75% vs. maior que 85%; entre 75% e 80% vs. entre 80% e 85%; entre 75% e 80% vs. maior que 85%; entre 80% e 85% vs. maior que 85% se mostrou significativa entre eles ($p < 0,001$), excepcionando-se a comparação do grupo entre 66% e 75% vs. entre 75% e 80%. O grupo maior que 85% apresentam para o indicador RP/INV um valor superior aos restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, importa realçar as tendências de crescimento nos municípios que têm maior proporção de população que sabe ler e escrever (ver gráfico 44).

Gráfico 44 - Evolução do indicador RP/INV por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,76	0,4795
população que sabe ler e escrever	17,72	P<0.0001
ano	2,02	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis população que sabe ler e escrever e ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador RP/INV, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Deste modo, os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever maior que 85%, tendo como base o indicador RP/INV, continuaram a ser aqueles com valores

superiores, ou seja, que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, durante todo o período em análise. Importa salientar que o grupo entre 80% e 85% não apresenta um indicador significativamente superior ao grupo entre 75% e 80% para os anos de 2003-2004 e 2009 ($p>0,05$), nem ao grupo entre 66% e 75% para os anos 2003-2007 e 2009 ($p>0,05$). Sublinha-se ainda o facto dos municípios com proporção de população entre 75% e 80% se encontrarem numa situação semelhante aos que têm uma proporção de população entre 66% e 75%, em razão de não existirem diferenças significativas nas comparações realizadas entre os dois grupos em todo o período 2003-2011 ($p>0,05$).

Deste modo, poderemos sustentar que os municípios com maior proporção de população que sabe ler e escrever, são aqueles que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos entre 80% e 85%, dos entre 75% e 80% e dos entre 66% e 75%.

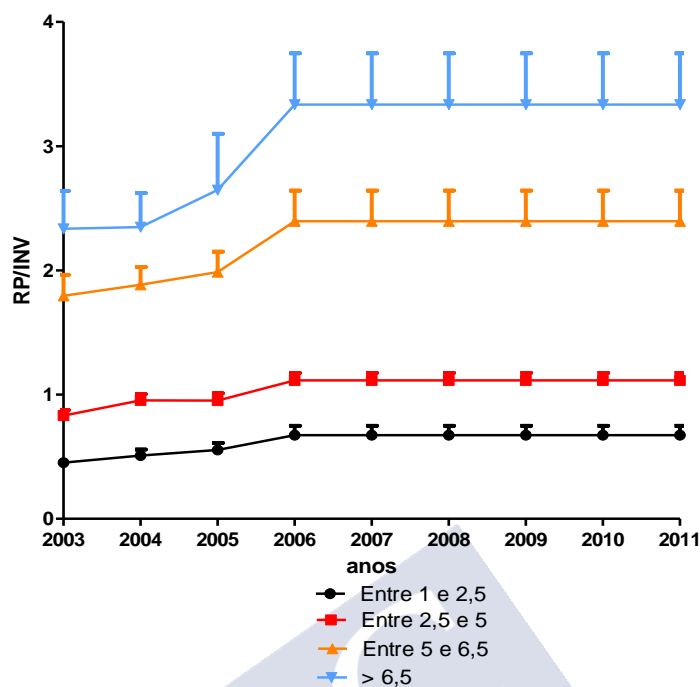
4.3.15 Análise do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.45 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p<0,0001$), para o indicador RP/INV. Posteriormente, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações dos grupos entre 1% e 2,5% vs. entre 2,5% e 5%; entre 1% e 2,5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5%; entre 2,5% e 5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5% se mostraram significativas entre eles ($p<0,001$), não se tendo no entanto verificado diferenças entre os grupos entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5%. Os grupos maiores que 6,5% e os entre 5% e 6,5% apresentam para o indicador RP/INV um valor superior aos restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, e como se constata no gráfico 45, não se verificam modificações significativas.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das variáveis população ensino superior completo e ano (ambas com $p<0,0001$) no indicador RP/INV, não se tendo, no entanto, constatado uma interação significativa entre aquelas ($p>0,05$). Ou seja, os municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo maior que 6,5%, tendo como base o indicador RP/INV, continuaram a ser os que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, em todo o período 2003-2011 analisado. De sublinhar os anos 2003-2005 em que o referido grupo não apresenta um indicador RP/INV significativamente superior ao grupo entre 5% e 6,5% ($p>0,05$). Salientam-se também os anos 2003 e 2005 nos quais se encontram em situações idênticas os grupos entre 2,5% e 5% e entre 1% e 2,5%, em razão de não existirem diferenças significativas nas comparações efetuadas entre ambos ($p>0,05$).

O que nos leva a crer que os municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% e maior que 6,5%, são aqueles que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos entre 2,5% e 5% e finalmente dos entre 1% e 2,5%.

Gráfico 45 - Evolução do indicador RP/INV por população com o ensino superior completo



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,74	0,2321
População ensino superior completo	34,40	P<0,0001
ano	1,70	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.4 ANÁLISE DO INDICADOR RECEITA CAPITAL/TOTAL DE INVESTIMENTO RK/INV

Recorreu-se ao indicador Receita Capital/Total de Investimento (RK/INV), para medir o grau em que as receitas de capital cobrem o investimento total executado pelos municípios. Como já mencionado, este indicador juntamente com o indicador RP/INV, pretende responder às questões: as escassas receitas próprias que os municípios do interior arrecadam, poderão ser sinónimo de um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis? Quais são os municípios que melhor aproveitam os recursos e onde se localizam?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

4.4.1 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Litoral/Interior

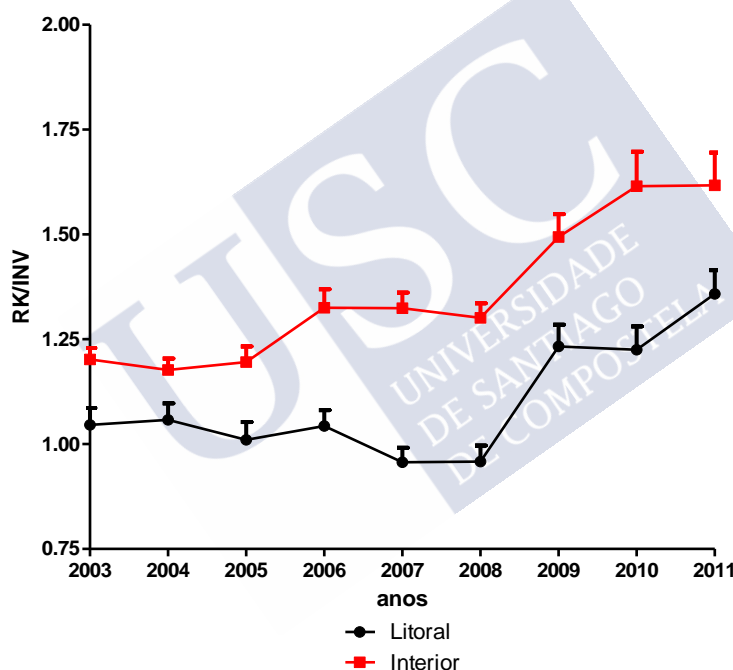
No ano de referência 2003 (ver gráfico A.46 no Anexo I), verificou-se que o indicador RK/INV obteve valores significativamente superiores nos municípios do interior (teste T, $p < 0,0001$), relativamente aos municípios do litoral. Este resultado é indicativo de que os municípios de interior, arrecadam receitas de capital acima do volume de investimento.

Olhando ao período 2004-2011, verifica-se que se acentua ainda mais a assimetria referida acima a partir de 2004 (gráfico 46). Os municípios do interior mantêm sempre o nível das receitas de capital acima do investimento realizado.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do litoral/interior e do ano ($p < 0,0001$ em ambos os casos) relativamente ao indicador RK/INV, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios do interior, tendo como base o indicador RK/INV, continuaram a ser aqueles que arrecadaram receitas de capital acima do volume de investimento total executado durante todo o período 2003-2011. No entanto, nos anos de 2003-2005 as diferenças do rácio RK/INV face ao grupo do litoral não foram significativas ($p > 0,05$).

Globalmente, verifica-se que os municípios de interior, arrecadam receitas de capital acima do volume de investimento total executado, situação que também se verifica nos municípios do litoral, porém com valores médios mais próximos de 1 em 2003.

Gráfico 46 - Evolução do indicador RK/INV nos municípios do litoral versus interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,56	0,0503
Litoral/Interior	4,80	P<0.0001
ano	5,59	P<0.0001

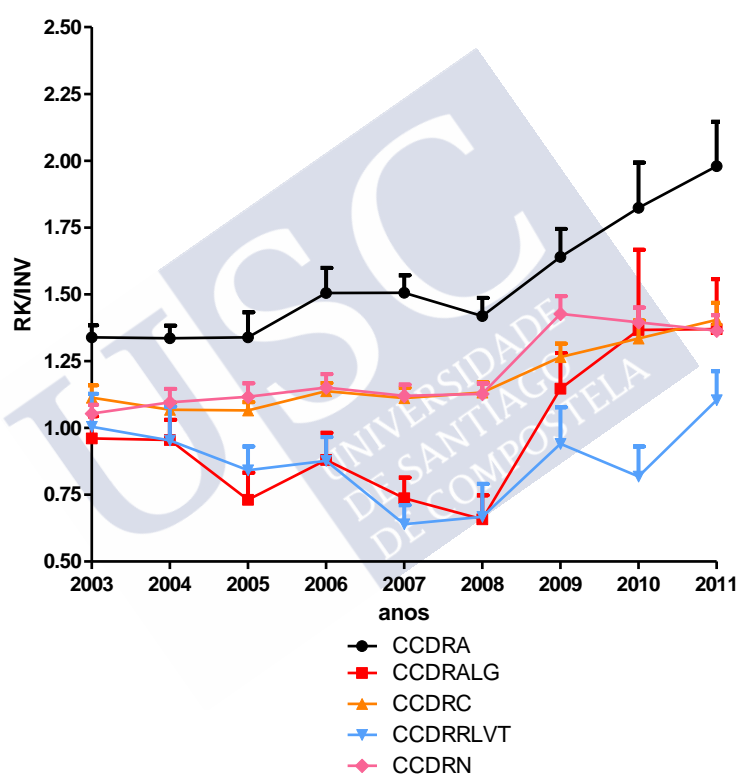
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.4.2 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério CCDR

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.47 no Anexo I), após a análise da normalidade, ao indicador RK/INV, para as CCDR, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificaram-se significativas as

seguintes comparações: CCDRA vs. CCDRALG; CCDRA vs. CCDRC; CCDRA vs. CCDRRLVT; CCDRA vs. CCDRN ($p < 0,001$). Pelo contrário, não foram detetadas diferenças significativas entre os grupos CCDRALG vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRRLVT; CCDRALG vs. CCDRN; CCDRC vs. CCDRRLVT; CCDRC vs. CCDRN; CCDRRLVT vs. CCDRN. Desta forma, os municípios pertencentes à Região do Alentejo, tendo como base o indicador RK/INV, apresentaram um valor sempre superior aos restantes. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Porém, em termos globais, verifica-se uma tendência generalizada de aumento dos indicadores nos municípios da Região do Alentejo, Região Centro e Região Norte. A Região do Algarve a partir de 2009 apresenta um aumento exponencial do indicador, porém tanto a Região do Algarve como a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentam valores médios anuais muito inconstantes (ver gráfico 47).

Gráfico 47 - Evolução do indicador RK/INV por CCDR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,52	0,0877
CCDRs	8,67	$P < 0,0001$
ano	3,78	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Depois de realizada uma análise *Two-way ANOVA* verificou-se um efeito significativo das variáveis CCDRs e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador RK/INV. No entanto não se verificou uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Assim, os municípios da Região do Alentejo, Região Centro e Região Norte, continuaram a ser aqueles que arrecadaram receitas de capital acima do volume de investimento durante todo o período em estudo. A região do Alentejo é aquela que se destaca na maior parte do período em estudo, com valores de RK/INV significativamente superior às restantes regiões em praticamente todo

o período analisado ($p < 0,05$), com exceção da Região do Centro no ano 2003, da Região Norte nos anos 2004-2005 e 2009 e Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve nos anos 2003-2004 ($p > 0,05$). No que concerne à Região Centro, destaca-se o facto desta se encontrar numa situação idêntica à Região Norte nos anos 2003-2011, e à Região do Algarve nos anos 2003-2007 e 2009-2011, em razão de não existirem diferenças significativas entre os indicadores RK/INV dos referidos grupos ($p > 0,05$). Por outro lado, nos anos 2003-2006 e 2011, o grupo CCDRC não revela uma maior capacidade para arrecadar receitas de capital acima do volume de investimento do que o grupo CCDRRLVT, uma vez que não se verificam diferenças significativas entre os respetivos indicadores ($p > 0,05$). A Região Norte encontra-se numa situação semelhante à Região de Lisboa e Vale do Tejo nos anos de 2003-2006 e 2011, e à Região do Algarve nos anos 2003-2007 e 2009-2011, uma vez que não se verificam diferenças significativas entre os rácios daqueles grupos ($p > 0,05$). Por último sublinha-se que nos anos 2003-2009 e 2011 não há diferenças significativas entre o indicador dos municípios do grupo CCDRALG e o do grupo CCDRRLVT ($p > 0,05$).

Deste modo, poderemos aferir efetivamente que os municípios da Região do Alentejo, arrecadam receitas de capital acima do volume de investimento.

4.4.3 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério NUTS III

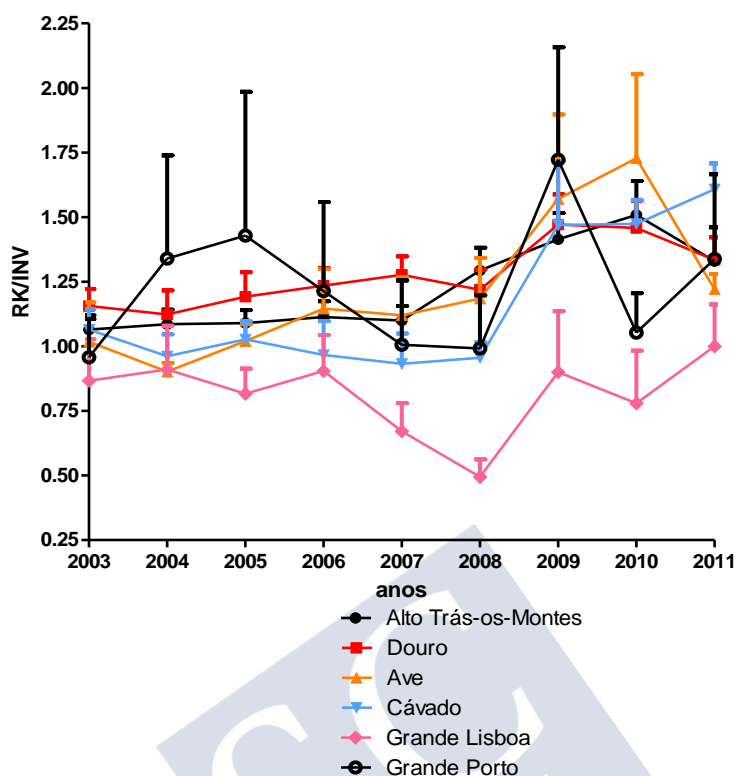
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.48 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, que se demonstrou significativo ($p < 0,05$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, ao indicador RK/INV, para as NUTS III selecionadas, verificaram-se significativas as comparações entre os grupos Douro vs. Grande Lisboa ($p < 0,05$). As comparações dos restantes grupos não se revelaram significativos, ainda que se tenham verificado os valores de RK/INV tendencialmente mais elevados nas NUTS do Douro relativamente às restantes regiões.

Relativamente ao restante período 2004-2011, apenas a Grande Lisboa se apresenta durante todo o período com o indicador médio abaixo de 1. Os restantes grupos apesar de bastante flutuantes, principalmente a Região do Grande Porto, mostram geralmente tendências de rácios iguais ou acima de 1 no período estudado (gráfico 48).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das NUTS e do ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente à variável explicada RK/INV, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Em resultado é possível verificar que existem quatro NUTS cujo indicador RK/INV é significativamente superior ao da NUT Grande Lisboa: Alto Trás-os-Montes nos anos 2008 e 2010, Douro nos anos 2007-2008 e 2010 ($p < 0,05$), Ave no ano 2010 e Grande Porto no ano 2009 ($p < 0,01$). Todas as restantes comparações realizadas não se mostraram significativas ($p > 0,05$).

Desta maneira, tudo nos leva a crer que os municípios da Região da Grande Lisboa, arrecadam receitas de capital abaixo do volume de investimento executado, contrariamente ao que se verifica nas restantes Regiões em grande parte do período analisado.

Gráfico 48 - Evolução do indicador RK/INV por NUTS III



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	5,35	0,7023
nuts	6,63	P<0,0001
ano	6,16	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

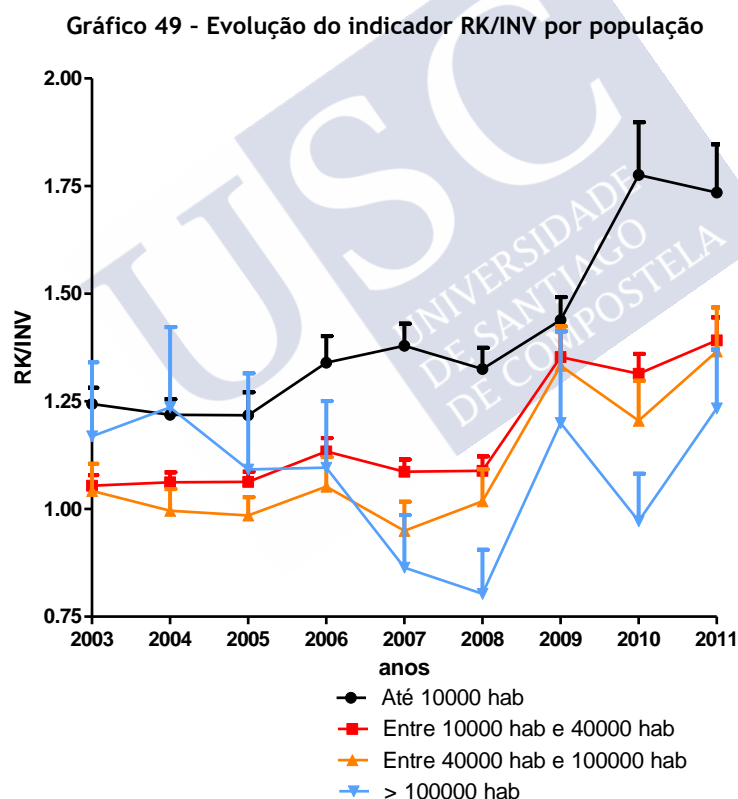
4.4.4 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério População

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.49 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, que se revelou significativo ($p < 0,0001$), ao indicador RK/INV, para a população. Posteriormente, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificaram-se significativas as comparações entre os grupos até 10.000 hab vs Entre 10.000 hab e 40.000 hab ($p < 0,01$); até 10.000 hab vs. Entre 40.000 hab e 100.000 hab, até 10.000 hab vs. maior que 100.000 hab ($p < 0,001$), excepcionando-se a comparação dos grupos entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab; entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. maior que 100.000 hab; entre 40.000 hab e 100.000 hab vs. maior que 100.000 hab, que se mostraram não significativas.

Verificaram-se tendencialmente valores do indicador RK/INV mais elevados na população até 10.000 habitantes, comparativamente com os restantes grupos. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que o grupo relativo aos municípios maior que 100.000 hab foi a que demonstrou mais flutuações, passando a ser aquele com menor valor do indicador depois de 2007, tendo-se situado abaixo de 1 em alguns anos (gráfico 49).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da População e do ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador RK/INV, tendo-se verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p < 0,01$). Não obstante, os municípios com população até 10.000 habitantes, continuaram a ser aqueles que arrecadaram mais receitas de capital acima do volume de investimento, no período em análise (excetuando o ano de 2004). Importa salientar os anos 2003-2006 e 2009 em que o referido grupo não apresentou um indicador RK/INV significativamente superior aos grupos maior que 100.000 hab e entre 10.000 e 40.000 hab ($p > 0,05$). Por outro lado, nos anos 2003-2005 e 2009 os grupos até 10.000 hab também se encontra numa situação idêntica ao grupo entre 40.000 e 100.000 uma vez que não se verificam diferenças significativas entre os indicadores de ambas ($p > 0,05$). No que concerne aos grupos maior que 100.000 hab, entre 10.000 e 40.000 hab e entre 40.000 e 100.000 hab, não se verificam diferenças significativas nas comparações efetuadas entre os seus indicadores RK/INV para todo o período em análise ($p > 0,05$). Assim, os três referidos grupos encontram-se numa situação idêntica nos anos 2003-2011.

Verificou-se assim, que por tendência, os municípios com população até 10.000 habitantes, são os que arrecadam mais receitas de capital acima do volume de investimento.



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,80	0,0024
população	3,39	$P < 0,0001$
ano	3,18	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

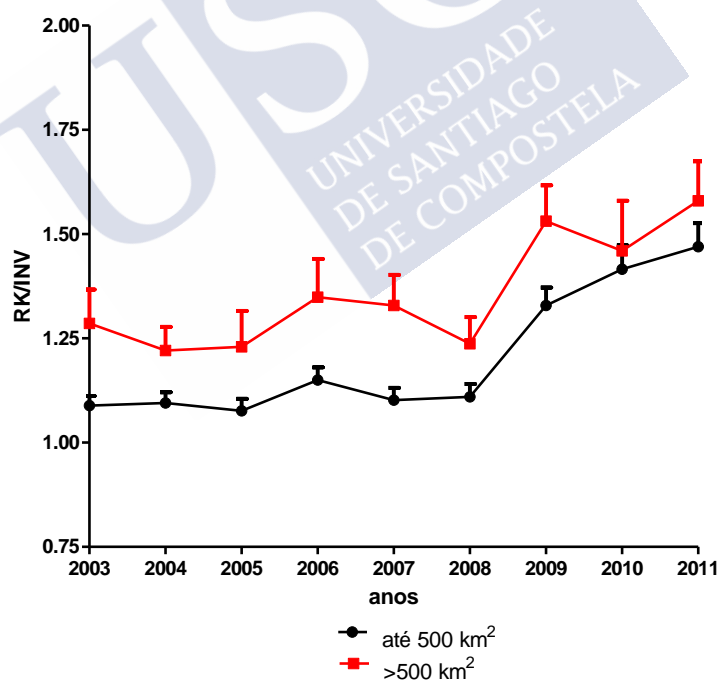
4.4.5 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Área

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.50 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao grupo até 500 km² e maior que 500 km² e verificou-se ser significativo ($p < 0,01$). Logo, verificou-se que o indicador RK/INV obteve valores significativamente superiores nos municípios com área maior que 500 km², relativamente aos municípios até 500 km². Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 50).

A realização de uma análise *Two-way ANOVA* permitiu verificar um efeito significativo da área e do ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador RK/INV. Todavia não foi constatada uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios com área maior que 500 km², continuaram a ser aqueles que tendencialmente arrecadaram mais receitas de capital acima do volume de investimento, durante todo o período 2003-2011. No entanto, não se detetaram diferenças significativas relativamente ao grupo de municípios com área até 500 km² ($p > 0,05$).

Em síntese, podemos aferir que os municípios com área maior que 500 km², são os que tendencialmente arrecadam mais receitas de capital acima do volume de investimento, embora esta seja uma tendência pouco significativa pois os valores de RK/INV foram bastante aproximados aos aferidos nos municípios até 500 km².

Gráfico 50 - Evolução do indicador RK/INV por área



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,13	0,9071
área	1,03	P<0.0001
ano	3,16	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

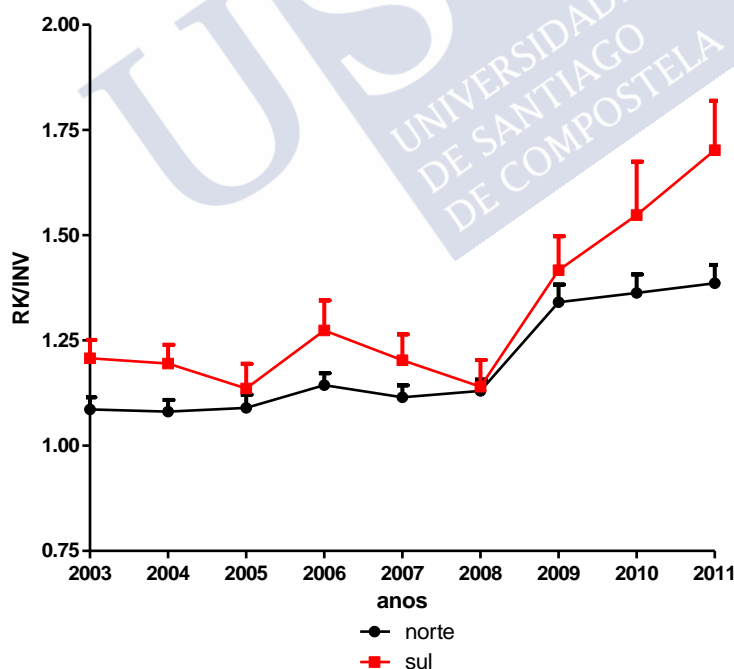
4.4.6 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Norte/Sul

Após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test*, para o indicador RK/INV, aos grupos norte e sul em 2003 (ver gráfico A.51 no Anexo I) que se demonstrou significativo ($p < 0,01$), apresentando o sul, um indicador superior ao norte. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Porém importa salientar que em termos globais se denota uma tendência de aumento dos indicadores nos dois grupos no período em causa. Em 2008 apresentaram uma tendência distinta.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis norte/sul e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador RK/INV, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Deste modo, os municípios de sul, continuaram a ser aqueles que arrecadam receitas de capital acima do investimento executado, durante todo o período em estudo. No entanto a vantagem tendencial do grupo sul face ao grupo norte apenas se revela significativa no ano de 2011 ($p < 0,001$), pelo que nos anos 2003-2010 ambas se encontram numa situação semelhante ($p > 0,05$) (gráfico 51).

Deste modo, poderemos supor que os municípios de sul, arrecadam receitas de capital acima do investimento executado, seguidos dos municípios do Norte que apresentam um indicador médio mais aproximado de 1.

Gráfico 51 - Evolução do indicador RK/INV nos municípios do norte versus sul



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,43	0,1710
Norte/Sul	0,90	P<0.0001
ano	5,76	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

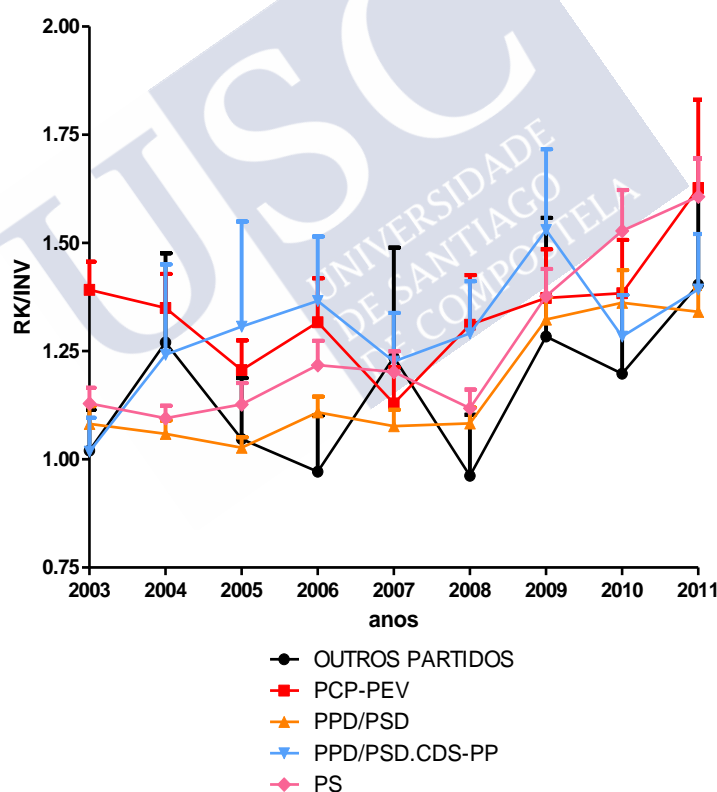
4.4.7 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Partido Político

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.52 no Anexo I) e após análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$).

Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, mostraram-se significativas as comparações entre os grupos PCP-PEV vs. PPD/PSD; PCP-PEV vs. PPD/PSD - CDS-PP; PCP-PEV vs. PS ($p < 0,001$), mostrando-se não significativas as comparações entre os grupos Outros partidos vs. PCP-PEV; Outros partidos vs. PPD/PSD; Outros partidos vs. PPD/PSD - CDS-PP; Outros partidos vs. PS; PPD/PSD vs. PPD/PSD - CDS-PP; PPD/PSD vs. PS; PPD/PSD - CDS-PP vs. PS.

Verificaram-se os valores do indicador RK/INV mais elevados no PCP-PEV, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzido. Relativamente ao restante período 2004-2011 (ver gráfico 52), verifica-se que os valores de RK/INV dos grupos é bastante flutuante, embora se observe alguma tendência de aumento dos valores do indicador, a partir de 2008 para a generalidade dos grupos.

Gráfico 52 - Evolução do indicador RK/INV por partido político municipal



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,89	0,8924
Partido	0,66	0,0022
ano	1,63	P<0.0001

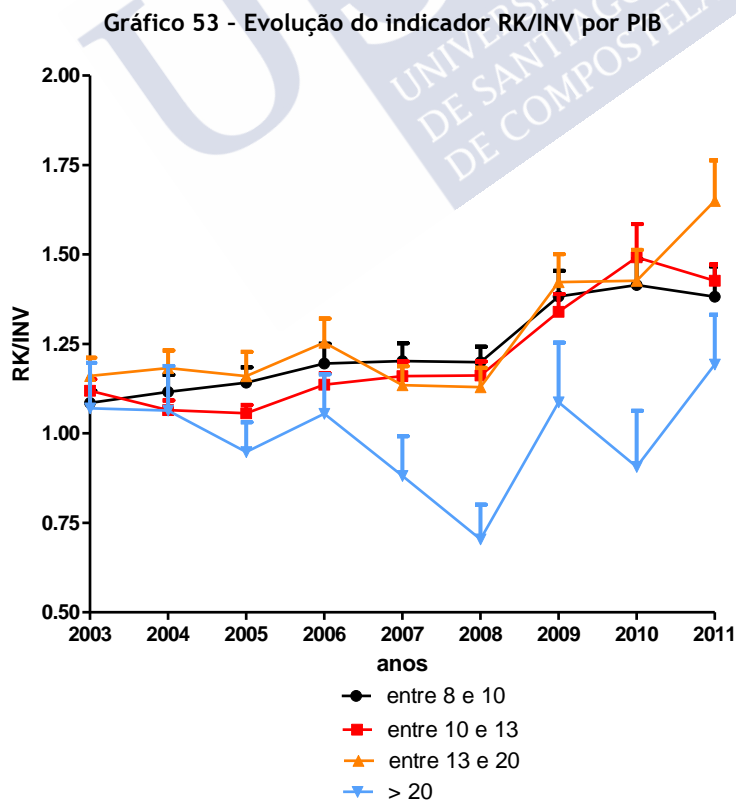
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis partido ($p < 0,01$) e ano ($p < 0,0001$) no indicador RK/INV, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Observa-se uma grande flutuação dos grupos e uma grande variabilidade interna nos grupos, evidente pelo grande erro padrão da média observado, sendo que apenas os municípios governados pelo PS revelaram um indicador RK/INV significativamente superior àqueles que são governados pelo PPD/PSD, no ano de 2011 ($p < 0,01$). Todas as restantes comparações realizadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Em geral todos os grupos revelaram valores do indicador RK/INV acima de 1, sugerindo que, no período em estudo, praticamente todos arrecadaram receitas de capital acima do volume de investimento, não se tendo, no entanto, detetado diferenças consideráveis entre municípios governados por diferentes grupos partidários.

4.4.8 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério PIB

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.53 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador RK/INV, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que o grupo relativo aos municípios com PIB maior que 20m€ foi a que demonstrou mais flutuações tendo-se situado abaixo de 1 em alguns anos, principalmente após 2006 (gráfico 53).



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,95	0,4296
PIB	1,90	P<0,0001
ano	2,23	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do PIB e do ano ($p<0,0001$ para ambas as variáveis) no indicador RK/INV, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p>0,05$). Os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€, foram aqueles que arrecadaram receitas de capital abaixo do volume de investimento, a partir de 2008 (como visível no gráfico 53). Nomeadamente nos anos 2008 e 2010, o grupo maior que 20m€ obteve valores significativamente inferiores de RK/INV relativamente ao grupo entre 8m€ e 10m€ ($p<0,05$), face ao grupo entre 10m€ e 13m€ ($p<0,05$ em 2008 e $p<0,01$ em 2010), e apenas em 2010 relativamente ao grupo entre 13m€ e 20 m€ ($p<0,05$). No ano de 2011 o grupo entre 10m€ e 20m€ obteve valores significativamente superiores relativamente ao grupo entre 10m€ e 13m€ ($p<0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se revelaram não significativas ($p>0,05$). Assim, o grupo maior que 20m€ foi aquele que genericamente arrecadou menos receitas de capital relativamente ao volume de investimento, enquanto que os restantes 3 grupos apresentaram valores semelhantes e uma evolução semelhantes deste indicador ao longo do período estudado.

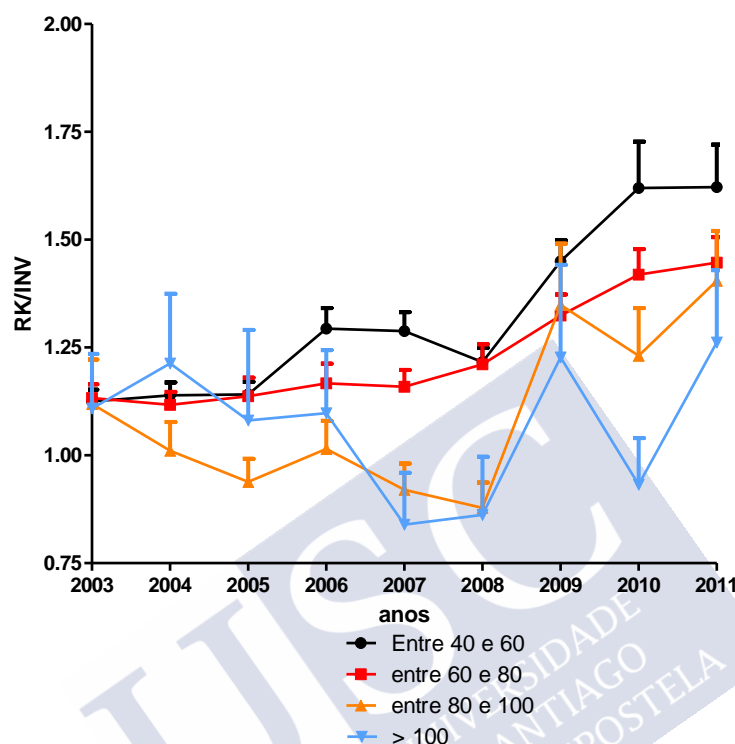
4.4.9 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Poder de Compra

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.54 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador RK/INV, que se demonstrou significativo, no entanto, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações entre os grupos não se mostraram significativas. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que os grupos relativos aos municípios com poder de compra entre 80% e 100% e maior que 100% foram as que demonstraram mais flutuações, tendo-se situado abaixo de 1 em alguns anos (gráfico 54).

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA*, foi demonstrado um efeito significativo do poder de compra e do ano ($p<0,0001$ para ambas as variáveis) relativamente ao indicador RK/INV, tendo-se verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p<0,01$). Com efeito, passaram a ser os municípios com poder de compra *per capita* maior que 100% (ano 2004) e entre 40% e 60% (anos 2005-2011) que, arrecadaram mais receitas de capital acima do volume de investimento. Contudo, do universo de comparações realizadas, somente algumas se mostraram significativas, principalmente devido à grande variabilidade interna observada nomeadamente no grupo maior que 100%. O grupo entre 40% e 60% apresentou um indicador RK/INV significativamente superior, nos anos de 2007 ($p<0,01$), 2008 ($p<0,05$) e 2010 ($p<0,01$), relativamente ao grupo entre 80% e 100% e, nos anos 2007 ($p<0,01$), 2010 ($p<0,001$) e 2011 ($p<0,05$), ao grupo maior que 100%. Adicionalmente, o grupo entre 60% e 80% apresentou um rácio significativamente superior, no ano de 2008 ($p<0,05$), ao grupo entre 80% e 100% e, no ano de 2010 ($p<0,01$), ao grupo maior que 100%. Todas as restantes comparações se mostraram não significativas ($p>0,05$).

Podemos verificar uma tendência para os municípios com poder de compra *per capita* entre 40% e 60%, gerarem mais receitas de capital acima do volume de investimento, e contrariamente, para os maiores que 100% e entre 80% e 100% gerarem menos receitas de capital relativamente ao volume de investimento.

Gráfico 54 - Evolução do indicador RK/INV por poder de compra



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,66	0,0079
Poder de compra	2,08	P<0.0001
ano	3,46	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.4.10 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Sociedades Constituídas

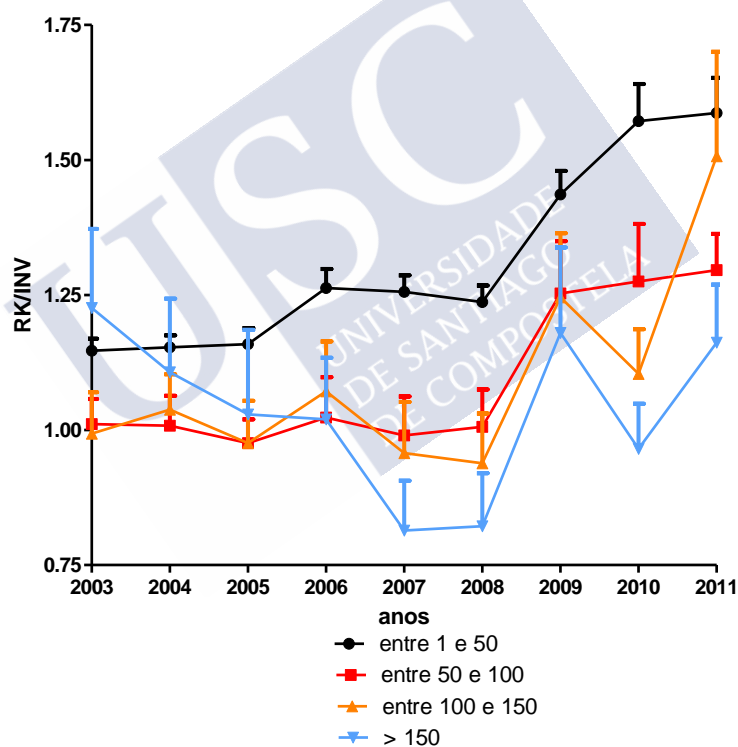
Após a análise da normalidade, que não foi verificada, efetuou-se o teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*) para o ano 2003 (ver gráfico A.55 no Anexo I), que se demonstrou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se, em 2003, para o indicador RK/INV, a comparação dos grupos entre 1 e 50 vs. entre 50 e 100; entre 1 e 50 vs. maior que 150, se mostrou significativa ($p < 0,05$). Não se mostraram significativas as comparações entre 1 e 50 vs. maior que 150; entre 50 e 100 vs. entre 100 e 150; entre 50 e 100 vs. maior que 150 entre 100 e 150 vs. maior que 150. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que o grupo relativo aos municípios com n.º de sociedades constituídas maior que 150 foi a que demonstrou mais flutuações tendo-se situado

abaixo de 1 em alguns anos de análise, enquanto os restantes demonstram uma tendência de aumento progressivo deste indicador ao longo do tempo (gráfico 55).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas e do ano ($p < 0,0001$ para ambas as variáveis) no indicador RK/INV, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). No entanto, os municípios com n.º de sociedades constituídas entre 1 e 50, passaram a ser aqueles que arrecadaram mais receitas de capital acima do volume de investimento durante o restante período 2004-2011. O grupo entre 1 e 50 apresentou um indicador RK/INV significativamente mais elevado relativamente aos grupos entre 50 e 100 nos anos 2010-2011 ($p < 0,05$), entre 100 e 150 no ano de 2010 ($p < 0,01$) e maior que 150 nos anos 2007 ($p < 0,001$), 2008, 2010 e 2011 ($p < 0,001$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Observando o gráfico 55, podemos verificar que são os municípios com n.º de sociedades constituídas entre 1 e 50, que arrecadam mais receitas de capital acima do volume de investimento no maior número de anos de estudo.

Gráfico 55 - Evolução do indicador RK/INV por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,11	0,2252
sociedades constituídas	1,73	P<0.0001
ano	2,50	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

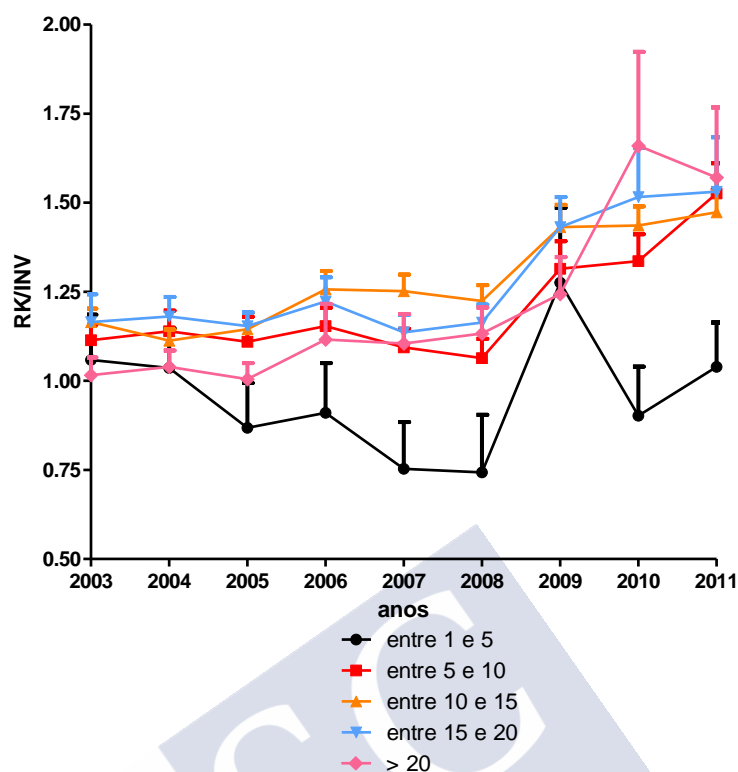
4.4.11 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.56 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador RK/INV, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações relevantes. Porém, verifica-se que o grupo relativo aos municípios entre 1% e 5% sociedades da indústria transformadora foi o que demonstrou mais flutuações tendo-se situado abaixo de 1 em alguns anos, como se pode verificar no gráfico 56.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades da indústria transformadora e do ano ($p < 0,0001$ para ambas as variáveis) relativamente ao indicador RK/INV, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Verificou-se que o grupo entre 1% e 5% obteve valores significativamente inferiores à entre 5% e 10% em 2011 ($p < 0,05$), ao grupo entre 10% e 15% nos anos de 2007, 2008 e 2010 ($p < 0,05$), ao entre 15% e 20% em 2010 ($p < 0,01$), e ao maior que 20% nos anos de 2010 ($p < 0,001$) e 2011 ($p < 0,05$). Quanto ao grupo maior que 20%, verifica-se que o mesmo apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 5% e 10% para o ano de 2010 ($p < 0,05$).

Assim, verifica-se que o grupo dos municípios com entre 1% e 5% sociedades da indústria transformadora foi o que genericamente arrecadou menos receitas de capital relativamente ao volume de investimento, enquanto que os restantes 4 grupos apresentaram valores semelhantes e uma evolução semelhante deste indicador ao longo do período estudado.

Gráfico 56 - Evolução do indicador RK/INV por sociedades da indústria transformadora



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,36	0,2886
sociedades industria transformadora	2,44	P<0.0001
Ano	3,37	P<0.0001

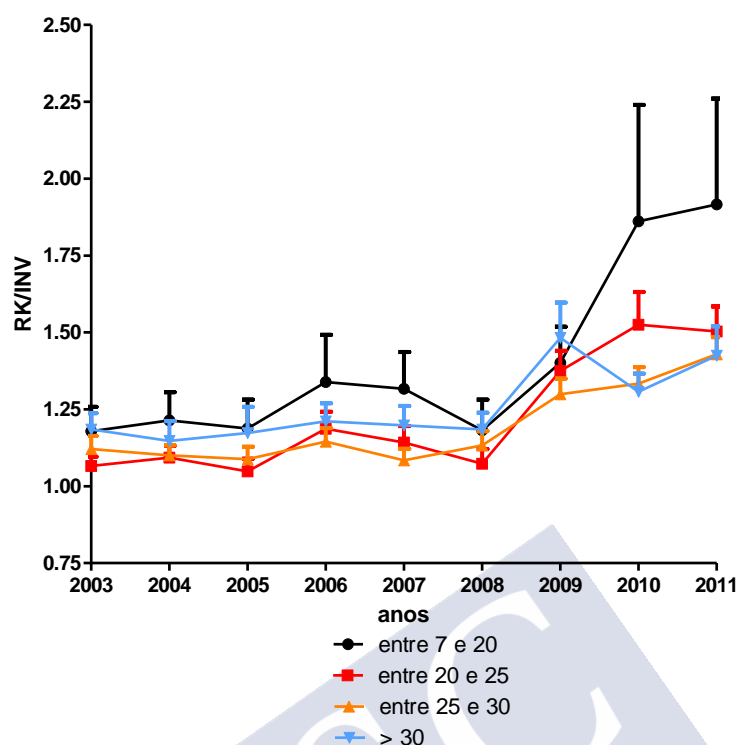
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.4.12 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Sociedades no Comércio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.57 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador RK/INV, que se demonstrou não significativo. No que concerne ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações relevantes, à exceção de um aumento acentuado do indicador no grupo entre 7% e 20% (gráfico 57).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades do comércio e do ano ($p < 0,0001$ para ambas as variáveis) no indicador RK/INV, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Do universo de comparações realizadas, apenas algumas se mostraram significativas. Efetivamente, o grupo entre 7% e 20% foi o único a apresentar um indicador RK/INV significativamente superior, quando comparado com os grupos entre 20% e 25% no ano de 2011 ($p < 0,05$), entre 25% e 30% nos anos de 2010 ($p < 0,001$) e 2011 ($p < 0,01$), e maior que 30% nos anos de 2010 ($p < 0,001$) e 2011 ($p < 0,01$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Gráfico 57 - Evolução do indicador RK/INV por sociedades no comércio



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,36	0,0505
sociedades do comércio	1,27	P<0.0001
ano	5,40	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Conferindo o gráfico 57, podemos verificar uma tendência para os municípios entre 7% e 20% sociedades do comércio, gerarem mais receitas de capital acima do volume de investimento.

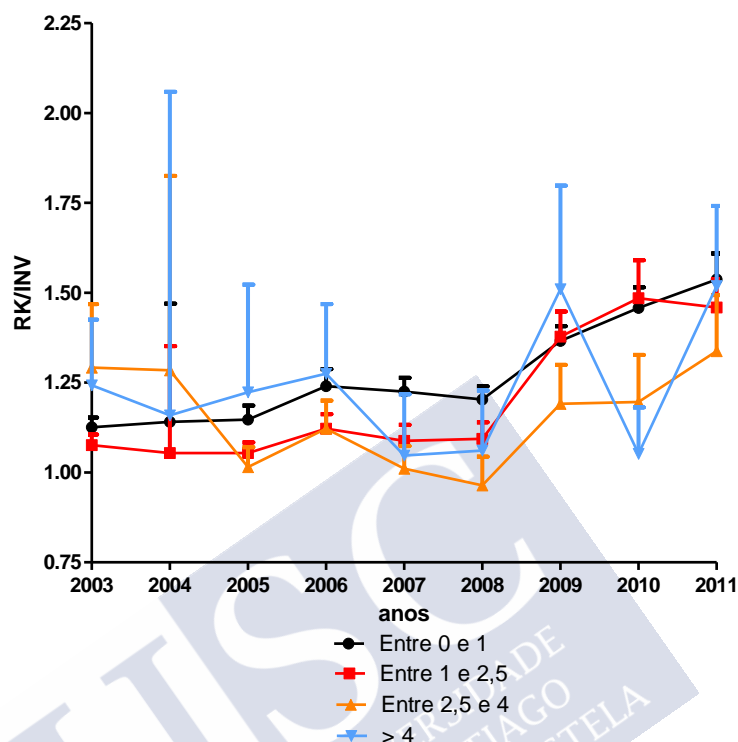
4.4.13 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério Número de Médicos

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.58 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador RK/INV, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações relevantes. Verifica-se que o grupo relativo aos municípios entre 2,5‰ e 4‰ médicos por habitante foi o que demonstrou valores geralmente mais baixos, abaixo de 1‰ em alguns anos (gráfico 58).

Foi elaborada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu concluir que as variáveis Médicos por habitante e ano ($p > 0,05$ para ambas) não produzem um efeito significativo sobre o indicador RK/INV. Por outro lado, não se verificou uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Observa-se uma grande flutuação dos grupos e uma grande variabilidade interna principalmente nos grupos entre 2,5‰ e 4‰ e maior que 4‰, evidente pelo grande erro padrão da média observado. Depois de analisado o universo de comparações

realizadas entre os diferentes grupos, verificou-se que todos se revelaram não significativos ($p>0,05$), pelo que todos os grupos se encontram em situação idêntica durante o período 2003-2011 analisado.

Gráfico 58 - Evolução do indicador RK/INV por número de médicos



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,24	0,9999
médicos por hab	0,05	0,7388
ano	0,44	0,2004

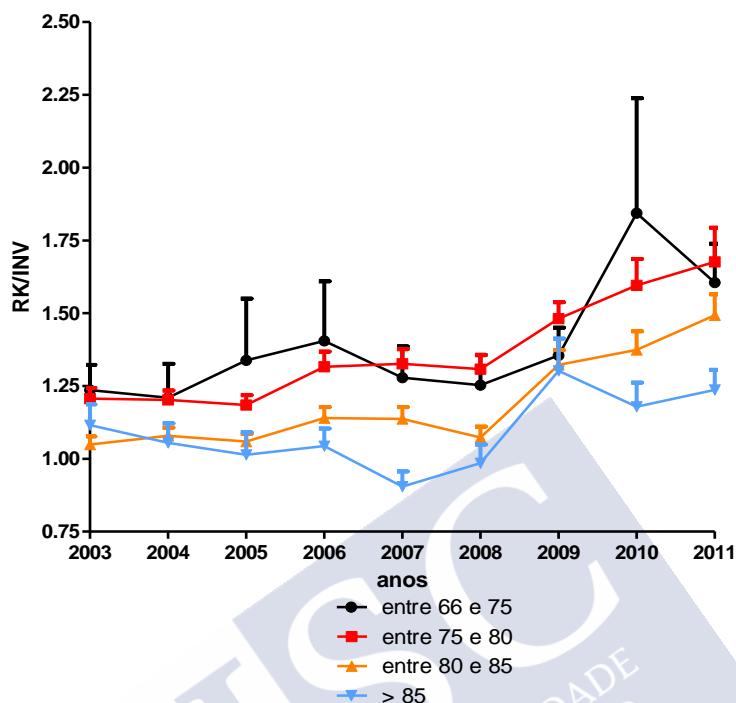
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.4.14 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério População Alfabetizada

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.59 no Anexo I), após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p<0,0001$), para o indicador RK/INV. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação dos grupos entre 75% e 80% vs. entre 80% e 85%; entre 75% e 80% vs. maior que 85% se mostraram significativos entre eles ($p<0,001$), excepcionando-se a comparação dos grupos entre 66% e 75% vs. entre 75% e 80%; entre 66% e 75% vs. entre 80% e 85%; entre 66% e 75% vs. maior que 85%; entre 80% e 85% vs. maior que 85%, que foram não significativos. Quanto ao restante período 2004-2011, verifica-se que o grupo relativo aos municípios com população que sabe

ler e escrever maior que 85%, demonstrou valores abaixo de 1 em alguns anos, como se pode verificar no gráfico 59.

Gráfico 59 - Evolução do indicador RK/INV por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,00	0,3176
população que sabe ler e escrever	2,92	P<0,0001
ano	3,99	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

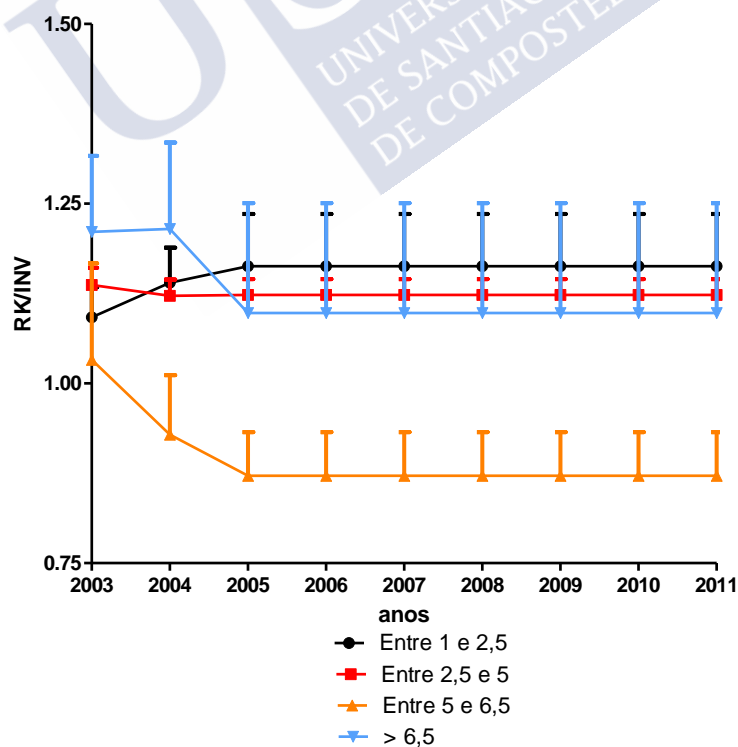
Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da População que sabe ler e escrever e do ano ($p < 0,0001$ para ambas as variáveis) no indicador RK/INV, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever entre 66% e 75% e entre 75% e 80%, são aqueles que ao longo do período analisado demonstraram arrecadar mais receitas de capital acima do volume de investimento. Importa referir, que do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, apenas alguns se mostraram significativos. O grupo entre 66% e 75% apenas possui um indicador RK/INV significativamente superior, no ano de 2010, quando comparado com os indicadores dos grupos entre 80% e 85% ($p < 0,01$) e maior que 85% ($p < 0,001$). Relativamente ao grupo entre 75% e 80%, este somente revela um rácio significativamente superior, relativamente aos rácios dos grupos entre 80% e 85% no ano de 2008 e maior que 85% nos anos de 2006 ($p < 0,05$), 2007 ($p < 0,001$), 2008 ($p < 0,01$), 2010 e 2011 ($p < 0,001$ para ambos). Por último, o grupo entre 80% e 85% apenas apresentou um indicador significativamente superior quando comparado com o do grupo maior que 85%, no ano de 2011 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações realizadas entre os grupos se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Olhando para o gráfico 59, podemos verificar uma tendência para os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever entre 66% e 75% e os entre 75% e 80%, gerarem mais receitas próprias acima do volume de investimento. Em contrapartida, o grupo dos municípios com proporção da população que sabe ler e escrever maior que 85% genericamente arrecadou menos receitas de capital relativamente ao volume de investimento face aos restantes.

4.4.15 Análise do Indicador Receita Capital/Total de Investimento segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.60 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou significativo ($p < 0,05$), para o indicador RK/INV. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação dos grupos entre 2,5% e 5% vs. entre 5% e 6,5% se mostrou significativa entre eles ($p < 0,05$), excepcionando-se a comparação dos grupos entre 1% e 2,5% vs. entre 2,5% e 5%; entre 1% e 2,5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5%; entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5%; entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5%. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, sendo apenas de salientar uma tendência para uma redução no valor deste indicador até 2005 para o grupo entre 5% e 6,5%, fixando-se depois deste ano em valores inferiores a 1, logo gera menos receitas de capital relativamente ao volume de investimento (gráfico 60).

Gráfico 60 - Evolução do indicador RK/INV por população com o ensino superior completo



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,30	0,9993
População ensino superior completo	3,24	P<0.0001
ano	0,12	0,9375

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi elaborada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu demonstrar um efeito significativo da População com ensino superior completo ($p<0,0001$) mas não do ano ($p>0,05$) relativamente ao indicador RK/INV. Por outro lado, não se verificou uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p>0,05$). Depois de analisado o universo de comparações realizadas, verificou-se que todas as comparações realizadas se revelaram não significativas ($p>0,05$), pelo que todos os grupos se encontram em situação idêntica durante o período 2003-2011 analisado. De salientar apenas que o grupo entre 5% e 6,5% tem uma tendência não significativa para arrecadar menos receitas de capital relativamente ao volume de investimento face aos restantes.

4.5 ANÁLISE DO INDICADOR INVESTIMENTO/RECEITA TOTAL (INV/RT)

Recorreu-se ao indicador Investimento/Receita Total (INV/RT), que demonstra quanto o investimento executado pelos municípios representa em relação à receita total liquidada, para responder à questão: Quais são os municípios que canalizam em proporção mais receita total para investimento?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

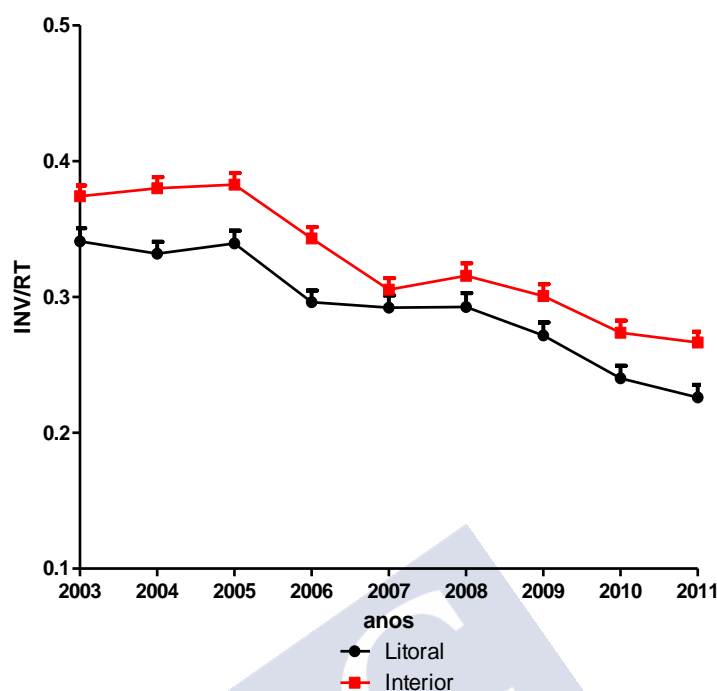
4.5.1 Análise do Indicador Investimento/Receita total segundo o Critério Litoral/Interior

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.61 no Anexo I), verificou-se que o indicador INV/RT obteve valores significativamente superiores nos municípios do interior (teste T, $p<0,01$), relativamente aos municípios do litoral. Olhando ao período 2004-2011, verifica-se, porém, uma redução gradual do investimento, tanto nos municípios do interior como nos do litoral ao longo do período (ver gráfico 61).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis litoral/interior e ano (ambas com $p<0,0001$) na explicação do indicador INV/RT, não se tendo verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis explicativas ($p>0,05$). Assim, os municípios do interior, tendo como base o indicador INV/RT, continuaram a ser aqueles que canalizaram mais receita para investimento durante o período em estudo ($p<0,01$ em 2004, 2005 e 2006; $p<0,05$ em 2011). Porém, nos anos de 2003 e 2007-10 as diferenças entre os rácios INV/RT do interior e do litoral não foram significativas ($p>0,05$).

Globalmente, podemos aferir que os municípios do interior, tendo como base o indicador INV/RT, canalizam geralmente mais receita para investimento do que os municípios do litoral.

Gráfico 61 - Evolução do indicador INV/RT nos municípios do litoral versus interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,23	0,5599
Litoral/Interior	2,32	P<0,0001
ano	12,72	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

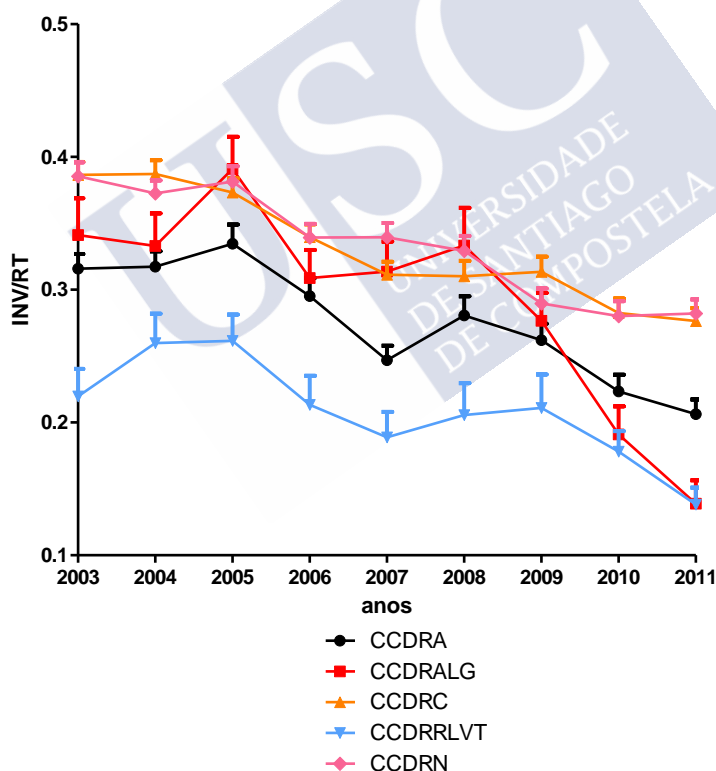
4.5.2 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério CCDR

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.62 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p<0,0001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificaram-se significativas as seguintes comparações entre grupos: CCDRRLVT vs. CCDRN, CCDRC vs. CCDRRLVT, CCDRA vs. CCDRN, CCDRA vs. CCDRC ($p<0,001$); CCDRA vs. CCDRRLVT, CCDRALG vs. CCDRRLVT ($p<0,01$). As comparações CCDRA vs. CCDRALG; CCDRALG vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRN; CCDRC vs. CCDRN não se mostraram significativas. Verifica-se que a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um valor de INV/RT significativamente inferior às restantes ($p<0,01$). Relativamente ao restante período 2004-2011, em termos gerais verifica-se uma quebra generalizada do investimento no período em análise, especialmente na Região do Algarve a partir de 2008 (gráfico 62).

Depois de realizada uma análise *Two-way ANOVA* verificou-se um efeito significativo das variáveis CCDRs e ano (ambas com $p<0,0001$) no indicador INV/RT, tendo-se verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p<0,01$). Os municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo como base o indicador INV/RT, continuaram a ser aqueles

que canalizam menos receita total para investimento durante todo o período em estudo. Ou seja, a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentou valores de INV/RT significativamente inferiores regiões do Centro e Norte em todo o período de análise ($p < 0,001$ para todas as comparações, exceto para 2009 que é $p < 0,05$ vs. CCDRN). A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentou ainda um indicador significativamente inferior ao da Região do Alentejo nos anos de 2003 ($p < 0,01$), 2006 e 2008 ($p < 0,05$) e ao da Região do Algarve nos anos 2003, 2005 e 2007-8 ($p < 0,01$) e 2006 ($p < 0,05$). Sublinha-se, no entanto, que a Região do Alentejo não apresenta um indicador INV/RT significativamente diferente do indicador da Região do Algarve, durante todo o período considerado ($p > 0,05$), razão pela qual se encontram numa situação idêntica. Por outro lado, a Região do Alentejo não apresenta um rácio significativamente inferior ao da Região do Centro nos anos de 2005-2006 e 2008 ($p > 0,05$), nem ao da Região Norte nos anos 2005-2006 e 2009 ($p > 0,05$). Destaca-se também a Região do Algarve que nos anos 2003-2009 não revela um indicador significativamente diferente das regiões do Centro e do Norte ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante. Por último refere-se que a Região do Centro e a Região do Norte também se encontram numa situação idêntica em razão da inexistência de diferenças significativas entre os seus indicadores, durante todo o período em estudo ($p > 0,05$).

Gráfico 62 - Evolução do indicador INV/RT por CCDR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,92	0,0025
CCDRs	9,70	P<0.0001
ano	9,12	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Analisando o gráfico 62, verifica-se por tendência que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo e Região do Alentejo, tendo como base o indicador INV/RT, são os

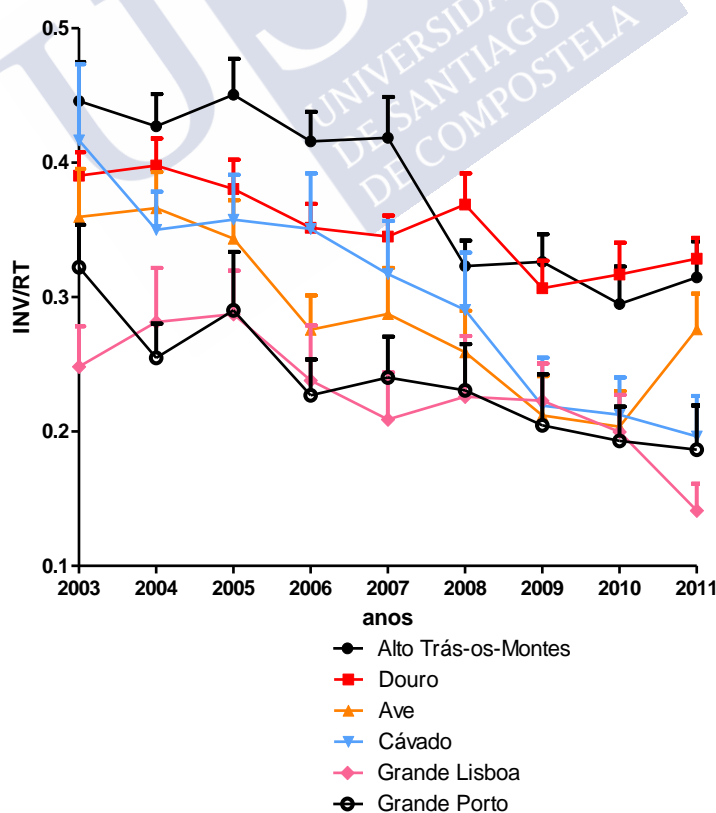
que canalizam menos receita total para investimento, seguidos da Região do Algarve e posteriormente da Região Centro e Região Norte.

4.5.3 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério NUTS III

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.63 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p < 0,001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: Alto Trás-os-Montes vs. Grande Lisboa ($p < 0,001$); Douro vs. Grande Lisboa ($p < 0,01$); Cávado vs. Grande Lisboa ($p < 0,05$). Pelo contrário, não se mostraram significativas as comparações: Alto Trás-os-Montes vs. Douro; Alto Trás-os-Montes vs. Ave; Alto Trás-os-Montes vs. Cávado; Alto Trás-os-Montes vs. Grande Porto; Douro vs. Ave; Douro vs. Cávado; Douro vs. Grande Porto; Ave vs. Cávado; Ave vs. Grande Lisboa; Ave vs. Grande Porto; Cávado vs. Grande Porto; Grande Lisboa vs. Grande Porto.

Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que em termos gerais todas as regiões apresentam uma tendência de diminuição do rácio, ou seja, todos demonstram uma tendência de canalizar menos receita total para investimento (gráfico 63). Pode também dar-se o caso de o investimento estar a ser efetuado, mas não pago, uma vez que nestes indicadores orçamentais só conseguimos aferir o que foi efetivamente pago. Porém os indicadores patrimoniais que vão ser apreciados mais à frente, podem ajudar a esclarecer estas questões.

Gráfico 63 - Evolução do indicador INV/RT por NUTS III



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	3,95	0,7081
Nuts	20,76	P<0.0001
Ano	14,67	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUTS e do ano ($p<0,0001$ para ambas) em relação ao indicador INV/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p>0,05$). Os municípios da Grande Lisboa e Grande Porto demonstraram valores semelhantes do indicador INV/RT durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$), sendo aqueles que canalizaram menos receita total para investimento na maior parte do período considerado face aos restantes grupos. Os municípios da Grande Lisboa obtiveram valores significativamente inferiores ao Douro em todos os anos exceto 2005 e 2009 e ao Alto Trás-os-Montes, exceto no subperíodo 2008-2010 ($p>0,05$). Por outro lado, o indicador da NUT Grande Lisboa não apresenta diferenças significativas face ao das NUTS do Ave em todo o subperíodo 2003-2010 ($p>0,05$), e Cávado no subperíodo 2004-2011 ($p>0,05$).

Os municípios do Grande Porto obtiveram valores significativamente inferiores ao Douro em todos os anos exceto em 2003, 2005 e 2009 ($p>0,05$) e ao Alto Trás-os-Montes, exceto nos anos de 2008 e 2010 ($p>0,05$). Importa salientar também que o grupo Grande Porto não apresenta um rácio INV/RT significativamente inferior ao dos grupos Ave e Cávado durante todo o período de análise 2003-2011 ($p>0,05$). No que concerne aos municípios do Ave, tendo em conta o rácio INV/RT, os mesmos encontram-se numa situação idêntica aos municípios do Cávado durante todo o período de análise ($p>0,05$), Douro nos anos de 2003-7 e 2009 ($p>0,05$) e Alto Trás-os-Montes nos anos 2003-5, 2008 e 2010-11 ($p>0,05$). Salienta-se ainda que os municípios do Cávado não apresentam um indicador significativamente diferente dos grupos Douro no subperíodo 2003-2010 ($p>0,05$) e Alto Trás-os-Montes durante todo o período analisado ($p>0,05$). Por último importa referir que os municípios do Douro e Alto Trás-os-Montes se encontram numa situação semelhante, durante todo o período considerado, em razão dos respetivos indicadores não apresentarem diferenças significativas ($p>0,05$).

Verifica-se assim, através da análise do gráfico 63, que os municípios pertencentes à Grande Lisboa e ao Grande Porto, seguido do Ave e Cávado, tendo como base o indicador INV/RT, serem os que geralmente canalizaram menos receita total para investimento.

4.5.4 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério População

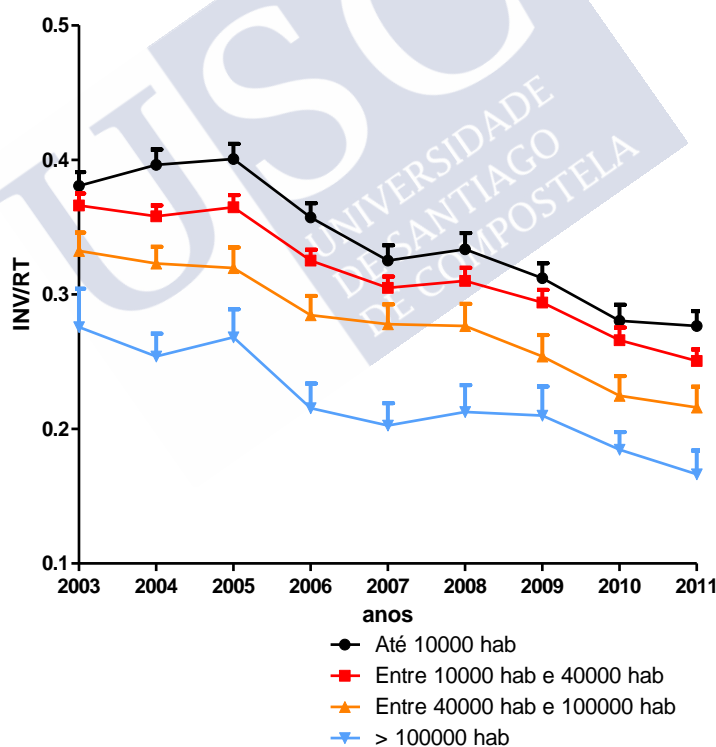
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.64 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p<0,0001$). Com recurso ao *teste de Bonferroni's*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: até 10.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab ($p<0,05$); até 10.000 hab vs. maior que 100.000 hab e entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. maior que 100.000 hab ($p<0,001$). Por outro lado, mostraram-se não significativas as comparações: até 10.000 hab vs. entre 10.000 hab e 40.000 hab; entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab; entre 40.000 hab e 100.000 hab vs. maior que 100.000

Verificaram-se os valores de INV/RT mais baixos na população maior que 100.000 habitantes, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais elevados. Quanto ao

restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas nas relações entre grupos. Verifica-se, no entanto, uma redução progressiva do indicador em todos os grupos (gráfico 64).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população e do ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador INV/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Desse modo, continuou a verificar-se, durante todo o período 2003-2011, que consoante aumenta o número de habitantes, os municípios canalizam menos receita total para investimento. Importa destacar que o grupo maior que 100.000 hab não apresenta um indicador INV/RT significativamente inferior ao grupo entre 40.000 e 100.000 hab nos anos 2003-2006 e 2008-2011 ($p > 0,05$). Sublinha-se também que os municípios com entre 40.000 hab e 100.000 hab não possuem um rácio significativamente inferior aos municípios com entre 10.000 hab e 40.000 hab, durante todo o período em análise ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica. O rácio daquele grupo também não apresenta diferenças significativas face ao rácio do grupo até 10.000 hab nos anos 2003 e 2007 ($p > 0,05$). Por último destaca-se que o grupo entre 10.000 hab e 40.000 hab se encontra numa situação semelhante ao grupo até 10.000 hab, durante todo o período 2003-2011, em razão de não existirem diferenças significativas entre os respetivos indicadores ($p > 0,05$).

Gráfico 64 - Evolução do indicador INV/RT por população



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,24	0,9995
população	11,00	$P < 0,0001$
ano	8,37	$P < 0,0001$

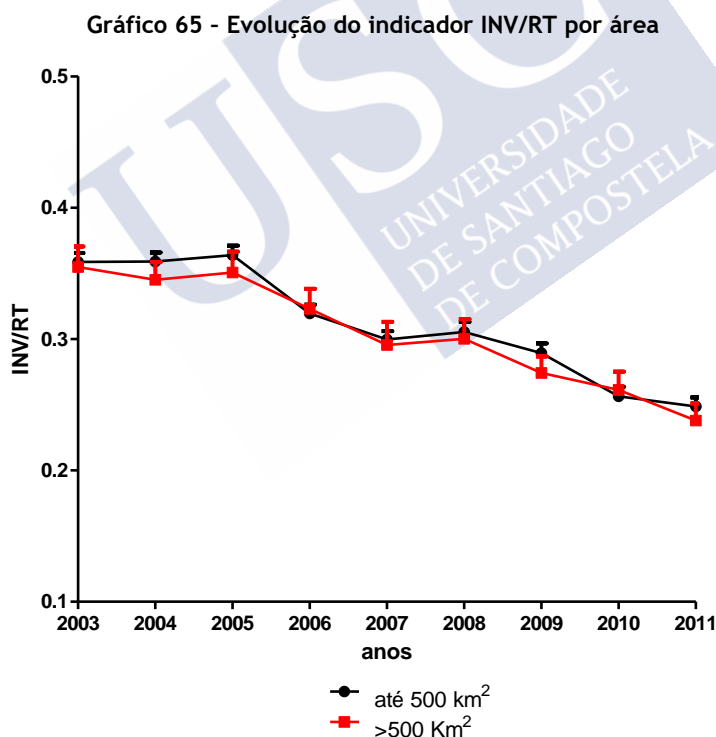
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Verifica-se assim que consoante aumenta o número de habitantes, os municípios canalizam menos receita total para investimento, tendo-se esta situação agravado em cada grupo ao longo do período de análise.

4.5.5 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Área

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.65 no Anexo I), efetuou-se teste T, ao indicador INV/RT, aos grupos até 500 km² e maior que 500 km² que verificou-se ser não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Mantém-se a mesma semelhança entre os grupos, porém ao longo do período, verifica-se uma diminuição do indicador em ambos os grupos (gráfico 65).

A realização de uma análise *Two-way ANOVA* permitiu verificar um efeito significativo do ano ($p < 0,0001$) mas não da área ($p > 0,05$) relativamente ao indicador INV/RT, nem foi constatada uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios com área maior que 500 km² continuaram a canalizar um nível semelhante de receita total para investimento ao dos municípios com área até 500 km², durante todo o período considerado. Com efeito, não foram verificadas diferenças significativas para os indicadores INV/RT de ambos os grupos, razão pela qual os mesmos se encontram numa situação semelhante durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$).



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,06	0,9902
área	0,05	0,2363
ano	7,98	P<0,0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Logo, os municípios com área até 500 km² e com área maior que 500 km², canalizam um nível semelhante de receita total para investimento.

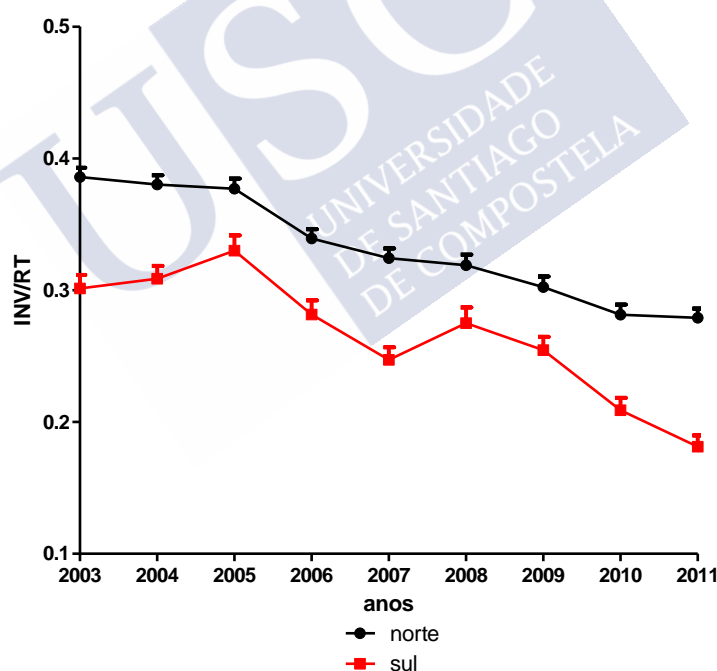
4.5.6 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.66 no Anexo I), o teste T realizado ao indicador INV/RT, para os grupos norte e sul, demonstrou que o norte apresenta um valor significativamente superior ao sul ($p < 0,0001$). Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 66).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar a existência de um efeito significativo das variáveis norte/sul e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador INV/RT, tendo-se verificado uma interação significativa entre as referidas variáveis explicativas ($p < 0,05$). Os municípios do Norte continuaram a canalizar mais receita total para investimento do que os municípios do Sul, durante todo o período 2003-2011, considerando os valores significativamente superiores de INV/RT em todos os anos analisados ($p < 0,01$ em 2005, 2008, 2009 e $p < 0,001$ nos restantes anos).

Observando o gráfico 66, podemos aferir efetivamente que os municípios do Norte, tendo como base o indicador INV/RT, canalizam mais receita total para investimento do que os municípios do sul.

Gráfico 66 - Evolução do indicador INV/RT nos municípios do norte vs. sul



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,54	0,0317
Norte/Sul	7,73	$P < 0,0001$
ano	11,93	$P < 0,0001$

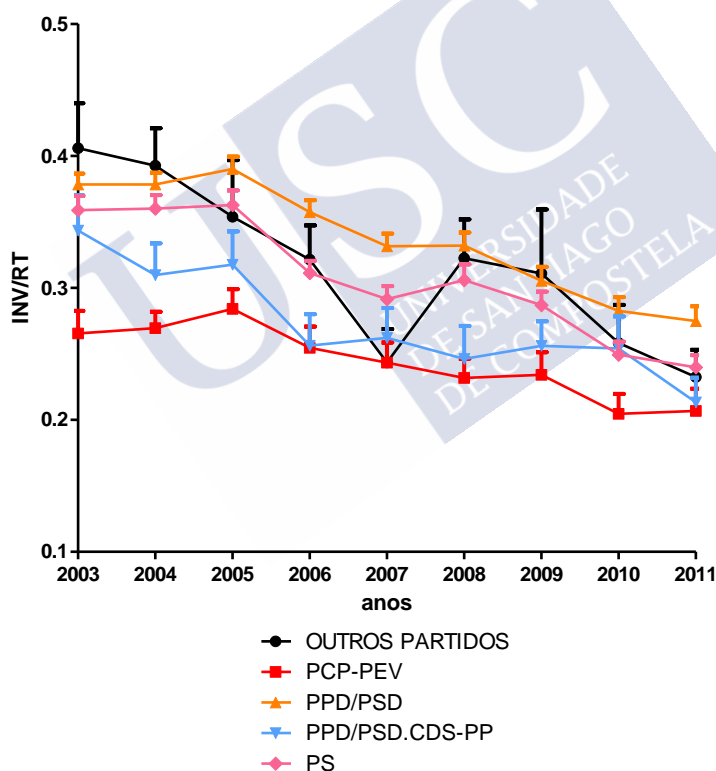
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.5.7 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Partido Político

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.67 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p < 0,0001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: Outros partidos vs. PCP-PEV ($p < 0,01$); PCP-PEV vs. PPD/PSD; PCP-PEV vs. PS ($p < 0,001$). Não se mostraram significativas as comparações: outros partidos vs. PPD/PSD; outros partidos vs. PPD/PSD - CDS-PP; outros partidos vs. PS; PCP-PEV vs. PPD/PSD - CDS-PP; PPD/PSD vs. PPD/PSD - CDS-PP; PPD/PSD vs. PS; PPD/PSD - CDS-PP vs. PS.

Verifica-se assim que em 2003 os municípios pertencentes à coligação PCP-PEV são os que canalizam menos receita total para investimento pois apresentam um valor de INV/RT inferior aos restantes, exceto aos PPD/PSD - CDS-PP. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas com exceção de uma quebra acentuada no ano 2007 para os Outros partidos (gráfico 67).

Gráfico 67 - Evolução do indicador INV/RT por partido político municipal



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,95	0,7585
Partido	3,87	P<0,0001
ano	5,58	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad pris*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Partido e ano ($p < 0,0001$ para ambas) no comportamento do indicador INV/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$).

Os municípios pertencentes à coligação PCP-PEV continuaram a ser aqueles que em regra canalizaram menos receita total para investimento no período 2003-2011 analisado, principalmente quando comparado com o grupo PPD/PSD ($p < 0,05$ em 2009 e 2011, $p < 0,01$ em 2010 e $p < 0,001$ nos restantes anos). Importa, no entanto, salientar que o grupo PCP-PEV não apresenta um indicador INV/RT significativamente inferior ao do grupo PPD/PSD - CDS-PP durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), PS nos anos 2006-2007 e 2009-2011 ($p > 0,05$) e Outros Partidos no subperíodo 2005-2011 ($p > 0,05$), motivo pelo qual se encontram numa situação semelhante nos anos indicados. No que respeita aos municípios pertencentes à coligação PPD/PSD - CDS-PP, o rácio dos mesmos não apresentou diferenças significativas face aos dos municípios governados pelo PS e pelos Outros partidos durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$). Ainda no que concerne ao grupo PPD/PSD - CDS-PP, importa sublinhar os anos de 2003-2004 e 2009-2011 nos quais o mesmo não apresenta um indicador significativamente inferior ao do grupo PPD/PSD ($p > 0,05$). De destacar igualmente o grupo PS que nos anos 2003-2005 e 2008-2011 não apresenta um rácio significativamente inferior ao do grupo PPD/PSD ($p > 0,05$), encontrando-se assim numa situação idêntica. Por outro lado, o rácio daquele grupo não apresenta diferenças significativas relativamente ao do grupo Outros partidos durante todo o período 2003-2011 considerado ($p > 0,05$). Por último salienta-se a inexistência de diferenças significativas entre os indicadores dos grupos outros partidos e PPD/PSD durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que ambos se encontram numa situação idêntica.

Examinando o gráfico 67, podemos assim verificar que os municípios pertencentes à coligação PCP-PEV por tendência, foram os que canalizaram menos receita total para investimento, seguidos dos municípios da coligação PPD/PSD - CDS-PP, e os restantes 3 grupos tiveram genericamente um comportamento semelhante, indicando que canalizaram mais receita total para investimento relativamente aos restantes, excetuando-se uma quebra verificada no ano 2007 para os Outros partidos.

4.5.8 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério PIB

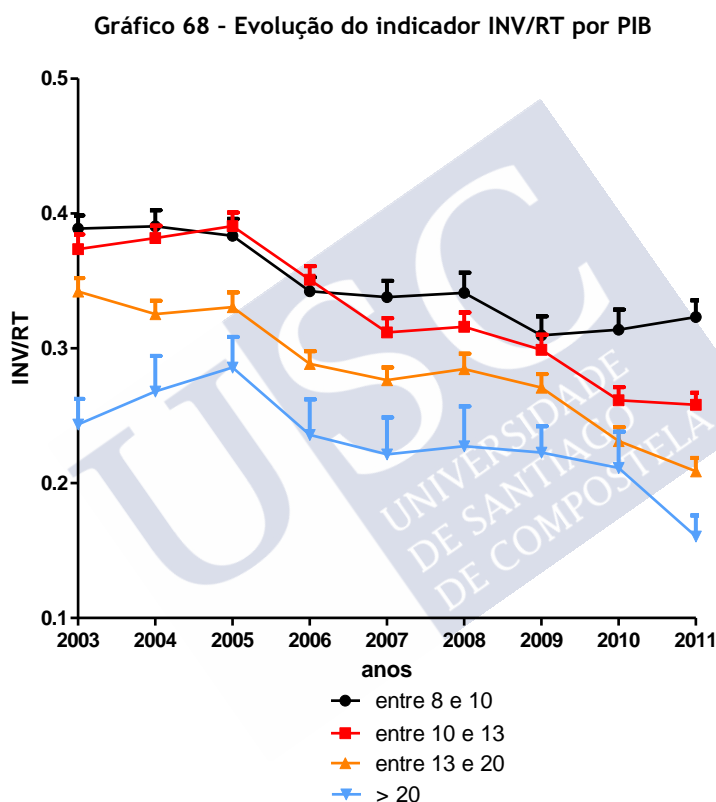
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.68 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p < 0,0001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que as comparações entre os seguintes grupos se mostraram significativas: entre 8m€ e 10m€ vs. entre 13m€ e 20m€ ($p < 0,05$); entre 13m€ e 20m€ vs. maior que 20m€ ($p < 0,01$); entre 8m€ e 10m€ vs. maior que 20m€; entre 10m€ e 13m€ vs. maior que 20€ ($p < 0,001$). Pelo contrário, não se mostraram significativas as comparações: entre 8m€ e 10m€ vs. entre 10m€ e 13m€; entre 10m€ e 13m€ vs. entre 13m€ e 20m€.

Verificaram-se os valores de INV/RT mais reduzidos nos municípios com PIB per capita maior que 20m€, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais elevados. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas entre grupos (gráfico 68).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do PIB e do ano ($p < 0,0001$ para ambas) relativamente ao indicador INV/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios com um maior PIB *per capita* continuaram a ser aqueles que canalizaram menos receita total para investimento durante todo o período 2003-2011 analisado. De sublinhar, no entanto, que o grupo maior que 20m€ não apresenta um indicador INV/RT

significativamente inferior ao dos grupos entre 13m€ e 20m€ no subperíodo 2004-2011 ($p>0,05$) e entre 10m€ e 13m€ no subperíodo 2009-2010 ($p>0,05$). Assim, os referidos grupos canalizam um nível semelhante de receita total para investimento nos anos indicados. Salienta-se também que o grupo entre 13m€ e 20m€ não apresenta um rácio significativamente inferior ao dos grupos entre 10m€ e 13m€ nos anos 2003 e 2007-2010, e entre 8m€ e 10m€ nos anos 2003 e 2009 ($p>0,05$). Por último sublinha-se que os grupos entre 10m€ e 13m€ e entre 8m€ e 10m€ se encontram numa situação idêntica no subperíodo 2003-2009 em razão não existem diferenças significativas entre os seus indicadores ($p>0,05$).

O gráfico 68 demonstra-nos que os municípios com maior PIB *per capita*, são aqueles que canalizam menos receita total para investimento, sendo que os municípios com PIB *per capita* abaixo de 13m€ tendem a canalizar mais receita total para investimento.



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,70	0,6770
PIB	8,80	P<0.0001
ano	5,88	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.5.9 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.69 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa

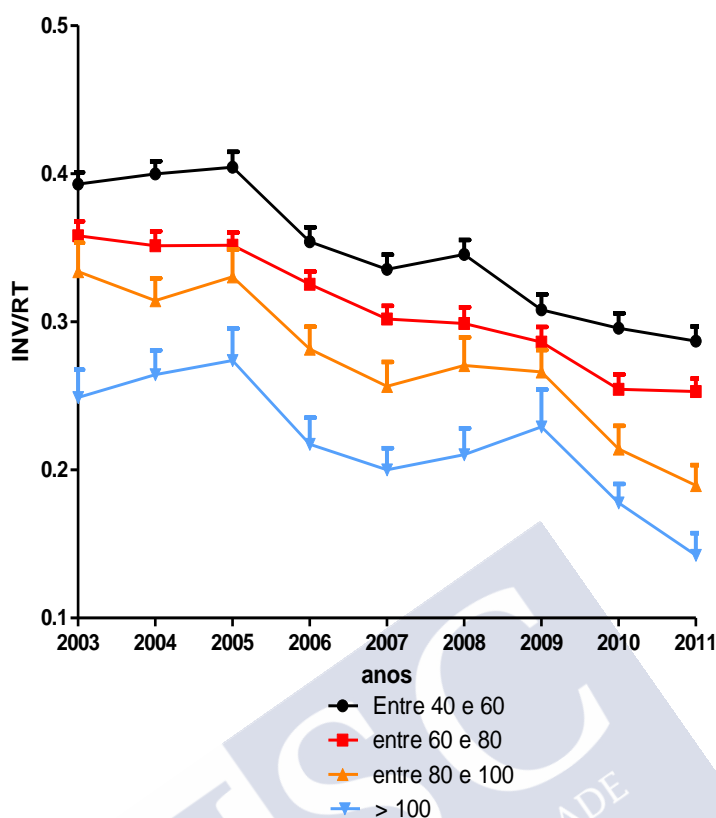
($p < 0,0001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que as comparações entre os seguintes grupos se mostraram significativas: entre 40% e 60% vs. entre 80% e 100%, entre 80% e 100% vs. maior que 100% ($p < 0,01$); entre 40% e 60% vs. maior que 100%, entre 60% e 80% vs. maior que 100% ($p < 0,0001$). Mostraram-se não significativas as comparações: entre 40% e 60% vs. entre 60% e 80%; entre 60% e 80% vs. entre 80% e 100%).

Verificaram-se os valores de INV/RT mais elevados nos municípios com poder de compra entre 40% e 60%, sendo que os restantes grupos tiveram valores deste indicador progressivamente mais reduzidos. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Embora se verifique uma tendência de redução em todas os grupos (gráfico 69).

Foi aplicada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis explicativas poder de compra e ano (ambas com $p < 0,0001$) sobre o rácio INV/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios com maior poder de compra continuaram a ser aqueles que canalizam menos receita total para investimento, durante todo o período 2003-2011. No entanto, importa salientar que o grupo maior que 100% não apresenta um indicador INV/RT significativamente inferior ao dos grupos entre 80% e 100% no subperíodo 2004-2011 ($p > 0,05$) e entre 60% e 80% no ano 2009 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica nos referidos anos. De referir adicionalmente que o grupo entre 80% e 100% não apresenta um indicador significativamente inferior ao dos grupos entre 60% e 80% no subperíodo 2003-2010 e entre 40% e 60% no ano 2009 ($p > 0,05$). Finalmente destaca-se que os municípios com poder de compra *per capita* entre 60% e 80% se encontram numa situação semelhante àqueles com poder de compra entre 40% e 60% nos anos 2003, 2006-2007, 2009 e 2011, em razão de não existirem diferenças significativas entre os respetivos indicadores ($p > 0,05$).

O gráfico 69 mostra que os municípios com maior poder de compra, são aqueles que canalizam menos receita total para investimento, seguidos dos entre 80% e 100%, dos entre 60% e 80% e dos entre 40% e 60%.

Gráfico 69 - Evolução do indicador INV/RT por poder de compra



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,47	0,9271
Poder de compra	12,47	P<0,0001
ano	9,20	P<0,0001

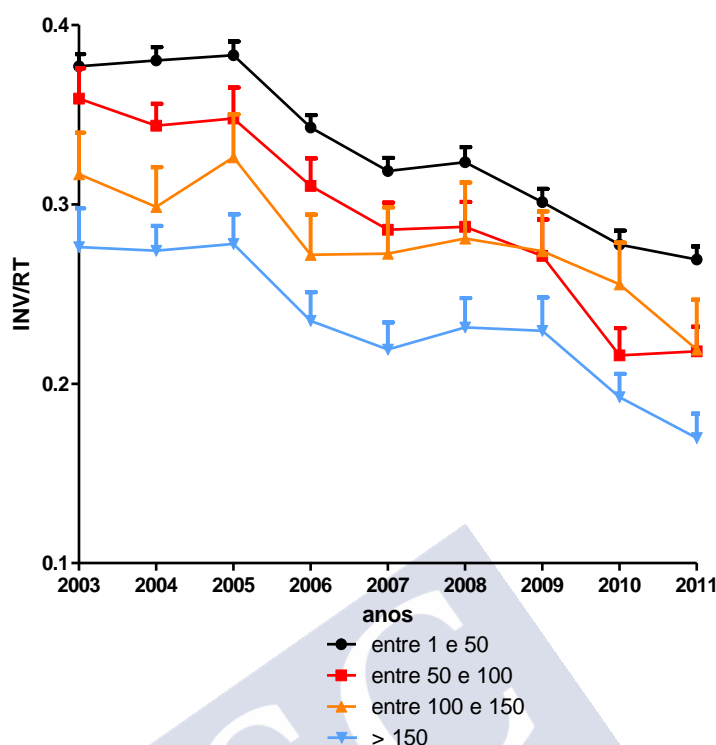
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.5.10 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o critério Sociedades Constituídas

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.70 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p < 0,0001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: entre 1 e 50 vs. maior que 150 ($p < 0,001$); entre 50 e 100 vs. maior que 150 ($p < 0,01$). Pelo contrário, não se detetaram diferenças significativas nas comparações entre os grupos: entre 1 e 50 vs. entre 50 e 100; entre 1 e 50 vs. entre 100 e 150; entre 50 e 100 vs. entre 100 e 150; entre 100 e 150 vs. maior que 150.

Verificaram-se os valores de INV/RT mais reduzidos nos municípios com n.º de sociedades constituídas maior que 150, sendo que as restantes tiveram valores mais elevados deste indicador. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas na relação entre grupos, e todos demonstraram um declínio progressivo semelhante no valor de INV/RT ao longo do período de análise (gráfico 70).

Gráfico 70 - Evolução do indicador INV/RT por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,47	0,9603
sociedades constituídas	5,42	P<0,0001
Ano	6,77	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas e do ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador INV/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Com efeito, os municípios com um número de sociedades constituídas maior que 150 continuaram a ser aqueles que canalizaram menos receita total para investimento, durante todo o período 2003-2011 analisado. Importa salientar que o referido grupo não apresentou um indicador INV/RT significativamente inferior ao dos grupos entre 100 e 150 durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$) e entre 50 e 100 no subperíodo 2007-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram em situações semelhantes nos referidos anos. No que concerne ao grupo entre 100 e 150 importa destacar que a mesma se encontra numa situação idêntica ao grupo entre 50 e 100 em razão não existirem diferenças significativas entre os respetivos indicadores durante todo o período analisado ($p > 0,05$). Adicionalmente, aquele grupo não apresenta um rácio significativamente inferior ao dos grupos entre 1 e 50 nos anos 2003, 2005 e 2007-2011 ($p > 0,05$). Por último sublinha-se que o grupo entre 50 e 100 não apresentou um indicador INV/RT significativamente inferior ao do grupo entre 1 e 50 no subperíodo 2003-2009 ($p > 0,05$), pelo que canalizam ambos níveis idênticos de receita total para investimento.

Olhando pormenorizadamente para o gráfico 70, podemos verificar que os municípios com mais sociedades constituídas, são aqueles que canalizam menos receita total para investimento, seguidos dos entre 100 e 150, dos entre 50 e 100 e dos entre 1 e 50. Observou-se ainda uma quebra generalizada neste comportamento em todos os grupos ao longo do período de análise.

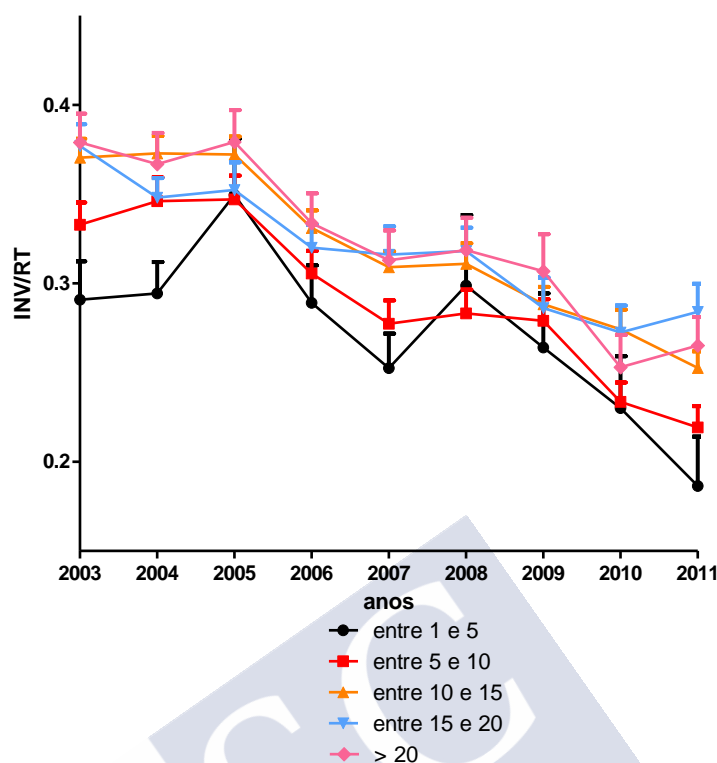
4.5.11 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.71 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que foi verificada para o caso, efetuou-se um teste paramétrico (*One-way ANOVA*), ao indicador INV/RT que se demonstrou significativo ($p < 0,01$). No entanto, o *Bonferroni's Multiple Comparison Test*, não detetou diferenças significativas entre grupos. Observa-se apenas uma tendência para os municípios com menor proporção de sociedades da indústria transformadora (abaixo de 10%) apresentarem valores de INV/RT inferiores. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se uma recuperação acentuada no valor do indicador INV/RT no grupo entre 1% e 5% nos anos de 2005 e 2008, o que vai em contracorrente com a tendência generalizada dos restantes grupos de uma evolução negativa deste indicador ao longo do período de análise (gráfico 71).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo do ano e das sociedades da indústria transformadora (ambas com $p < 0,0001$) no indicador INV/RT. Porém não se verificou uma interação significativa entre as referidas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Observa-se uma tendência para os municípios com menor proporção de sociedades da indústria transformadora, continuarem a ser aqueles que canalizaram menos receita total para investimento durante a maior parte do período analisado. No entanto, de todas as comparações realizadas entre os diferentes grupos apenas duas se revelaram significativas. Concretamente, no ano de 2011 o grupo entre 15% e 20% apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 5% e 10% ($p < 0,01$) e entre 1% e 5% ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações realizadas entre os diferentes grupos, revelaram-se não significativas ($p > 0,05$), pelo que as mesmas se encontram numa situação semelhante.

O gráfico 71 mostra uma tendência para os municípios com menor proporção de sociedades da indústria transformadora serem aqueles que canalizam menos receita total para investimento.

Gráfico 71 - Evolução do indicador INV/RT por sociedades da indústria transformadora



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,72	0,9564
sociedades industria transformadora	2,00	P<0.0001
ano	7,83	P<0.0001

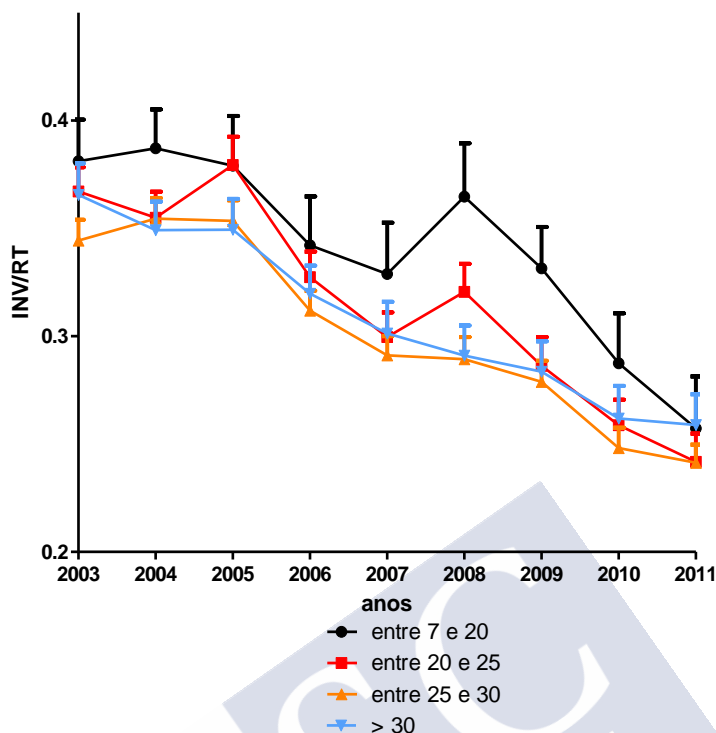
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.5.12 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.72 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que foi verificada para o caso, efetuou-se um teste paramétrico (*One-way ANOVA*), ao indicador INV/RT que se demonstrou não significativo.

No que concerne ao restante período 2004-2011 (gráfico 72), verifica-se que globalmente a tendência é de redução. Porém verifica-se um pequeno desvio em 2008, nos entre 7% e 20% e nos entre 20% e 25%, talvez justificado pelo Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, o qual teve como objetivo reduzir os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados pelas entidades públicas, nomeadamente pelos municípios em 2008 e em 2009. O desvio pode ainda estar relacionado com o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro (RCM), o qual visou nomeadamente, garantir o pagamento a credores privados das dívidas vencidas dos municípios, na sequência do objetivo de redução de prazos de pagamentos a fornecedores do Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro.

Gráfico 72 - Evolução do indicador INV/RT por sociedades no comércio



Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação		
Interação	0,46	0,9714
sociedades do comércio	1,22	P<0.0001
ano	9,48	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

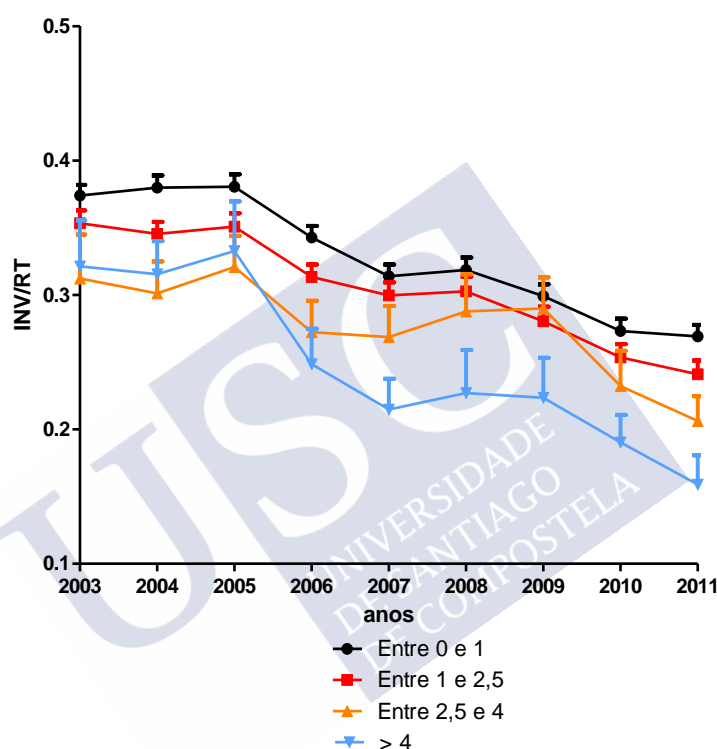
Realizada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo das variáveis sociedades do comércio e ano (ambas com $p < 0,0001$) na explicação do indicador INV/RT. Todavia não se verificou uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Assim, os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20%, continuaram a ser aqueles que canalizaram mais receita total para investimento durante a maior parte do período em análise, designadamente nos anos 2003-2004 e 2006-2010, tendo, no entanto, este grupo sido ultrapassado pelos grupos entre 20% e 25% em 2005 e maior que 30% em 2011. Contudo, de todas as comparações realizadas entre os diferentes grupos apenas duas se revelaram significativas. Efetivamente, no ano de 2008 o grupo entre 7% e 20% apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 25% e 30% ($p < 0,05$) e maior que 30% ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações realizadas entre os diferentes grupos, revelaram-se não significativas ($p > 0,05$), pelo que os mesmos se encontram numa situação semelhante.

Observando o gráfico 72, podemos verificar a tendência, embora não significativa, de os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20%, serem aqueles que canalizam mais receita total para investimento.

4.5.13 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.73 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que foi verificada para o caso, efetuou-se um teste paramétrico (*One-way ANOVA*), ao indicador INV/RT que se demonstrou significativo ($p < 0,05$). No entanto, com recurso ao *Bonferroni's Multiple Comparison Test*, não se verificaram diferenças significativas entre grupos. Relativamente ao restante período 2004-2011, verificou-se que todos os grupos apresentaram valores progressivamente decrescentes de INV/RT (gráfico 73).

Gráfico 73 - Evolução do indicador INV/RT por número de médicos



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,63	0,8239
médicos por hab	3,48	P<0.0001
ano	7,00	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo das variáveis médicos por habitante e ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador INV/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as mesmas ($p > 0,05$). Os municípios com médicos por habitante entre 0‰ e 1‰, são aqueles que canalizaram mais receita total para investimento, durante todo o período 2003-2011 analisado, e a partir de 2006, os municípios com maior que 4‰ médicos por habitante são os que canalizam menos receita total para investimento. No entanto, o grupo entre 0‰ e 1‰ não apresenta um indicador INV/RT significativamente superior ao dos grupos entre 1‰ e 2,5‰ durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), maior que 4‰ no subperíodo 2003-2005 ($p > 0,05$) e entre 2,5‰ e 4‰ nos anos 2003, 2005 e 2007-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante nos referidos anos. Importa também referir que, no que concerne ao grupo entre

1‰ e 2,5‰, o seu rácio não é significativamente superior ao do grupo maior que 4‰ nos anos 2003-2006 e 2009-2010 ($p>0,05$), nem apresenta diferenças significativas relativamente ao rácio do grupo entre 2,5‰ e 4‰ durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica nos anos em causa. Por último, sublinha-se que os grupos entre 2,5‰ e 4‰ e maior que 4‰ não revelaram diferenças significativas entre os respetivos indicadores durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$), pelo que canalizam níveis idênticos de receita total para investimento.

O gráfico 73 demonstra que os municípios com mais médicos por habitante são aqueles que canalizam menos receita total para investimento.

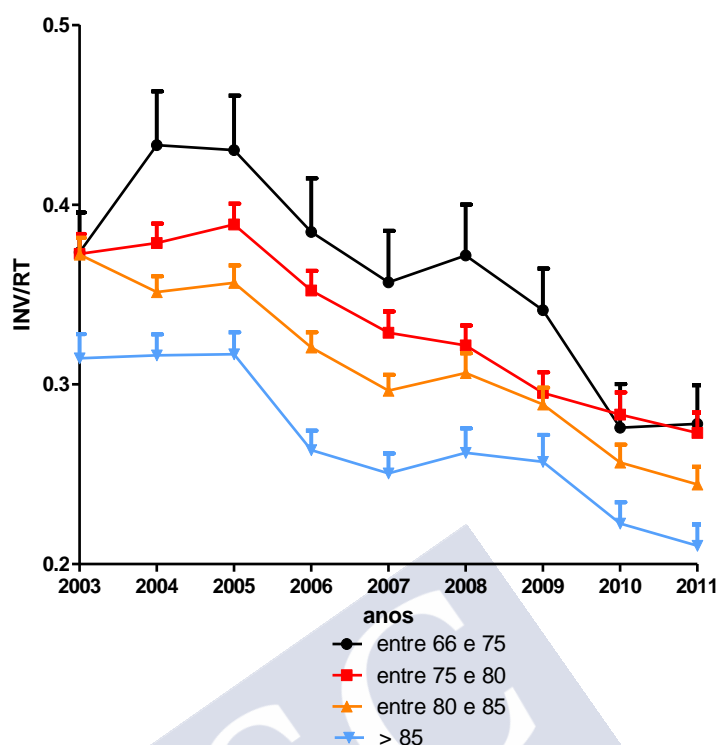
4.5.14 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.74 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p<0,001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que a comparação entre os seguintes grupos se mostrou significativo: entre 75% e 80% vs. maior que 85%, entre 80% e 85% vs. maior que 85% ($p<0,001$). Não se detetaram diferenças significativas nas comparações: entre 66% e 75% vs. entre 75% e 80%; entre 66% e 75% vs. entre 80% e 85%; entre 66% e 75% vs. maior que 85% e entre 75% e 80% vs. entre 80% e 85%. Verificou-se que os municípios com proporção de população maior que 85% foram aqueles que apresentaram um valor de INV/RT inferior. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se uma tendência de redução em todos os grupos (gráfico 74).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis população que sabe ler e escrever e ano (ambas com $p<0,0001$) relativamente ao indicador INV/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas ($p>0,05$). Os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever entre 66% e 75% passaram a destacar-se do grupo entre 75% e 80% no período de 2004 a 2009, apresentando um indicador INV/RT ligeiramente, ainda que não significativamente superior ao grupo entre 75% e 80% ($p>0,05$). O grupo entre 66% e 75% apresenta valores de INV/RT significativamente superiores ao entre 80% e 85% nos anos 2004 ($p<0,01$) e 2005 ($p<0,05$) e maior que 85 no período 2004 a 2009 ($p<0,001$, exceto em 2009 que foi $p<0,05$). Adicionalmente, o grupo entre 75% e 80% não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 80% e 85% durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$). Sublinha-se ainda o facto dos municípios com proporção de população entre 80% e 85% se encontrarem numa situação semelhante aos que têm uma proporção de população maior que 85%, em razão de não existirem diferenças significativas nas comparações realizadas entre os dois grupos nos anos 2004-2005 e 2009-2011 ($p>0,05$).

Examinando o gráfico 74, verifica-se assim que os municípios com proporção de população maior que 85%, são aqueles que canalizam menos receita total para investimento, seguidos dos entre 80% e 85% e dos entre 75% e 80%.

Gráfico 74 - Evolução do indicador INV/RT por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,72	0,6222
população que sabe ler e escrever	6,19	P<0.0001
Ano	9,60	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

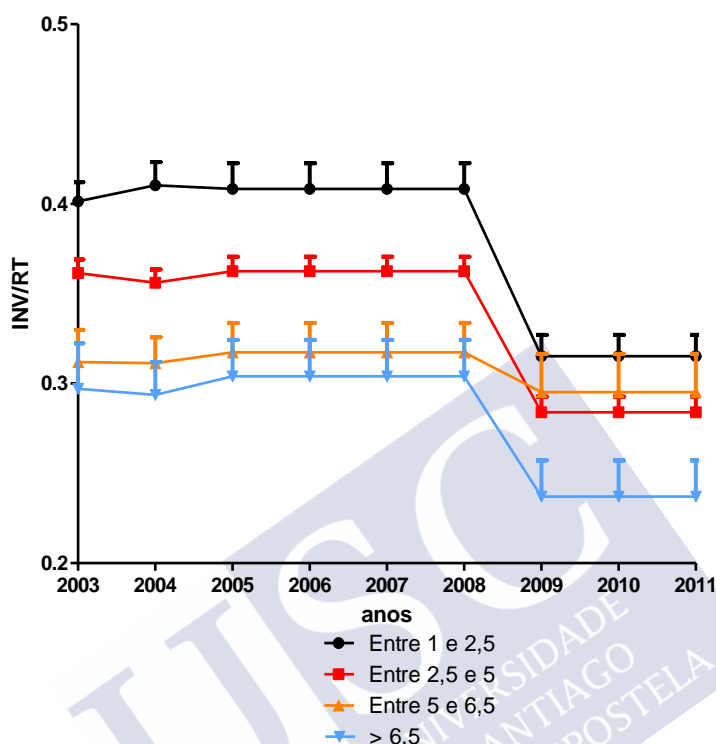
4.5.15 Análise do Indicador Investimento/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Para o ano de referência 2003 (ver, gráfico A.75 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p < 0,0001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: entre 1% e 2,5% vs. entre 2,5% e 5% ($p < 0,05$); entre 1% e 2,5% vs. entre 5% e 6,5%, entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5% ($p < 0,001$); entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5% ($p < 0,01$). Foram não significativas as comparações: entre 2,5% e 5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5%. Verificaram-se os valores de INV/RT mais elevados nos municípios com proporção de população com o ensino superior completo entre 1% e 2,5%, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzido.

Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se uma quebra abrupta no indicador em todos os grupos no ano de 2009, não tendo voltado a haver recuperação nos valores dos mesmos (gráfico 75). Esta quebra poderá talvez ser justificada com o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos em 2,9% e pela manutenção da despesa com o investimento em valores similares aos do período homólogo, ao passo que a receitas totais dos municípios, aumentaram. De realçar que neste período o prazo médio pagamentos dos

municípios a fornecedores, em especial a fornecedores de imobilizado (empresas de construção) atingiu níveis muitíssimo elevados. No final de dezembro de 2009 o prazo médio de pagamentos a fornecedores dos municípios portugueses, era de 108 dias, de acordo com os dados da Direção-Geral das Autarquias Locais.

Gráfico 75 - Evolução do indicador INV/RT por população com o ensino superior completo



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,87	0,4248
População ensino superior completo	6,83	P<0.0001
ano	4,83	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das variáveis população ensino superior completo e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador INV/RT, não se tendo, no entanto, constatado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 1% e 2,5%, continuaram a ser aqueles que canalizaram mais receita total para investimento em todo o período 2003-2011 analisado. De sublinhar que o grupo maior que 6,5% apresenta valores significativamente inferiores ao entre 1% e 2,5% ($p < 0,01$ em 2009-2011 e $p < 0,001$ em 2003-2008), ao entre 2,5% e 5% no subperíodo 2003-2008 ($p < 0,05$, exceto 2003 que é $p < 0,01$), mas não apresenta um indicador (INV/RT) significativamente inferior ao dos grupos entre 5% e 6,5% durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que estes se encontram numa situação semelhante nos anos em causa. Destaca-se, adicionalmente, o grupo entre 5% e 6,5% que não apresenta um indicador significativamente diferente do grupo entre 2,5% e 5% durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), mas apresenta valores significativamente inferiores aos do grupo entre 1% e 2,5% no período 2003-2008 ($p < 0,01$). Por último sublinha-se o facto dos municípios com proporção de população entre 2,5% e 5% revelarem um rácio significativamente inferior ao dos

municípios com uma proporção de população entre 1% e 2,5% em 2004 ($p < 0,01$) e de 2005 a 2008 ($p < 0,05$).

Olhando pormenorizadamente para o gráfico 75, podemos verificar efetivamente que os municípios com maior proporção da população residente com o ensino superior completo, são aqueles que canalizam menos receita total para investimento.

4.6 ANÁLISE DO INDICADOR TOTAL TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS/RECEITA TOTAL

Recorreu-se ao indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total (TS/RT), que pretende apurar o peso que representam as transferências correntes, os subsídios e as transferências de capital concedidas pelos municípios, na receita total arrecadada, para responder à questão: Quais são os municípios que em proporção são mais permissivos à subsidiodependência?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

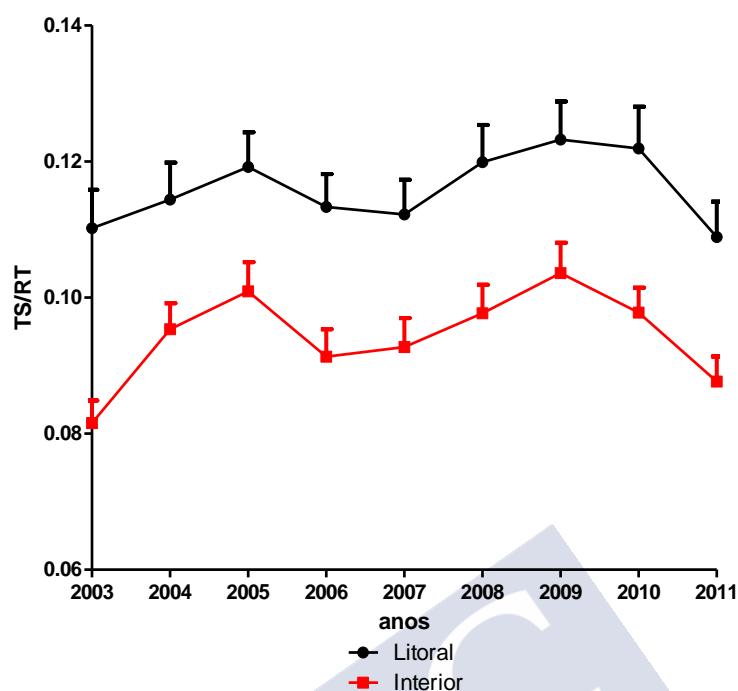
4.6.1 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.76 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador TS/RT para os grupos litoral e interior e verificou-se ser significativo ($p < 0,001$), mostrando-se o indicador superior para os municípios do litoral do que para os do interior. Olhando ao período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Verificam-se, porém, dois pequenos desvios, um em 2005 e outro em 2009 (gráfico 76).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Litoral/Interior ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,01$) sobre o indicador TS/RT. No entanto não foi verificada uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Assim, os municípios do litoral, tendo como base o indicador TS/RT, continuaram a conceder mais subsídios e apoios, do que os municípios do interior durante todo o período 2003-2011. Importa destacar o ano 2005, em que o Litoral não apresentou um indicador significativamente superior ao do Interior ($p > 0,05$), razão pela qual se encontram numa situação semelhante.

Globalmente, podemos verificar que os municípios do litoral, tendo como base o indicador TS/RT, concedem mais subsídios e apoios, do que os municípios do interior.

Gráfico 76 - Evolução do indicador TS/RT nos municípios do litoral versus interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,07	0,9851
Litoral/Interior	3,63	P<0,0001
ano	0,95	0,0017

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.6.2 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério CCDR

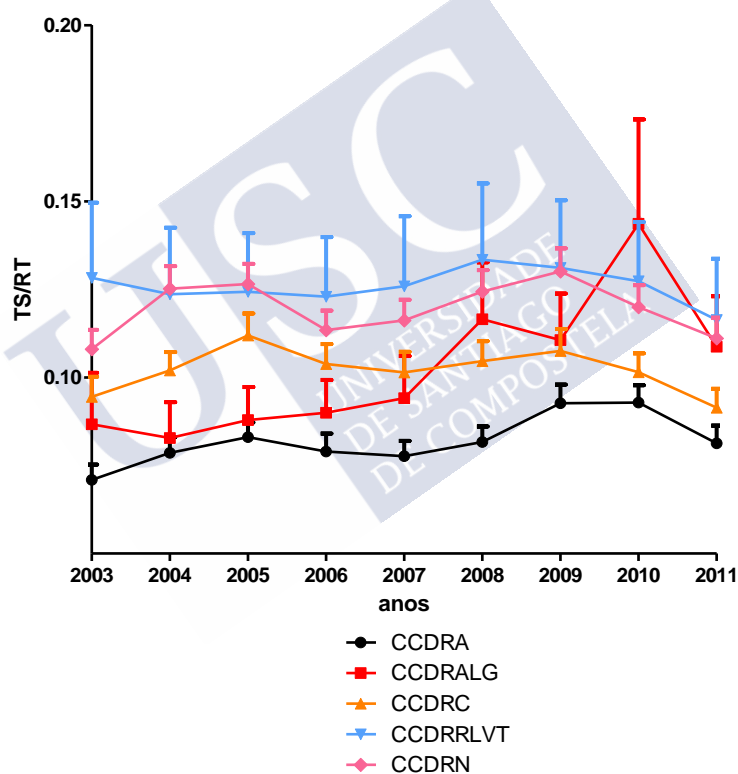
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.77 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as CCDR, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador TS/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se revelaram significativas: CCDRA vs. CCDRRLVT ($p < 0,05$); CCDRA vs. CCDRN ($p < 0,001$). Não foram verificadas diferenças entre os grupos: CCDRA vs. CCDRALG; CCDRA vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRRLVT; CCDRALG vs. CCDRN; CCDRC vs. CCDRRLVT; CCDRC vs. CCDRN; CCDRRLVT vs. CCDRN.

Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Da análise do gráfico 77 podemos ver que a Região do Algarve aparece como sendo a que tem mais flutuações durante todo o período, destacando-se com um pequeno desvio em 2010, e demonstrando uma grande variabilidade interna, evidente pelo grande erro padrão da média observado neste grupo.

A análise *Two-way ANOVA* que foi efetuada permitiu constatar um efeito significativo das variáveis CCDRs ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,05$) no indicador TS/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Os municípios pertencentes à Região do Alentejo, foram aqueles que concederam significativamente menos subsídios e

apoios, durante todo o período em análise, designadamente em comparação com a Região do Norte ($p < 0,05$ em todo o período) e Lisboa e Vale do Tejo ($p < 0,05$ entre 2003 e 2008). O valor de TS/RT foi ainda significativamente inferior ao da Região Centro em 2005 ($p < 0,05$), e ao da Região do Algarve em 2010 ($p < 0,01$). Os municípios pertencentes da Região de Lisboa e Vale do Tejo não apresentam um indicador significativamente diferente do relativo aos municípios pertencentes às regiões Norte, Centro e Algarve durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica. Importa também destacar que o indicador da Região Norte não apresenta diferenças significativas relativamente ao indicador da Região do Algarve nos anos 2003 e 2005-2011 ($p > 0,05$), nem é significativamente superior ao rácio da Região Centro nos anos 2003, 2005-2008 e 2010-2011 ($p > 0,05$). Sublinha-se também que o rácio da Região Centro não apresenta diferenças significativas face ao da Região do Algarve nos anos 2003-2009 e 2011 ($p > 0,05$), nem é significativamente superior ao rácio da Região do Alentejo nos anos 2003-2004 e 2006-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica nos referidos anos.

Gráfico 77 - Evolução do indicador TS/RT por CCDR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,08	0,6593
CCDRs	4,31	P<0.0001
ano	0,72	0,0161

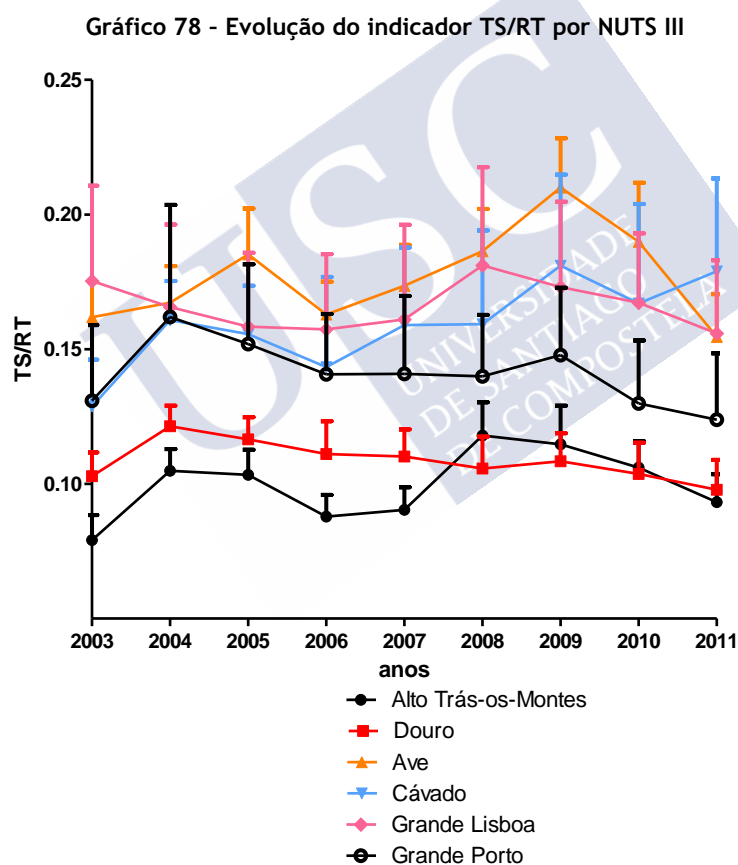
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Da análise do gráfico 77, podemos aferir que os municípios pertencentes à Região do Alentejo, tendo como base o indicador TS/RT, são por tendência os que concedem menos subsídios e apoios, seguidos do Algarve e Centro.

4.6.3 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério NUTS III

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.78 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador INV/RT, que se mostrou significativa ($p < 0,01$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: Alto Trás-os-Montes vs. Ave ($p < 0,05$); Alto Trás-os-Montes vs. Grande Lisboa ($p < 0,001$). Por outro lado, não se mostraram significativas as comparações: Alto Trás-os-Montes vs. Douro; Alto Trás-os-Montes vs. Cávado; Alto Trás-os-Montes vs. Grande Porto; Douro vs. Ave; Douro vs. Cávado; Douro vs. Grande Lisboa; Douro vs. Grande Porto; Ave vs. Cávado; Ave vs. Grande Lisboa; Ave vs. Grande Porto; Cávado vs. Grande Lisboa; Cávado vs. Grande Porto; Grande Lisboa vs. Grande Porto.

Relativamente ao restante período 2004-2009, observa-se alguma flutuação nos grupos, embora não haja alterações significativas na sua posição relativa (gráfico 78). Observa-se ainda uma grande variabilidade interna nos grupos, evidente pelo grande erro padrão da média observado, principalmente no Ave, Cávado, Grande Lisboa e Grande Porto.



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,78	1,0000
Nuts	17,00	P<0,0001
Ano	1,26	0,3986

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUTS ($p < 0,0001$) mas não do ano ($p > 0,05$) em relação ao indicador TS/RT, não se tendo,

porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Salienta-se apenas que os municípios pertencentes à Grande Lisboa foram ultrapassados nos anos de 2004-2010 pelos municípios do Ave e no ano de 2011 pelos municípios do Cávado que, tendo como base o indicador TS/RT, foram os que concederam mais subsídios e apoios nos anos referidos. Importa referir que os três grupos, junto com o Grande Porto, se encontram numa situação semelhante dada a inexistência de diferenças significativas entre os respetivos indicadores, durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$). Por outro lado, verifica-se que os municípios do Douro e Alto Trás-os-Montes apresentaram valores de indicador TS/RT geralmente inferiores aos restantes grupos, logo foram os que concederam geralmente menos subsídios e apoios. Nomeadamente, no Douro apresentou valores significativamente inferiores ao Ave nos anos 2008 ($p < 0,05$) 2009 ($p < 0,001$) e 2010 ($p < 0,01$), Cávado em 2011 ($p < 0,05$) e Grande Lisboa em 2003 e 2008 ($p < 0,05$). O grupo do Alto Trás-os-Montes apresentou valores significativamente inferiores ao Ave nos anos 2003, 2005, 2007, 2009 e 2010 ($p < 0,05$ todos exceto 2009 que foi $p < 0,01$), Cávado em 2011 ($p < 0,05$) e Grande Lisboa em 2003 ($p < 0,01$).

Importa também destacar que o indicador do Grande Porto não é significativamente superior ao do Douro nem ao do Alto Trás-os-Montes durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$). Finalmente salienta-se que o Douro e o Alto Trás-os-Montes se encontram numa situação semelhante em resultado da inexistência de diferenças significativas entre os seus respetivos indicadores durante os anos 2003-2011 ($p > 0,05$).

Assim, os municípios pertencentes à Grande Lisboa, Grande Porto, Ave e Cávado, foram os que concederam mais subsídios e apoios. Importa salientar que o Alto Trás-os-Montes e o Douro mantiveram valores sempre baixos deste indicador durante todo o período de análise, demonstrando que não favorecem tanto a subsidiodepência.

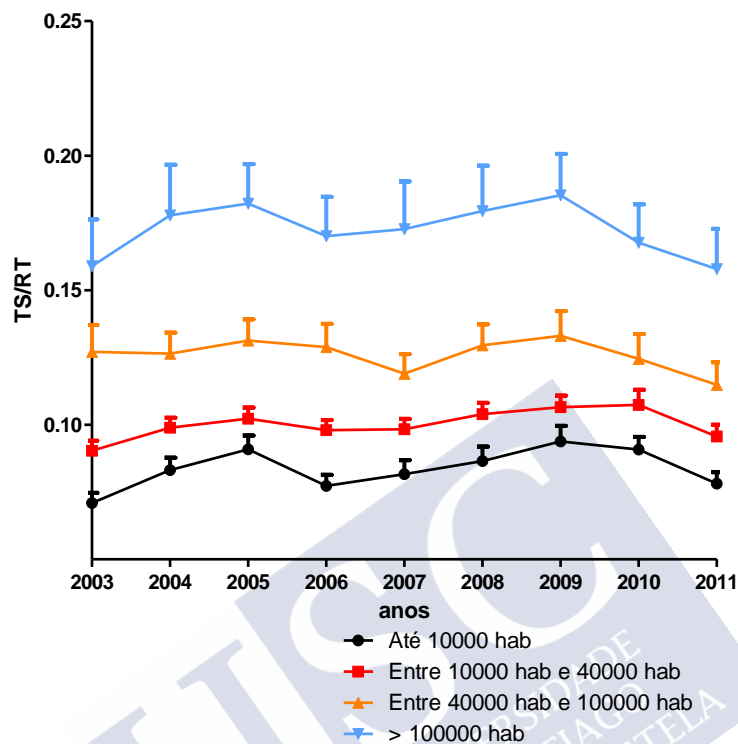
4.6.4 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério População

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.79 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a população, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador TS/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: até 10.000 hab vs. entre 10.000 hab e 40.000 hab, entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab ($p < 0,01$); até 10.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab, até 10.000 hab vs. maior que 100.000 hab, entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. maior que 100.000 hab ($p < 0,001$). Excecionaram-se as comparações entre os grupos entre 40.000 hab e 100.000 hab vs. maior que 100.000. Verificaram-se os valores de TS/RT mais elevados nos municípios com população maior que 100.000 hab, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 79).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,01$) relativamente ao indicador TS/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Desse modo, os municípios com número de habitantes maior que 100.000, tendo como base o indicador TS/RT, continuaram a ser aqueles que concederam mais subsídios e apoios durante todo o período 2003-2011 analisado, embora no ano de 2003 não apresente um indicador significativamente superior ao do grupo entre 40.000 e 100.000 hab ($p > 0,05$). Importa ainda referir os anos 2007 e 2010-2011 em que o grupo entre 40.000 e 100.000 hab não apresenta um rácio significativamente superior ao do grupo entre 10.000 e 40.000 hab ($p > 0,05$). Por

último destacam-se os anos de 2003-2005 e 2007-2011 em que o grupo entre 10.000 e 40.000 hab não revela um indicador significativamente superior ao do grupo até 10.000 hab ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação similar.

Gráfico 79 - Evolução do indicador TS/RT por população



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,27	0,9981
População	22,74	$P<0,0001$
Ano	0,70	0,0041

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Tendo em consideração o gráfico 79, podemos verificar que os municípios com número de habitantes maior que 100.000, tendo como base o indicador TS/RT, são os que concedem mais subsídios e apoios, seguidos dos Entre 40.000 hab e 100.000 hab, dos Entre 10.000 hab e 40.000 hab e dos Até 10.000 hab.

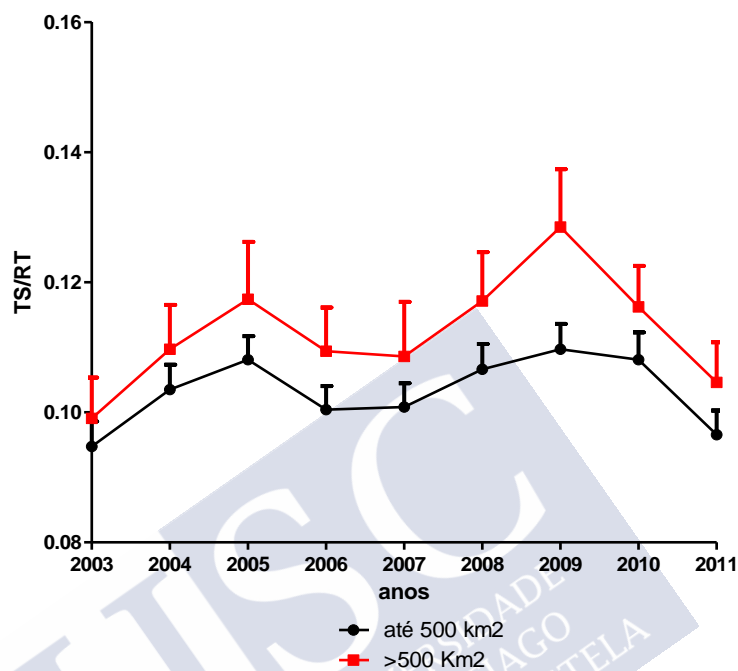
4.6.5 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Área

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.80 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* aos grupos até 500 km² e maior que 500 km² tendo como base o indicador TS/RT e verificou-se serem não significativo.

Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, verificando-se que ambas os grupos seguem um padrão idêntico ao longo dos anos de análise, apresentando dois pequenos desvios, em 2005 e 2009. Nestes dois anos 2005

e 2009, foi verificado um aumento considerável das despesas na sua globalidade, com especial relevância para as transferências correntes, de capital e subsídios, comparativamente aos restantes períodos em análise (gráfico 80). Este considerável aumento da despesa, com reflexo direto no indicador, pode ser justificado pela ocorrência de eleições autárquicas em outubro, desses mesmos anos, o que por norma tende a originar estes efeitos nos municípios.

Gráfico 80 - Evolução do indicador TS/RT por área



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,00	1,0000
área	0,01	0,7137
ano	0,01	1,0000

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

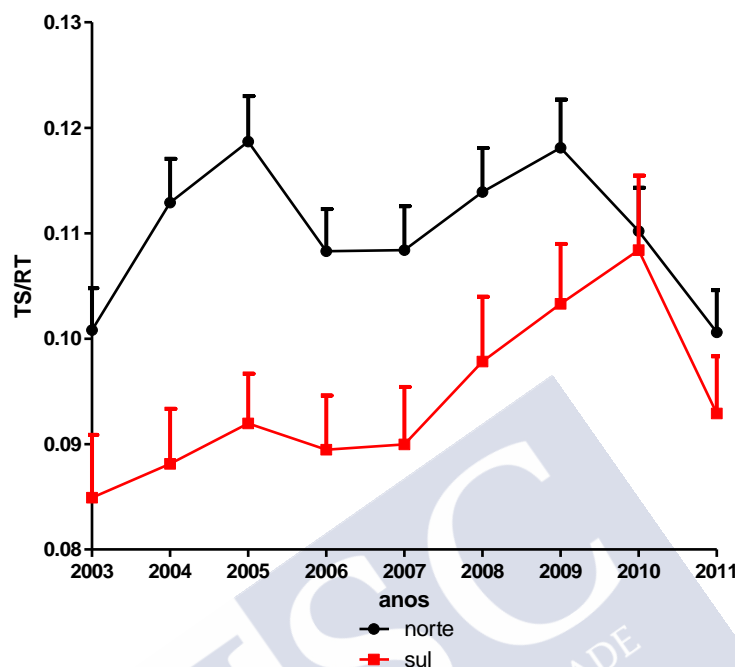
Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da Área ($p < 0,01$) e do ano ($p < 0,05$) relativamente ao indicador TS/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com área maior que 500 km², tendo como base o indicador TS/RT, demonstraram, no entanto, uma tendência não significativa para concederem mais subsídios e apoios durante todo o período 2003-2011 considerado, pois apresentaram valores de TS/RT ligeiramente superiores ($p > 0,05$).

4.6.6 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul

Após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* para indicador TS/RT, aos grupos Norte e Sul no ano 2003 (ver gráfico A.81 no Anexo I) e verificou-se ser significativo ($p < 0,01$), mostrando-se o indicador do norte superior ao sul. Relativamente ao restante período 2004-2011, observa-se que enquanto o grupo norte apresenta 2 pequenos desvios, um em 2005 e outro em 2009, por seu lado o grupo sul vai

apresentando valores de (TS/RT) progressivamente crescentes até 2010, caindo abruptamente em 2011 (gráfico 81). Tal como já referido, verifica-se também nesta tipologia os efeitos derivados dos períodos eleitorais de 2005 e 2009.

Gráfico 81 - Evolução do indicador TS/RT nos municípios do norte versus sul



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,37	0,3124
Norte/Sul	1,79	P<0,0001
ano	0,87	0,0044

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar a existência de um efeito significativo das variáveis norte/sul ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,01$) no indicador TS/RT. Todavia não se verificou uma interação significativa entre as referidas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Desse modo, os municípios do Norte, tendo como base o indicador TS/RT, continuaram a conceder mais subsídios e apoios do que os municípios do Sul, exceto nos anos 2003 e 2006-2011 em que os municípios do Norte não apresentam um indicador significativamente superior ao dos municípios do Sul ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante.

Examinando o gráfico 81, podemos verificar que os municípios da zona norte, tendo como base o indicador TS/RT, concedem em geral mais subsídios e apoios, do que os municípios do sul.

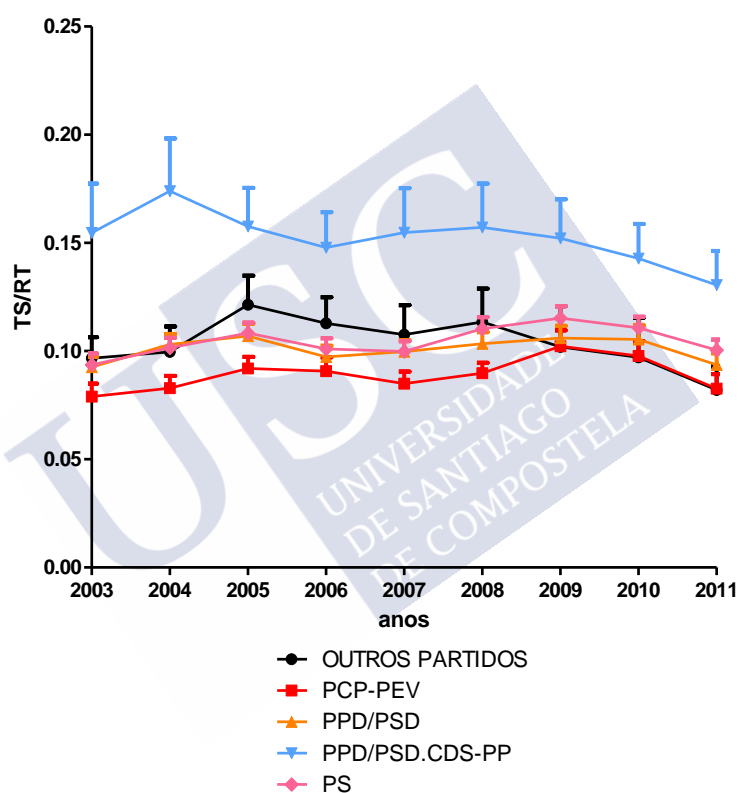
4.6.7 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Partido Político

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.82 no Anexo I), após a análise da normalidade, para o Partido político do Executivo Municipal, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador TS/RT, que se revelou significativo ($p < 0,01$). Com recurso ao

Dunn's Multiple Comparison *Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: PCP-PEV vs. PPD/PSD - CDS-PP, PPD/PSD vs. PPD/PSD - CDS-PP ($p < 0,01$); PPD/PSD - CDS-PP vs. PS ($p < 0,05$). As comparações dos grupos Outros partidos vs. PCP-PEV; Outros partidos vs. PPD/PSD; Outros partidos vs. PPD/PSD - CDS-PP; Outros partidos vs. PS; PCP-PEV vs. PPD/PSD; PCP-PEV vs. PS; PPD/PSD vs. PS, não se revelaram significativas.

Verificaram-se os valores do indicador TS/RT mais elevado no PPD/PSD - CDS-PP, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Os Municípios liderados pelo PPD/PSD - CDS-PP mantiveram-se durante todo o período como os mais permissivos à subsidiodependência (gráfico 82).

Gráfico 82 - Evolução do indicador TS/RT por partido político municipal



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,50	0,9987
Partido	6,06	P<0.0001
ano	0,43	0,1851

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

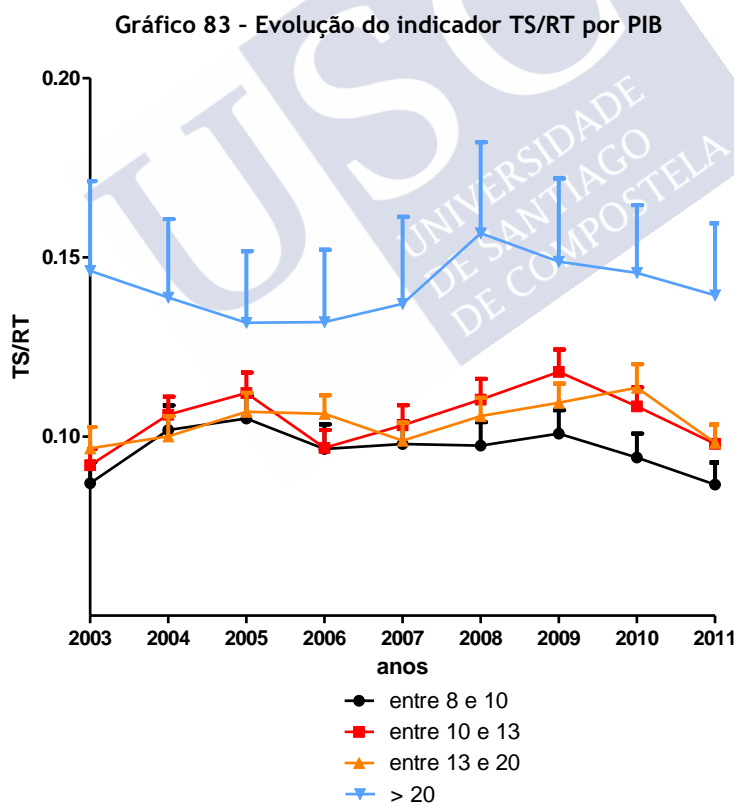
Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo do Partido ($p < 0,0001$) mas não do ano ($p > 0,05$) em relação ao indicador TS/RT, não se tendo ainda verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Desse modo, os municípios liderados pela coligação PPD/PSD - CDS-PP, tendo como base o indicador TS/RT, continuaram a ser aqueles que concedem mais subsídios e apoios, durante todo o período 2003-2011 considerado. Importa, no entanto, salientar que o indicador do

grupo PPD/PSD - CDS-PP não é significativamente superior ao dos grupos Outros partidos nos anos 2003 e 2005-2011 ($p>0,05$) nem PS no subperíodo 2010-2011 ($p>0,05$). Todas as restantes comparações realizadas entre os diferentes grupos se revelaram não significativas para todo o período 2003-2011 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica.

Apreciando o gráfico 82, podemos verificar que os municípios liderados pela coligação PPD/PSD - CDS-PP, tendo como base o indicador TS/RT, são os que concedem mais subsídios e apoios.

4.6.8 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério PIB

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.83 no Anexo I), após a análise da normalidade, para o PIB Per Capita, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador TS/RT, que se revelou não significativo. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação entre 8m€ e 10m€ vs. maior que 20m€ se mostrou significativa ($p<0,05$), e pelo contrário, não se detetaram diferenças significativas entre os restantes grupos. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 83).



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,38	0,9952
PIB	4,97	P<0.0001
ano	0,37	0,2929

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

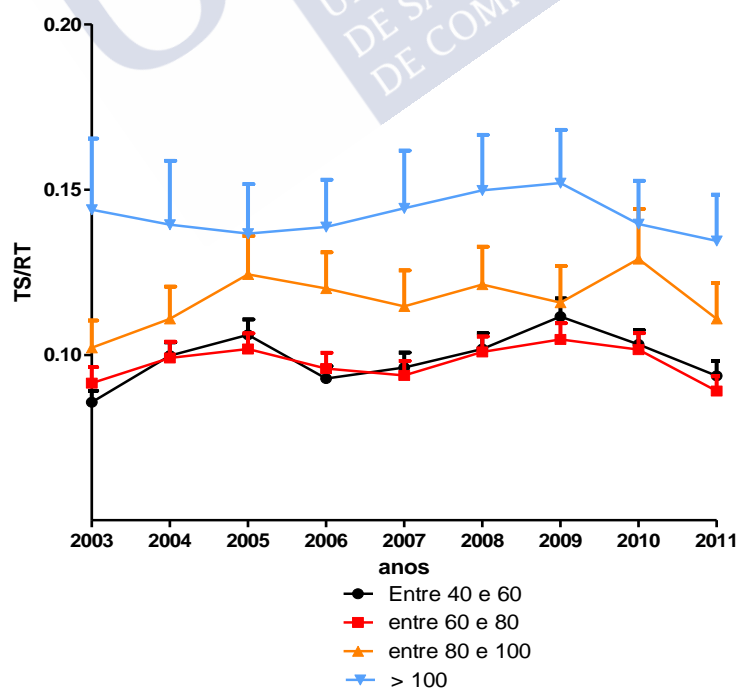
Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo do PIB ($p < 0,0001$) mas não do ano ($p > 0,05$) relativamente ao indicador TS/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Desse modo, os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€, continuaram a ser que concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período 2003-2011 considerado. Importa, no entanto, salientar que o indicador do grupo maior que 20m€ não é significativamente superior ao dos grupos entre 13m€ e 20m€ e entre 10m€ e 13m€ nos anos 2004-2007 e 2009-2011 ($p > 0,05$), e entre 8m€ e 10m€ no subperíodo 2004-2007 ($p > 0,05$), o que significa que se encontram numa situação semelhante nos anos indicados. Todas as restantes comparações realizadas entre os diferentes grupos se revelaram não significativas para todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica.

O gráfico 83, demonstra que os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€, são os que concedem mais subsídios e apoios, em relação às receitas totais.

4.6.9 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.84 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 84).

Gráfico 84 - Evolução do indicador TS/RT por poder de compra



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,36	0,9957
poder de compra	6,82	P<0,0001
ano	0,53	0,0813

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Foi aplicada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do poder de compra ($p<0,0001$) mas não do ano ($p>0,05$) sobre o rácio TS/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p>0,05$). Os municípios com poder de compra maior que 100, tendo como base o indicador TS/RT, foram aqueles que geralmente concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período 2003-2011, pois apresentaram valores de indicador significativamente superiores aos dos grupos entre 80% e 100% em 2003 ($p<0,05$), entre 60% e 80% de 2003 a 2011 e entre 40% e 60% em todos os anos ($p<0,05$), exceto em 2005. É relevante sublinhar, adicionalmente, que os grupos entre 80% e 100%, entre 60% e 80% e entre 40% e 60% não revelaram diferenças significativas nas várias comparações realizadas entre si, durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$), encontrando-se assim numa situação idêntica.

No gráfico 84, podemos verificar que os municípios com poder de compra maior que 100%, são os que concedem mais subsídios e apoios.

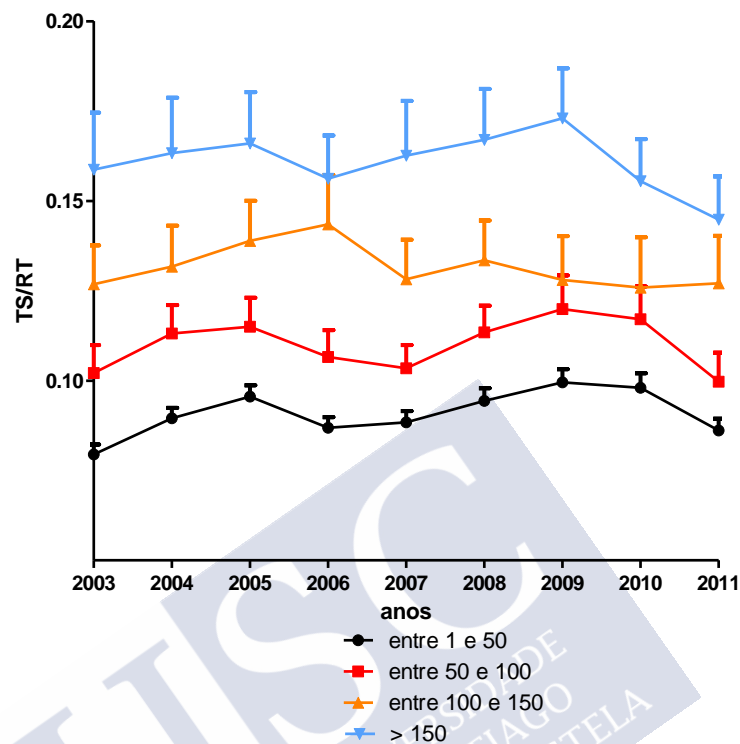
4.6.10 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.85 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as sociedades constituídas, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador TS/RT, que se revelou significativo ($p<0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação entre os seguintes grupos se mostrou significativa: entre 1 e 50 vs. entre 100 e 150, entre 1 e 50 vs. maior que 150 ($p<0,001$); entre 50 e 100 vs. maior que 150 ($p<0,05$). Pelo contrário, não se detetaram diferenças significativas entre os grupos: entre 1 e 50 vs. entre 50 e 100; entre 50 e 100 vs. entre 100 e 150; entre 100 e 150 vs. maior que 150. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 85).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas ($p<0,0001$) mas não do ano ($p>0,05$) no indicador TS/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas. ($p>0,05$). Com efeito, os municípios com um número de sociedades constituídas maior que 150, tendo como base o indicador TS/RT, continuaram a ser aqueles que concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período 2003-2011 analisado. De salientar os anos 2003-2008 e 2010-2011 em que o grupo maior que 150 não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 100 e 150 ($p>0,05$), encontrando-se assim numa situação semelhante. Importa salientar que o grupo entre 100 e 150 não apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 50 e 100 durante todo o período analisado ($p>0,05$) e entre 1 e 50 nos anos 2009-2010 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica nos referidos anos. De referir ainda que não foram verificadas diferenças significativas entre os grupos entre 50 e 100 e entre 1 e 50, durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação similar.

Apreciando o gráfico 85, podemos verificar que os municípios com sociedades constituídas maior que 150, são os que concedem mais subsídios e apoios, seguidos dos entre 100 e 150, dos entre 50 e 100; e dos entre 1 e 50.

Gráfico 85 - Evolução do indicador TS/RT por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,34	0,9959
sociedades constituídas	11,82	P<0.0001
ano	0,43	0,1446

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

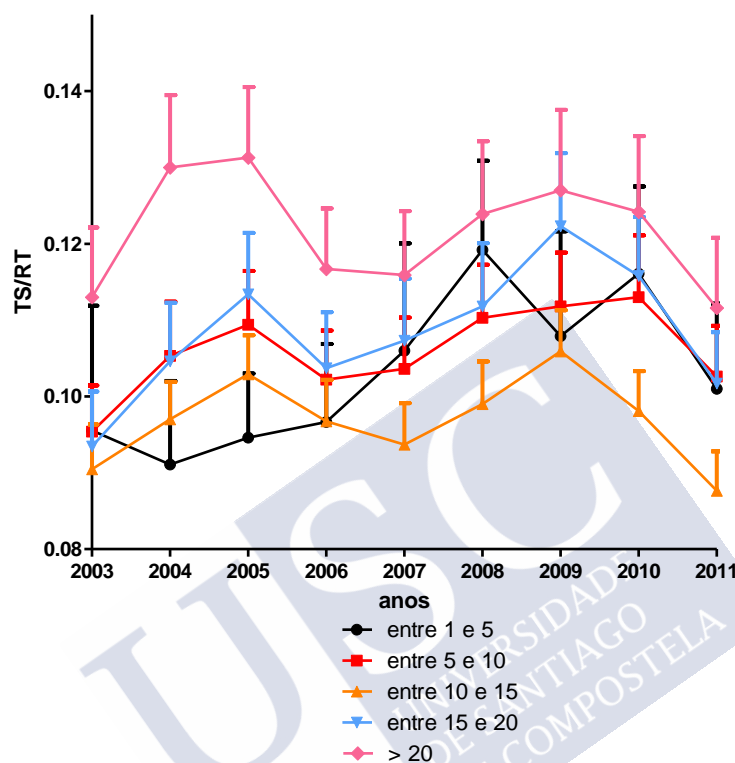
4.6.11 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.86 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador TS/RT, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, observando-se, no entanto, uma grande flutuação dos grupos e uma grande variabilidade interna nos grupos, evidente pelo grande erro padrão da média observado (gráfico 86).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades da indústria transformadora ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) relativamente ao indicador TS/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora maior que 20%, tiveram tendência para ser aqueles que concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período 2003-2011 analisado. Importa, no entanto, salientar

que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, somente um se mostrou significativo. Com efeito, apenas o grupo maior que 20% possui um indicador significativamente superior, quando comparado com o do grupo entre 10% e 15% no ano de 2010 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Gráfico 86 - Evolução do indicador TS/RT por sociedades da indústria transformadora



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,36	1,0000
sociedades industria transformadora	1,26	P<0,0001
ano	0,62	0,0482

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

No gráfico 86, podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos que os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora maior que 20%, são os que concedem mais subsídios e apoios.

4.6.12 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio

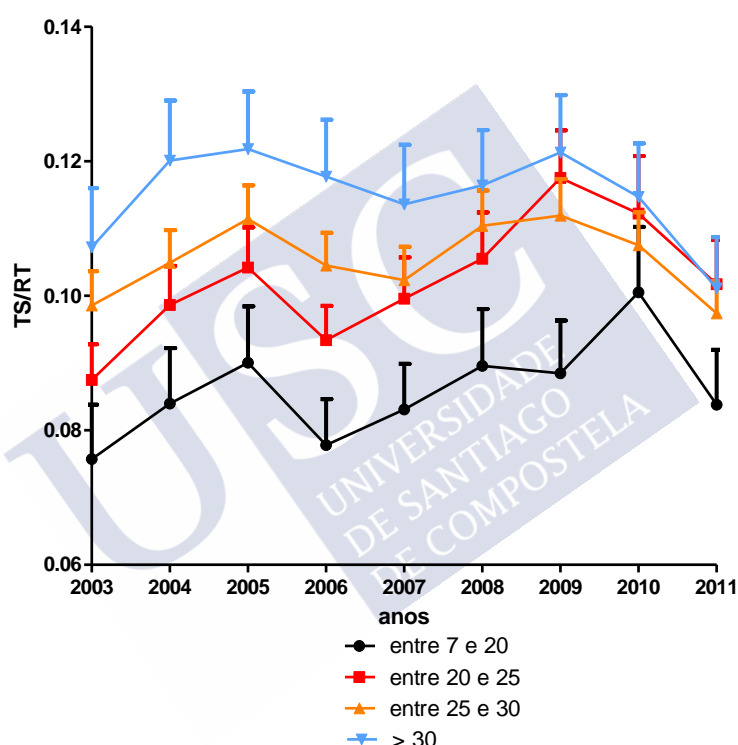
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.87 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador TS/RT, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 87).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades do comércio ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) no indicador TS/RT, não se tendo, no

entanto, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com maior que 30% sociedades do comércio, demonstraram uma tendência para serem aqueles que concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período 2003-2011 analisado. É relevante sublinhar que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, apenas uma se mostrou significativa. Efetivamente, apenas o grupo maior que 30% apresentou um indicador significativamente superior, quando comparado com o grupo entre 7% e 20% no ano de 2006 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

No gráfico 87, podemos verificar uma tendência, embora não significativa, para os municípios com proporção de sociedades no comércio maior que 30%, serem os que concedem mais subsídios e apoios, em relação às receitas totais.

Gráfico 87 - Evolução do indicador TS/RT por sociedades no comércio



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,34	0,9983
sociedades do comércio	2,45	P<0,0001
ano	0,73	0,0176

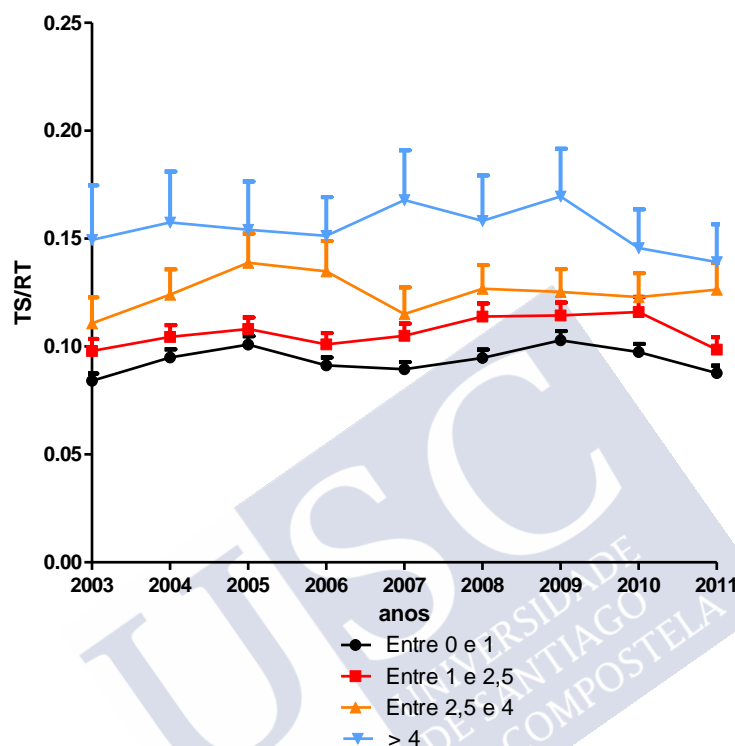
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.6.13 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.88 no Anexo I), após a análise da normalidade, para os Médicos Por 1000 Habitantes, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis* test, ao indicador TS/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação entre o grupo entre 0 e 1 vs. maior

que 4 se mostrou significativa ($p < 0,05$). Pelo contrário, a comparação dos seguintes grupos foi não significativa: entre 0‰ e 1‰ vs. entre 1‰ e 2,5‰; entre 0‰ e 1‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰; entre 1‰ e 2,5‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰; entre 1‰ e 2,5‰ vs. maior que 4‰; entre 2,5‰ e 4‰ vs. maior que 4‰. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações apreciáveis (gráfico 88).

Gráfico 88 - Evolução do indicador TS/RT por número de médicos



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,44	0,9820
médicos por hab	7,65	$P < 0,0001$
ano	0,40	0,2197

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

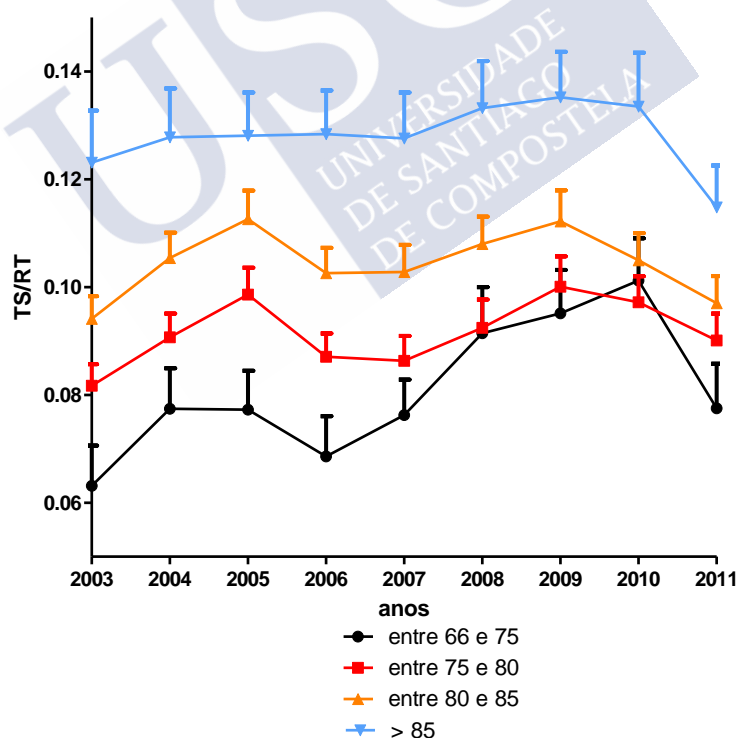
Efetuada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo dos médicos por habitante ($p < 0,0135$) mas não do ano ($p > 0,05$), relativamente ao indicador TS/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as mesmas ($p > 0,05$). Os municípios com médicos por 1.000 habitantes maior que 4‰, continuaram a ser aqueles que concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período analisado. De sublinhar que o grupo maior que 4‰ não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 2,5‰ e 4‰ para os anos de 2003-2006 e 2008-2011 ($p > 0,05$) nem ao do grupo entre 1‰ e 2,5‰ no ano 2010, razão pela qual se encontram numa situação idêntica nos anos indicados. Importa também salientar que o grupo entre 2,5‰ e 4‰ não apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 1‰ e 2,5‰ durante todo o período analisado ($p > 0,05$), e entre 0‰ e 1‰ nos anos 2003-2004 e 2007-2010 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica nos referidos anos. Por último destaca-se que o grupo entre 1‰ e 2,5‰ não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 0‰ e 1‰, durante todo o período analisado ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação similar.

Olhando para o gráfico 88, podemos verificar que os municípios com médicos por 1.000 habitantes maior que 4‰, são os que concedem mais subsídios e apoios, em relação às receitas totais.

4.6.14 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.89 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a proporção população que sabe ler e escrever, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador TS/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 66% e 75% vs. entre 80% e 85% ($p < 0,05$); entre 66% e 75% vs. maior que 85% ($p < 0,001$); entre 75% e 80% vs. maior que 85% ($p < 0,01$). Não houve diferenças significativas entre os grupos: entre 66% e 75% vs. entre 75% e 80%; entre 75% e 80% vs. entre 80% e 85%; entre 80% e 85% vs. maior que 85%. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que apenas o grupo entre 66% e 75% altera significativamente a sua trajetória, apresentando um crescimento do valor do indicador a um ritmo superior aos restantes grupos entre 2006 e 2010 (gráfico 89).

Gráfico 89 - Evolução do indicador TS/RT por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,40	0,9917
população que sabe ler e escrever	6,45	$P < 0,0001$
ano	0,87	0,0033

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Realizou-se uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis população que sabe ler e escrever ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,01$) na explicação do indicador TS/RT. Todavia não se verificou uma interação significativa entre aquelas duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Assim, os municípios com proporção população que sabe ler e escrever maior que 85%, continuaram a ser aqueles que concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período 2003-2011. No entanto, o grupo maior que 85% não apresenta um indicador significativamente mais elevado do que o dos grupos entre 80% e 85% nos anos 2004-2005, 2009 e 2011 ($p > 0,05$), entre 75% e 80% no ano 2011 ($p > 0,05$) e entre 66% e 75% no subperíodo 2010-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante nos anos referidos. Importa referir que o grupo entre 80% e 85% não apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 75% e 80% e entre 66% e 75% durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica. Finalmente, importa destacar que os grupos entre 75% e 80% e entre 66% e 75% não apresentam diferenças significativas na comparação dos respetivos rácios TS/RT durante todo o período considerado ($p > 0,05$).

Olhando para o gráfico 89, podemos verificar que os municípios com proporção população que sabe ler e escrever maior que 85%, são os que concedem mais subsídios e apoios, em relação às receitas totais.

4.6.15 Análise do Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

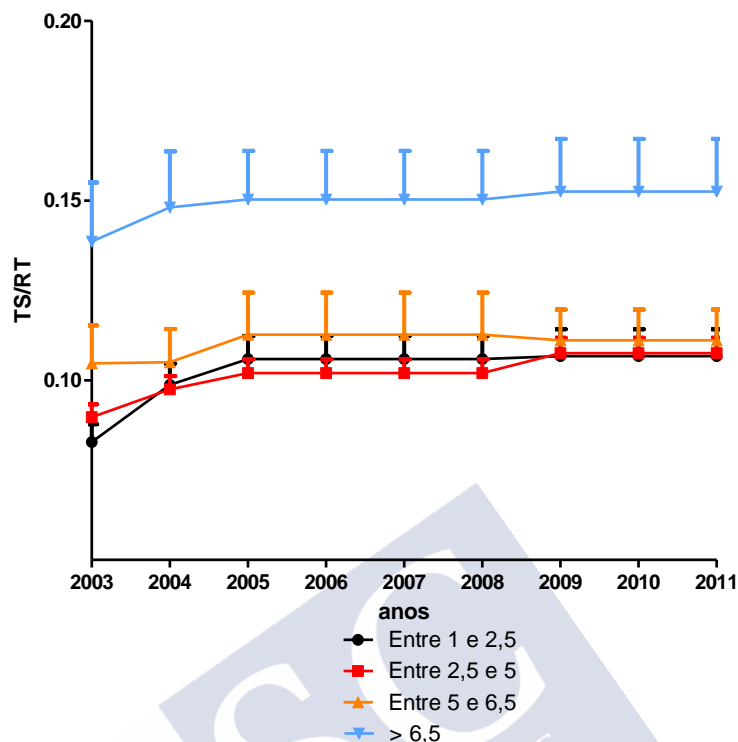
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.90 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a proporção da população residente com o ensino superior completo, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador TS/RT, que se revelou significativo ($p < 0,01$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5% ($p < 0,01$); entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5% ($p < 0,05$). Não foram observadas diferenças significativas entre os grupos: entre 1% e 2,5% vs. entre 2,5% e 5%; entre 1% e 2,5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 2,5% e 5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5%.

O grupo maior que 6,5% foi o que apresentou valores de indicador TS/RT superiores. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 90).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo da População ensino superior completo ($p < 0,0001$) mas não do ano ($p > 0,05$) no indicador TS/RT, não se tendo, no entanto, constatado uma interação significativa entre aquelas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios com Proporção população ensino superior completo maior que 6,5%, tendo como base o indicador TS/RT, continuaram a ser aqueles que concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período 2003-2011 analisado. De sublinhar os anos 2004 e 2005-2008 em que o referido grupo não apresenta um indicador significativamente superior ao grupo entre 5% e 6,5% ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante. Salientam-se também que os grupos entre 5% e 6,5%, entre 2,5% e 5% e entre 1% e 2,5% se encontram numa situação idêntica em razão de todas as comparações realizadas entre os seus indicadores se terem revelado não significativas, para todos os anos do período 2003-2011 ($p > 0,05$).

Em síntese, podemos conferir que os municípios com proporção população ensino superior completo maior que 6,5%, são os que concedem mais subsídios e apoios.

Gráfico 90 - Evolução do indicador TS/RT por população com o ensino superior completo



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,10	1,0000
População ensino superior completo	7,50	P<0,0001
ano	0,45	0,1479

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.7 ANÁLISE DO INDICADOR PESSOAL/RECEITA TOTAL (PESSOAL/RT)

Recorreu-se ao indicador Pessoal/Receita Total (Pessoal/RT), que pretende apurar o peso que os gastos com o pessoal representam na receita total arrecadada pelos municípios, para responder à questão: Qual o perfil do município que afeta grande parte dos recursos financeiros para o pessoal?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

4.7.1 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior

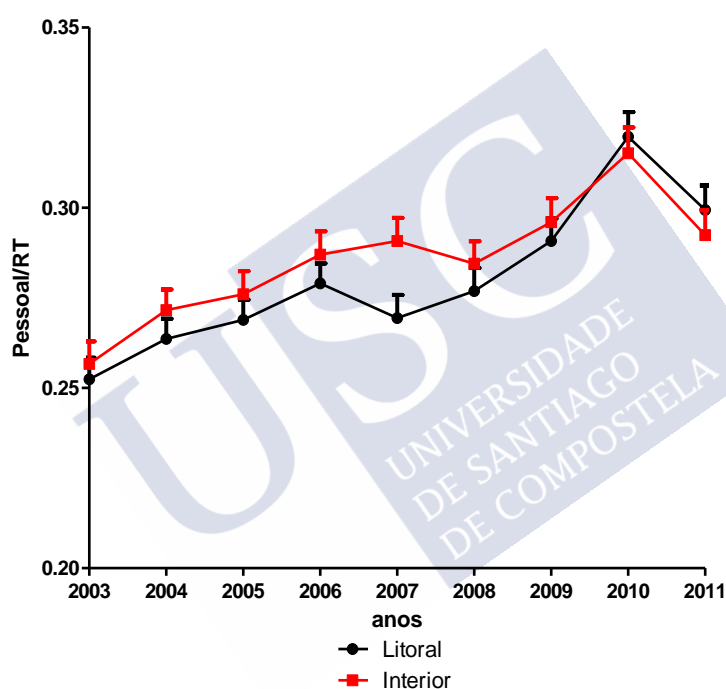
No ano de referência 2003 (ver gráfico A.91 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Pessoal/RT, aos grupos litoral e interior e verificou-se ser não significativo.

Olhando ao período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Verifica-se, porém, ao longo do período uma tendência de aumento dos gastos com pessoal, tendo-se

invertido essa tendência em 2011, justificada talvez com a redução imposta pelo governo, derivado da intervenção externa e das medidas impostas no PAEF aos vencimentos dos funcionários públicos (gráfico 91).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do ano ($p < 0,0001$) mas não do Litoral/interior ($p > 0,05$) na explicação do indicador Pessoal/RT, não se tendo verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios do interior e do litoral, tendo como base o indicador Pessoal/RT, apresentaram níveis semelhantes no peso dos gastos com pessoal, ainda que em 2007 tenha existido uma tendência para os municípios do interior apresentarem um peso ligeiramente superior dos gastos com pessoal. Porém, as diferenças entre os indicadores do interior e do litoral mostraram-se não significativas durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que ambas os grupos se encontram numa situação semelhante.

Gráfico 91 - Evolução do indicador Pessoal/RT nos municípios do litoral versus interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,25	0,5805
Litoral/Interior	0,13	0,0635
ano	4,97	P<0,0001

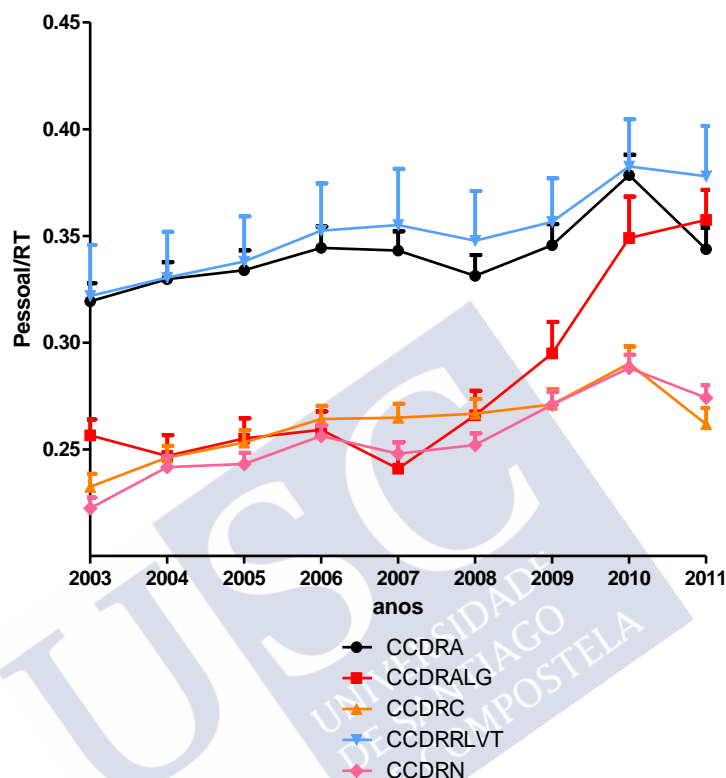
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.7.2 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério CCDR

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.92 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as CCDR, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador Pessoal/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: CCDRRLVT vs. CCDRN, CCDRA vs. CCDRC, CCDRA vs. CCDRN ($p < 0,001$); CCDRC vs. CCDRRLVT ($p < 0,01$). Não foram detetadas diferenças significativas entre os grupos:

CCDRA vs. CCDRALG; CCDRA vs. CCDRRLVT; CCDRALG vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRRLVT; CCDRALG vs. CCDRN; CCDRC vs. CCDRN. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas na maioria dos grupos, embora a Região do Algarve apareça como sendo a que maior variação apresenta depois de 2007, com valores crescentes do indicador (gráfico 92).

Gráfico 92 - Evolução do indicador Pessoal/RT por CCDR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,81	0,0033
CCDRs	17,46	P<0,0001
ano	4,36	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

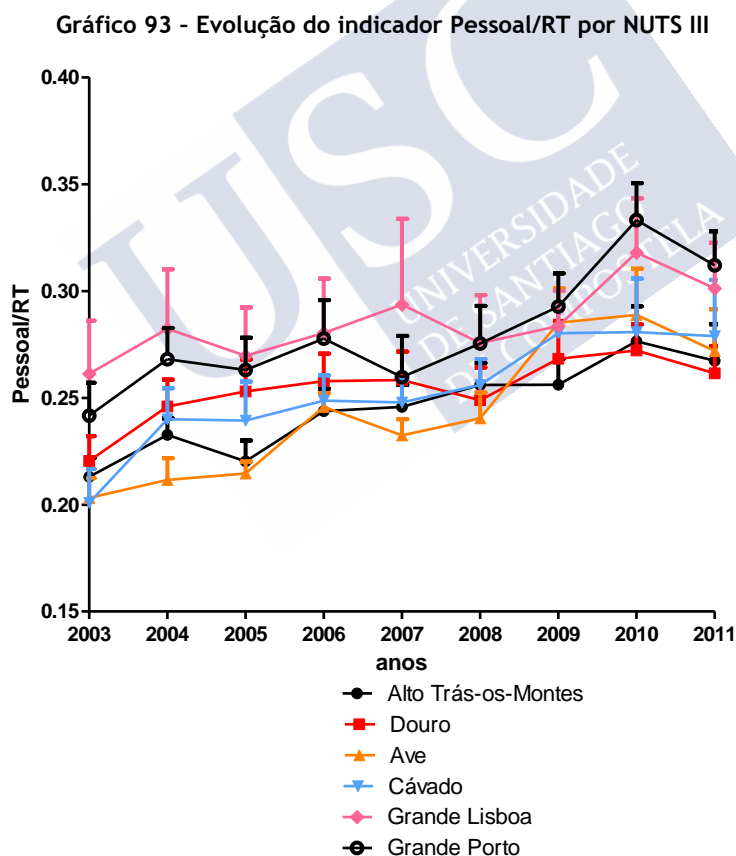
Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das CCDRs e do ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador Pessoal/RT, tendo-se verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p < 0,01$). Os municípios pertencentes às regiões do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo, tendo como base o indicador Pessoal/RT, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos gastos com pessoal em relação às receitas totais, visto apresentarem valores do indicador semelhantes entre si e significativamente superiores relativamente aos restantes na maior parte do período estudado. Nomeadamente, estas regiões apresentaram valores significativamente superiores de Pessoal/RT em todo o período analisado 2003-2011, relativamente às Regiões Centro e Norte ($p < 0,001$). De salientar que os valores do indicador em ambos os grupos não foram significativamente superiores aos da Região do Algarve nos anos 2010-2011 ($p > 0,05$). No que concerne ao indicador da Região do Algarve, é relevante afirmar que o mesmo é significativamente superior ao do rácio da Região Centro e do da Região Norte apenas em

2010 ($p < 0,01$) e 2011 ($p < 0,001$), pelo que se encontram numa situação idêntica no restante período analisado. Por último, destaca-se a ausência de diferenças significativas entre os indicadores do grupo da Região Centro e do grupo da Região Norte durante todo o período analisado ($p > 0,05$), razão pela qual as mesmas se encontram numa situação idêntica.

No gráfico 92, podemos assim verificar que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo e à Região do Alentejo, apresentam um maior peso dos gastos com pessoal em relação às receitas totais no período analisado, e o mesmo sucede com a Região do Algarve em 2010 e 2011.

4.7.3 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério NUTS III

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.93 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador Pessoal/RT, que se mostrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que a semelhança entre grupos se mantém, bem como uma tendência para todos apresentarem valores progressivamente crescentes (gráfico 93).



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	2,17	0,9999
nuts	6,81	P<0.0001
ano	10,84	P<0.0001

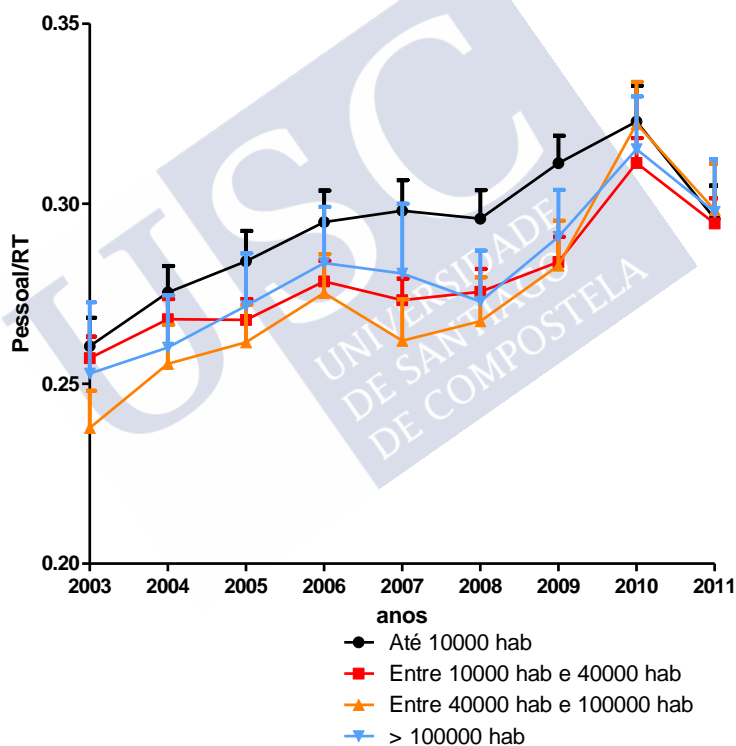
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUTS e do ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador Pessoal/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Verificou-se, em todas as comparações realizadas para os vários grupos em estudo, que não existem diferenças significativas entre os diversos grupos, para todos os anos do período em análise ($p > 0,05$). Assim, todos os grupos se encontram numa situação idêntica período 2003-2011.

4.7.4 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério População

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.94 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Pessoal/RT, que se mostrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 94).

Gráfico 94 - Evolução do indicador Pessoal/RT por população



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,31	0,9991
população	0,60	0,0014
ano	3,84	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

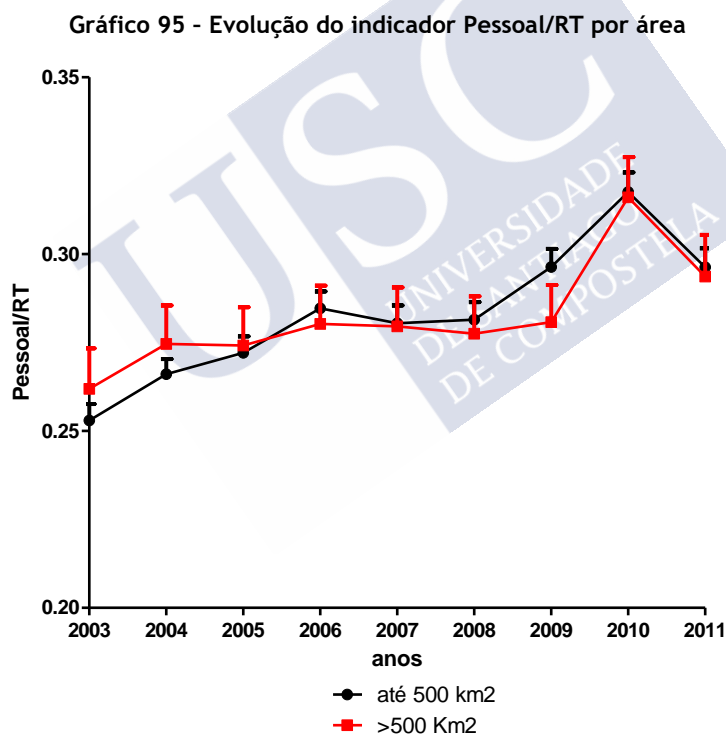
Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população ($p < 0,01$) e do ano ($p < 0,0001$) relativamente ao indicador Pessoal/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com população até 10.000 habitantes, apresentaram por tendência um maior peso dos gastos com pessoal, durante a maior parte do período analisado, designadamente nos

anos de 2003-2010. De salientar, no entanto, a ausência de diferenças significativas em todas as comparações realizadas para os vários grupos em estudo, para todos os anos do período em análise ($p>0,05$). Assim, todos os grupos se encontram numa situação idêntica em todos os anos analisados.

Examinando pormenorizadamente para o gráfico 94, podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios com população até 10.000 habitantes, tendo como base o indicador Pessoal/RT, apresentarem um maior peso dos gastos com pessoal.

4.7.5 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Área

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.95 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Pessoal/RT, para os grupos até 500 km² e maior que 500 km², que se mostrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas pois os grupos mantiveram valores semelhantes, embora ambos demonstrem uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2010 (gráfico 95).



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,13	0,9170
área	0,00	0,7839
ano	2,64	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

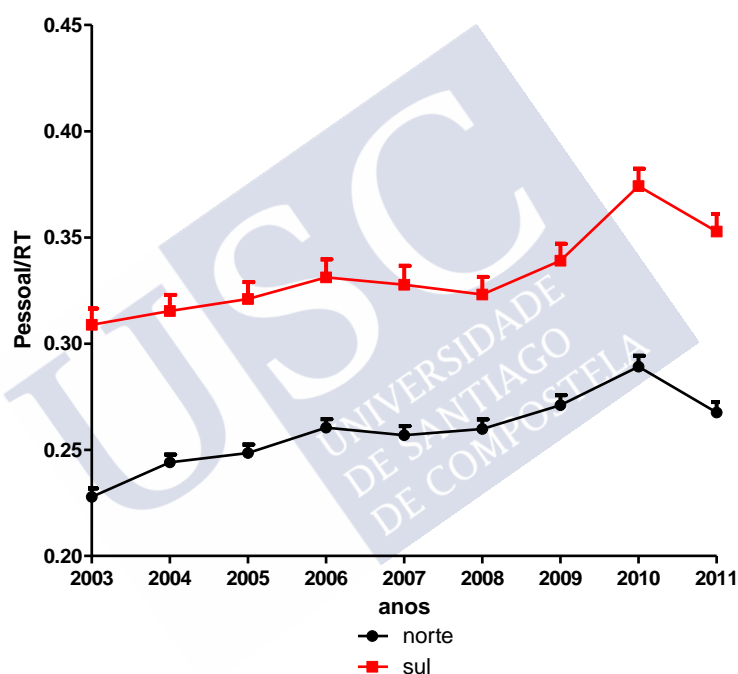
Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do ano ($p<0,0001$) mas não da Área ($p>0,05$) relativamente ao indicador Pessoal/RT, não se tendo verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p>0,05$). Os grupos

não revelaram diferenças significativas entre os seus indicadores em todas as comparações realizadas ($p>0,05$), pelo que ambas se encontram numa situação semelhante.

4.7.6 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul

Após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Pessoal/RT, para os grupos norte e sul, no ano 2003 (anexo I, gráfico A.96), que se revelou significativo ($p<0,0001$). Verificaram-se valores do indicador Pessoal/RT mais elevados no Sul, sendo que o Norte apresentou valores deste indicador mais reduzidos. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas em termos relativos, embora ambos os grupos demonstrem uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2010 (gráfico 96).

Gráfico 96 - Evolução do indicador Pessoal/RT nos municípios do norte versus sul



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,20	0,5732
Norte/Sul	20,77	P<0,0001
ano	4,60	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

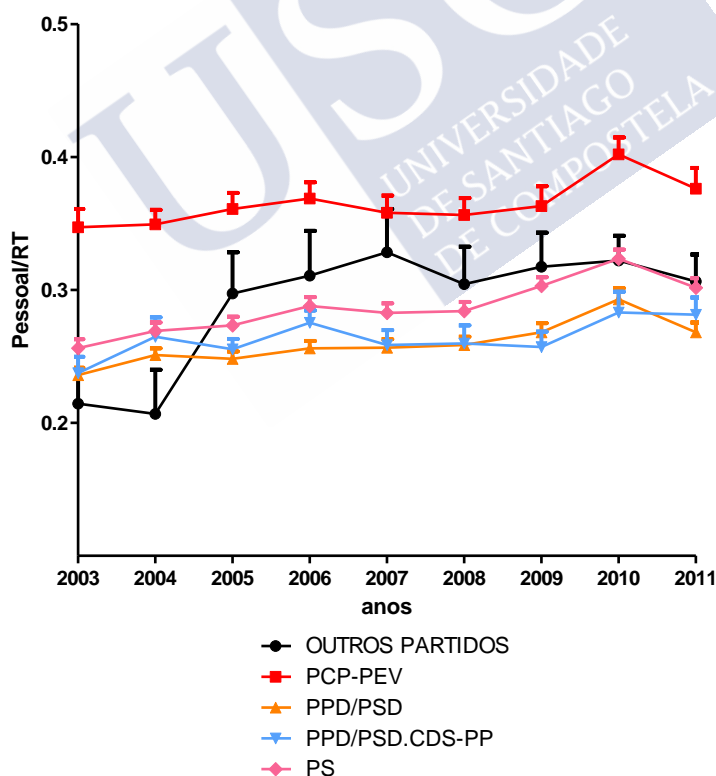
Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que possibilitou verificar a existência de um efeito significativo das variáveis Norte/Sul e ano ($p<0,0001$ para ambas) no indicador Pessoal/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as mesmas ($p>0,05$). Ou seja, os municípios do Sul, tendo como base o indicador Pessoal/RT, continuaram a apresentar um maior peso dos gastos com pessoal em relação às suas receitas totais, do que os municípios do Norte, para a totalidade do período considerado. Verificaram-se as mesmas diferenças entre os grupos definidas para cada um dos anos do período 2003-2011 ($p<0,0001$ para todas as comparações).

Observando o gráfico 96, podemos verificar que os municípios do Sul, tendo como base o indicador Pessoal/RT, apresentam um maior peso dos gastos com pessoal, do que os municípios do Norte.

4.7.7 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Partido Político

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.97 no Anexo I), após a análise da normalidade, para Partido político do Executivo Municipal, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador Pessoal/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: Outros partidos vs. PCP-PEV ($p < 0,01$); PCP-PEV vs. PPD/PSD, PCP-PEV vs. PPD/PSD - CDS-PP, PCP-PEV vs. PS ($p < 0,001$). Não se detetaram diferenças significativas entre os grupos: Outros partidos vs. PPD/PSD; Outros Partidos vs. PPD/PSD - CDS-PP; Outros partidos vs. PS; PPD/PSD vs. PPD/PSD - CDS-PP; PPD/PSD vs. PS; PPD/PSD - CDS-PP vs. PS. Verificaram-se valores do indicador Pessoal/RT mais elevados no PCP-PEV, sendo que os restantes grupos obtiveram valores mais reduzidos deste indicador. Quanto ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Importa, porém, referir que como se verifica no gráfico 97, os Outros partidos a partir de 2005 passam a posicionar-se em segundo plano, a seguir do PCP-PEV.

Gráfico 97 - Evolução do indicador Pessoal/RT por partido político municipal



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,69	0,0293
Partido	10,80	P<0.0001
ano	2,67	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Partido e ano ($p < 0,0001$ para ambas) no comportamento do indicador Pessoal/RT, tendo-se verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p < 0,05$). Os municípios pertencentes ao PCP-PEV continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos gastos com pessoal, durante todo o período 2003-2011 analisado. Nomeadamente, o grupo PCP-PEV apresentou valores significativamente superiores de Pessoal/RT em todo o período analisado 2003-2011, relativamente aos grupos PPD/PSD, PPD/PSD - CDS-PP e PS ($p < 0,001$). De destacar os anos 2005-9 e 2011 em que o grupo PCP-PEV não apresentou um indicador significativamente superior ao grupo Outros partidos ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante. No que respeita ao rácio (Pessoal/RT) do grupo PS, o mesmo não se revela superior ao rácio dos grupos PPD/PSD nos anos 2003-2005 e 2008 ($p > 0,05$) e PPD/PSD - CDS-PP nos anos 2003-2008 e 2010-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante nos referidos anos. Por outro lado, o indicador dos municípios governados pelo PS não revela diferenças significativas face aos dos municípios governados pelos Outros partidos em todos os anos do período considerado ($p > 0,05$). De sublinhar, adicionalmente, que o grupo PPD/PSD não revela um indicador significativamente diferente dos grupos PPD/PSD - CDS-PP durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$) e Outros partidos nos anos 2003-2006 e 2008-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica nos anos indicados. Por último, é relevante salientar que não foram verificadas diferenças significativas entre os indicadores dos grupos Outros partidos e PPD/PSD - CDS-PP durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$).

Olhando pormenorizadamente para o gráfico 97, poderemos conferir que os municípios pertencentes ao PCP-PEV, apresentam um maior peso dos gastos com pessoal em relação ao total das receitas.

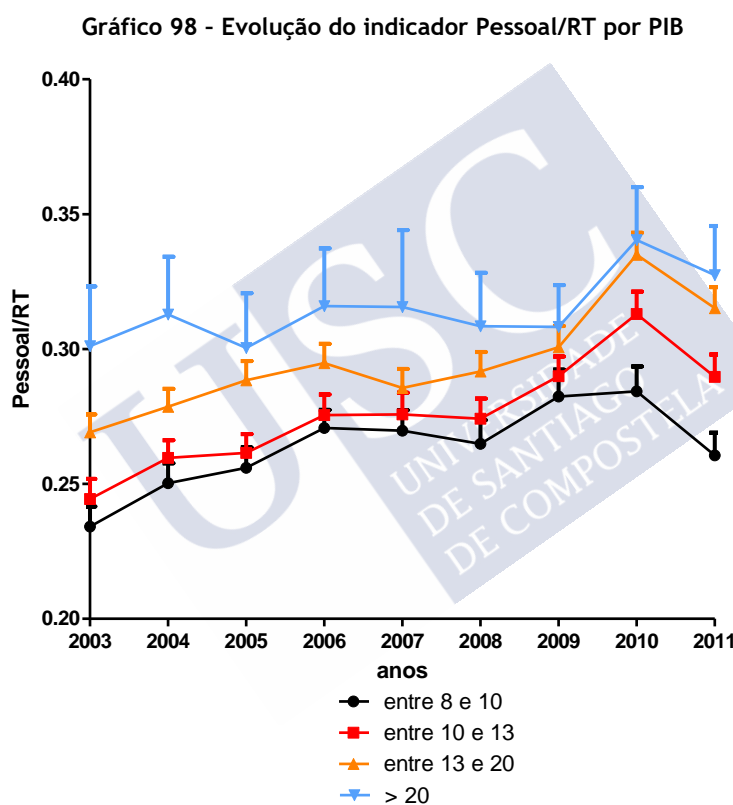
4.7.8 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério PIB

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.98 no Anexo I), após a análise da normalidade, para o PIB per capita, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador Pessoal/RT, que se revelou significativo ($p < 0,001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificaram-se significativas as seguintes comparações entre grupos: entre 10m€ e 13m€ vs. maior que 20m€, entre 8m€ e 10€ vs. entre 13m€ e 20m€, entre 8m€ e 10m€ vs. maior que 20m€ ($p < 0,05$); entre 10m€ e 13m€ vs. entre 13m€ e 20m€ ($p < 0,01$). Não se verificaram diferenças na comparação dos grupos entre 8m€ e 10m€ vs. entre 10m€ e 13m€; entre 13m€ e 20m€ vs. maior que 20m€. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 98). A quebra ligeira registada em 2011 para todos os grupos em princípio estará relacionada com as medidas impostas na Lei de Orçamento de Estado (LOE) 2011, relativamente à redução dos salários já anteriormente também referida.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do PIB e do ano ($p < 0,0001$ para ambas as variáveis) no indicador Pessoal/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com maior PIB *per capita*, continuaram a ser aqueles que tendencialmente apresentaram um maior peso dos gastos com pessoal, durante todo o período 2003-2011. Nomeadamente, o grupo entre 8m€ e 10m€ apresentou valores significativamente inferiores do indicador relativamente ao grupo maior que 20m€ nos anos de 2003, 2004 e 2011

($p < 0,05$), e relativamente ao grupo entre 13m€ e 20m€ nos anos 2010 e 2011 ($p < 0,001$). De salientar que o grupo maior que 20m€ não apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 13m€ e 20m€ e entre 10m€ e 13m€ durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que os grupos referidos se encontram numa situação similar nos anos indicados. No que concerne ao grupo entre 13m€ e 20m€, importa sublinhar que o seu indicador não se revela significativamente superior ao dos grupos entre 10m€ e 13m€ durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$). Por último, é relevante referir que o grupo entre 10m€ e 13m€ não revela um rácio significativamente mais elevado que o do grupo entre 8m€ e 10m€ em todos os anos do período analisado ($p > 0,05$), motivo que os coloca numa situação idêntica.

Olhando pormenorizadamente para o gráfico 98, podemos verificar que os municípios com maior PIB *per capita*, são aqueles apresentam geralmente um maior peso dos gastos com pessoal.



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,38	0,9948
PIB	3,42	P<0.0001
ano	2,07	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

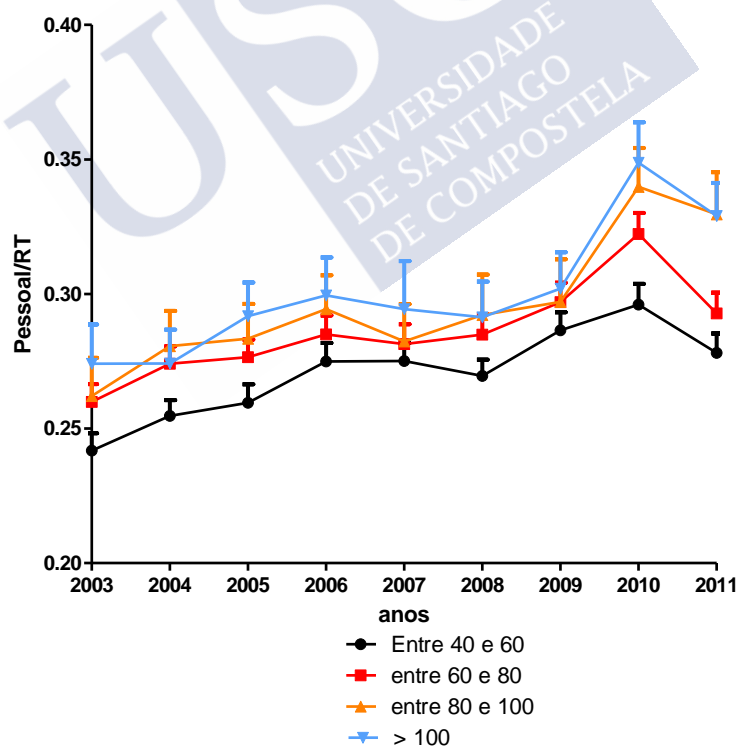
4.7.9 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.99 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*),

ao indicador Pessoal/RT, que se revelou significativo ($p < 0,05$). No entanto, com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que nenhuma comparação entre grupos se revelou significativa. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, embora todos os grupos demonstrem uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2010 (gráfico 99). A quebra registada em 2011 em todos os grupos, em princípio, estará relacionada com as medidas impostas na Lei de Orçamento de Estado (LOE) 2011, relativamente à redução dos salários já anteriormente também referida.

Foi aplicada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis explicativas poder de compra e ano (ambas com $p < 0,0001$) sobre o rácio Pessoal/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios com poder de compra entre 40% e 60% foram aqueles que apresentaram geralmente um menor peso dos gastos com pessoal. De todas as comparações realizadas entre os diferentes grupos apenas algumas se revelaram significativas. Concretamente, o grupo maior que 100 apresentam um indicador significativamente superior ao do grupo entre 40% e 60% nos anos 2010 ($p < 0,05$) e 2011 ($p < 0,05$) e o grupo entre 80% e 100% revela um rácio significativamente mais elevado que o grupo entre 40% e 60% também nos anos de 2010 ($p < 0,05$) e 2011 ($p < 0,01$). Todas as restantes comparações realizadas entre os diferentes grupos, revelaram-se não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante.

Gráfico 99 - Evolução do indicador Pessoal/RT por poder de compra



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,47	0,9750
poder de compra	1,54	$P < 0,0001$
ano	4,17	$P < 0,0001$

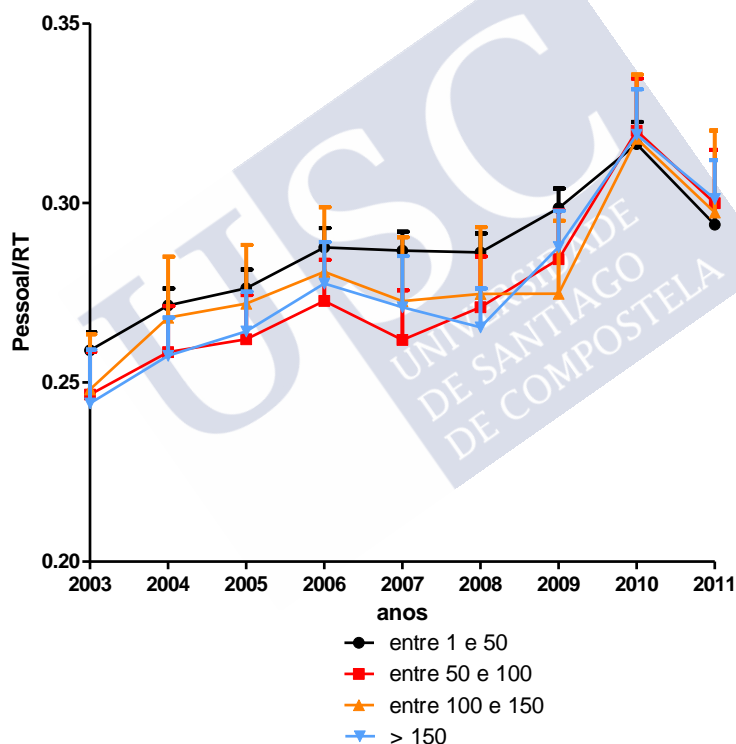
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Assim, olhando pormenorizadamente para o gráfico 99, podemos verificar que os municípios com menor poder de compra, são aqueles apresentam um menor peso dos gastos com pessoal.

4.7.10 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.100 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Pessoal/RT, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, embora todos os grupos demonstrem uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2010 (gráfico 100). A quebra registada em 2011 em princípio está relacionada com as medidas impostas na Lei de Orçamento de Estado (LOE) 2011, relativamente à redução dos salários já anteriormente também referida.

Gráfico 100 - Evolução do indicador Pessoal/RT por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,19	1,0000
sociedades constituídas	0,17	0,2324
ano	3,27	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do ano ($p < 0,0001$) mas não das sociedades constituídas ($p > 0,05$) no indicador Pessoal/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Todas as comparações realizadas entre os diferentes grupos, se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que todos os grupos se encontram numa situação idêntica.

Ainda assim, no gráfico 100, podemos verificar uma tendência, embora não significativa, para os municípios com menor número de sociedades constituídas (entre 1 e 5), serem aqueles que apresentam um maior peso dos gastos com pessoal em relação ao total de receitas.

4.7.11 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

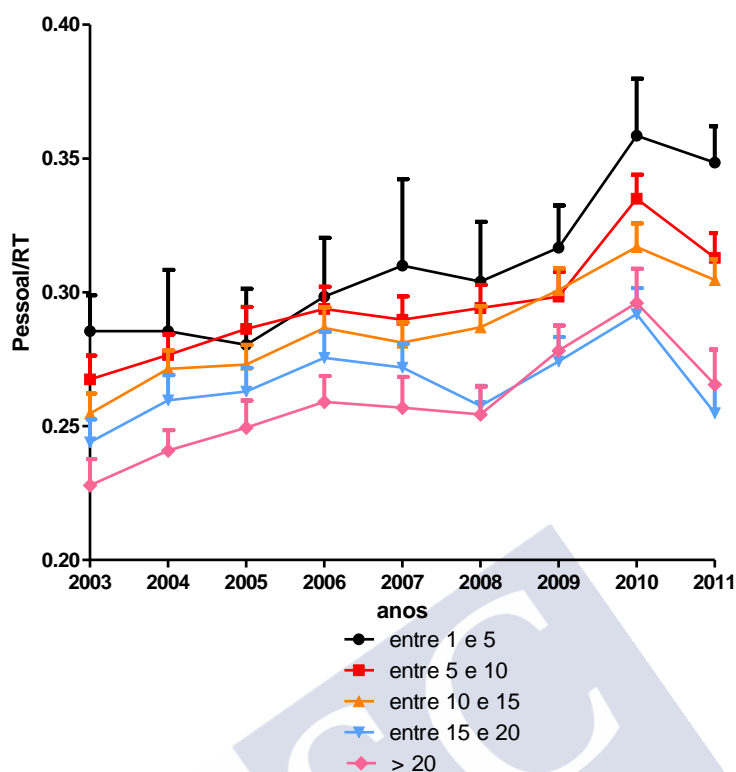
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.101 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as sociedades na indústria transformadora, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador Pessoal/RT, que se revelou significativo ($p < 0,01$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: entre 1% e 5% vs. maior que 20%, entre 5% e 10% vs. maior que 20% ($p < 0,05$). Não foram detetadas diferenças nas comparações dos grupos: entre 1% e 5% vs. entre 5% e 10%; entre 1% e 5% vs. entre 10% e 15%; entre 1% e 5% vs. entre 15% e 20%; entre 5% e 10% vs. entre 10% e 15%; entre 5% e 10% vs. entre 15% e 20%; entre 10% e 15% vs. entre 15% e 20%; entre 10% e 15% vs. maior que 20%; entre 15% e 20% vs. maior que 20%.

No que concerne ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, embora todos os grupos demonstrem uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2010 (gráfico 101). A quebra registada em 2011 em princípio está relacionada com as medidas impostas na LOE 2011, relativamente à redução dos salários já anteriormente também referida.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades da indústria transformadora e do ano ($p < 0,0001$ para ambas as variáveis) relativamente ao indicador Pessoal/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com menor proporção de sociedades da indústria transformadora continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos gastos com pessoal em relação ao total de receitas, durante a maior parte do período considerado. Importa salientar que, do universo de comparações realizadas, somente algumas se mostraram significativas. Assim, o grupo entre 1% e 5% apenas possui um indicador significativamente superior quando comparado com o grupo entre 15% e 20% nos anos 2010 ($p < 0,05$) e 2011 ($p < 0,001$) e maior que 20% no ano 2011 ($p < 0,01$). Adicionalmente, o grupo entre 5% e 10% apenas revela um rácio significativamente superior quando comparado com o grupo entre 15% e 20% nos anos 2010 ($p < 0,05$) e 2011 ($p < 0,001$) e maior que 20% no ano 2011 ($p < 0,05$). Por último, o grupo entre 10% e 15% somente apresenta um rácio significativamente superior ao do grupo entre 15% e 20% no ano 2011 ($p < 0,01$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$), pelo que os grupos em causa se encontram numa situação semelhante.

Apreciando o gráfico 101, podemos verificar uma tendência generalizada para os municípios com menor proporção de sociedades da indústria transformadora, serem aqueles que apresentam um maior peso dos gastos com pessoal em relação às receitas totais.

Gráfico 101 - Evolução do indicador Pessoal/RT por sociedades da indústria transformadora



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,65	0,9842
sociedades industria transformadora	3,65	P<0.0001
ano	3,28	P<0.0001

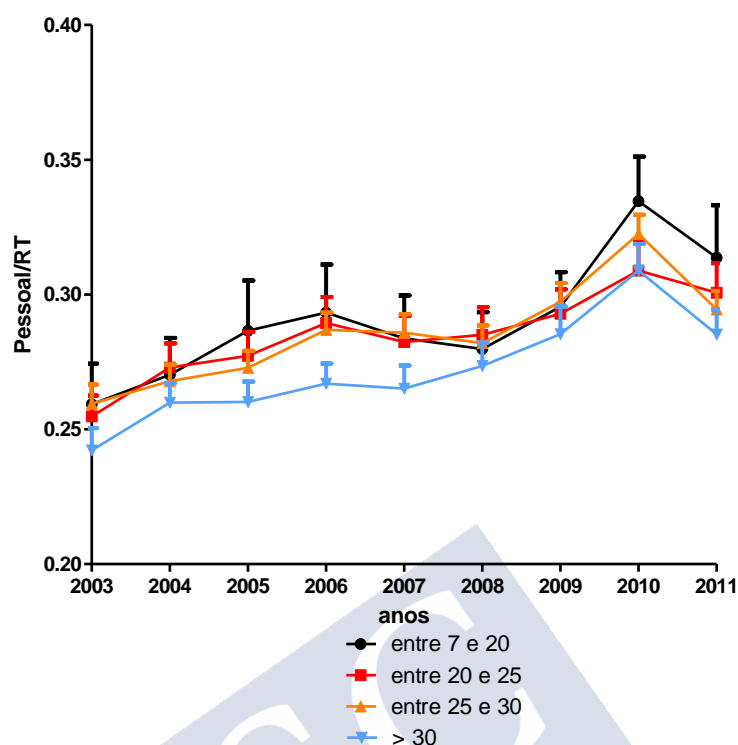
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.7.12 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.102 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Pessoal/RT, que se demonstrou não significativo. No que concerne ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, embora todos os grupos demonstrem uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2010 (gráfico 102). A quebra registada em 2011 em princípio está relacionada com as medidas impostas na LOE 2011, relativamente à redução dos salários já anteriormente também referida.

Realizada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo das variáveis Sociedades do comércio ($p<0,01$) e ano ($p<0,0001$) na explicação do indicador Pessoal/RT. Todavia não se verificou uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p>0,05$). Todas as comparações realizadas entre os diferentes grupos se revelaram não significativas ($p>0,05$), pelo que os mesmos se encontram numa situação semelhante durante todo o período 2003-2011 analisado.

Gráfico 102 - Evolução do indicador Pessoal/RT por sociedades no comércio



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,23	0,9999
sociedades do comércio	0,60	0,0015
ano	3,86	P<0.0001

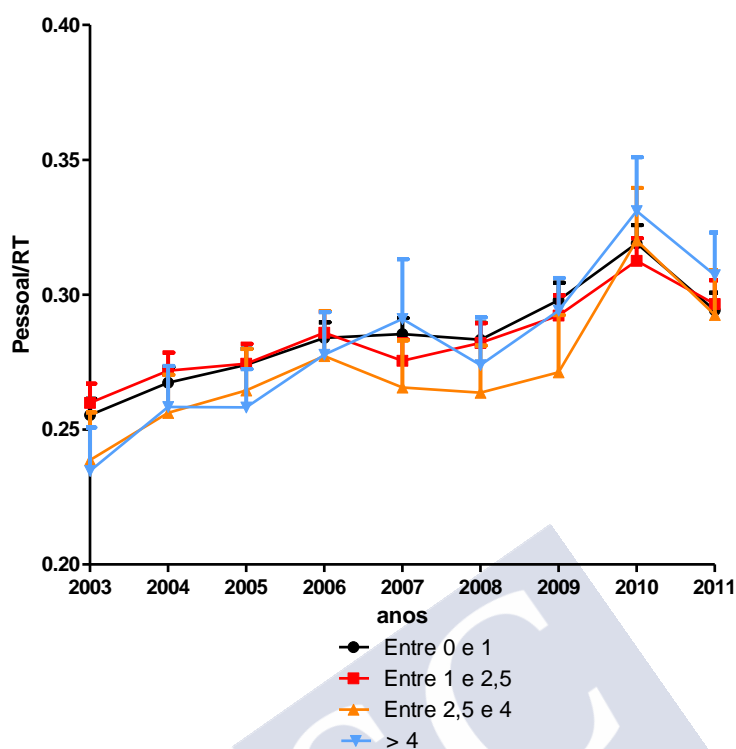
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.7.13 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.103 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Pessoal/RT, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, embora todos os grupos demonstrem uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2010 (gráfico 103). A quebra registada em 2011 em princípio está relacionada com as medidas impostas na LOE 2011, relativamente à redução dos salários já anteriormente também referida.

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo do ano ($p < 0,0001$) mas não dos Médicos por mil hab ($p > 0,05$) relativamente ao indicador (Pessoal/RT), não se tendo verificado, no entanto uma interação significativa entre aquelas variáveis ($p > 0,05$). Todas as comparações realizadas entre os diferentes grupos se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que os mesmos se encontram numa situação semelhante durante todo o período 2003-2011 considerado.

Gráfico 103 - Evolução do indicador Pessoal/RT por número de médicos



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,31	0,9991
médicos por habé	0,19	0,1850
ano	3,20	P<0,0001

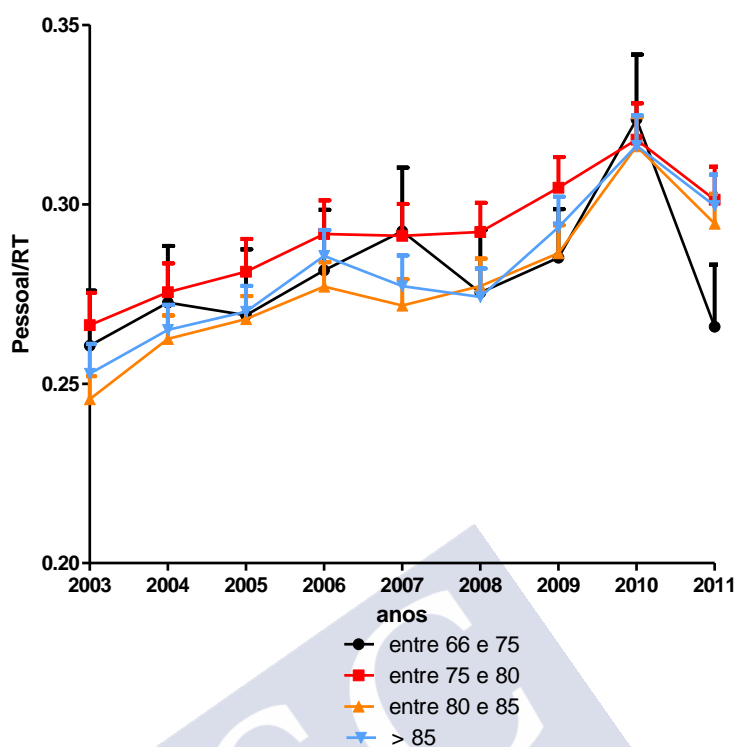
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.7.14 Análise do Indicador Pessoal/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.104 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Pessoal/RT, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, embora todos os grupos demonstrem uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2010 (gráfico 104). A quebra registada em 2011 em princípio está relacionada com as medidas impostas na LOE 2011, relativamente à redução dos salários já anteriormente referida.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do ano ($p < 0,0001$) mas não da população que sabe ler e escrever ($p > 0,05$) no indicador (Pessoal/RT), não se tendo ainda verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Todas as comparações realizadas entre os diferentes grupos se mostraram não significativas ($p > 0,05$), pelo que os mesmos se encontram numa situação semelhante durante todo o período 2003-2011 considerado.

Gráfico 104 - Evolução do indicador Pessoal/RT por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,41	0,9920
população que sabe ler e escrever	0,30	0,0512
ano	3,15	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.7.15 Análise do indicador Pessoal/Receita total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.105 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as sociedades constituídas, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador Pessoal/RT, que se revelou significativo ($p < 0,05$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que o grupo entre 1% e 2,5% demonstrou valores do indicador significativamente inferiores ao grupo entre 2,5% e 5% ($p < 0,01$). Não se detetaram diferenças entre os grupos: entre 1% e 2,5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5%; entre 2,5% e 5% vs. entre 5% e 6,5%; entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5%; entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5%.

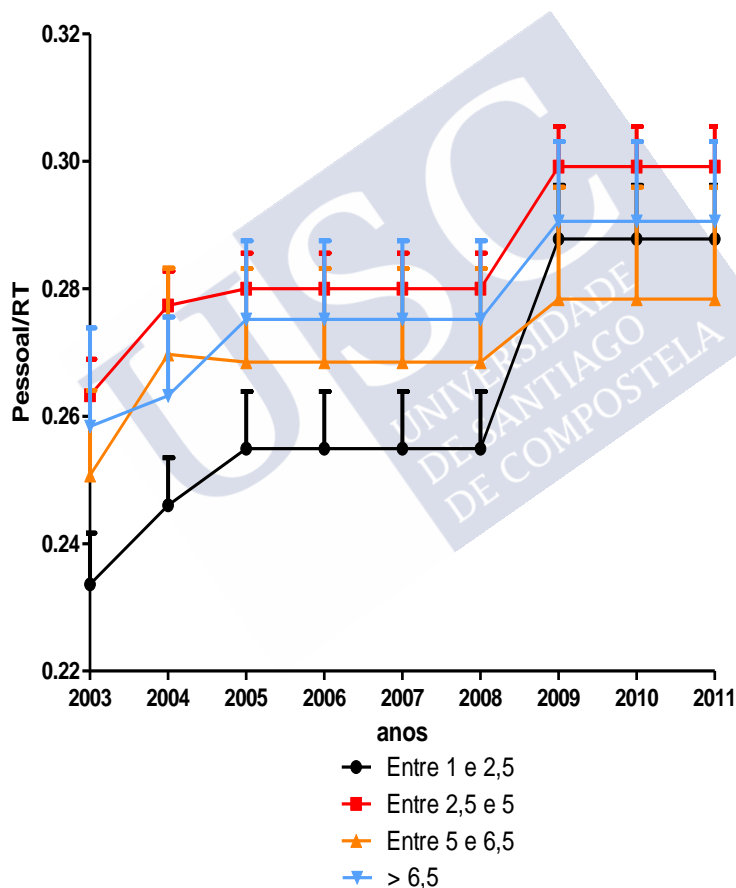
Quanto ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 105). O aumento registado em todos os grupos em 2009 deverá ter haver com o aumento de 2.9% nos salários dos funcionários públicos atribuído pelo governo nesse ano, situação essa mais notória neste gráfico 105 do que nos anteriores.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das variáveis População ensino superior completo ($p < 0,001$) e ano ($p < 0,0001$) no indicador Pessoal/RT, não se tendo, no entanto, constatado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Os municípios com proporção da população residente com o ensino superior

completo entre 2,5% e 5%, continuaram a ser aqueles que apresentaram geralmente um maior peso dos gastos com pessoal durante todo o período 2003-2011 analisado. No entanto, importa salientar que do universo de comparações realizadas, somente uma se mostrou significativa. Com efeito, no ano 2004 o grupo entre 2,5% e 5% revela um indicador significativamente superior ao do grupo entre 1% e 2,5% ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações realizadas entre os diferentes grupos se mostraram não significativas ($p > 0,05$), pelo que as mesmas se encontram numa situação semelhante durante todo o período 2003-2011 considerado.

O gráfico 105 demonstra que podemos verificar uma tendência, embora pouco significativa, para os municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 1% e 2,5%, serem aqueles que até 2008 apresentaram um menor peso dos gastos com pessoal.

Gráfico 105 - Evolução do indicador Pessoal/RT por população com o ensino superior completo



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,26	0,9998
População ensino superior completo	0,80	0,0001
ano	1,84	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.8 ANÁLISE DO INDICADOR IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS/RECEITA TOTAL (IIT/RT)

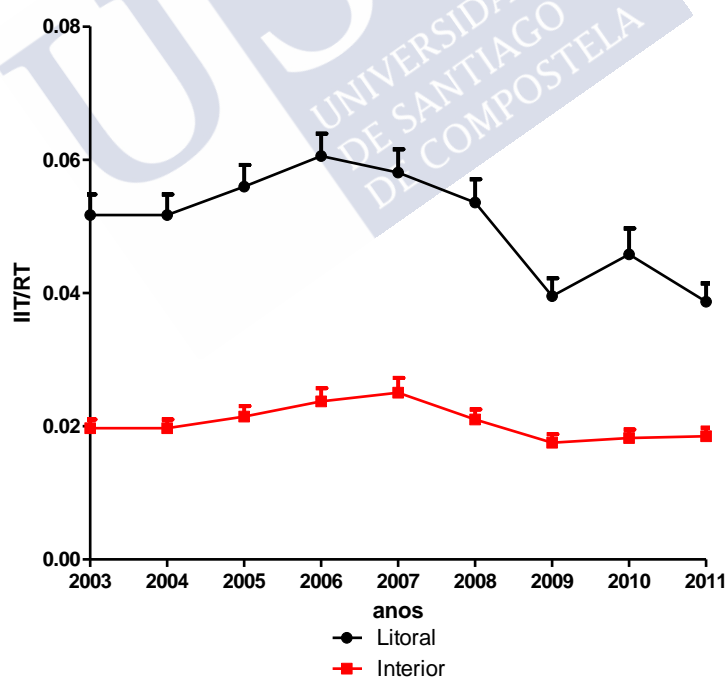
Recorreu-se ao indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total (IIT/RT), que pretende apurar o peso que representam os impostos indiretos e taxas cobradas pelos municípios, na receita total arrecadada, para responder à questão: Em que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, é mais eficiente a cobrança dos impostos indiretos e taxas?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

4.8.1 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.106 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador IIT/RT para os grupos litoral e interior e verificou-se serem significativos ($p < 0,0001$), mostrando-se o indicador superior para os municípios do litoral relativamente aos do interior. Olhando ao período 2004-2011, não se verificam modificações significativas entre os grupos ao longo do tempo (gráfico 106).

Gráfico 106 - Evolução do indicador IIT/RT nos municípios do litoral *versus* interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,63	0,0099
Litoral/Interior	19,95	P<0.0001
ano	1,99	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis litoral/interior e ano (ambas com $p < 0,0001$) sobre o indicador IIT/RT, tendo sido verificada uma interação significativa entre aquelas ($p < 0,01$). Os municípios do litoral, tendo como base o indicador IIT/RT, continuaram a apresentar um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, comparativamente aos do interior, durante todo o período 2003-2011. Verificaram-se as mesmas diferenças entre os grupos definidos, a cada ano ($p < 0,001$ para todas as comparações).

Observando o gráfico 106, podemos verificar que os municípios do litoral, tendo como base o indicador IIT/RT, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas no total das receitas, comparativamente aos do interior.

4.8.2 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério CCDR

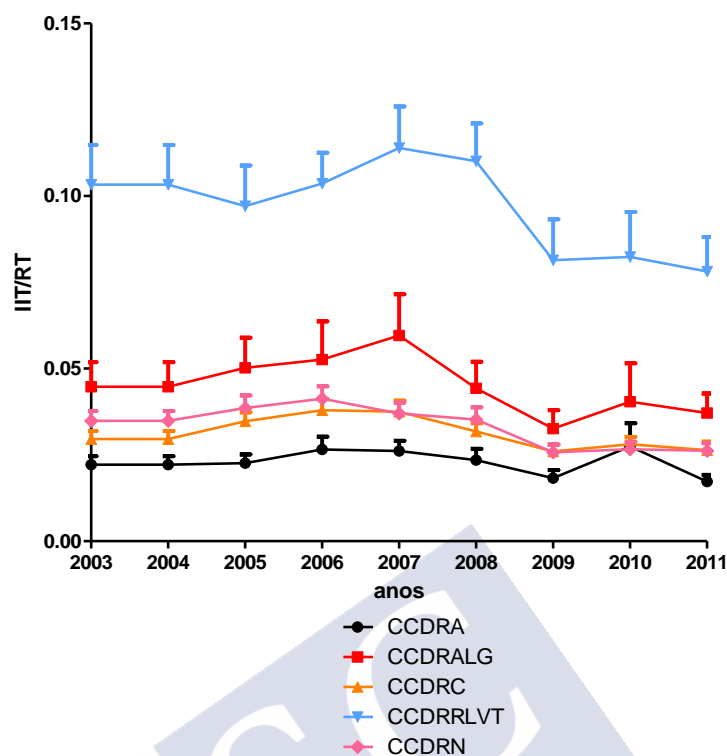
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.107 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as CCDR, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: CCDRA vs. CCDRN, CCDRA vs. CCDRALG ($p < 0,05$); CCDRA vs. CCDRRLVT, CCDRC vs. CCDRRLVT, CCDRRLVT vs. CCDRN ($p < 0,001$). Pelo contrário, não se detetaram diferenças entre os grupos: CCDRA vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRC; CCDRALG vs. CCDRRLVT; CCDRALG vs. CCDRN; CCDRC vs. CCDRN.

Verificaram-se os valores do indicador IIT/RT mais elevados nos municípios da CCDRRLVT, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzido. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 107).

Depois de realizada uma análise *Two-way ANOVA* verificou-se um efeito significativo das variáveis CCDRs e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador IIT/RT. No entanto não se verificou uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Assim, os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo, demonstraram valores do indicador IIT/RT significativamente superiores aos restantes grupos ($p < 0,001$), logo continuaram a apresentar um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas durante todo o período em estudo. A Região do Algarve apresentou um indicador significativamente superior ao das regiões Norte e Centro em 2007 ($p < 0,05$), e ao da Região do Alentejo no subperíodo 2003-2007 ($p < 0,05$ em 2003-2004 e 2006; $p < 0,01$ em 2005; $p < 0,001$ em 2007). De destacar que a Região Norte se encontra numa situação idêntica à Região Centro durante todo o período 2003-2011, e à Região do Alentejo nos anos 2003-2004 e 2007-2011, em razão de não existirem diferenças significativas entre os indicadores dos referidos grupos ($p > 0,05$). Por último sublinha-se que, durante todo o período 2003-2011, não se verificam diferenças significativas entre o indicador dos municípios que constituem os grupos CCDRC e CCDRA ($p > 0,05$).

Assim, apreciando o gráfico 107, podemos verificar que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo como base o indicador IIT/RT, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas.

Gráfico 107 - Evolução do indicador IIT/RT por CCDR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,84	0,4761
CCDRs	32,38	P<0.0001
ano	1,68	P<0.0001

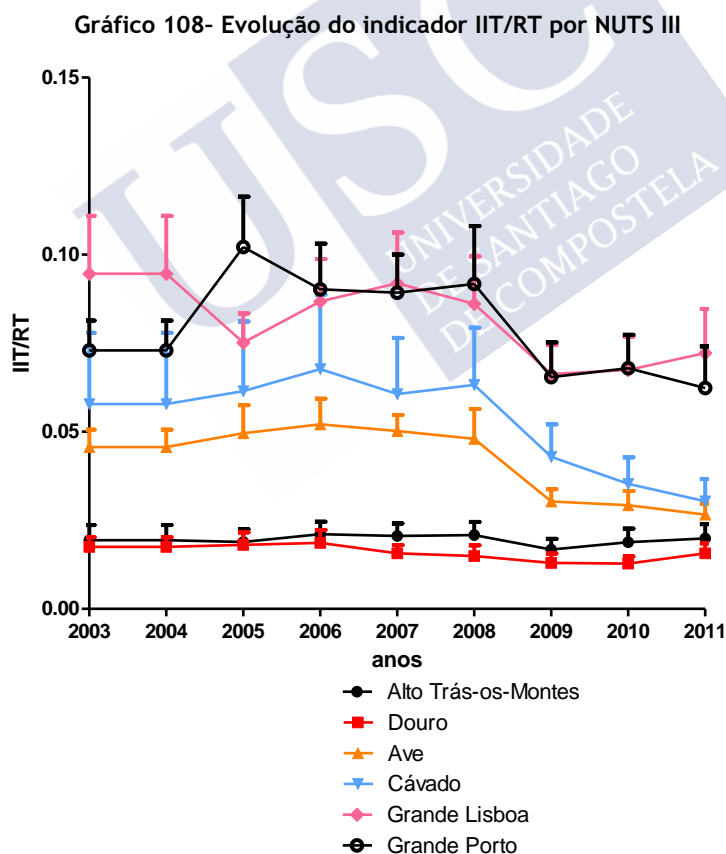
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.8.3 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o critério NUTS III

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.108 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as NUTs, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: Alto Trás-os-Montes vs. Grande Porto ($p < 0,01$); Alto Trás-os-Montes vs. Grande Lisboa, Douro vs. Grande Lisboa, Douro vs. Grande Porto ($p < 0,001$). Não se verificaram diferenças entre os grupos: Alto Trás-os-Montes vs. Douro; Alto Trás-os-Montes vs. Ave; Alto Trás-os-Montes vs. Cávado; Douro vs. Ave; Douro vs. Cávado; Ave vs. Cávado; Ave vs. Grande Lisboa; Ave vs. Grande Porto; Cávado vs. Grande Lisboa; Cávado vs. Grande Porto; Grande Lisboa vs. Grande Porto. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, à exceção de uma diminuição no valor do indicador nos grupos Cávado e Ave depois de 2008 (gráfico 108).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUTs e do ano ($p < 0,0001$ para ambas) em relação ao indicador IIT/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios pertencentes à Grande Lisboa apresentam valores tendencialmente,

mas não significativamente, superiores aos do Grande Porto em 2003 e 2004, sendo ultrapassados por estes últimos em 2005 e no período 2006-2011 ambos os grupos atingem valores totalmente idênticos. De salientar que não existem diferenças significativas entre os indicadores dos mesmos grupos durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$). O grupo da Grande Lisboa apresenta um indicador significativamente superior ao do Cávado em 2003, 2004 e 2011 ($p<0,05$) e ao do Ave em todo o período analisado exceto no ano 2005 ($p<0,05$ 2006 e 2008-2010; $p<0,01$ em 2007 e 2011; $p<0,001$ em 2003-2004). Sublinha-se também que o Grande Porto apresenta um indicador significativamente superior ao do Cávado em 2005 ($p<0,05$) e ao do Ave nos anos 2005-2011 ($p<0,05$ em 2006-7 e 2009-11; $p<0,01$ 2008 e $p<0,001$ em 2005). Importa, da mesma forma, referir que o Cávado não apresenta um rácio IIT/RT significativamente superior aos grupos Ave durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$), mas no subperíodo 2003-2008 apresenta valores significativamente superiores ao Alto Trás-os-Montes ($p<0,05$ em 2003-2004 e $p<0,01$ em 2005-2008) e Douro ($p<0,01$ em 2003-2005 e 2007 e $p<0,001$ em 2006 e 2008). Adicionalmente, salienta-se que o grupo Ave não revela um indicador significativamente superior ao do grupo Alto Trás-os-Montes nos anos 2003-2004 e 2007-2011 ($p>0,05$) nem ao do Douro nos anos 2003-2004 e 2009-2011 ($p>0,05$). Por último importa referir que os municípios do Douro e Alto Trás-os-Montes se encontram numa situação semelhante, durante todo o período considerado, em razão dos respetivos indicadores não apresentarem diferenças significativas ($p>0,05$).



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	2,75	0,8110
nuts	47,72	P<0.0001
ano	3,76	P<0.0001

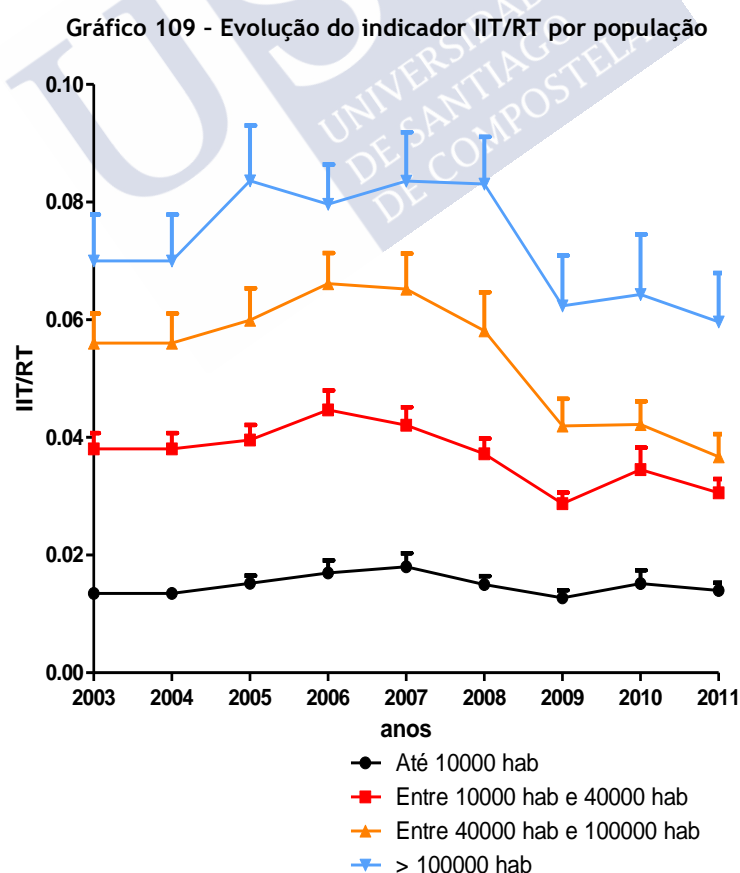
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

O gráfico 108 mostra que os municípios pertencentes à Grande Lisboa e Grande Porto foram os que apresentaram geralmente um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas. Já o Douro e Alto Trás-os-Montes, tendo como base o indicador IIT/RT, apresentam um menor peso dos impostos indiretos e taxas cobradas.

4.8.4 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério População

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.109 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a população, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab, entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. maior que 100.000 hab ($p < 0,01$); até 10.000 hab vs. entre 10.000 hab e 40.000 hab, até 10.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab, até 10.000 hab vs. maior que 100.000 hab ($p < 0,001$). Pelo contrário, não houve diferenças entre os grupos entre 40.000 hab e 100.000 hab vs. maior que 100.000.

Verificaram-se os valores do indicador IIT/RT mais elevados na população maior que 100.000 hab, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos à medida que a população diminui. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 109).



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,95	0,0915
população	27,47	P<0.0001
ano	2,24	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população e do ano (ambas com $p<0,0001$) relativamente ao indicador IIT/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p>0,05$). Desse modo, os municípios com população maior que 100.000 habitantes, tendo como base o indicador IIT/RT, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, durante todo o período 2003-2011. De salientar que o grupo maior que 100.000 hab não possui um indicador significativamente superior ao do grupo entre 40.000 hab e 100.000 hab nos anos 2003-2004 e 2006-2007 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica. De referir também que o grupo entre 40.000 hab e 100.000 hab não revela um rácio significativamente superior ao do grupo entre 10.000 hab e 40.000 hab no subperíodo 2009-2011 ($p>0,05$), motivo pelo qual se encontram numa situação similar.

Examinando o gráfico 109, podemos afirmar que os municípios com população maior que 100.000 habitantes, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, seguidos dos entre 40.000 hab e 100.000 hab, dos entre 10.000 hab e 40.000 hab e dos até 10.000.

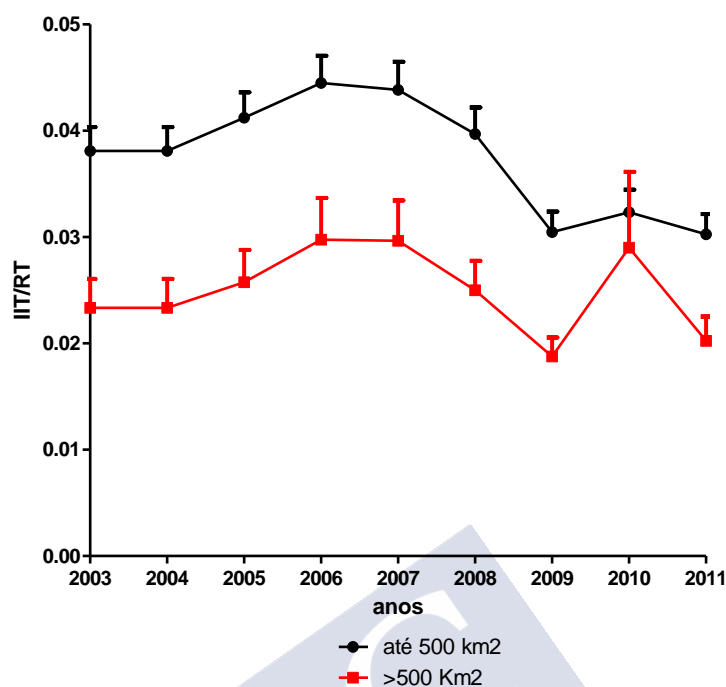
4.8.5 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Área

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.110 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* aos grupos até 500 km² e maior que 500 km² tendo como base o indicador IIT/RT e verificou-se ser significativo ($p<0,0010$). No que respeita à área até 500 km², esta apresenta um valor superior à área maior que 500 km² para este indicador. Olhando ao período 2004-2011 verifica-se que ambos os grupos variam paralelamente, aproximando-se apenas em 2010 (gráfico 110).

A realização de uma análise *Two-way ANOVA* permitiu verificar um efeito significativo da área ($p<0,0001$) e do ano ($p<0,01$) relativamente ao indicador IIT/RT. Todavia não foi constatada uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p>0,05$). Ou seja, os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador IIT/RT, continuaram a apresentar um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, durante todo o período 2003-2011. De sublinhar os anos 2009-2011 em que o referido grupo não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo maior que 500 km² ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante.

Observando o gráfico 110, podemos verificar que os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador IIT/RT, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas.

Gráfico 110 - Evolução do indicador IIT/RT por área



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,18	0,7842
área	2,17	P<0,0001
ano	0,92	0,0029

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

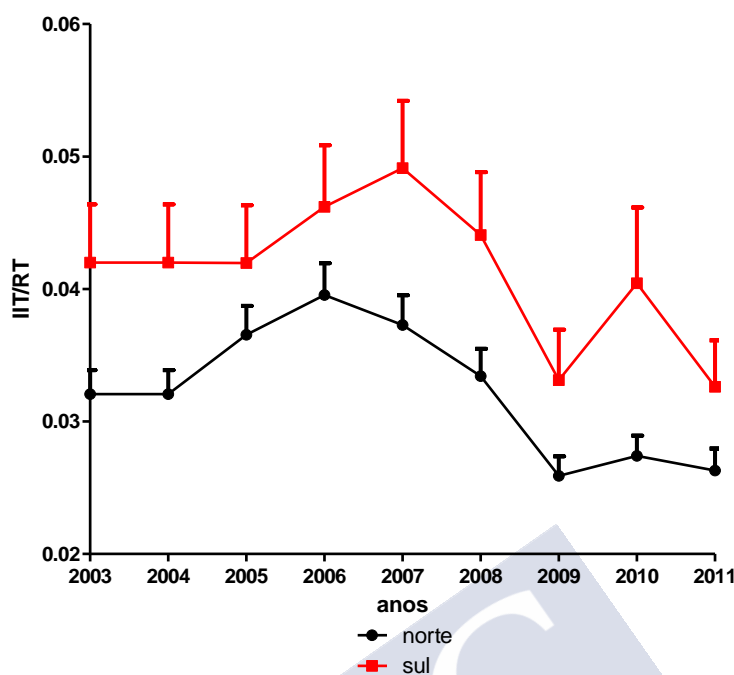
4.8.6 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.111 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* aos grupos norte e sul tendo como base o indicador IIT/RT que se demonstrou não significativo. Olhando ao período 2004-2011 verifica-se que ambos os grupos variam paralelamente ao longo do tempo (gráfico 111).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis norte/sul e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador IIT/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Deste modo, os municípios do Sul, tendo como base o indicador IIT/RT, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, durante todo o período em estudo. No entanto, a vantagem tendencial do grupo sul face ao grupo norte apenas se revela significativa nos anos de 2007 e 2010 ($p < 0,05$), pelo que nos restantes anos ambos se encontram numa situação semelhante ($p > 0,05$).

O gráfico 111 demonstra que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos em grande parte do período analisado, para os municípios do Sul, tendo como base o indicador IIT/RT, apresentarem um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas.

Gráfico 111 - Evolução do indicador IIT/RT nos municípios do norte versus sul



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,12	0,9202
Norte/Sul	1,59	P<0.0001
ano	1,77	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.8.7 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Partido Político

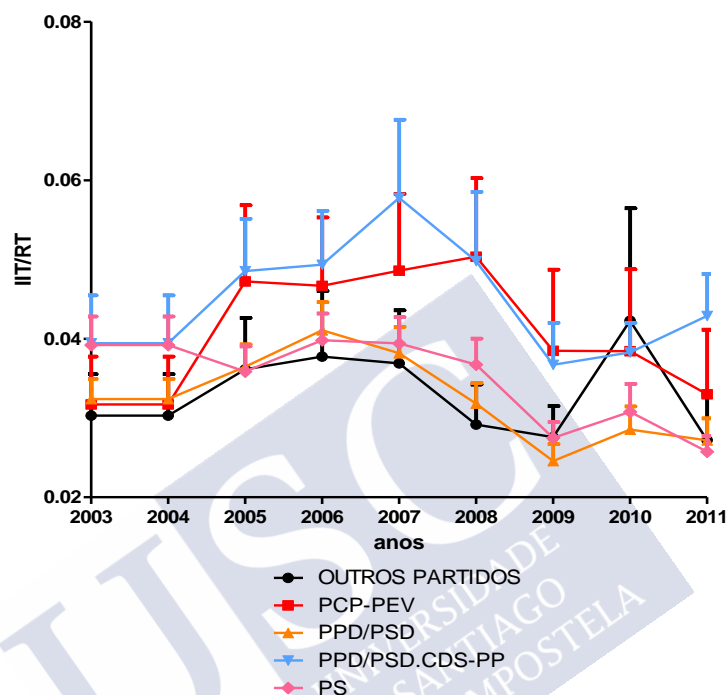
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.112 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não foi verificada para o caso, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), indicador IIT/RT, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Os Outros partidos em 2010 melhoram tendencialmente os resultados relativamente aos grupos PPS/PSD e PS (gráfico 112). Tal facto poderá estar relacionado com as eleições autárquicas ocorridas em 2009.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Partido ($p < 0,001$) e ano ($p < 0,05$) no comportamento do indicador IIT/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios pertencentes à coligação PPD/PSD - CDS-PP e PCP-PEV, tendo como base o indicador IIT/RT, apresentaram geralmente um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas nos anos referidos. No entanto, importa salientar que do universo de comparações realizadas, somente uma se mostrou significativa. Com efeito, no ano 2008 o grupo PCP-PEV revela um indicador significativamente superior ao do grupo PPD/PSD ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações realizadas entre os diferentes grupos se mostraram não significativas

($p>0,05$), pelo que os mesmos se encontram numa situação semelhante durante todo o período 2003-2011 considerado.

O gráfico 112 demonstra que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios liderados pelo PPD/PSD - CDS-PP e PCP-PEV, tendo como base o indicador IIT/RT, apresentarem um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas em relação às receitas totais, relativamente aos outros partidos.

Gráfico 112 - Evolução do indicador IIT/RT por partido político municipal



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,49	0,9993
Partido	0,82	0,0004
ano	0,78	0,0126

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

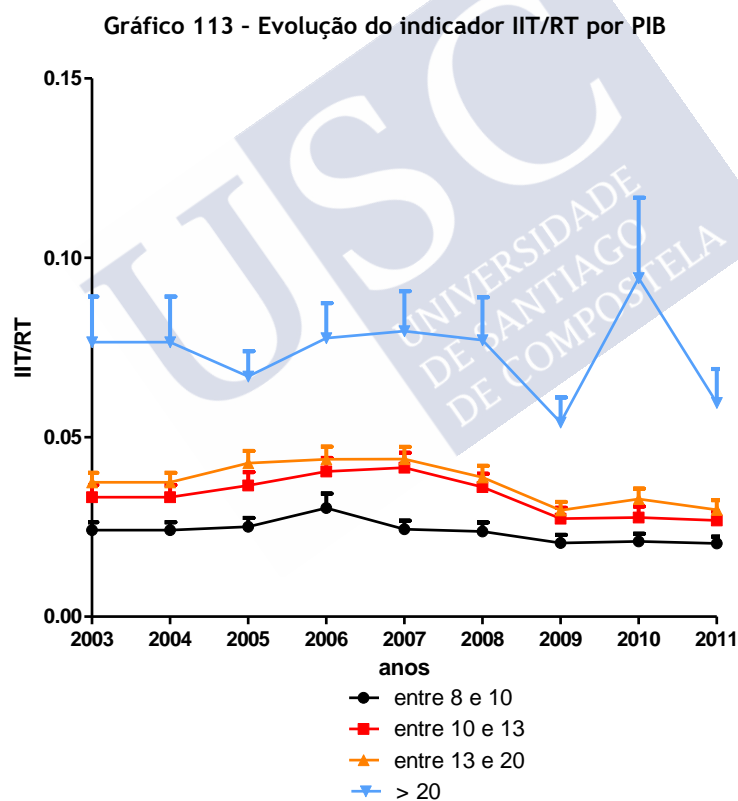
4.8.8 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério PIB

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.113 no Anexo I), após a análise da normalidade, para o PIB per capita, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p<0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 13m€ e 20m€ vs. maior que 20m€, entre 8m€ e 10m€ vs. entre 13m€ e 20m€ ($p<0,05$); entre 8m€ e 10m€ vs. maior que 20m€, entre 10m€ e 13m€ vs. maior que 20m€ ($p<0,001$). Por outro lado, não se revelaram significativas as comparações dos grupos: entre 8m€ e 10m€ vs. entre 10m€ e 13m€; entre 10m€ e 13m€ vs. entre 13m€ e 20m€.

Verificaram-se os valores do indicador IIT/RT mais elevados para o PIB per capita maior que 20m€, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos. Quanto ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 113).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do PIB ($p<0,0001$) e do ano ($p<0,001$) no indicador IIT/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p>0,05$). Assim os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, durante todo o período 2003-2011 analisado. Importa salientar que o grupo maior que 20m€ não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 13m€ e 20m€ nos anos 2005 e 2009 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante neste período. No que concerne ao grupo entre 13m€ e 20m€, é relevante sublinhar que o respetivo indicador não é significativamente superior ao dos grupos entre 10m€ e 13m€ durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$) nem ao grupo entre 8 m€ e 10 m€ nos anos 2003-2004, 2006 e 2008-2011 ($p>0,05$). Por último, destaca-se que o grupo entre 10m€ e 13m€ não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 8m€ e 10m€ nos anos 2003-2006 e 2008-2011 ($p>0,05$), razão pela qual também se encontram numa situação idêntica.

O gráfico 113 mostra-nos que os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, seguidos dos entre 13m€ e 20m€, dos entre 10m€ e 13m€ e dos entre 8m€ e 10m€.



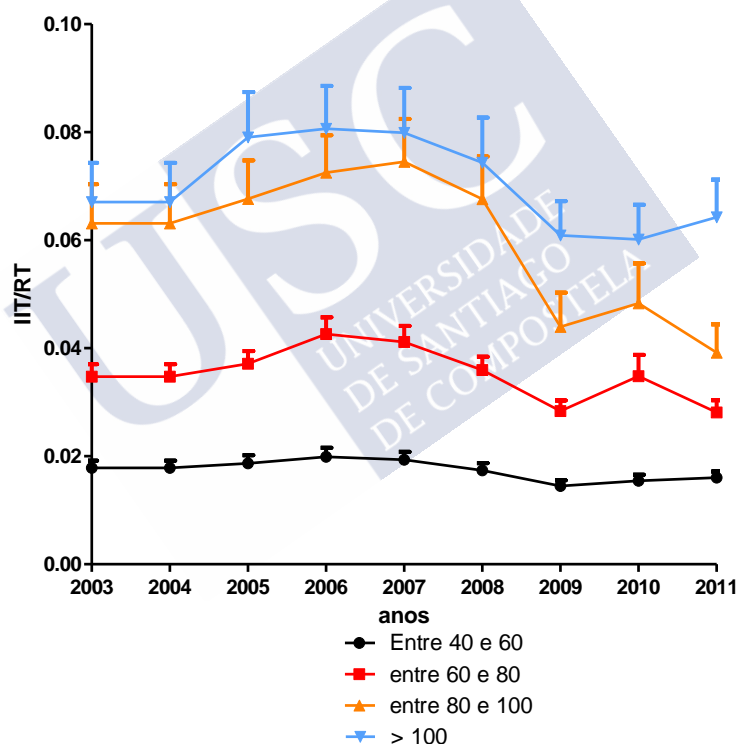
Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,99	0,1969
PIB	15,36	P<0.0001
ano	1,05	0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.8.9 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.114 no Anexo I), após a análise da normalidade, para o poder de compra, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 60% e 80% vs. maior que 100%, entre 40% e 60% vs. entre 60% e 80%, entre 40% e 60% vs. entre 80% e 100%, entre 40% e 60% vs. maior que 100% ($p < 0,001$); entre 60% e 80% vs. entre 80% e 100% ($p < 0,01$). Contrariamente, a comparação entre os grupos entre 80% e 100% vs. maior que 100% foi não significativa. Verificaram-se os valores do indicador IIT/RT mais elevados para o poder de compra maior que 100% e entre 80% e 100%, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se um decréscimo mais acentuado no grupo entre 80% e 100% depois de 2009 (gráfico 114).

Gráfico 114 - Evolução do indicador IIT/RT por poder de compra



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,14	0,0215
poder de compra	26,56	P<0.0001
ano	2,45	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA*, foi demonstrado um efeito significativo do poder de compra e do ano ($p < 0,0001$ para ambas as variáveis) relativamente ao indicador IIT/RT, tendo-se verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p < 0,05$). Os municípios com poder de compra maior que 100, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, durante todo o período

2003-2011 analisado. Importa salientar que o grupo maior que 100% não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 80% e 100% no subperíodo 2003-2010 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica. De referir adicionalmente que o grupo entre 80% e 100% apresenta um decréscimo em 2009 que leva a que não apresente um indicador significativamente superior ao do grupo entre 60% e 80% no subperíodo 2010-2011 ($p>0,05$).

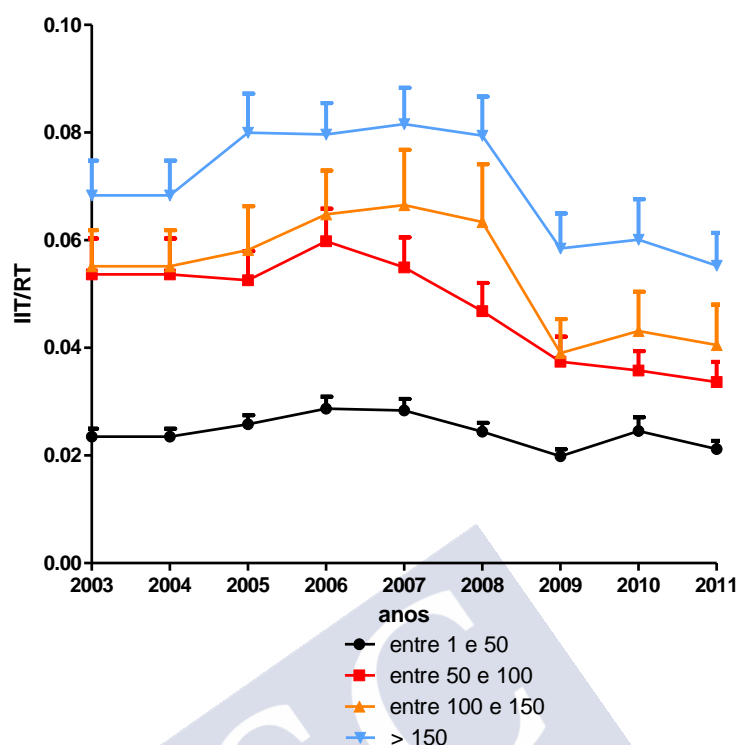
Conferindo o gráfico 114, podemos verificar que os municípios com poder de compra maior que 100%, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas em relação às receitas totais, seguidos dos entre 80% e 100%, dos entre 60% e 80% e dos entre 40% e 60%.

4.8.10 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.115 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as sociedades constituídas, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p<0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: entre 1 e 50 vs. entre 50 e 100, entre 1 e 50 vs. entre 100 e 150, entre 1 e 50 vs. maior que 150 ($p<0,001$). Não houve diferenças detetadas entre os grupos: entre 50 e 100 vs. entre 100 e 150; entre 50 e 100 vs. maior que 150; entre 100 e 150 vs. maior que 150. Verificaram-se os valores do indicador (IIT/RT) mais reduzidos nos municípios com n.º de sociedades constituídas entre 1 e 50. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações muito significativas na relação entre grupos (gráfico 115). Nos três grupos que integram os municípios com mais de 50 sociedades constituídas houve um abaixamento dos valores do indicador a partir de 2008.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas e do ano ($p<0,0001$ para ambas as variáveis) no indicador IIT/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p>0,05$). Os municípios com poder de compra entre 1 e 50 continuaram a ser aqueles que apresentaram um menor peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, durante todo o período 2003-2011, pois apresentam valores significativamente inferiores do indicador IIT/RT relativamente aos restantes (exceto relativamente aos grupos entre 50 e 100 nos anos 2010 e 2011, $p>0,05$), principalmente entre 2003 e 2008 ($p<0,001$ relativamente a todos os grupos). Importa referir que o grupo maior que 150 não apresenta um indicador significativamente mais elevado relativamente aos dos grupos entre 100 e 150 durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$) e entre 50 e 100 nos anos 2003-2004 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante nos referidos anos.

Gráfico 115 - Evolução do indicador IIT/RT por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,77	0,5215
sociedades constituídas	14,05	P<0,0001
ano	2,98	P<0,0001

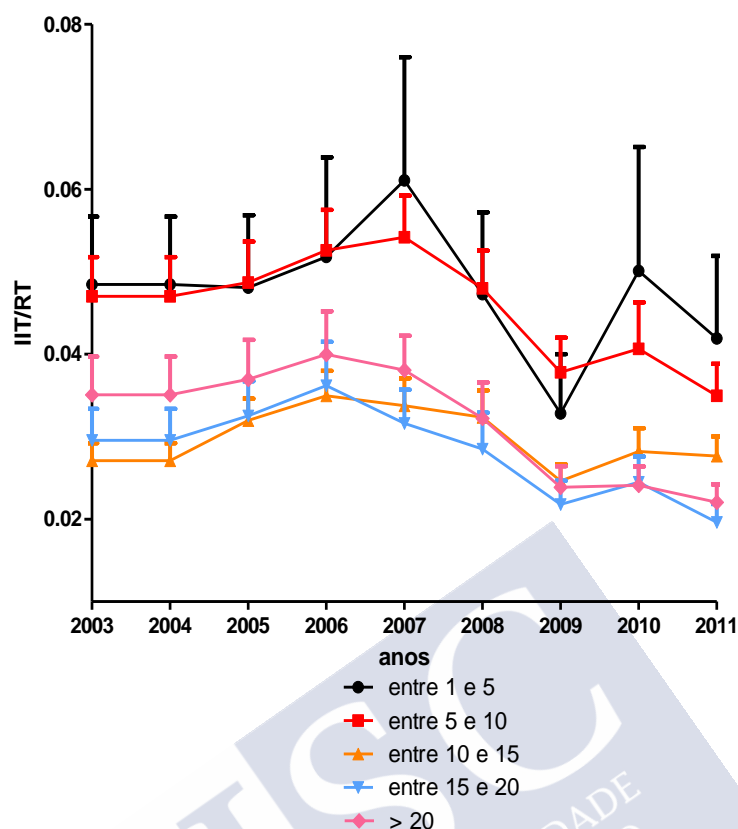
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Verificando o gráfico 115, podemos verificar que os municípios com sociedades constituídas entre 1 e 50, apresentam um menor peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, seguidos dos entre 100 e 150, e dos entre 50 e 100.

4.8.11 Análise do Indicador Impostos indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.116 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as sociedades da indústria transformadora, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,01$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que apenas a seguinte comparação se mostrou significativa: entre 5% e 10% vs. entre 10% e 15% ($p < 0,01$). Verificaram-se os valores do indicador IIT/RT tendencialmente mais elevados nos municípios com n.º de sociedades da indústria transformadora entre 1% e 5% e 5% e 10%. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, sendo apenas de salientar um agravamento pontual em 2009 (gráfico 116).

Gráfico 116 - Evolução do indicador IIT/RT por sociedades da indústria transformadora



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,36	1,0000
sociedades industria transformadora	3,79	P<0.0001
ano	1,46	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades da indústria transformadora e do ano ($p < 0,0001$ para ambas as variáveis) relativamente ao indicador IIT/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com entre 1% e 5% e entre 5% e 10% sociedades da indústria transformadora, foram aqueles que apresentaram geralmente um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas. Importa salientar que, do universo de comparações realizadas entre os grupos, somente algumas se mostraram significativas. Com efeito, o grupo entre 1% e 5% apenas possui um indicador significativamente superior, quando comparado, no ano 2007, com o dos grupos entre 15% e 20% e entre 10% e 15% ($p < 0,05$ para ambas). Relativamente ao grupo entre 5% e 10%, o respetivo indicador apenas é significativamente superior ao do grupo entre 15 e 20 nos anos 2003-2004 ($p < 0,05$), 2007 ($p < 0,01$) e 2008 ($p < 0,05$), e ao do grupo entre 10 e 15 nos anos 2003-2004 ($p < 0,001$), 2005-6 ($p < 0,01$), 2007 ($p < 0,001$) e 2008 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$), pelo que os grupos em causa se encontram numa situação semelhante.

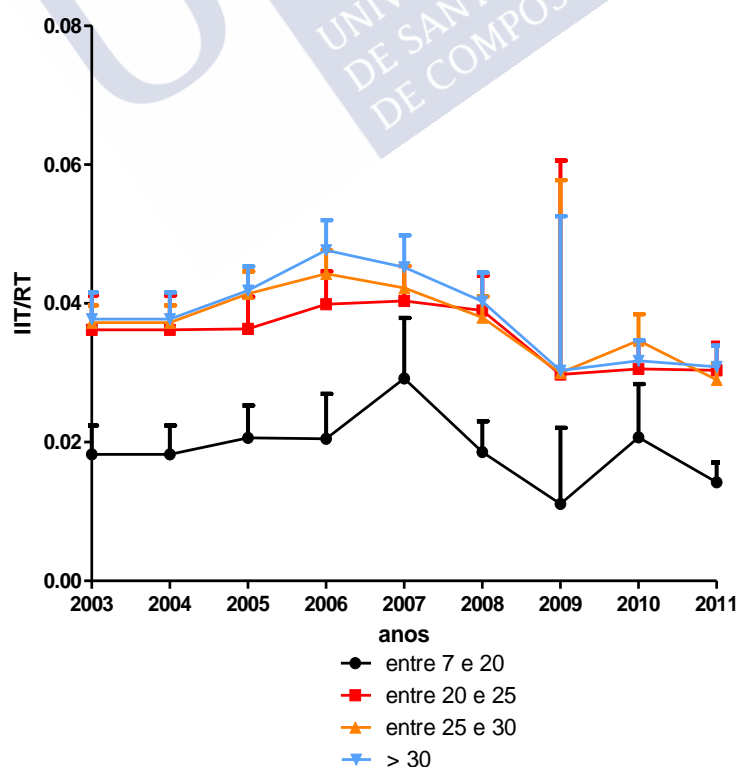
Averiguando o gráfico 116, podemos verificar que os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5% e entre 5% e 10%, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas.

4.8.12 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.117 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as sociedades no comércio, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 7% e 20% vs. entre 25% e 30%, entre 7% e 20% vs. maior que 30 ($p < 0,001$). Não houve diferenças significativas entre os grupos: entre 7% e 20% vs. entre 20% e 25%; entre 20% e 25% vs. entre 25% e 30%; entre 20% e 25% vs. maior que 30%; entre 25% e 30% vs. maior que 30%. Logo o grupo entre 7% e 20% foi o que apresentou os valores mais baixos. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 117).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades do comércio ($p < 0,01$) mas não do ano ($p > 0,05$) no indicador IIT/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com proporção de sociedades no comércio entre 7% e 20%, continuaram a ser aqueles que apresentaram em tendência um menor peso dos impostos indiretos e taxas cobradas durante a maior parte do período em análise. Importa, no entanto, referir que do universo de comparações efetuadas entre os diferentes grupos, todas se mostraram não significativas ($p > 0,05$) durante todo o período 2003-2011 analisado.

Gráfico 117 - Evolução do indicador IIT/RT por sociedades no comércio



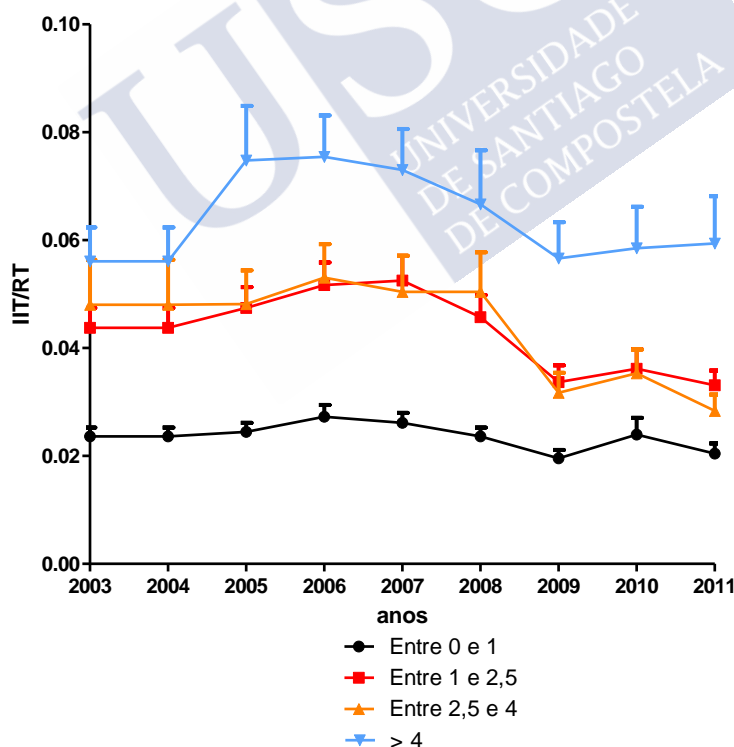
<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,03	1,0000
sociedades do comércio	0,53	0,0044
ano	0,18	0,8063

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.8.13 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.118 no Anexo I), após a análise da normalidade, para número de médicos por cada 1000 habitantes, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 0‰ e 1‰ vs. maior que 4‰, entre 0‰ e 1‰ vs. entre 1‰ e 2,5‰ ($p < 0,001$); entre 0‰ e 1‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰ ($p < 0,01$). Não se detetaram diferenças significativas na comparação dos grupos: entre 1‰ e 2,5‰ vs. entre 2,5‰ e 4‰; entre 1‰ e 2,5‰ vs. maior que 4‰; entre 2,5‰ e 4‰ vs. maior que 4‰. Logo o grupo entre 0‰ e 1‰ foi o que obteve valores inferiores do indicador. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 118).

Gráfico 118 - Evolução do indicador IIT/RT por número de médicos



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,56	0,9020
médicos por hab	8,88	$P < 0,0001$
ano	1,52	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo das variáveis médico por habitante e ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador IIT/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as mesmas ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios com entre 0 e 1 médicos por 1.000 habitantes, tendo como base o indicador IIT/RT, continuaram a ser aqueles que apresentaram um menor peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, pois apresentaram valores significativamente inferiores do indicador face aos restantes durante todo o período 2003-2011 analisado, exceto relativamente ao grupo entre 2,5‰ e 4‰ no subperíodo 2009-2011 ($p > 0,05$). O grupo maior que 4‰ apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 2,5‰ e 4‰ em 2011 ($p < 0,05$) e entre 1‰ e 2,5‰ nos anos 2005 ($p < 0,01$), 2006, 2009 e 2011 ($p < 0,05$). Importa salientar que o rácio do grupo entre 2,5‰ e 4‰ não é significativamente diferente do grupo entre 1‰ e 2,5‰ durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante nos anos em causa.

Contemplando o gráfico 118, podemos verificar que os municípios com médicos por 1000 habitantes maior que 4, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas desde 2005, e que o grupo entre 0‰ e 1‰ apresentam um menor peso dos impostos indiretos e taxas cobradas em todo o período de análise.

4.8.14 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada

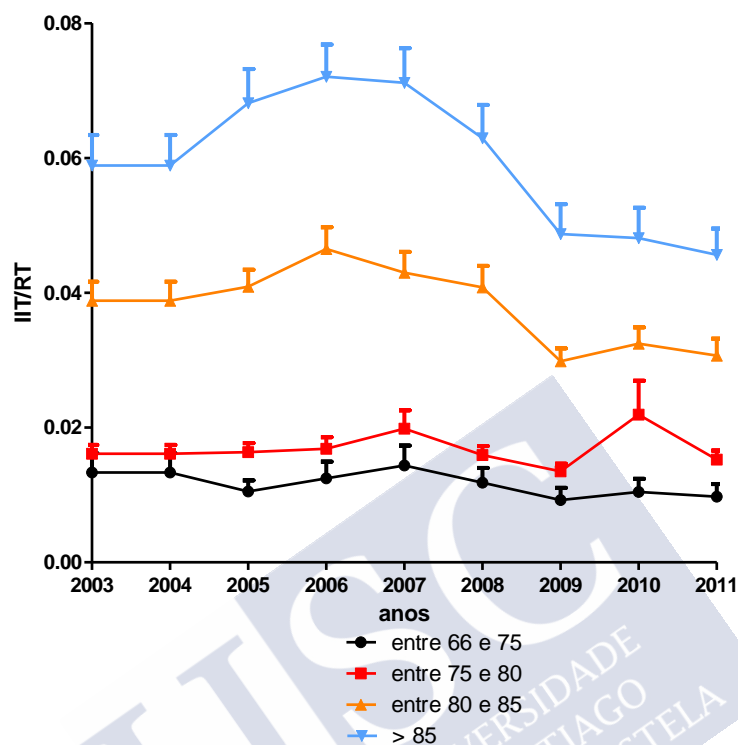
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.119 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a proporção população que sabe ler e escrever, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações seguintes se mostraram significativas: entre 66% e 75% vs. entre 80% e 85%, entre 66% e 75% vs. maior que 85%, entre 75% e 80% vs. entre 80% e 85%, entre 75% e 80% vs. maior que 85% ($p < 0,001$); entre 80% e 85% vs. maior que 85% ($p < 0,01$). Não houve diferença entre os grupos entre 66% e 75% vs. entre 75% e 80%.

Verificaram-se os valores do indicador IIT/RT mais elevados nos municípios com percentagem de população que sabe ler e escrever maior que 85%, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos. Relativamente ao restante período 2004-2011, apenas o grupo maior que 85% mostrou alguma melhoria entre 2005 e 2008 (gráfico 119).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis população que sabe ler e escrever e ano (ambas com $p < 0,0001$) relativamente ao indicador IIT/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Desse modo, os municípios com proporção de população que sabe ler e escrever maior que 85% continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, durante todo o período 2003-2011 considerado pois apresentaram valores significativamente superiores do indicador IIT/RT relativamente aos restantes ($p < 0,001$ para todas as comparações, exceto vs. Entre 80% e 85% em 2010 e 2011 que foi $p < 0,01$). Importa salientar que o grupo entre 80% e 85% não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 75% e 80% no ano 2010 ($p > 0,05$), razão pela qual se encontram ambos numa situação semelhante. É também relevante referir que o grupo entre 75% e 80% não apresenta um indicador significativamente mais elevado do que o do grupo entre 66% e 75% durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante.

Apreciando o gráfico 119, podemos verificar que os municípios com proporção de população que sabe ler e escrever maior que 85%, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, seguidos dos entre 80% e 85%, dos entre 75% e 80% e dos entre 66% e 75%.

Gráfico 119 - Evolução do indicador IIT/RT por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,93	0,1704
população que sabe ler e escrever	22,38	P<0.0001
ano	1,09	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.8.15 Análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.120 no Anexo I), após a análise da normalidade, para proporção da população residente com o ensino superior completo, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador IIT/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que se mostraram significativas as comparações entre os grupos: entre 1% e 2,5% vs. entre 2,5% e 5% ($p < 0,01$); entre 1% e 2,5% vs. entre 5% e 6,5%, entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5%, entre 2,5% e 5% vs. entre 5% e 6,5%, entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5% ($p < 0,001$). Não houve diferenças entre os grupos entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5%.

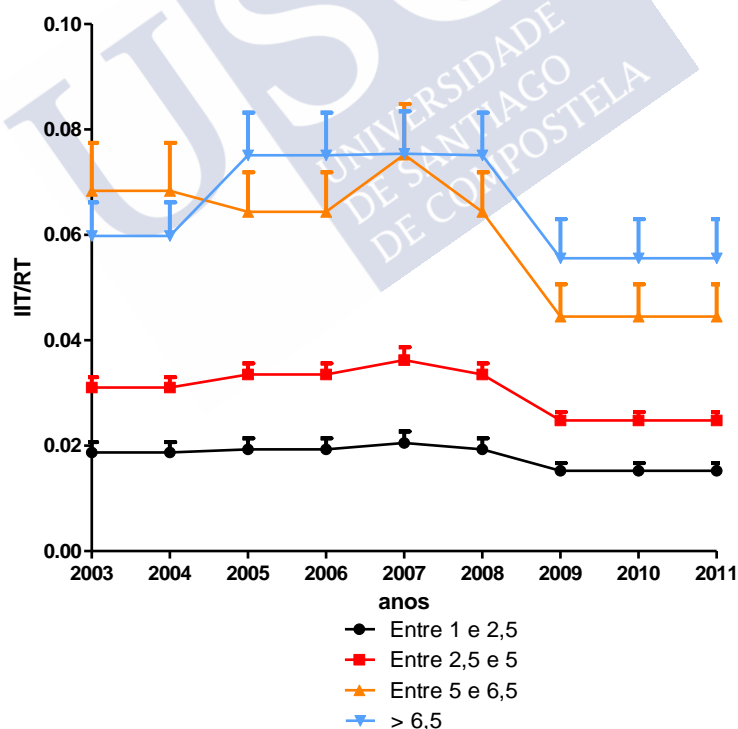
Verificaram-se os valores do indicador IIT/RT mais elevados nos municípios com percentagem de população com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% e maior que 6,5%, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos.

No que concerne ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas. Verifica-se, porém, que a partir de 2005, os municípios com proporção de população residente com o ensino superior completo maior que 6,5%, ultrapassam o grupo entre 5% e 6,5%, passando a apresentar um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas em relação ao total de receitas, comparativamente aos outros grupos (gráfico 120).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das variáveis população ensino superior completo e ano (ambas com $p < 0,0001$) no indicador IIT/RT, tendo-se constatado uma interação significativa entre aquelas ($p < 0,05$). Efetivamente, os municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% e maior que 6,5%, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas pois apresentam valores do indicador IIT/RT significativamente superiores aos restantes grupos ($p < 0,001$ para todas as comparações, exceto vs. Entre 2,5% e 5% em 2009-2011 que foi $p < 0,01$). De salientar, que os grupos entre 5% e 6,5% e maior que 6,5% não apresentam diferenças significativas entre si, durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação similar. Sublinha-se adicionalmente que o grupo entre 2,5% e 5% apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 1% e 2,5% no subperíodo 2003-2008 ($p < 0,05$ em 2003-2004 e $p < 0,01$ em 2005-2008).

Conferindo o gráfico 120, podemos verificar que os municípios com proporção de população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% e maior que 6,5%, apresentam um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas.

Gráfico 120 - Evolução do indicador IIT/RT por população com o ensino superior completo



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,17	0,0224
População ensino superior completo	24,27	P<0.0001
ano	2,41	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.9 ANÁLISE DO INDICADOR IMPOSTOS DIRETOS/RECEITA TOTAL (ID/RT)

Recorreu-se ao indicador Impostos Diretos/Receita Total (ID/RT), que pretende apurar o peso que representam os impostos diretos cobrados pelos municípios, na receita total arrecadada, para responder à questão: Em que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, é mais eficiente a cobrança dos impostos diretos?

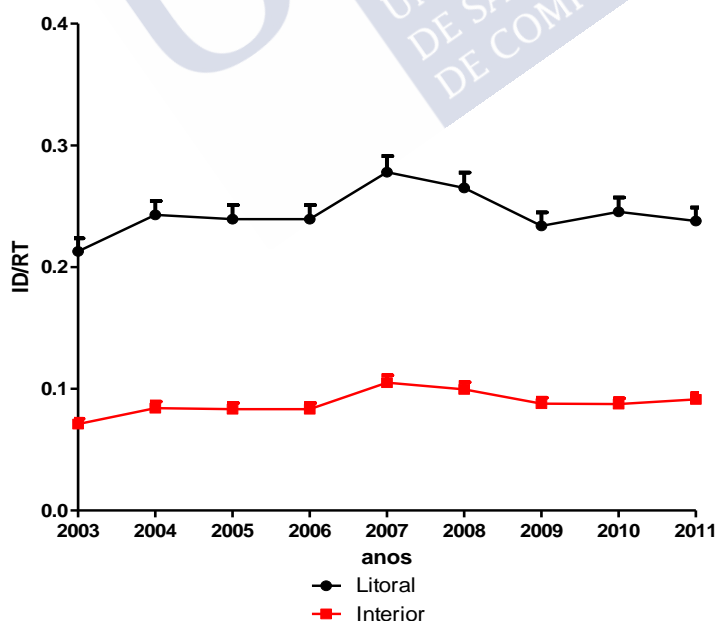
Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

4.9.1 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Litoral/Interior

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.121 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador ID/RT para os grupos litoral e interior e verificou-se ser significativo ($p < 0,0001$), mostrando-se o indicador superior para os municípios do litoral relativamente aos do interior. No período 2004-2011, não se verificam modificações significativas na relação entre os grupos (gráfico 121).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Litoral/Interior e ano ($p < 0,0001$ para ambas) sobre o indicador ID/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Assim, os municípios do litoral, tendo como base o indicador ID/RT, continuaram a apresentar um maior peso dos impostos diretos cobrados, comparativamente aos do interior, durante todo o período 2003-2011 considerado. Verificaram-se as mesmas diferenças entre os grupos definidos, a cada ano ($p < 0,001$).

Gráfico 121 - Evolução do indicador ID/RT nos municípios do litoral versus interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,12	0,7714
Litoral/Interior	34,45	P<0.0001
ano	0,99	P<0.0001

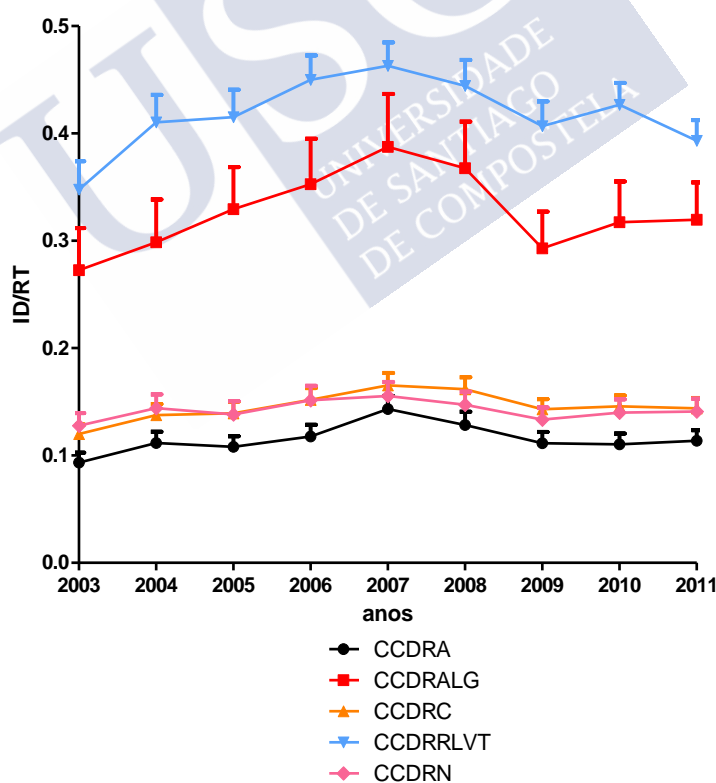
Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Olhando para o gráfico 121, podemos verificar que os municípios do litoral, tendo como base o indicador ID/RT, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, comparativamente aos do interior.

4.9.2 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério CCDR

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.122 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as CCDR, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações entre os seguintes grupos se mostraram significativas: CCDRRLVT vs. CCDRN, CCDRC vs. CCDRRLVT, CCDRA vs. CCDRALG, CCDRA vs. CCDRRLVT ($p < 0,001$); CCDRALG vs. CCDRC, CCDRALG vs. CCDRN ($p < 0,01$). Contrariamente, não se verificaram diferenças entre os grupos: CCDRA vs. CCDRC; CCDRA vs. CCDRN; CCDRALG vs. CCDRRLVT; CCDRC vs. CCDRN. Os grupos CCDRALG e CCDRRLVT demonstraram os valores mais elevados deste indicador. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que as relações entre os grupos se mantêm durante o período em causa, sem evidenciarem modificações significativas (gráfico 122).

Gráfico 122 - Evolução do indicador ID/RT por CCDR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,45	0,9557
CCDRs	41,96	P<0.0001
ano	1,10	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

A análise *Two-way ANOVA* que foi efetuada permitiu constatar um efeito significativo das variáveis CCDRs e ano ($p < 0,0001$ para ambas) no indicador ID/RT, não se tendo verificado uma interação significativa entre aquelas ($p < 0,05$). Assim, os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, pois apresentam valores do indicador ID/RT significativamente superiores ao Norte, Centro e Alentejo durante todo o período 2003-2011 analisado ($p < 0,001$), e à Região do Algarve nos anos 2004, 2009-2010 ($p < 0,05$).

Os municípios do Algarve apresentam valores do indicador ID/RT significativamente superiores ao Norte, Centro e Alentejo durante todo o período 2003-2011 analisado ($p < 0,001$). Importa referir que as regiões do Norte, Centro e Alentejo se encontram numa situação idêntica em razão da não existência de diferenças significativas nas comparações entre os respetivos indicadores, durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$).

Examinando o gráfico 122, podemos verificar que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo como base o indicador ID/RT, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados.

4.9.3 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério NUTS III

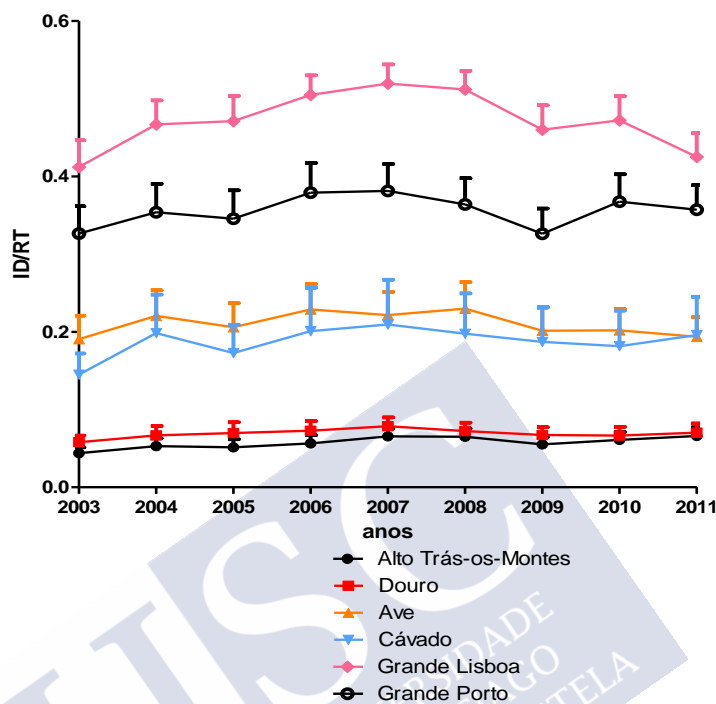
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.123 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se uma análise *one-way Anova*, ao indicador ID/RT, que se mostrou significativa ($p < 0,0001$). Com recurso ao teste de *Bonferroni's*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: Cávado vs. Grande Lisboa, Cávado vs. Grande Porto, Alto Trás-os-Montes vs. Ave, Alto Trás-os-Montes vs. Grande Lisboa, Alto Trás-os-Montes vs. Grande Porto, Douro vs. Ave, Douro vs. Grande Lisboa, Douro vs. Grande Porto, Ave vs. Grande Lisboa ($p < 0,001$); Ave vs. Grande Porto ($p < 0,01$); e se mostraram não significativas as comparações: Alto Trás-os-Montes vs. Douro; Alto Trás-os-Montes vs. Cávado; Douro vs. Cávado; Ave vs. Cávado; Grande Lisboa vs. Grande Porto.

Verificaram-se os valores do indicador ID/RT mais elevados nos municípios das NUTS da Grande Lisboa, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas nos resultados (gráfico 123).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUTS ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,05$) em relação ao indicador ID/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Assim, os municípios pertencentes à Grande Lisboa, tendo como base o indicador ID/RT, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 considerado. Importa salientar que o grupo Grande Lisboa não possui um indicador significativamente superior ao do Grande Porto nos anos 2003 e 2011 ($p > 0,05$). Sublinha-se também que o indicador do Ave não é significativamente diferente do indicador do Cávado durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica. No que concerne ao Cávado é relevante salientar o ano de 2003 em que o respetivo indicador ID/RT não se apresenta significativamente superior aos indicadores do Douro e do Alto Trás-os-Montes ($p > 0,05$). Por último é importante referir que não existem diferenças significativas entre o Douro e o Alto Trás-os-Montes durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$).

Observando o gráfico 123, podemos verificar que os municípios pertencentes à Grande Lisboa, tendo como base o indicador ID/RT, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados.

Gráfico 123 - Evolução do indicador ID/RT por NUTS III



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,54	1,0000
nuts	77,80	P<0,0001
ano	0,75	0,0156

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.9.4 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério População

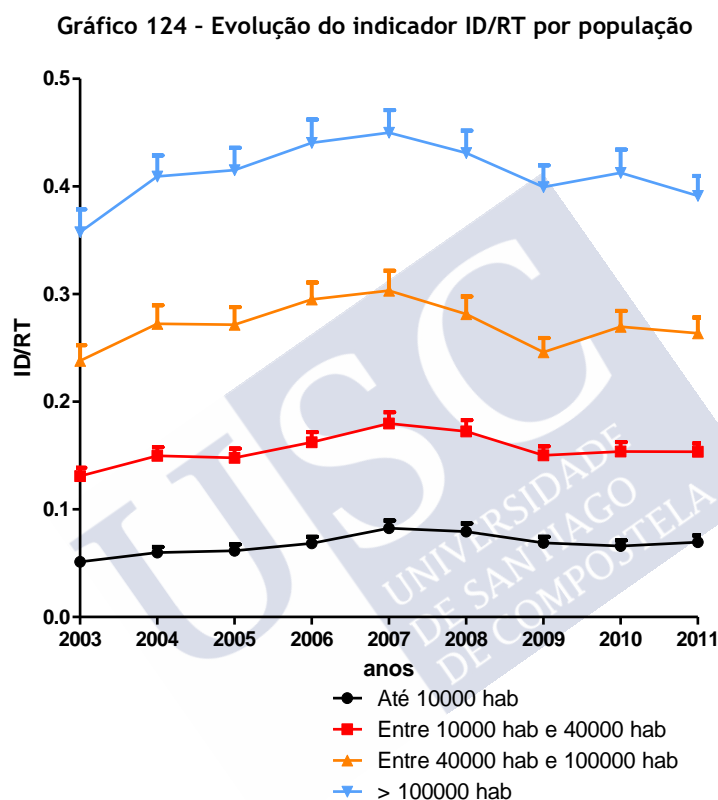
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.124 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a população, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: até 10.000 hab vs. entre 10.000 hab e 40.000 hab, até 10.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab, até 10.000 hab vs. maior que 100.000 hab, entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. entre 40.000 hab e 100.000 hab, entre 10.000 hab e 40.000 hab vs. maior que 100.000 hab ($p < 0,001$ para todas as comparações). Não se verificaram diferenças entre os grupos entre 40.000 hab e 100.000 hab vs. maior que 100.000.

Verificaram-se os valores do indicador ID/RT mais elevados nos municípios com população maior que 100.000 hab, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzidos. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 124).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população e do ano ($p < 0,0001$ para ambas) relativamente ao indicador ID/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$).

Desse modo, os municípios com número de habitantes maior que 100.000, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 analisado. Verificaram-se as mesmas diferenças entre os grupos definidos, a cada ano ($p < 0,001$ para todas as comparações).

Observando o gráfico 124, é possível apurar que os municípios com população maior que 100.000 habitantes, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, seguidos dos Entre 40.000 hab e 100.000 hab, dos Entre 10.000 hab e 40.000 hab e dos Até 10.000.



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,25	0.9033
população	59,52	P<0.0001
Ano	0,95	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

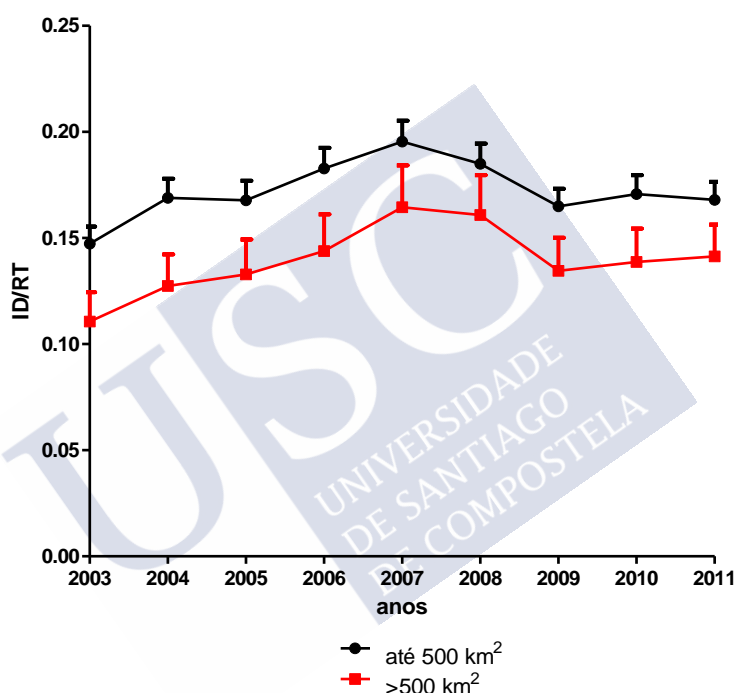
4.9.5 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Área

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.125 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* aos grupos até 500 km² e maior que 500 km², tendo como base o indicador ID/RT e verificou-se ser significativo ($p < 0,05$). O grupo até 500 km² apresenta um valor superior deste indicador relativamente ao grupo maior que 500 km². Contemplando ao período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 125).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da Área ($p<0,0001$) e do ano ($p<0,05$) relativamente ao indicador ID/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p>0,05$). Ou seja, os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador ID/RT, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 considerado. No entanto, não se verificaram diferenças significativas entre os indicadores dos dois grupos nas comparações realizadas ($p>0,05$), pelo que ambas se encontram numa situação similar.

Observando o gráfico 125, podemos verificar que os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador ID/RT, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados.

Gráfico 125 - Evolução do indicador ID/RT por área



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,02	0,9997
Área	0,92	$P<0,0001$
Ano	0,68	0,0299

Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

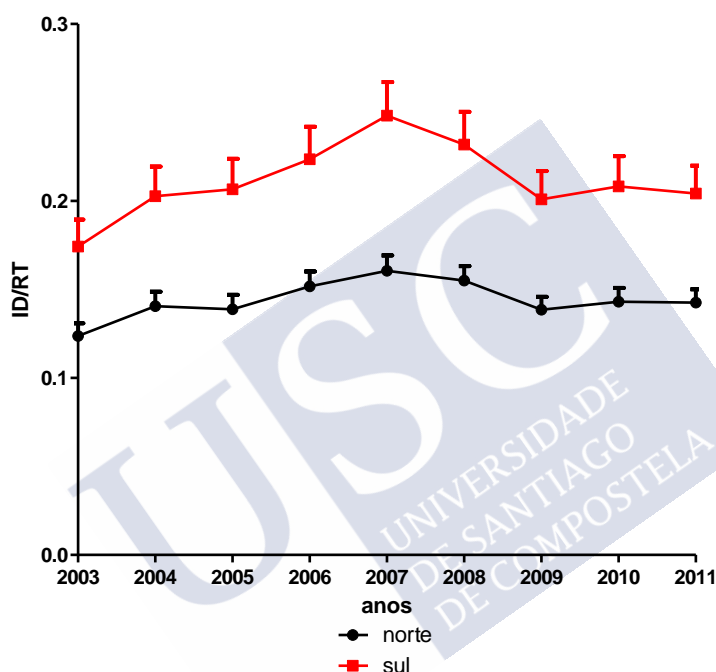
4.9.6 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Norte/Sul

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.126 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* aos grupos norte e sul, tendo como base o indicador ID/RT e verificou-se a ser significativo ($p<0,05$). Verificou-se que o Sul, apresenta um valor superior ao norte para este indicador. Observando ao período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 126).

Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar a existência de um efeito significativo das variáveis norte/sul ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,001$) no indicador ID/RT. Todavia não se verificou uma interação significativa entre as referidas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Desse modo, os municípios do Sul, tendo como base o indicador ID/RT, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 analisado. Todas as comparações efetuadas entre os dois grupos se mostraram significativas ($p < 0,05$ para 2003; $p < 0,01$ para 2004, 2009 e 2011 e $p < 0,001$ para 2005-8 e 2010).

Examinando o gráfico 126, podemos verificar que os municípios do Sul, tendo como base o indicador ID/RT, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados.

Gráfico 126 - Evolução do indicador ID/RT nos municípios do norte versus sul



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,12	0,9148
Norte/Sul	5,61	P<0.0001
ano	1,12	0,0002

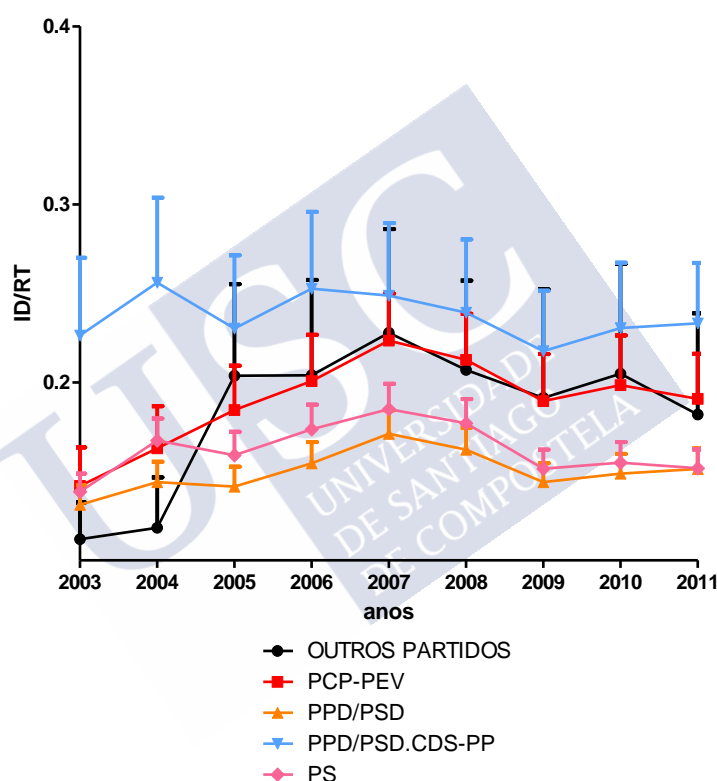
Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

4.9.7 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Partido Político

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.127 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a população, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou não significativo. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que na comparação dos grupos todos se mostraram não significativas. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificaram modificações significativas. Os Outros partidos a partir de 2009 melhoram os resultados, aproximando-se do grupo PCP-PEV, tal facto poderá ter haver com as eleições autárquicas ocorridas em 2009 (gráfico 127).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Partido ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,05$) no comportamento do indicador ID/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios governados pelo PPD/PSD - CDS-PP, tendo como base o indicador ID/RT, são tendencialmente aqueles que apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 analisado. Importa salientar que, do universo de comparações realizadas entre os diferentes grupos, somente algumas se mostraram significativas. Mais especificamente, o grupo PPD/PSD - CDS-PP apresentou um indicador significativamente superior ao do grupo PPD/PSD nos anos 2004 ($p < 0,01$), 2005 ($p < 0,05$) e 2006 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$), pelo que os grupos em causa se encontram numa situação semelhante.

Gráfico 127 - Evolução do indicador ID/RT por partido político municipal



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,49	0,9992
Partido	2,08	$P < 0,0001$
ano	0,66	0,0341

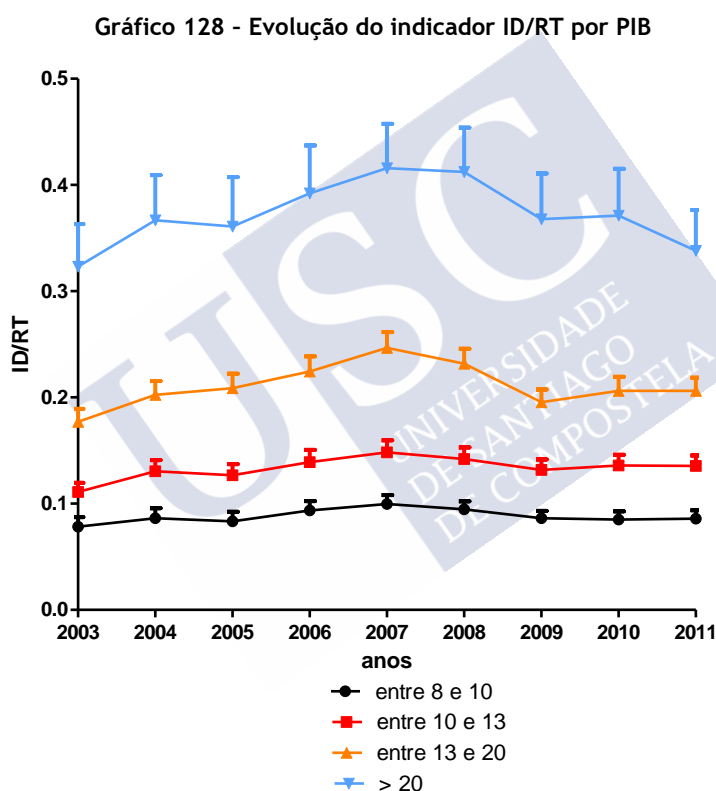
Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

O gráfico 127 demonstra que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, que os municípios liderados pelo PPD/PSD - CDS-PP, tendo como base o indicador ID/RT, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados.

4.9.8 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério PIB

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.128 no Anexo I), após a análise da normalidade, para o PIB per capita, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 8m€ e 10m€ vs. entre 13m€ e 20m€, entre 8m€ e 10m€ vs. maior que 20m€, entre 10m€ e 13m€ vs. entre 13m€ e 20m€, entre 10m€ e 13m€ vs. maior que 20m€ ($p < 0,001$); entre 13m€ e 20m€ vs. maior que 20m€ ($p < 0,05$). Não se verificam diferenças entre os grupos entre 8m€ e 10m€ vs. entre 10m€ e 13m€.

Verificaram-se os valores do indicador ID/RT mais elevados nos municípios com PIB per capita maior que 20m€, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzido. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 128).



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,26	0,9965
PIB	31,30	P<0.0001
ano	0,66	0,0025

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do PIB ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,01$) relativamente ao indicador ID/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 analisado, imediatamente seguidos do grupo entre 13m€ e 20m€ ($p < 0,001$ para todas as

comparações entre grupos). Importa salientar que o grupo entre 10m€ e 13 m€ não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 8m€ e 10m€ durante todo o período 2003-2011 ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante.

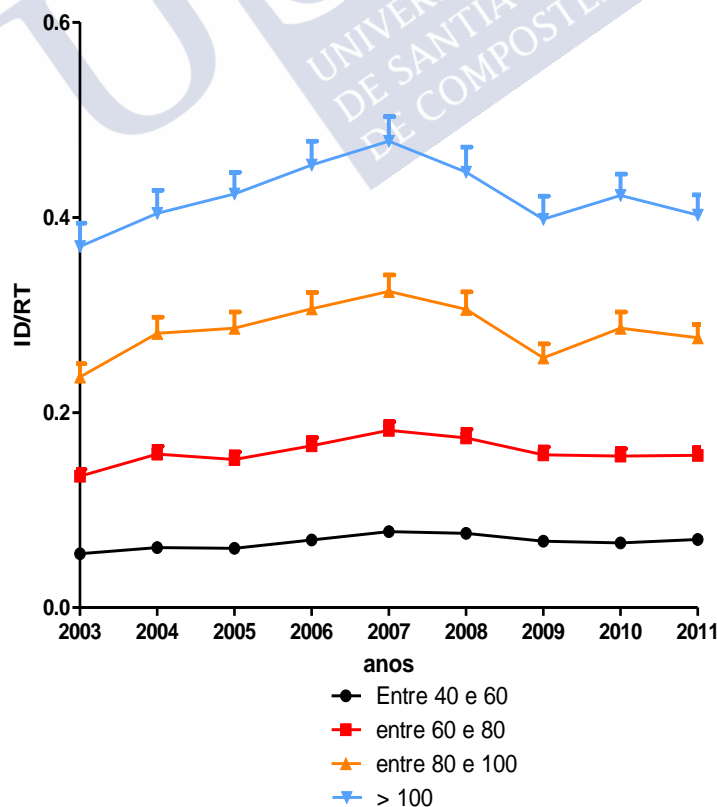
Contemplando o gráfico 128, podemos verificar que os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, seguidos dos entre 13m€ e 20m€, dos entre 10m€ e 13m€ e dos entre 8m€ e 10m€.

4.9.9 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Poder de Compra

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.129 no Anexo I), após a análise da normalidade, para o poder de compra, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p<0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 40% e 60% vs. entre 60% e 80%, entre 40% e 60% vs. entre 80% e 100%, entre 40% e 60% vs. maior que 100%, entre 60% e 80% vs. entre 80% e 100%, entre 60% e 80% vs. maior que 100% ($p<0,001$). Não se verificaram diferenças entre os grupos entre 80% e 100% vs. maior que 100%.

Verificaram-se os valores do indicador ID/RT mais elevados nos municípios com poder de compra maior que 100%, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzido. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 129).

Gráfico 129 - Evolução do indicador ID/RT por poder de compra



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,43	0,1160
poder de compra	65,98	P<0,0001
ano	1,25	P<0,0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Foi aplicada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis explicativas poder de compra e ano (ambas com $p<0,0001$) sobre o rácio ID/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p>0,05$). Por esse motivo, os municípios com poder de compra maior que 100%, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011. Verificaram-se as mesmas diferenças entre os grupos definidos, a cada ano ($p<0,001$ para todas as comparações).

Examinando o gráfico 129, podemos verificar que os municípios com poder de compra maior que 100%, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, seguidos dos entre 80% e 100%, dos entre 60% e 80% e dos entre 40% e 60%.

4.9.10 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Sociedades Constituídas

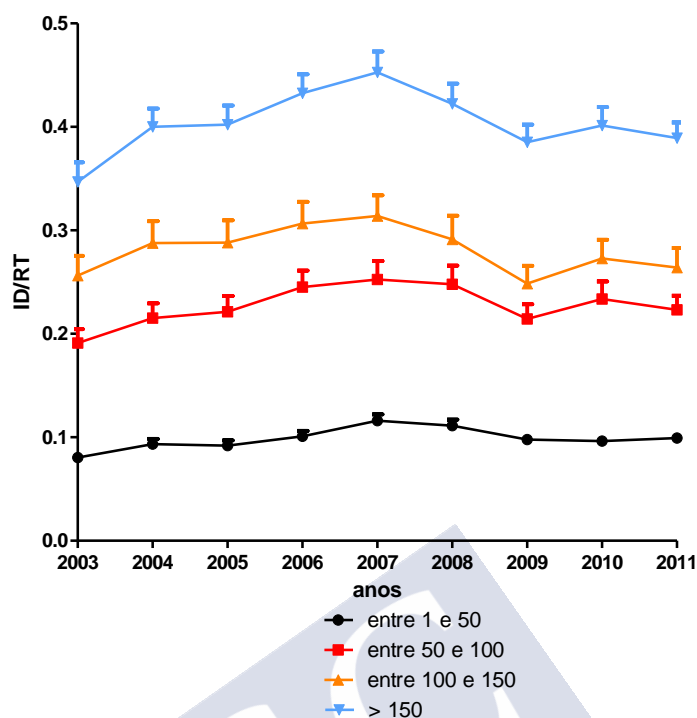
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.130 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as sociedades constituídas, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p<0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as comparações seguintes se mostraram significativas: entre 1 e 50 vs entre 50 e 100, entre 1 e 50 vs entre 100 e 150, entre 1 e 50 vs maior que 150 ($p<0,001$); entre 50 e 100 vs maior que 150 ($p<0,05$). Não se detetaram diferenças significativas entre os grupos: entre 50 e 100 vs entre 100 e 150; entre 100 e 150 vs maior que 150.

Verificaram-se os valores do indicador ID/RT mais elevados nos municípios com sociedades constituídas maior que 150, sendo que as restantes tiveram valores mais reduzidos deste indicador. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 130).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas e do ano (ambas com $p<0,0001$) no indicador ID/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas. ($p>0,05$). Com efeito, os municípios com um número de sociedades constituídas maior que 150, tendo como base o indicador ID/RT, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 analisado. Importa destacar os anos 2008-2011 em que o grupo entre 100 e 150 não apresentou um indicador significativamente superior ao do grupo entre 50 e 100 ($p>0,05$). Todas as restantes comparações entre grupos demonstraram diferenças significativas entre si ($p<0,001$ para todos exceto entre 100 e 150 vs. entre 50 e 100 que foi $p<0,05$ em 2003, 2006-2007 e $p<0,01$ em 2004).

Olhando para o gráfico 130, podemos verificar que os municípios com um n.º de sociedades constituídas maior que 150, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, imediatamente seguidos dos entre 100 e 150, dos entre 50 e 100 e dos entre 1 e 50.

Gráfico 130 - Evolução do indicador ID/RT por sociedades constituídas



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,34	0,8443
sociedades constituídas	48,79	P<0.0001
ano	1,39	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.9.11 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

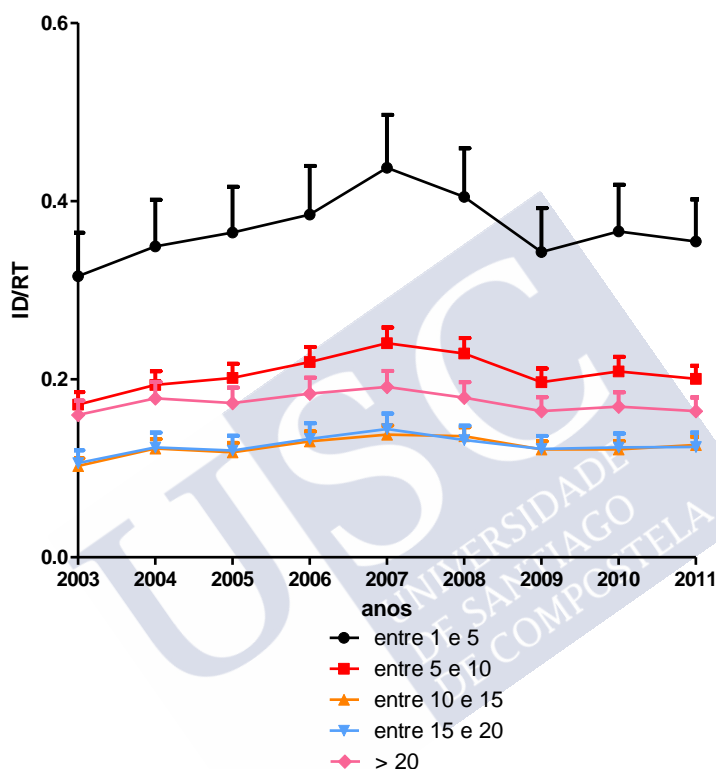
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.131 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a proporção de sociedades na indústria transformadora, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 1% e 5% vs. entre 10% e 15%, entre 1% e 5% vs. entre 15% e 20%, entre 5% e 10% vs. entre 10% e 15%, entre 5% e 10% vs. entre 15% e 20% ($p < 0,01$). Não se verificaram diferenças significativas entre os grupos: entre 1% e 5% vs. entre 5% e 10%; entre 1% e 5% vs. maior que 20%; entre 5% e 10% vs. maior que 20%; entre 10% e 15% vs. entre 15% e 20%; entre 10% e 15% vs. maior que 20%; entre 15% e 20% vs. maior que 20%.

Verificaram-se os valores do indicador ID/RT mais elevados nos municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5%, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzido. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 131).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades da indústria transformadora ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,001$) relativamente ao

indicador ID/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Ou seja, os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5%, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 considerado ($p < 0,001$ para todas as comparações). O grupo entre 5% e 10% apresenta valores do indicador significativamente superiores ao grupo entre 10% e 15% ($p < 0,01$ em 2003 e $p < 0,001$ em 2004-11) e entre 15% e 20% ($p < 0,05$ em 2003-4; $p < 0,01$ em 2005 e 2009-2011 e $p < 0,001$ em 2006-8) em todo o período analisado, igualmente.

Gráfico 131 - Evolução do indicador ID/RT por sociedades da indústria transformadora



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,33	0,9998
sociedades industria transformadora	25,29	P<0.0001
ano	0,81	0,0007

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Importa salientar que o grupo entre 5% e 10% não apresenta um indicador significativamente superior ao grupo maior que 20% durante todo o período 2003-2011, pelo que se encontram numa situação idêntica. De destacar igualmente que o grupo maior que 20% não apresenta um rácio ID/RT significativamente superior ao dos grupos entre 15% e 20% e entre 10% e 15% durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante. Por último é relevante sublinhar que o grupo entre 10% e 15% não revela um rácio significativamente diferente do grupo entre 15% e 20% durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação similar.

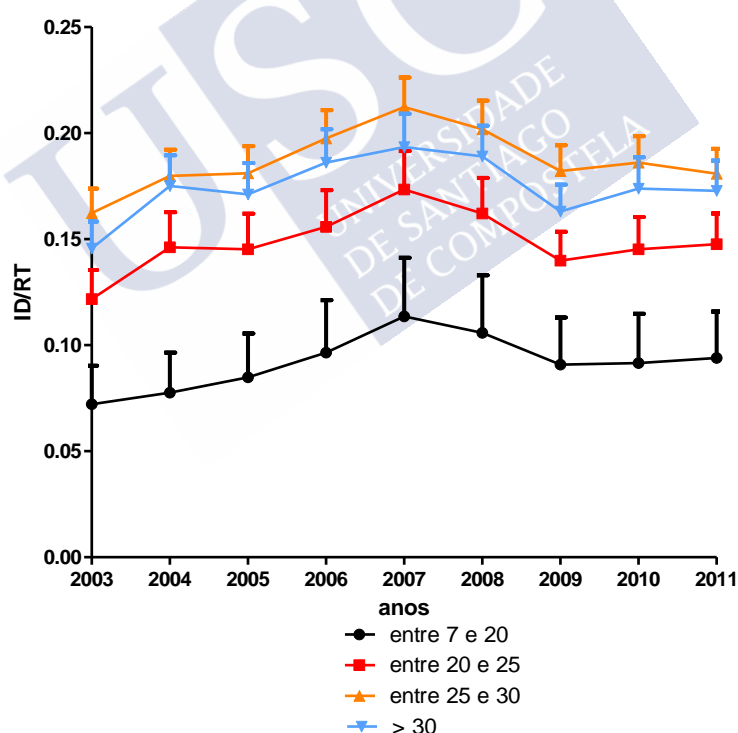
Apreciando o gráfico 131, podemos verificar que os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5%, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, imediatamente seguidos do grupo entre 5% e 10%.

4.9.12 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Sociedades no Comércio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.132 no Anexo I), após a análise da normalidade, para as sociedades do comércio, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: entre 7% e 20% vs. entre 25% e 30%, entre 7% e 20% vs. maior que 30% ($p < 0,001$). Não foram verificadas diferenças entre os grupos: entre 7% e 20% vs. entre 20% e 25%; entre 20% e 25% vs. entre 25% e 30%; entre 20% e 25% vs. maior que 30%; entre 25% e 30% vs. maior que 30%. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas na relação entre os grupos (gráfico 132).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis Sociedades do comércio ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,05$) no indicador ID/RT, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$).

Gráfico 132 - Evolução do indicador ID/RT por sociedades no comércio



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,00	1,0000
sociedades do comércio	0,29	0,0695
Ano	0,04	0,9988

Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Os municípios com proporção de sociedades no comércio entre 7% e 20%, foram aqueles que apresentaram um menor peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 analisado. É relevante sublinhar que, do universo de comparações realizadas, apenas se revelaram significativas as comparações com o grupo entre 25% e 30% ($p < 0,05$ em 2003, 2009 e 2011 e $p < 0,01$ nos restantes anos) e com o grupo maior que 30% em 2004 e 2006 ($p < 0,05$).

O gráfico 132 demonstra que os municípios com proporção de sociedades no comércio entre 7% e 20%, apresentam um menor peso dos impostos diretos cobrados, seguidos dos entre 20% e 25%, dos maiores que 30% e dos entre 25% e 30%.

4.9.13 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério Número de Médicos

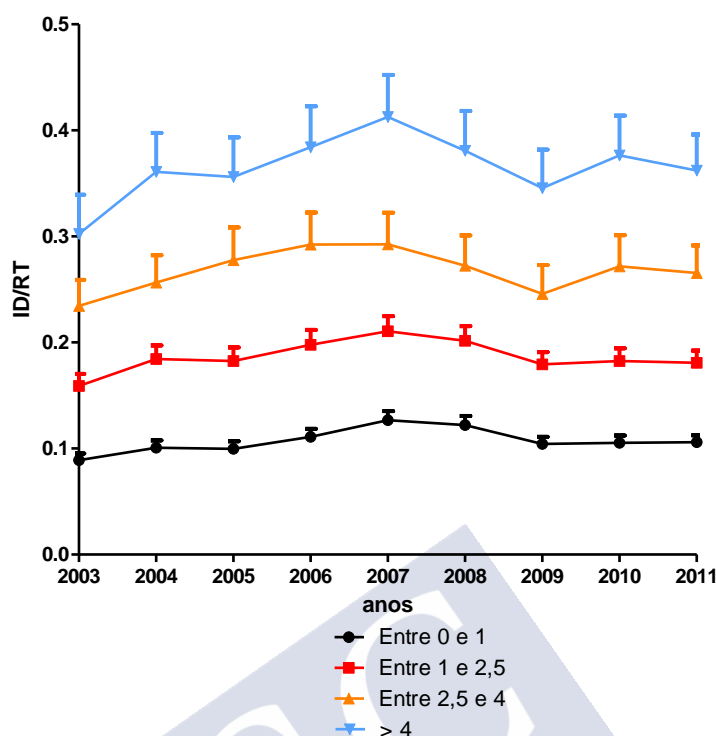
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.133 no Anexo I), após a análise da normalidade, para os médicos por cada 1.000 habitantes, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações entre grupos se mostraram significativas: entre 0‰ e 1‰ vs. Entre 1‰ e 2,5‰, entre 0‰ e 1‰ vs. Entre 2,5‰ e 4‰, entre 0‰ e 1‰ vs. maior que 4‰ ($p < 0,001$); entre 1‰ e 2,5‰ vs. maior que 4‰ ($p < 0,01$) e entre 1‰ e 2,5‰ vs. Entre 2,5‰ e 4‰ ($p < 0,05$). Não se detetaram diferenças significativas entre os grupos entre 2,5‰ e 4‰ vs. maior que 4‰.

Verificaram-se os valores do indicador ID/RT mais elevados nos municípios com médicos por cada mil habitantes maior que 4, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador progressivamente mais reduzido à medida que o número de médicos diminui. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 133).

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo das variáveis médico por habitante ($p < 0,0001$) e ano ($p < 0,001$) relativamente ao indicador ID/RT, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as mesmas ($p > 0,05$). Desse modo, os municípios com médicos por 1.000 habitantes maior que 4, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos e cobrados, durante todo o período 2003-2011 analisado. O grupo maior que 4‰ apresenta valores do indicador significativamente superiores aos grupos entre 0‰ e 1‰, entre 1‰ e 2,5‰ ($p < 0,001$, todos os anos) e entre 2,5‰ e 4‰ ($p < 0,05$ nos anos 2004, 2007-2008, 2010). De destacar que, no que concerne aos grupos entre 2,5‰ e 4‰, o respetivo rácio não é significativamente superior ao do grupo entre 1‰ e 2,5‰ nos anos 2004 e 2008-2009 ($p > 0,05$).

Observando o gráfico 133, podemos verificar que os municípios com médicos por 1.000 habitantes maior que 4, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, seguidos dos entre 2,5‰ e 4‰, dos entre 1‰ e 2,5‰ e dos entre 0‰ e 1‰.

Gráfico 133 - Evolução do indicador ID/RT por número de médicos



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,20	0,9998
médicos por hab	24,89	P<0,0001
ano	0,82	0,0007

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

4.9.14 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério População Alfabetizada

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.134 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a proporção população que sabe ler e escrever, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo ($p<0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 66% e 75% vs. entre 80% e 85%, entre 66% e 75% vs. maior que 85%, entre 75% e 80% vs. entre 80% e 85%, entre 75% e 80% vs. maior que 85%, entre 80% e 85% vs. maior que 85% ($p<0,001$). Não se verificaram diferenças na comparação dos grupos entre 66% e 75% e entre 75% e 80%.

Verificaram-se os valores do indicador ID/RT mais elevados nos municípios proporção população que sabe ler e escrever maior que 85%, sendo que as restantes tiveram valores deste indicador mais reduzido. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas nos grupos ao longo do período de análise (gráfico 134).

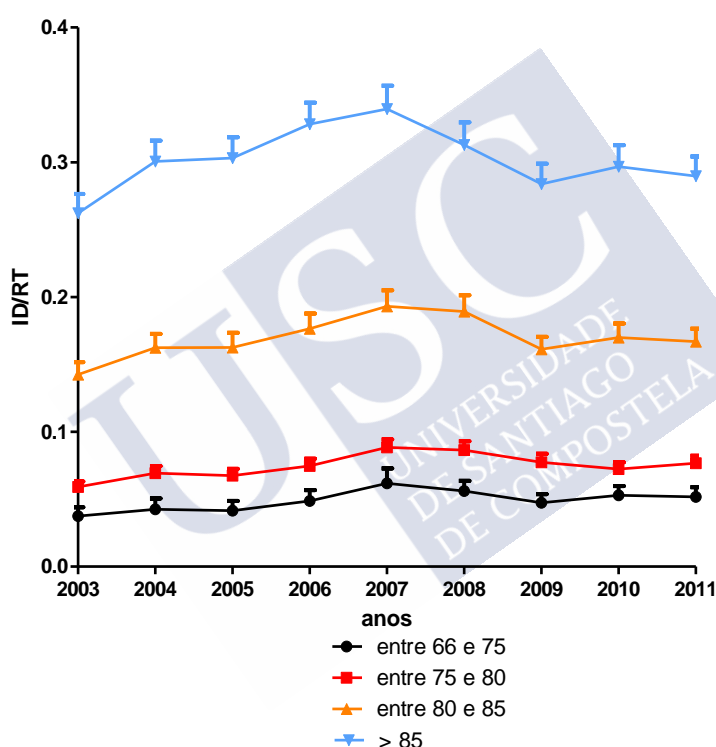
Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis população que sabe ler e escrever ($p<0,0001$) e ano ($p<0,01$) relativamente ao indicador ID/RT, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas ($p>0,05$). Assim, os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever maior

que 85%, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 considerado ($p < 0,001$ para todas as comparações). O grupo entre 80% e 85% apresenta igualmente um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 75% e 80% e entre 66% e 75% durante todo o período 2003-2011 ($p < 0,001$ para todas as comparações).

De salientar que o grupo entre 75% e 80% não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 66% e 75% durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), razão pela qual se encontram numa situação semelhante.

Examinando o gráfico 134, podemos verificar que os municípios com proporção de população que sabe ler e escrever maior que 85%, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, imediatamente seguidos dos entre 80% e 85%, e por fim dos entre 75% e 80% e dos entre 66% e 75%.

Gráfico 134 - Evolução do indicador ID/RT por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,22	0,9968
população que sabe ler e escrever	40,46	P<0.0001
ano	0,62	0,0011

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

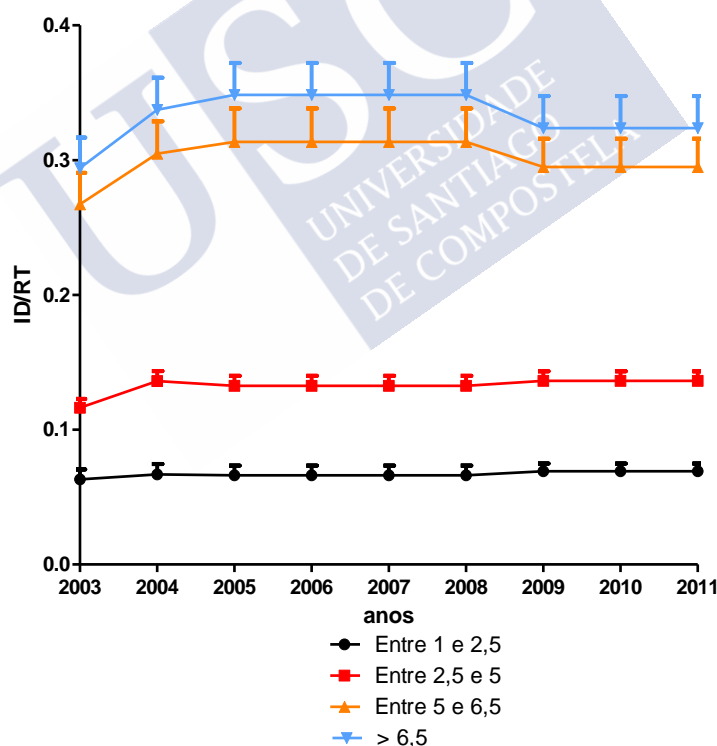
4.9.15 Análise do Indicador Impostos Diretos/Receita Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.135 no Anexo I), após a análise da normalidade, para a proporção da população residente com o ensino superior completo, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador ID/RT, que se revelou significativo

($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que as seguintes comparações se mostraram significativas: entre 1% e 2,5% vs. Entre 2,5% e 5%, entre 1% e 2,5% vs. Entre 5% e 6,5%, entre 1% e 2,5% vs. maior que 6,5%, entre 2,5% e 5% vs. Entre 5% e 6,5%, entre 2,5% e 5% vs. maior que 6,5% ($p < 0,001$). Não houve diferenças significativas na comparação dos grupos entre 5% e 6,5% vs. maior que 6,5%. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas (gráfico 135).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo da população ensino superior completo ($p < 0,0001$) mas não do ano ($p > 0,05$) no indicador ID/RT, não se tendo constatado uma interação significativa entre aquelas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% e maior que 6,5%, continuaram a ser aqueles que apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, durante todo o período 2003-2011 analisado ($p < 0,001$ relativamente aos restantes grupos para todos os anos). O grupo maior que 6,5% não apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 5% e 6,5% durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que se encontram ambos numa situação similar. O grupo entre 2,5% e 5% apresenta igualmente valores do indicador significativamente superiores ao entre 1% e 2,5% durante todo o período 2003-2011 ($p < 0,01$ em 2003 e $p < 0,001$ em 2004-2011).

Gráfico 135 - Evolução do indicador ID/RT por população com o ensino superior completo



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,22	0,9927
População ensino superior completo	48,34	$P < 0,0001$
ano	0,32	0,0509

Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Conferindo o gráfico 135, podemos aferir que os municípios com proporção de população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% e maior que 6,5%, apresentam um maior peso dos impostos diretos cobrados, seguidos dos Entre 2,5% e 5% e dos Entre 1% e 2,5%.

4.10 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS RELATIVOS AOS INDICADORES ORÇAMENTAIS

Neste capítulo pretende-se dar resposta às principais questões que foram colocadas e explicitadas na fase primária desta tese, relativas aos indicadores orçamentais indicados na Tabela 2, e que se encontram explanadas no subcapítulo 3.2, por forma a clarificar a hipótese primordial da tese.

Conforme já abordado no capítulo 3, existem fortes indícios de que os municípios portugueses que se localizam no litoral produzem mais riqueza, o que os torna menos dependentes das transferências da administração central, e os municípios do interior devido às suas características socioeconómicas e demais fatores endógenos e exógenos, são mais dependentes dos fundos municipais, concedidos pela administração central.

Desta forma, e à luz da hipótese estabelecida para este estudo, dos municípios do interior serem mais dependentes das transferências da administração central face aos municípios do litoral, e também do objetivo geral deste trabalho, de analisar o comportamento dos municípios na gestão dos fundos municipais e outras receitas e despesas dos municípios, com recurso a indicadores de desempenho financeiro e orçamental, torna-se essencial propor um conjunto de questões por forma a responder à hipótese primordial da tese. As mesmas questões serão estudadas da forma que a seguir se explicita, com recurso ao uso dos indicadores já explanados.

Para Afonso e Fernandes (2008) as diferenças socioeconómicas podem desempenhar um papel relevante na determinação da heterogeneidade entre os municípios e influenciar os resultados de desempenho. Esses fatores socioeconómicos exógenos podem incluir, por exemplo, o nível de educação da população em uma determinada região, o poder de compra do município ou até mesmo sua distância geográfica para os principais centros de decisão.

Uma das principais pretensões deste estudo foi que ele não se limitasse à interpretação dos dados financeiros e orçamentais, mas sim uma visão holística do panorama da administração local. Isso só seria possível se o estudo incorporasse instrumentos socioeconómicos de análise correlacionados com os dados financeiros e orçamentais, o que foi conseguido, através da introdução de diversas formas de segregação dos municípios por tipologia, por via de fatores socioeconómicos como a população, área, região (norte/sul, litoral/interior, Nut II e Nut III), partido político, PIB *per capita* regional, poder de compra, n.º de sociedades constituídas, proporção de sociedades no comércio, proporção de sociedades na indústria transformadora, n.º médicos por cada mil habitantes, proporção que sabe ler e escrever e proporção de população residente com o ensino superior completo.

Tal como explanado no subcapítulo 3.4, foi realizado um primeiro teste de robustez aos indicadores no Município da Trofa (MT), tendo como principal objetivo certificar a qualidade e robustez dos indicadores selecionados e particularmente construídos para o estudo, com recurso à plataforma *Multipeers*, usada como *dashboard* para a gestão da entidade. Os resultados obtidos na plataforma foram confrontados com os dados da tese, com os relatórios de gestão e contas do município e com os anuários financeiros dos municípios portugueses,

para os anos do período em análise, tendo-se verificado uma correspondência muito significativa nessa comparação, o que demonstrou que os indicadores estavam bem desenhados e refletiam com elevada precisão os factos.

Inicia-se com a primeira questão que é a seguinte:

1. Ser município de interior é sinal de dependência das transferências da Administração Central? Quais são os municípios mais independentes do poder central e onde se localizam? Quais são os municípios que geram mais receita/proveitos extra FM?

Para responder às questões aqui colocadas e conforme já referido anteriormente, foram utilizados os Indicadores Total Fundos Municipais/Receita Total (FM/RT) e Receitas Próprias/Receita Total (RP/RT), ambos baseados no anuário financeiro dos municípios portugueses 2007 (Carvalho et al., 2008). O primeiro mede o peso dos fundos municipais arrecadados pelos municípios, na receita total, e o segundo o peso das receitas próprias arrecadadas pelos municípios, na receita total. Com estes rácios, ambos orçamentais, é possível medir a dependência/independência dos municípios face às transferências da administração central. A leitura destes indicadores é feita de forma inversa, consoante aumenta o indicador FM/RT, mais dependente é o município, enquanto que relativamente ao indicador RP/RT, quanto maior este se apresenta, mais independente é o município pois arrecada mais receitas próprias. A leitura destes indicadores, quando os municípios foram agrupados por diferentes tipologias, permitiu-nos também clarificar o tipo e localização dos municípios mais dependentes/independentes. Foram estes os indicadores selecionados, porque se considerou serem os que melhor conseguem corresponder ao pretendido.

Tal como afirmou Bilhim (2004) a matriz organizacional e institucional dos municípios é do tipo dependente, isto é, parece-se mais com a circunscrição administrativa do que com a agência, logo a grande responsabilidade da mediação entre os interesses das populações do seu território e do poder central ficará a cargo do presidente da Câmara. Para Bilhim “as relações entre o centro e a periferia organizam-se por meio de um mecanismo de troca e comunicação. A repressão da desordem periférica, aparece como sendo o mecanismo próprio das sociedades fechadas, em que a comunicação funciona apenas num sentido, em que o centro usa a coação e a repressão como meio de imobilizar a periferia. A integração do dinamismo periférico surge como o mecanismo próprio das sociedades mais abertas, em que se procura captar a criatividade daquilo a que o autor designa por fluxos periféricos” (2004, p. 28). No caso nacional e no de muitos outros países europeus, esta dicotomia centro/periferia, é muito sentida nos territórios de baixa densidade que se localizam no interior do país.

Desta forma, quando se investigou o comportamento para os indicadores fundos municipais/receita total (FM/RT) e receitas próprias/receita total (RP/RT), no litoral/interior, verificou-se que os municípios de interior demonstraram uma maior dependência dos Fundos Municipais, do que os municípios do litoral, em que o peso dessas transferências se demonstrou menos relevante. Este resultado ajuda a esclarecer uma parte da questão aqui colocada.

No que respeita às CCDRs ou NUT II, foi verificado que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo e Região do Algarve, para o indicador fundos municipais/receita total (FM/RT), dependem menos das Transferências do Governo, quando comparadas com a Região do Alentejo, do Norte e do Centro, em que o peso dessas transferências é mais relevante. De certa forma, esta situação foi já evidenciada no relatório de finanças municipais 2002 (DGAL, 2002), que apurou que “os municípios da RAA e do Alentejo têm, no seu cômputo, a maior captação de receitas provenientes dos fundos municipais. Pelo contrário, é em Lisboa que este tipo de receitas regista um menor impacto.”

De referir que para o indicador Receitas Próprias/Receita Total (RP/RT), os municípios pertencentes à Região do Alentejo, Região Centro e Região Norte, foram os que geraram menos receitas próprias, contrastando com a Região de Lisboa e Vale do Tejo seguida da Região do Algarve, que arrecadaram mais receitas próprias, tendência esta também já verificada pelo relatório de finanças municipais 2002 que aferiu que “as NUTS Lisboa e Algarve, nas quais as receitas próprias representam 62% e 55%, respetivamente, evidenciam valores muito superiores à média nacional, de 41%” (DGAL, 2002, p. 32).

Quando analisados por NUTS III, verificou-se uma semelhança de dados muito grande nos indicadores FM/RT e RP/RT para as NUTS: Alto Trás-os-Montes vs Douro, Ave vs Cávado e Grande Lisboa vs Grande Porto, tendo-se demonstrado todas não significativas entre elas. Supõem-se que será devido a se tratarem de regiões muito similares entre si, e que congregam os mesmos fatores económico-sociais e geográficos.

Também se aferiram as seguintes relações consoante aumenta o número de habitantes nos municípios, estes tendem a arrecadar mais receitas próprias e verifica-se uma diminuição do peso dos fundos municipais nas receitas dos municípios, logo uma tendência para o aumento da independência financeira, o que está em linha com o reportado no anuário financeiro dos municípios portugueses de 2004 (Carvalho et al., 2005).

Os municípios com área até 500 km² e os municípios do Sul, foram os que arrecadaram mais receitas próprias, conforme resulta da análise do indicador RP/RT. Nos anos de 2006 e 2007, verificou-se um aumento global do valor dos rácios independente da área e localização norte vs. sul, talvez justificado pela decisão governamental de aumento zero nas transferências da Administração Central, definidas na Lei das Finanças Locais, tendo voltado a decrescer a partir de 2008, o que poderá ter sido motivado pelos efeitos da crise económica do *subprime*.

Também foi verificado que nos municípios com área até 500 km², o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais é inferior ao dos municípios com área maior que 500 km², o que demonstra uma maior dependência destes municípios. No ano 2007, verificou-se uma forte quebra, tanto nos municípios com área até 500 km², como nos com área maior que 500 km², talvez justificada com a decisão Governamental ocorrida em 2007, de aumento zero nas transferências da Administração Central.

Os municípios pertencentes à coligação PPD-PSD/CDS-PP, revelaram uma tendência para serem aqueles em que os Fundos Municipais têm menor peso nas Receitas Totais e os que arrecadaram mais receitas próprias relativamente aos restantes grupos partidários apresentados, o que os tornou relativamente menos dependentes da administração central. Os outros partidos, a partir de 2009, começaram a demonstrar-se mais independentes dos fundos municipais, tendo mesmo consolidado esta posição no ano de 2011, altura em que igualaram os valores de FM/RT da coligação PPD-PSD/CDS-PP. Poderemos desta forma supor que os partidos quando coligados, tendem a demonstrar práticas de gestão camarária mais eficientes, gerando desta forma uma maior independência das entidades. Talvez porque, existindo duas ou mais forças partidárias, exista um maior controlo mútuo, daquele que é verificado nas maiorias, em que a gestão fica centralizada numa só força política.

Os municípios com maior PIB per capita foram aqueles que arrecadaram mais receita própria e em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas totais foi inferior, revelando assim uma maior independência financeira. Verifica-se por isso uma forte relação entre o PIB per capita e o desenvolvimento económico. Assim, os municípios com mais impostos e taxas distribuídos e arrecadados, são também os que mais riqueza distribuem. Também para Martins e Correia (2015) as variáveis relativas ao contexto socioeconómico, como sejam a densidade populacional, a localização geográfica e o poder de compra, têm influências sobre

os desvios orçamentais dos municípios. No caso em estudo, os municípios com maior poder de compra e com maior número de sociedades constituídas, foram os que arrecadaram mais receitas próprias e em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais se apresentou inferior.

No que concerne ao grupo de municípios com uma proporção de sociedades da indústria transformadora de entre 1% e 5%, foram os que arrecadaram mais receitas próprias e os mesmos parecem revelar uma tendência, embora não significativa, para o aumento da independência das transferências do Governo ao longo do tempo.

Os municípios com mais sociedades no comércio, foram aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais se revelou inferior e verificou-se também que os municípios com maior proporção de sociedades do comércio, nomeadamente entre 25% e 30% e maior que 30%, foram aqueles que arrecadaram mais receitas próprias. Sublinha-se que nos anos de 2007 e 2009 se registou uma aproximação no nível de dependência dos Fundos Municipais entre os municípios do grupo entre 7% e 20% sociedades do comércio e os municípios que possuem uma maior proporção de sociedades no comércio.

Os municípios com maior número de médicos por cada 1.000 habitantes e com maior proporção de população que sabe ler e escrever, foram aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais se demonstrou inferior e os que arrecadaram mais receitas próprias.

Segundo Diniz (2006) os estudos de custos benefícios na educação mostram que os seus retornos são mais elevados para níveis educacionais mais baixos do que para níveis superiores, e são mais elevados em países com níveis de desenvolvimento menores do que em países economicamente mais desenvolvidos. No entanto é notório que não tem sido essa a política educativa seguida, tanto ao nível central, como local, de acordo com os valores apurados, considerando que os baixos níveis de escolaridade são verificados no interior.

A qualidade do ensino e da saúde tem muita influência na escolha que as famílias fazem quando optam por um uma região para viver, em linha com o sugerido por Tiebout (1956) na sua teoria de que o investimento em bens públicos locais poderia trazer competitividade entre as várias regiões, pois as famílias deslocar-se-ão para as regiões que lhe forneçam os serviços públicos locais que mais se adequem às suas necessidades. Também Samuelson (1954) defende que cada indivíduo funciona como um comprador em competição e torna-se indiferente a elevados preços e taxas e é guiado como que por uma mão invisível para obter a máxima posição social.

Fisher (2010) defende também que sem diversidade, há poucos motivos a existência de governos subnacionais. Assim, os governos locais têm autonomia substancial para selecionar a política fiscal que melhor se adapte aos interesses, necessidades e ambições dos seus cidadãos, ou as ideais para a competitividade e desenvolvimento económico e social da região/concelho. Ainda, os governos locais de menor dimensão ajustam-se melhor à variação de preferências do que grandes governos locais, ou, reciprocamente, grandes governos locais são menos capazes de fornecer bens públicos distintos para vários grupos dentro da mesma região, devido à existência de custos de transação e de informação (Oates, 1999).

Os municípios com maior proporção da população residente com o ensino superior completo, nomeadamente entre 5 e 6,5% e maior que 6,5%, foram aqueles em que o peso dos Fundos Municipais nas Receitas Totais foi inferior e aqueles que arrecadaram mais receitas próprias.

Verificou-se na avaliação efetuada em ambos os indicadores, que os municípios de interior demonstraram uma maior dependência dos Fundos Municipais, comparativamente aos municípios do litoral, em que o peso dessas transferências se demonstrou menos relevante.

Este resultado ajuda a esclarecer uma parte da questão aqui colocada, o que revela que ser município de interior é sinal de dependência das transferências da Administração Central. Os municípios mais independentes e que geram mais receitas extra FM são os mais populosos, com área inferior a 500 km², são governados pela coligação PPD-PSD/CDS-PP, têm um maior PIB *per capita* regional, maior poder de compra, são os que têm maior número de médicos por cada 1.000 habitantes, maior n.º de sociedades constituídas, maior proporção de população que sabe ler e escrever e maior proporção da população residente com o ensino superior completo. Estes municípios, estão localizados no litoral, no sul do país, na Região de Lisboa e Vale do Tejo e Região do Algarve e Grande Lisboa.

2. As poucas receitas próprias que os municípios do interior arrecadam, poderão ser sinónimo de um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis? Quais são os municípios que melhor aproveitam os recursos e onde se localizam?

Para responder às questões, foram utilizados os Indicadores Total de Receitas Próprias/Total Investimento (RP/INV) e Receita Capital/Total de Investimento (RK/INV), ambos baseados no anuário financeiro dos municípios portugueses 2007 (Carvalho et al., 2008). O primeiro, mede o grau em que as receitas próprias cobrem o investimento total executado pelos municípios, e o segundo, mede o grau em que as receitas de capital cobrem o investimento total executado pelos municípios. Com estes rácios, ambos orçamentais, é possível medir o grau em que os municípios melhor aproveitam os recursos, ou seja, mais canalizam recursos para investimento, tanto de receitas próprias, como de receitas de capital. Se o indicador RP/INV aumenta, é indicativo que melhor os municípios aproveitam os seus recursos pois valores acima de 1 indicam que mais receitas próprias são geradas pelo município as quais cobrem e até excedem o valor do investimento. Já se o rácio RK/INV demonstrar valores muito acima de 1, será indicativo de um pior aproveitamento dos recursos disponíveis por parte dos municípios, pois não estão a canalizar para investimento a totalidade das receitas de capital que arrecadam, sendo uma grande fatia proveniente dos fundos municipais na componente de capital. Ou seja, estão a usar as receitas de capital para cobrir despesa corrente ou outra despesa de capital que não investimento. Foram estes os indicadores selecionados, porque se considerou serem os que melhor correspondem ao pretendido.

Para Athanassopoulos e Triantis (1998) os municípios mais eficientes são aqueles que têm altas taxas de tributação, níveis de renda e participação do investimento público no total das despesas. Constatou também que a ineficiência estava relacionada a elevadas parcelas de doações no total de gastos municipais e na densidade populacional.

Quando se averiguou o comportamento do Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento RP/INV, verificou-se que os municípios de interior, arrecadaram receitas próprias muito abaixo do volume de investimento, situação completamente oposta ao dos municípios do litoral que apresentaram um indicador médio de 1,5 em 2003. Olhando ao período 2004-2011, verificou-se que se os municípios do interior não geraram receitas próprias suficientes para cobrir o investimento realizado na maior parte do período analisado. Verifica-se em contraste, montantes elevados e progressivamente superiores de impostos e taxas cobrados pelos municípios do litoral, bastante acima do volume de investimento.

Por seu turno, no comportamento do indicador RK/INV, verificou-se que os municípios de interior arrecadaram receitas de capital acima do volume de investimento total executado, situação que também se verificou nos municípios do litoral, porém com valores médios mais próximos de 1 em 2003. Olhando ao período 2004-2011, verifica-se que se acentuou ainda mais o referido acima a partir de 2004. Ou seja, os municípios do interior mantiveram sempre o nível das receitas de capital bastante acima do investimento realizado, enquanto os

municípios do litoral apenas começaram a revelar um comportamento similar depois de 2009, mantendo-se ainda assim em níveis abaixo do grupo interior.

No período em análise, os municípios da Região do Alentejo, Região Centro e Região Norte, arrecadaram receitas próprias em linha com o volume de investimento, situação completamente oposta ao dos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo que apresentaram um indicador médio próximo de 3, seguida da Região do Algarve com o indicador médio próximo dos 2.

Em concordância, os municípios da Região do Alentejo, seguidos dos municípios das Regiões Centro e Norte, arrecadaram receitas de capital acima do volume de investimento, situação oposta ao dos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo e Região do Algarve que apresentaram um indicador médio próximo e abaixo de 1. No entanto, a Região do Algarve a partir de 2008 apresentou um aumento exponencial do indicador, e o mesmo foi verificado na Região do Alentejo. Devendo-se esta situação a uma forte redução gradual do investimento realizado pelos municípios entre 2009 e 2011, verificada nas duas regiões do Sul (Alentejo e Algarve).

Para o ano de referência 2003, os municípios da Região Alto Trás-os-Montes e Região do Douro, arrecadaram receitas próprias muito abaixo do volume de investimento, seguidas da Região do Cávado e do Ave. Opostamente, temos os municípios da Região da Grande Lisboa e do Grande Porto que apresentaram indicadores médios acima dos 2. Relativamente ao restante período 2004-2011, a Grande Lisboa e o Grande Porto apresentaram valores sempre aproximados, tendo inclusive em 2010-2011 mostrado valores bastante semelhantes. O Ave distanciouse do Cávado a partir de 2006 e até 2010, porém em 2011 invertem-se as posições e o Ave encerra com valores próximos de 1 e o Cávado sobe a valores próximos de 2 em 2011.

Também Mourão (2004) na avaliação que efetuou às disparidades regionais, no que respeita aos índices de desenvolvimento humano, tinha detetado que o Ave, no período 1995-1999, tinha manifestado uma tendência de abrandamento muito forte, o que poderia implicar um progressivo afastamento do perfil nacional e da região envolvente. Isto vem reforçar a sua ideia de que é importante manter a monitorização dos desenvolvimentos atingidos nos espaços, debaixo de um sentido crítico. As condições socioeconómicas das populações devem ser alvo de processos que confirmem consistência aos propósitos de desenvolvimento, evitando a ilusão de que atingidos que são certos patamares, logo as regiões criam sustentabilidade dos propósitos de progresso socioeconómico.

Finalmente, relativamente a Alto Trás-os-Montes e Douro, estes vão apresentando valores similares e muito baixos durante todo o período, ou seja, arrecadam receitas próprias muito abaixo do volume de investimento. Face ao defendido por Cabral e Almodovar (2010), de que os investimentos públicos no interior, como a construção de estradas e autoestradas, entre outros, podem ter um importante efeito na promoção da coesão territorial, social e económica, e que a criação de infraestruturas pode contribuir para reduzir a condição periférica a muitas regiões do interior, criando novas oportunidades de desenvolvimento, será necessário intensificar o uso de instrumentos de investimento de forma a tentar diminuir as elevadas assimetrias existentes, entre regiões e litoral/interior.

Assim, e no que respeita ao indicador RK/INV, os municípios da Região da Grande Lisboa, arrecadaram receitas de capital abaixo do volume de investimento executado, apresentando no período 2004-2011, valores de indicador médio abaixo de 1, principalmente em 2007-2008 e 2010. As restantes Regiões arrecadaram em geral receitas de capital acima do volume de investimento executado, principalmente a partir de 2008. A Região do Grande Porto foi aquela que mais oscilação apresentou ao longo do período analisado, mas apresentou

sempre valores médios do indicador acima de 1, o que vai em contracorrente com os resultados relativos ao indicador RP/INV.

É apurado também no estudo que os municípios com população maior que 100.000 habitantes, foram os que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos municípios entre os 40.000 hab e 100.000 hab. Opostamente, os municípios entre os 10.000 hab e 40.000 hab e os até 10.000 hab apresentaram indicadores abaixo de 1.

No que concerne ao ano de referência 2003, os municípios com população até 10.000 habitantes, foram os que arrecadaram mais receitas de capital acima do volume de investimento, seguidos dos municípios maior que 100.000 hab, dos municípios entre os 10.000 hab e 40.000 hab e finalmente dos entre 40.000 hab e os 100.000. Relativamente ao restante período 2004-2011, os municípios com população até 10.000 habitantes, continuaram a ser aqueles que arrecadaram mais receitas de capital acima do volume de investimento. Da mesma forma, verifica-se que os municípios com maior que 100.000 hab são os que globalmente arrecadam menos receitas de capital relativamente ao volume de investimento realizado em 2007, 2008 e 2010, apresentando, no entanto, valores acima de 1 e similares aos outros grupos no restante período de análise.

Não se verificou uma influência significativa da área, assim os municípios com área até 500 km² e os com área maior que 500 km² arrecadaram níveis relativamente equiparados de receitas próprias e de receitas de capital relativamente ao volume de investimento, para todos os anos do período considerado, observando-se uma tendência global de melhoria em ambos os grupos. De referir apenas que os municípios com área maior que 500 km², arrecadaram receitas próprias ligeiramente abaixo do volume de investimento em 2003-2005.

Os municípios do Norte, arrecadaram genericamente receitas próprias e de capital próximas do volume de investimento, situação oposta ao dos municípios do Sul que arrecadaram receitas próprias acima do volume de investimento executado e tendencialmente canalizaram menos receitas de capital para investimento. Demonstrando-se aqui uma maior tendência para a realização de investimentos por parte dos municípios do Norte, que tendem a canalizar as suas receitas independentemente da sua tipologia para o agrupamento 07.

Verifica-se uma tendência geral para os municípios governados pelo PPD/PSD - CDS-PP e pelo PCP-PEV apresentarem valores superiores do indicador RP/INV, o que indica que poderão tendencialmente arrecadar receitas próprias acima do volume de investimento, comparativamente com os restantes que apresentam indicadores médios próximos ou abaixo de 1, isto é, com receitas próprias abaixo do nível de investimento. Parece haver uma tendência geral de melhoria do indicador para todos os grupos, ao longo do tempo, sendo que a partir de 2006 todos os grupos apresentam valores superiores a 1.

No que concerne ao indicador RK/INV, em 2003, os municípios governados pelo PCP-PEV, arrecadaram mais receitas de capital acima do volume de investimento, relativamente aos restantes partidos. Entre 2004 e 2011 todos os grupos revelaram valores do indicador RK/INV acima de 1, sugerindo que, no período em estudo, praticamente todos arrecadaram receitas de capital acima do volume de investimento, não se tendo, no entanto, detetado diferenças consideráveis entre municípios governados por diferentes grupos partidários.

No que respeita ao índice PIB *per capita* regional, os municípios com valores superiores do mesmo foram os que arrecadaram mais receitas próprias relativamente ao volume de investimento ao longo de todo o período analisado. Igualmente, os municípios com maior que 20 milhares de euros de PIB *per capita*, foram os que arrecadaram receitas de capital abaixo do volume de investimento a partir de 2008, obtendo valores relativamente baixos de RK/INV em 2008 e 2010.

No que respeita ao poder de compra, foi verificado que os municípios com poder de compra *per capita* superior arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento. Analisando o indicador RK/INV, verifica-se que estes municípios, nomeadamente, aqueles com poder de compra per capita entre 80% e 100% e maior que 100%, geraram receitas de capital equivalente ou inferior ao volume de investimento em alguns anos analisados, enquanto que os municípios do grupo entre 40% e 60% verificaram valores do indicador sempre maiores do que 1 e progressivamente crescentes.

Os municípios com mais de 150 de sociedades constituídas, arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento e receitas de capital equivalente ou inferior ao volume de investimento em alguns anos analisados. Em contrapartida, foram os municípios com n.º de sociedades constituídas entre 1 e 50, que arrecadam mais receitas de capital acima do volume de investimento.

No atinente às sociedades da indústria transformadora, foram os municípios com menos sociedades da indústria transformadora que apresentaram uma melhoria progressiva do indicador RP/INV, e que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento. Igualmente, estes, isto é, os municípios com n.º de sociedades da indústria transformadora entre 1% e 5%, arrecadaram menos receitas de capital relativamente ao volume de investimento na maior parte do período analisado.

Os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20%, apresentam um indicador RP/INV inferior aos restantes e são aqueles que arrecadaram menos receitas próprias relativamente ao volume de investimento. Para o indicador RK/INV, verifica-se uma tendência para estes municípios gerarem mais receitas de capital acima do volume de investimento em 2010 e 2011.

Também foi verificado que os municípios com mais do que 4 médicos por mil habitantes, foram os que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento e demonstrou uma tendência de aumento do indicador RP/INV em quase todo o período em análise, situação que não se verificou nos outros grupos que se mantiveram praticamente constantes. Relativamente à tipologia médicos por habitante, na análise ao indicador RK/INV, não se verificaram resultados e interações significativas.

Os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever maior que 85% foram os que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos entre 80% e 85%. Verificaram-se tendências de crescimento no indicador RP/INV em todos os grupos no período analisado, embora os grupos entre 66% e 75% e entre 75% e 80% tenham mantido sempre valores abaixo de 1, ou seja, arrecadaram receitas próprias abaixo do volume de investimento. Relativamente ao indicador RK/INV, verificou-se que o grupo referente aos municípios com população que sabe ler e escrever maior que 85%, foi a que demonstrou mais flutuações, obtendo valores genericamente perto de 1, tendo-se situado abaixo de 1 em alguns anos.

Os municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo maior que 6,5%, foram os que arrecadaram mais receitas próprias acima do volume de investimento, seguidos dos entre 5% e 6,5%, dos entre 2,5% e 5% e finalmente dos entre 1% e 2,5%. Porém, na análise do indicador RK/INV, não se verificaram comparações significativas. De salientar apenas que o grupo de municípios com proporção da população residente com o ensino superior completo entre 5% e 6,5% arrecadou receitas de capital abaixo do volume de investimento, obtendo valores inferiores a 1 entre 2004 e 2011, contrariamente aos restantes grupos com valores médios de indicador a rondar 1,1.

Verificou-se na avaliação efetuada que os municípios do interior não geraram receitas próprias suficientes para cobrir o investimento realizado, no entanto, arrecadaram receitas de

capital acima do volume de investimento total executado, revelando que nem toda a receita de capital arrecadada é canalizada para investimento, o que demonstra, contrariamente à hipótese avançada nesta questão, um pior aproveitamento dos recursos disponíveis por parte dos municípios do interior. Assim, os municípios que melhor aproveitam os recursos, são os mais populosos, têm um maior PIB *per capita* regional, maior poder de compra e maior proporção da população residente com o ensino superior completo. Estes municípios, estão localizados no litoral, no Sul, na Região de Lisboa e Vale do Tejo a Grande Lisboa e o Grande Porto.

3. Quais são os municípios que canalizam em proporção mais receita total para investimento?

Para responder à questão, foi utilizado o Indicador Investimento/Receita Total INV/RT, baseado no anuário financeiro dos municípios portugueses 2007 (Carvalho et al., 2008). Este indicador demonstra o quanto o investimento executado pelos municípios representa em relação à receita total liquidada. Quanto maior o valor do indicador, mais investimento o município realiza, sendo importante referir a importância que o investimento de iniciativa pública tem na eficiência económica do Estado (Cabral e Almodovar, 2010).

No estudo em questão, verifica-se que os municípios do interior, canalizam mais receita para investimento do que os municípios do litoral, embora a diferença não seja muito expressiva. Verifica-se ainda uma redução gradual do investimento, que decorre de forma proporcional tanto nos municípios do interior como nos do litoral ao longo do período.

Verifica-se que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo e Região do Alentejo, canalizaram menos receita total para investimento. Em termos gerais verificou-se uma quebra generalizada do investimento no período em análise, especialmente na Região de Lisboa e Vale do Tejo e na Região do Algarve a partir de 2008. O relatório de finanças municipais 2002 também já tinha apurado uma situação análoga aparecendo “o investimento a representar 93% das suas fontes de financiamento privilegiadas na NUTS Algarve, mas apenas 74% na NUTS Lisboa. Estas duas NUTS apresentam-se como exceções uma vez que nas restantes os valores são muito próximos da média nacional” (DGAL, 2002, p. 79).

No ano de referência 2003, os municípios pertencentes à Grande Lisboa, canalizaram menos receita total para investimento. Contudo, no restante período 2004-2011, a estes juntaram-se os municípios do Grande Porto, e em conjunto foram aqueles que genericamente canalizaram menos receita total para investimento na maior parte do período considerado, embora se tenha verificado uma confluência dos valores do indicador entre 2008 e 2010 relativamente às regiões de Ave e Cávado. Verificou-se que em termos gerais todas as regiões apresentaram uma tendência de diminuição do rácio, ou seja, todos demonstraram uma tendência de encaminhar menos receita total para investimento. Poderá também dar-se o caso de o investimento estar a ser efetuado, mas não ser pago, uma vez que nestes indicadores orçamentais só conseguimos aferir o que é efetivamente pago. Verificou-se também que consoante aumenta o número de habitantes, os municípios canalizam menos receita total para investimento. Relativamente à área não se verificaram diferenças significativas. Foi também demonstrado que os municípios do norte de Portugal canalizaram mais receita total para investimento do que os municípios do Sul em todo o período de análise.

Foi já referido acima que nos ciclos politico-orçamentais se verifica a existência de um comportamento oportunista dos governos, centrado na sinalização das suas competências, e considerando a assimetria de informação no período pré-eleitoral (Ribeiro, Jorge e Cervera, 2018). Este traduz-se num aumento das despesas e/ou redução dos impostos de forma agregada e num agravamento das despesas melhor percecionadas pelos eleitores, nomeadamente investimentos.

No estudo em questão, verificou-se uma tendência para os municípios governados pela coligação PCP-PEV, canalizarem menos receita total para investimento, imediatamente seguidos dos liderados pelo PPD/PSD - CDS-PP.

Os municípios com maior PIB *per capita*, assim como os com maior poder de compra, foram aqueles que canalizaram menos receita total para investimento. Como já referido, a qualidade do investimento público é um fator determinante do seu contributo para o crescimento económico de longo prazo (Cabral e Almodovar, 2010), sendo essencial a boa utilização do dinheiro público, numa ótica de investimento e retorno pois o investimento público é também um elemento essencial para modernização da economia e para o aumento da produtividade. Desta forma, torna-se difícil perceber, o desinvestimento nos municípios com maior poder de compra e maior PIB *per capita* regional. A situação poderá dever-se ao estado de desenvolvimento em que estes se encontrem, ou seja, o grande desenvolvimento/crescimento económico, pode já ter ocorrido no passado e atualmente a estratégia de investimento esteja mais direcionada para ações imateriais e investimentos nas áreas culturais, sociais, etc. Poderá também a crise económica, ter tido alguma influência neste comportamento, o que se poderá traduzir em efeitos negativos a longo prazo.

Os municípios com mais sociedades constituídas e com mais médicos por mil habitantes, foram aqueles que canalizaram menos receita total para investimento.

Verificou-se uma tendência, embora não significativa, de os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20%, serem aqueles que canalizam mais receita total para investimento. Verifica-se, que globalmente a tendência é de redução, porém dá-se um pequeno desvio em 2008, nos grupos entre 7% e 10% e entre 20% e 25%, talvez justificado pelo Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com o objetivo de reduzir os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados pelas entidades públicas, nomeadamente pelos municípios em 2008 e em 2009 pelo e Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro (RCM), o qual visou nomeadamente, garantir o pagamento a credores privados das dívidas vencidas dos municípios, na sequência do objetivo de redução de prazos de pagamentos a fornecedores do Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro.

Os municípios com proporção de população que sabe ler e escrever maior que 85%, foram aqueles que canalizam menos receita total para investimento e os municípios com maior proporção da população residente com o ensino superior completo, canalizaram menos receita total para investimento, realçando-se, porém, a quebra que se verifica em 2009, talvez justificada com a manutenção do valor das transferências dos fundos municipais.

Os municípios que canalizam em proporção mais receita total para investimento, localizam-se no interior e no norte, em contraste com os que canalizam menos receita total para investimento, que pertencem à Região de Lisboa e Vale do Tejo e Região do Alentejo, são os mais populosos, são governados pela coligação PCP-PEV, são os que têm maior PIB *per capita* regional, assim como são os que têm maior poder de compra e mais sociedades constituídas, mais médicos por habitante, maior proporção de população que sabe ler e escrever e maior proporção da população residente com o ensino superior completo.

4. Quais são os municípios que em proporção são mais permissivos à subsidiodependência?

Para responder à questão, foi utilizado o Indicador Total Transferências e Subsídios (TS/RT), o qual foi concebido neste trabalho particularmente para este efeito. Com este

indicador pretende-se apurar o peso que representam as transferências correntes, os subsídios e as transferências de capital concedidas pelos municípios, na receita total arrecadada. Este rácio indica que quanto maior o valor do indicador, mais o município favorece a subsidiodependência. Não obstante a enorme importância que as associações locais, empresas municipais, juntas de freguesia, têm no desenvolvimento local, pelo valioso trabalho que desenvolvem junto das populações, existe o risco destas entidades herdarem grandes fatias dos fundos municipais sem que o seu trabalho e ação de retorno seja evidente, e mesmo em muitos casos seja praticamente nula. Assim estas entidades, e mesmo famílias beneficiárias crónicas de apoios e subsídios, poderão tornar-se autênticos sorvedouros do erário público, ou seja, tornarem-se subsidio dependentes. Estes agrupamentos do classificador económico, 04, 05 e 08, poderão transformar-se na maior armadilha dos municípios, no que concerne à estabilidade e equilíbrio financeiro, se não existir uma enorme prudência e controlo na transferência destas verbas a este conjunto de entidades.

No conjunto dos municípios, conforme apurou o anuário financeiro dos municípios portugueses de 2008, “o total das transferências e subsídios atribuídos correntes como e de capital, representam em 2008, 14% da despesa total paga (13,3% em 2005, 12,9% em 2006 e 13,6% em 2007). Em termos absolutos, esta despesa, cresceu entre 2005 e 2008, globalmente 155 milhões de euros, isto é, +14,5% (em 2006 tinha decrescido 4,1%, mas em 2007 aumentou 9,2%)” (Carvalho e Camões, 2008, p. 97).

Em Portugal Continental os municípios do litoral, tendo como base o Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total (TS/RT), concederam mais subsídios e apoios, do que os municípios do interior.

Os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo e à Região Norte foram os que concederam mais subsídios e apoios, seguidos da Região Centro, Região do Algarve e finalmente Alentejo. De salientar a subida pronunciada do indicador na Região do Algarve observada entre 2007 e 2010. No respeitante às NUT III seleccionadas, os municípios pertencentes à Grande Lisboa, Grande Porto, Ave e Cávado, foram os que concederam mais subsídios e apoios. Importa também salientar que o Alto Trás-os-Montes e o Douro mantiveram valores sempre baixos deste indicador durante todo o período de análise, demonstrando que não favorecem tanto a subsidiodependência e reforçando a conclusão de que é nos grandes centros urbanos que se verifica uma maior predisposição por parte dos eleitos locais, para a atribuição de apoios e subsídios. Em linha com esta ilação, verificou-se que os municípios com número de habitantes maior que 100.000, foram os que concederam mais subsídios e apoios, seguidos dos municípios entre 40.000 e 100.000 hab. No tocante à área, não foram verificadas diferenças significativas, existindo, no entanto, uma tendência para os municípios com maior que 500 km² concederem mais subsídios e apoios.

É também notório que os municípios da zona norte, concederam mais subsídios e apoios, do que os municípios do Sul, embora se aproximem progressivamente destes desde 2006 demonstrando valores praticamente idênticos do indicador a partir de 2009.

Embora alguns estudos indiquem que os partidos de esquerda sejam menos austeros na gestão orçamental, na tentativa de cumprir promessas eleitorais de índole social não previstas no sistema de financiamento dos partidos (Ribeiro, Jorge e Cervera; 2018) e que o efeito positivo do ciclo eleitoral sobre os gastos e deficits seja mais forte igualmente nestes mesmos partidos (Lago-Peñas, 2008); no estudo presente verificou-se que, os municípios liderados pela coligação PPD/PSD - CDS-PP, foram os que concederam mais subsídios e apoios, durante todo o período de análise. Este resultado vem de encontro à opinião de Martins e Correia (2015), que afirmam que sob governos de coligação, os políticos de diferentes partidos aumentam e aprovam despesas que beneficiam os eleitores, contribuindo para o

aumento da despesa total. Os municípios com maior PIB *per capita* regional e maior poder de compra, foram os que concederam mais subsídios e apoios, o que também corroboram Martins e Correia (2015), que no seu estudo defendem que quanto maior é o poder de compra dos municípios, menos enviesadas são as previsões de receita e melhor é a execução da despesa.

Os municípios com maior número de sociedades constituídas, maior proporção de sociedades na indústria transformadora e de sociedades no comércio foram os que concederam mais subsídios e apoios.

Os municípios com mais médicos por 1.000 habitantes, maior proporção da população que sabe ler e escrever e com ensino superior completo, foram igualmente os que atribuíram mais subsídios e apoios.

Os municípios que em proporção são mais permissivos à subsidiodependência, localizam-se no litoral e no norte, são os mais populosos, são governados coligação PPD/PSD - CDS-PP, são os que têm maior PIB *per capita* regional, maior poder de compra e mais sociedades constituídas, assim como maior proporção de sociedades na indústria transformadora e proporção de sociedades no comércio, maior número de médicos por cada mil habitantes e maior proporção da população residente com o ensino superior completo. Incluem ainda as Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte, bem como as NUTS da Grande Lisboa, Grande Porto, Cávado e Ave.

5. Qual o perfil do município que afeta grande parte dos recursos financeiros para o pessoal?

Para responder à questão, foi utilizado o Indicador Pessoal/Receita Total (Pessoal/RT), baseado no anuário financeiro dos municípios portugueses 2007 (Carvalho et al., 2008). Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que os gastos com o pessoal representam na receita total arrecadada pelos municípios. Este rácio indica que quanto maior o valor do indicador, mais investimento em recursos humanos o município realiza.

Tal como afirmado no anuário financeiro dos municípios portugueses de 2009 “as despesas com pessoal foram as despesas mais representativas na estrutura da despesa municipal tendo adquirido o maior peso em 2006 (29%), diminuindo, ligeiramente, em 2008 (-1,7 pontos percentuais), mas, voltando a subir em 2009 (+1,3 pontos percentuais). No quadriénio 2006-2009, representou, em média, 28,3% do total da despesa autárquica, mais que qualquer outra despesa municipal. Em termos absolutos aumentaram em 389 milhões de euros, entre 2006 e 2009, tendo crescido, só em 2009, cerca de 244,4 milhões, aumento nunca verificado nos últimos anos” (2009, p. 281), o que revela o peso e a dimensão que estas despesas representam no orçamento global dos municípios portugueses.

Apesar de não se detetarem diferenças neste indicador entre o litoral e o interior, olhando ao período analisado 2003-2011, verificou-se uma tendência geral de aumento dos gastos com pessoal, tendo-se esta invertido em 2011, justificada talvez com a redução imposta pelo governo, derivado da intervenção externa e das medidas impostas no PAEF, aos vencimentos dos funcionários públicos.

Importa aqui também considerar o defendido por Cabral e Almodovar (2010) que sugerem que o crescimento dos gastos com pessoal, como seja, as políticas de estímulo baseadas no aumento do investimento de iniciativa pública são, em geral, mais eficazes no relançamento da atividade económica do que as baseadas em diminuições de impostos, ou as centradas no aumento de gastos correntes, e que poderá ter sido este um dos instrumentos utilizados e incentivados pelos governos durante o período 2003-2010. Isto acontece porque, no caso do investimento, o estímulo à atividade é direto, enquanto nos casos de redução de

impostos, aumentos de gastos com pessoal e transferências, o estímulo é indireto por via de aumento do rendimento disponível, sendo o seu impacto na despesa amortecido pela taxa de poupança.

Os municípios do sul, mostraram um maior peso dos gastos com pessoal, comparativamente aos municípios do norte, o que está em linha com a teoria de Curto e Dias (2011) que afirmam que, no respeitante a encargos com pessoal, os municípios do sul e interior do país denotam habitualmente estruturas financeiramente mais exigentes se reportadas ao número de cidadãos das respetivas áreas de atuação.

Verificou-se que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo e à Região do Alentejo demonstraram um maior peso dos gastos com pessoal no período analisado, e que Região do Algarve começou a evidenciar valores crescentes do indicador depois de 2007. Relativamente a estas últimas, poderá estar relacionado com o valor significativo que as despesas com pessoal assumem, por habitante, em municípios com fraca capacidade de captação local de recursos financeiros Curto e Dias (2011), situação que não foi possível aferir no âmbito do presente estudo.

No que respeita às NUTs, população e área não se vislumbraram diferenças significativas. No entanto, no respeitante aos partidos políticos, os municípios pertencentes ao PCP-PEV, apresentaram um maior peso dos gastos com pessoal. Sendo este facto talvez justificado pelo facto de governar maioritariamente municípios localizados no Alentejo, em áreas onde o maior empregador são os próprios municípios, e onde não existe um sector empresarial com dimensão apreciável, o que corrobora o verificado para as CCDRs e no sul. Importa porém referir que, em 2005, os Outros partidos apresentam uma subida considerável nos gastos com pessoal que se mantém relativamente constante no restante período analisado, posicionando-se imediatamente abaixo do PCP-PEV.

Os municípios com maior PIB *per capita*, apresentaram igualmente um maior peso dos gastos com pessoal. A quebra registada em 2011 e verificada nas diversas tipologias do indicador pessoal/RT, deverá estar relacionada com as medidas impostas na LOE 2011, relativamente à redução dos salários, já anteriormente referida. Verificou-se que os municípios com maior proporção de sociedades da indústria transformadora, e com menor proporção da população residente com o ensino superior completo, foram aqueles que apresentaram globalmente um menor peso dos gastos com pessoal. Para as tipologias maior poder de compra, sociedades constituídas, proporção de sociedades do comércio, médicos por cada mil habitantes e proporção de população que sabe ler e escrever, do indicador pessoal/RT, não se vislumbraram diferenças significativas.

Em suma, o perfil do município que afeta grande parte dos recursos financeiros para o pessoal é o de um município do Sul, pertencente à Região do Alentejo ou de Lisboa e Vale do Tejo, governado pelo PCP-PEV e com maior PIB *per capita*.

6. Em que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, é mais eficiente a cobrança dos impostos indiretos e taxas?

Para responder à questão, foi utilizado o Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total (IIT/RT), baseado no anuário financeiro dos municípios portugueses 2007 (Carvalho et al., 2008). Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que representam os impostos indiretos e taxas cobradas pelos municípios, na receita total arrecadada. Este rácio indica que quanto maior o valor do indicador, mais eficientes são os municípios na cobrança de impostos indiretos e taxas cobradas.

Da apreciação realizada com recurso ao indicador IIT/RT, verifica-se que os municípios do litoral, apresentaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas,

comparativamente aos do interior. Também relativamente às NUTS II e III, foi verificado que os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo, bem como Grande Lisboa e Grande Porto, revelaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas. Verificou-se ainda que quanto maior a população, maior o peso dos impostos indiretos e taxas cobradas nos municípios. Os municípios do Sul e com área até 500 km², demonstraram igualmente um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas. No que concerne aos partidos, não se aferiram diferenças significativas, entre as diferentes forças políticas. Em geral, os políticos têm motivações para financiar a sua atividade através do endividamento, considerando que os eleitores têm mais facilidade em conhecer os verdadeiros custos dos programas dos governos se tiverem de os financiar através de impostos (Oates, 1988). Desta forma, os políticos poderão estar a esconder dos eleitores os verdadeiros custos diretos dos programas.

Os municípios com poder de compra acima de 80% e PIB *per capita* regional maior que 20 milhares de euros, apresentaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas. No que diz respeito ao n.º de sociedades constituídas, os municípios com mais de 150 sociedades constituídas apresentaram um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas, seguidos daqueles com entre 100 e 150, e entre 50 e 100. Já no que diz respeito à proporção de sociedades na indústria transformadora, foram os municípios com menor número destas que demonstraram um maior valor do indicador, logo maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas. Já no que diz respeito à proporção de sociedades de comércio, não se verificaram diferenças muito relevantes.

Os municípios com mais de 4 médicos por 1.000 habitantes, com maior proporção de população que sabe ler e com o ensino superior completo, revelaram igualmente um maior peso dos impostos indiretos e taxas cobradas. Verifica-se desta forma que os cidadãos que mais impostos pagam, têm acesso a melhores serviços públicos, ou seja, verifica-se desta forma um equilíbrio entre o preço fiscal²⁴ e o bem público local (Pereira e Silva, 2002).

Os municípios em que é mais eficiente a cobrança dos impostos indiretos e taxas, localizam-se no litoral e no Sul, pertencem à Região de Lisboa e Vale do Tejo, são os mais populosos, com área menor. São os que têm maior PIB *per capita* regional, maior poder de compra e mais sociedades constituídas, maior número de médicos por cada mil habitantes, maior proporção de população que sabe ler e escrever e maior proporção da população residente com o ensino superior completo.

7. Em que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, é mais eficiente a cobrança dos impostos diretos?

Para responder à questão, foi utilizado o indicador Impostos Diretos/Receita Total (ID/RT), baseado no anuário financeiro dos municípios portugueses 2007 (Carvalho et al., 2008). Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que representam os impostos diretos cobrados pelos municípios, na receita total arrecadada. Quanto maior o valor deste indicador, mais eficientes são os municípios na cobrança de impostos diretos cobrados. Trata-se de impostos diretos, aqueles cuja cobrança reverte na íntegra para os municípios dos quais são exemplo o IMI, o imposto municipal sobre veículos, o IMT, a derrama e os impostos abolidos.

Neste tipo de receitas e tendo como base o indicador ID/RT, os municípios do litoral, apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, comparativamente aos do interior. Esta situação estará relacionada com a grande diferença populacional entre o interior e o litoral, o que se reflete, como é evidente, numa maior cobrança de impostos.

²⁴ O "preço fiscal" (tax price) é o montante adicional de imposto local que o munícipe terá que pagar por unidade adicional do bem público local.

Os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo, exibiram um maior peso dos impostos diretos cobrados, em relação às receitas totais, seguidos da Região do Algarve. Também no que concerne às NUT III selecionadas, os municípios pertencentes à Grande Lisboa, mostraram um maior peso dos impostos diretos cobrados, seguidos do Grande Porto. Neste caso, aplica-se uma situação similar à referida anteriormente, ou seja, é a elevada dimensão populacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Grande Lisboa, face às restantes regiões, que influencia a maior capitação de impostos cobrados. Aplicando-se aqui o defendido por Pereira e Silva (2002), que as taxas respeitantes a serviços públicos, funciona claramente o princípio do benefício em que o beneficiário é o pagador do serviço.

Relativamente à tipologia população, os municípios com mais populosos demonstraram um maior peso dos impostos diretos cobrados, seguidos daqueles com entre 40.000 e 100.000 hab, dos entre 10.000 e 40.000 hab e finalmente dos até 10.000 hab e os municípios com área até 500 km² e os municípios do Sul, apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados.

Para o período em análise, os municípios liderados pelo PPD/PSD - CDS-PP, demonstraram globalmente um maior peso dos impostos diretos cobrados até 2006, apenas significativo na comparação com o grupo dos municípios governados pelo PPD/PSD, já os municípios com maior PIB *per capita* regional e com maior poder de compra, apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados.

Foi também verificado no estudo que os municípios com n.º de sociedades constituídas maior que 150, apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados, seguidos dos entre 100 e 150, dos entre 50 e 100 e finalmente dos entre 1 e 50, também os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5%, demonstraram um maior peso dos impostos diretos cobrados relativamente aos restantes.

No que respeita aos municípios com proporção de sociedades no comércio, o resultado mais relevante foi relativo ao grupo entre 7% e 20% que demonstrou o valor baixo deste indicador, sendo assim menos eficientes na cobrança de impostos diretos.

Foi também verificado que os municípios com médicos por 1.000 habitantes maior que 4, mostraram um maior peso dos impostos diretos e cobrados, seguidos dos entre 2,5‰ e 4‰, dos entre 1‰ e 2,5‰ e dos entre 0‰ e 1‰., os municípios com proporção de população que sabe ler e escrever maior que 85% e com proporção de população residente com o ensino superior completo acima de 5%, apresentaram um maior peso dos impostos diretos cobrados e que os municípios em que é mais eficiente a cobrança dos «impostos diretos», localizam-se no litoral e no sul, pertencem à Região de Lisboa e Vale do Tejo, são os mais populosos, com área até 500 km². São os que têm maior PIB *per capita* regional, maior poder de compra e mais sociedades constituídas. Têm proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5%, maior número de médicos por cada mil habitantes, maior proporção de população que sabe ler e escrever e maior proporção da população residente com o ensino superior completo.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS

Neste capítulo ir-se-á apresentar os resultados relativos a cada um dos indicadores financeiros tipificados na tabela 3, do subcapítulo 3.2, agrupando os municípios do mesmo modo que o utilizado para os indicadores orçamentais, abordados no capítulo anterior. A análise será igualmente iniciada com a deteção das tendências major relativas ao ano base de 2003 e depois passar-se-á à análise do indicador ao longo do período em análise. Os quadros e gráficos da análise restrita ao ano base constarão no Anexo I da tese para os grupos estabelecidos seguindo cada critério, ainda que a situação do ano 2003 também se represente nos gráficos abaixo. No final do capítulo far-se-á uma discussão dos resultados obtidos relativamente aos indicadores financeiros e face às questões abordadas por cada um.

5.1 ANÁLISE DO INDICADOR ATIVO/PASSIVO (A/P)

Recorreu-se ao indicador Ativo/Passivo (A/P), denominado por rácio de solvência ou solvabilidade, trata-se da capacidade dos municípios para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência dos municípios face aos credores, para responder à questão: Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior capacidade para solver os seus compromissos a médio e longo prazo?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

Salienta-se que, neste indicador, o teste de deteção de *outliers* de Grubb verificou que os municípios de Penedono e de Braga apresentavam valores extremamente afastados da média dos indicadores nalguns critérios. Assim, por forma a ser possível a execução da análise estatística subsequente, os mesmos foram eliminados da análise de grupo, sempre que tal seja

referido, tanto no ano de 2003 como nos anos subsequentes, considerando que este fenómeno se mantinha nos anos posteriores.

5.1.1 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Litoral/Interior

O município de Penedono²⁵, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 19) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 19 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério litoral/interior

	Litoral/interior	Valor de Z	Z crítico = 3.49050599905
Penedono	83.9702100	9.948486080	<i>Outlier</i> significativo. $P < 0.05$

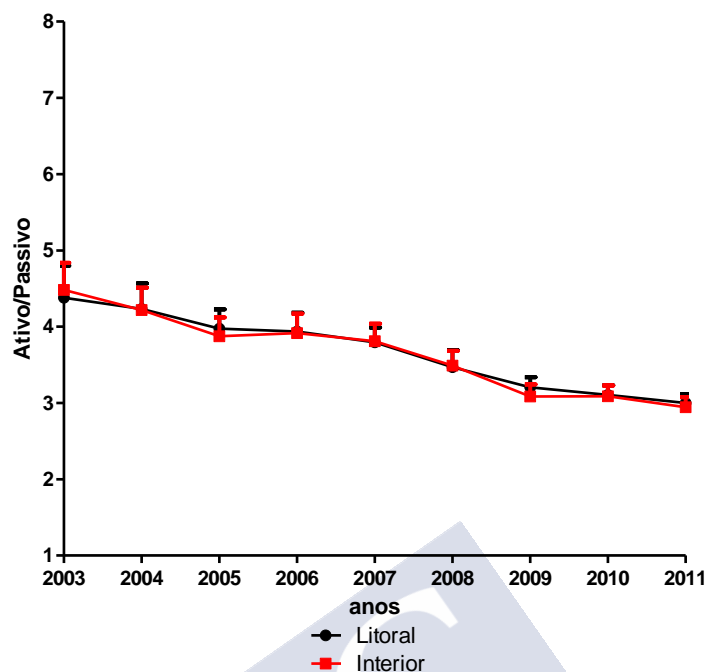
Fonte: Elaborado pelo próprio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.136 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Ativo/Passivo, aos grupos litoral e interior e verificou-se ser não significativo.

Efetuuou-se uma análise *Two-way ANOVA*, que demonstrou um efeito significativo do ano ($p < 0,0001$) mas não do litoral/interior ($p > 0,05$) relativamente ao indicador Ativo/Passivo, não se tendo verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Importa referir que, do universo de comparações realizadas entre os dois grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que ambos se encontram numa situação idêntica. Assim, verifica-se que ambos os grupos apresentam uma solvabilidade financeira semelhante e progressivamente decrescente ao longo do período de análise (gráfico 136).

Verifica-se, portanto, um aumento do valor do ativo, porém também se apura um forte agravamento gradual do passivo no conjunto dos municípios de Portugal continental, tendo atingido uma grande parte dos municípios, uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural e/ou conjuntural no final do período em análise. Também a conjuntura económica e financeira do País se agravou e teve de ser implementado um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o qual veio estabelecer metas de consolidação orçamental das contas públicas nacionais, em especial da redução do montante dos pagamentos em atraso, que por sua vez também deu origem à aprovação e publicação da Lei n.º 43/2012, de 31 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Com este programa, foi estabelecido um regime excecional e transitório de concessão de crédito aos municípios, permitindo a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento das dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, com referência a 31 de março de 2012.

²⁵ O Município de Penedono registou um ativo de 6.479.742,43 euros e um passivo de 77.167,15 euros, nas suas contas do ano 2003 e restante período, o que se traduz numa demonstração de elevada independência financeira face aos credores, em contraste com os restantes municípios que apresentavam níveis de passivo muito mais elevados.

Gráfico 136 - Evolução do indicador A/P nos municípios do litoral *versus* interior - sem *outlier*

Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
∴,Interação	0,01	1,0000
litoral/interior	0,00	0,8450
ano	2,99	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

5.1.2 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério CCDR

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 20) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 20 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério CCDR

	CCDR	Valor de Z	Z crítico = 3.32349273882
Penedono	83.9702100	8.739992617	Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: Elaborado pelo próprio

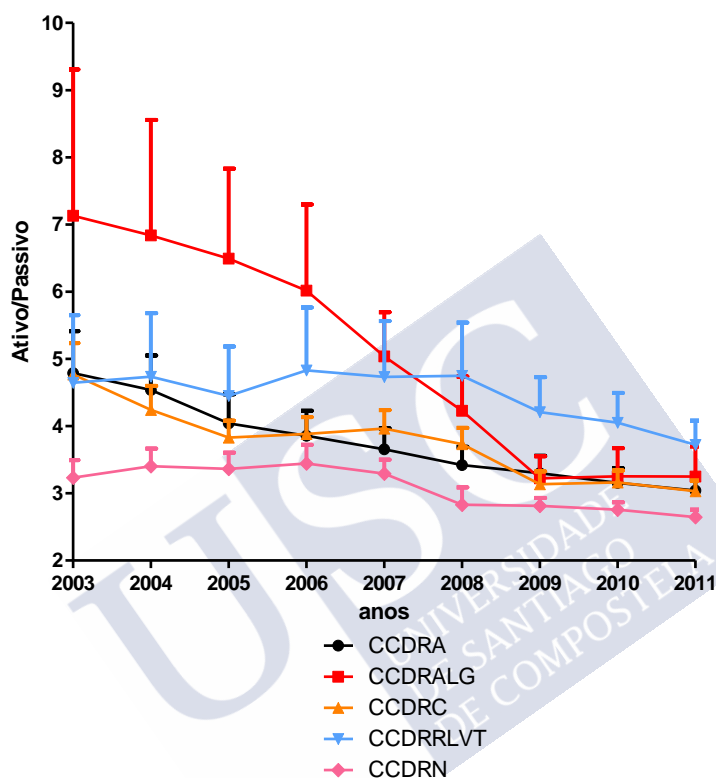
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.137 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis CCDRs e ano ($p < 0,0001$ para ambas) no indicador Ativo/Passivo, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios da Região do Algarve apresentaram maior solvabilidade financeira até 2006, e foram apresentando valores progressivamente decrescentes do indicador, aproximando-se dos restantes grupos depois de 2007. É relevante sublinhar que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas algumas se mostraram significativas. A Região do Algarve apresenta um indicador significativamente superior ao das regiões do Alentejo nos

anos 2003-2006 ($p<0,05$), Centro nos anos 2003 ($p<0,05$), 2004-2005 ($p<0,01$) e 2006 ($p<0,05$) e Norte nos anos 2003-2005 ($p<0,001$) e 2006 ($p<0,01$). A Região do Norte apresenta um rácio significativamente inferior ao da Região Alentejo e Centro no ano de 2003 ($p<0,01$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p>0,05$).

Assim, há uma tendência para nos primeiros anos analisados (2003-2006) a Região do Algarve apresentar maior solvabilidade financeira, enquanto que a Região do Norte apresenta menor solvabilidade financeira (gráfico 137).

Gráfico 137- Evolução do indicador A/P por CCDR (NUTS II) - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,74	0,0527
CCDR	3,24	$P<0,0001$
ano	2,79	$P<0,0001$

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.1.3 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério NUTS III

Os municípios de Penedono e Braga²⁶, apresentaram valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo *outliers* (tabela 21) e por isso eliminados da análise de grupo.

²⁶ O Município de Braga reportou um ativo de 18.911.165,03 euros e um passivo de -1.253.333,85 euros, nas suas contas do ano 2008, situação muito atípica, que não está em linha com os resultados dos restantes anos económicos da entidade, no entanto em contraste com os restantes municípios que apresentavam níveis de passivo muito mais elevados.

Tabela 21 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério NUTS III

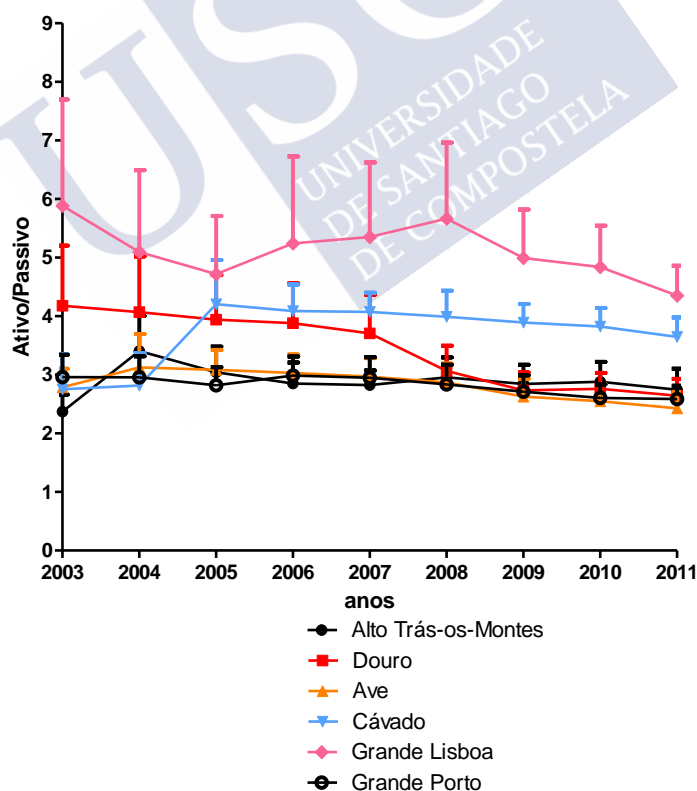
	NUTS III	Valor de Z	Z crítico	P
Penedono	83.9702100	3.914876410	2.65159913548	Outlier significativo. $P < 0.05$
Braga	-15.088690	2.02784363	1.8871466793	Outlier significativo. $P < 0.05$

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.138 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUTS ($p < 0,0001$) mas não do ano ($p > 0,05$) relativamente ao indicador Ativo/Passivo, não se tendo verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Desse modo, os municípios da Grande Lisboa, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, foram aqueles que apresentaram uma maior solvabilidade financeira, durante todo o período 2003-2011 (gráfico 138). Importa referir que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas algumas se mostraram significativas. Com efeito, a Grande Lisboa apresentou um indicador significativamente superior ao Grande Porto e Ave no ano 2003 ($p < 0,05$), Douro em 2008 ($p < 0,05$) e ao Alto Trás-os-Montes em 2003 ($p < 0,01$) e 2008 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Gráfico 138 - Evolução do indicador A/P por NUTS III - sem outliers



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	2,04	1,0000
NUTS	11,31	$P < 0,0001$
ano	0,69	0,8401

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Pode-se assim verificar uma tendência para os municípios pertencentes à Grande Lisboa, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, apresentarem uma maior solvabilidade financeira, seguidos do Douro, e Cávado, e finalmente dos restantes grupos (Grande Porto, Ave e Alto Trás-os-Montes).

5.1.4 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério População

Os municípios de Penedono e Braga, apresentaram valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo *outliers* (tabela 22) e por isso eliminados da análise de grupo.

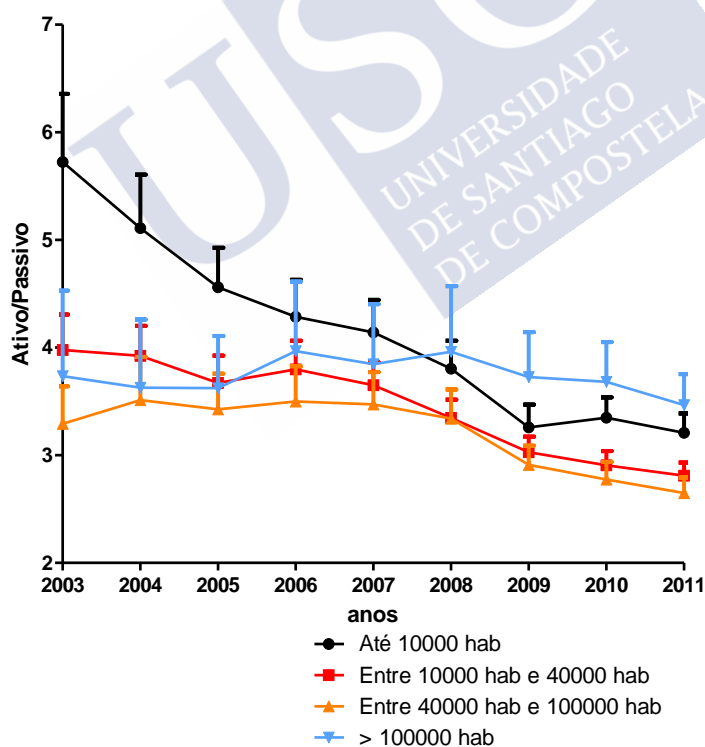
Tabela 22 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério população

	População	Valor de Z	Z crítico	P
Penedono	83.9702100	7.636607891	3.35538776848	Outlier significativo. P < 0.05
Braga	-15.088690	3.75230437	2.78027674978	Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.139 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Gráfico 139 - Evolução do indicador A/P por população - sem outliers



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,85	0,6050
população	1,06	P<0.0001
ano	1,33	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Efetuiu-se uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população e do ano ($p < 0,0001$ para ambas) relativamente ao indicador Ativo/Passivo, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis ($p > 0,05$). Verifica-se que os municípios com população até 10.000 habitantes, apresentaram uma maior solvabilidade financeira no período 2003-2005, mostrando valores progressivamente decrescentes do indicador, sendo inclusivamente ultrapassados pelos municípios com população maior que 100.000 habitantes a partir de 2009 (gráfico 139). Importa referir que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas algumas se mostraram significativas. Com efeito, o grupo até 10.000 habitantes apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 10.000 e 40.000 habitantes nos anos 2003 ($p < 0,001$) e 2004 ($p < 0,05$), entre 40.000 e 100.000 habitantes nos anos 2003 ($p < 0,001$) e 2004 ($p < 0,05$) e maior que 100.000 habitantes no ano 2003 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Assim, os municípios com população até 10.000 habitantes foram os que apresentaram uma maior solvabilidade financeira em 2003 e 2004.

5.1.5 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Área

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 23) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 23 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério área

	Área	Valor de Z	Z crítico = 3.63393057938
Penedono	83.9702100	11.13604600	Outlier significativo. $P < 0.05$

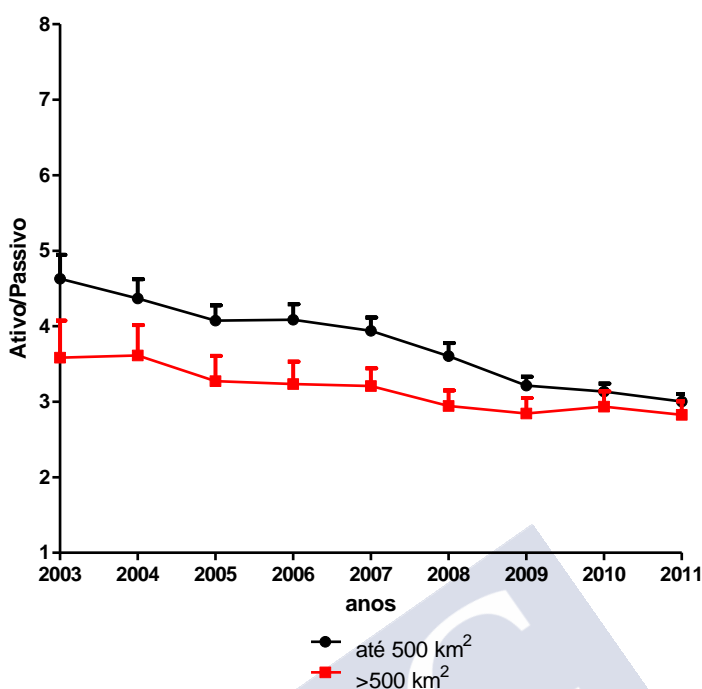
Fonte: Elaborado pelo próprio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.140 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Ativo/Passivo, aos grupos até 500 km² e maior que 500 km² e verificou-se ser não significativo.

A realização de uma análise *Two-way ANOVA* permitiu verificar um efeito significativo da área e do ano ($p < 0,0001$) relativamente ao indicador Ativo/Passivo, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com área até 500 km² e maior que 500 km², tendo como base o indicador Ativo/Passivo, apresentaram idêntica solvabilidade financeira, durante todo o período 2003-2011 analisado pois não se detetaram diferenças significativas entre os grupos durante todo o período analisado ($p > 0,05$). Existiu, no entanto, uma tendência, não significativa, para o grupo até 500 km² apresentar uma solvabilidade financeira ligeiramente superior até 2008, aproximando-se dos valores do indicador do grupo maior que 500 km² em 2009-2011 (gráfico 140).

Pode-se assim verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador Ativo/Passivo, apresentarem uma maior solvabilidade financeira até 2008.

Gráfico 140 - Evolução do indicador A/P por área - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,16	0,8581
area	0,74	P<0.0001
ano	1,28	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.1.6 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Norte/Sul

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 24) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 24 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério norte/sul

	Norte/Sul	Valor de Z	Z crítico = 3.57529920541
Penedono	83.9702100	11.26628392	Outlier significativo. P < 0.05

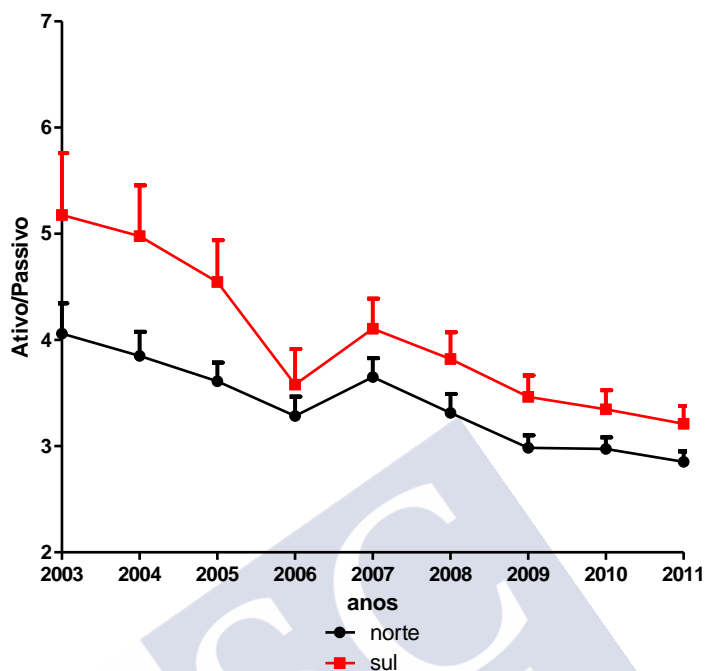
Fonte: Elaborado pelo próprio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.141 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Ativo/Passivo, aos grupos Norte e Sul e verificou-se serem não significativos.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis norte/sul e ano ($p < 0,0001$) no indicador Ativo/Passivo, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as referidas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios do Sul, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, foram aqueles que apresentaram uma maior solvabilidade financeira durante todo o período 2003-2011. Importa salientar que os municípios do Sul não apresentam um indicador significativamente superior ao dos municípios do Norte nos anos 2005-2011 ($p > 0,05$), razão pela qual se verifique apenas uma tendência neste período (gráfico 141).

Pode-se assim verificar uma tendência para os municípios do Sul, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, apresentam uma maior solvabilidade financeira.

Gráfico 141 - Evolução do indicador A/P nos municípios do norte versus sul - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,27	0,5196
norte/sul	1,08	P<0,0001
ano	3,14	P<0,0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.1.7 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Partido Político

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 25) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 25 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério partido político

Partido	Valor de Z	Z crítico = 3.43108989071
Penedono	83.9702100	8.643957850

Fonte: Elaborado pelo próprio

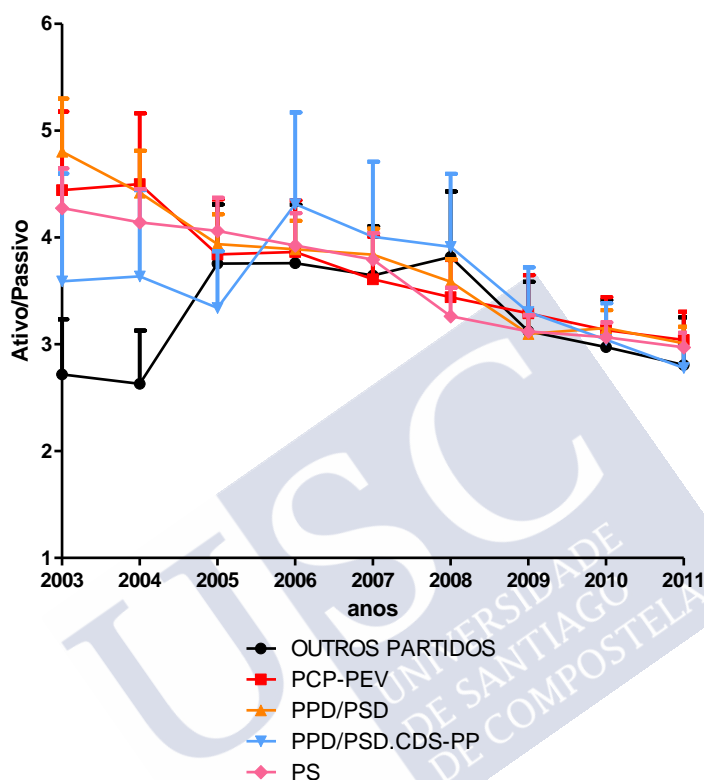
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.142 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do ano ($p < 0,05$) mas não do Partido ($p > 0,05$) no comportamento do indicador Ativo/Passivo, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios liderados pela coligação PPD/PSD - CDS/PP e Outros Partidos aproximaram-se cada vez mais dos valores de indicador dos restantes grupos, havendo uma similaridade

total entre todos os grupos no período 2005-2011 (gráfico 142). De referir que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica.

Assim, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, os municípios apresentaram uma solvabilidade semelhante nos anos estudados, independentemente do partido político do seu executivo.

Gráfico 142 - Evolução do indicador A/P por partido político municipal - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,54	0,9983
partido	0,16	0,4164
ano	0,75	0,0177

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.1.8 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério PIB

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 26) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 26 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério PIB

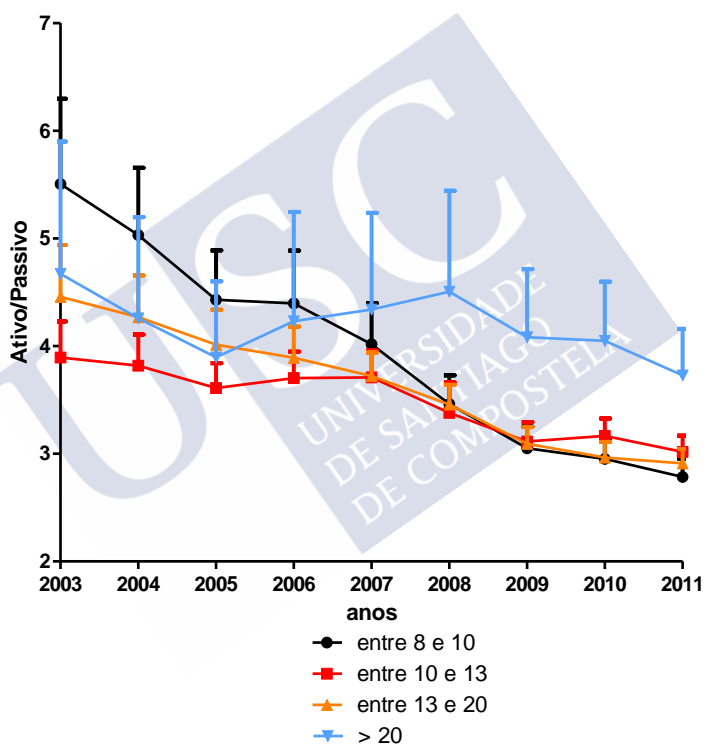
	PIB per capita	Valor de Z	Z crítico = 3.12012647442
Penedono	83.9702100	6.169887275	Outlier significativo. $P < 0.05$

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.143 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Realizada uma análise *Two-way ANOVA*, foi demonstrado um efeito significativo do PIB ($p<0,01$) e do ($p<0,0001$) relativamente ao indicador Ativo/Passivo, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p>0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas numa se verificou ser significativa. Com efeito, o grupo entre 8m€ e 10m€ apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 13m€ e 20m€ no ano de 2003 ($p<0,01$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p>0,05$). Assim, os municípios com PIB *per capita* regional entre 8m€ e 10m€ foram ultrapassados por aqueles que possuem o PIB *per capita* regional maior que 20m€ que, passaram a ser aqueles que apresentaram uma tendência, não significativa ($p>0,05$), para maior solvabilidade financeira a partir de 2008 (gráfico 143).

Gráfico 143 - Evolução do indicador A/P por PIB- sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,60	0,9167
PIB	0,50	0,0058
ano	1,53	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Assim, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, os municípios apresentaram uma solvabilidade muito semelhante nos anos estudados, independentemente do seu PIB.

5.1.9 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Poder de Compra

Os municípios de Penedono e Braga, apresentaram valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo *outliers* (tabela 27) e por isso eliminados da análise de grupo.

Tabela 27 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério poder de compra

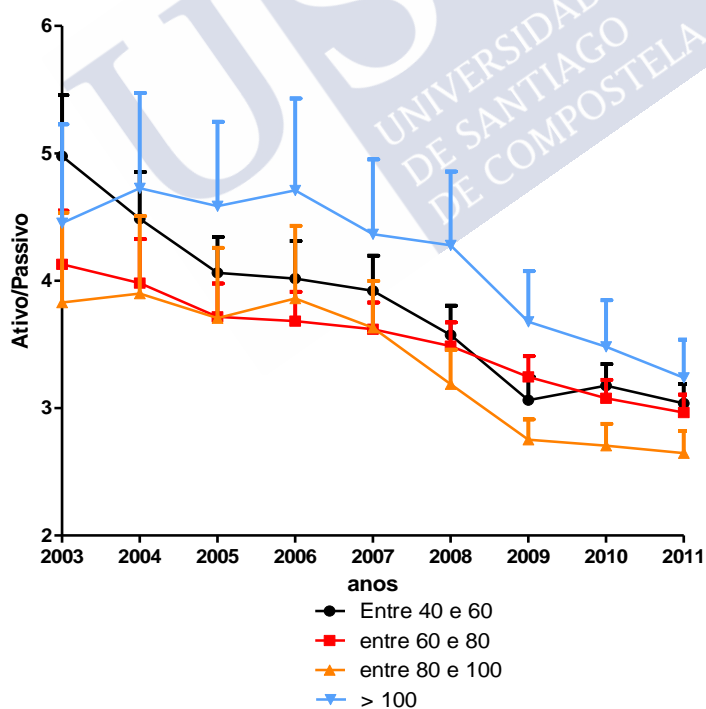
	Poder de compra	Valor de Z	Z crítico	P
Penedono	83.9702100	8.528425113	3.3908246898	Outlier significativo. $P < 0.05$
Braga	-15.088690	5.34804388	3.03609735473	Outlier significativo. $P < 0.05$

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.144 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do poder de compra e do ano ($p < 0,0001$) sobre o rácio Ativo/Passivo, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios com poder de compra maior que 100% apresentaram uma tendência não significativa para uma maior solvabilidade financeira a partir de 2005 (gráfico 144). Importa referir que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$).

Gráfico 144 - Evolução do indicador A/P por poder de compra - sem outliers



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,27	0,9997
poder de compra	0,89	$P < 0,0001$
ano	2,11	$P < 0,0001$

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Assim, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, os municípios apresentaram uma solvabilidade semelhante nos anos estudados, independentemente do seu poder de compra.

5.1.10 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Sociedades Constituídas

Os municípios de Penedono e Braga, apresentaram valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo *outliers* (tabela 28) e por isso eliminados da análise de grupo.

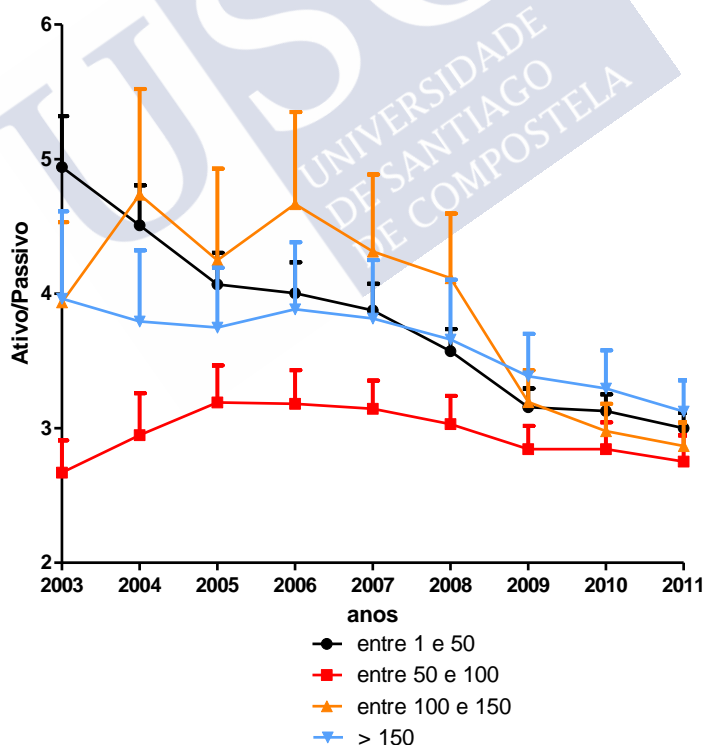
Tabela 28 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério sociedades constituídas

Sociedades constituídas	Valor de Z	Z crítico	P
Penedono	83.9702100	10.13080362	3.57360861099
Braga	-15.088690	4.43594116	2.95194787795

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.145 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Gráfico 145 - Evolução do indicador A/P por sociedades constituídas - sem outliers



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,61	0,9095
sociedades constituídas	0,90	P<0.0001
ano	1,02	0,0012

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Posteriormente efetuou-se uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,01$) no indicador Ativo/Passivo, não se tendo verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios do grupo entre 50 e 100 apresentaram em geral uma menor solvabilidade financeira, principalmente até 2008. Importa referir que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas o grupo entre 1 e 50 apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 50 e 100 nos anos de 2003 ($p < 0,001$) e 2004 ($p < 0,05$) (gráfico 145). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Assim, os municípios com entre 50 e 100 sociedades constituídas apresentaram geralmente uma menor solvabilidade financeira até 2008.

5.1.11 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 29) e por isso eliminado da análise de grupo.

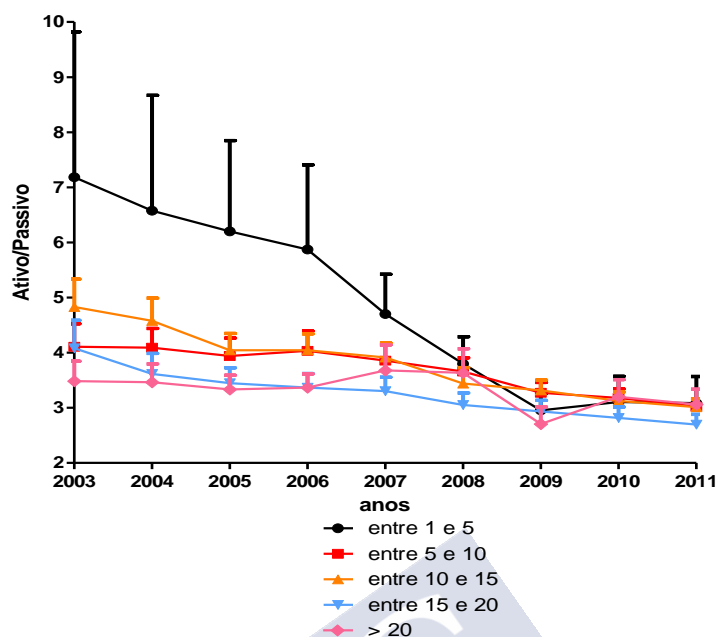
Tabela 29 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério sociedades na indústria transformadora

Sociedades na indústria transformadora		Valor de Z	Z crítico = 3.30161147261
Penedono	83.9702100	8.133879628	Outlier significativo. $P < 0.05$

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.146 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Gráfico 146 - Evolução do indicador A/P por sociedades da indústria transformadora - sem outlier



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,95	0,0173
sociedades da industria transformadora	2,37	P<0.0001
ano	2,85	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Realizada uma análise *Two-way ANOVA*, foi demonstrado um efeito significativo das sociedades da indústria transformadora e do ano ($p < 0,0001$) no indicador Ativo/Passivo, tendo-se verificado uma interação significativa entre as referidas variáveis explicativas ($p < 0,05$). Verifica-se que os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5% apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 10% e 15% no ano 2003 ($p < 0,05$), entre 5% e 10% nos anos 2003 ($p < 0,01$) e 2004 ($p < 0,05$), entre 15% e 20% nos anos 2003-2004 ($p < 0,01$) e 2005-2006 ($p < 0,05$) e finalmente ao grupo maior que 20% nos anos 2003 ($p < 0,001$), 2004 ($p < 0,01$) e 2005-2006 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$). Este grupo foi, portanto, o que apresentou uma maior solvabilidade financeira até 2006 (gráfico 146).

5.1.12 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério Sociedades no Comércio

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 30) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 30 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério sociedades no comércio

	Proporção de sociedades no comércio	Valor de Z	Z crítico = 3.44239490236
Penedono	83.9702100	9.040292898	Outlier significativo. P < 0.05

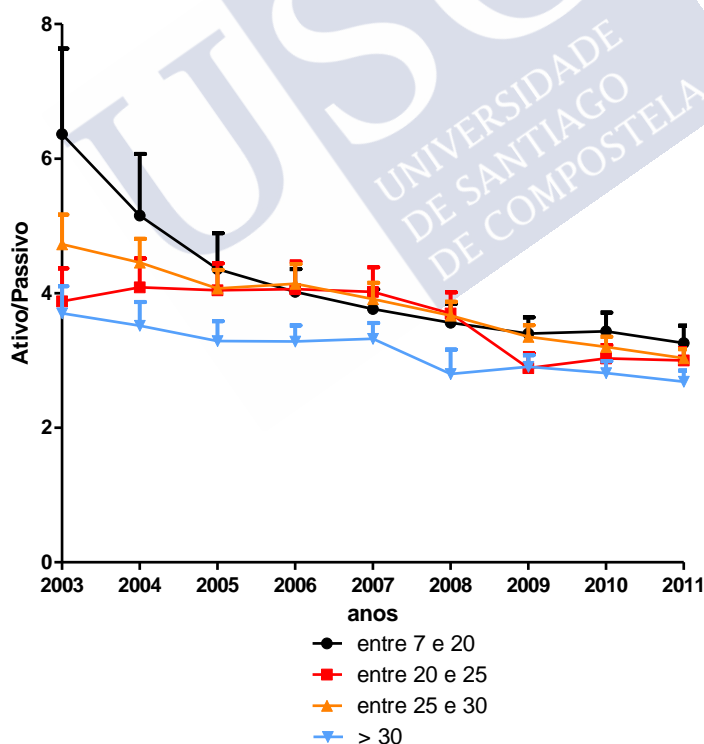
Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.147 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades do comércio e do ano ($p < 0,0001$) na explicação do indicador Ativo/Passivo, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). De salientar que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas se verificou a significatividade em algumas. Com efeito, os grupos entre 7% e 20% apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 20% e 25% no ano 2003 ($p < 0,01$) e maior que 30% também no ano 2003 ($p < 0,001$) (gráfico 147). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Assim, os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20% foram aqueles que apresentaram uma maior solvabilidade financeira em 2003 e nos restantes anos todos os grupos se encontram em situação idêntica.

Gráfico 147 - Evolução do indicador A/P por sociedades no comércio - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,91	0,4982
sociedades do comercio	1,20	P<0.0001
ano	2,63	P<0.0001

Fonte: Elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.1.13 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o critério Número de Médicos

Os municípios de Penedono e Braga, apresentaram valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo *outliers* (tabela 31) e por isso eliminados da análise de grupo.

Tabela 31 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério número de médicos

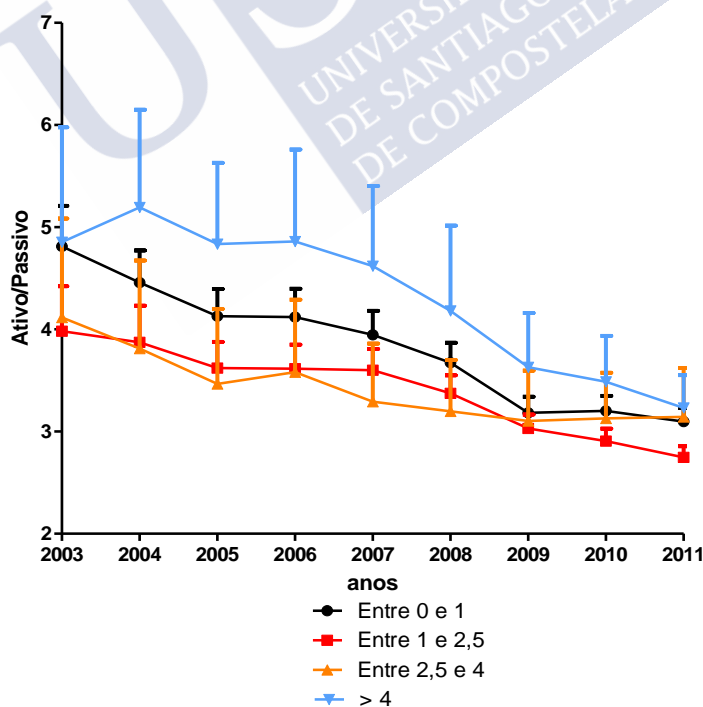
	Médicos por 1.000 habitantes	Valor de Z	Z crítico	P
Penedono	83.9702100	9.443053248	3.46112150763	Outlier significativo. $P < 0.05$
Braga	-15.088690	3.19338336	2.61996422361	Outlier significativo. $P < 0.05$

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.148 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Posteriormente foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis médicos por habitante e ano ($p < 0,0001$) relativamente ao indicador (Ativo/Passivo), não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com médicos por habitante entre maior que 4‰, foram aqueles que apresentaram uma tendência para maior solvabilidade financeira durante o período em estudo (gráfico 148). De salientar, no entanto, que do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que todos os grupos se encontram numa situação idêntica.

Gráfico 148 - Evolução do indicador A/P por número de médicos - sem outliers



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,33	0,9987
médicos por hab	0,62	0,0014
ano	1,47	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Pode-se assim verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios com médicos por mil habitantes maior que 4‰, apresentarem uma maior solvabilidade financeira. Logo, os municípios apresentaram uma solvabilidade semelhante nos anos estudados, embora se tenha observado uma tendência para os municípios com médicos por mil habitantes maior que 4‰ apresentarem uma maior solvabilidade financeira.

5.1.14 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério População Alfabetizada

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 32) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 32 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério população alfabetizada

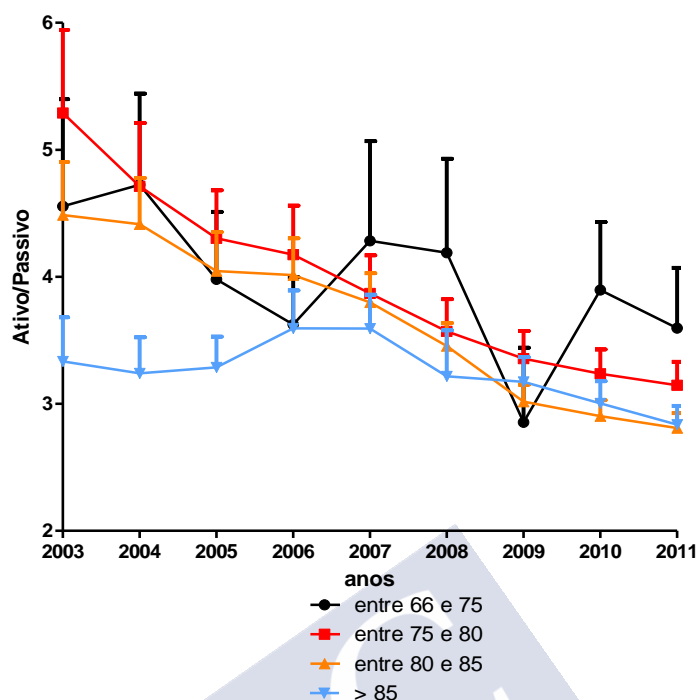
	População que sabe ler e escrever	Valor de Z	Z crítico = 3.30612139416
Penedono	83.9702100	7.382740683	Outlier significativo. $P < 0.05$

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.149 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo. Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que na comparação todos os grupos se mostraram não significativos entre eles.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população que sabe ler e escrever ($p < 0,001$) e do ano ($p < 0,0001$) relativamente ao indicador Ativo/Passivo, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever maior que 85%, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, demonstraram uma solvabilidade financeira inferior até 2005. De salientar que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas se verificou que os grupos entre 75% e 80% apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo maior que 85% nos anos 2003 ($p < 0,001$) e 2004 ($p < 0,05$) (gráfico 149). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Gráfico 149 - Evolução do indicador A/P por população alfabetizada - sem outlier



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,73	0,7822
população que sabe ler e escrever	0,72	0,0004
ano	1,76	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Assim, os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever maior que 85%, demonstraram uma solvabilidade financeira inferior em 2003 e 2004.

5.1.15 Análise do Indicador Ativo/Passivo segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Os municípios de Penedono e Braga, apresentaram valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo *outliers* (tabela 33) e por isso eliminados da análise de grupo.

Tabela 33 - Resultado do teste de Grubb para o indicador ativo/passivo segundo o critério população com o ensino superior completo

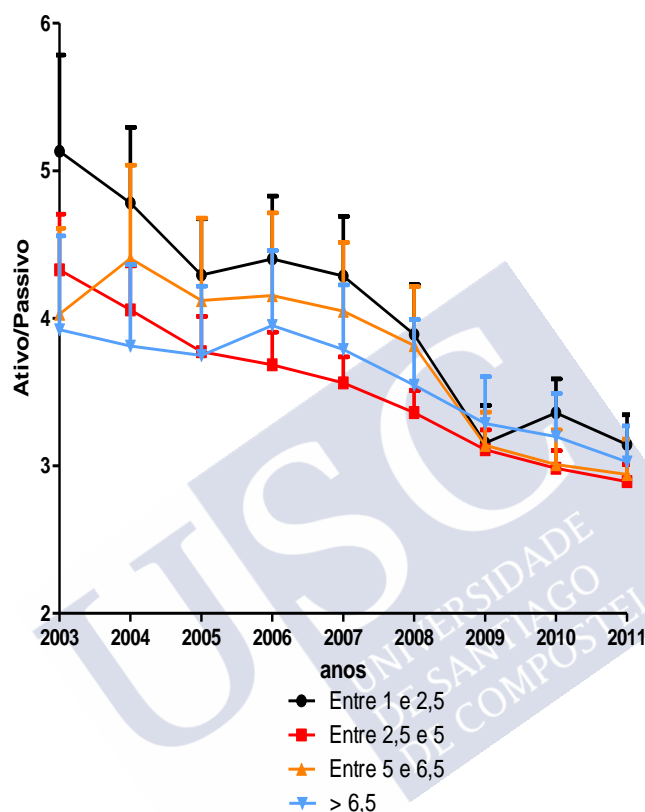
População com o ensino superior completo		Valor de Z	Z crítico	P
Penedono	83.9702100	6.948244667	3.21823063215	Outlier significativo. P < 0.05
Braga	-15.088690	4.45198927	2.96531404639	Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: Elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.150 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Ativo/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo da população ensino superior completo ($p < 0,05$) e do ano ($p < 0,0001$) no indicador Ativo/Passivo, não se tendo, no entanto, constatado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que todos os grupos se encontram numa situação idêntica (gráfico 150).

Gráfico 150 - Evolução do indicador A/P por população com o ensino superior completo - sem outliers



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,28	0,9997
população ensino superior completo	0,37	0,0243
ano	1,92	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Assim, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, os municípios apresentaram uma solvabilidade semelhante nos anos estudados, independentemente da proporção da sua População Residente com o Ensino Superior Completo.

5.2 ANÁLISE DO INDICADOR FUNDOS PRÓPRIOS/ATIVO TOTAL (FP/A)

Recorreu-se ao indicador Fundos Próprios/Ativo Total (FP/A), denominado por rácio de autonomia financeira, analisa a parcela dos ativos que é financiada pelos fundos próprios.

Traduz a capacidade de os municípios financiarem o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos. A capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja, quando o passivo a médio e longo prazo iguala os fundos próprios, para responder à questão: que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior autonomia financeira?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

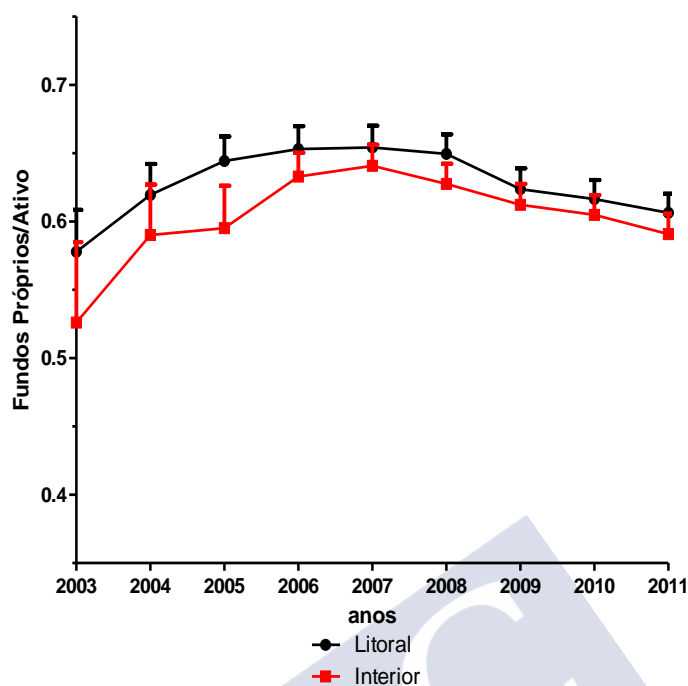
5.2.1 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Litoral/Interior

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.151 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Fundos Próprios/Ativo, aos grupos litoral e interior e verificou-se não significativo. Olhando ao período 2004-2011, não se verificam modificações significativas.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do Litoral/interior ($p < 0,05$) e do ano ($p < 0,01$) na explicação do indicador FP/A, não se tendo verificado, porém uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). A comparação dos grupos interior e do litoral mostrou-se não significativa durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), pelo que ambos os grupos se encontram numa situação semelhante (gráfico 151).

Assim, tendo como base o indicador FP/A, os municípios apresentaram uma autonomia financeira semelhante nos anos estudados, independentemente da sua localização ser no litoral ou interior. De salientar, no entanto, uma tendência, não significativa, para os municípios do litoral demonstrarem uma maior autonomia financeira, comparativamente aos do interior, no período 2003-2005.

Gráfico 151 - Evolução do indicador FP/A nos municípios do litoral versus interior



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,07	0,9891
litoral/interior	0,19	0,0273
ano	0,94	0,0027

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

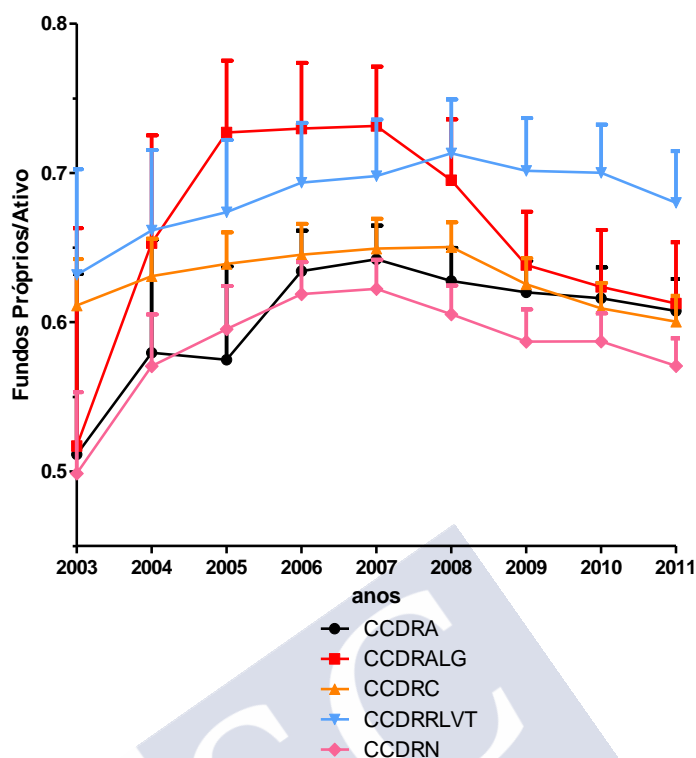
5.2.2 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério CCDD

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.152 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que a Região do Algarve demonstra uma melhoria dos resultados do rácio entre 2004 e 2008 (gráfico 152).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das CCDDs ($p < 0,0001$) e do ano (ambas com $p < 0,05$) no indicador FP/A, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios pertencentes à Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Região do Algarve, tendo como base o indicador FP/A, demonstraram em geral uma tendência, embora não significativa, para uma maior autonomia financeira relativamente aos restantes grupos. De salientar que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram na verdade numa situação idêntica no período em estudo.

Assim, as Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, revelaram uma tendência, não significativa, para uma maior autonomia financeira, comparativamente aos restantes.

Gráfico 152 - Evolução do indicador FP/A por CCDR (NUTS II)



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,38	1,0000
CCDR	0,96	P<0,0001
ano	0,78	0,0122

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.2.3 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério NUTS III

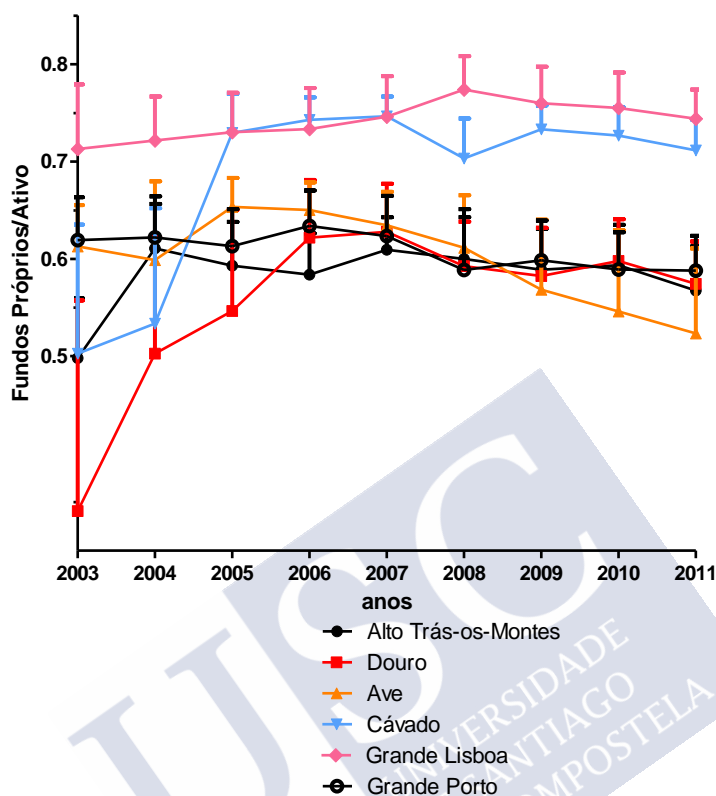
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.153 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo.

Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que a Região do Douro e do Cávado demonstram uma melhoria dos resultados do rácio até 2006, de forma a que a Região do Cávado se aproxima dos valores da Grande Lisboa, e a região do Douro aproxima-se dos restantes grupos (gráfico 153).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUTs ($p < 0,0001$) mas não do ano ($p > 0,05$) relativamente ao indicador FP/A, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Na verdade, os municípios pertencentes à Grande Lisboa e Cávado, tendo como base o indicador FP/A, demonstraram em geral uma maior autonomia financeira desde 2005. De salientar, no entanto, que do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas se verificou serem significativos numa das comparações. Com efeito, o grupo da Grande Lisboa apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo Douro no ano 2003 ($p < 0,01$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Assim, verifica-se que a Região da Grande Lisboa, demonstrou uma maior autonomia financeira de forma global, sendo apenas expressiva relativamente à Região do Douro em 2003.

Gráfico 153 - Evolução do indicador FP/A por NUTS III



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	2,37	1,0000
NUTS	5,16	P<0.0001
ano	1,48	0,3786

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.2.4 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério População

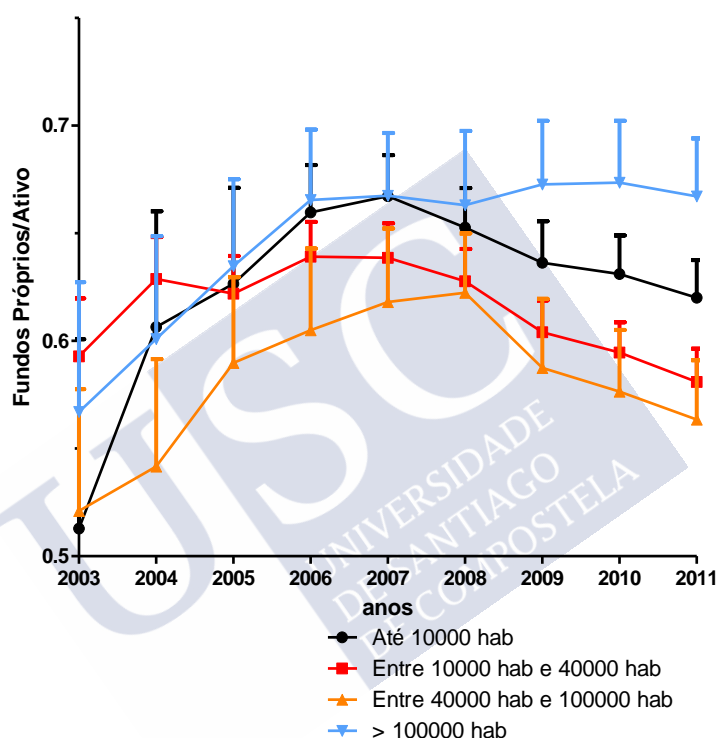
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.154 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprio/Ativo, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas na relação entre os grupos. Verifica-se uma melhoria global dos rácios dos municípios até 2006 (gráfico 154).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população ($p < 0,01$) e do ano ($p < 0,05$) relativamente ao indicador FP/A, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios que possuem mais de 100.000 habitantes, tendo como base o indicador FP/A,

demonstraram uma tendência não significativa para uma maior autonomia financeira nos anos 2009-2011. Importa informar que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica.

Assim, tendo como base o indicador FP/A, os municípios apresentaram uma autonomia financeira semelhante nos anos estudados, independentemente da sua população. De salientar, no entanto, uma tendência, não significativa, para os municípios que possuem mais de 100.000 habitantes demonstrarem uma maior autonomia financeira, comparativamente aos restantes, no período 2009-2011.

Gráfico 154 - Evolução do indicador FP/A por população



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,26	0,9998
população	0,47	0,0084
ano	0,72	0,0221

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

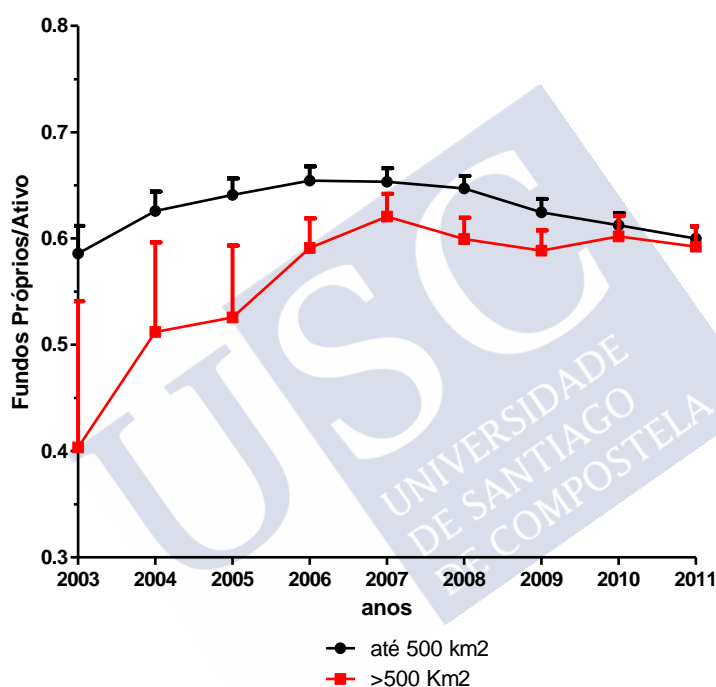
5.2.5 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Área

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.155 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Fundos Próprios/Ativo, aos grupos até 500 km² e maior que 500 km² e verificou-se ser não significativo. Olhando ao período 2004-2011, podemos ver que é notória a aproximação do grupo maior que 500 km² do grupo até 500 km², tomando valores muito aproximados desde 2006 (gráfico 155).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da área ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,001$) relativamente ao indicador FP/A, não se tendo, no entanto, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador FP/A, foram aqueles que demonstraram uma maior autonomia financeira até 2006, sendo significativamente superior apenas em 2003 ($p < 0,001$). Importa destacar os anos 2004-2011 em que os grupos não revelaram diferenças significativas entre os seus indicadores ($p > 0,05$), pelo que ambos se encontram numa situação semelhante neste período.

Demonstra-se assim que os municípios com área até 500 km², revelaram uma maior autonomia financeira face aos municípios com área maior que 500 km² em 2003 e uma tendência para tal que se manteve até 2006.

Gráfico 155 - Evolução do indicador FP/A por área



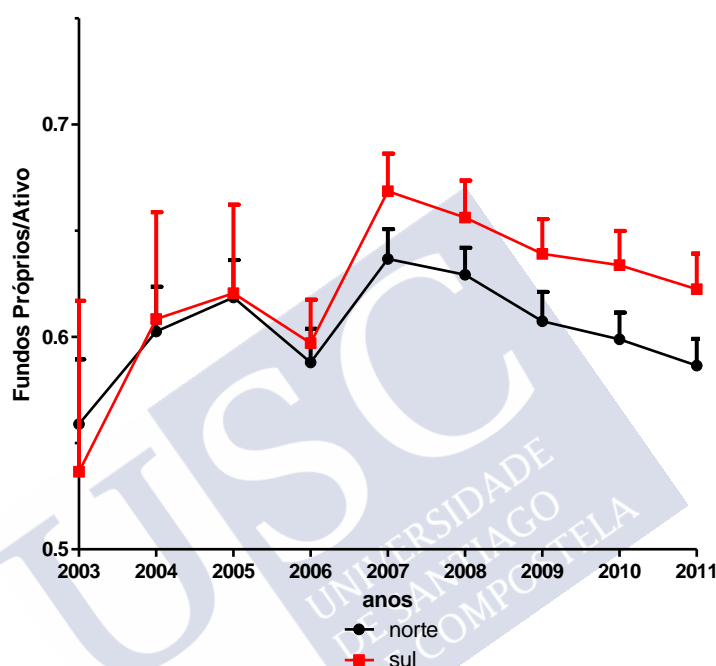
<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,57	0,0697
área	0,87	P<0.0001
ano	1,22	0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

5.2.6 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Norte/Sul

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.156 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Fundos Próprios/Ativo, aos grupos norte e sul e verificou-se ser não significativo. Olhando ao período 2004-2011, verifica-se alguma oscilação até 2007, embora de forma idêntica em ambos os grupos (gráfico 156).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que possibilitou verificar a existência de um efeito significativo do ano ($p < 0,01$) mas não do Norte/Sul ($p > 0,05$) no indicador FP/A, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as mesmas ($p > 0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os dois grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica. No entanto, o gráfico 156 demonstra que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios do Sul, tendo como base o indicador FP/A, demonstrarem uma maior autonomia financeira entre 2007 e 2011.

Gráfico 156 - Evolução do indicador FP/A nos municípios do norte *versus* sul

<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,10	0,9620
norte/sul	0,08	0,1468
ano	0,91	0,0033

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

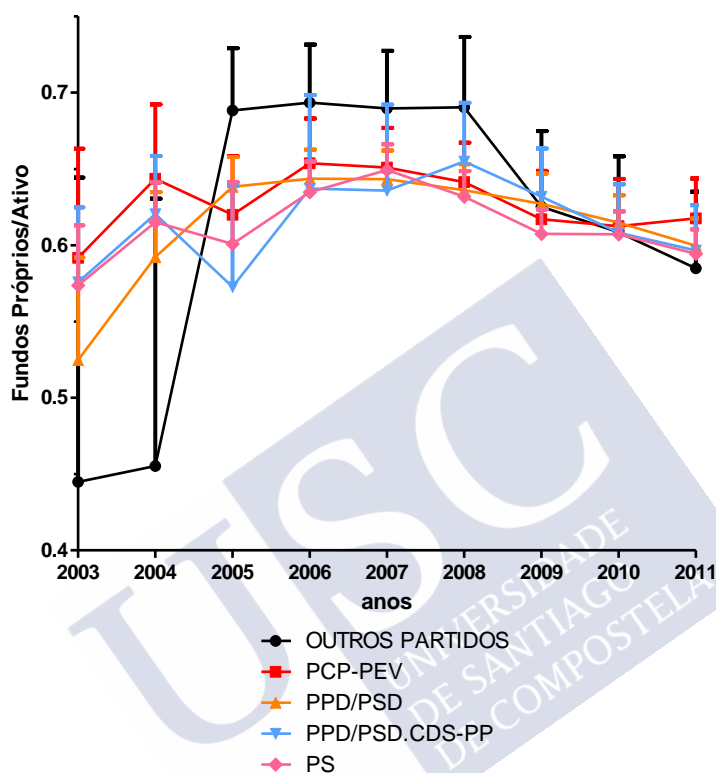
5.2.7 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Partido Político

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.157 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas à exceção de uma melhoria nos valores do indicador no grupo Outros partidos entre 2003 e 2005, e uma grande variabilidade interna no mesmo, evidente pelo grande erro padrão da média observado particularmente em 2004 (gráfico 157).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito não significativo das variáveis partido e ano ($p > 0,05$ para ambas) no comportamento do indicador FP/A, não se

tendo verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios governados pelos Outros partidos demonstraram uma melhoria apreciável entre 2003 e 2005, ultrapassando inclusivamente os restantes grupos nos anos 2005-2008. É importante referir que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que na verdade todos os grupos se encontram numa situação semelhante no que se refere à sua autonomia financeira.

Gráfico 157 - Evolução do indicador FP/A por partido político municipal



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,55	0,9979
partido	0,02	0,9732
ano	0,60	0,0606

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

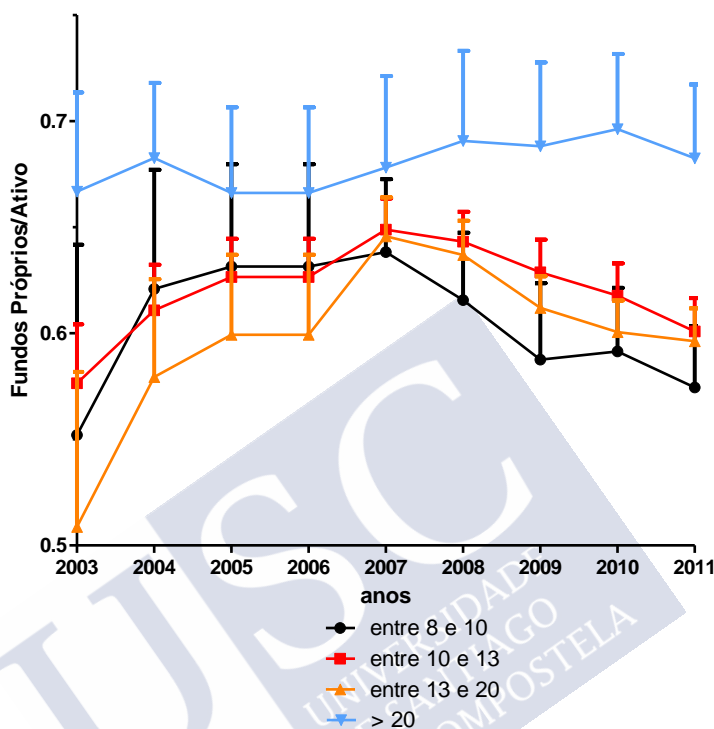
5.2.8 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério PIB

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.158 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, observando-se uma grande variabilidade interna nos grupos, evidente pelo grande erro padrão da média observado, principalmente no grupo maior que 20m€ e entre 8m€ e 10m€ (gráfico 158).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do PIB ($p < 0,01$) mas não do ano ($p > 0,05$) no indicador FP/A, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com

PIB *per capita* regional maior que 20m€, demonstraram uma tendência não significativa para serem aqueles que demonstraram uma maior autonomia financeira, durante todo o período 2003-2011. É importante destacar que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação similar.

Gráfico 158 - Evolução do indicador FP/A por PIB



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,15	1,0000
PIB	0,64	0,0012
ano	0,26	0,5842

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

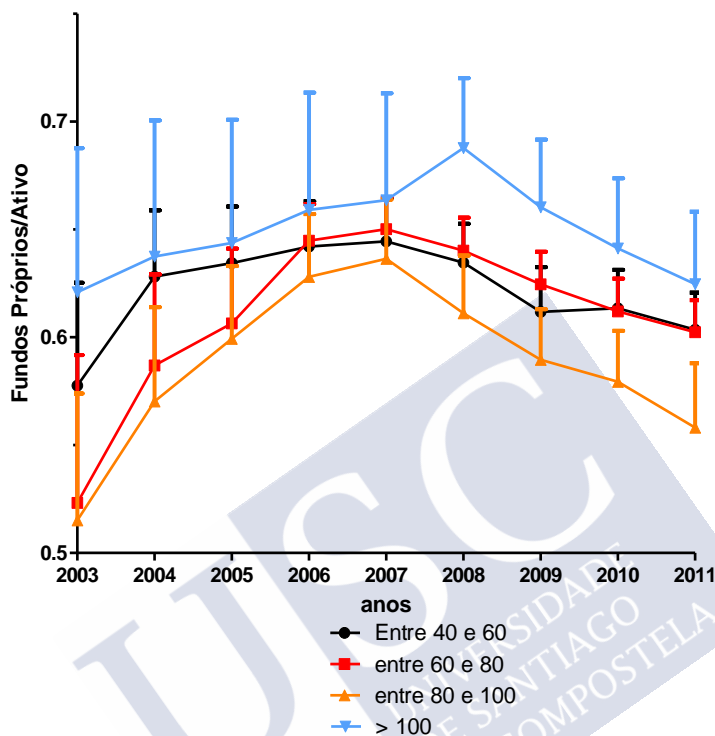
Demonstra-se que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€, demonstrarem uma maior autonomia financeira.

5.2.9 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Poder de Compra

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.159 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, observando-se uma grande variabilidade interna nos grupos, evidente pelo grande erro padrão da média observado (gráfico 159).

Foi aplicada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do poder de compra ($p < 0,05$) mas não do ano ($p > 0,05$) sobre o rácio FP/A, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante.

Gráfico 159 - Evolução do indicador FP/A por poder de compra



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,13	1,0000
poder de compra	0,42	0,0152
ano	0,61	0,0572

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Demonstra-se que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios com poder de compra maior que 100%, demonstrarem uma maior autonomia financeira.

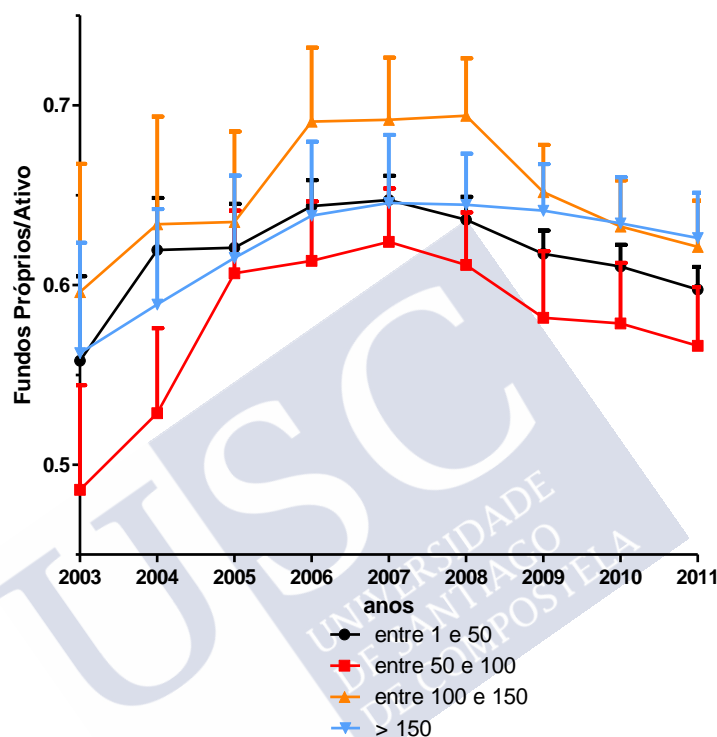
5.2.10 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Sociedades Constituídas

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.160 no Anexo I), após a análise da normalidade, para o n.º de sociedades constituídas, que não se verificou, efetuou-se um *Kruskal-Wallis test*, ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se revelou significativo ($p < 0,0001$). Com recurso ao *Dunn's Multiple Comparison Test*, verificou-se que a comparação entre os grupos entre 1 e 50 vs. entre 50 e 100 se mostrou significativa ($p < 0,05$). Não se verificaram diferenças significativas entre os grupos: entre 1 e 50 vs. entre 100 e 150; entre 1 e 50 vs. maior que 150; entre 50 e 100 vs. entre 100 e 150; entre 50 e 100 vs. maior que 150; entre 100 e 150 vs.

maior que 150. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que todos os grupos demonstram uma ligeira melhoria na capacidade financeira até 2006 (gráfico 160).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas ($p < 0,05$) mas não do ano ($p > 0,05$) no indicador Pessoal/RT, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que todos os grupos se encontram numa situação idêntica.

Gráfico 160 - Evolução do indicador FP/A por sociedades constituídas



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,11	1,0000
sociedades constituídas	0,44	0,0121
ano	0,61	0,0582

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

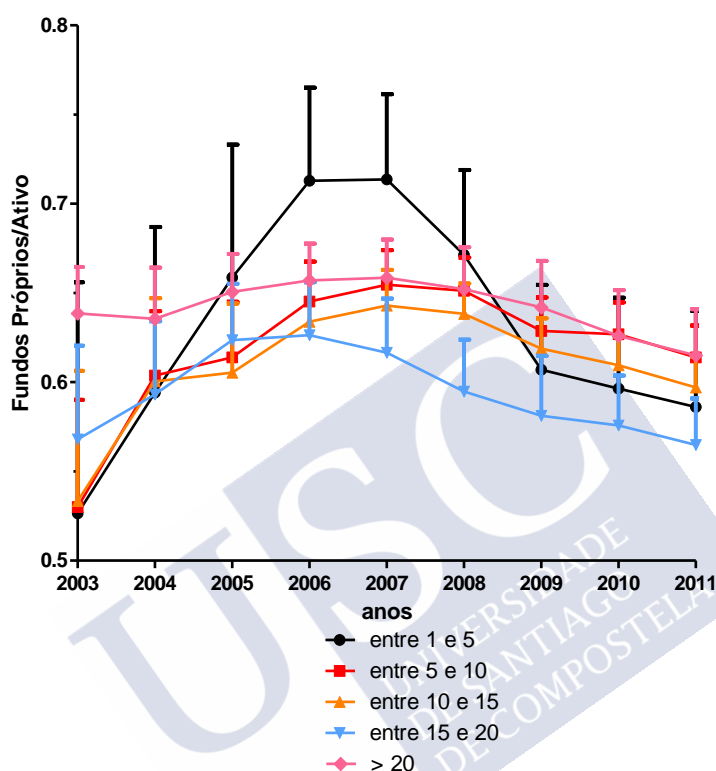
5.2.11 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.161 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo.

Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que o grupo entre 1% e 5%, demonstra uma tendência de aumento progressivo do indicador com um pequeno desvio em 2006-2007, baixando seguidamente para valores semelhantes aos restantes grupos entre 2008 e 2011 (gráfico 161).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do ano ($p < 0,05$) mas não das sociedades da indústria transformadora ($p > 0,05$) relativamente ao indicador FP/A, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). De sublinhar que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que todos os grupos se encontram numa situação idêntica.

Gráfico 161 - Evolução do indicador FP/A por sociedades da indústria transformadora



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,32	1,0000
sociedades da industria transformadora	0,21	0,2728
ano	0,67	0,0361

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

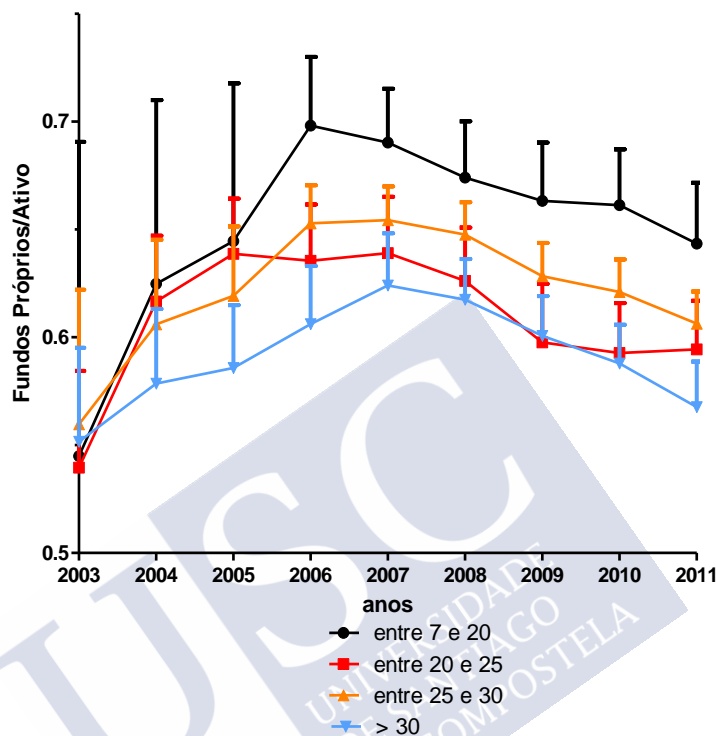
5.2.12 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Sociedades no Comércio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.162 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, verificou-se um distanciamento entre os grupos até 2006, com posterior estabilização das relações entre grupos (gráfico 162).

Realizada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito significativo das variáveis sociedades do comércio e ano ($p < 0,05$ para ambas) na explicação do indicador FP/A. Todavia não se verificou uma interação significativa entre aquelas duas variáveis

($p>0,05$). Os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20%, foram aqueles que demonstraram uma tendência, não significativa, para uma maior autonomia financeira nos anos 2006-2011. De destacar que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação similar.

Gráfico 162 - Evolução do indicador FP/A por sociedades no comércio



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,13	1,0000
sociedades do comércio	0,41	0,0168
ano	0,79	0,0123

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

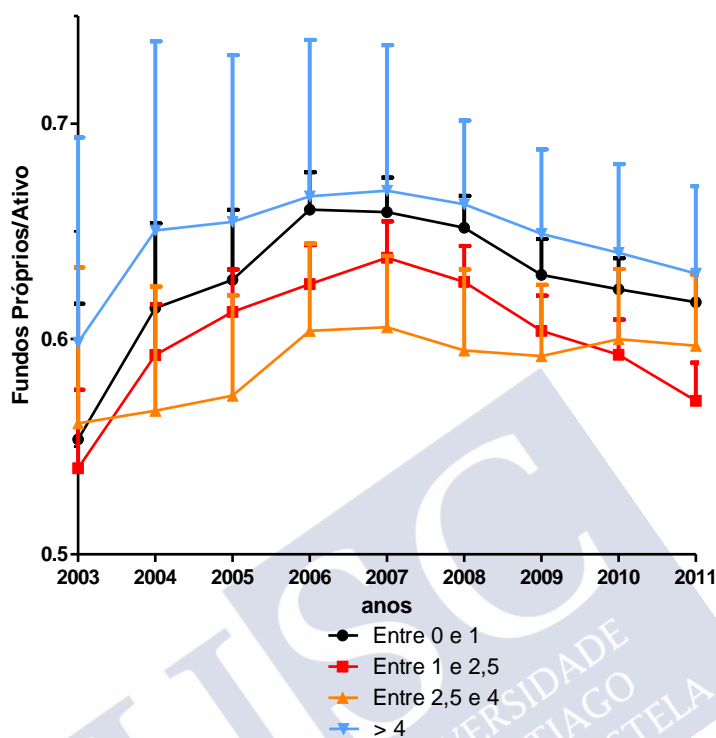
5.2.13 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério Número de Médicos

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.163 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, não se verificam modificações significativas, à exceção de uma grande variabilidade interna nos grupos, evidente pelo grande erro padrão da média observada (gráfico 163).

Efetuada uma análise *Two-way ANOVA* foi demonstrado um efeito não significativo dos Médicos por hab e do ano ($p>0,05$ para ambas) relativamente ao indicador FP/A, não se tendo verificado uma interação significativa entre aquelas variáveis ($p>0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p>0,05$), pelo que se encontram numa situação semelhante.

Demonstra-se que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios com médicos por mil habitantes maior que 4%, demonstrarem uma maior autonomia financeira.

Gráfico 163 - Evolução do indicador FP/A por número de médicos



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,06	1,0000
médicos por hab	0,31	0,0567
ano	0,30	0,4855

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.2.14 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério População Alfabetizada

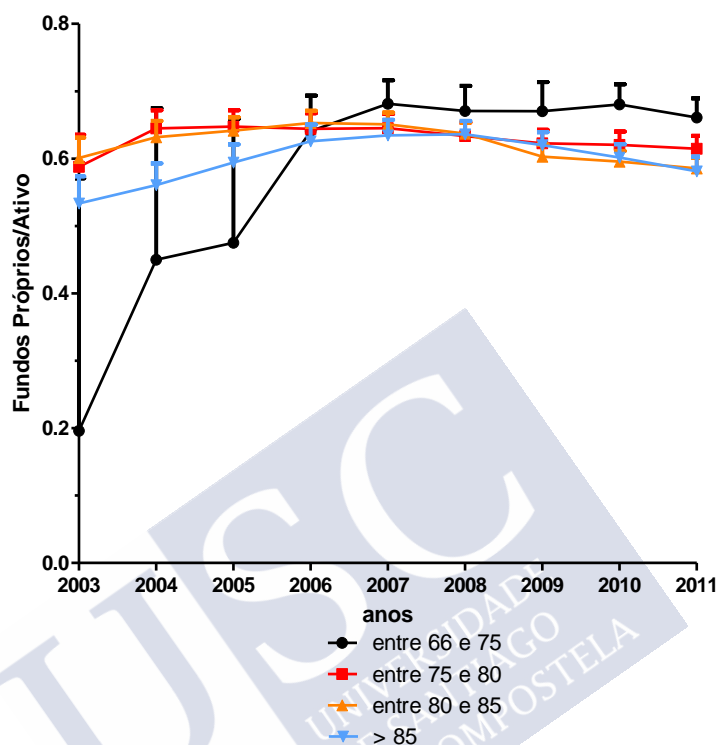
Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.164 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo. Relativamente ao restante período 2004-2011, verifica-se que o grupo entre 66% e 75% apresenta uma melhoria entre 2003 e 2006, aproximando-se dos restantes grupos e inclusivamente suplantando-os ligeiramente no período remanescente (gráfico 164).

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da população que sabe ler e escrever ($p < 0,01$) e do ano ($p < 0,0001$) no indicador FP/A, tendo-se verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p < 0,0001$). O grupo entre 66% e 75% apresenta um indicador significativamente inferior ao dos grupos entre 80% e 85% no ano 2003 ($p < 0,001$), entre 75% e 80% nos anos 2003 ($p < 0,001$) e 2004 ($p < 0,05$) e

maior que 85% no ano 2003 ($p < 0,001$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Assim, os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever entre 66% e 75% foram aqueles que, foram os que demonstraram uma menor autonomia financeira nos anos 2003 a 2005.

Gráfico 164 - Evolução do indicador FP/A por população alfabetizada



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	3,33	P<0.0001
população que sabe ler e escrever	0,44	0,0092
ano	2,10	P<0.0001

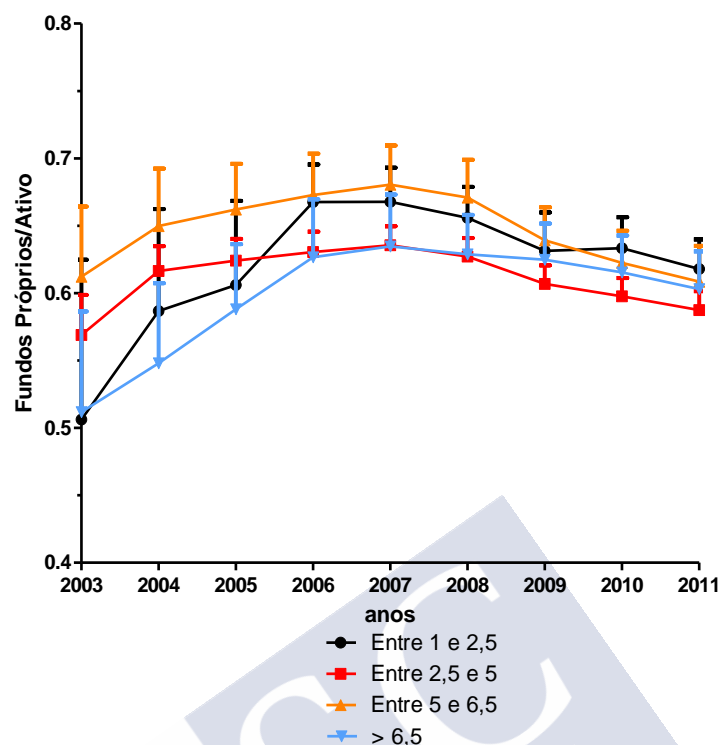
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.2.15 Análise do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.165 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Ativo, que se demonstrou não significativo.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo do ano ($p < 0,05$) mas não da População ensino superior completo ($p > 0,05$) no indicador FP/A, não se tendo, no entanto, constatado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica (gráfico 165).

Gráfico 165 - Evolução do indicador FP/A por população com o ensino superior completo



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,25	0,9999
população ensino superior completo	0,26	0,0945
Ano	0,74	0,0178

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Assim, os municípios demonstraram idêntico grau de autonomia financeira independentemente da sua população residente com o ensino superior completo.

5.3 ANÁLISE DO INDICADOR FUNDOS PRÓPRIOS/PASSIVO (FP/P)

Recorreu-se ao indicador Fundos Próprios/Passivo (FP/P), trata-se de um rácio que mede a capacidade de endividamento, com este rácio é possível medir o grau em que os fundos próprios cobrem o passivo dos municípios, para responder à questão: que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior capacidade de endividamento?

Seguidamente analisa-se este indicador segundo os 15 critérios estabelecidos para a análise e descritos no capítulo 3.

Salienta-se que, neste indicador, o teste de deteção de *outliers* de Grubb verificou que os municípios de Penedono e de Braga apresentavam valores extremamente afastados da média dos indicadores nalguns critérios. Assim, por forma a ser possível a execução da análise estatística subsequente, os mesmos foram eliminados da análise de grupo, sempre que tal seja

referido, tanto no ano de 2003 como nos anos subsequentes, considerando que este fenómeno se mantinha nos anos posteriores.

5.3.1 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Litoral/Interior

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 34) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 34 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério litoral/interior

	Litoral/interior	Valor de Z	Z crítico = 3.49050599905
Penedono	82.97021000	9.948486061	<i>Outlier</i> significativo. $P < 0.05$

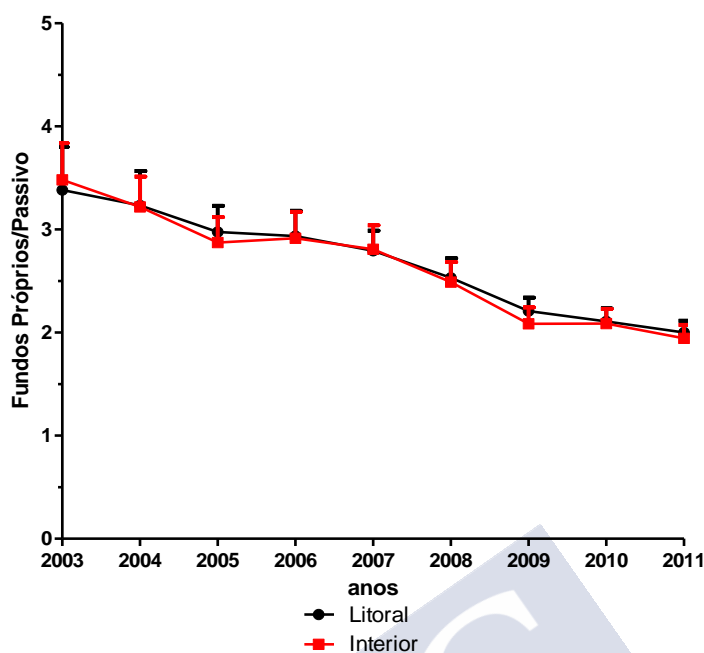
Fonte: elaborado pelo próprio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.166 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Fundos Próprios/Passivo, aos grupos litoral e interior que se mostrou não significativo.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do ano ($p < 0,0001$) mas não do litoral/interior ($p > 0,05$) sobre o indicador FP/P, não se tendo, porém, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Os dois grupos não apresentam indicadores significativamente diferentes durante todo o período 2003-2011 ($p > 0,05$), razão pela qual se encontram numa situação similar. Assim, os municípios do interior e do litoral, tendo como base o indicador FP/P, demonstraram idêntica capacidade de endividamento (gráfico 166).

Ao longo do período em análise verifica-se um aumento do valor dos fundos próprios, porém também se apura um forte agravamento gradual do passivo no conjunto dos municípios de Portugal continental, tendo atingido uma grande parte dos municípios, uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural e/ou conjuntural no final do período em análise. E verifica-se uma diminuição do grau em que os fundos próprios cobrem o passivo dos municípios e isto é indicativo de que capacidade de endividamento dos municípios esteja a diminuir gradualmente ao longo do período. Como já referido anteriormente, também a conjuntura económica e financeira do país se agravou e teve de ser implementado um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o qual veio estabelecer metas de consolidação orçamental das contas públicas nacionais, em especial da redução do montante dos pagamentos em atraso, que por sua vez também deu origem à aprovação e publicação da Lei n.º 43/2012, de 31 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Com este plano foi estabelecendo um regime excecional e transitório de concessão de crédito aos municípios, permitindo a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento das dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, com referência a 31 de março de 2012.

Gráfico 166 - Evolução do indicador FP/P nos municípios litoral versus interior - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,01	1,0000
litoral/interior	0,00	0,7931
ano	3,01	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.3.2 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério CCDR

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 35) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 35 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério CCDR

	CCDR	Valor de Z	Z crítico = 3.32349273882
Penedono	82.97021000	8.739992625	Outlier significativo. P < 0.05

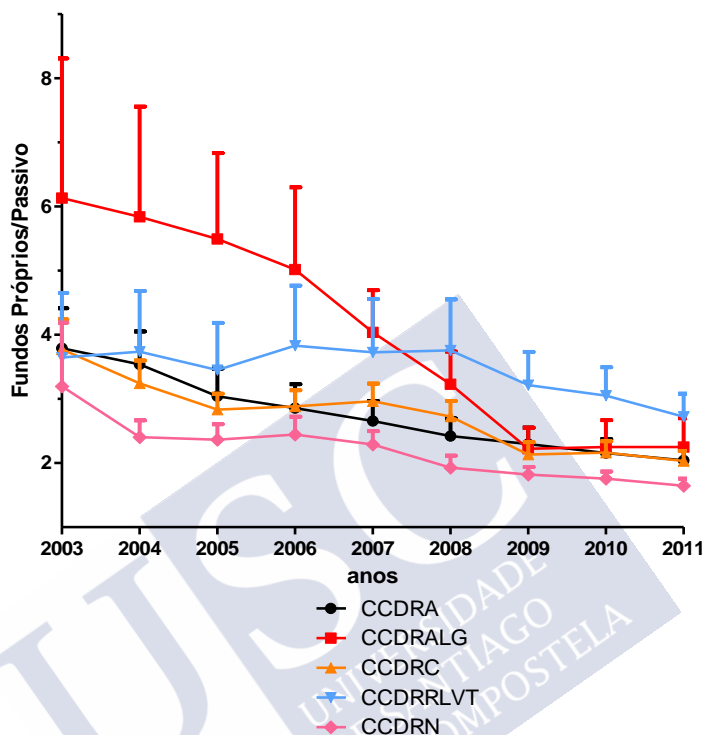
Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.167 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Posteriormente realizou-se uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu constatar um efeito significativo das variáveis CCDRs e ano ($p < 0,0001$ para ambas) no indicador FP/P, não se tendo verificado uma interação significativa entre aquelas ($p > 0,05$). Verifica-se que os municípios pertencentes à Região do Algarve, tendo como base o indicador FP/P, foram os que demonstraram uma maior capacidade de endividamento até 2006. Apresentam valores progressivamente mais baixos do indicador, e atingem valores semelhantes aos restantes grupos a partir de 2007, sendo ligeiramente ultrapassados pelos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo nos anos 2009-2011. Importa sublinhar que, do universo de

comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas algumas se mostraram significativas. Assim, a Região do Algarve apresenta um indicador significativamente superior ao da Região Centro nos anos 2004-5 ($p < 0,05$) e ao da Região Norte nos anos 2003 ($p < 0,01$), 2004 ($p < 0,001$), 2005 ($p < 0,01$) e 2006 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$) (gráfico 167).

Gráfico 167 - Evolução do indicador FP/P por CCDR (NUTS II) - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,24	0,4653
CCDR	2,25	$P < 0,0001$
ano	2,36	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Assim, os municípios pertencentes à Região do Algarve foram os que demonstraram uma maior capacidade de endividamento até 2006.

5.3.3 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério NUTS III

Os municípios de Penedono e Braga, apresentaram valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo *outliers* (tabela 36) e por isso eliminados da análise de grupo.

Tabela 36 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério NUTS III

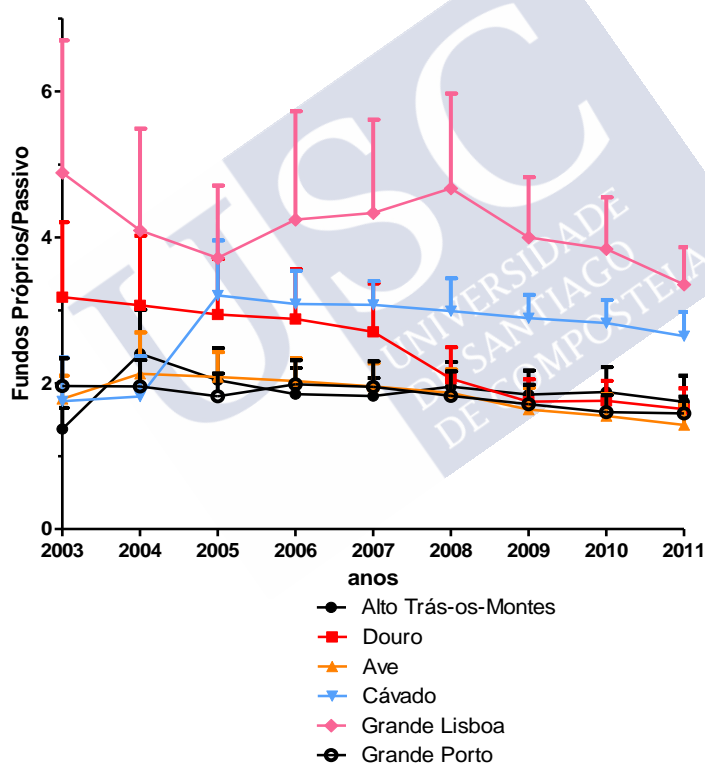
	NUTS III	Valor de Z	Z crítico	P
Penedono	82.97021000	3.914876415	2.65159913548	Outlier significativo. $P < 0,05$
Braga	-8.097573	2.00232093	1.8871466793	Outlier significativo. $P < 0,05$

Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.168 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou existir um efeito significativo das NUT's ($p < 0,0001$) mas não do ano ($p > 0,05$) em relação ao indicador FP/P, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Assim, os municípios pertencentes à Grande Lisboa, tendo como base o indicador FP/P, foram aqueles que demonstraram uma maior capacidade de endividamento, durante parte do período 2003-2011 analisado (gráfico 168). Importa sublinhar que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas algumas se mostraram significativas. Desse modo, a Grande Lisboa apresenta um indicador significativamente superior ao Grande Porto e Ave em 2003 ($p < 0,05$), Douro no ano 2008 ($p < 0,05$) e ao Alto Trás-os-Montes nos anos 2003 ($p < 0,01$) e 2008 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Gráfico 168 - Evolução do indicador FP/P por NUTS III - sem outliers



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	2,52	0,9998
NUTS	10,77	P<0.0001
ano	0,71	0,8298

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Demonstra-se que os municípios pertencentes à Grande Lisboa, tendo como base o indicador FP/P, demonstram em geral uma maior capacidade de endividamento.

5.3.4 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério População

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 37) e por isso eliminado da análise de grupo.

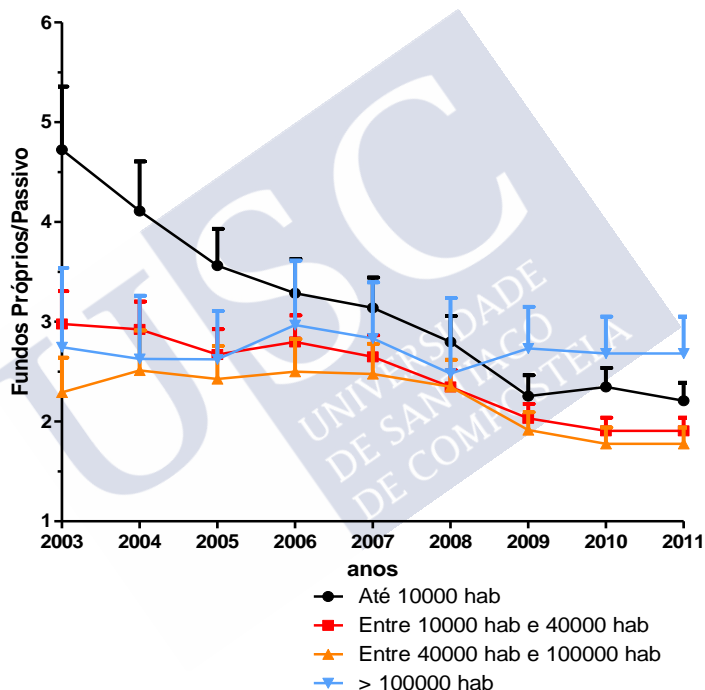
Tabela 37 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério população

	População	Valor de Z	Z crítico = 3.35538776848
Penedono	82.97021000	7.636607902	Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.169 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Gráfico 169 - Evolução do indicador FP/P por população - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,88	0,5695
população	1,05	P<0.0001
ano	1,19	0,0002

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Realizada uma análise *Two-way ANOVA*, foi demonstrado um efeito significativo da população ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,001$) relativamente ao indicador FP/P, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com população até 10.000 hab apresentam um indicador FP/P superior aos restantes até 2005, sendo, portanto, neste período os que demonstraram uma maior capacidade de endividamento (gráfico 169). De sublinhar que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas algumas se mostraram significativas. Assim, o grupo até 10.000 hab apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 10.000 e

40.000 hab nos anos 2003 ($p < 0,001$) e 2004 ($p < 0,05$), maior que 100.000 hab no ano 2003 ($p < 0,05$) e entre 40.000 e 100.000 hab nos anos 2003 ($p < 0,001$) e 2004 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Assim, os municípios com população até 10.000 foram os que demonstraram uma maior capacidade de endividamento em 2003 e 2004.

5.3.5 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Área

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 38) e por isso eliminado da análise de grupo.

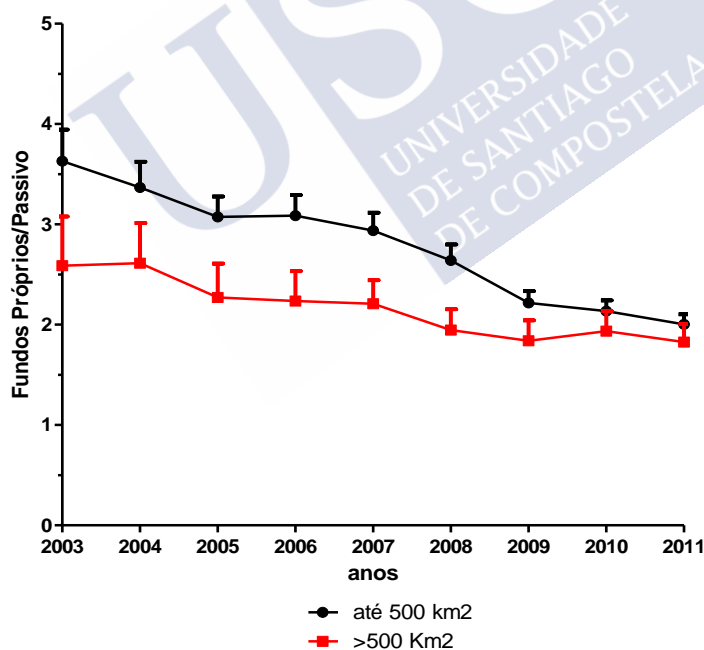
Tabela 38 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério área

	Área	Valor de Z	Z crítico = 3.63393057938
Penedono	82.97021000	11.13604597	Outlier significativo. $P < 0.05$

Fonte: elaborado pelo próprio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.170 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Fundos Próprios/Passivo, aos grupos até 500 km² e maior que 500 km² que se mostrou não significativo.

Gráfico 170 - Evolução do indicador FP/P por área - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,16	0,8558
Área	0,76	$P < 0.0001$
Ano	1,29	$P < 0.0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo da área e do ano ($p < 0,0001$) relativamente ao indicador FP/P, não se tendo, contudo, verificado uma

interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador FP/P, demonstraram tendencialmente uma maior capacidade de endividamento, durante todo o período 2003-2011 considerado (gráfico 170). Porém, os grupos não revelaram diferenças significativas entre os seus indicadores, para todas as comparações realizadas ($p > 0,05$), pelo que ambos os grupos se encontram numa situação similar.

Demonstra-se que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios com área até 500 km², tendo como base o indicador FP/P, demonstrarem uma maior capacidade de endividamento.

5.3.6 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Norte/Sul

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 39) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 39 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério norte/sul

	Norte/Sul	Valor de Z	Z crítico = 3.57529920541
Penedono	82.97021000	11.26721279	Outlier significativo. $P < 0.05$

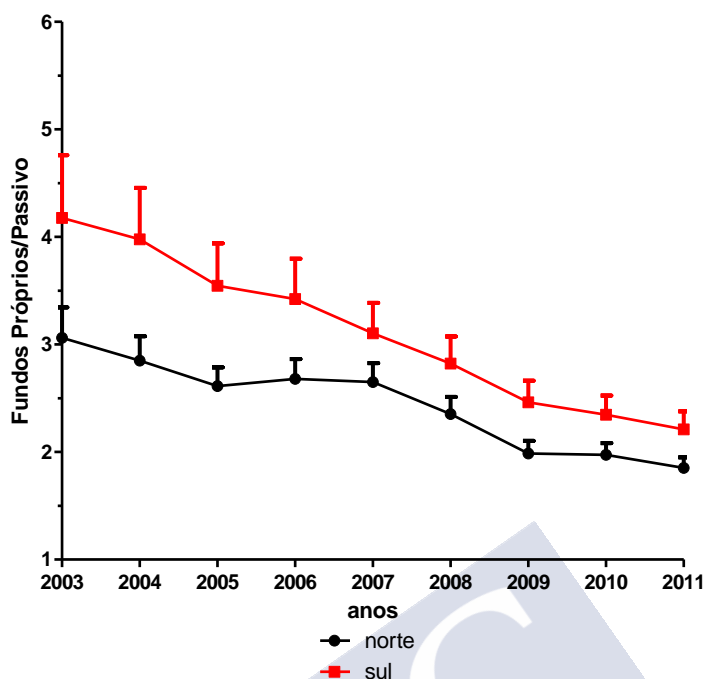
Fonte: elaborado pelo próprio

No ano de referência 2003 (ver gráfico A.171 no Anexo I) e após a análise da normalidade, que não se verificou no caso, efetuou-se um *Mann Whitney test* ao indicador Fundos Próprios/Passivo, aos grupos norte e sul e verificou-se ser não significativo.

Foi levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo das variáveis norte/sul e ano ($p < 0,0001$) no indicador FP/P, não se tendo verificado uma interação significativa entre as referidas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios do Sul, tendo como base o indicador FP/P, foram aqueles que demonstraram geralmente uma maior capacidade de endividamento, durante todo o período analisado. De salientar, no entanto, que os municípios do Sul apenas apresentam um indicador significativamente superior ao dos municípios do Norte em 2003 e 2004 ($p < 0,05$) (gráfico 171).

Demonstra-se que os municípios do Sul, tendo como base o indicador FP/P, revelam geralmente uma maior capacidade de endividamento, particularmente relevante em 2003 e 2004.

Gráfico 171 - Evolução do indicador FP/P nos municípios do norte versus sul - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,25	0,6087
norte/sul	1,26	P<0,0001
ano	3,18	P<0,0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.3.7 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Partido Político

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 40) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 40 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério partido político

Partido	Valor de Z	Z crítico = 3.43108989071
Penedono	82.97021000	8.644769583
		Outlier significativo. P < 0.05

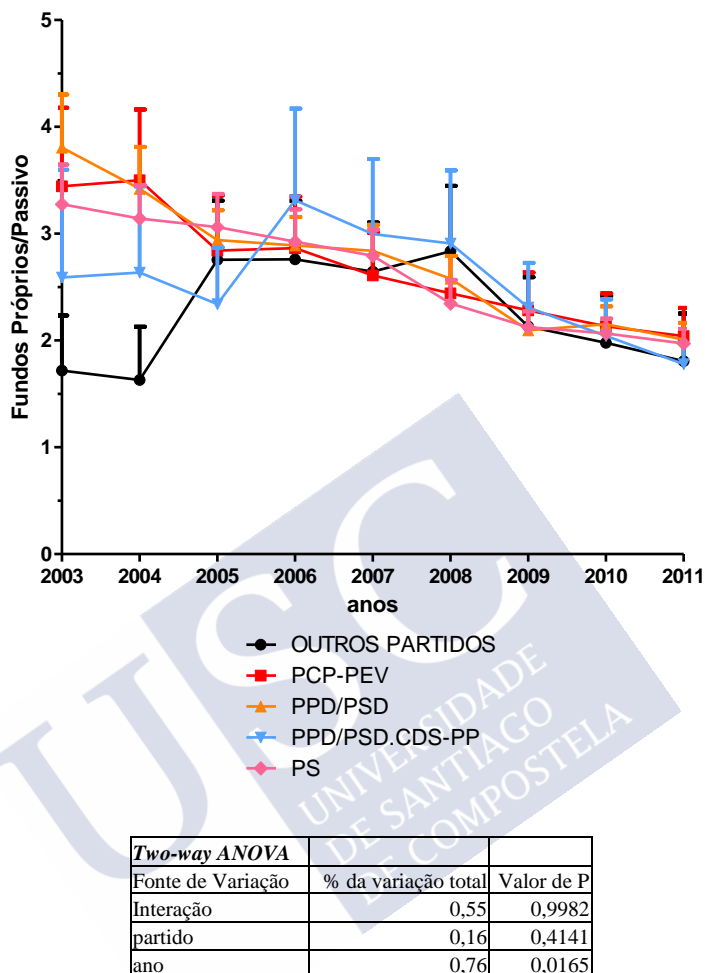
Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.172 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Levada a cabo uma análise *Two-way ANOVA*, foi demonstrado um efeito significativo do ano ($p < 0,05$) mas não do Partido ($p > 0,05$) em relação ao indicador FP/P, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica. Assim, os municípios

demonstraram idêntica capacidade de endividamento, independentemente do partido que os liderava (gráfico 172).

Gráfico 172 - Evolução do indicador FP/P por partido político municipal - sem outlier



Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.3.8 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério PIB

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 41) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 41 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério PIB

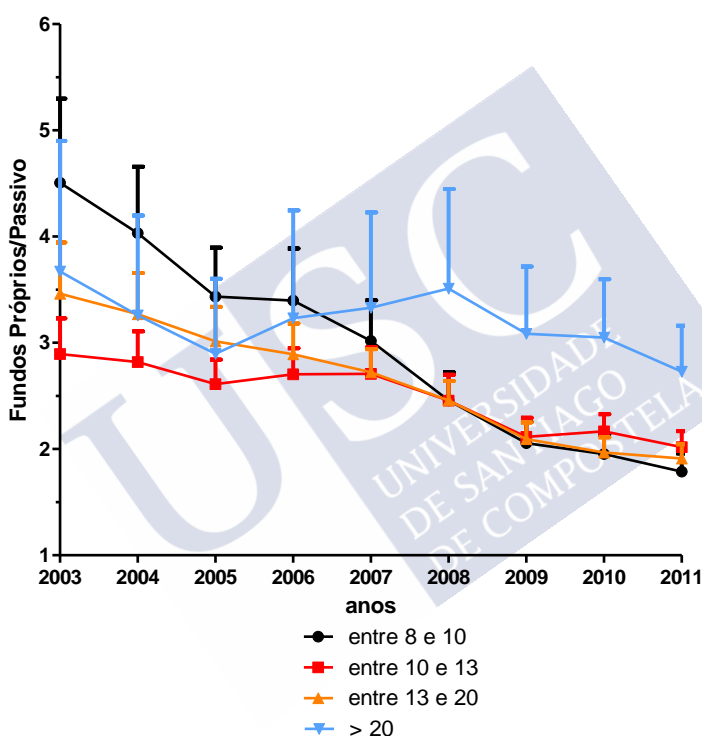
	PIB per capita	Valor de Z	Z crítico = 3.12012647442
Penedono	82.97021000	6.169887278	Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.173 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar a existência de um efeito significativo do PIB ($p < 0,01$) e do ano ($p < 0,0001$) relativamente ao indicador FP/P, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as duas variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20m€ foram os que demonstraram uma tendência, não significativa, para apresentarem valores superiores do indicador nos anos 2008-2011 (gráfico 173). De sublinhar que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas numa se verifica ser significativa. Com efeito, o grupo entre 8m€ e 10m€ apresenta um indicador significativamente superior ao do grupo entre 10 e 13 apenas no ano 2003 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$), não se verificando assim uma relação evidente entre o valor do PIB *per capita* regional relativamente à capacidade de endividamento.

Gráfico 173 - Evolução do indicador FP/P por PIB - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,61	0,9090
PIB	0,50	0,0061
ano	1,54	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Assim, os municípios demonstraram uma capacidade de endividamento semelhante e independente do seu PIB *per capita*.

5.3.9 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Poder de Compra

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 42) e por isso eliminado da análise de grupo.

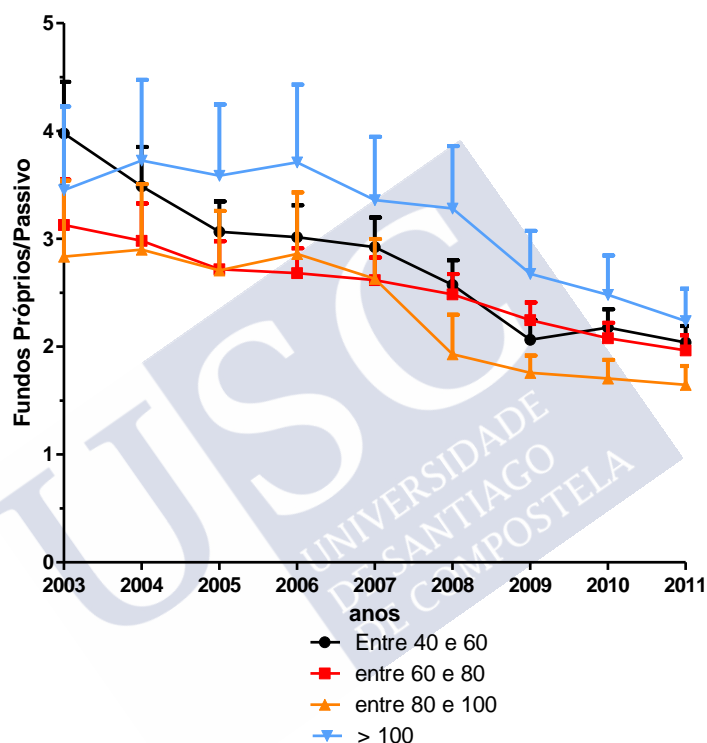
Tabela 42 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério poder de compra

	Poder de compra	Valor de Z	Z crítico = 3.3908246898
Penedono	82.97021000	8.528425076	Outlier significativo. $P < 0.05$

Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.174 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Gráfico 174 - Evolução do indicador FP/P por poder de compra- sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,24	0,9999
poder de compra	0,86	$P < 0.0001$
ano	2,12	$P < 0.0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Em seguida efetuou-se uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo do poder de compra e do ano ($p < 0,0001$) sobre o rácio FP/P, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas duas variáveis ($p > 0,05$). Os municípios maior que 100%, foram os que demonstraram em geral, uma tendência para maior capacidade de endividamento nos anos 2004-2011 (gráfico 174). De salientar que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se na verdade os municípios se encontram numa situação semelhante demonstrando uma capacidade de endividamento semelhante e independente do nível de poder de compra.

5.3.10 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Sociedades Constituídas

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 43) e por isso eliminado da análise de grupo.

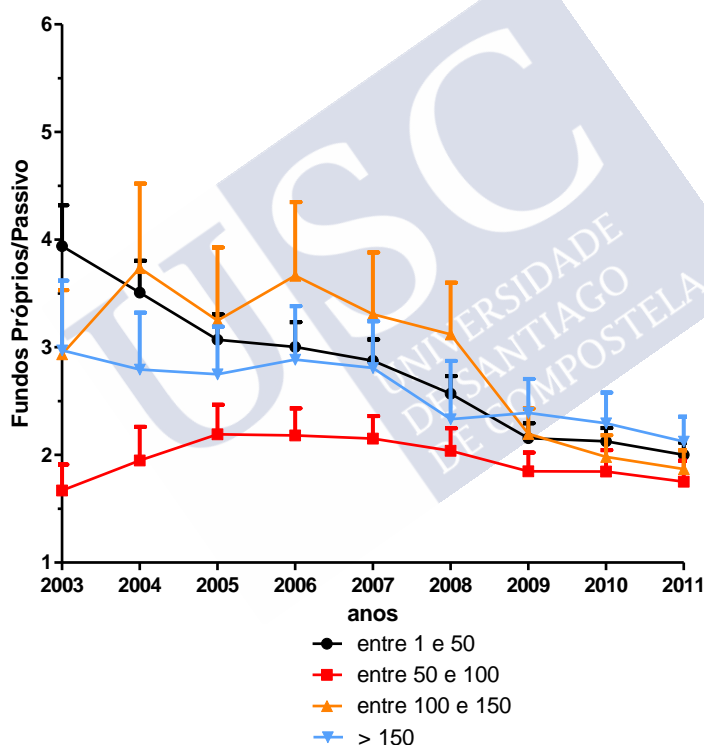
Tabela 43 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério sociedades constituídas

Sociedades constituídas	Valor de Z	Z crítico = 3.57360861099
Penedono 82.97021000	10.13080360	Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.175 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Gráfico 175 - Evolução do indicador FP/P por sociedades constituídas - sem *outlier*



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,59	0,9229
sociedades constituídas	0,91	P<0.0001
ano	1,03	0,0012

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Seguidamente foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das sociedades constituídas ($p < 0,0001$) e do ano ($p < 0,01$) no indicador FP/P, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Os municípios com um número de sociedades constituídas entre 50 e 100, tendo como base o indicador FP/P, foram aqueles que demonstraram geralmente uma menor

capacidade de endividamento até 2007 (gráfico 175). De sublinhar que, do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas em algumas se verifica serem significativas. Com efeito, o grupo entre 50 e 100 apresenta um indicador significativamente inferior ao do grupo entre 1 e 50 nos anos 2003 ($p < 0,001$) e 2004 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Assim, os municípios com um número de sociedades constituídas entre 50 e 100, foram aqueles que demonstraram tendência a uma menor capacidade de endividamento, principalmente em 2003 e 2004.

5.3.11 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Sociedades na Indústria Transformadora

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 44) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 44 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério sociedades na indústria transformadora

	Sociedades na indústria transformadora	Valor de Z	Z crítico = 3.30161147261
Penedono	82.97021000	8.133879626	Outlier significativo. $P < 0.05$

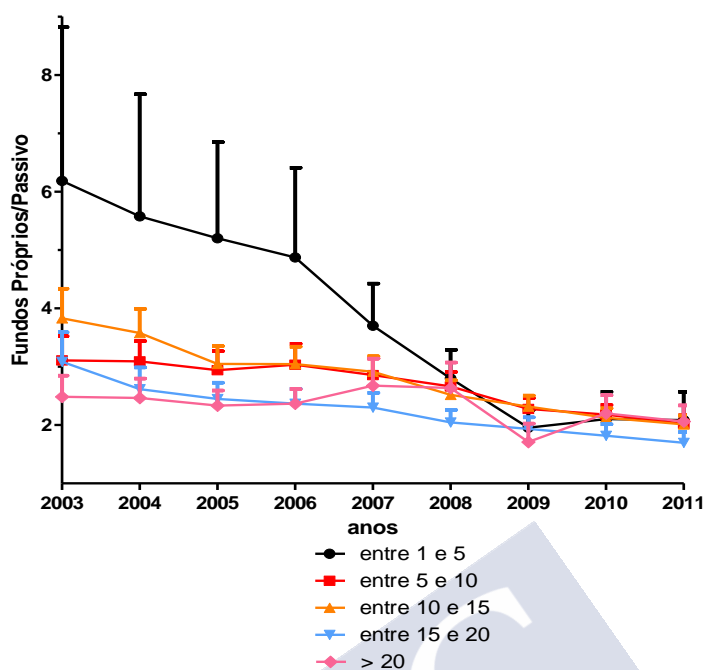
Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.176 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo. Observa-se uma grande variabilidade interna no grupo entre 1% e 5%, evidente pelo grande erro padrão da média observado até 2007 (gráfico 176).

Foi realizada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades da indústria transformadora e do ano ($p < 0,0001$) relativamente ao indicador FP/P, tendo-se verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p < 0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas em algumas se verifica serem significativas. Com efeito, o grupo entre 1% e 5% apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 10 e 15 no ano 2003 ($p < 0,05$), entre 5% e 10% nos 2003 ($p < 0,01$) e 2004 ($p < 0,05$), entre 15% e 20% nos anos 2003-2004 ($p < 0,01$) e 2005-6 ($p < 0,05$) e maior que 20 nos anos 2003 ($p < 0,001$), 2004 ($p < 0,01$) e 2005-2006 ($p < 0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Assim, os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5% foram os que demonstraram uma maior capacidade de endividamento até 2006.

Gráfico 176 - Evolução do indicador FP/P por sociedades da indústria transformadora - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	1,98	0,0150
sociedades da industria transformadora	2,40	P<0.0001
ano	2,88	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

5.3.12 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Proporção de Sociedades no Comércio

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 45) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 45 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério sociedades no comércio

	Proporção de sociedades no comércio	Valor de Z	Z crítico = 3.44239490236
Penedono	82.97021000	9.041184803	Outlier significativo. P < 0.05

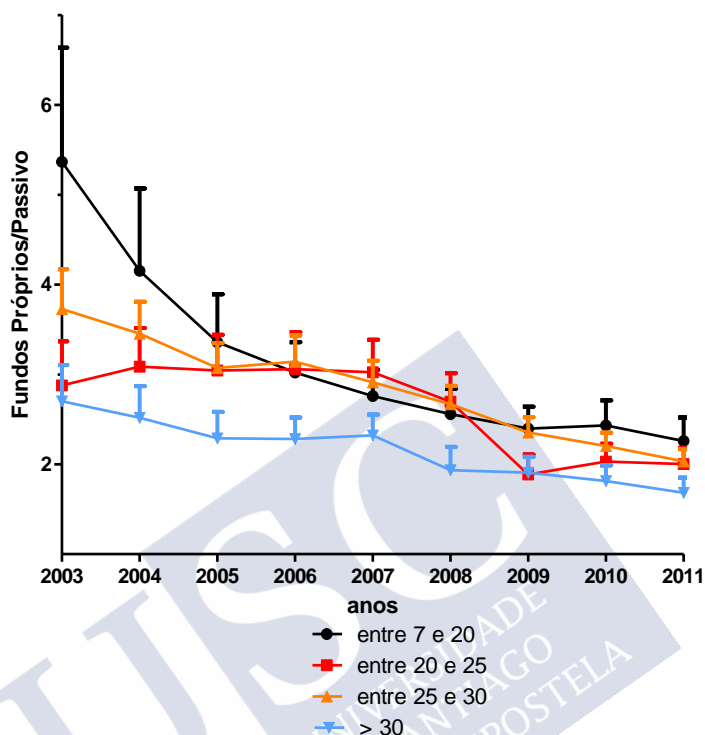
Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.177 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das Sociedades do comércio e do ano ($p < 0,0001$) no indicador FP/P, não se tendo, todavia, verificado uma interação significativa entre as variáveis explicativas ($p > 0,05$). Há uma ligeira tendência, não significativa, para o grupo maior que 30% demonstrar valores inferiores do indicador até 2008 (gráfico 177). De destacar que, do universo de comparações realizadas

entre os diversos grupos, apenas em algumas se verifica serem significativas. Com efeito, o grupo entre 7% e 20% apresenta um indicador significativamente superior ao dos grupos entre 20% e 25% no ano 2003 ($p < 0,01$) e maior que 30% também no ano 2003 ($p < 0,001$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p > 0,05$).

Gráfico 177 - Evolução do indicador FP/P por sociedades no comércio - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,92	0,4821
sociedades do comercio	1,17	P<0.0001
ano	2,65	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Assim, os municípios com entre 7% e 20% sociedades do comércio, demonstraram uma maior capacidade de endividamento em 2003, e existe uma tendência, não significativa, para o grupo maior que 30% demonstrar uma reduzida capacidade de endividamento até 2008.

5.3.13 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério Número de Médicos

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um outlier (tabela 46) e por isso eliminado da análise de grupo.

Tabela 46 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério número de médicos

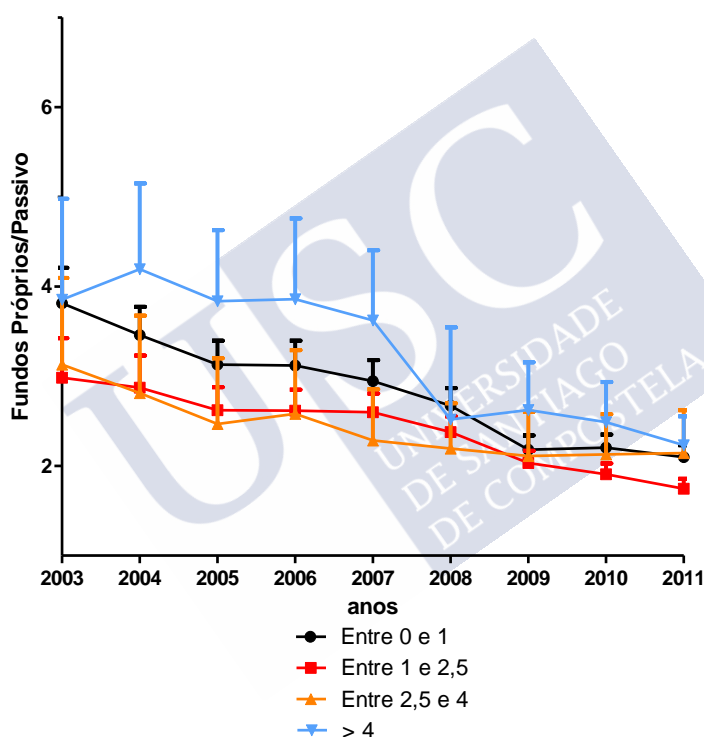
	Médicos por 1.000 habitantes	Valor de Z	Z crítico = 3.46112150763
Penedono	82.97021000	9.443053203	Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.178 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo dos médicos por habitante ($p < 0,001$) e do ano ($p < 0,0001$), relativamente ao indicador FP/P, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre as mesmas ($p > 0,05$). Os municípios com número de médicos por mil habitantes maior que 4 foram aqueles que, demonstraram tendencialmente uma maior capacidade de endividamento entre 2004 e 2007 (gráfico 178). De sublinhar que, do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação similar.

Gráfico 178 - Evolução do indicador FP/P por número de médicos- sem outlier



<i>Two-way ANOVA</i>		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,24	0,9999
médicos por hab	0,71	0,0005
ano	1,44	$P < 0,0001$

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Demonstra-se que podemos verificar tendências, embora com resultados não significativos, para os municípios com número de médicos por mil habitantes maior que 4%, tendo como base o indicador FP/P, apresentarem uma maior capacidade de endividamento, comparativamente aos restantes.

5.3.14 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério População Alfabetizada

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 47) e por isso eliminado da análise de grupo.

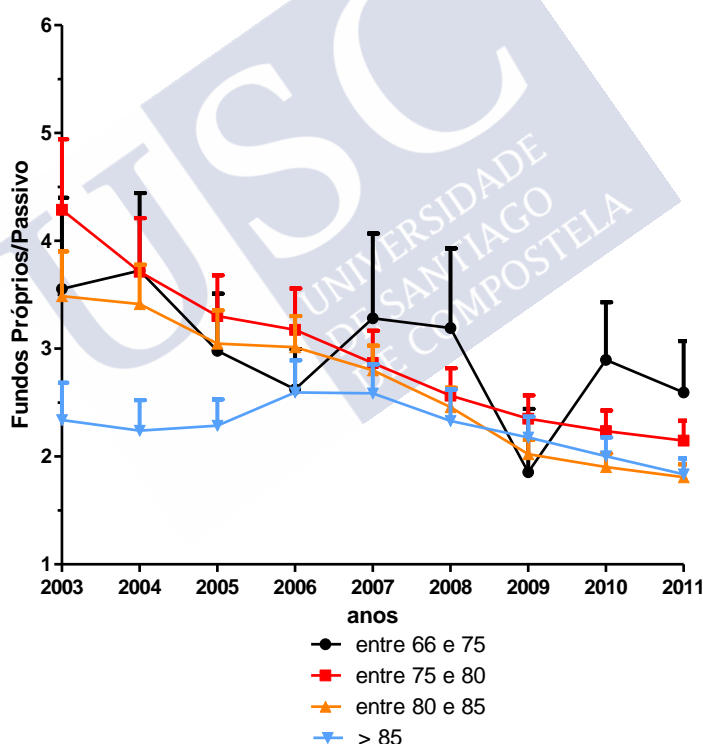
Tabela 47 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério população alfabetizada

	População alfabetizada	Valor de Z	Z crítico = 3.30612139416
Penedono	82.97021000	7.382740693	Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.179 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo. Observa-se uma grande flutuação e uma grande variabilidade interna no grupo entre 66% e 75%, evidente pelo grande erro padrão da média observada.

Gráfico 179 - Evolução indicador FP/P por população alfabetizada - sem outlier



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,74	0,7626
população que sabe ler e escrever	0,70	0,0005
ano	1,77	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Realizou-se uma análise *Two-way ANOVA* que demonstrou um efeito significativo das variáveis população que sabe ler e escrever ($p < 0,001$) e do ano ($p < 0,0001$) na explicação do indicador FP/P, não se tendo, contudo, verificado uma interação significativa entre aquelas

duas variáveis explicativas ($p>0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os diversos grupos, apenas em algumas se verifica serem significativas. Com efeito, o grupo maior que 85% apresenta um indicador significativamente inferior ao do grupo entre 75% e 80% nos anos 2003 ($p<0,001$) e 2004 ($p<0,05$). Todas as restantes comparações efetuadas se mostraram não significativas ($p>0,05$) (gráfico 179).

Assim, os municípios com proporção de população que sabe ler e escrever maior que 85%, foram aqueles que, demonstraram uma tendência para uma menor capacidade de endividamento nos anos 2003-2004.

5.3.15 Análise do Indicador Fundos Próprios/Passivo segundo o Critério População com o Ensino Superior Completo

O município de Penedono, apresentou valores extremamente afastados da média dos indicadores, sendo um *outlier* (tabela 48) e por isso eliminado da análise de grupo.

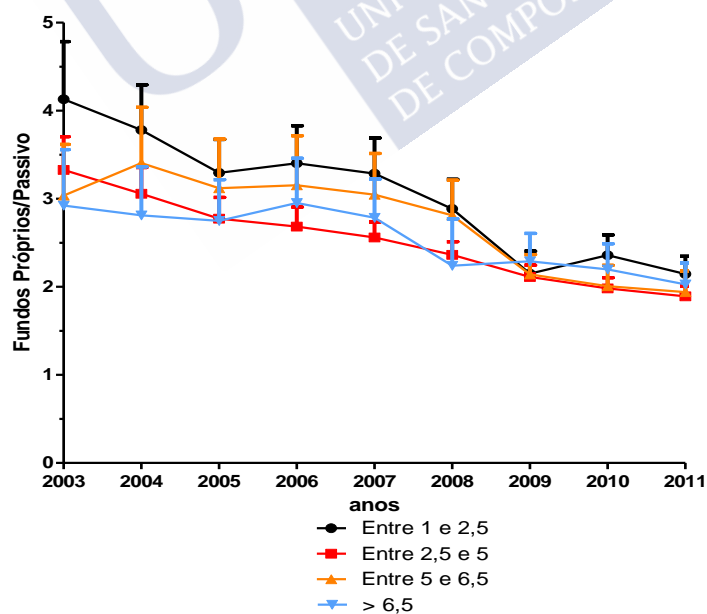
Tabela 48 - Resultado do teste de Grubb para o indicador fundos próprios/passivo segundo o critério população com o ensino superior completo

População com o ensino superior completo	Valor de Z	Z crítico = 3.21823063215
Penedono	82.97021000	6.948244666
		Outlier significativo. P < 0.05

Fonte: elaborado pelo próprio

Para o ano de referência 2003 (ver gráfico A.180 no Anexo I) e após a análise da normalidade, efetuou-se um teste não paramétrico (*Kruskal-Wallis test*), ao indicador Fundos Próprios/Passivo, que se demonstrou não significativo.

Gráfico 180 - Evolução do indicador FP/P por população com o ensino superior completo - sem *outlier*



Two-way ANOVA		
Fonte de Variação	% da variação total	Valor de P
Interação	0,26	0,9999
população ensino superior completo	0,35	0,0307
ano	1,90	P<0.0001

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Foi efetuada uma análise *Two-way ANOVA* que permitiu verificar um efeito significativo da População ensino superior completo ($p < 0,05$) e do ano ($p < 0,0001$) no indicador FP/P, não se tendo, porém, constatado uma interação significativa entre aquelas variáveis ($p > 0,05$). Do universo de comparações realizadas entre os vários grupos, todas se revelaram não significativas ($p > 0,05$), pelo que se encontram numa situação idêntica (gráfico 180). Assim, todos os municípios demonstraram uma idêntica capacidade de endividamento no período em estudo, independentemente da proporção população ensino superior completo dos mesmos municípios.

5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS RELATIVOS AOS INDICADORES FINANCEIROS

Neste capítulo pretende-se dar resposta às principais questões que foram colocadas e explicitadas na fase primária desta tese, relativas aos indicadores orçamentais indicados na Tabela 3, e que se encontram explanadas no subcapítulo 3.3, por forma a clarificar a hipótese primordial da tese. As questões formuladas que importa clarificar são as seguintes:

- 1 Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior capacidade para solver os seus compromissos a médio e longo prazo (maior independência face aos credores)?

Para responder à questão, foi utilizado o indicador Ativo/Passivo (A/P), baseado no livro finanças (Brandão, 2012). Este indicador denominado por rácio de solvência ou solvabilidade, trata-se da capacidade dos municípios para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência dos municípios face aos credores. Quanto maior o valor do indicador, melhor é o rácio de solvência do município.

Verifica-se, no entanto, um agravamento generalizado do rácio em todas as tipologias e durante todo o período, o que vem validar o já anteriormente verificado por Lobo e Ramos (2011) de que o crescimento acelerado e ininterrupto à dívida bancária líquida por parte dos municípios entre 1997 e 2003 é notório. Assim, mesmo a preços constantes, a dívida bancária líquida aumentou de 430 milhões de euros em 1996 para 2870 milhões de euros em 2003. Neste período o endividamento líquido foi sempre positivo e a dívida líquida cresceu a uma taxa média anual de 32%. No ano de 2001, ano de eleições autárquicas, a taxa de variação real da dívida líquida atingiu os 44%. Em 2003 a dívida líquida representava 2,0% do PIB, mais 1,6 pontos percentuais do que em 1996.

Relativamente às tipologias litoral/interior, PIB *per capita* regional, partido político, poder de compra e proporção da população residente com o ensino superior completo, não de vislumbraram diferenças significativas.

Os municípios pertencentes à Região do Algarve apresentaram maior solvabilidade financeira até 2006, relativamente às Regiões do Alentejo, Centro, e Norte, apresentando valores progressivamente decrescentes do indicador, aproximando-se dos restantes grupos depois de 2007. Todavia, os municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentaram uma solvabilidade financeira em linha com as Regiões do Alentejo e Centro, embora tenha revelado uma tendência não significativa para uma solvabilidade superior nos anos 2009-2010. A Região do Norte foi a que apresentou globalmente menor solvabilidade financeira

face às restantes durante todo o período analisado. Esta predisposição já havia sido apontada pelo relatório finanças municipais 2002 quando analisou o aumento do endividamento líquido dos municípios em que se constatou que este “aumento ficou a dever-se, na sua maior parte, aos municípios do Norte (34%), de Lisboa (31%) e do Centro (21%). Pelo contrário, os municípios do Alentejo, Algarve, RAA e RAM contribuíram com pouco mais de 15% para o aumento do endividamento líquido em 2002” (DGAL, 2002, p. 59). Também foi que “as restrições em matéria de endividamento líquido dos municípios só se aplicaram a parte a parte do exercício económico de 2002. (...) a legislação prevê várias situações excecionais em que pode haver lugar ao aumento do endividamento líquido, em 2002, não se dispondo, contudo, de dados” (DGAL, 2002, p. 59). De realçar que toda e qualquer restrição legal ao endividamento dos municípios não se verificou na prática, considerando que a tendência verificada no rácio (A/P) para o período em causa foi-se sempre agravando.

Para o período em análise, os municípios pertencentes à Grande Lisboa, mostraram uma maior solvabilidade financeira, do que os restantes, os municípios com população até 10.000 habitantes foram os que apresentaram uma maior solvabilidade financeira em 2003 e 2004, os municípios com área até 500 km² apresentaram uma tendência, embora não significativa, para uma solvabilidade financeira ligeiramente superior até 2008, aproximando-se dos valores do indicador do grupo maior que 500 km² em 2009-2011, os municípios do Sul, mostraram uma maior solvabilidade financeira e os municípios com entre 50 e 100 sociedades constituídas apresentaram geralmente uma menor solvabilidade financeira até 2008.

Verificou-se que o grupo dos municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5% apresentou uma maior solvabilidade financeira até 2006 e aqueles com proporção de Sociedades do Comércio entre 7% e 20% foram aqueles que apresentaram uma maior solvabilidade financeira em 2003 apenas.

Observou-se uma tendência, não significativa, para os municípios com mais de 4 médicos por mil habitantes apresentarem uma maior solvabilidade financeira entre 2004 e 2010 e os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever maior que 85%, tendo como base o indicador Ativo/Passivo, demonstraram uma solvabilidade financeira inferior em 2003 e 2004.

Os municípios de Portugal Continental, que têm maior capacidade para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, ou seja, maior independência face aos credores, localizam-se no Sul, na Região do Algarve e da Grande Lisboa, são os que têm menor proporção de sociedades na indústria transformadora, e tendencialmente maior número de médicos por cada mil habitantes.

2 Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior autonomia financeira?

Para responder à questão, foi utilizado o indicador Fundos Próprios/Ativo Total (FP/A), baseado em Brandão (2012). Este indicador denominado por rácio de autonomia financeira, analisa a parcela dos ativos que é financiada pelos fundos próprios. Traduz a capacidade de os municípios financiarem o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos. A capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja, quando o passivo a médio e longo prazo iguala os fundos próprios. Indica que quanto maior o valor do indicador, melhor é a autonomia financeira do(s) município(s).

Para Brandão (2003), este rácio exprime em que medida o ativo está a ser financiado por capitais próprios e por capitais alheios. Está previsto em quase todos os diplomas legais que envolvam a concessão de subsídios, bem como os referentes a concursos de obras públicas.

Da análise efetuada, os municípios do litoral, tendo como base o indicador FP/A, apresentaram uma tendência, não significativa, para demonstrarem uma maior autonomia financeira, comparativamente aos do interior, no período 2003-2005. Uma tendência semelhante, foi observada para as Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve na grande maioria do período estudado, e nos municípios do Norte entre 2007 e 2011. A Região da Grande Lisboa, demonstrou uma maior autonomia financeira de forma global, sendo apenas expressiva relativamente à Região do Douro em 2003.

Estes factos foram também corroborados por Curto e Dias (2011), considerando que ainda que reconhecida a consolidação da autonomia financeira dos municípios, também se verifica que os resultados pretendidos não foram completamente alcançados. Desta feita verifica-se que muitos municípios continuam a apresentar fraca capacidade de gerar receitas próprias e mantêm um grau de dependência muito acentuado, sobretudo no interior do país. Mantêm também uma forte dependência das transferências do Orçamento do Estado, não alcançando assim a tão almejada autossustentabilidade financeira, entendida esta como decorrente da diversificação dos correspondentes meios de financiamento, indispensável à prossecução de políticas públicas locais sustentáveis.

Para o ano de referência 2003, os municípios com área até 500 km² demonstraram uma maior autonomia financeira face aos municípios com área maior que 500 km² em 2003 e uma tendência para tal que se manteve até 2006.

Relativamente às tipologias população, partido político, n.º de sociedades constituídas, sociedades do comércio, proporção de sociedades na indústria transformadora, proporção população que sabe ler e escrever e proporção da população residente com o ensino superior completo, não de vislumbraram diferenças significativas.

No que respeita à tipologia PIB *per capita* regional, foram os municípios com PIB *per capita* maior que 20 milhares de euros, que demonstraram uma tendência para uma maior autonomia financeira, no entanto observou-se uma grande variabilidade interna principalmente no grupo maior que 20.000 e entre 8.000 e 10.000, que impediu que as diferenças sugeridas se mostrassem significativas.

Também os municípios com poder de compra maior que 100%, bem como os municípios com mais de 4 médicos por cada mil habitantes, evidenciaram uma tendência, embora com resultados não significativos, para maior autonomia financeira.

Não se observaram resultados muito robustos, não se tendo verificado diferenças significativas na maior parte das comparações efetuadas, principalmente devido à grande variabilidade interna observada nos grupos, evidente pelo grande erro padrão da média demonstrado em geral.

Ainda assim, pode-se sugerir que os municípios que tendencialmente demonstram uma maior autonomia financeira, se localizam no litoral, no Norte, região de Lisboa e Vale do Tejo, têm área inferior a 500 km². São compostos pelo maior PIB *per capita* regional e maior proporção de poder de compra e têm geralmente maior número de médicos por cada mil habitantes.

3 Que municípios de Portugal continental, agrupados com base em critérios de similaridade, têm maior capacidade de endividamento?

Para responder à questão, foi utilizado o Indicador Fundos Próprios/Passivo (FP/P), baseado em Brandão (2012), o qual mede a capacidade de endividamento. Com este rácio é possível medir o grau em que os fundos próprios cobrem o passivo dos municípios e indica que quanto maior o valor do indicador, maior é a capacidade de endividamento do(s) município(s).

Relativamente às tipologias litoral/interior, partido político, poder de compra e proporção da população residente com o ensino superior completo, não de vislumbraram diferenças significativas.

Os municípios pertencentes à Região do Algarve apresentaram maior capacidade de endividamento até 2006, que foi significativa relativamente à Região Norte e Centro e apenas uma tendência apenas relativamente às Regiões do Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo. Foi apresentando valores progressivamente decrescentes do indicador, aproximando-se dos restantes grupos depois de 2007. Todavia, os municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentaram uma capacidade de endividamento em linha com as Regiões do Alentejo e Centro, embora tenha revelado uma tendência não significativa para valores superiores do indicador nos anos 2009-2011. A Região do Norte foi a que apresentou globalmente menor solvabilidade financeira face às restantes durante todo o período analisado. Já no que respeita às NUT III, os municípios pertencentes à Grande Lisboa, evidenciaram uma maior capacidade de endividamento, comparativamente aos restantes grupos. Embora Curto e Dias (2011) tenham sugerido que elevados níveis de endividamento municipal e forte dependência das transferências resultantes do fenómeno perequativo, quando acompanhados de fraca dimensão populacional, podem facilmente conduzir a dificuldades de autofinanciamento e situações de sustentabilidade financeira débeis nos municípios, é de notar que, no presente estudo, os municípios com população até 10.000 habitantes foram os que apresentaram uma maior capacidade de endividamento em 2003 e 2004.

Foi também verificado, que os municípios com área até 500 km² apresentaram uma tendência, embora não significativa, para uma capacidade de endividamento ligeiramente superior até 2008, aproximando-se dos valores do indicador do grupo maior que 500 km² em 2009-2011 e que os municípios do Sul, apresentam uma maior capacidade de endividamento, principalmente evidente em 2003 e 2004.

Para Ribeiro, Jorge e Cervera (2018) o rendimento *per capita* é uma das variáveis económicas mais testadas empiricamente, nos diversos modelos explicativos do endividamento. A literatura internacional é consensual em considerar que existe uma relação entre esta variável e o endividamento. Os municípios com PIB *per capita* regional maior que 20.000 euros foram os que demonstraram uma tendência, não significativa, para apresentarem uma capacidade de endividamento superior entre 2008 e 2011. De sublinhar que, o grupo entre 8.000 e 10.000 apresentou um indicador significativamente superior ao do grupo entre 10.000 e 13.000 apenas no ano 2003.

Conforme referem Leiceaga e Lago-Peñas (2013), é sensato ter em consideração o PIB e a sua evolução, sempre que represente corretamente a base económica que determina a capacidade de obter recursos da administração. No entanto, e também como no caso espanhol, verifica-se uma elevada nivelação interterritorial da base económica que suporta os *stocks* de dívida de cada comunidade autónoma, no conjunto da economia espanhola. Ou seja, fazer referência ao PIB regional distorce a medição da sustentabilidade da dívida de autonomia e da relevância do deficit. Na ótica orçamental tem um efeito mais crível, isto porque integra os efeitos dos fluxos orçamentais.

O estudo demonstra que os municípios com entre 50 e 100 sociedades constituídas apresentaram geralmente uma menor capacidade de endividamento até 2007 e que os municípios com proporção de sociedades na indústria transformadora entre 1% e 5% apresentaram uma maior capacidade de endividamento até 2006.

Também se verificou que os municípios com proporção de sociedades do comércio entre 7% e 20% foram aqueles que apresentaram uma maior capacidade de endividamento em 2003 apenas, e existiu uma tendência, não significativa, para o grupo maior que 30% demonstrar

uma reduzida capacidade de endividamento até 2008, assim como se observou uma tendência, não significativa, para os municípios com mais de 4 médicos por mil habitantes, que apresentaram uma maior capacidade de endividamento entre 2004 e 2007.

Foi também verificado que os municípios com proporção da população que sabe ler e escrever maior que 85%, tendo como base o indicador Fundos Próprios/Passivo, demonstraram uma capacidade de endividamento inferior em 2003 e 2004.

Também se apurou os municípios que têm maior capacidade de endividamento localizam-se no Sul, na Região do Algarve e da Grande Lisboa, menor proporção de sociedades na indústria transformadora, e tendencialmente menor área e PIB capita regional maior que 20.000 euros.





CAPÍTULO 6: SÍNTESE DOS RESULTADOS E DEMONSTRAÇÃO DA ROBUSTEZ E QUALIDADE DOS INDICADORES

6.1 ANÁLISE SINTÉTICA DOS RESULTADOS

Por forma a melhor perceber o perfil e o comportamento financeiro e orçamental dos municípios de Portugal continental no período de análise desta dissertação (2003-2011), procedeu-se à construção de uma tabela resumo. Na tabela 49 incluem-se apenas os resultados mais relevantes encontrados, ou seja, aqueles onde foram encontrados efeitos significativos ou tendências mais robustas verificadas de forma consistente ao longo do período de análise. Traça-se assim o perfil dos municípios assinalando com um “X” aqueles grupos que incluem os municípios mais independentes, que melhor aproveitam os recursos, mais investem, os municípios que têm um melhor comportamento em cada um dos indicadores. O “#” assinala os casos onde não foi verificado um efeito significativo, mas sim uma tendência robusta. O símbolo “(-)” assinala as situações onde se destaca o comportamento oposto por ser este que se afasta da norma, ou seja, os casos onde sobressaem os municípios que pior aproveitam os recursos, menos investem, etc.

Verifica-se pela análise da tabela 49 que os municípios que geraram mais receita se localizam no litoral, integram a Região de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (NUT II) e pertencem à Grande Área Metropolitana de Lisboa (NUT III), possuem população superior a 100.000 habitantes, área inferior a 500 km², localizam-se no Sul, são liderados pela coligação PPD/PSD-CDS/PP, têm um PIB *per capita* superior a 20.000 euros e um poder de compra superior a 100%. Detêm mais do que 150 sociedades constituídas, detêm entre 1% e 5% a de sociedades da indústria transformadora, mais do que 30% sociedades no comércio, mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, têm uma proporção da população que sabe ler e escrever superior a 85% e a proporção da população com o ensino superior completo superior

a 6,5%. Assim, em linha com a questão colocada, os municípios do interior demonstram efetivamente uma maior dependência das transferências da Administração Central.

Tabela 49 - Caracterização do perfil e tipologia dos municípios

Perfil dos municípios		independentes		aproveitam recursos		investem	favorecem a subsídio de dependência	investem em RH	eficientes cobrança Imp Ind e taxas	eficientes cobrança imp diretos	capacidade solver compromissos MLP	autonomia financeira	capacidade endividamento
		FM/RT	RP/RT	RP/INV	RK/INV	INV/RT	TS/RT	pessoal/RT	III/RT	ID/RT	A/P	FP/A	FP/P
Litoral/Interior	Litoral	X	X	X	X		X		X	X			
	Interior					X							
CCDR	Norte						X						
	Centro												
	Lisboa e Vale do Tejo	X	X	X	X	(-)	X	X	X	X		#	
	Alentejo							X					
	Algarve	X	X								X	#	X
NUT III	Grande Lisboa	X	X	X	X		X		X	X	X	#	X
	Grande Porto			X			X		X				
	Ave						X						
	Cávado						X					#	
	Alto-Trás-os-Montes												
População (hab)	até 10.000					X					#		
	entre 10.000 e 40.000												
	entre 40.000 e 100.000												
	maior que 100.000	X	X	X		(-)	X		X	X		#	
Área (km ²)	até 500	X	X						X	X	#	#	#
	maior que 500												
Norte/Sul	Norte					X	X						
	Sul	X	X	X				X	X	X	#	#	X
Partido	PPD/PSD												
	PPD/PSD - CDS/PP	X	X	X			X			X			
	PS												
	PCP-PEV			X				X					
	Outros partidos												
PIB per capita (%)	entre 8 e 10					X							
	entre 10 e 13					X							
	entre 13 e 20												
	maior que 20	X	X	X	X		X		X	X		#	
Poder de compra (%)	entre 40 e 60					X		(-)					
	entre 60 e 80												
	entre 80 e 100				X				X				
	maior que 100	X	X	X	X		X		X	X		#	
Sociedades constituídas	entre 1 e 50					X							
	entre 50 e 100										(-)		(-)
	entre 100 e 150												
	maior que 150	X	X	X			X		X	X			
Sociedades da indústria transformadora (%)	entre 1 e 5	X	X	X	X			X	X	X	X		X
	entre 5 e 10							X	X				
	entre 10 e 15							X					
	entre 15 e 20												
	maior que 20												
Sociedades no comércio (%)	entre 7 e 20			(-)		X				(-)		#	
	entre 20 e 25												
	entre 25 e 30		X										
	maior que 30	X	X										
Médicos por 1.000 habitantes (%)	entre 0,0 e 1					X							
	entre 1 e 2,5												
	entre 2,5 e 4,0												
	maior que 4,0	X	X	X		(-)	X		X	X	#	#	#
População que sabe ler e escrever (%)	entre 66 e 75					X							
	entre 75 e 80												
	entre 80 e 85												
	maior que 85	X	X	X	X	(-)	X		X	X			
População com o ensino superior completo (%)	entre 1 e 2,5					X							
	entre 2,5 e 5												
	entre 5 e 6,5			X	X				X	X			
	maior que 6,5	X	X	X		(-)	X	(-)	X	X			

Fonte: elaboração própria

Os municípios que melhor aproveitam os recursos localizam-se igualmente no litoral, integram a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II) e pertencem à Grande Área Metropolitana de Lisboa e do Porto (NUT III), possuem população superior a 100.000 habitantes, localizam-se no sul, são liderados pela coligação PPD/PSD-CDS/PP e pelo partido PCP-PEV, têm um PIB *per capita* superior a 20.000 euros e um poder de compra superior a 100%, possuem mais do que 150 sociedades constituídas, entre 1% e 5% a proporção de sociedades da indústria transformadora, mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, a proporção da população que sabe ler e escrever superior a 85% e a proporção da população com o ensino superior completo superior a 5%. Destaca-se ainda que os municípios com menos sociedades do comércio foram os que demonstraram aproveitar pior os seus recursos. Assim, respondendo à questão inicialmente colocada, verifica-se que as escassas receitas próprias que os municípios do interior arrecadam não levam necessariamente a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

No entanto, é possível verificar pela análise do mapa resumo, que os municípios que mais investem se localizam no interior, detêm população inferior a 10.000 habitantes, localizam-se no Norte, têm um PIB *per capita* entre 8.000 e 13.000 euros e um poder de compra entre 40% e 60%. Contêm entre 1 e 50 sociedades constituídas, entre 7% e 20% sociedades no comércio, menos do que 1 médico por cada 1.000 habitantes, a proporção da população que sabe ler e escrever entre 66% e 75% e a proporção da população com o ensino superior completo entre 1% e 2,5%. De destacar ainda que, os municípios que integram a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II), possuem população superior a 100.000 habitantes, mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, têm uma proporção da população que sabe ler e escrever superior a 85% e proporção da população com o ensino superior completo superior a 6,5%, são os que menos investem.

O estudo aponta-nos para a seguinte dicotomia: por um lado, temos os municípios maiores, mais desenvolvidos economicamente e mais independentes, porque geram mais receitas próprias e aproveitam de modo mais eficiente os seus recursos, e, no entanto, investem menos. Será porque já têm as infraestruturas criadas e mais acessos a serviços que ainda faltam no interior, nos municípios mais pobres, daí a necessidade de maior investimento por parte destes? É possível que assim seja, no entanto, há que ter em consideração que os grandes investimentos efetuados pelo governo no país, tais como autoestradas, aeroportos, metropolitanos, grandes pontes, caminho-de-ferro, grandes parques industriais, etc., que por norma se circunscrevem às grandes cidades e que as engrandecem, oneram o orçamento do estado. Aliás, o plano plurianual de investimentos de uma grande autarquia confunde-se muitas vezes com as grandes opções do plano apresentadas pelo governo.

Neste sentido também Stiglitz (1999), verificou que o critério da eficiência no sentido de Pareto, apresenta uma característica relevante, o individualismo em dois sentidos só se ocupa do bem-estar de cada pessoa, no bem-estar relativo de pessoas diferentes. Ou seja, não se preocupa explicitamente com a desigualdade. Em termos práticos, uma mudança que poderia melhorar muito o bem-estar dos ricos, mas que não tivesse um impacto na melhoria das condições de vida dos pobres, seria uma melhoria no sentido de Pareto. No entanto, alguns defendem que não é positivo aumentar as diferenças entre ricos e pobres. Assim, também se verifica um paralelismo entre a teoria de Stiglitz (1999) e a dicotomia entre o litoral e interior quando olhamos às discrepâncias dos resultados apurados no estudo, que só poderão ser invertidos através de uma distribuição justa e equilibrada entre os diversos municípios, procurando a coesão social, competitividade e desenvolvimento económico.

Tal como descrito no relatório de finanças municipais 2002 (DGAL, 2002), o conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento de um município coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida, que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não devem ser neste grupo consideradas as despesas com a execução de projetos por administração direta, que, na prática, são registados por despesas correntes. Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem assim aquelas que são registadas pela residual designada por outras despesas correntes.

No que concerne aos municípios que favorecem a subsidiodependência, foram aferidas duas grandes tendências. Verificou-se que tanto se localizam no litoral, integram a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II) e pertencem à Região da Grande Lisboa (NUT III), como também se localizam no Norte, integram a Região do Norte (NUT II) e pertencem às Regiões do Grande Porto, Ave e Cávado (NUT III). O grupo de municípios permissivos à subsidiodependência possuem população superior a 100.000 habitantes, área superior a 500 km², são liderados pela coligação PPD/PSD-CDS/PP, têm um PIB per capita superior a 20.000 euros e um poder de compra superior a 100%. Têm mais do que 150 sociedades constituídas, mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, a proporção da população que sabe ler e escrever superior a 85% e a proporção da população com o ensino superior completo superior a 6,5%.

Quanto aos municípios que mais investem em recursos humanos, verificou-se que integram a Região de Lisboa e Vale do Tejo, mas também a Região do Alentejo (NUT II), localizam-se no Sul, são maioritariamente liderados pelo partido PCP-PEV, e detêm até 15% de sociedades da indústria transformadora. Por outro lado, destaca-se que os municípios que menos investem em recursos humanos têm um poder de compra relativamente baixo, entre 40% e 60% e proporção da população com o ensino superior completo acima de 6,5%.

No que respeita aos municípios mais eficientes na cobrança de impostos indiretos e taxas, verifica-se que se localizam no litoral, integram a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II) e pertencem à Região do Grande Porto e Grande Lisboa (NUT III), contêm população superior a 100.000 habitantes, área inferior a 500 km², localizam-se no Sul, têm um PIB *per capita* superior a 20.000 euros e um poder de compra superior a 80%. Possuem mais do que 150 sociedades constituídas, detêm entre 1% e 10% de sociedades da indústria transformadora, mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, uma proporção da população que sabe ler e escrever superior a 85% e a proporção da população com o ensino superior completo superior a 5%.

Os municípios mais eficientes na cobrança de impostos diretos, localizam-se no litoral, integram a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II) e pertencem à Região da Grande Lisboa (NUT III), têm população superior a 100.000 habitantes, área inferior a 500 km², localizam-se no Sul, são liderados pela coligação PPD/PSD-CDS/PP, têm um PIB *per capita* superior a 20 milhares de euros e um poder de compra superior a 100%. Têm mais do que 150 sociedades constituídas, contêm entre 1% e 5% de sociedades da indústria transformadora, mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes, a proporção da população que sabe ler e escrever superior a 85% e a proporção da população com o ensino superior completo superior a 5%. Por outro lado, destaca-se que os municípios que são menos eficientes na cobrança de impostos diretos possuem apenas entre 7% e 20% sociedades do comércio.

Foram verificados resultados muito semelhantes entre os municípios mais eficientes na cobrança de impostos indiretos e taxas e nos municípios mais eficientes na cobrança de

impostos diretos, com exceção do verificado no partido político, no poder de compra, na proporção de sociedades da indústria e no n.º de sociedades do comércio. A similaridade de resultados não tem uma justificação muito elementar, considerando tratar-se de indicadores que medem receita fiscal muito distinta. Sendo assim, a similaridade não será relativa à natureza dos impostos nem algum tipo de relação entre estes, mas sim resultado do modelo de gestão aplicado nos municípios em particular.

Os municípios que têm maior capacidade de solver os compromissos de médio e longo prazo integram a Região do Algarve (NUT II), mas também pertencem à Região da Grande Lisboa (NUT III) e contêm entre 1% e 5% de sociedades da indústria transformadora. Têm tendencialmente uma população inferior a 10.000 habitantes, área inferior a 500 km², localizam-se no Sul e mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes. Por outro lado, os municípios que compreendem entre 50 e 100 sociedades constituídas têm em tendência uma menor capacidade de solver os compromissos de médio e longo prazo.

Os municípios que demonstraram tendencialmente, embora não significativamente, uma maior autonomia financeira, integram as Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (NUT II), pertencem à Região da Grande Lisboa mas também à Região do Cávado (NUT III), têm população superior a 100.000 habitantes, área inferior a 500 km² e localizam-se no sul. Têm um PIB *per capita* superior a 20 milhares de euros, um poder de compra superior a 100%, compreendem entre 7 e 20 sociedades do comércio e têm mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes.

No que concerne aos municípios que apresentam uma maior capacidade de endividamento, verificou-se que integram a Região do Algarve (NUT II), pertencem à Região da Grande Lisboa (NUT III), localizam-se no Sul, contêm entre 1% e 5% de sociedades da indústria transformadora; têm tendencialmente uma área inferior a 500 km² e mais do que 4 médicos por cada 1.000 habitantes. Por outro lado, os municípios que compreendem entre 50 e 100 sociedades constituídas, demonstram em tendência uma menor capacidade de endividamento.

6.2 DEMONSTRAÇÃO DA ROBUSTEZ E QUALIDADE DOS INDICADORES APLICADO AO MUNICÍPIO DA TROFA

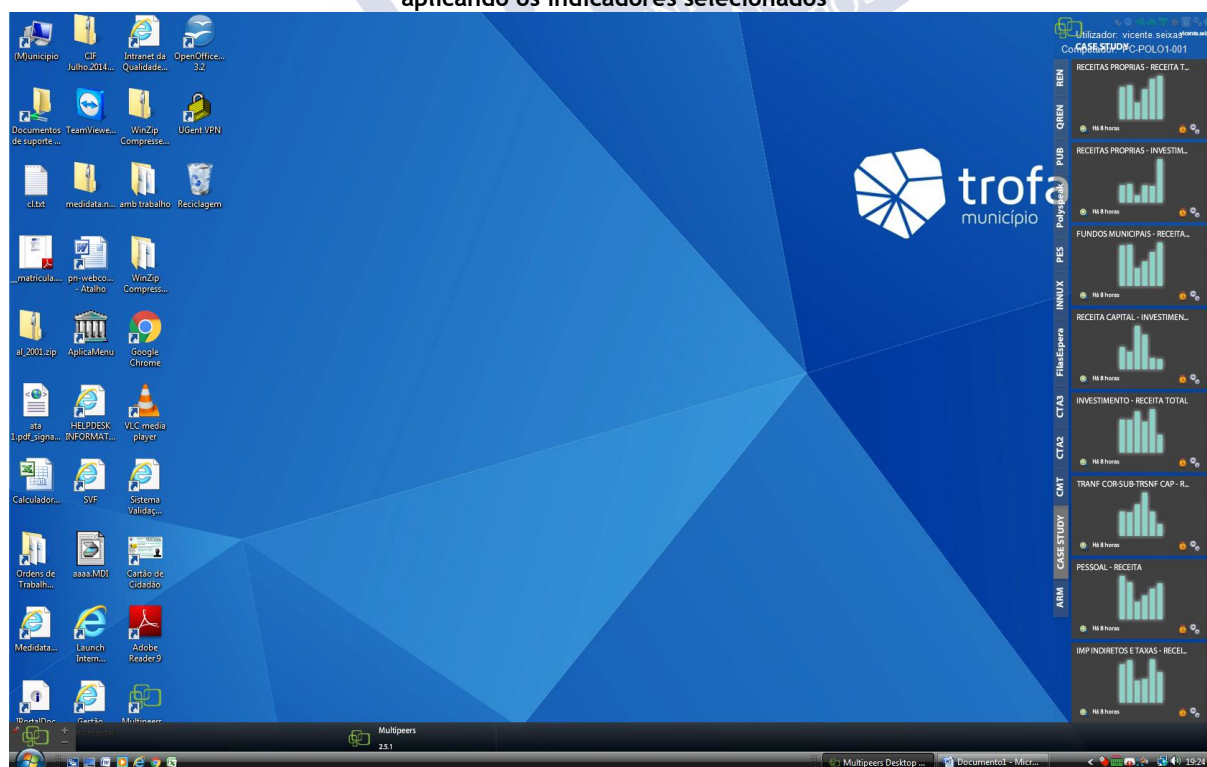
Realizou-se um teste aos indicadores “*in loco*”, num município selecionado para o efeito, neste caso o Município da Trofa (MT), tendo como principal objetivo certificar a qualidade e robustez dos indicadores selecionados para o estudo.

O Concelho da Trofa foi criado em 19 de novembro de 1998, através da Lei n.º 83/98 de 14 de dezembro, tendo sido, para fins estatísticos, integrado na NUT III – Ave, pertencendo também à Associação de Municípios do Vale do Ave. No entanto, devido a questões inerentes à localização geográfica (Distrito do Porto) e à sua identificação cultural, o concelho da Trofa integrou a Grande Área Metropolitana do Porto, a partir do dia 28 de janeiro de 2005. O concelho da Trofa é atravessado por vias de comunicação viárias importantes, nomeadamente, a A3 Porto-Valença; a EN 104 Azurara a Trofa e a EN 14 Ligação Porto-Braga, e ao nível da rede ferroviária, a Linha do Minho (Eixo Porto-Braga e Eixo Porto-Guimarães). De igual modo, beneficia de notáveis comunicações rodoviárias de acesso ao litoral do país, sendo por inerência favorecido em termos proximidade e de ligação ao Porto de Leixões e ao Aeroporto Internacional Sá Carneiro.

Cobrindo uma área de 72 km² (13.º concelho com maiores dimensões da AMP), o concelho da Trofa apresenta um número total de 38999 habitantes, que se traduz numa densidade populacional na ordem dos 540,10 hab/km². O concelho da Trofa está inserido numa sub-região marcada por uma elevada densidade industrial, no Vale do Ave, pelo que em 2011, de acordo com os Censos do INE, registavam-se cerca de 48% de pessoas que desenvolviam uma atividade laboral no setor secundário e aproximadamente 51% das pessoas desenvolvem atividades no setor terciário, em concordância com os dados obtidos na Região Norte. No setor primário era registada uma pequena percentagem de pessoas que trabalhavam neste ramo (1,8%), cenário comum na Região Norte e no Vale do Ave. Considerando o ano de 2001 (últimos dados disponíveis), as atividades de maior expressão no setor primário na economia municipal do concelho diziam respeito a agricultura, a pecuária e a silvicultura. No entanto, atualmente, a agricultura e a pecuária são cada vez mais encaradas como atividades secundárias de subsistência para muitos agregados familiares, encontrando-se disseminadas por todas as freguesias. O setor secundário afirmava-se como setor principal da atividade económica da população do concelho. No ano 2008, operavam no Concelho da Trofa 3908 empresas, colocando-a como o 5.º concelho com maior número de empresas em toda a sub-região do Ave. Em 2011, em função dos dados censitários do INE, contabilizavam-se 20289 munícipes economicamente ativos (10726 homens e 9337 mulheres), cifrando-se a taxa de atividade masculina em 57,01% e uma taxa de atividade feminina de 47,37%.

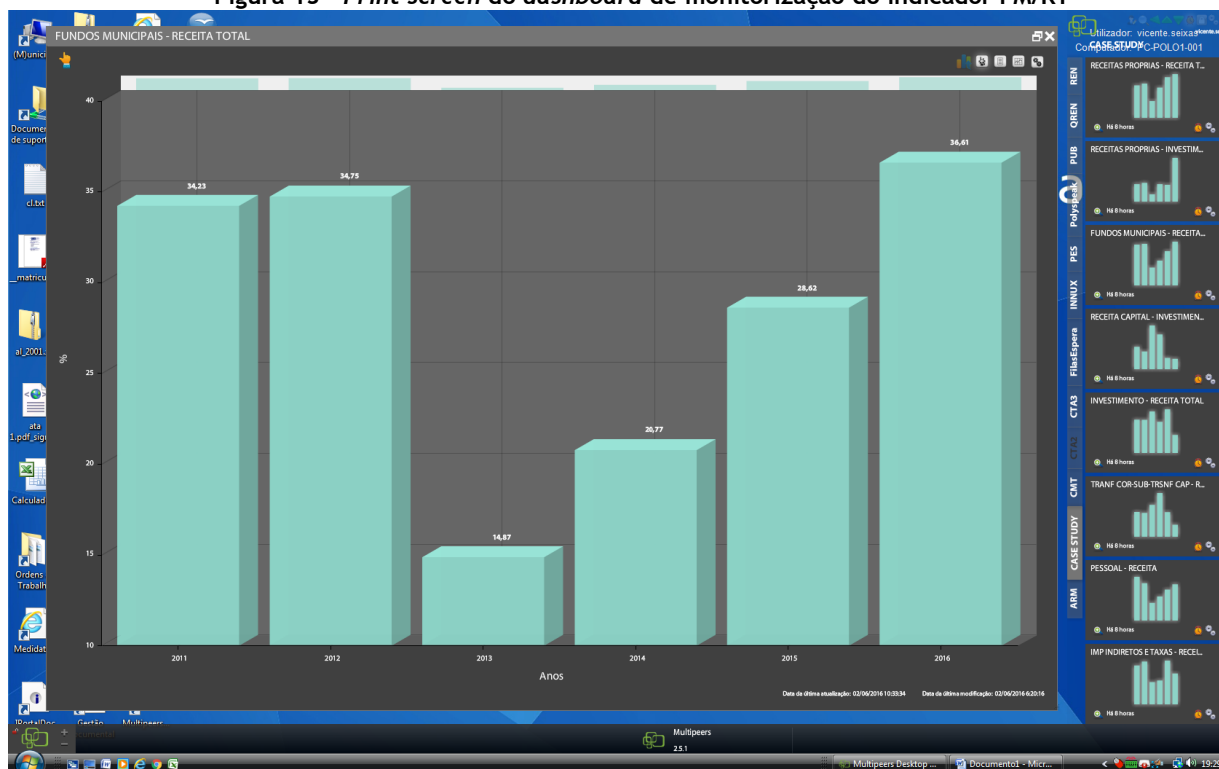
A robustez dos indicadores tanto orçamentais como financeiros foi testada através de um estudo de caso no Município da Trofa, com recurso à plataforma *Multipeers*, usada como *dashboard* para a gestão da entidade. Nas figuras 12 e 13 mostra-se como funcionava a plataforma no *desktop* do utilizador, o que permitia um acompanhamento diário da evolução dos indicadores.

Figura 12 - Print screen do dashboard de monitorização da gestão financeira do Município da Trofa, aplicando os indicadores selecionados



Fonte: elaboração própria

Figura 13 - Print screen do dashboard de monitorização do indicador FM/RT

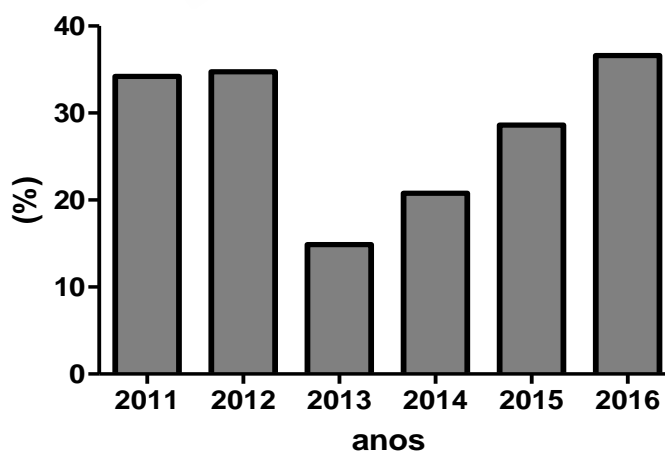


Fonte: elaboração própria

Vamos passar à explicitação da informação extraída da aplicação usada na entidade em questão por forma a perceber a fiabilidade dos algoritmos dos indicadores quando confrontados com os dados e factos financeiros. Importa também realçar, que os dados foram extraídos a 2/06/2016, logo não está a ser considerado todo o ano de 2016.

No gráfico 181 apresenta-se o comportamento do indicador Fundos Municipais/Receita Total (FM/RT). Tal como já referido no subcapítulo 3.2, com este indicador pretende-se apurar o peso dos fundos municipais arrecadados pelo município, na receita total.

Gráfico 181 - Monitorização do indicador FM/RT



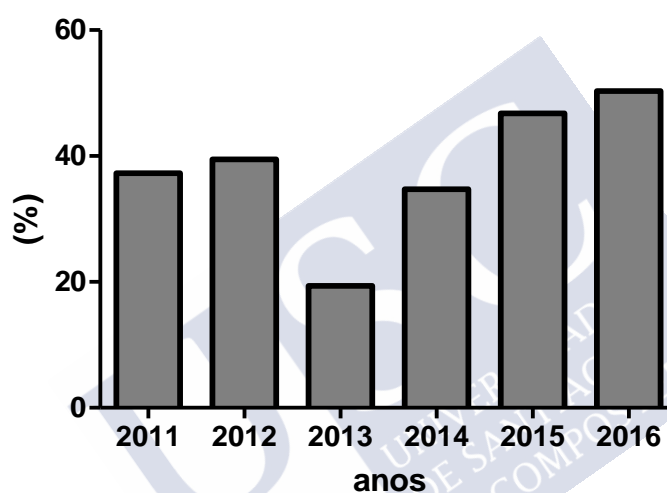
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	34,23	34,75	14,87	20,77	28,62	36,61

Fonte: elaboração própria

Conforme podemos verificar no gráfico 181 e no quadro de suporte, ao longo do período em questão, o peso dos fundos municipais na receita total situou-se nos 34,23, em 2011 e 34,75, em 2012, tendo-se apurado uma forte quebra acentuada no ano 2013, para 14,87. Aqui, devido ao empréstimo do PAEL, conjugado também com o impacto do mesmo gerado em 2014 (20,77). No ano 2015, verifica-se um aumento do valor do indicador, para 28,62. Desta forma, o MT foi demonstrando ao longo do período, uma diminuição da dependência dos fundos municipais.

No gráfico 182 apresenta-se o comportamento do indicador Receitas Próprias/Receita Total (RP/RT). Tal como já referido no subcapítulo 3.2, com este indicador pretendeu-se apurar o peso das receitas próprias arrecadadas pelos municípios na receita total, tal como já referido no subcapítulo 3.2.

Gráfico 182 - Monitorização do indicador RP/RT



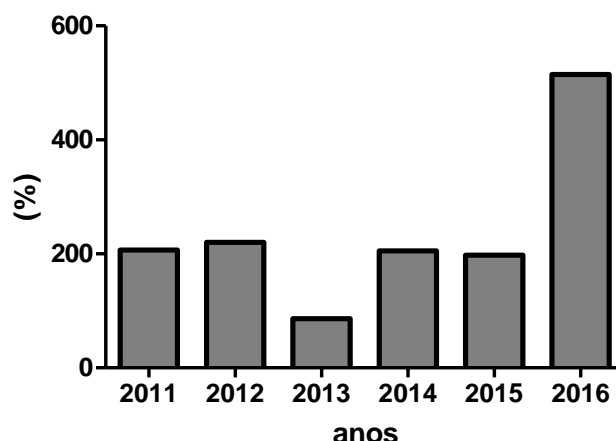
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	37,29	39,46	19,35	34,70	46,76	50,31

Fonte: elaboração própria

Foi verificado ao longo do período de análise 2011-2016 que o indicador RP/RT, situou-se nos 37,29, no ano 2011, e 39,46 em 2012, no entanto verifica-se uma forte quebra do rácio, no ano 2013, para 19,35. Esta quebra poderá ser justificada pela arrecadação do empréstimo estipulado na Lei n.º 43/2012, de 31 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Estabelecendo um regime excecional e transitório de concessão de crédito aos municípios, permitindo a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento das dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, com referência a 31 de março de 2012. O fluxo gerado pela arrecadação deste empréstimo, tanto ao nível da receita como da despesa, teve impacto, gerando fluxos atípicos, especialmente no ano 2013 (19,35) e 2014 (34,70). No ano 2015 verificou-se um aumento das receitas próprias (46,76), o que mostra que o município foi aumentando a sua independência perante o poder central.

Seguidamente vamos analisar o Indicador Total de Receitas Próprias/Total Investimento (RP/INV). Tal como já referido no subcapítulo 3.2, o principal intuito deste rácio é medir o grau em que as receitas próprias cobrem o investimento total executado pelos municípios.

Gráfico 183 - Monitorização do indicador RP/INV



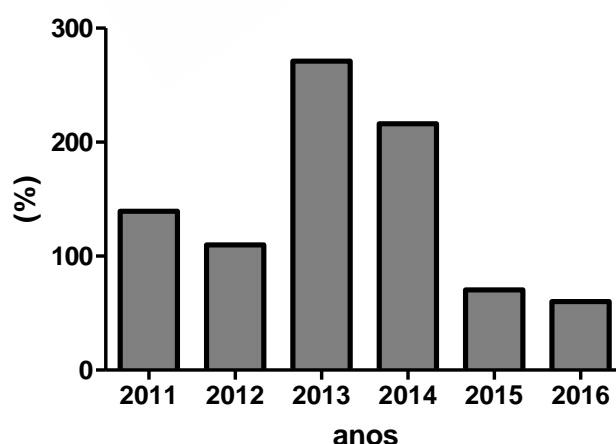
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	206,57	220,35	86,16	205,40	197,50	514,99

Fonte: elaboração própria

Foi verificado ao longo do período de análise 2011-2016 que o indicador RP/INV, situou-se nos 206,57, no ano 2011, e 220,35 em 2012, no entanto também aqui se verifica uma forte quebra do rácio, no ano 2013, para 86,16, devido à arrecadação do empréstimo PAEL. O fluxo gerado pela arrecadação deste empréstimo, tanto ao nível da receita como da despesa, teve impacto, gerando fluxos atípicos, especialmente no ano 2013 (86,16) e 2014 (205,40). No ano de 2015, verificou-se que o rácio se situou nos 197,50, o que demonstra uma tendência de diminuição do indicador RP/INV, para o MT.

No gráfico 184, apresenta-se o comportamento do Indicador Receita Capital/Total de Investimento (RK/INV). O principal intuito deste rácio é medir o grau em que as receitas de capital cobrem o investimento total executado pelos municípios, tal como já referido no subcapítulo 3.2.

Gráfico 184 - Monitorização do indicador RK/INV



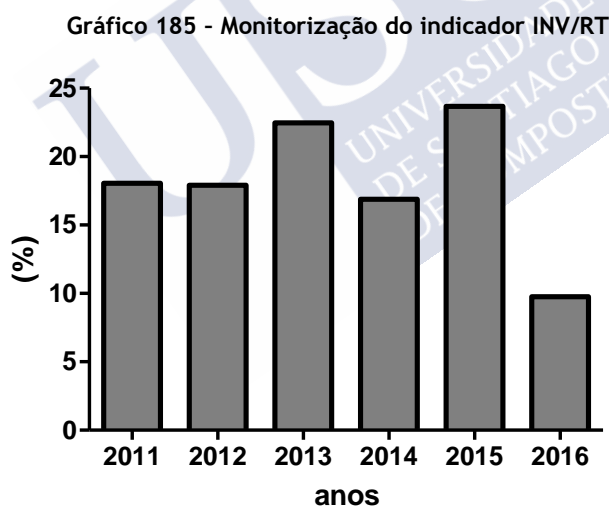
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	139,46	109,88	271,06	216,10	70,42	60,04

Fonte: elaboração própria

Foi verificado ao longo do período de análise 2011-2016 que o indicador RK/INV, situou-se nos 139,46, no ano 2011, e 109,88 em 2012, no entanto também se afere um forte aumento do rácio, nos anos 2013 e 2014, para 271,06 e 216,10, devido à arrecadação do empréstimo PAEL. O fluxo gerado pela arrecadação deste empréstimo, tanto ao nível da receita como da despesa, teve impacto, gerando fluxos atípicos. No ano de 2015, verificou-se que o rácio se situou nos 70,42, o que demonstra uma forte tendência de diminuição do indicador RK/INV, para o MT. Neste caso, tal como também verificado no relatório de gestão e contas do ano 2015, do MT (Município da Trofa [MT], 2015), numa análise a um rácio similar “as receitas de capital não cobriram a totalidade das despesas de capital em 2015” (MT, 2005, p.53).

Seguidamente vamos analisar Indicador Investimento/Receita Total (INV/RT). Este indicador demonstra quanto o investimento executado pelos municípios representa em relação à receita total liquidada, tal como já referido no subcapítulo 3.2.

Foi verificado ao longo do período de análise 2011-2016 que o indicador INV/RT, situou-se nos 18,05, no ano 2011, e 17,91 em 2012, 22,46 no ano 2013 e 16,89 em 2014. Como já referido anteriormente, os anos 2013 e 2014, foram influenciados pelo empréstimo PAEL, pelo que não deverão ser relevados. No ano de 2015, verificou-se um aumento do investimento o indicador em 23,67, o que mostra que o município foi aumentando o seu investimento. O relatório de gestão e contas do ano 2015, do MT, também confirmou o detetado no gráfico acima, ou seja, “O valor do investimento municipal executado no ano 2015 totalizou 5.613.917,11 €, conforme se pode verificar no gráfico 185, que apresenta a evolução do investimento, ao longo do período compreendido entre 2010 e 2015” (MT, 2005, p.34).

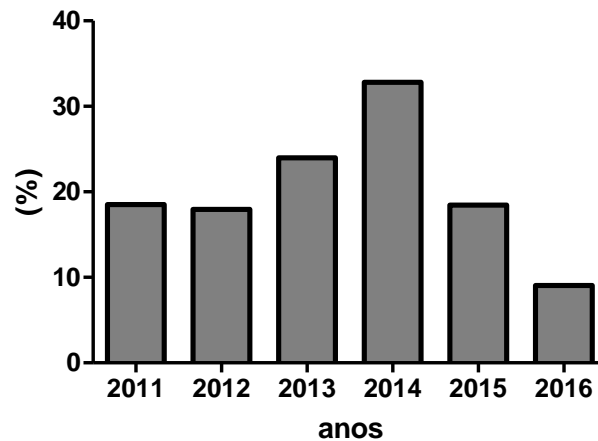


Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	18,05	17,91	22,46	16,89	23,67	9,77

Fonte: elaboração própria

O gráfico 186 analisa o Indicador Total Transferências e Subsídios/Receita Total (TS/RT). Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que representam as transferências correntes, os subsídios e as transferências de capital concedidas pelos municípios, na receita total arrecadada, tal como já referido no subcapítulo 3.2.

Gráfico 186 - Monitorização do indicador TS/RT



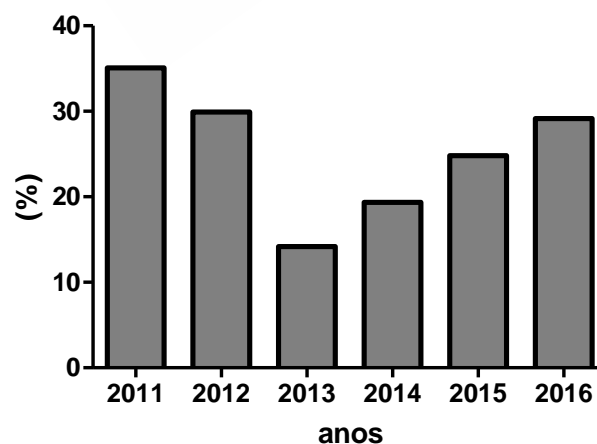
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	18,53	17,95	23,98	32,82	18,45	9,05

Fonte: elaboração própria

Foi verificado ao longo do período de análise 2011-2016 que o indicador TS/RT, situou-se nos 18,53, no ano 2011, e 17,95 em 2012, no entanto também se afere um aumento do rácio, nos anos 2013 e 2014, para 23,98 e 32,82, devido à arrecadação do empréstimo PAEL. O fluxo gerado pela arrecadação deste empréstimo, tal como já referido anteriormente, tanto ao nível da receita como da despesa, teve impacto, gerando fluxos atípicos. No ano de 2015, verificou-se que o rácio se situou nos 18,45, o que revela que o indicador TS/RT, se foi mantendo constante ao longo do período, demonstrando que o MT não reduziu os apoios aos subsídio-dependentes.

No gráfico 187 apresenta-se o comportamento do Indicador Pessoal/Receita Total) (Pessoal/RT). Com este indicador pretende-se apurar o peso que os gastos com o pessoal representam na receita total arrecadada pelos municípios, tal como já referido no subcapítulo 3.2.

Gráfico 187 - Monitorização do indicador Pessoal/RT



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	35,10	29,91	14,18	19,34	24,83	29,15

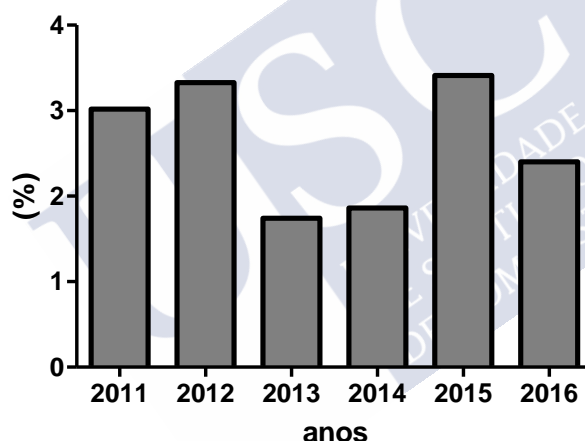
Fonte: elaboração própria

Foi verificado ao longo do período de análise 2011-2016 que o indicador Pessoal/RT, situou-se nos 35,10 no ano 2011, e 29,91 em 2012, 14,18 no ano 2013 e 19,34 em 2014. Como já referido anteriormente, os anos 2013 e 2014, foram influenciados pelo empréstimo PAEL, pelo que não deverão ser relevados. No ano de 2015, verificou-se o indicador Pessoal/RT, se situou nos 24,83, o que mostra que o município foi diminuindo os seus gastos com pessoal. O relatório de gestão e contas do ano 2015, do MT, também apura esta tendência de diminuição dos gastos com pessoal.

Seguidamente, passamos à análise do Indicador Impostos Indiretos e Taxas/Receita Total (IIT/RT). Tal como já referido no subcapítulo 3.2, com este indicador pretendeu-se apurar o peso que representam os impostos indiretos e taxas cobradas pelos municípios, na receita total arrecadada.

Se olharmos para o gráfico 188 que apresenta o comportamento do indicador IIT/RT, no MT, ao longo do período 2011-2016, verificamos que este se situou nos 3,02, em 2011, nos 3,33, em 2012, 1,74 em 2013 e 1,86 em 2014. Como já referido, os anos 2013 e 2014 foram influenciados pelo empréstimo PAEL, pelo que não deverão ser relevados. No ano de 2015, verificou-se um crescimento do indicador IIT/RT, para 3,41, o que mostra que o município se tornou mais eficiente, na cobrança de impostos indiretos e taxas.

Gráfico 188 - Monitorização do indicador IIT/RT

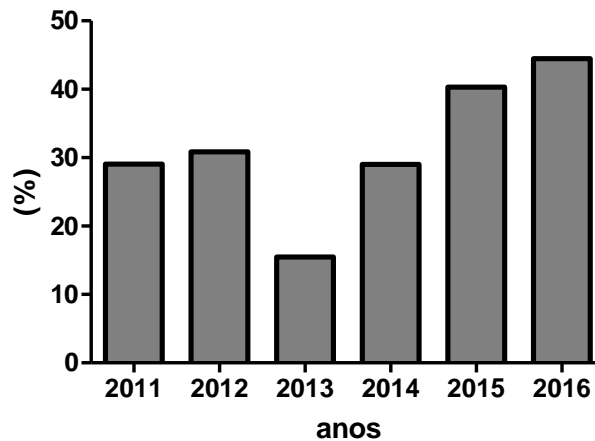


Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	3,02	3,33	1,74	1,86	3,41	2,40

Fonte: elaboração própria

No gráfico 189 apresenta-se o comportamento do Indicador Impostos Diretos/Receita Total (ID/RT). Com este indicador pretendeu-se apurar o peso que representam os impostos diretos cobradas pelos municípios, na receita total arrecadada. Analisando o gráfico 189 que apresenta o comportamento do indicador ID/RT, no MT, ao longo do período 2011-2015, verificamos que este se situou nos 29,06, em 2011, nos 30,84, em 2012, 15,49 em 2013 e 29,02 em 2014. Como já referido, os anos 2013 e 2014, foram influenciados pelo empréstimo PAEL, pelo que não deverão ser relevados. No ano de 2015, verificou-se um acréscimo do rácio, para 40,30, o que demonstra que o município se tornou mais eficiente, na cobrança de impostos diretos.

Gráfico 189 - Monitorização do indicador ID/RT

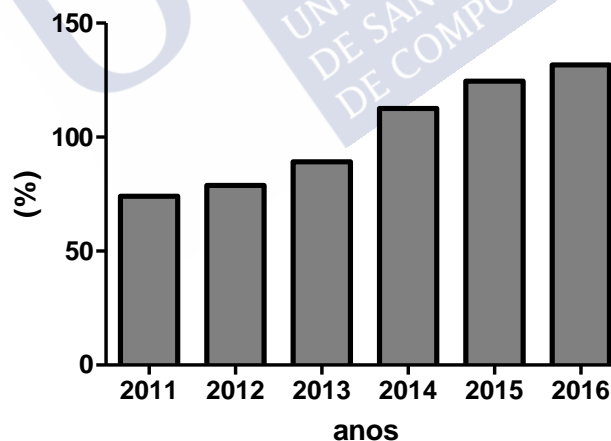


Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	29,06	30,84	15,49	29,02	40,30	44,49

Fonte: elaboração própria

Os próximos três indicadores estão relacionados com a ótica patrimonial ou financeira, consubstanciando-se numa análise distinta das anteriores às finanças do MT. O indicador Ativo/Passivo (A/P), denominado rácio de solvência ou solvabilidade, trata-se da capacidade dos municípios para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Tal como já referido no subcapítulo 3.2, traduz a posição de independência dos municípios face aos credores.

Gráfico 190 - Monitorização do indicador A/P



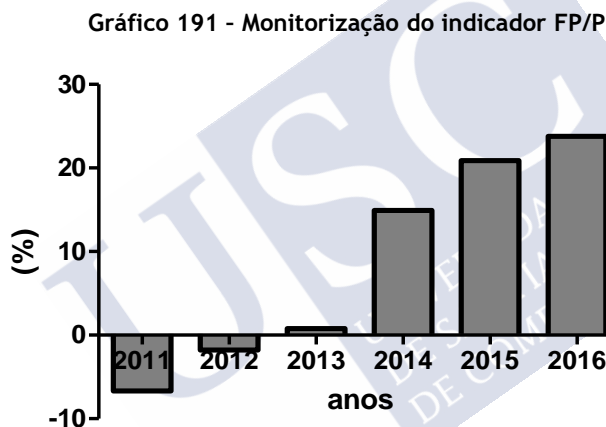
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	74,01	78,75	89,24	112,60	124,56	131,66

Fonte: elaboração própria

Desta forma, foi verificado no gráfico 190 que ao longo do período de análise 2011-2016 o indicador A/P, se situou nos 74,01, no ano 2011, 78,75 em 2012, 89,24 no ano 2013, 112,60 em 2014, 124,56 no ano 2015 e 131,66 a 2 de junho de 2016. Assim, verificou-se que o município foi aumentando de uma forma continua o seu rácio de solvência, tendo apresentado um ativo inferior ao passivo entre 2011 e 2013, começando o ativo a partir de 2014 a apresentar valores superiores a este. O relatório de gestão e contas do ano 2016, do MT

(Município da Trofa [MT], 2016), também confirmou o detetado no gráfico acima, ou seja, “Em termos de rácio de solvência a autarquia tem vindo gradualmente a melhorar este indicador, o que demonstra uma melhor capacidade de resolver os seus problemas de dívida de curto e médio e longo prazo” (MT, 2006, p. 63).

No gráfico 191, apresenta-se o comportamento do Indicador Fundos Próprios/Ativo Total (FP/A). Denominado por rácio de autonomia financeira, analisa a parcela dos ativos que é financiada pelos fundos próprios. Traduz a capacidade de os municípios financiarem o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos, a sua capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja, quando o passivo a médio e longo prazo iguala os fundos próprios. Verifica-se que ao longo do período de análise 2011-2016, o indicador FP/A, se situou nos -6,70, no ano 2011, -1,79 em 2012, 0,78 no ano 2013, 14,91 em 2014, 20,87 no ano 2015 e 23,79 a 2 de junho de 2016. Desta forma, o município foi melhorando de uma forma contínua o seu rácio de autonomia financeira. O relatório de gestão e contas do ano 2016, do MT, também valida o apurado, “Os Fundos Próprios contabilizaram-se em € 26.211.069,82, o que corresponde a uma melhoria de € 9.543.959,43, relativamente ao ano anterior, o que se demonstra muito positivo e prudente e afasta o município do risco de «falência técnica»” (MT, 2006, p. 63).

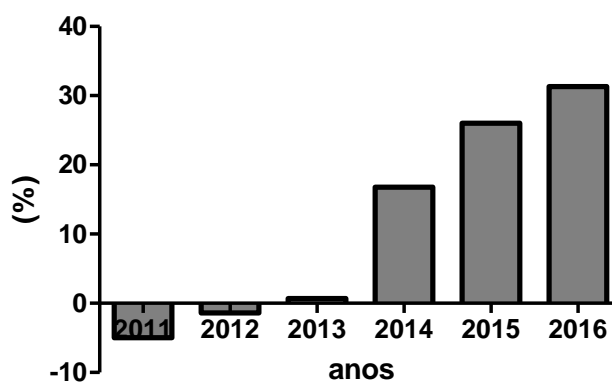


Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	- 6,70	- 1,79	0,78	14,91	20,87	23,79

Fonte: elaboração própria

Finalmente, passamos à análise do indicador Fundos Próprios/Passivo (FP/P). Trata-se de um rácio que mede a capacidade de endividamento, com este rácio é possível medir o grau em que os fundos próprios cobrem o passivo dos municípios. Se olharmos para o gráfico 192 que apresenta o comportamento do indicador, verifica-se que ao longo do período de análise 2011-2016, o indicador FP/P, se situou nos -4,96, no ano 2011, -1,41 em 2012, 0,69 no ano 2013, 16,79 em 2014, 26 no ano 2015 e 31,32 a 2 de junho de 2016. Indicando que o município foi melhorando de uma forma continua o seu rácio e a sua capacidade de endividamento.

Gráfico 192 - Monitorização do indicador FP/A



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor indicador	- 4,96	- 1,41	0,69	16,79	26	31,32

Fonte: elaboração própria





CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO

7.1 CONCLUSÕES PRINCIPAIS

É possível identificar no Estado português a existência de três níveis de governo: o central, no qual se insere o Estado Central, o regional, que inclui a Regiões Autónomas da Madeira e Açores, e o local, onde se inserem as autarquias locais. Assim, do reconhecimento de distintos centros de poder responsáveis pela satisfação de necessidades públicas decorre a existência de múltiplas titularidades do poder tributário, as quais, muitas vezes, não gozam do mesmo *status* ou são até marcadas por diferenças significativas.

Desta forma, foi instituído em Portugal, por via da CRP, um sistema que concilia o carácter unitário do Estado com a autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e uma descentralização administrativa, em que o Estado Central só deverá intervir diretamente, quando os governos descentralizados, não cumpram as atribuições e poderes que lhes foram delegados junto das populações. O objetivo primordial desta descentralização administrativa é o de uma maior proximidade entre o ente responsável pela provisão de bens e serviços públicos e os seus respetivos destinatários.

Já as autarquias locais, no que concerne às prerrogativas de criar e cobrar tributos (autonomia tributária), é importante referir que, dependendo do tipo de tributos em causa (impostos, taxas, contribuições), os poderes dos municípios poderão ser mais ou menos limitados, pois um aspeto importante do ordenamento jurídico português é a reserva de lei formal quanto aos impostos, o que quer dizer que estes apenas podem ser juridicamente disciplinados pelo Parlamento (Assembleia da República) ou pelo Governo, se munido de autorização legislativa. Logo, não se vislumbra uma autonomia tributária, tendo em vista as estritas balizas conformadoras do exercício do poder tributário impostas às Autarquias locais,

sendo muito limitadas as competências que os municípios têm no que concerne à capacidade arrecadação de receitas e das limitações impostas à despesa.

As competências compartilhadas referem-se a modelos tributários cujos níveis de Governo dividem o produto da arrecadação obtida sobre determinada base de incidência, tomando por referência critérios previamente definidos em lei, como é o caso português que consagra em lei o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e a lei das finanças das Regiões Autónomas, onde as diferentes esferas de administração pública (central, regional e local) partilham recursos e possuem poderes tributários próprios. Este modelo permite uma maior precisão e rapidez no processo de coordenação fiscal exercido pelo Governo central. A competência tributária exclusiva dá-se quando cada nível de Governo possui aptidão exclusiva para exercer a tarefa impositiva relativamente a um dado imposto. Nesse caso, os desequilíbrios fiscais são corrigidos por transferências intergovernamentais, através de mecanismos, tais como, fundos públicos de coesão e de equilíbrio financeiro dos governos locais. A principal vantagem do federalismo fiscal é a proximidade aos cidadãos e a adaptação às necessidades específicas desse território, permitindo a diferenciação. Entre as desvantagens contam-se a ausência de corresponsabilidade fiscal, a possível duplicação, a ineficiência e ao nível de uma unidade territorial não se poderem aproveitar as economias de escala (só possível através da cooperação).

Se nos debruçarmos no sistema de financiamento local português e na sua evolução, verificamos que no período pós-estado novo e com a primeira lei das finanças locais, a Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, os instrumentos de repartição de recursos entre o Estado e as autarquias locais ainda eram escassos e o sistema apresentava uma elevada rigidez que não permitia a concretização do princípio da justa repartição de recursos, quer na sua dimensão de equilíbrio vertical, quer na sua dimensão de equilíbrio horizontal. Tal como já referido, o sistema de financiamento local foi, ao longo do tempo, alvo de significativas alterações, que culminaram, por via da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (4.ª LFL), com um aumento considerável das transferências para as autarquias locais, alterando o sistema redistributivo existente até então. Já a 5.ª LFL (Lei n.º 2/2007, 15 de janeiro) introduziu uma maior complexidade no que à repartição de recursos diz respeito, oferecendo, todavia, mais garantias à própria autonomia local. Um dos pilares desta lei era o de cimentar a credibilização da gestão autárquica ao nível da transparência e rigor na administração local, com a criação de um novo conceito de endividamento autárquico com novos limites de endividamento, com a criação do Fundo Social Municipal (FSM) e um novo regime de recurso ao crédito. Este diploma contemplou uma nova transferência para os municípios relativa a uma participação variável de até 5% no IRS cobrado no concelho respetivo. O diploma atual (lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, não acrescentou grandes alterações em matéria de repartição de recursos entre o Estado e as autarquias locais, na sua primeira versão, no entanto com a alteração ocorrida por via da lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, sofreu inúmeras alterações relevantes, de grande impacto para as finanças locais, especialmente em matéria de financiamento, tendo em vista a descentralização de competências da administração central para os municípios. Outras alterações relevantes, inserem-se no âmbito das alterações que foram sendo implementadas no ordenamento jurídico português desde 2011, tendo particularmente por base a débil situação económica e financeira do país e a sua situação de dependência da ajuda financeira externa, consubstanciando-se na manifesta preocupação de fortalecer as finanças locais dos instrumentos necessários para uma efetiva coordenação entre as autarquias e a administração central, para que se alcance assim o objetivo primordial da consolidação das finanças públicas portuguesas.

O objetivo geral do estudo visou analisar o comportamento dos municípios na gestão dos fundos municipais e outras receitas e despesas dos municípios, com recurso a indicadores de desempenho financeiro e orçamental, por forma a averiguar o grau de dependência dos municípios face às transferências da administração central. Embora a principal contribuição do trabalho seja empírica, considera-se que a análise dos indicadores proposta poderá servir de input para a tomada de decisões e para uma gestão mais eficiente dos recursos.

O estudo demonstra que os municípios que melhor aproveitam os recursos, se localizam no litoral e nas grandes áreas metropolitanas, logo são os mais populosos e desenvolvidos economicamente e com melhores níveis de ensino, o que revela que a riqueza tem um efeito multiplicador nos municípios dos grandes centros.

Foi também interessante verificar no estudo que os municípios que mais investem se localizam no interior e detêm população inferior a 10.000 habitantes. Desta forma, o estudo aponta-nos para a seguinte dicotomia: por um lado, temos os municípios maiores, mais desenvolvidos economicamente e mais independentes, porque geram mais receitas próprias e aproveitam de modo mais eficiente os seus recursos, no entanto investem menos. É possível que seja devido a que nos municípios do litoral já existam infraestruturas criadas e acessos a serviços que ainda faltam no interior, nos municípios mais “pobres”, os quais têm assim uma maior necessidade de investimento. No entanto, como já referido, há que ter em consideração que os grandes investimentos efetuados pelo governo no país, tais como autoestradas, aeroportos, metropolitanos, grandes pontes, caminho-de-ferro, grandes parques industriais, etc., que por norma se circunscrevem às grandes cidades e que as engrandecem, oneram o orçamento do estado. Como apontado acima, o plano plurianual de investimentos de uma grande autarquia confunde-se muitas vezes com as grandes opções do plano apresentadas pelo governo.

Relativamente aos municípios que favorecem a subsidiodependência, esta tem como denominador comum típico os municípios mais desenvolvidos económica e socialmente do litoral e liderados politicamente pela coligação de centro-direita, PPD/PSD-CDS-PP.

Quanto aos municípios que demonstraram maior peso dos gastos com pessoal, verificou-se que se localizam no Sul, nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo (NUT II) e são maioritariamente liderados pelo partido comunista (PCP-PEV).

No estudo foram verificados resultados muito semelhantes entre os municípios mais eficientes na cobrança de impostos indiretos e taxas e nos municípios mais eficientes na cobrança de impostos diretos, com exceção das tipologias partido político, poder de compra, proporção de sociedades da indústria e no n.º de sociedades do comércio. Tal como verificado no estudo, a similaridade de resultados não tem uma justificação muito elementar, considerando tratar-se de indicadores que medem receita fiscal distinta. A similaridade não será relativa à natureza dos impostos nem algum tipo de relação entre estes, mas sim resultado do modelo de gestão aplicado nos municípios em particular.

Foi também verificada uma tendência progressiva do aumento do endividamento dos municípios durante todo o período de análise e independentemente de todas as medidas restritivas impostas nesta matéria, tanto nas leis das finanças locais como nas leis de orçamento do estado.

Este trabalho indicia que o nosso país tem pela frente um caminho muito longo a percorrer em termos de descentralização, uma vez que praticamente todos os indicadores nos revelam a grande dicotomia existente entre os municípios do litoral *versus* os do interior, principalmente no que se refere à assimetria existente entre a região de Lisboa relativamente ao restante território nacional.

Parece assim existir um padrão. Por um lado, temos municípios que libertam meios financeiros de elevada monta, que lhes permite melhor fazer face às despesas de funcionamento e restantes encargos sem dependerem das transferências da Administração Central. Por outro, temos um conjunto de municípios de pequena dimensão, normalmente localizados no interior, que mesmo efetuando uma boa gestão financeira, estão inevitavelmente dependentes das transferências do Estado Central. Verifica-se nos dados analisados, um esforço por parte destes municípios na melhor aplicação das verbas, mas por sua vez verifica-se também o aumento da sua dependência.

Este trabalho foi ainda constituído por um estudo de caso ao nível micro, utilizado para demonstrar a robustez e qualidade dos indicadores *in loco*, no Município da Trofa, o qual revelou a aplicabilidade dos indicadores propostos para responder às questões económico-financeiras levantadas e a sua utilidade como ferramenta de apoio à gestão orçamental e financeira dos municípios.

Confirma-se sem dúvida a tese, e os dados assim o demonstram que, à semelhança do exposto no relatório de finanças públicas 2002 (DGAL, 2002) «uma outra variável com maior ou menor impacto nas despesas de um município é a área do mesmo, sendo de esperar que, *ceteris paribus*, quanto menor for a área tanto menor será a despesa, beneficiando de economias de aglomeração e fazendo baixar os custos de prestação de serviços.» Vamos na realidade embater no grande problema que tem prejudicado o interior e o país, o qual está associado a menos pessoas, menos empresas, menos recursos.

Verifica-se uma limitada capacidade de arrecadação de receitas por parte dos municípios, assim como restrições à despesa e às suas competências. Como é sabido, algumas características não dependem da sua gestão, mas sim das características geográficas e socioeconómicas dos municípios que se demonstraram mais dependentes no estudo, nomeadamente o seu nível de desenvolvimento económico e social, a sua especialização produtiva, assim como as externalidades e, em particular as economias de aglomeração. Estes municípios não têm capacidade suficiente para modificar estes elementos que afetam as receitas, pelo menos no curto prazo.

7.2 LIMITAÇÕES, PERSPETIVAS E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo encontrou como limitação a falha na obtenção de parte dos dados financeiros relativos a alguns anos por parte de certos municípios que não reportaram à DGAL e que também não responderam aos insistentes pedidos de disponibilização de dados efetuados, embora se esteja a falar de situações residuais.

Ainda que tivesse sido muito interessante estudar o período desde 2012, para averiguar qual o comportamento dos municípios nesse período incaracterístico, sob a influência do resgate financeiro a Portugal, por parte do FMI e União Europeia, tal não foi possível. No momento em que se iniciou a elaboração da tese, estes eram os últimos dados completos, certificados e disponíveis. A análise desse período poderia tornar também o estudo mais complexo, devido a esse ciclo atípico. Nesse período, muitos municípios tiveram de recorrer a planos de recuperação financeira e foram impostas muitas restrições à despesa e ao endividamento dos municípios, o que alterou o seu comportamento financeiro regular.

Embora se proponha que estes indicadores possam dar ferramentas para melhor monitorizar o desempenho orçamental e financeiro, existem fatores que são externalidades, que afetarão sempre os resultados do município, nomeadamente as limitadas competências que os municípios têm no que concerne à capacidade arrecadação de receitas, em que uma

parte relevante destas não dependem da gestão, mas sim de outros aspetos, tais como, o nível de desenvolvimento.

Talvez se tenha de rever os critérios redistributivos das leis das finanças locais, ou talvez se tenha de olhar para o país de outra forma, descentralizando o conhecimento, promovendo e legislando sobre parcerias estratégicas e promovendo a coesão territorial nas regiões de Fronteira de Portugal Continental, para se conseguir uma distribuição justa e equilibrada entre os diversos municípios, e atingir os objetivos de coesão social, competitividade e desenvolvimento económico pretendidos. Conhecendo o perfil orçamental e financeiro de cada município, e tendo em consideração as diferenças apontadas neste estudo, poderá ser necessário redesenhar o sistema de financiamento local de forma mais dirigida, alargando o âmbito dos critérios geográficos, demográficos e sociais, ainda que resulte num sistema ainda mais assimétrico do que o atual.

Cabe também aos eleitos e dirigentes municipais verificar que os documentos previsionais sejam elaborados cumprindo escrupulosamente os princípios orçamentais e as metodologias da sua elaboração acima descritos, ou seja, que não haja “empolamento” de receitas. Cabe-lhes igualmente a confirmação de que a Prestação de Contas seja elaborada cumprindo todas as regras inscritas no POCAL, no novo sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP) e nas instruções do Tribunal de Contas, e verificar que esta reflita corretamente as dívidas/compromissos das instituições, ou seja, a verdadeira situação financeira do município. Pode verificar-se que, embora de uma forma tardia e morosa, os instrumentos e os modelos legais para tal estão criados, tendo em vista o desenvolvimento harmonioso da economia local do país. Sem dúvida que, se as entidades fiscalizadoras e supervisoras (Direção-Geral das Autarquias Locais, Direção-Geral do Orçamento, Inspeção-Geral de Finanças, Unidade Técnica de Acompanhamento Orçamental, Conselho de Finanças Públicas e Tribunal de Contas) atuarem firmemente e exigirem que sejam cumpridas as normas/regras estipuladas, poderá advir daqui um forte contributo para a evolução positiva do poder local e da sustentabilidade das finanças públicas.

A regionalização e a descentralização foram sempre assuntos que estiveram nas agendas políticas dos diversos partidos, especialmente nos manifestos eleitorais desde 1974; no entanto, a regionalização não se tornou efetiva, já no que respeita à descentralização, esta tem sido o alvo de muita legislação nos últimos anos. As medidas que têm sido implementadas em Portugal, têm ido sempre no sentido de descentralização de competências do Governo Central para o local. Considerando que o modelo dos governos locais está mais do que consolidado, esta não será uma má estratégia, até porque o país não tem uma grande dimensão. No entanto, deverá ser sempre conjugado com outro modelo supramunicipal, já existente das áreas metropolitanas e comunidades urbanas, ou das associações intermunicipais (NUT III), devido às exigências que a União Europeia tem vindo a colocar para obtenção de fundos comunitários. Deverá, no entanto, existir muita ponderação e avaliação política e económica dos riscos, para que este modelo não traga mais confusão organizacional à administração pública, mais burocracias e novos polos centralizadores de menor dimensão.

A Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional de Portugal, criou, recentemente, a Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) que elaborou um Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT) e posteriormente uma Secretaria de Estado da Valorização do Interior, com o objetivo de se trabalharem as questões da interioridade, com diversos incentivos à deslocação de pessoas e empresas para o interior. Foram ainda criados incentivos em lei de orçamento de estado e em diversa legislação específica. Tratam-se de iniciativas extremamente importantes para tentar diminuir as assimetrias existentes no nosso país, pois, tal como se verifica neste estudo, as dicotomias existentes entre o litoral e o interior

do país, têm-se vindo a agravar ao longo dos últimos anos. Desta forma, são necessárias medidas que visem diminuir essas assimetrias, não muitas, mas de elevado impacto.

Um exemplo de uma medida de elevado impacto é sem dúvida a recente medida acordada entre o Governo Central e as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto para o setor dos transportes, em que os passes mensais nas duas áreas metropolitanas, reduziram para 40 euros, o individual e 80 euros o passe família, o que se traduz em reduções para alguns agregados familiares de cerca de 200 euros nos gastos mensais. Trata-se de uma excelente medida com resultados no curto, no médio e no longo prazo, para as famílias, para o ambiente e mobilidade das duas áreas metropolitanas. No entanto, é uma medida centralizadora e que irá a agravar ainda mais as dicotomias entre o centro e a periferia, considerando que tem apenas incidência nas áreas metropolitanas.

No entanto, são medidas com esta robustez, mas com o objetivo descentralizador, que são necessárias para resolver os problemas da interioridade. No fundo pretende-se, poucas medidas, com muito peso e não muitas medidas de pequeno impacto. Desta forma, poderá ser positiva a aplicação de medidas fiscais de elevado impacto direcionadas para as famílias residentes no interior, tanto ao nível do IRS como do IRC, que efetivamente criem um impacto mensurável ao nível do rendimento mensal das famílias e das empresas, em linha com o que estudo nos demonstrou, pois, as medidas tomadas pelos governos neste sentido não se têm traduzido num incentivo efetivo à fixação. Assim como, da deslocalização para o interior dos ministérios, secretarias de estado, direções-gerais e institutos públicos, relacionados com as áreas de Agricultura, Ambiente, Florestas e Turismo. Poderá ser também positiva a criação de uma verba em lei de orçamento de estado e RFALEI tendo em vista o financiamento de projetos de cariz material e imaterial, nos municípios e regiões de fronteira com Espanha.

Será também importante, fazer uma avaliação extensiva aos fundos estruturais da União Europeia que foram aplicados, nos últimos 30 anos, no nosso país, em investimentos materiais e imateriais e proceder à mensuração do seu efetivo retorno, por forma a evitar uma deficiente aplicação dos fundos e a continuidade da situação de estagnação económica verificada nos mapas da Comissão Europeia apresentados neste trabalho.

Propõe-se também o desenho coordenado de políticas que promovam a competitividade e aquelas que promovam a coesão. Ou seja, para promover uma gestão eficiente dos recursos públicos, evitando desperdícios, e evitando a alocação de novos fundos para corrigir as desigualdades geradas por uma política que deseja promover a competitividade, mas que no fundo gera maiores desigualdades. Algumas políticas tendem a promover a concentração de recursos nas áreas mais desenvolvidas. Isso aumenta as desigualdades e, portanto, força mais recursos a serem investidos nas políticas de coesão.

Seria uma ampliação ao estudo discutir se a legislação que emergiu em Portugal focada sobre as Finanças Públicas locais é de facto proactiva ou recativa. Assim como, ensaiar Regressões Lineares Múltiplas com dados em painel. Poder-se-ia ainda proceder a uma comparação da situação de Portugal com outros países, nomeadamente da União Europeia.

É ambição do estudo que este modelo, ou seja, o conjunto de indicadores propostos e sua análise integrada, possa vir a ser utilizado no futuro por instituições de inspeção, controlo e supervisão dos municípios, bem como ferramenta de apoio à monitorização e gestão das finanças municipais, por forma a identificar tendências, positivas ou negativas, potenciais riscos, desvios face ao planeamento e implementação de medidas corretivas. Poderá, neste sentido, ser igualmente utilizada pelos grupos de suporte do legislador para apoiar a elaboração da legislação, de forma a evitar assimetrias na atribuição de verbas ao poder local.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, A., e Fernandes, S. (2008). Assessing and explaining the relative efficiency of local government. *Journal of Socio-Economics*, 37(5), 1946–1979. doi:10.1016/j.socec.2007.03.007.
- Alegria, M., Teixeira, J. e Umbelino, J. (1990). *Norte/Sul e Litoral/Interior: Duas Divisões Dicotômicas de Portugal Continental*; Finisterra, XXV(49), 5-56.
- Amaral, F. (2006). *Curso de Direito Administrativo*, Vol 1, 3.^a ed.. Coimbra: Almedina.
- Athanassopoulos, A. D., e Triantis, K. P. (1998). Assessing aggregate cost efficiency and the related policy implications for Greek local municipalities. *INFOR: Information Systems and Operational Research*, 36(3), 66–83. doi:10.1080/03155986.1998.11732347.
- Barbosa, F. D. H. (1998). *Federalismo fiscal, eficiência e equidade: uma proposta de reforma tributária*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas-FGV.
- Bewley, T. F. (1981). A critique of Tiebout's Theory of local expenditures. *Econometrica*, New York, 49, 713-740.
- Boland, P. (1999). Contested Multi-Level Governance: Merseyside and The European Structural Funds. *European Planning Studies*, 7(5), 647-664.

- Borrás, S. (1998). EU Multi-level Governance Patterns and the Cohesion Fund. *European Planning Studies*, 6(2), 211-226.
- Bradbury, K. L.; Mayer, C. J.; Case, K. E. (2001). Property tax limits, local fiscal behavior, and property values: evidence from Massachusetts under Proposition 2 ½. *Journal of Public Economics, Amsterdam*, 80, 287-311.
- Brandão, E. (2003), *Finanças*. (3.ª ed.) Elísio Brandão: Porto Editora.
- Brandão, E. (2012), *Finanças*. (6.ª ed.) Elísio Brandão: Publidisa.
- Brueckner, J. K. (1982). A test for allocative efficiency in the public sector. *Journal of Public Economics*, 19(3), 311-332.
- Bilhim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação –SPI.
- Cabral, M. C. e Almodovar, J. T. (2010). Artigo 01/2010 - Promoção de Investimento pelo Estado e Sustentabilidade das Contas Públicas. *Gpeari-MFAP, Artigo 01*. Disponível em <http://www.gpeari.min-financas.pt/investigacao/artigos-do-bmep/2010/Art-01-Promocao-de-Investimento-pelo-Estado-e.pdf>. .
- Cabral, N. (2018). *A Teoria do Federalismo Financeiro*. (3.ª Ed.) Coimbra: Almedina.
- Cabo, S. (2009). Saneamento e reequilíbrio financeiro municipal. *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, II(2), 1-26.
- Caetano, M. (1986). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. Tomo I, 6.º ed, Coimbra: Almedina.
- Caldeira, J. (2012). *100 indicadores da gestão: Key performance indicators*. Coimbra: Actual – Grupo Almedina.
- Camões, P. (2005), Análise da Evolução Finanças Locais Portuguesas, In Tavares, A. F. (Coord.), *Estudo e ensino da Administração Pública em Portugal*, Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalho, J. (1996). *O Processo Orçamental das Autarquias Locais*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Carvalho, J.; Camões, P.; Fernandes, M. e Jorge, S. (2005). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2004*. Lisboa: Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

- Carvalho, J.; Camões, P.; Fernandes, M. e Jorge, S. (2008). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007*. Lisboa: Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Carvalho, J., Fernandes, M., Camões, P. e Jorge, S. (2009). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2008*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Carvalho, J., Gomes, P. e Fernandes, M. (2009). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2009*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Carvalho, J.; Fernandes, M. e Teixeira, A. (2006). *POCAL Comentado* (2.^a Edição). Lisboa: Rei dos Livros.
- Comissão Europeia (2012). *Specifications on the implementation of the Stability and Growth Pact and Guidelines on the format and content of Stability and Convergence Programmes*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2013). *Vade mecum on the Stability and Growth Pact*. Institutional Paper 151. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2014a). *Sistema Europeu de Contas 2010*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2014b). *Explicação da governação económica da EU*. Bruxelas, 28 de maio. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2014c). *Recomendação do Conselho (2014/C 247/20) de 8 de julho de 2014 relativa ao Programa Nacional de Reformas de Portugal para 2014 e que formula num parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal para 2014*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Conselho de Finanças Públicas (2012). *Análise da Conta das Administrações Públicas 2012*. Lisboa: Conselho de Finanças Públicas.
- Conselho de Finanças Públicas (2013a). *Análise ao DEO 2013-2017*, Relatório n.º 3/2013. Lisboa: Conselho de Finanças Públicas.
- Conselho de Finanças Públicas (2013b). *Apontamento do Conselho de Finanças Públicas n.º 1/2013*. Lisboa: Conselho de Finanças Públicas.
- Conselho de Finanças Públicas (2014). *Do Saldo em Contabilidade Pública ao Saldo em Contabilidade Nacional*. Lisboa: Conselho de Finanças Públicas.
- Conselho de Finanças Públicas (2015). *Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2015-*

2019. Lisboa: Conselho de Finanças Públicas.

Conselho de Finanças Públicas (2018). *Finanças Locais: Princípios económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987*. Lisboa: Conselho de Finanças Públicas.

Correia, F.; Ferreira, J.; Portela, R. (2003). *POCAL: Regime Geral*. Coimbra: ATAM.

Correia, R. (2014). *Desafios do Federalismo Fiscal. Contributo para a compreensão do exercício partilhado do poder tributário no limiar do século XXI*. (Tese de Doutoramento). Coimbra: Universidade de Coimbra.

Curto, H., e Dias, A. (2011). Auto-sustentabilidade das políticas locais e de coesão territorial. Análise das principais alterações no sistema de perequação financeira. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 3.º Quadrimestre (28), 39-55.

DGAL. (2002). *Finanças municipais 2002*. Lisboa: Ministério das Cidades Administração Local Habitação e Desenvolvimento Regional - Direção Geral das Autarquias Locais.

DGAL (2006). *Administração Local em Números 2005*. Lisboa: Direção Geral das Autarquias Locais.

Diniz, F. (2006). *Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo*. Lisboa: Edições Sílabo.

Edel, M.; Sclar, E. Taxes (1974). Spending, and property values: supply adjustment in the Tiebout-Oates model. *Journal of Political Economy*, Chicago, 82, 941- 954.

ENAP. (2017). *Introdução ao Federalismo e ao Federalismo Fiscal no Brasil*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública.

Eurostat (2013). *SEC 2010 – Sistema Europeu de Contas* (Regulation (EU) N.º 549/2013 of the European system of national and regional accounts in the European Union). Luxemburgo: Eurostat.

Eurostat (2016). *Manual of Government deficit and debt*, 2016. Luxemburgo: Eurostat.

Fernández Leiceaga, X., e Lago-Peñas, S. (2013). Sobre el reparto de los derechos de déficit entre las Comunidades Autónomas: Una propuesta alternativa. *Revista de Economía Aplicada*, 21(63), 117-136.

- Fernandes, M. (2007). Contribuição da informação contabilística para a tomada de decisão na administração pública autárquica: controlo do endividamento líquido. *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. V(8), 67-96.
- Ferreira, E. (1985). *As Finanças Regionais*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Ferreira, M. (2009). *Finanças Locais, Atores Locais e Conservação da Natureza e da Biodiversidade – aplicação ao Sítio de Monfurado*. (Tese de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Ferreira, J. M. S. (2007). *Competitividade e coesão regional na união europeia*. (Tese de Mestrado não publicada). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fischel, W. A. (2001). Homevoters, municipal corporate governance, and the benefit view of the property tax. *National Tax Journal*, Evanston, 54, 157-173.
- Fisher, R. C. (2010). The State of State and Local Government Finance. *Federal Reserve Bank of St. Louis Regional Economic Development*, 6(1), 4-22.
- Franco, A. (1991). *Finanças do Sector Público – Introdução aos Subsectores Institucionais*. Lisboa: A.A.F.D.L.
- Franco, A. (1992). *Manual de Finanças Públicas*. Coimbra: Almedina.
- Franco, A. (1995). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Volume I. Coimbra: Almedina.
- Frieden, J. (2001), Inequality, causes and possible futures. *International Social Science Review*, 2(1), 33–40.
- Friedrich, C.J. (1968). *Trends of Federalism in Theory and Practice*. Nova Iorque: Frederick A. Praeder, Publishers.
- GEE, GPEARI (2012). *Boletim Mensal de Economia Portuguesa (março)*. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Estudos-Ministério da Economia e do Emprego, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais-Ministério das Finanças.
- Girouard, N. (2005). *Measuring cyclically adjusted budget balances for OECD countries* (N.º 434).
- Gonçalves, F., Alves, M., Vieira, V. e Gonçalves, M. (2013). *As autarquias locais e as suas leis: mandato autárquico 2013-2017*. Lisboa: Rei dos livros.

- Goodman, A. (1983). Capitalization of property tax differentials within and among municipalities. *Land Economic*, 59, 211-219.
- Hamilton, B. W. (1975). Zoning and property taxation in a system of local governments. *Urban Studies*, 12, 205-211.
- INE. (2010). *Anuário Estatístico da Região Norte 2009*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Lago-Peñas, S. (2008). Local governments' asymmetric reactions to grants: Causes and consequences. *Public Finance Review*, 36(2), 219–242. doi:10.1177/1091142107299596.
- Leandro, J.; Matias, V. (1990). *Manual de Gestão Financeira Autárquica*. 1.^a Edição, Lisboa: SEDES.
- Lima, S.M. (1898), *O Federalismo*. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, (versão disponibilizada on-line em www.gutenberg.org).
- Lobo, F. C., e Ramos, P. N. (2011). O enquadramento legal do endividamento municipal em Portugal. *Revista portuguesa de estudos regionais*, (28), 1–13.
- Marks, G. (1993). Structural Policy and Multilevel Governance in the EC. Em A. Cafruny e G. Rosenthal (Eds), *The State of the European Community II* (pp. 391-410). Boulder: Lynne Rienner.
- Marks, G., Hooghe, L. e Blank, K. (1996). European Integration from the 1980s: State-Centric v. Multi-level Governance. *Journal of Common Market Studies*. 34(3), 341-378.
- Marques, C. (2003). Tendências recentes de abordagem à contabilidade pública em Portugal. *Revista de Contabilidade & Finanças da Universidade de São Paulo*, (31), 96–108.
- Mateus, A.; Caetano, G. e Madruga, P. (2005). Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa. *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social*, Vol. 2.
- Martins, P., e Correia, L. (2015). Determinantes dos Desvios Orçamentais nos Municípios Portugueses. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 39(1), 42–64.

- Meltzer A, Richard S. (1981). A rational theory of the size of government. *Journal of Political Economy*, 89(5), 914-927.
- Miranda, J. (1996). Federalismo, in Polis. *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado - Editorial Verbo*, vol. 2, 1398-1406.
- Moore, T. (2011). *Cohesion Policy 2014-2020*. Research and Information Service Briefing Paper. Belfast: Northern Ireland Assembly.
- Mourão, P. (2004). *As disparidades regionais em Portugal: uma sugestão a partir de índices sintéticos*. Documentos de Trabalho. Braga: Núcleo de Investigação em Políticas Económicas - Universidade do Minho.
- MT (2015). *Relatório de Gestão e Contas 2015*. Trofa: Município da Trofa.
- MT (2016). *Relatório de Gestão e Contas 2016*. Trofa: Município da Trofa.
- Musgrave, R. A. (1959). *A Theory of Public Finance – A Study in Public Economy*. New York: McGraw-Hill.
- Musgrave, R. A., and P. B. Musgrave (1989). *Public Finance in Theory and Practice*. (5th ed.). New York: McGraw-Hill.
- Musgrave, R.A. (1998). Who should tax, where, and what? Em W.E. Oates (Ed.), *The Economics of Fiscal Federalism and Local Finance* (pp.63-80). Northampton: An Elgar Reference Collection.
- Oates, W. (1969). The effects of property taxes and local public spending on property values: an empirical study of tax capitalization and the Tiebout hypothesis. *Journal of Political Economy*, Chicago, 77(6), 957-971.
- Oates, W. (1972). *Fiscal Federalism*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Oates, W. (1988). On the nature and measurement of fiscal illusion: A survey. Em G. Brennan, B.S. Grewal e P.D. Groenewegen (Eds.), *Taxation and fiscal federalism: essays in honour of Russell Mathews* (pp.65-82). Sydney: Australian National University Press.
- Oates, W. (1999). An essay on fiscal federalism. *Journal of Economic Literature*. 37(3), 1120-1149.
- Oates, W. (2005). Toward a Second-Generation Theory of Fiscal Federalism. *International Tax and Public Finance*. 12(4), 349-373.

- OCDE (2005). *Culture and Local Development*, Paris: OCDE
- OCDE (2006). *Fiscal Rules for Sub-Central Governments: Design and Impact*. Paris: OCDE.
- OCDE (2008). *Avaliação do processo orçamental*. Paris: OCDE.
- Pareto, V. (2014). *Manual of political economy*. A Critical and Variorum Edition. Edited by A. Montesano, A. Zanni, L. Bruni, J.S. Chipman e M. McLure. Oxford: Oxford University Press.
- Pollakowski, H. (1973). The effects of property taxes and local public spending on property values: a comment and further results. *Journal of Political Economy*, 81(4), 994-1003.
- Paixão, J.; Cadilha, C. (2001). *Legislação da Administração Local*. Porto: Livraria Almedina.
- Palmon, O.; Smith, B. (1998). New evidence on property tax capitalization. *Journal of Political Economy*, Chicago, 106(5), 1099-1111.
- Pereira, P. e Silva, J. (2002). *Subvenções para os Municípios: um Novo Modelo de Equilíbrio Financeiro*, (2), 1–28. Disponível em papers2://publication/uuid/F0A93B5E-5E26-4F4A-8F4D-CE50C8EEB9E4.
- Qian, Y. e Weingast B. (1997), Federalism as a Commitment to Preserving Market Incentives. *Journal of Economic Perspectives*, 11(4), 83-92.
- Ribeiro, N.; Jorge, S. Cervera, M. (2018). Estudo do endividamento da administração local portuguesa: evidência empírica usando modelos de análise de dados em painel. *Imprensa da Universidade de Coimbra*, (38), 46-67.
- Rocha, J. (2004). *A caminho de um federalismo fiscal? Contributo para um estudo das relações financeiras e tributárias entre sujeitos públicos nos ordenamentos compostos*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, A. (2017). *SNC–Sistemas de Normalização Contabilística para as administrações públicas*. Coimbra: Almedina.
- Rosen, H. S.; Fullerton, D. J. (1977). A note on local tax rates, public benefit levels, and property values. *Journal of Political Economy*, 85(2), 433-440.
- Samuelson, P. A. (1954). The pure theory of public expenditures. *The Review of Economics and Statistics*, MIT Press, 46(4), 387-389.

- Sarmento, F. (2016). *Manual de finanças públicas e de contas nacionais no setor das administrações públicas: O processo europeu e o cálculo do défice e da dívida pública*. Coimbra: Almedina.
- Scharpf, F.W. (2001). Notes Toward a Theory of Multilevel Governing in Europe. *Scandinavian Political Studies*, 24(1), 1-26.
- Shah, A. (1994). *The reform of intergovernmental fiscal relations in developing and emerging market economies*. The World Bank, Policy and Research Series.
- Sonstelie, J. C. e Portney, P. R. (1978). Profit maximizing communities and the theory of local public expenditure. *Journal of Urban Economics*, 5(2), 263-277.
- Sousa, N. (2017). A Autonomia do Poder Local - 40 Anos de Democracia Local. *Revista da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto*, 1(9), 61-77.
- Stiglitz, J.E. (1999). *Economics of the public sector* (3^a ed.). Nova Iorque/Londres: W.W. Norton & Company.
- Tiebout, C. (1956). A pure theory of local expenditures. *Journal of Political Economy*, 64(5), 416-424.
- Veiga L. e Veiga F. (2007), Political business cycles at the municipal level, *Public Choice*, 131(1-2), 45-64.
- Watts, R. (2006). Comparative Conclusions. Em A. Majeed, R.L. Watts e D.M. Brown (Ed.), *Distribution of Powers and Responsibilities in Federal Countries* (pp.322-349). Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press.
- Weingast B., Shepsle K. and Johnsen C. (1981), The political economy of benefits and costs: a neoclassical approach to distributive politics. *Journal of Political Economy*, 89(4), 642-664.
- Weingast, B. (2009). Second Generation Fiscal Federalism: Implications for Decentralized Democratic Governance and Economic Development. *Journal of Urban Economics*, 65(3), 279-293.



LEGISLAÇÃO

Decreto de aprovação da Constituição - Diário da República n.º 86/1976 – *I Série*. Assembleia Constituinte. Lisboa.

Lei n.º 79/77 de 25 de outubro. *Diário da República n.º 247/1977 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 1/79 de 2 de janeiro. *Diário da República n.º 1/1979 – I Série*. Assembleia da Republica. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 243/1979 de 25 de julho de 1979. *Diário da República n.º 170/1979 – Série I*. Ministério da Administração Interna. Lisboa.

Decreto de Lei n.º 341/83, de 21 de julho – Determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais. *Diário da República n.º 166/1983 – I Série*. Ministérios das Finanças e do Plano, da Administração Interna e da Reforma Administrativa. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 98/84, de 29 de março. *Diário da República n.º 75/1984 – Série I*. Presidência do Conselho de Ministros e da Administração Interna. Lisboa.

Decreto de Lei n.º 100/84, de 29 de março – Lei das autarquias locais. *Diário da República n.º 75/1984 - I Série*. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna. Lisboa

Lei n.º 1/87 de 6 de janeiro. *Diário da República n.º 4/1987 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 442-A/1988, de 30 de novembro. *Diário da República n.º 277/1988 – Série I*. Ministério das Finanças. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 46/1989 de 15 de fevereiro de 1989. *Diário da República n.º 38/1989 – Série I*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Lisboa.

Lei n.º 42/98, de 6 de janeiro. *Diário da República n.º 180/1998 – I Série-A*. Assembleia da Republica. Lisboa.

- Decreto de Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro. *Diário da República n.º 44/1999 – I Série-A*.
Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Lisboa.
- Lei n.º 159/99 de 14 de setembro. *Diário da República n.º 215/1999 – Série I*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 169/99 de 18 de setembro. *Diário da República n.º 219/1999 – Série I*. Assembleia da República. Lisboa.
- Resolução n.º 4/2001-2.ª Seção de 18 de agosto de 2001. *Diário da República n.º 191/2001 – Série II*. Tribunal de Contas - Gabinete do Conselheiro Presidente. Lisboa.
- Decreto-lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro de 2002. *Diário da República n.º 38/2002 – I Série-A*. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Lei n.º 3/2004 de 15 de janeiro de 2004. *Diário da República n.º 12/2004 – Série I-A*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 4/2004 de 15 de janeiro de 2004. *Diário da República n.º 12/2004 – Série I-A*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro de 2007. *Diário da República n.º 10/2007 – Série I*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 22-A/2007 de 29 de junho de 2007. *Diário da República n.º 124/2007 – Série I-A*. Assembleia da República. Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro. *Diário da República n.º 38/2008, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa
- Decreto-lei n.º 38/2008 de 7 de março de 2008. *Diário da República n.º 48/2008 – Série I*. Assembleia da República. Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro. *Diário da República n.º 231/2008, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa
- Portaria n.º 174/2010 de 1 de junho de 2010. *Diário da República n.º 126/2010 – Série II*. Ministério do Estado e das Finanças. Lisboa.
- Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro de 2010. *Diário da República n.º 253/2010 – Série I*. Assembleia da República. Lisboa.

- Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro de 2012. *Diário da República n.º 37/2012 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho de 2012. *Diário da República n.º 119/2012 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto de 2012. *Diário da República n.º 166/2012 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto de 2012. *Diário da República n.º 169/2012 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013. *Jornal Oficial da União Europeia – L 174. Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia*. Bruxelas.
- Lei Orgânica n.º 2/2013 de 2 de setembro. *Diário da República n.º 168/2013 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Lei N.º 73/2013 de 3 de setembro de 2013. *Diário da República n.º 169/2013 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. *Diário da República n.º 176/2013 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro de 2013. *Diário da República n.º 191/2013 – Série I*. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto de 2014. *Diário da República n.º 162/2014 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro. *Diário da República n.º 178/2015 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. *Diário da República n.º 178/2015 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto de 2018. *Diário da República n.º 157/2018 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.
- Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro de 2018. *Diário da República n.º 251/2018 – Série I*. Assembleia da Republica. Lisboa.



ANEXOS





ANEXO I: ANÁLISE ESTATÍSTICA REFERENTE AO ANO BASE 2003

Este Anexo inclui a situação de partida correspondente ao ano base 2003 dos 12 indicadores analisados segundo os 15 critérios utilizados na análise, indicados no capítulo 3 (9 orçamentais e 3 financeiros)

Índice

1 INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	377
1.1 INDICADOR TOTAL FUNDOS MUNICIPAIS/RECEITA TOTAL (FM/RT).....	377
1.2 INDICADOR RECEITAS PRÓPRIAS/RECEITA TOTAL (RP/RT)	385
1.3 INDICADOR TOTAL DE RECEITAS PRÓPRIAS/TOTAL INVESTIMENTO (RP/INV).....	394
1.4 INDICADOR RECEITA CAPITAL/TOTAL DE INVESTIMENTO RK/INV	403
1.5 INDICADOR INVESTIMENTO/RECEITA TOTAL (INV/RT)	411
1.6 INDICADOR TOTAL TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS/RECEITA TOTAL.....	419
1.7 INDICADOR PESSOAL/RECEITA TOTAL (PESSOAL/RT).....	427
1.8 INDICADOR IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS/RECEITA TOTAL (IIT/RT)	435
1.9 INDICADOR IMPOSTOS DIRETOS/RECEITA TOTAL (ID/RT).....	443
2 INDICADORES FINANCEIROS	451
2.1 INDICADOR ATIVO/PASSIVO (A/P).....	451
2.2 INDICADOR FUNDOS PRÓPRIOS/ATIVO TOTAL (FP/A)	459
2.3 INDICADOR FUNDOS PRÓPRIOS/PASSIVO (FP/P).....	467



Índice de Gráficos

Gráfico A.1 - Indicador FM/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003	377
Gráfico A.2 - Indicador FM/RT por CCDR (NUTS II) em 2003	377
Gráfico A.3 - Indicador FM/RT por NUTS III em 2003	378
Gráfico A.4 - Indicador FM/RT por população em 2003	379
Gráfico A.5 - Indicador FM/RT por área em 2003	379
Gráfico A.6 - Indicador FM/RT nos municípios do norte versus sul em 2003	380
Gráfico A.7 - Indicador FM/RT por partido político municipal em 2003	380
Gráfico A.8 - Indicador FM/RT por PIB em 2003	381
Gráfico A.9 - Indicador FM/RT por poder de compra em 2003	381
Gráfico A.10 - Indicador FM/RT por sociedades constituídas em 2003	382
Gráfico A.11 - Indicador FM/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003	382
Gráfico A.12 - Indicador FM/RT por sociedades no comércio em 2003	383
Gráfico A.13 - Indicador FM/RT por número de médicos em 2003	383
Gráfico A.14 - Indicador FM/RT por população alfabetizada em 2003	384
Gráfico A.15 - Indicador FM/RT por população com o ensino superior completo em 2003	385
Gráfico A.16 - Indicador RP/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003	385
Gráfico A.17 - Indicador RP/RT por CCDR (NUTS II) em 2003	386
Gráfico A.18 - Indicador RP/RT por NUTS III em 2003	386
Gráfico A.19 - Indicador RP/RT por população em 2003	387
Gráfico A.20 - Indicador RP/RT por área em 2003	388
Gráfico A.21 - Indicador RP/RT nos municípios do norte versus sul em 2003	388
Gráfico A.22 - Indicador RP/RT por partido político municipal em 2003	389
Gráfico A.23 - Indicador RP/RT por PIB em 2003	389
Gráfico A.24 - Indicador RP/RT por poder de compra em 2003	390
Gráfico A.25 - Indicador RP/RT por sociedades constituídas em 2003	391
Gráfico A.26 - Indicador RP/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003	391
Gráfico A.27 - Indicador RP/RT por sociedades no comércio em 2003	392
Gráfico A.28 - Indicador RP/RT por número de médicos em 2003	393
Gráfico A.29 - Indicador RP/RT por população alfabetizada em 2003	393
Gráfico A.30 - Indicador RP/RT por população com o ensino superior completo em 2003	394
Gráfico A.31 - Indicador RP/INV nos municípios do litoral versus interior em 2003	394
Gráfico A.32 - Indicador RP/INV por CCDRs (NUTS II) em 2003	395
Gráfico A.33 - Indicador RP/INV por NUTS III em 2003	395
Gráfico A.34 - Indicador RP/INV por população em 2003	396

Gráfico A.35 - Indicador RP/INV por área em 2003	397
Gráfico A.36 - Indicador RP/INV nos municípios do norte versus sul em 2003	397
Gráfico A.37 - Indicador RP/INV por partido político municipal em 2003	398
Gráfico A.38 - Indicador RP/INV por PIB em 2003	398
Gráfico A.39 - Indicador RP/INV por poder de compra em 2003	399
Gráfico A.40 - Indicador RP/INV por sociedades constituídas em 2003	
Gráfico A.41 - Indicador RP/INV por proporção de sociedades da indústria transformadora em 2003	400
Gráfico A.42 - Indicador RP/INV por sociedades no comércio em 2003	401
Gráfico A.43 - Indicador RP/INV por número de médicos em 2003	401
Gráfico A.44 - Indicador RP/INV por população alfabetizada em 2003	402
Gráfico A.45 - Indicador RK/INV por população com o ensino superior completo em 2003	
Gráfico A.46 - Indicador RK/INV nos municípios do litoral versus interior em 2003	403
Gráfico A.47 - Indicador RK/INV por CCDR (NUTS II) em 2003	403
Gráfico A.48 - Indicador RK/INV por NUTS III em 2003	404
Gráfico A.49 - Indicador RK/INV por população em 2003	405
Gráfico A.50 - Indicador RK/INV por área em 2003	405
Gráfico A.51 - Indicador RK/INV nos municípios do norte versus sul em 2003	406
Gráfico A.52 - Indicador RK/INV por partido político municipal em 2003	406
Gráfico A.53 - Indicador RK/INV por PIB em 2003	407
Gráfico A.54 - Indicador RK/INV por poder de compra em 2003	
Gráfico A.55 - Indicador RK/INV por sociedades constituídas em 2003	408
Gráfico A.56 - Indicador RK/INV por sociedades da indústria transformadora em 2003	
Gráfico A.57 - Indicador RK/INV por sociedades no comércio em 2003	409
Gráfico A.58 - Indicador RK/INV por número de médicos em 2003	409
Gráfico A.59 - Indicador RK/INV por população alfabetizada em 2003	410
Gráfico A.60 - Indicador RK/INV por população com o ensino superior completo em 2003	410
Gráfico A.61 - Indicador INV/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003	
Gráfico A.62 - Indicador INV/RT por CCDR (NUTS II) em 2003	411
Gráfico A.63 - Indicador INV/RT por NUTS III em 2003	412
Gráfico A.64 - Indicador INV/RT por população em 2003	413
Gráfico A.65 - Indicador INV/RT por área em 2003	413
Gráfico A.66 - Indicador INV/RT nos municípios do Norte vs. Sul em 2003	414
Gráfico A.67 - Indicador INV/RT por partido político municipal em 2003	414
Gráfico A.68 - Indicador INV/RT por PIB em 2003	415
Gráfico A.69 - Indicador INV/RT por poder de compra em 2003	415
Gráfico A.70 - Indicador INV/RT por sociedades constituídas em 2003	416
Gráfico A.71 - Indicador INV/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003	416
Gráfico A.72 - Indicador INV/RT por sociedades no comércio em 2003	417
Gráfico A.73 - Indicador INV/RT por número de médicos em 2003	417
Gráfico A.74 - Indicador INV/RT por população alfabetizada em 2003	418
Gráfico A.75 - Indicador INV/RT por população com o ensino superior completo em 2003	418
Gráfico A.76 - Indicador TS/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003	419
Gráfico A.77 - Indicador TS/RT por CCDR (NUTS II) em 2003	419
Gráfico A.78 - Indicador TS/RT por NUTS III em 2003	420
Gráfico A.79 - Indicador TS/RT por população em 2003	420
Gráfico A.80 - Indicador TS/RT por área em 2003	421
Gráfico A.81 - Indicador TS/RT nos municípios do norte versus sul em 2003	421
Gráfico A.82 - Indicador TS/RT por partido político municipal em 2003	422
Gráfico A.83 - Indicador TS/RT por PIB em 2003	422
Gráfico A.84 - Indicador TS/RT por poder de compra em 2003	423
Gráfico A.85 - indicador TS/RT por sociedades constituídas em 2003	423
Gráfico A.86 - Indicador TS/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003	424
Gráfico A.87 - Indicador TS/RT por sociedades no comércio em 2003	424
Gráfico A.88 - Indicador TS/RT por número de médicos em 2003	425
Gráfico A.89 - Indicador TS/RT por população alfabetizada em 2003	425
Gráfico A.90 - Indicador TS/RT por população com o ensino superior completo em 2003	426

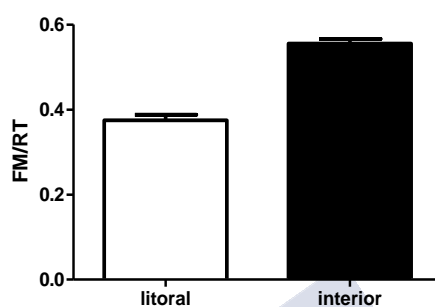
Gráfico A.91 - Indicador Pessoal/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003	427
Gráfico A.92 - Indicador Pessoal/RT por CCDR (NUTS II) em 2003	427
Gráfico A.93 - Indicador Pessoal/RT por NUTS III em 2003	428
Gráfico A.94 - Indicador Pessoal/RT por população em 2003	428
Gráfico A.95 - Indicador Pessoal/RT por área em 2003	429
Gráfico A.96 - Indicador Pessoal/RT nos municípios do norte versus sul em 2003	429
Gráfico A.97 - Indicador Pessoal/RT por partido político municipal em 2003	430
Gráfico A.98 - Indicador Pessoal/RT por PIB em 2003	430
Gráfico A.99 - Indicador Pessoal/RT por poder de compra em 2003	431
Gráfico A.100 - Indicador Pessoal/RT por sociedades constituídas em 2003	431
Gráfico A.101 - Indicador Pessoal/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003	432
Gráfico A.102 - Indicador Pessoal/RT por sociedades no comércio em 2003	432
Gráfico A.103 - Indicador Pessoal/RT por número de médicos em 2003	433
Gráfico A.104 - Indicador Pessoal/RT por população alfabetizada em 2003	434
Gráfico A.105 - Indicador Pessoal/RT por população com o ensino superior completo em 2003	434
Gráfico A.106 - Indicador IIT/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003	435
Gráfico A.107 - Indicador IIT/RT por CCDR (NUTS II) em 2003	435
Gráfico A.108 - Indicador IIT/RT por NUTS III em 2003	436
Gráfico A.109 - Indicador IIT/RT por população em 2003	436
Gráfico A.110 - indicador IIT/RT por área em 2003	437
Gráfico A.111 - Indicador IIT/RT nos municípios do norte versus sul em 2003	437
Gráfico A.112 - Indicador IIT/RT por partido político municipal em 2003	438
Gráfico A.113 - Indicador IIT/RT por PIB em 2003	438
Gráfico A.114 - Indicador IIT/RT por poder de compra em 2003	439
Gráfico A.115 - Indicador IIT/RT por sociedades constituídas em 2003	439
Gráfico A.116 - Indicador IIT/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003	440
Gráfico A.117 - Indicador IIT/RT por sociedades no comércio em 2003	441
Gráfico A.118 - Indicador IIT/RT por número de médicos em 2003	441
Gráfico A.119 - Indicador IIT/RT por população alfabetizada em 2003	442
Gráfico A.120 - Indicador IIT/RT por população com o ensino superior completo em 2003	442
Gráfico A.121 - Indicador ID/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003	443
Gráfico A.122 - Indicador ID/RT por CCDR (NUTS II) em 2003	443
Gráfico A.123 - Indicador ID/RT por NUTS em 2003	444
Gráfico A.124 - Indicador ID/RT por população em 2003	444
Gráfico A.125 - Indicador ID/RT por área em 2003	445
Gráfico A.126 - Indicador ID/RT nos municípios do norte versus sul em 2003	445
Gráfico A.127 - Indicador ID/RT por partido político municipal em 2003	446
Gráfico A.128 - Indicador ID/RT por PIB em 2003	446
Gráfico A.129 - Indicador ID/RT por poder de compra em 2003	447
Gráfico A.130 - Indicador ID/RT por sociedades constituídas	447
Gráfico A.131 - Indicador ID/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003	448
Gráfico A.132 - Indicador ID/RT por sociedades no comércio em 2003	448
Gráfico A.133 - Indicador ID/RT por número de médicos em 2003	449
Gráfico A.134 - Indicador ID/RT por população alfabetizada em 2003	450
Gráfico A.135 - Indicador ID/RT por população com o ensino superior completo em 2003	450
Gráfico A.136 - indicador A/P nos municípios do litoral versus interior em 2003 - sem outlier	451
Gráfico A.137 - Indicador A/P por CCDR (NUTS II) em 2003 - sem outlier	451
Gráfico A.138 - Indicador A/P por NUTS III em 2003 - sem outliers	452
Gráfico A.139 - Indicador A/P por população em 2003 - sem outliers	453
Gráfico A. 140 - Indicador A/P por área em 2003 - sem outlier	453
Gráfico A.141 - Indicador A/P nos municípios do norte versus sul em 2003 - sem outlier	454
Gráfico A.142 - Indicador A/P por partido político municipal em 2003- sem outlier	454
Gráfico A.143 - Indicador A/P por PIB em 2003 - sem outlier	455
Gráfico A.144 - Indicador A/P por poder de compra em 2003- sem outliers	455
Gráfico A.145 - Indicador A/P por sociedades constituídas em 2003 - sem outliers	456
Gráfico A.146 - Indicador A/P por sociedades da indústria transformadora em 2003 - sem outlier	456
Gráfico A.147 - Indicador A/P por sociedades no comércio em 2003 - sem outlier	457

Gráfico A.148 - Indicador A/P por número de médicos em 2003- sem outliers	457
Gráfico A.149 - Indicador A/P por população alfabetizada em 2003 - sem outlier	458
Gráfico A.150 - indicador A/P por população com o ensino superior completo em 2003- sem outliers	458
Gráfico A.151 - Indicador FP/A nos municípios do litoral versus interior em 2003	459
Gráfico A.152 - Indicador FP/A por CCDR (NUTS II) em 2003	459
Gráfico A.153 - Indicador FP/A por NUTS III em 2003	460
Gráfico A.154 - Indicador FP/A por população em 2003	460
Gráfico A.155 - Indicador FP/A por área em 2003	461
Gráfico A.156 - Indicador FP/A nos municípios do norte versus sul em 2003	461
Gráfico A.157 - Indicador FP/A por partido político municipal em 2003	462
Gráfico A.158 - Indicador FP/A por PIB em 2003	462
Gráfico A.159 - indicador FP/A por poder de compra em 2003	463
Gráfico A.160 - Indicador FP/A por sociedades constituídas em 2003	463
Gráfico A.161 - Indicador FP/A por sociedades da indústria transformadora em 2003	464
Gráfico A.162 - Indicador FP/A por sociedades no comércio em 2003	464
Gráfico A.163 - indicador FP/A por número de médicos em 2003	465
Gráfico A.164 - Indicador FP/A por população alfabetizada em 2003	465
Gráfico A.165- Indicador FP/A por população com o ensino superior completo em 2003	466
Gráfico A.166 - Indicador FP/P nos municípios litoral versus interior em 2003 - sem outlier	467
Gráfico A.167 - Indicador FP/P por CCDR (NUTS II) em 2003 - sem outlier	467
Gráfico A.168 - Indicador FP/P por NUTS III em 2003 - sem outliers	468
Gráfico A.169 - Indicador FP/P por população em 2003 - sem outlier	468
Gráfico A.170 - Indicador FP/P por área em 2003 - sem outlier	469
Gráfico A.171 - Indicador FP/P nos municípios do norte versus sul em 2003 - sem outlier	469
Gráfico A.172 - Indicador FP/P por partido político municipal em 2003 - sem outlier	470
Gráfico A.173 - Indicador FP/P por PIB em 2003 - sem outlier	470
Gráfico A.174 - Indicador FP/P por poder de compra em 2003 - sem outlier	471
Gráfico A.175 - Indicador FP/P por sociedades constituídas em 2003 - sem outlier	471
Gráfico A.176 - Indicador FP/P por sociedades da indústria transformadora em 2003 - sem outlier	472
Gráfico A.177 - Indicador FP/P por sociedades no comércio em 2003 - sem outlier	472
Gráfico A. 178 - Indicador FP/P por número de médicos em 2003 - sem outlier	473
Gráfico A.179 - Indicador FP/P por população alfabetizada em 2003 - sem outlier	474
Gráfico A.180 - Indicador FP/P por população com o ensino superior completo em 2003 - sem outlier	474

1 INDICADORES ORÇAMENTAIS

1.1 INDICADOR TOTAL FUNDOS MUNICIPAIS/RECEITA TOTAL (FM/RT)

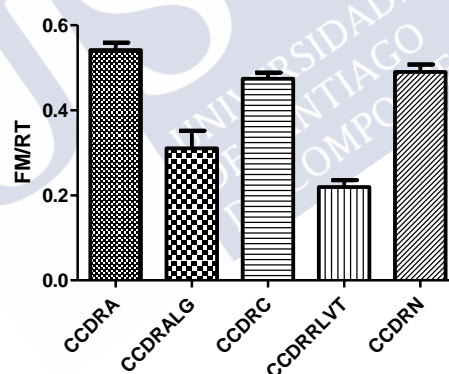
Gráfico A1 - Indicador FM/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003



Unpaired t test	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.2 - Indicador FM/RT por CCDR (NUTS II) em 2003



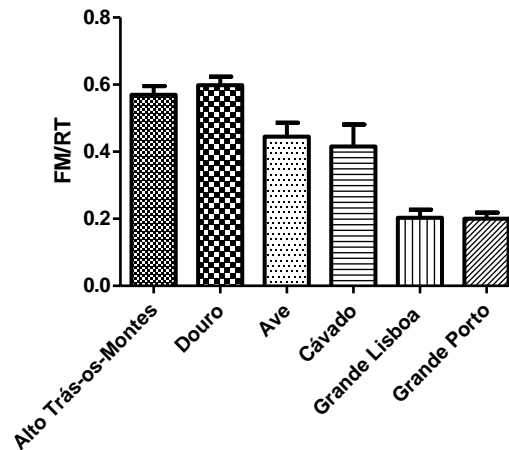
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	0,2310	5,588	Yes	***
CCDRA vs CCDRC	0,06757	2,792	No	ns
CCDRA vs CCDRRLVT	0,3219	8,151	Yes	***
CCDRA vs CCDRN	0,05133	2,069	No	ns
CCDRALG vs CCDRC	-0,1634	4,143	Yes	***
CCDRALG vs CCDRRLVT	0,09092	1,808	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	-0,1796	4,512	Yes	***
CCDRC vs CCDRRLVT	0,2543	6,781	Yes	***
CCDRC vs CCDRN	-0,01624	0,7549	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	-0,2705	7,138	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.3- Indicador FM/RT por NUTS III em 2003



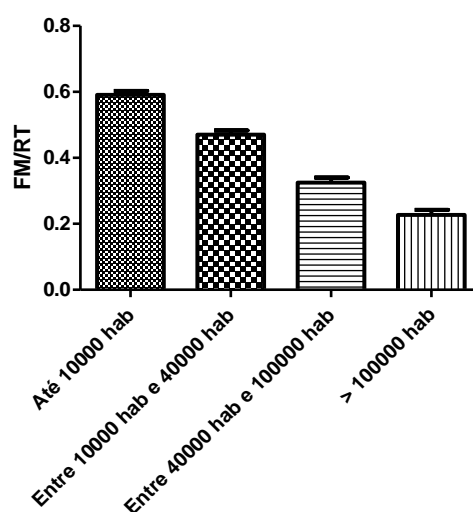
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-0,02858	0,7832	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	0,1242	2,704	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	0,1540	3,046	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	0,3668	8,286	Yes	***
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	0,3692	8,340	Yes	***
Douro vs Ave	0,1528	3,498	Yes	*
Douro vs Cávado	0,1826	3,763	Yes	**
Douro vs Grande Lisboa	0,3954	9,430	Yes	***
Douro vs Grande Porto	0,3978	9,487	Yes	***
Ave vs Cávado	0,02983	0,5330	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	0,2426	4,819	Yes	***
Ave vs Grande Porto	0,2450	4,867	Yes	***
Cávado vs Grande Lisboa	0,2128	3,897	Yes	**
Cávado vs Grande Porto	0,2152	3,940	Yes	**
Grande Lisboa vs Grande Porto	0,002394	0,04902	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.4- Indicador FM/RT por população em 2003



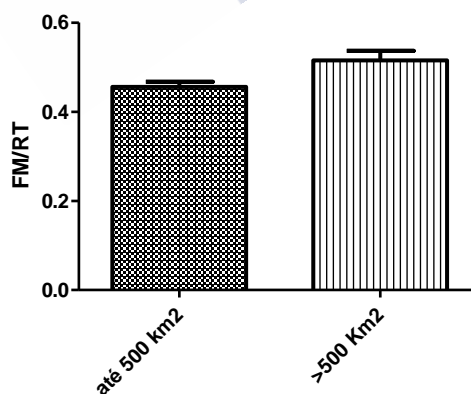
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	0,1205	7,162	Yes	***
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	0,2662	12,22	Yes	***
Até 10000 hab vs > 100000 hab	0,3638	12,92	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	0,1457	6,898	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	0,2433	8,799	Yes	***
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	0,09763	3,158	Yes	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

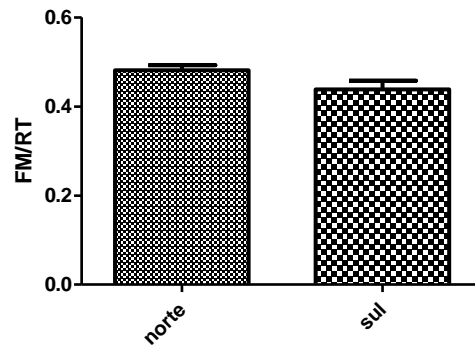
Gráfico A.5 - Indicador FM/RT por área em 2003



Unpaired t test	
P value	0,0205
P value summary	*
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

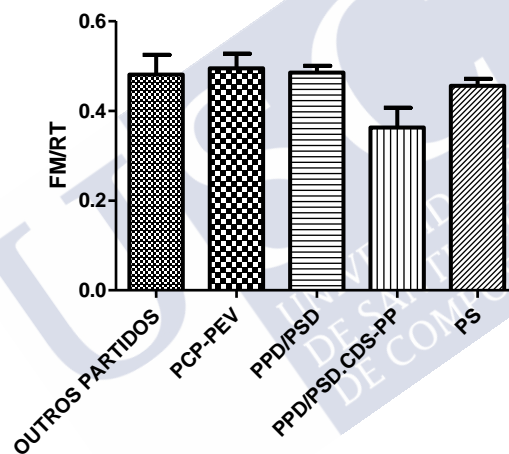
Gráfico A.6 - Indicador FM/RT nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0819
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.7 - Indicador FM/RT por partido político municipal em 2003



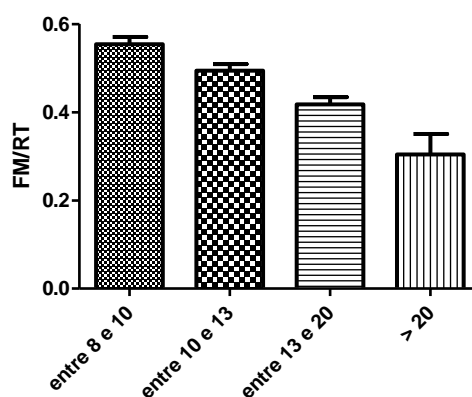
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0918
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	-9,393	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	-3,122	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	50,02	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	10,66	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	6,271	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	59,41	No	ns
PCP-PEV vs PS	20,05	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	53,14	No	ns
PPD/PSD vs PS	13,78	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	-39,36	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.8 - Indicador FM/RT por PIB em 2003



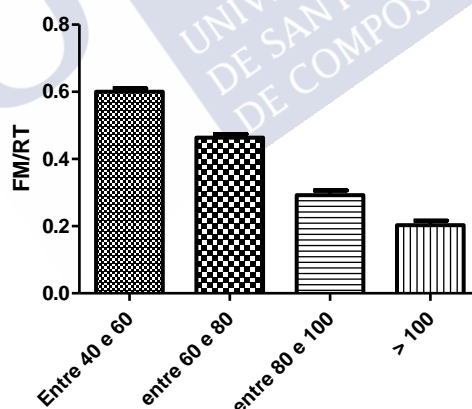
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	27,74	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	64,32	Yes	***
entre 8 e 10 vs > 20	110,9	Yes	***
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	36,58	Yes	**
entre 10 e 13 vs > 20	83,14	Yes	**
entre 13 e 20 vs > 20	46,56	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A. 9- Indicador FM/RT por poder de compra em 2003



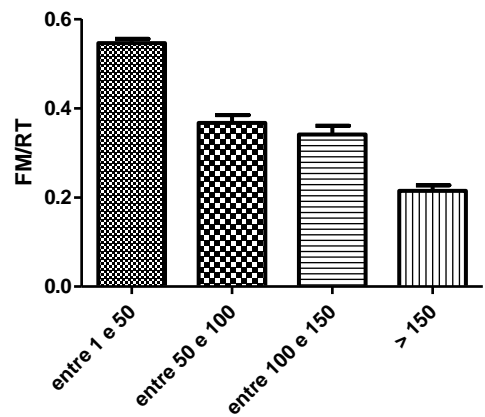
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	0,1369	9,740	Yes	***
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	0,3082	16,17	Yes	***
Entre 40 e 60 vs > 100	0,3973	17,41	Yes	***
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	0,1713	9,024	Yes	***
entre 60 e 80 vs > 100	0,2604	11,44	Yes	***
entre 80 e 100 vs > 100	0,08916	3,410	Yes	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.10 - Indicador FM/RT por sociedades constituídas em 2003



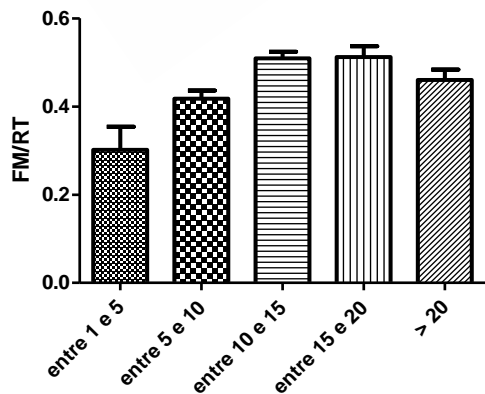
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	0,1790	8,615	Yes	***
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	0,2053	7,640	Yes	***
entre 1 e 50 vs > 150	0,3315	15,04	Yes	***
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	0,02627	0,8277	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	0,1525	5,490	Yes	***
entre 100 e 150 vs > 150	0,1262	3,874	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.11 - Indicador FM/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003



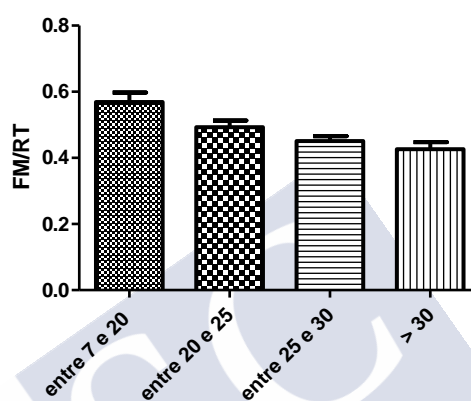
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***
Do the medians vary signif. (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	-45,17	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	-89,11	Yes	**
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	-91,94	Yes	**
entre 1 e 5 vs > 20	-60,96	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	-43,94	Yes	**
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	-46,77	Yes	*
entre 5 e 10 vs > 20	-15,80	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	-2,831	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	28,15	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	30,98	No	Ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.12 - Indicador FM/RT por sociedades no comércio em 2003



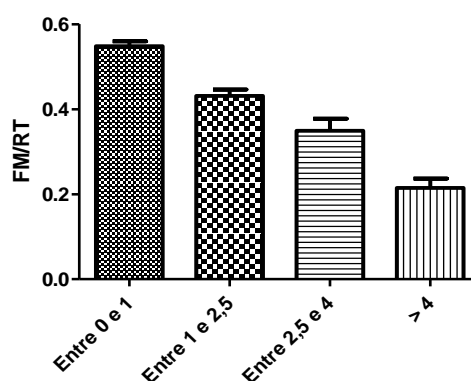
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0004
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***
Do the medians vary signif. (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Test Multiple Comparison	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	42,18	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	62,20	Yes	**
entre 7 e 20 vs > 30	75,26	Yes	***
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	20,02	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	33,08	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	13,06	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.13 - Indicador FM/RT por número de médicos em 2003



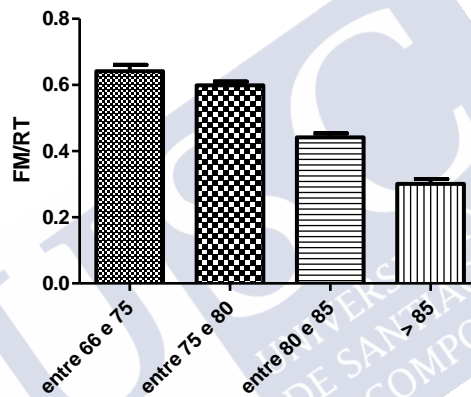
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***
Do the medians vary signif. (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	57,28	Yes	***
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	96,06	Yes	***
Entre 0 e 1 vs > 4	149,3	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	38,78	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	92,01	Yes	***
Entre 2,5 e 4 vs > 4	53,23	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.14 - Indicador FM/RT por população alfabetizada em 2003



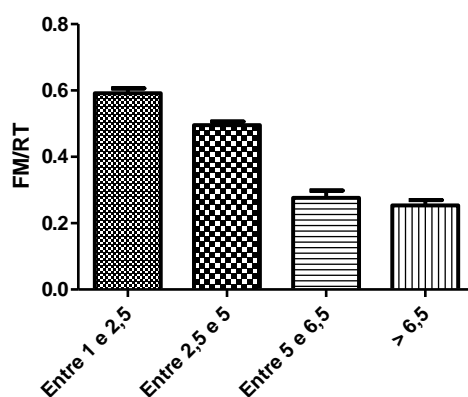
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	0,04234	1,466	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	0,1996	7,073	Yes	***
entre 66 e 75 vs > 85	0,3407	11,60	Yes	***
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	0,1573	9,238	Yes	***
entre 75 e 80 vs > 85	0,2983	15,83	Yes	***
entre 80 e 85 vs > 85	0,1410	7,909	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.15 - Indicador FM/RT por população com o ensino superior completo em 2003



One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

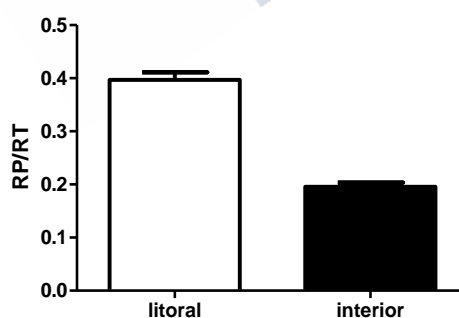
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	0,09605	5,300	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	0,3156	11,30	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	0,3382	13,09	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	0,2196	8,641	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	0,2421	10,49	Yes	***
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	0,02257	0,7192	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

1.2 INDICADOR RECEITAS PRÓPRIAS/RECEITA TOTAL (RP/RT)

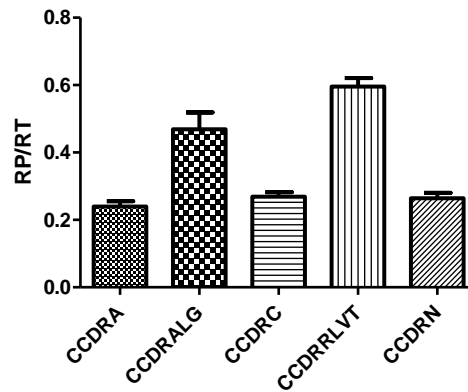
Gráfico A.16 - Indicador RP/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003



Mann Whitney test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.17 - Indicador RP/RT por CCDR (NUTS II) em 2003



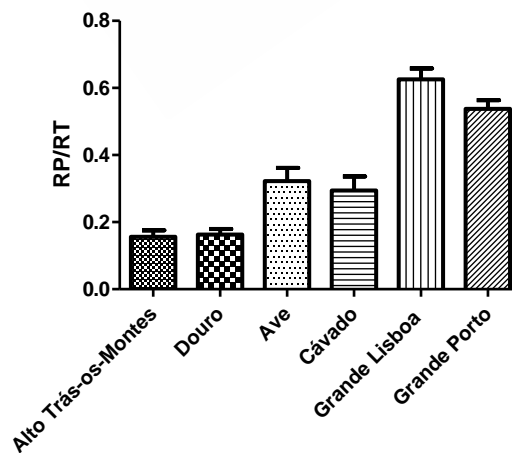
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***
Do the medians vary signif. (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-91,01	Yes	***
CCDRA vs CCDRC	-16,87	No	ns
CCDRA vs CCDRRLVT	-139,9	Yes	***
CCDRA vs CCDRN	-10,05	No	ns
CCDRALG vs CCDRC	74,14	Yes	**
CCDRALG vs CCDRRLVT	-48,88	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	80,96	Yes	**
CCDRC vs CCDRRLVT	-123,0	Yes	***
CCDRC vs CCDRN	6,816	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	129,8	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.18 - Indicador RP/RT por NUTS III em 2003



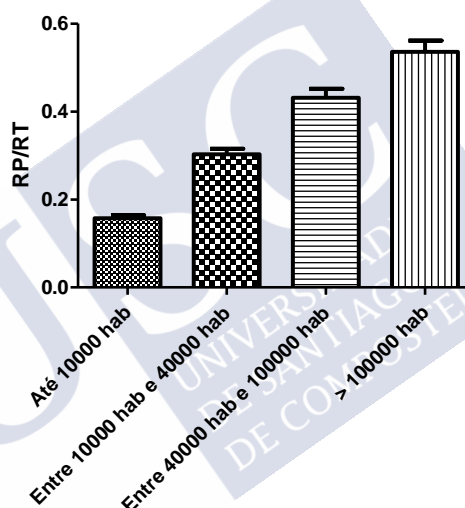
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-0,006895	0,2308	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	-0,1658	4,412	Yes	***
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	-0,1377	3,326	Yes	*
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-0,4693	12,95	Yes	***
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-0,3812	10,52	Yes	***
Douro vs Ave	-0,1589	4,446	Yes	***
Douro vs Cávado	-0,1308	3,292	Yes	*
Douro vs Grande Lisboa	-0,4625	13,47	Yes	***
Douro vs Grande Porto	-0,3743	10,91	Yes	***
Ave vs Cávado	0,02818	0,6152	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-0,3035	7,365	Yes	***
Ave vs Grande Porto	-0,2154	5,226	Yes	***
Cávado vs Grande Lisboa	-0,3317	7,420	Yes	***
Cávado vs Grande Porto	-0,2436	5,449	Yes	***
Grande Lisboa vs Grande Porto	0,08813	2,204	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.19 - Indicador RP/RT por população em 2003



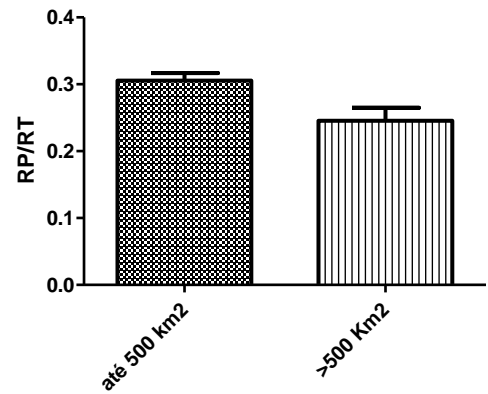
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***
Do the medians vary signif. (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	-85,42	Yes	***
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-142,4	Yes	***
Até 10000 hab vs > 100000 hab	-175,8	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-57,03	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	-90,36	Yes	***
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-33,33	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

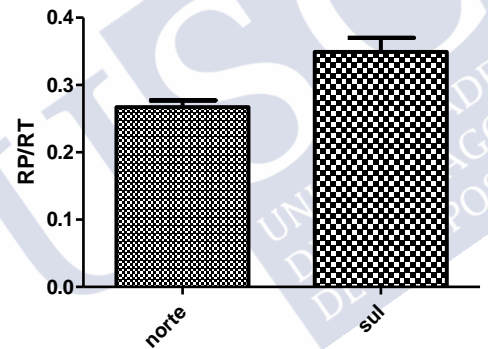
Gráfico A.20 - Indicador RP/RT por área em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0216
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

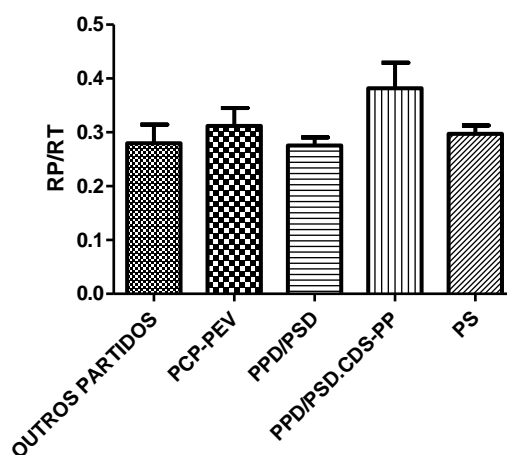
Gráfico A.21 - Indicador RP/RT nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0040
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.22 - Indicador RP/RT por partido político municipal em 2003



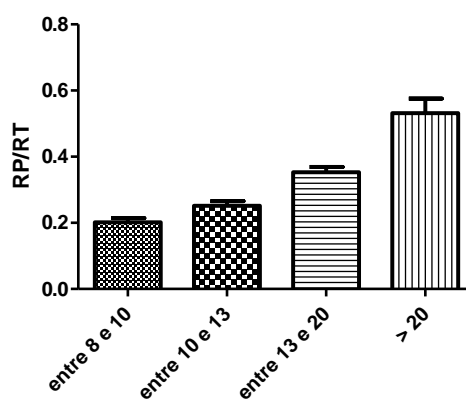
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2124
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	-2,071	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	16,31	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	-30,29	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	3,483	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	18,38	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	-28,21	No	ns
PCP-PEV vs PS	5,554	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	-46,59	No	ns
PPD/PSD vs PS	-12,82	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	33,77	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.23 - Indicador RP/RT por PIB em 2003



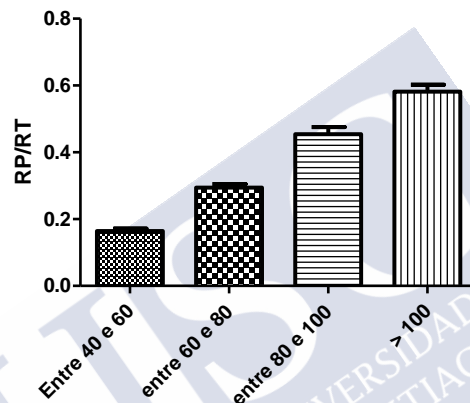
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	-23,89	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	-75,00	Yes	***
entre 8 e 10 vs > 20	-139,4	Yes	***
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-51,11	Yes	***
entre 10 e 13 vs > 20	-115,5	Yes	***
entre 13 e 20 vs > 20	-64,37	Yes	*

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.24 - Indicador RP/RT por poder de compra em 2003



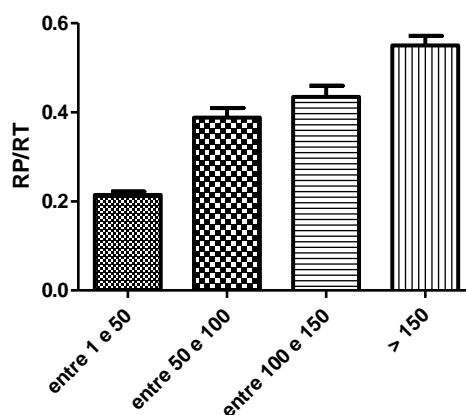
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	-78,78	Yes	***
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	-145,3	Yes	***
Entre 40 e 60 vs > 100	-181,4	Yes	***
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	-66,55	Yes	***
entre 60 e 80 vs > 100	-102,6	Yes	***
entre 80 e 100 vs > 100	-36,04	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.25 - Indicador RP/RT por sociedades constituídas em 2003



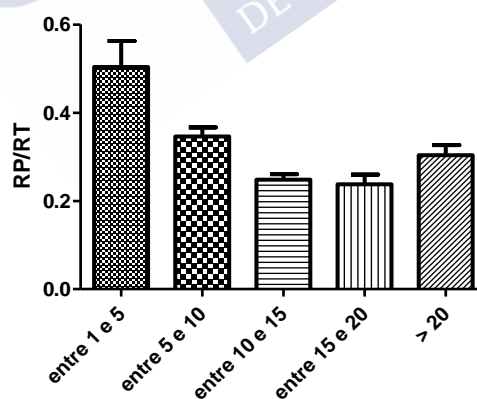
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	-90,22	Yes	***
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	-111,2	Yes	***
entre 1 e 50 vs > 150	-143,3	Yes	***
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-20,98	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	-53,09	Yes	*
entre 100 e 150 vs > 150	-32,11	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.26 - Indicador RP/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003



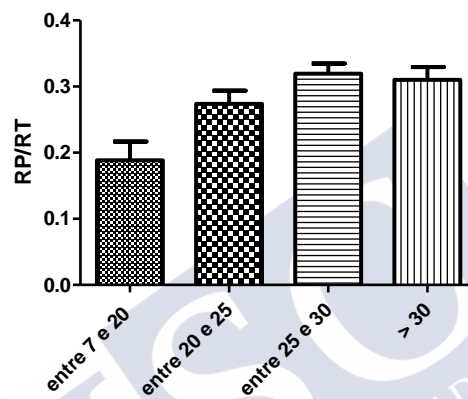
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	53,12	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	94,77	Yes	***
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	104,8	Yes	***
entre 1 e 5 vs > 20	64,66	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	41,65	Yes	**
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	51,69	Yes	**
entre 5 e 10 vs > 20	11,54	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	10,04	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	-30,11	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-40,15	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.27 - Indicador RP/RT por sociedades no comércio em 2003



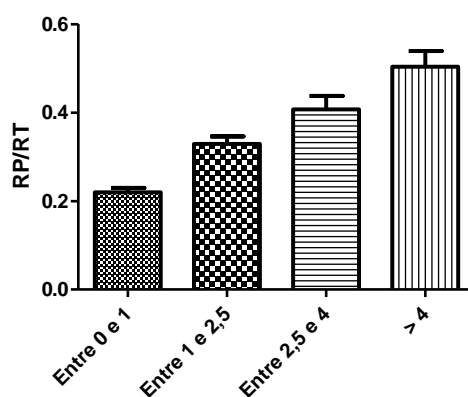
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	-48,33	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	-73,78	Yes	***
entre 7 e 20 vs > 30	-73,41	Yes	***
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-25,45	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	-25,08	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	0,3667	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.28 - Indicador RP/RT por número de médicos em 2003



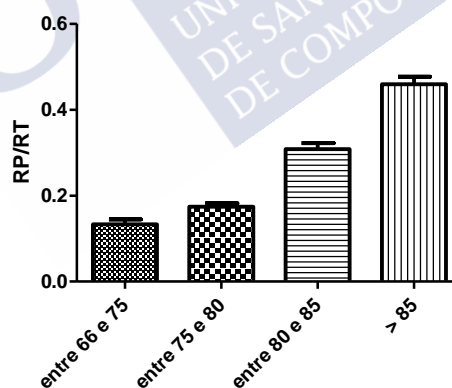
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	-51,66	Yes	***
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	-94,54	Yes	***
Entre 0 e 1 vs > 4	-125,8	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-42,88	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	-74,10	Yes	**
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-31,22	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.29 - Indicador RP/RT por população alfabetizada em 2003



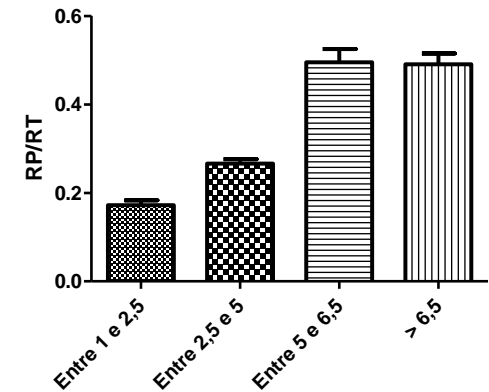
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	-31,42	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	-104,6	Yes	***
entre 66 e 75 vs > 85	-168,6	Yes	***
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	-73,16	Yes	***
entre 75 e 80 vs > 85	-137,2	Yes	***
entre 80 e 85 vs > 85	-64,03	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.30 - Indicador RP/RT por população com o ensino superior completo em 2003



Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

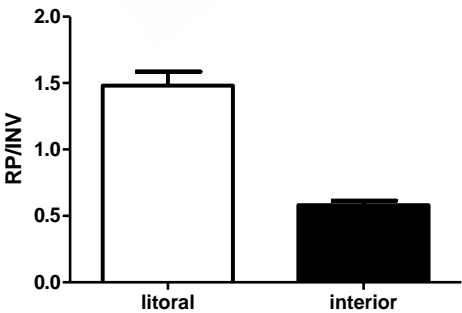
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism m*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	-56,70	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	-149,9	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	-151,1	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	-93,19	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	-94,43	Yes	***
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	-1,234	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

1.3 INDICADOR TOTAL DE RECEITAS PRÓPRIAS/TOTAL INVESTIMENTO (RP/INV)

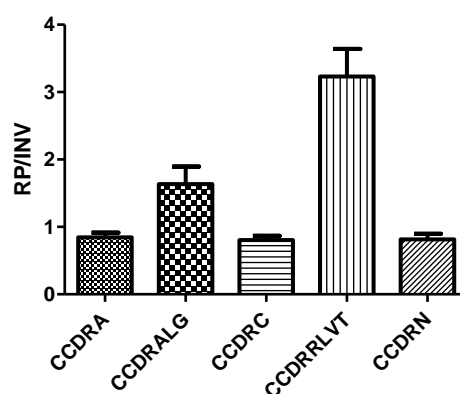
Gráfico A.31 - Indicador RP/INV nos municípios do litoral versus interior em 2003



Mann Whitney test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.32 - Indicador RP/INV por CCDRs (NUTS II) em 2003



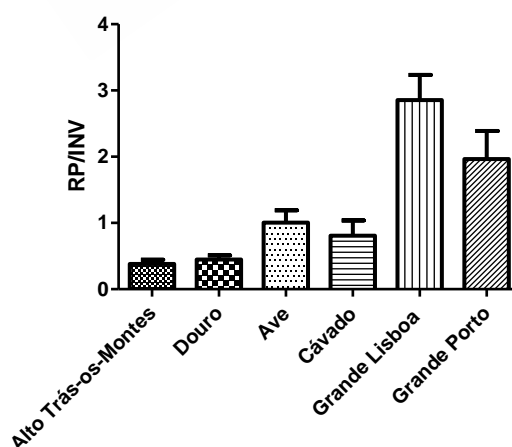
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-60,17	No	ns
CCDRA vs CCDRC	9,538	No	ns
CCDRA vs CCDRLVT	-122,4	Yes	***
CCDRA vs CCDRN	15,63	No	ns
CCDRALG vs CCDRC	69,70	Yes	*
CCDRALG vs CCDRLVT	-62,27	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	75,79	Yes	**
CCDRC vs CCDRLVT	-132,0	Yes	***
CCDRC vs CCDRN	6,088	No	ns
CCDRLVT vs CCDRN	138,1	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.33 - Indicador RP/INV por NUTS III em 2003



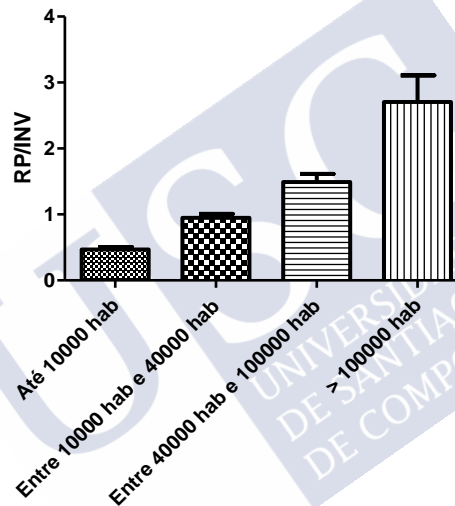
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-4,744	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	-21,55	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	-18,60	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-42,32	Yes	***
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-34,76	Yes	***
Douro vs Ave	-16,81	No	ns
Douro vs Cávado	-13,85	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	-37,57	Yes	***
Douro vs Grande Porto	-30,02	Yes	**
Ave vs Cávado	2,958	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-20,76	No	ns
Ave vs Grande Porto	-13,21	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	-23,72	No	ns
Cávado vs Grande Porto	-16,17	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	7,556	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.34 - Indicador RP/INV por população em 2003



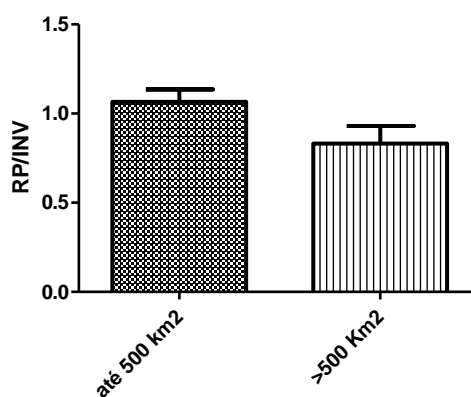
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	-73,93	Yes	***
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-126,9	Yes	***
Até 10000 hab vs > 100000 hab	-160,9	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-52,98	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	-86,94	Yes	***
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-33,96	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

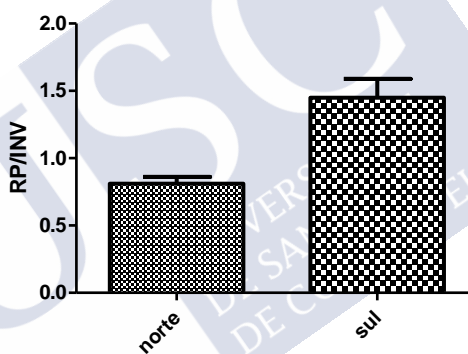
Gráfico A.35 - Indicador RP/INV por área em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,1446
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	Ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

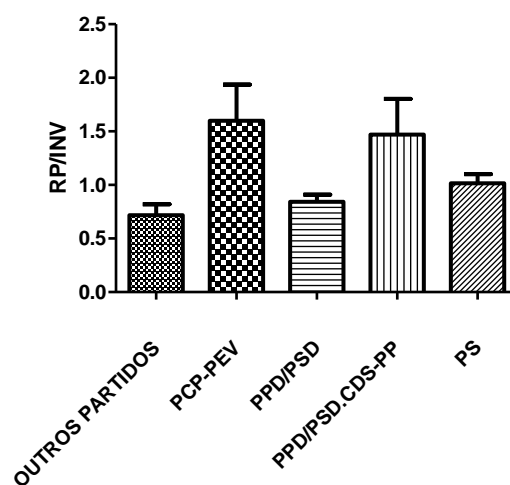
Gráfico A.36 - Indicador RP/INV nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.37 - Indicador RP/INV por partido político municipal em 2003



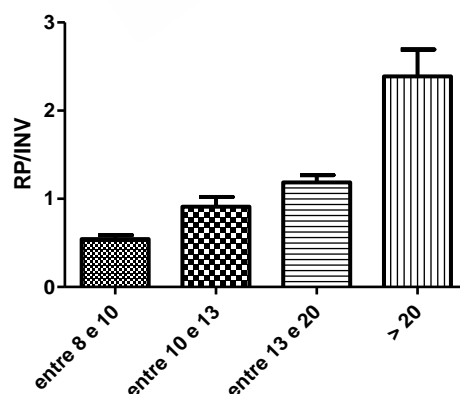
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0258
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	-40,18	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	8,400	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	-34,44	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	-7,865	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	48,58	Yes	*
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	5,742	No	ns
PCP-PEV vs PS	32,31	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	-42,84	No	ns
PPD/PSD vs PS	-16,26	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	26,57	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.38 - Indicador RP/INV por PIB em 2003



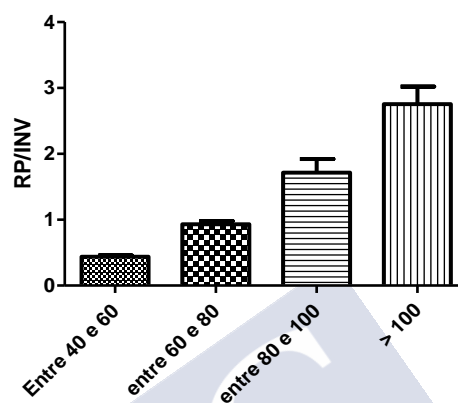
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	-24,40	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	-75,24	Yes	***
entre 8 e 10 vs > 20	-149,2	Yes	***
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-50,83	Yes	***
entre 10 e 13 vs > 20	-124,7	Yes	***
entre 13 e 20 vs > 20	-73,92	Yes	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.39 - Indicador RP/INV por poder de compra em 2003



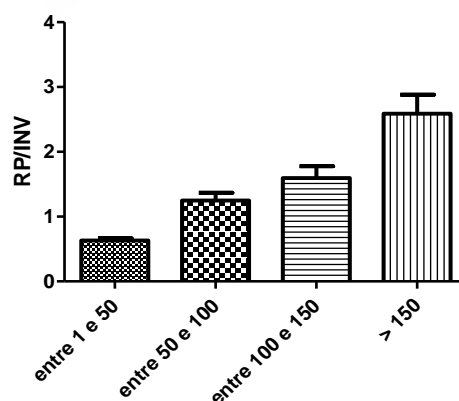
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	-78,71	Yes	***
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	-132,7	Yes	***
Entre 40 e 60 vs > 100	-177,0	Yes	***
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	-54,00	Yes	**
entre 60 e 80 vs > 100	-98,26	Yes	***
entre 80 e 100 vs > 100	-44,26	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.40 - Indicador RP/INV por sociedades constituídas em 2003



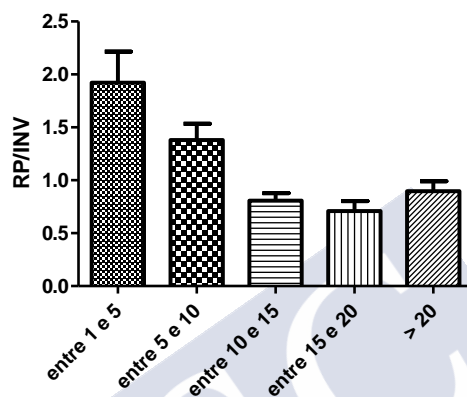
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	-78,11	Yes	***
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	-105,5	Yes	***
entre 1 e 50 vs > 150	-133,9	Yes	***
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-27,35	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	-55,74	Yes	*
entre 100 e 150 vs > 150	-28,39	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.41 - Indicador RP/INV por proporção de sociedades da indústria transformadora em 2003



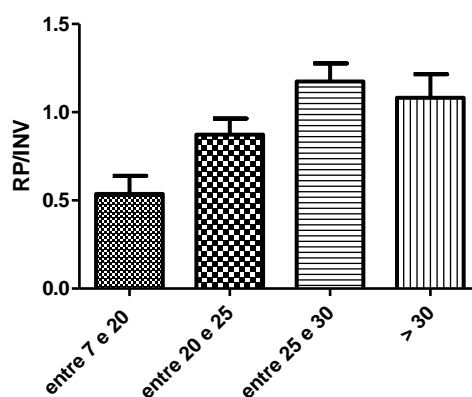
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	53,23	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	92,56	Yes	***
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	107,6	Yes	***
entre 1 e 5 vs > 20	71,85	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	39,33	Yes	*
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	54,37	Yes	**
entre 5 e 10 vs > 20	18,63	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	15,04	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	-20,70	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-35,74	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.42 - Indicador RP/INV por sociedades no comércio em 2003



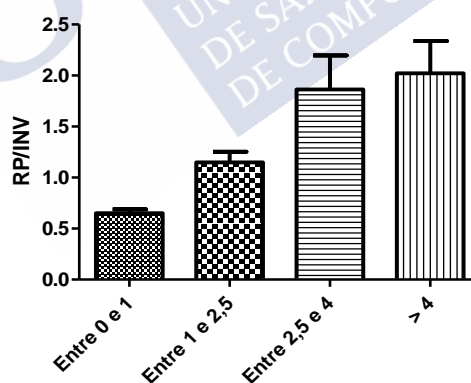
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0002
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***
Do the medians vary signif. (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	-46,39	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	-73,57	Yes	***
entre 7 e 20 vs > 30	-66,74	Yes	**
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-27,18	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	-20,35	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	6,835	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.43 - Indicador RP/INV por número de médicos em 2003



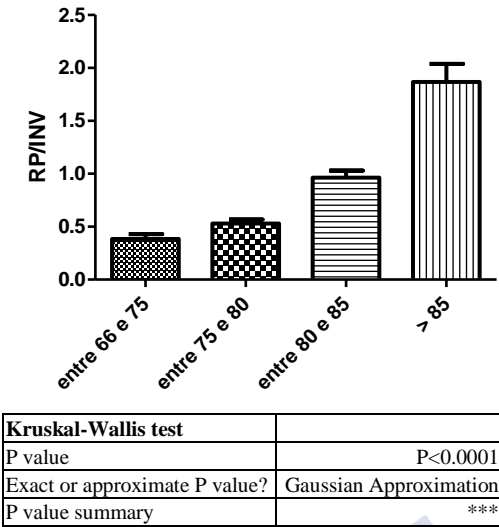
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	-44,59	Yes	***
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	-93,10	Yes	***
Entre 0 e 1 vs > 4	-110,5	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-48,52	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	-65,89	Yes	*
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-17,37	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.44 - Indicador RP/INV por população alfabetizada em 2003

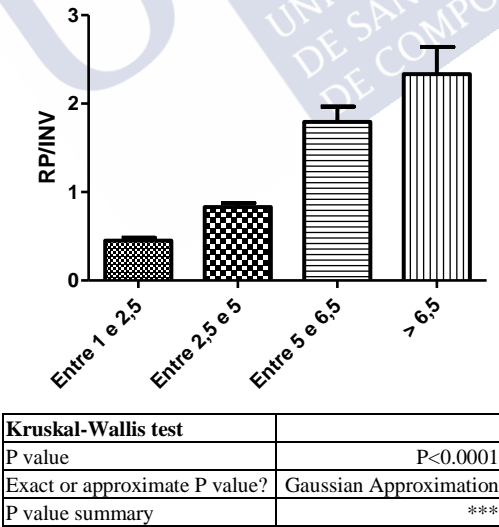


Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	-29,30	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	-86,85	Yes	***
entre 66 e 75 vs > 85	-150,5	Yes	***
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	-57,55	Yes	***
entre 75 e 80 vs > 85	-121,2	Yes	***
entre 80 e 85 vs > 85	-63,64	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.45 - Indicador RK/INV por população com o ensino superior completo em 2003



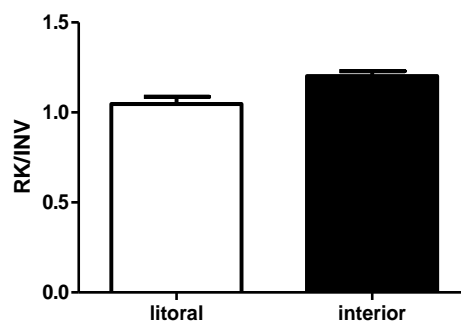
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	-60,23	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	-144,6	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	-145,9	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	-84,34	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	-85,65	Yes	***
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	-1,316	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

1.4 INDICADOR RECEITA CAPITAL/TOTAL DE INVESTIMENTO RK/INV

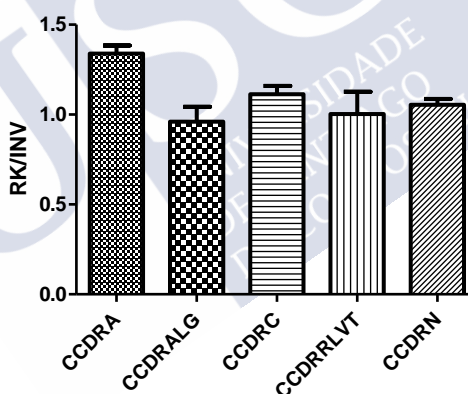
Gráfico A.46 - Indicador RK/INV nos municípios do litoral versus interior em 2003



Mann Whitney test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.47 - Indicador RK/INV por CCDR (NUTS II) em 2003



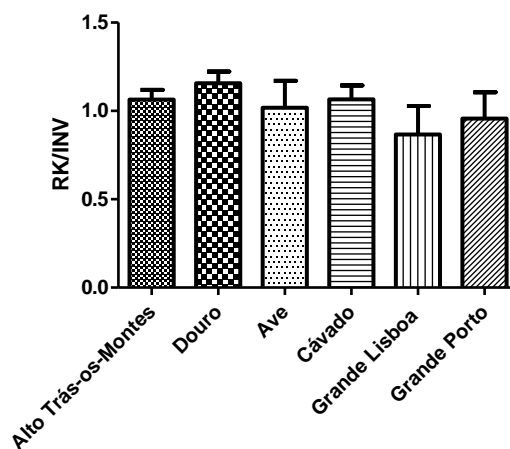
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	101,9	Yes	***
CCDRA vs CCDRC	65,92	Yes	***
CCDRA vs CCDRRLVT	103,6	Yes	***
CCDRA vs CCDRN	73,68	Yes	***
CCDRALG vs CCDRC	-35,94	No	ns
CCDRALG vs CCDRRLVT	1,750	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	-28,17	No	ns
CCDRC vs CCDRRLVT	37,69	No	ns
CCDRC vs CCDRN	7,767	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	-29,92	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.48 – Indicador RK/INV por NUTS III em 2003



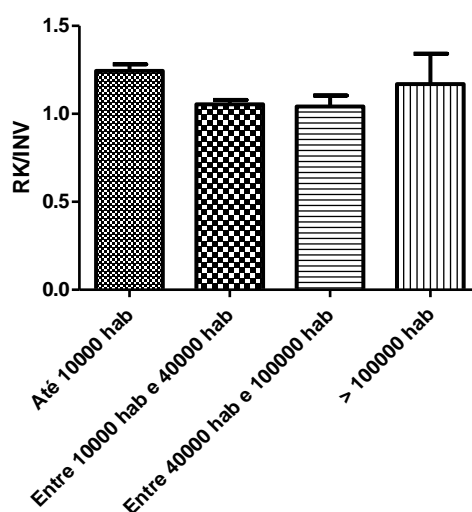
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0250
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-3,654	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	9,964	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	0,04762	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	19,05	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	13,83	No	ns
Douro vs Ave	13,62	No	ns
Douro vs Cávado	3,702	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	22,70	Yes	*
Douro vs Grande Porto	17,48	No	ns
Ave vs Cávado	-9,917	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	9,083	No	ns
Ave vs Grande Porto	3,861	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	19,00	No	ns
Cávado vs Grande Porto	13,78	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	-5,222	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.49 - Indicador RK/INV por população em 2003



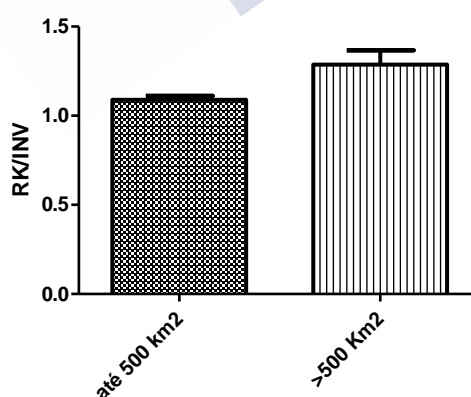
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	41,63	Yes	**
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	57,98	Yes	***
Até 10000 hab vs > 100000 hab	73,20	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	16,35	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	31,57	No	ns
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	15,22	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

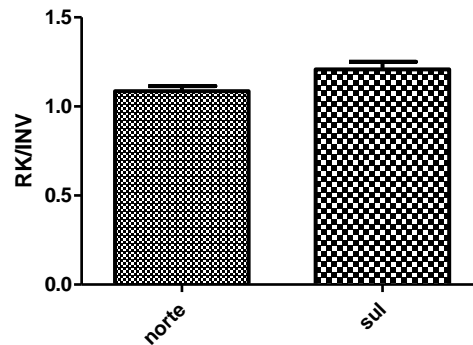
Gráfico A.50 - Indicador RK/INV por área em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0055
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	**

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

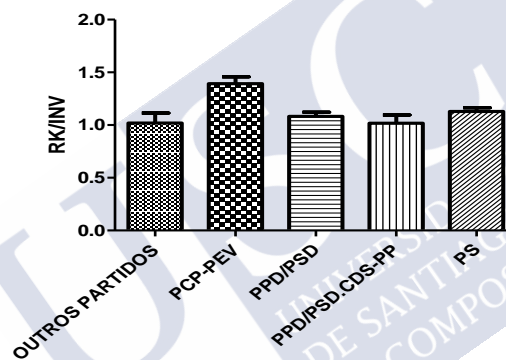
Gráfico A.51 - Indicador RK/INV nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0021
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.52 - Indicador RK/INV por partido político municipal em 2003



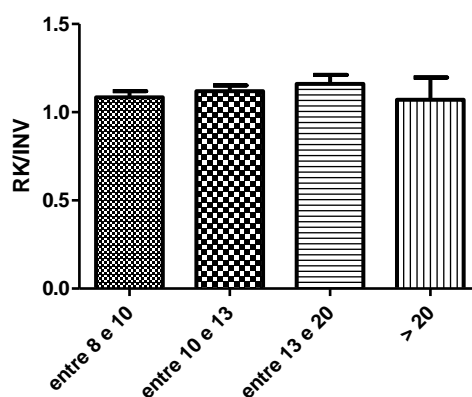
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS (GRUPO CIDADÃO vs PCP-PEV)	-92,54	No	ns
OUTROS PARTIDOS (GRUPO CIDADÃO vs PPD/PSD)	-8,581	No	ns
OUTROS PARTIDOS (GRUPO CIDADÃO vs PPD/PSD.CDS-PP)	9,630	No	ns
OUTROS PARTIDOS (GRUPO CIDADÃO vs PS)	-22,02	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	83,95	Yes	***
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	102,2	Yes	***
PCP-PEV vs PS	70,51	Yes	***
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	18,21	No	ns
PPD/PSD vs PS	-13,44	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	-31,65	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.53 - Indicador RK/INV por PIB em 2003



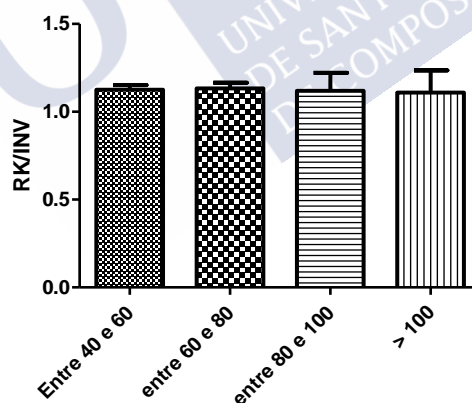
Kruskal-Wallis test	
P value	0,9457
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	-3,421	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	-0,1810	No	ns
entre 8 e 10 vs > 20	9,874	No	ns
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	3,240	No	ns
entre 10 e 13 vs > 20	13,29	No	ns
entre 13 e 20 vs > 20	10,05	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.54 - Indicador RK/INV por poder de compra em 2003



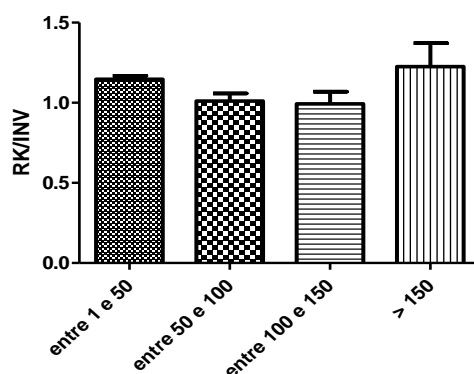
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0276
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	2,010	No	ns
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	29,09	No	ns
Entre 40 e 60 vs > 100	43,10	No	ns
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	27,08	No	ns
entre 60 e 80 vs > 100	41,09	No	ns
entre 80 e 100 vs > 100	14,01	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.55 - Indicador RK/INV por sociedades constituídas em 2003



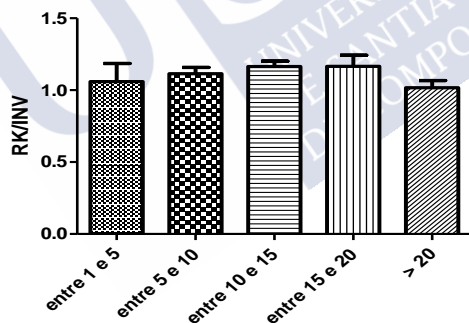
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0005
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	37,95	Yes	*
entre 1 e 50 vs > 150	48,30	No	ns
entre 1 e 50 vs > 150	44,63	Yes	*
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	10,35	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	6,684	No	ns
entre 100 e 150 vs > 150	-3,667	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.56 - Indicador RK/INV por sociedades da indústria transformadora em 2003



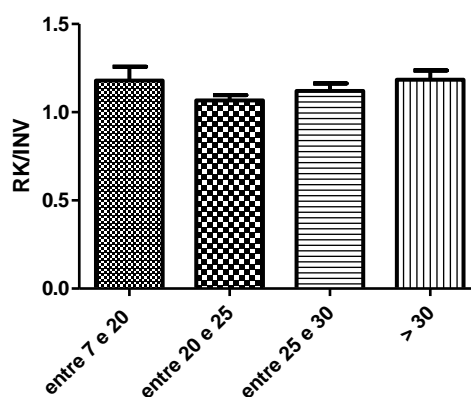
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0878
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	-25,71	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	-40,24	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	-32,91	No	ns
entre 1 e 5 vs > 20	-1,440	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	-14,53	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	-7,201	No	ns
entre 5 e 10 vs > 20	24,27	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	7,331	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	38,80	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	31,47	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.57 - Indicador RK/INV por sociedades no comércio em 2003



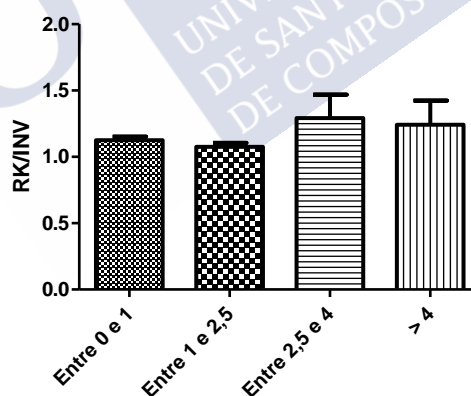
Kruskal-Wallis test	
P value	0,3026
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	12,41	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	15,49	No	ns
entre 7 e 20 vs > 30	-7,237	No	ns
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	3,078	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	-19,65	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	-22,73	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.58 - Indicador RK/INV por número de médicos em 2003



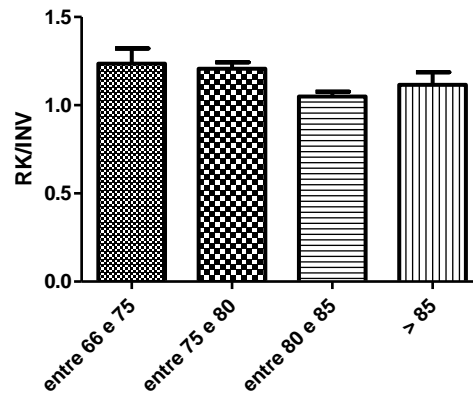
Kruskal-Wallis test	
P value	0,6142
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	11,19	No	ns
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	9,655	No	ns
Entre 0 e 1 vs > 4	20,89	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-1,532	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	9,706	No	ns
Entre 2,5 e 4 vs > 4	11,24	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.59 – Indicador RK/INV por população alfabetizada em 2003



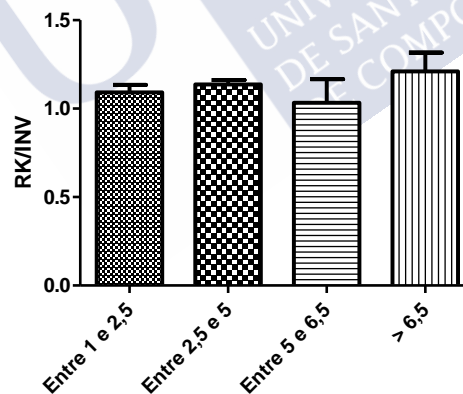
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0002
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	4,002	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	42,53	No	ns
entre 66 e 75 vs > 85	52,43	No	ns
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	38,53	Yes	**
entre 75 e 80 vs > 85	48,43	Yes	**
entre 80 e 85 vs > 85	9,895	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.60 - Indicador RK/INV por população com o ensino superior completo em 2003



Kruskal-Wallis test	
P value	0,0118
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

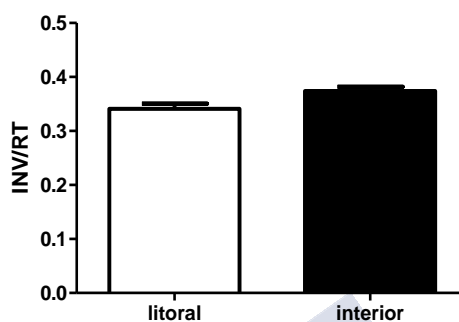
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	-18,04	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	34,24	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	3,134	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	52,28	Yes	*
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	21,17	No	ns
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	-31,11	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

1.5 INDICADOR INVESTIMENTO/RECEITA TOTAL (INV/RT)

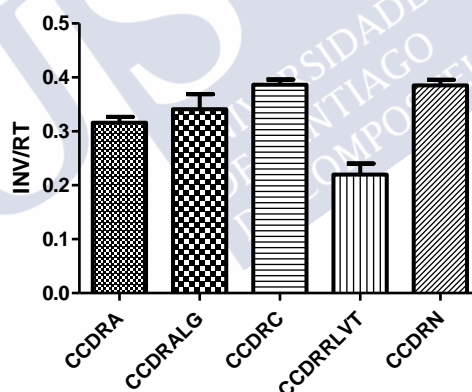
Gráfico A.61 - Indicador INV/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003



Unpaired t test	
P value	0,0080
P value summary	**
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.62 - Indicador INV/RT por CCDR (NUTS II) em 2003



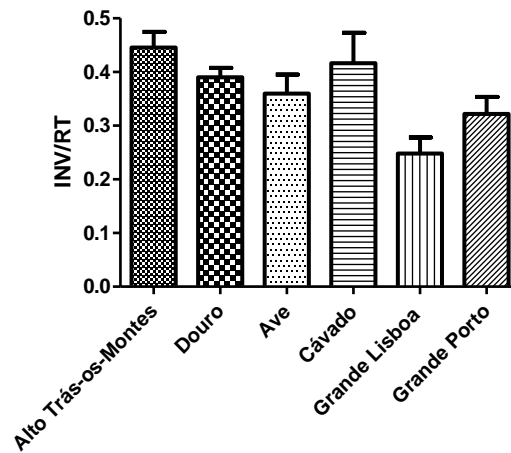
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-0,02527	0,9488	No	ns
CCDRA vs CCDRC	-0,07057	4,525	Yes	***
CCDRA vs CCDRRLVT	0,09612	3,777	Yes	**
CCDRA vs CCDRN	-0,06951	4,348	Yes	***
CCDRALG vs CCDRC	-0,04531	1,783	No	ns
CCDRALG vs CCDRRLVT	0,1214	3,746	Yes	**
CCDRALG vs CCDRN	-0,04424	1,724	No	ns
CCDRC vs CCDRRLVT	0,1667	6,898	Yes	***
CCDRC vs CCDRN	0,001064	0,07674	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	-0,1656	6,782	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.63 - Indicador INV/RT por NUTS III em 2003



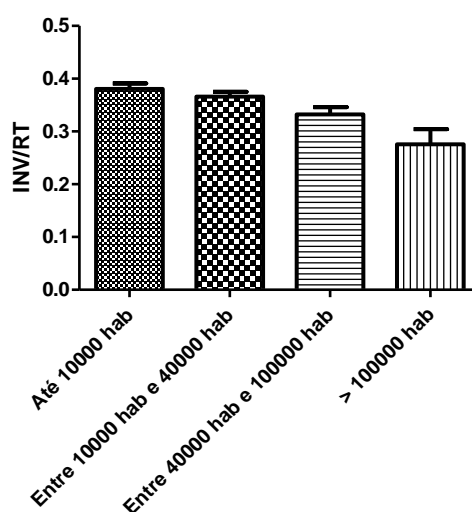
One-way analysis of variance	
P value	0,0004
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	0,05559	1,618	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	0,08621	1,994	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	0,02931	0,6157	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	0,1977	4,743	Yes	***
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	0,1238	2,969	No	ns
Douro vs Ave	0,03062	0,7446	No	ns
Douro vs Cávado	-0,02628	0,5752	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	0,1421	3,599	Yes	**
Douro vs Grande Porto	0,06818	1,727	No	ns
Ave vs Cávado	-0,05690	1,080	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	0,1115	2,351	No	ns
Ave vs Grande Porto	0,03756	0,7924	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	0,1684	3,274	Yes	*
Cávado vs Grande Porto	0,09446	1,837	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	-0,07391	1,607	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.64 - Indicador INV/RT por população em 2003



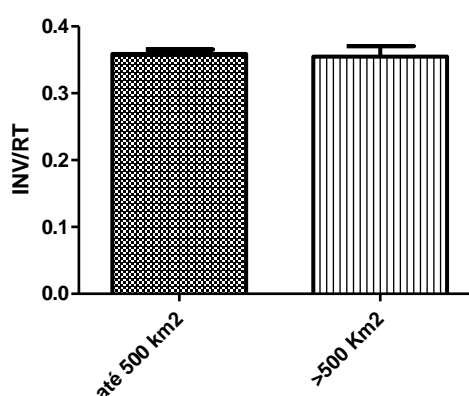
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	0,01451	1,036	No	ns
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	0,04832	2,665	Yes	*
Até 10000 hab vs > 100000 hab	0,1050	4,480	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	0,03381	1,923	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	0,09052	3,932	Yes	***
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	0,05671	2,203	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

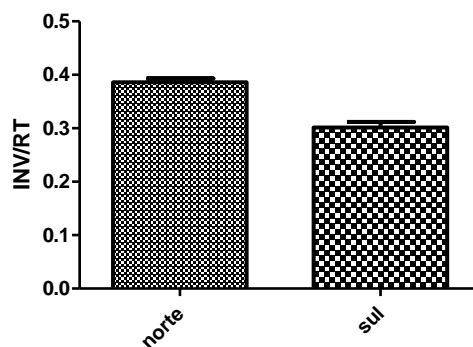
Gráfico A.65 - Indicador INV/RT por área em 2003



Unpaired t test	
P value	0,8098
P value summary	ns
Are means signif. different? (P < 0.05)	No

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

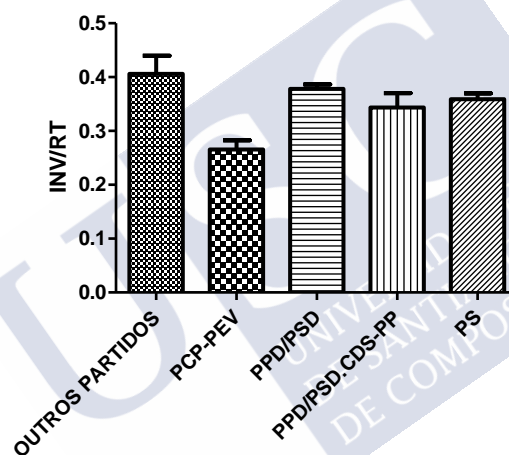
Gráfico A.66 - Indicador INV/RT nos municípios do Norte vs. Sul em 2003



Unpaired t test	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.67 - Indicador INV/RT por partido político municipal em 2003



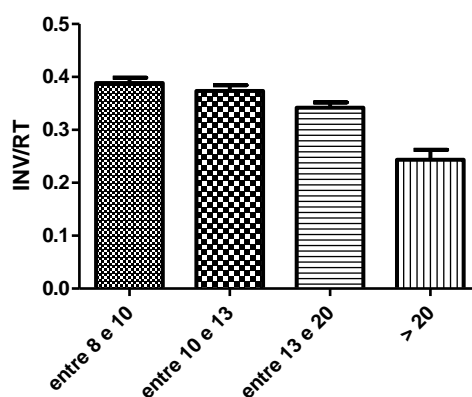
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS (GRUPO CIDADÃO vs PCP-PEV)	0,1404	3,330	Yes	**
OUTROS PARTIDOS (GRUPO CIDADÃO vs PPD/PSD)	0,02762	0,7117	No	ns
OUTROS PARTIDOS (GRUPO CIDADÃO vs PPD/PSD.CDS-PP)	0,06248	1,394	No	ns
OUTROS PARTIDOS (GRUPO CIDADÃO vs PS)	0,04696	1,207	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	-0,1128	5,376	Yes	***
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	-0,07790	2,539	No	ns
PCP-PEV vs PS	-0,09341	4,415	Yes	***
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	0,03486	1,347	No	ns
C vs PS	0,01934	1,456	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	-0,01552	0,5960	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.68 - Indicador INV/RT por PIB em 2003



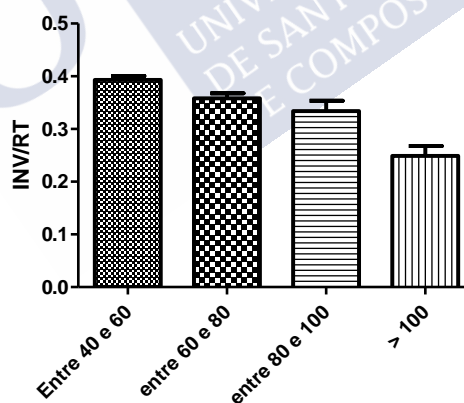
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado- pelo próprio no *software GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	0,01518	0,8945	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	0,04661	2,726	Yes	*
entre 8 e 10 vs > 20	0,1453	4,815	Yes	***
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	0,03143	2,293	No	ns
entre 10 e 13 vs > 20	0,1301	4,583	Yes	***
entre 13 e 20 vs > 20	0,09869	3,466	Yes	**

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.69 - Indicador INV/RT por poder de compra em 2003



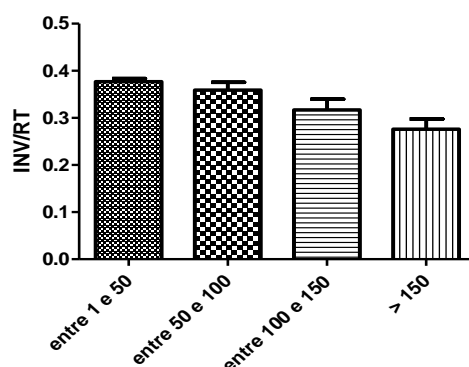
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	0,03480	2,619	No	ns
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	0,05899	3,275	Yes	**
Entre 40 e 60 vs > 100	0,1442	6,682	Yes	***
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	0,02419	1,348	No	ns
entre 60 e 80 vs > 100	0,1094	5,083	Yes	***
entre 80 e 100 vs > 100	0,08517	3,446	Yes	**

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.70 – Indicador INV/RT por sociedades constituídas em 2003



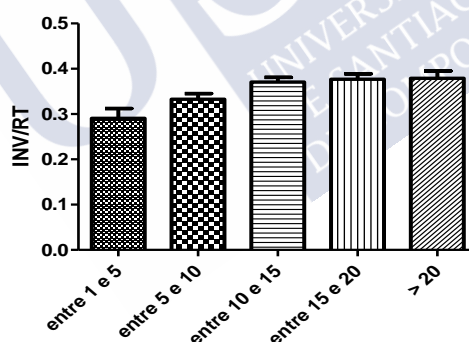
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	0,01798	1,017	No	ns
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	0,06007	2,627	No	ns
entre 1 e 50 vs > 150	0,1007	5,366	Yes	***
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	0,04209	1,559	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	0,08269	3,499	Yes	**
entre 100 e 150 vs > 150	0,04060	1,465	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.71 - Indicador INV/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003



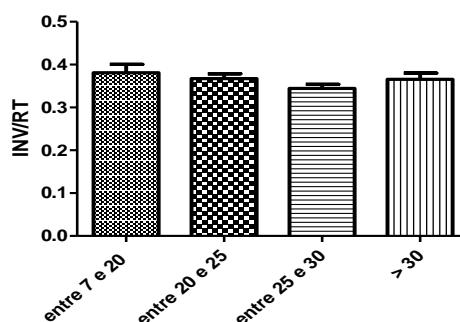
One-way analysis of variance	
P value	0,0052
P value summary	**
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	-0,04193	1,370	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	-0,07970	2,641	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	-0,08613	2,676	No	ns
entre 1 e 5 vs > 20	-0,08819	2,660	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	-0,03777	2,477	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	-0,04420	2,336	No	ns
entre 5 e 10 vs > 20	-0,04625	2,253	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	-0,006428	0,3532	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	-0,008485	0,4271	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-0,002057	0,09020	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.72 - Indicador INV/RT por sociedades no comércio em 2003



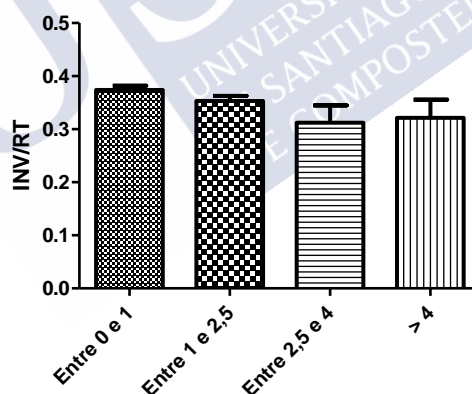
One-way analysis of variance	
P value	0,2435
P value summary	ns
Are means signif. different? (P < 0.05)	No

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	0,01408	0,5796	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	0,03680	1,610	No	ns
entre 7 e 20 vs > 30	0,01558	0,6260	No	ns
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	0,02271	1,457	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	0,001497	0,08125	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	-0,02122	1,286	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.73 - Indicador INV/RT por número de médicos em 2003



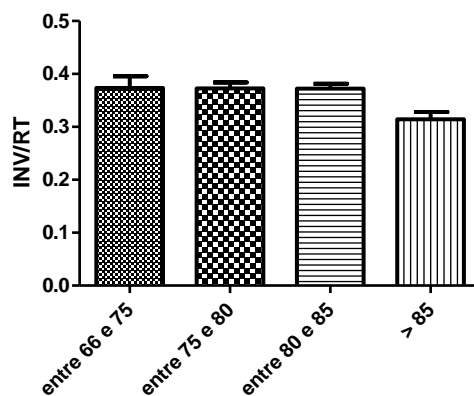
One-way analysis of variance	
P value	0,0238
P value summary	*
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	0,02068	1,544	No	ns
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	0,06164	2,539	No	ns
Entre 0 e 1 vs > 4	0,05263	1,977	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	0,04096	1,664	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	0,03195	1,186	No	ns
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-0,009008	0,2673	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.74 - Indicador INV/RT por população alfabetizada em 2003



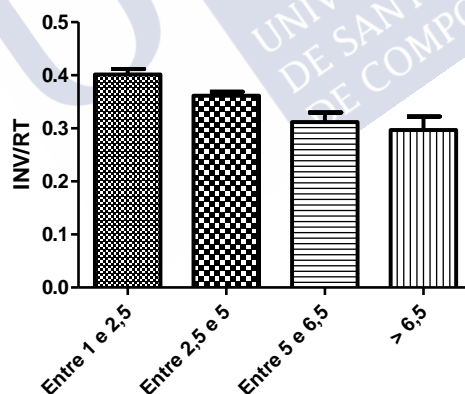
One-way analysis of variance	
P value	0,0009
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	0,0007968	0,03134	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	0,001208	0,04859	No	ns
entre 66 e 75 vs > 85	0,05907	2,285	No	ns
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	0,0004109	0,02740	No	ns
entre 75 e 80 vs > 85	0,05827	3,512	Yes	**
entre 80 e 85 vs > 85	0,05786	3,685	Yes	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.75 - Indicador INV/RT por população com o ensino superior completo em 2003



One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

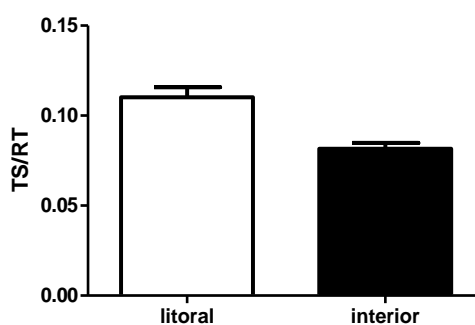
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	0,03986	2,688	Yes	*
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	0,08949	3,914	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	0,1043	4,932	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	0,04962	2,386	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	0,06442	3,410	Yes	**
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	0,01479	0,5761	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

1.6 INDICADOR TOTAL TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS/RECEITA TOTAL

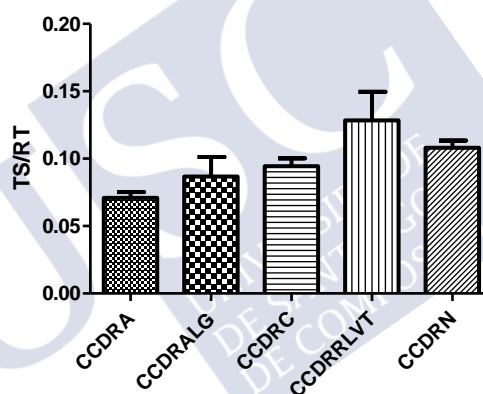
Gráfico A.76 - Indicador TS/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0002
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.77 - Indicador TS/RT por CCDR (NUTS II) em 2003



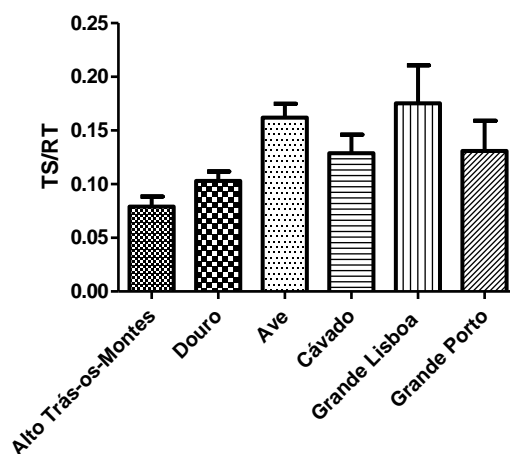
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-13,46	No	ns
CCDRA vs CCDRC	-34,24	No	ns
CCDRA vs CCDRRLVT	-67,06	Yes	*
CCDRA vs CCDRN	-60,99	Yes	***
CCDRALG vs CCDRC	-20,78	No	ns
CCDRALG vs CCDRRLVT	-53,60	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	-47,53	No	ns
CCDRC vs CCDRRLVT	-32,82	No	ns
CCDRC vs CCDRN	-26,75	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	6,075	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.78 - Indicador TS/RT por NUTS III em 2003



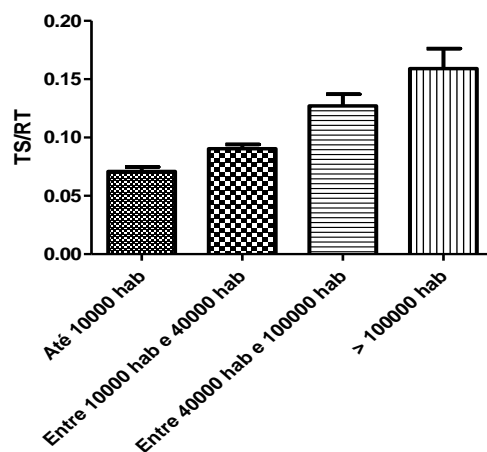
One-way analysis of variance	
P value	0,0030
P value summary	**
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-0,02380	1,139	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	-0,08281	3,149	Yes	*
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	-0,04964	1,715	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-0,09615	3,793	Yes	**
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-0,05176	2,042	No	ns
Douro vs Ave	-0,05901	2,360	No	ns
Douro vs Cávado	-0,02585	0,9303	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	-0,07235	3,014	No	ns
Douro vs Grande Porto	-0,02797	1,165	No	ns
Ave vs Cávado	0,03317	1,035	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-0,01334	0,4626	No	ns
Ave vs Grande Porto	0,03105	1,077	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	-0,04650	1,487	No	ns
Cávado vs Grande Porto	-0,002120	0,06779	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	0,04438	1,587	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.79 - Indicador TS/RT por população em 2003



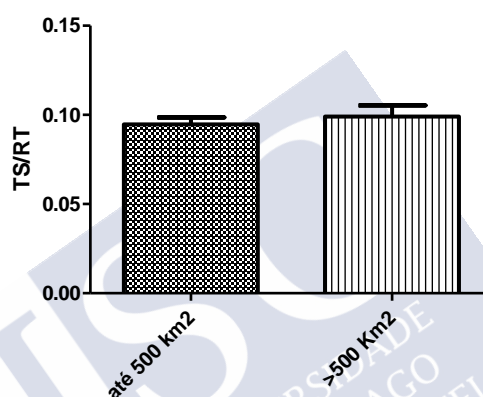
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	-39,99	Yes	**
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-86,02	Yes	***
Até 10000 hab vs > 100000 hab	-114,3	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-46,03	Yes	**
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	-74,36	Yes	***
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-28,33	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

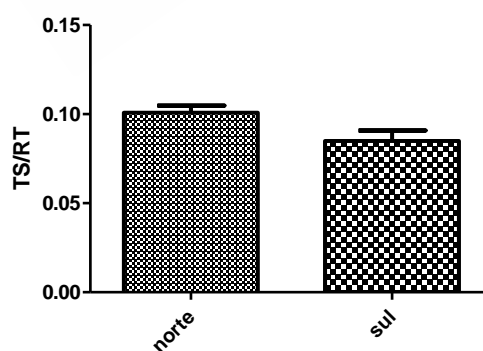
Gráfico A.80 - Indicador TS/RT por área em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,1904
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

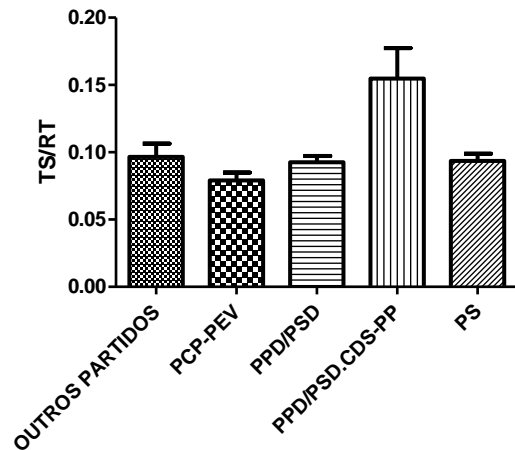
Gráfico A.81 - Indicador TS/RT nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0023
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.82 - Indicador TS/RT por partido político municipal em 2003



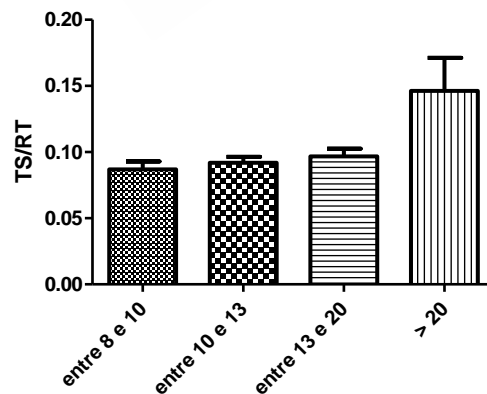
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0093
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	39,14	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	24,74	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	-44,24	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	23,29	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	-14,40	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	-83,39	Yes	**
PCP-PEV vs PS	-15,86	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	-68,99	Yes	**
PPD/PSD vs PS	-1,458	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	67,53	Yes	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.83 - Indicador TS/RT por PIB em 2003



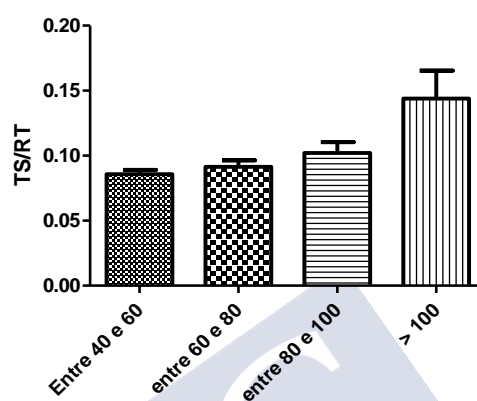
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0570
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? $P < 0.05$?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	-8,454	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	-9,436	No	ns
entre 8 e 10 vs > 20	-65,58	Yes	*
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-0,9811	No	ns
entre 10 e 13 vs > 20	-57,12	No	ns
entre 13 e 20 vs > 20	-56,14	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.84 - Indicador TS/RT por poder de compra em 2003



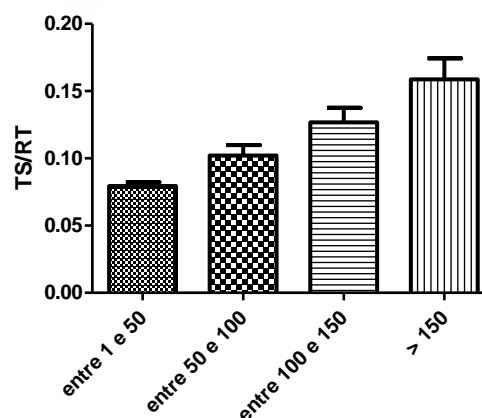
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0555
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? $P < 0.05$?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	-1,479	No	ns
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	-20,15	No	ns
Entre 40 e 60 vs > 100	-43,70	No	ns
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	-18,68	No	ns
entre 60 e 80 vs > 100	-42,23	No	ns
entre 80 e 100 vs > 100	-23,55	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.85 - indicador TS/RT por sociedades constituídas em 2003



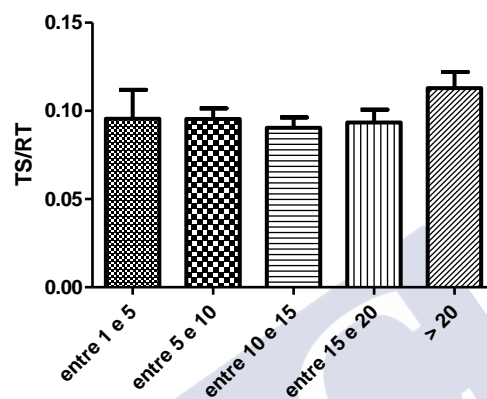
Kruskal-Wallis test	
P value	$P < 0.0001$
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	-36,32	No	ns
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	-78,17	Yes	***
entre 1 e 50 vs > 150	-88,96	Yes	***
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-41,84	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	-52,64	Yes	*
entre 100 e 150 vs > 150	-10,79	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.86 - Indicador TS/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003



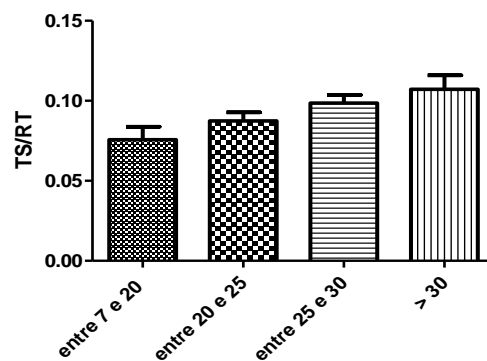
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1954
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	-2,911	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	4,057	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	-4,054	No	ns
entre 1 e 5 vs > 20	-33,92	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	6,968	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	-1,143	No	ns
entre 5 e 10 vs > 20	-31,01	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	-8,111	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	-37,98	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-29,87	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.87 - Indicador TS/RT por sociedades no comércio em 2003



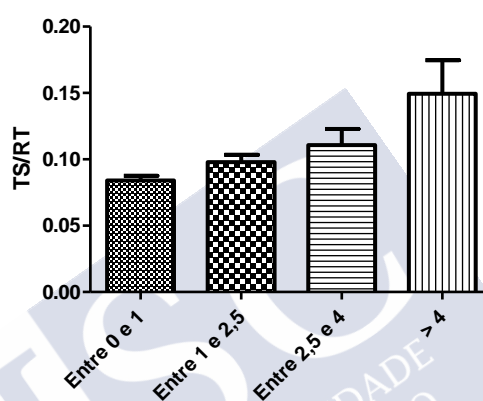
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0741
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	-23,77	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	-36,57	No	ns
entre 7 e 20 vs > 30	-46,19	No	ns
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-12,80	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	-22,42	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	-9,625	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.88 - Indicador TS/RT por número de médicos em 2003



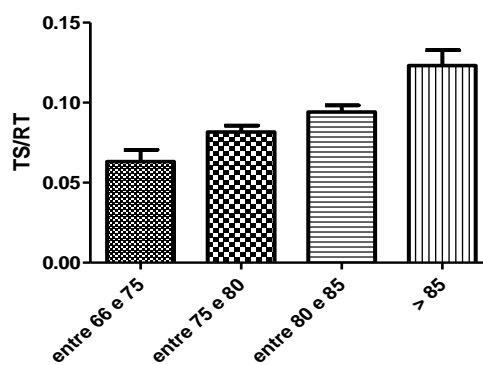
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0135
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	-15,39	No	ns
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	-38,25	No	ns
Entre 0 e 1 vs > 4	-57,09	Yes	*
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-22,86	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	-41,70	No	ns
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-18,84	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.89 - Indicador TS/RT por população alfabetizada em 2003



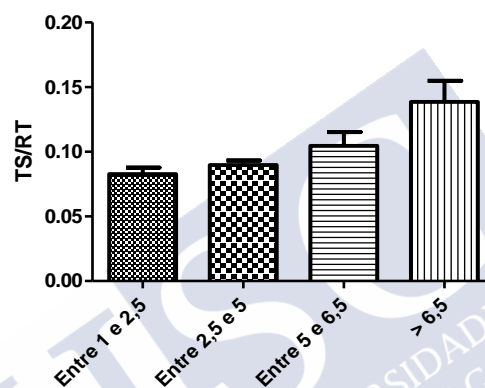
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	-41,08	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	-60,13	Yes	*
entre 66 e 75 vs > 85	-83,63	Yes	***
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	-19,05	No	ns
entre 75 e 80 vs > 85	-42,55	Yes	**
entre 80 e 85 vs > 85	-23,50	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.90 - Indicador TS/RT por população com o ensino superior completo em 2003



Kruskal-Wallis test	
P value	0,0068
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	**

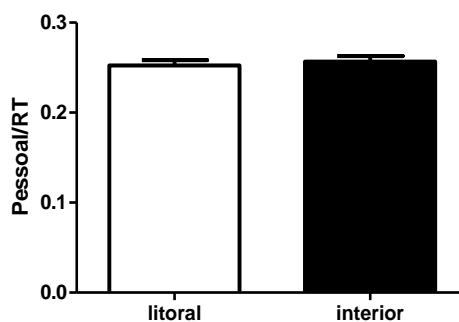
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	-10,50	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	-28,29	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	-55,73	Yes	**
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	-17,78	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	-45,22	Yes	*
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	-27,44	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

1.7 INDICADOR PESSOAL/RECEITA TOTAL (PESSOAL/RT)

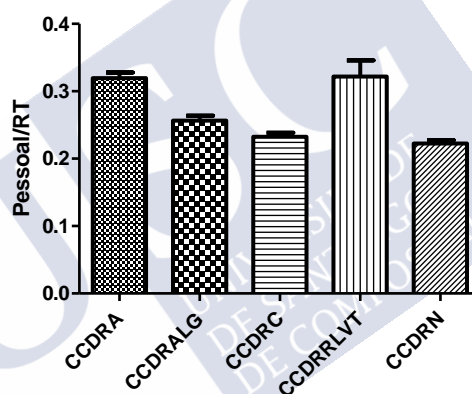
Gráfico A.91 - Indicador Pessoal/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,6908
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.92 - Indicador Pessoal/RT por CCDR (NUTS II) em 2003



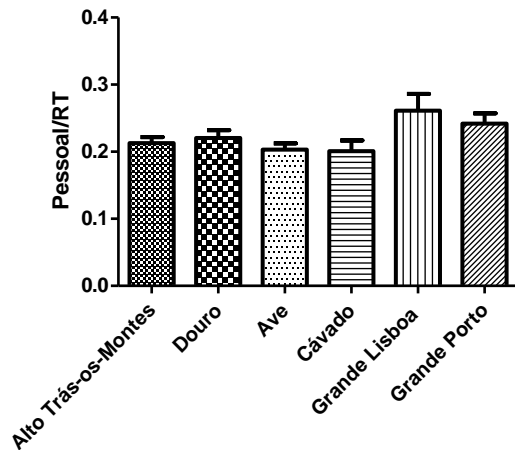
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	54,09	No	ns
CCDRA vs CCDRC	96,28	Yes	***
CCDRA vs CCDRRLVT	18,39	No	ns
CCDRA vs CCDRN	109,2	Yes	***
CCDRALG vs CCDRC	42,19	No	ns
CCDRALG vs CCDRRLVT	-35,70	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	55,15	No	ns
CCDRC vs CCDRRLVT	-77,89	Yes	**
CCDRC vs CCDRN	12,97	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	90,85	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.93 - Indicador Pessoal/RT por NUTS III em 2003



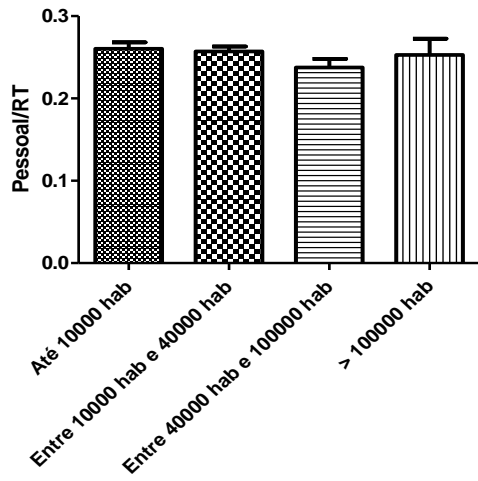
One-way analysis of variance	
P value	0,0755
P value summary	ns
Are means signif. different? (P < 0.05)	No

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-0,007525	0,4497	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	0,009822	0,4665	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	0,01206	0,5203	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-0,04829	2,379	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-0,02875	1,417	No	ns
Douro vs Ave	0,01735	0,8664	No	ns
Douro vs Cávado	0,01958	0,8804	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	-0,04076	2,121	No	ns
Douro vs Grande Porto	-0,02123	1,104	No	ns
Ave vs Cávado	0,002238	0,08725	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-0,05811	2,517	No	ns
Ave vs Grande Porto	-0,03858	1,671	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	-0,06035	2,410	No	ns
Cávado vs Grande Porto	-0,04081	1,630	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	0,01953	0,8723	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.94 - Indicador Pessoal/RT por população em 2003



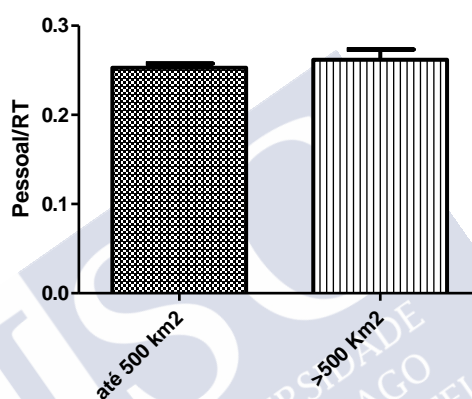
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2430
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	-0,4629	No	ns
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	23,44	No	ns
Até 10000 hab vs > 100000 hab	20,63	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	23,90	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	21,10	No	ns
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-2,804	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

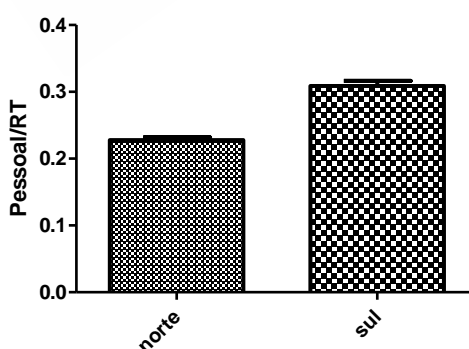
Gráfico A.95 - Indicador Pessoal/RT por área em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,5849
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

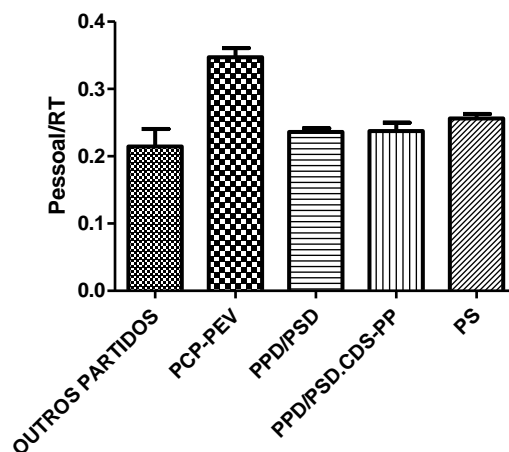
Gráfico A.96 - Indicador Pessoal/RT nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.97 - Indicador Pessoal/RT por partido político municipal em 2003



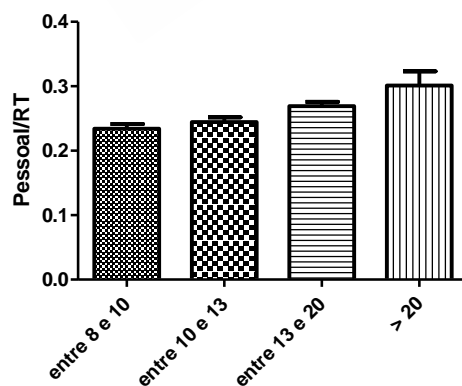
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	-129,0	Yes	**
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	-20,12	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	-22,00	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	-42,79	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	108,9	Yes	***
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	107,0	Yes	***
PCP-PEV vs PS	86,21	Yes	***
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	-1,881	No	ns
PPD/PSD vs PS	-22,67	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	-20,79	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.98 - Indicador Pessoal/RT por PIB em 2003



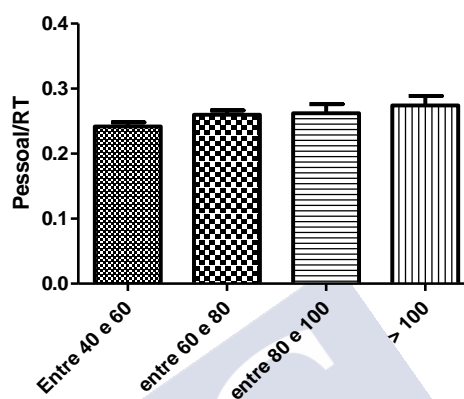
Kruskal-Wallis test	
P value	0.0002
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? $P < 0.05$?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	-1,489	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	-40,47	Yes	*
entre 8 e 10 vs > 20	-64,47	Yes	*
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-38,98	Yes	**
entre 10 e 13 vs > 20	-62,98	Yes	*
entre 13 e 20 vs > 20	-24,00	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.99 - Indicador Pessoal/RT por poder de compra em 2003



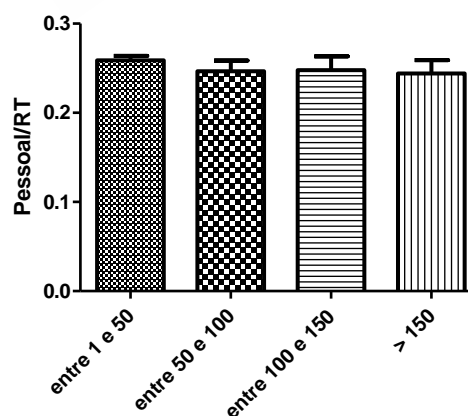
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0476
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? $P < 0.05$?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	-23,35	No	ns
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	-20,42	No	ns
Entre 40 e 60 vs > 100	-42,62	No	ns
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	2,934	No	ns
entre 60 e 80 vs > 100	-19,27	No	ns
entre 80 e 100 vs > 100	-22,21	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.100 - Indicador Pessoal/RT por sociedades constituídas em 2003



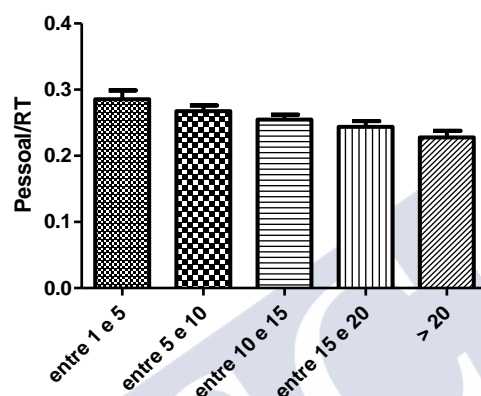
Kruskal-Wallis test	
P value	0,4575
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	12,76	No	ns
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	10,22	No	ns
entre 1 e 50 vs > 150	21,78	No	ns
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-2,539	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	9,024	No	ns
entre 100 e 150 vs > 150	11,56	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.101 - Indicador Pessoal/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003



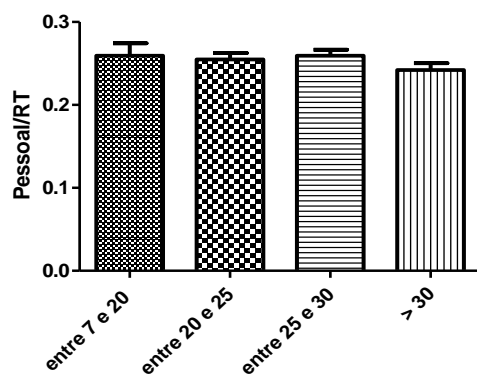
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0040
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	35,19	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	47,41	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	60,48	No	ns
entre 1 e 5 vs > 20	84,93	Yes	*
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	12,22	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	25,29	No	ns
entre 5 e 10 vs > 20	49,74	Yes	*
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	13,07	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	37,52	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	24,45	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.102 - Indicador Pessoal/RT por sociedades no comércio em 2003



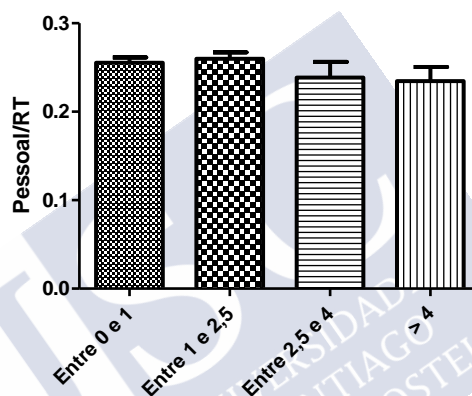
Kruskal-Wallis test	
P value	0,7863
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	2,734	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	0,05710	No	ns
entre 7 e 20 vs > 30	12,75	No	ns
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-2,677	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	10,02	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	12,69	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.103 - Indicador Pessoal/RT por número de médicos em 2003



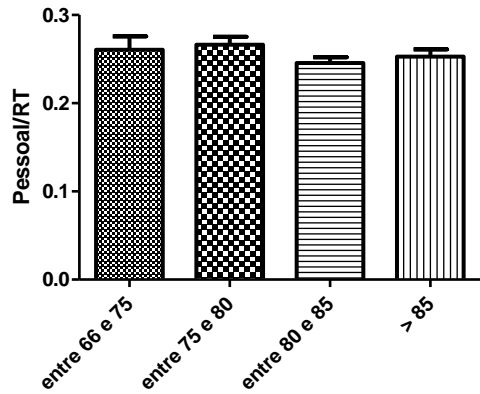
Kruskal-Wallis test	
P value	0,5092
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	-2,250	No	ns
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	22,80	No	ns
Entre 0 e 1 vs > 4	16,15	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	25,05	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	18,40	No	ns
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-6,653	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.104 - Indicador Pessoal/RT por população alfabetizada em 2003



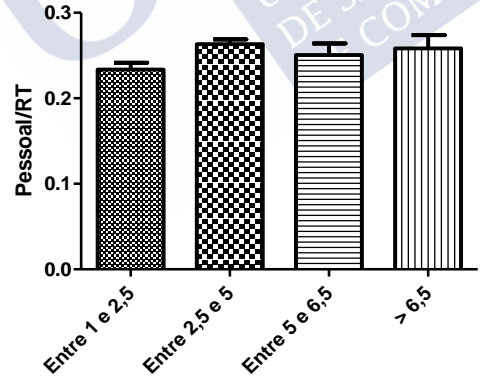
Kruskal-Wallis test	
P value	0,5135
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	-1,207	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	15,83	No	ns
entre 66 e 75 vs > 85	9,214	No	ns
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	17,04	No	ns
entre 75 e 80 vs > 85	10,42	No	ns
entre 80 e 85 vs > 85	-6,616	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.105 - Indicador Pessoal/RT por população com o ensino superior completo em 2003



Kruskal-Wallis test	
P value	0,0157
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

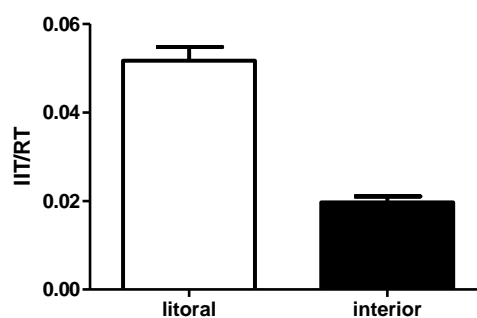
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	-38,52	Yes	**
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	-28,62	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	-28,42	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	9,895	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	10,09	No	ns
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	0,1961	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

1.8 INDICADOR IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS/RECEITA TOTAL (IIT/RT)

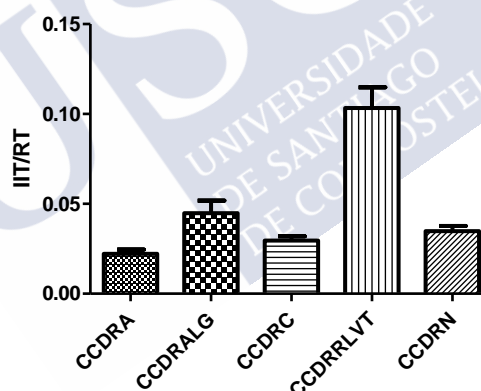
Gráfico A.106 - Indicador IIT/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003



Mann Whitney test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.107 - Indicador IIT/RT por CCDR (NUTS II) em 2003



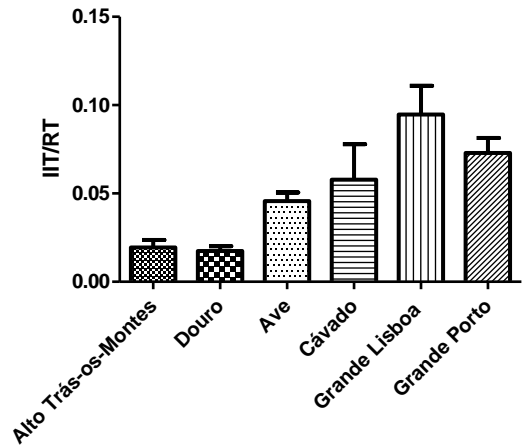
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-71,52	Yes	*
CCDRA vs CCDRC	-28,29	No	ns
CCDRA vs CCDRRLVT	-149,1	Yes	***
CCDRA vs CCDRN	-43,91	Yes	*
CCDRALG vs CCDRC	43,24	No	ns
CCDRALG vs CCDRRLVT	-77,56	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	27,61	No	ns
CCDRC vs CCDRRLVT	-120,8	Yes	***
CCDRC vs CCDRN	-15,63	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	105,2	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.108 - Indicador IIT/RT por NUTS III em 2003



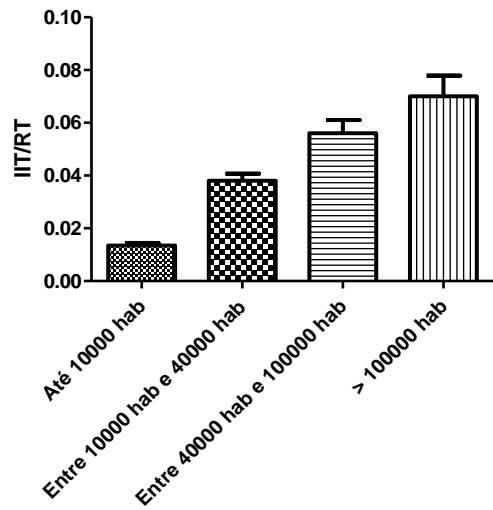
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	0,9586	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	-21,48	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	-20,19	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-34,25	Yes	***
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-31,69	Yes	**
Douro vs Ave	-22,44	No	ns
Douro vs Cávado	-21,15	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	-35,20	Yes	***
Douro vs Grande Porto	-32,65	Yes	***
Ave vs Cávado	1,292	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-12,76	No	ns
Ave vs Grande Porto	-10,21	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	-14,06	No	ns
Cávado vs Grande Porto	-11,50	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	2,556	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.109 - Indicador IIT/RT por população em 2003



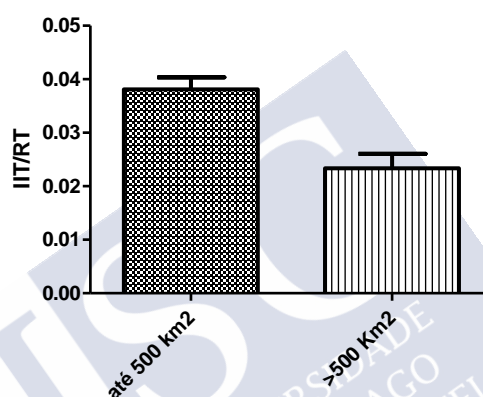
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	-89,72	Yes	***
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-134,8	Yes	***
Até 10000 hab vs > 100000 hab	-158,5	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-45,07	Yes	**
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	-68,79	Yes	**
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-23,72	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

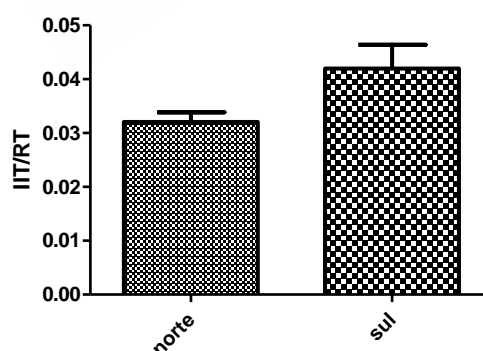
Gráfico A.110 - indicador IIT/RT por área em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0010
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

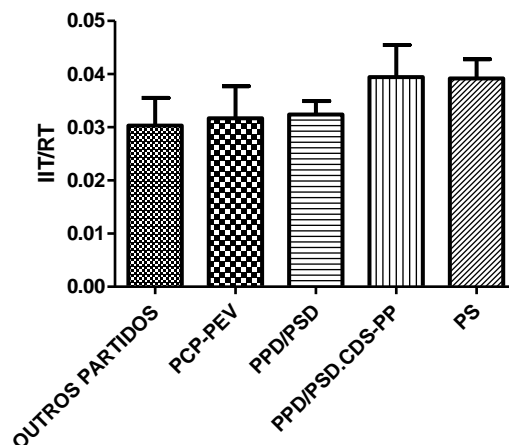
Gráfico A.111 - Indicador IIT/RT nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,5580
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.112 - Indicador IIT/RT por partido político municipal em 2003



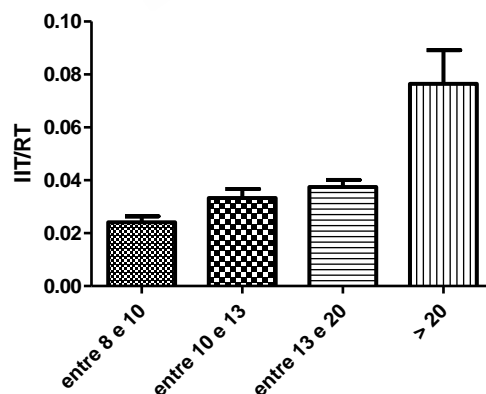
Kruskal-Wallis test	
P value	0,3889
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	26,75	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	13,23	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	-14,90	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	1,729	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	-13,52	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	-41,65	No	ns
PPD/PSD vs PS	-25,02	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	-28,13	No	ns
PPD/PSD vs PS	-11,50	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	16,63	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.113 - Indicador IIT/RT por PIB em 2003



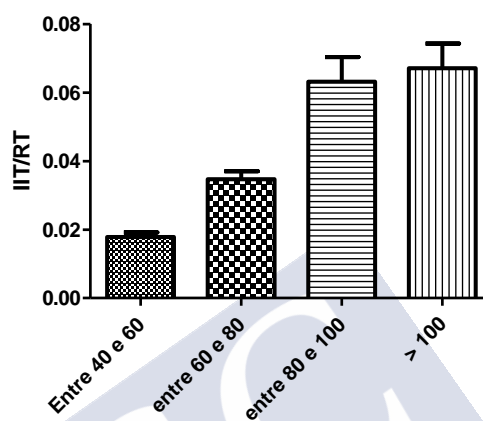
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	-12,17	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	-36,56	Yes	*
entre 8 e 10 vs > 20	-106,1	Yes	***
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-24,39	No	ns
entre 10 e 13 vs > 20	-93,90	Yes	***
entre 13 e 20 vs > 20	-69,52	Yes	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.114 - Indicador IIT/RT por poder de compra em 2003



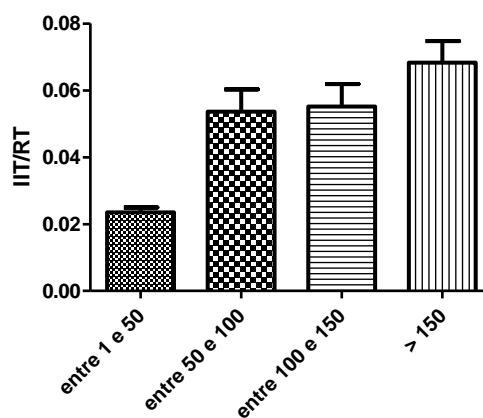
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	-61,95	Yes	***
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	-111,0	Yes	***
Entre 40 e 60 vs > 100	-133,2	Yes	***
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	-49,07	Yes	**
entre 60 e 80 vs > 100	-71,29	Yes	***
entre 80 e 100 vs > 100	-22,22	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.115 - Indicador IIT/RT por sociedades constituídas em 2003



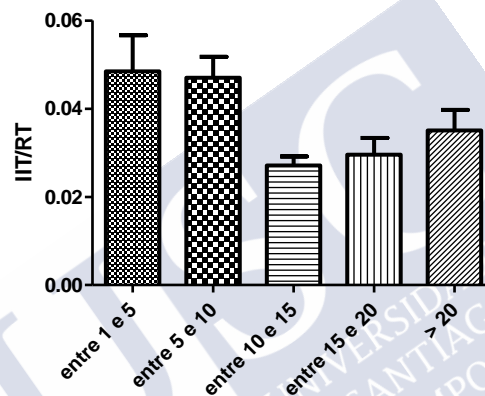
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	-85,70	Yes	***
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	-94,05	Yes	***
entre 1 e 50 vs > 150	-114,0	Yes	***
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-8,348	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	-28,34	No	ns
entre 100 e 150 vs > 150	-19,99	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.116 - Indicador IIT/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003



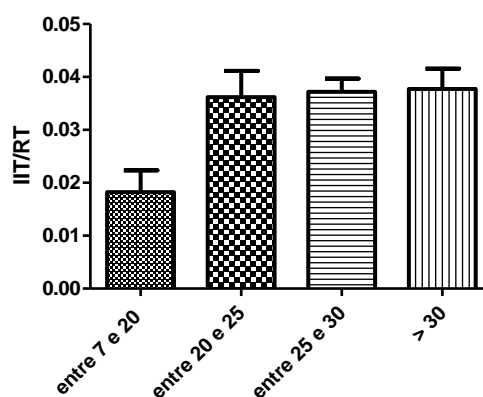
Kruskal-Wallis test	
P value	0.0023
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	22,21	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	61,78	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	58,94	No	ns
entre 1 e 5 vs > 20	37,97	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	39,57	Yes	**
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	36,73	No	ns
entre 5 e 10 vs > 20	15,77	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	-2,840	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	-23,80	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-20,96	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.117 - Indicador IIT/RT por sociedades no comércio em 2003



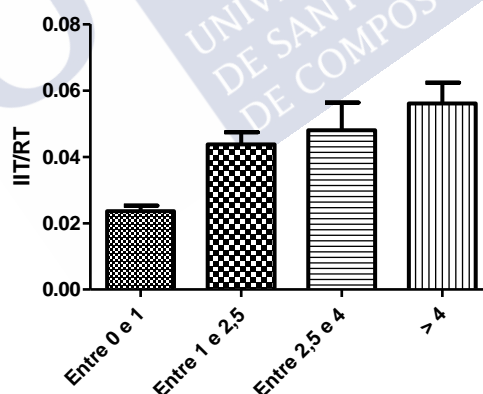
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	-47,19	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	-71,64	Yes	***
entre 7 e 20 vs > 30	-77,00	Yes	***
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-24,45	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	-29,81	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	-5,362	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.118 - Indicador IIT/RT por número de médicos em 2003



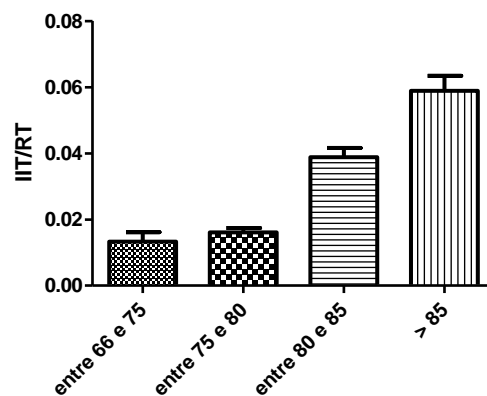
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	-48,59	Yes	***
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	-69,58	Yes	**
Entre 0 e 1 vs > 4	-99,04	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-20,99	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	-50,45	No	ns
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-29,46	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.119 - Indicador IIT/RT por população alfabetizada em 2003



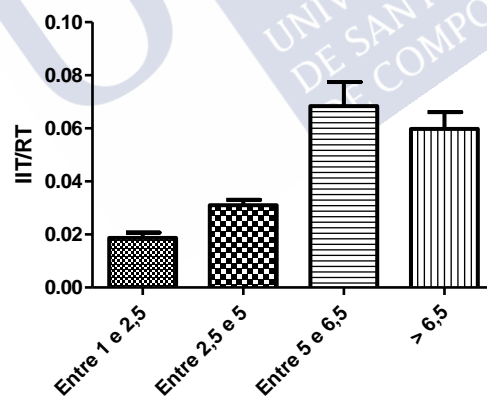
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	-16,21	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	-94,92	Yes	***
entre 66 e 75 vs > 85	-139,7	Yes	***
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	-78,71	Yes	***
entre 75 e 80 vs > 85	-123,5	Yes	***
entre 80 e 85 vs > 85	-44,77	Yes	**

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.120 - Indicador IIT/RT por população com o ensino superior completo em 2003



Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

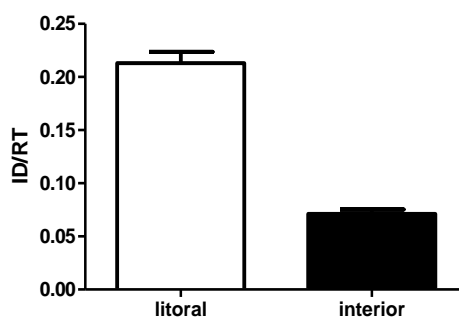
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	-44,63	Yes	**
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	-122,3	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	-116,5	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	-77,64	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	-71,92	Yes	***
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	5,721	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

1.9 INDICADOR IMPOSTOS DIRETOS/RECEITA TOTAL (ID/RT)

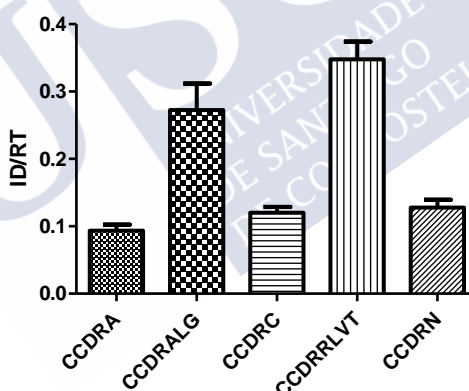
Gráfico A.121 - Indicador ID/RT nos municípios do litoral versus interior em 2003



Mann Whitney test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.122 - Indicador ID/RT por CCDR (NUTS II) em 2003



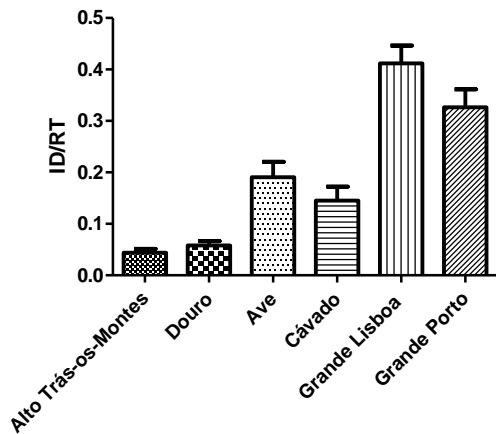
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-98,79	Yes	***
CCDRA vs CCDRC	-20,02	No	ns
CCDRA vs CCDRRLVT	-137,8	Yes	***
CCDRA vs CCDRN	-20,34	No	ns
CCDRALG vs CCDRC	78,77	Yes	**
CCDRALG vs CCDRRLVT	-39,03	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	78,45	Yes	**
CCDRC vs CCDRRLVT	-117,8	Yes	***
CCDRC vs CCDRN	-0,3215	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	117,5	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.123 - Indicador ID/RT por NUTS em 2003



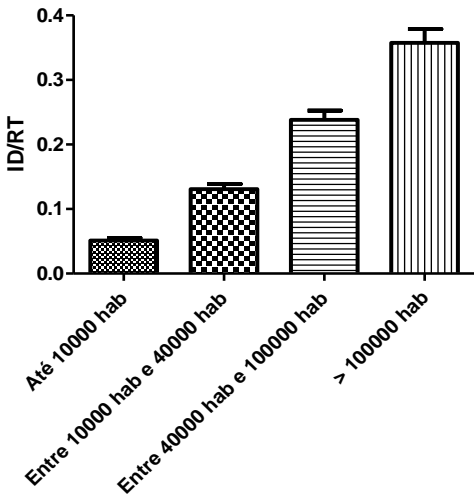
One-way analysis of variance	
P value	P<0.0001
P value summary	***
Are means signif. different? (P < 0.05)	Yes

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Bonferroni's Multiple Comparison Test	Mean Diff.	t	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-0,01406	0,5759	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	-0,1465	4,771	Yes	***
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	-0,1011	2,988	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-0,3680	12,43	Yes	***
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-0,2825	9,541	Yes	***
Douro vs Ave	-0,1325	4,535	Yes	***
Douro vs Cávado	-0,08699	2,681	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	-0,3539	12,62	Yes	***
Douro vs Grande Porto	-0,2685	9,573	Yes	***
Ave vs Cávado	0,04548	1,215	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-0,2215	6,576	Yes	***
Ave vs Grande Porto	-0,1360	4,038	Yes	**
Cávado vs Grande Lisboa	-0,2669	7,308	Yes	***
Cávado vs Grande Porto	-0,1815	4,968	Yes	***
Grande Lisboa vs Grande Porto	0,08547	2,616	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.124 - Indicador ID/RT por população em 2003



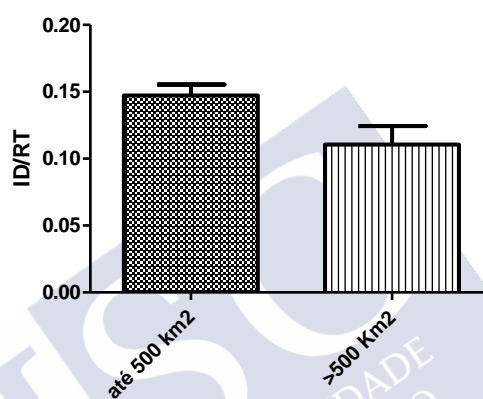
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	-82,77	Yes	***
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-150,2	Yes	***
Até 10000 hab vs > 100000 hab	-188,3	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	-67,40	Yes	***
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	-105,6	Yes	***
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-38,17	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

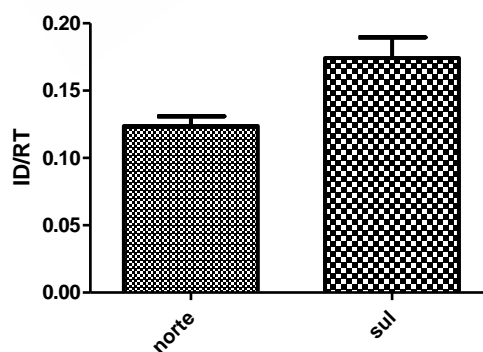
Gráfico A.125 - Indicador ID/RT por área em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0421
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

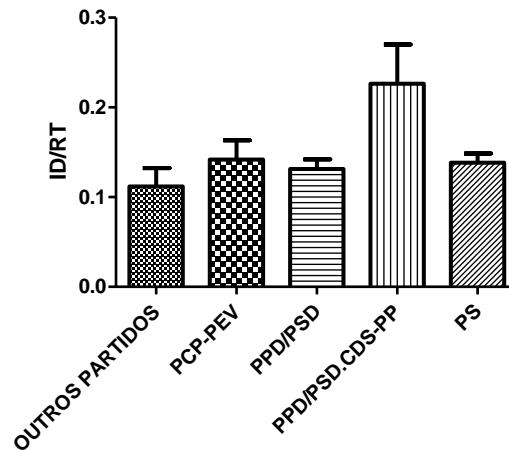
Gráfico A.126 - Indicador ID/RT nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,0193
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.127 - Indicador ID/RT por partido político municipal em 2003



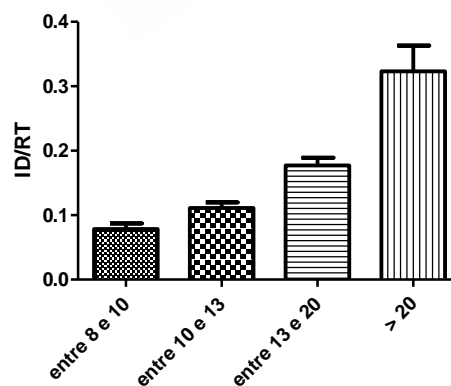
Kruskal-Wallis test	
P value	0,3622
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	-13,18	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	1,817	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	-37,84	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	-10,45	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	15,00	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	-24,66	No	ns
PCP-PEV vs PS	2,731	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	-39,66	No	ns
PPD/PSD vs PS	-12,26	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	27,39	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.128 - Indicador ID/RT por PIB em 2003



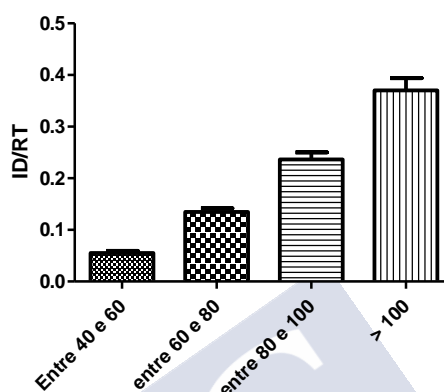
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	-25,57	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	-71,40	Yes	***
entre 8 e 10 vs > 20	-139,4	Yes	***
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-45,83	Yes	***
entre 10 e 13 vs > 20	-113,8	Yes	***
entre 13 e 20 vs > 20	-68,00	Yes	*

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.129 - Indicador ID/RT por poder de compra em 2003



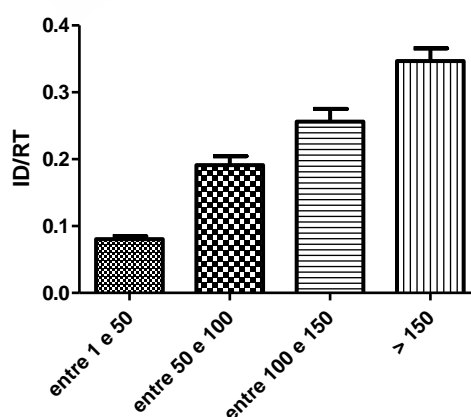
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	-82,31	Yes	***
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	-145,7	Yes	***
Entre 40 e 60 vs > 100	-181,2	Yes	***
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	-63,38	Yes	***
entre 60 e 80 vs > 100	-98,91	Yes	***
entre 80 e 100 vs > 100	-35,53	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.130 - Indicador ID/RT por sociedades constituídas



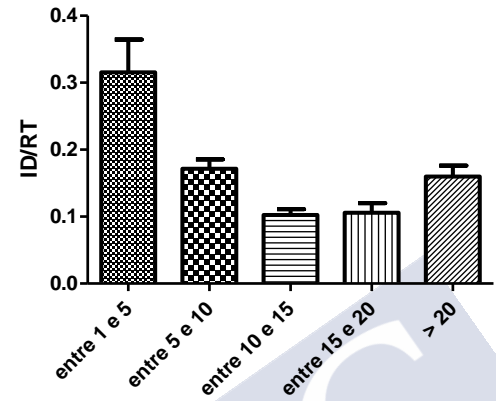
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	-93,73	Yes	***
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	-125,6	Yes	***
entre 1 e 50 vs > 150	-150,6	Yes	***
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-31,85	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	-56,89	Yes	*
entre 100 e 150 vs > 150	-25,03	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.131 - Indicador ID/RT por sociedades da indústria transformadora em 2003



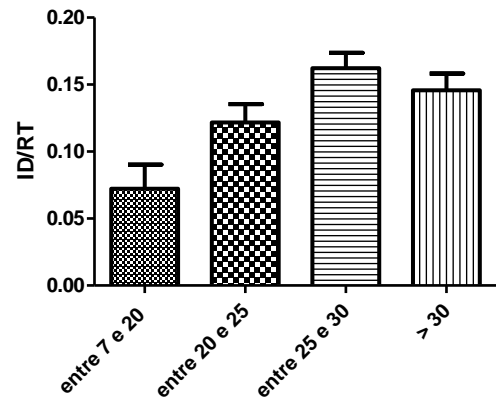
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	56,47	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	101,1	Yes	***
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	105,6	Yes	***
entre 1 e 5 vs > 20	57,81	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	44,62	Yes	**
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	49,12	Yes	**
entre 5 e 10 vs > 20	1,336	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	4,499	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	-43,28	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-47,78	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.132 - Indicador ID/RT por sociedades no comércio em 2003



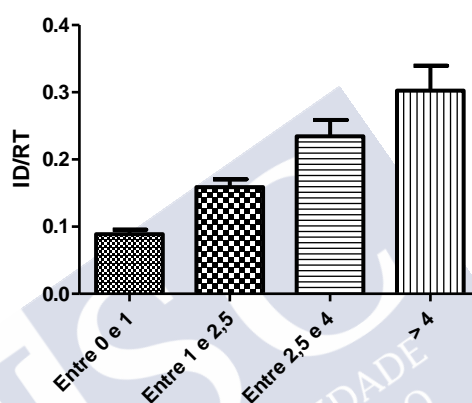
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	-43,16	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	-74,55	Yes	***
entre 7 e 20 vs > 30	-74,91	Yes	***
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-31,39	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	-31,75	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	-0,3576	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.133 - Indicador ID/RT por número de médicos em 2003



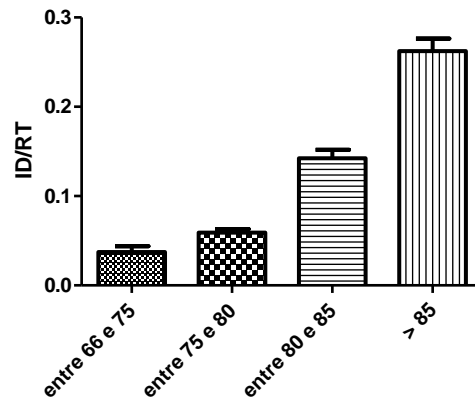
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	-49,59	Yes	***
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	-103,0	Yes	***
Entre 0 e 1 vs > 4	-122,1	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-53,41	Yes	*
Entre 1 e 2,5 vs > 4	-72,48	Yes	**
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-19,07	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no *software GraphPad prism*

Gráfico A.134 - Indicador ID/RT por população alfabetizada em 2003



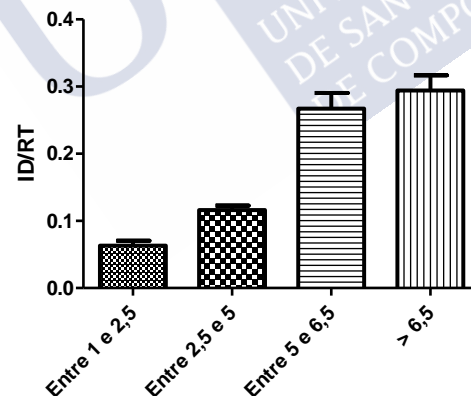
Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	-34,64	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	-107,4	Yes	***
entre 66 e 75 vs > 85	-176,8	Yes	***
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	-72,79	Yes	***
entre 75 e 80 vs > 85	-142,2	Yes	***
entre 80 e 85 vs > 85	-69,39	Yes	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.135 - Indicador ID/RT por população com o ensino superior completo em 2003



Kruskal-Wallis test	
P value	P<0.0001
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	***

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

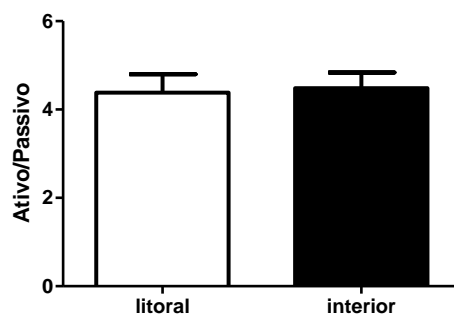
Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	-55,02	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	-144,5	Yes	***
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	-152,1	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	-89,52	Yes	***
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	-97,11	Yes	***
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	-7,595	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

2 INDICADORES FINANCEIROS

2.1 INDICADOR ATIVO/PASSIVO (A/P)

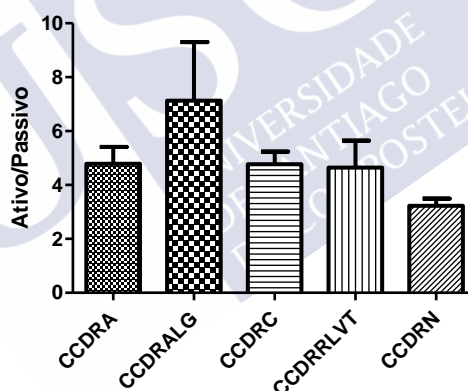
Gráfico A.136 - indicador A/P nos municípios do litoral versus interior em 2003 - sem outlier



Mann Whitney test	
P value	0,8872
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.137 - Indicador A/P por CCDR (NUTS II) em 2003 - sem outlier



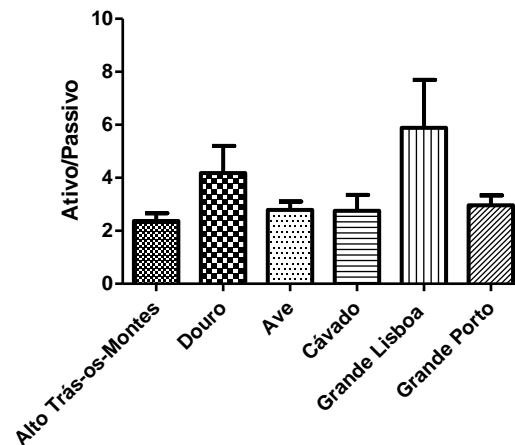
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2079
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-2,679	No	ns
CCDRA vs CCDRC	2,416	No	ns
CCDRA vs CCDRRLVT	-6,331	No	ns
CCDRA vs CCDRN	24,92	No	ns
CCDRALG vs CCDRC	5,094	No	ns
CCDRALG vs CCDRRLVT	-3,653	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	27,59	No	ns
CCDRC vs CCDRRLVT	-8,747	No	ns
CCDRC vs CCDRN	22,50	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	31,25	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.138 - Indicador A/P por NUTS III em 2003 - sem outliers



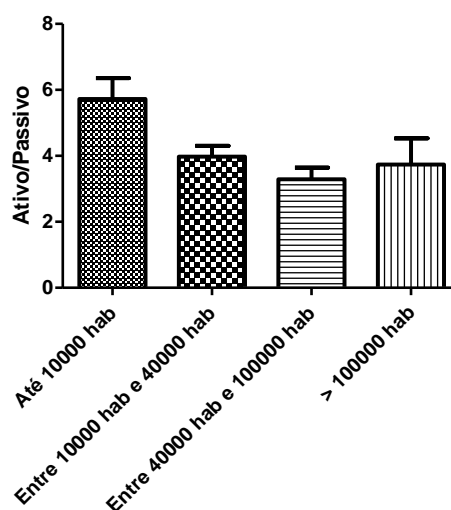
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2890
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-7,032	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	-7,385	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	-5,385	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-18,94	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-8,496	No	ns
Douro vs Ave	-0,3529	No	ns
Douro vs Cávado	1,647	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	-11,91	No	ns
Douro vs Grande Porto	-1,464	No	ns
Ave vs Cávado	2,000	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-11,56	No	ns
Ave vs Grande Porto	-1,111	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	-13,56	No	ns
Cávado vs Grande Porto	-3,111	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	10,44	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.139 - Indicador A/P por população em 2003 - sem outliers



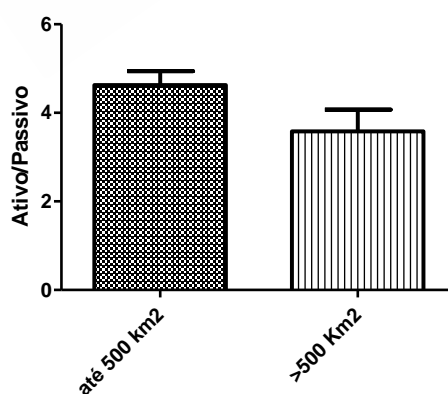
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1130
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	18,22	No	ns
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	31,44	No	ns
Até 10000 hab vs > 100000 hab	25,68	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	13,22	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	7,459	No	ns
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-5,761	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

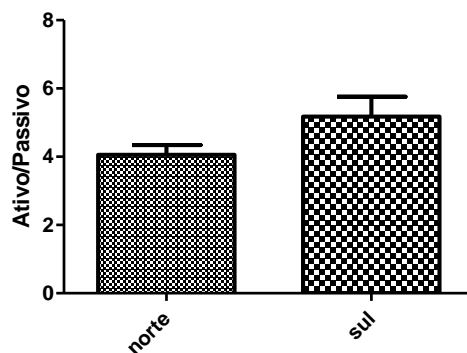
Gráfico A. 140 - Indicador A/P por área em 2003 - sem outlier



Mann Whitney test	
P value	0,1282
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

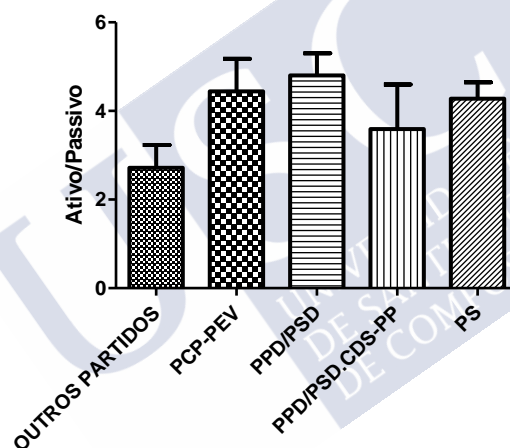
Gráfico A.141 - Indicador A/P nos municípios do norte versus sul em 2003 - sem outlier



Mann Whitney test	
P value	0,1496
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.142 - Indicador A/P por partido político municipal em 2003- sem outlier



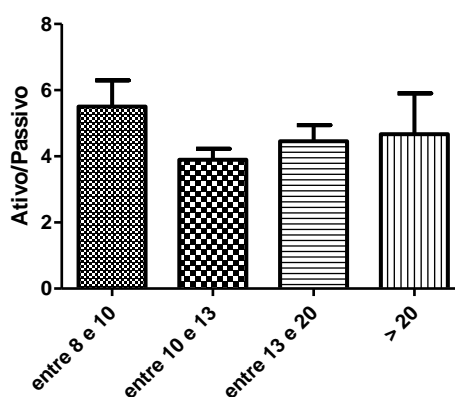
Kruskal-Wallis test	
P value	0,6734
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	-31,81	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	-20,24	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	0,3529	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	-22,62	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	11,58	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	32,17	No	ns
PCP-PEV vs PS	9,196	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	20,59	No	ns
PPD/PSD vs PS	-2,382	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	-22,97	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.143 - Indicador A/P por PIB em 2003 - sem outlier



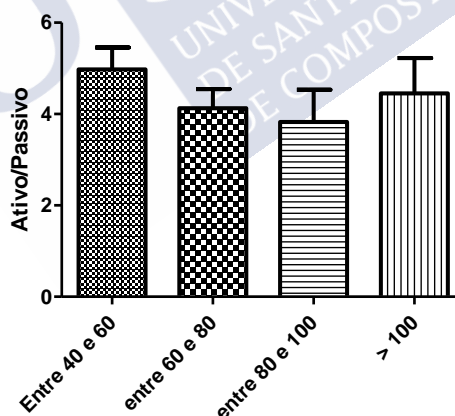
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2803
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	25,19	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	20,04	No	ns
entre 8 e 10 vs > 20	6,455	No	ns
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-5,156	No	ns
entre 10 e 13 vs > 20	-18,74	No	ns
entre 13 e 20 vs > 20	-13,58	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.144 - Indicador A/P por poder de compra em 2003- sem outliers



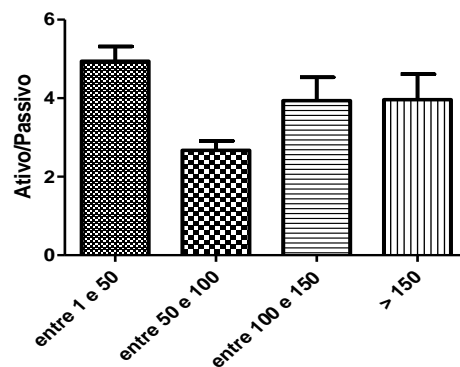
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2070
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	15,03	No	ns
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	27,22	No	ns
Entre 40 e 60 vs > 100	-1,362	No	ns
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	12,19	No	ns
entre 60 e 80 vs > 100	-16,40	No	ns
entre 80 e 100 vs > 100	-28,59	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.145 - Indicador A/P por sociedades constituídas em 2003 - sem outliers



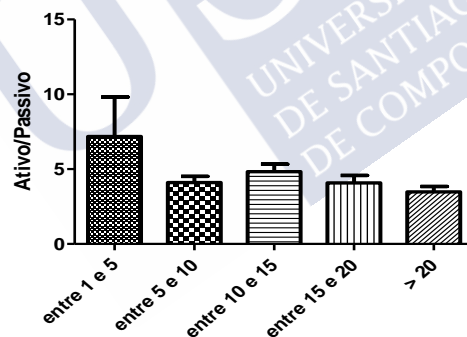
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0715
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	36,74	No	ns
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	4,878	No	ns
entre 1 e 50 vs > 150	12,95	No	ns
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-31,86	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	-23,79	No	ns
entre 100 e 150 vs > 150	8,074	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.146 - Indicador A/P por sociedades da indústria transformadora em 2003 - sem outlier



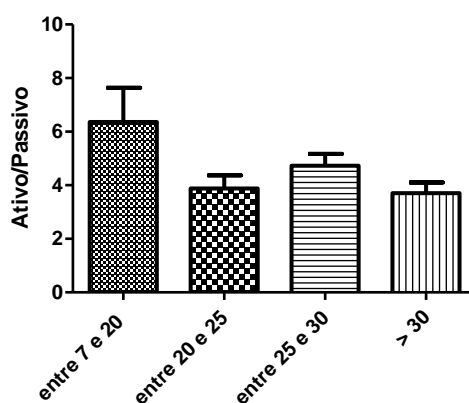
Kruskal-Wallis test	
P value	0,9832
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	5,551	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	-1,513	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	3,604	No	ns
entre 1 e 5 vs > 20	2,853	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	-7,064	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	-1,948	No	ns
entre 5 e 10 vs > 20	-2,699	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	5,116	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	4,365	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-0,7509	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.147 - Indicador A/P por sociedades no comércio em 2003 - sem outlier



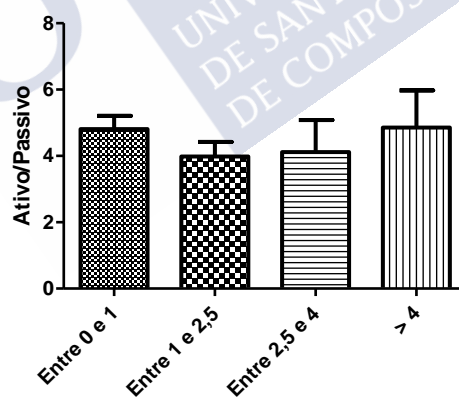
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0688
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	41,90	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	25,38	No	ns
entre 7 e 20 vs > 30	42,87	No	ns
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-16,52	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	0,9715	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	17,49	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.148 - Indicador A/P por número de médicos em 2003- sem outliers



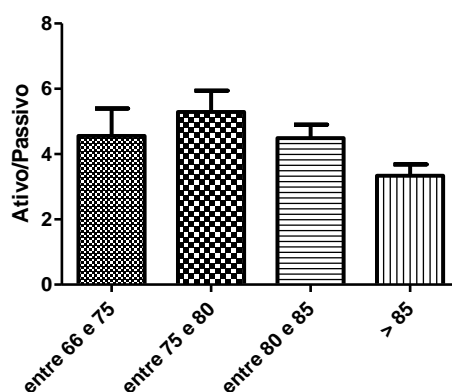
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1962
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	20,61	No	ns
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	20,37	No	ns
Entre 0 e 1 vs > 4	-0,2974	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-0,2310	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	-20,90	No	ns
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-20,67	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.149 - Indicador A/P por população alfabetizada em 2003 - sem outlier

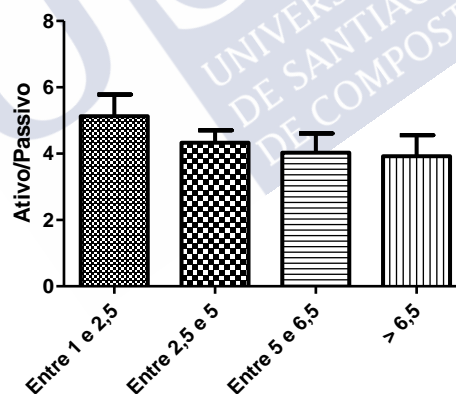


Kruskal-Wallis test	
P value	0,1531
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	7,097	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	12,78	No	ns
entre 66 e 75 vs > 85	33,04	No	ns
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	5,681	No	ns
entre 75 e 80 vs > 85	25,94	No	ns
entre 80 e 85 vs > 85	20,26	No	ns

Gráfico A.150 - indicador A/P por população com o ensino superior completo em 2003- sem outliers



Kruskal-Wallis test	
P value	0,3433
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

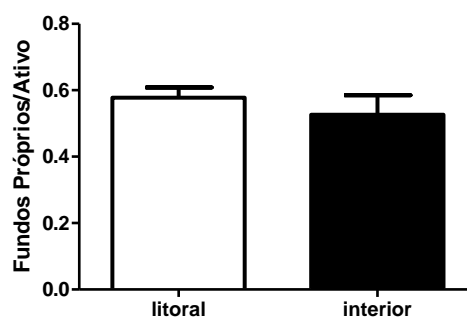
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	19,83	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	11,04	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	23,61	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	-8,789	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	3,780	No	ns
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	12,57	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

2.2 INDICADOR FUNDOS PRÓPRIOS/ATIVO TOTAL (FP/A)

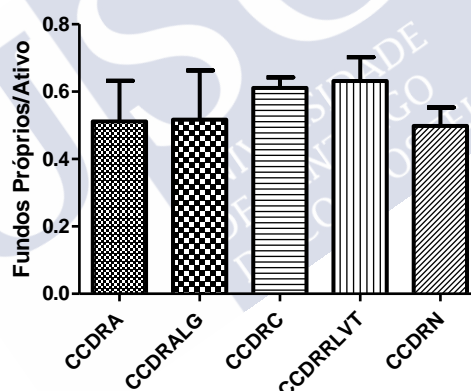
Gráfico A.151 - Indicador FP/A nos municípios do litoral versus interior em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,8155
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.152 - Indicador FP/A por CCDR (NUTS II) em 2003



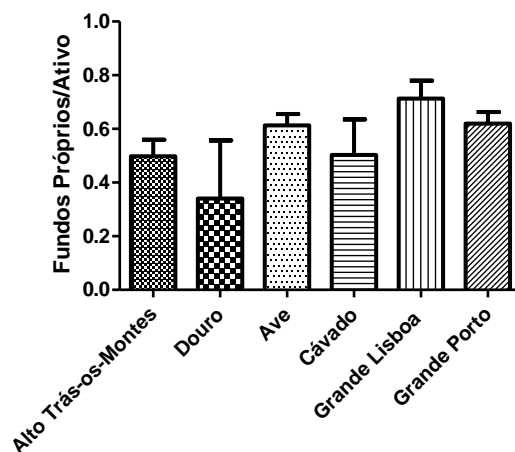
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2761
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-2,732	No	ns
CCDRA vs CCDRC	2,279	No	ns
CCDRA vs CCDRRLVT	-6,385	No	ns
CCDRA vs CCDRN	23,11	No	ns
CCDRALG vs CCDRC	5,012	No	ns
CCDRALG vs CCDRRLVT	-3,653	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	25,84	No	ns
CCDRC vs CCDRRLVT	-8,664	No	ns
CCDRC vs CCDRN	20,83	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	29,49	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.153 - Indicador FP/A por NUTS III em 2003



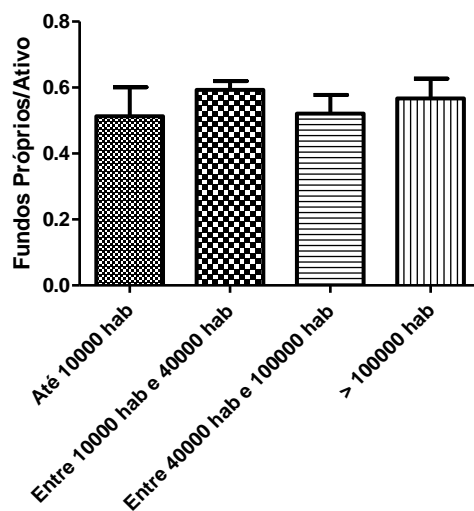
Kruskal-Wallis test	
P value	0,3026
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-8,774	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	-7,385	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	-5,385	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-18,94	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-8,496	No	ns
Douro vs Ave	1,389	No	ns
Douro vs Cávado	3,389	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	-10,17	No	ns
Douro vs Grande Porto	0,2778	No	ns
Ave vs Cávado	2,000	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-11,56	No	ns
Ave vs Grande Porto	-1,111	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	-13,56	No	ns
Cávado vs Grande Porto	-3,111	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	10,44	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.154 - Indicador FP/A por população em 2003



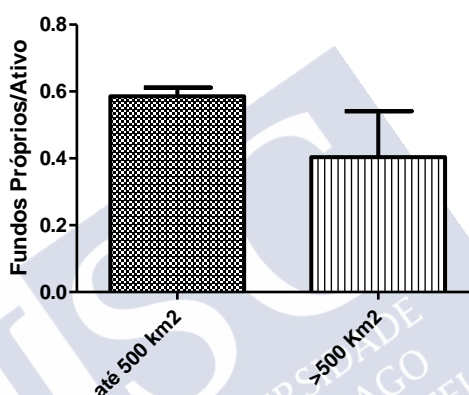
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0893
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	19,48	No	ns
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	32,71	No	ns
Até 10000 hab vs > 100000 hab	26,53	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	13,22	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	7,050	No	ns
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-6,175	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

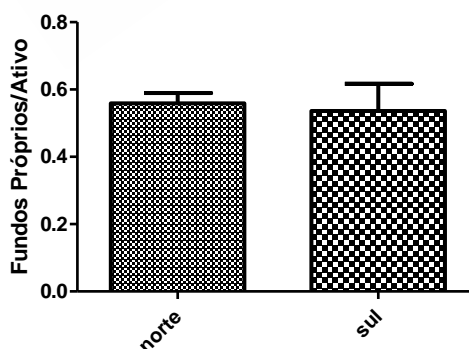
Gráfico A.155 - Indicador FP/A por área em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,1212
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

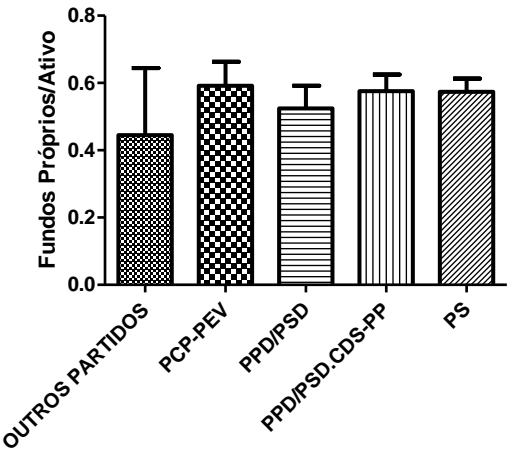
Gráfico A.156 - Indicador FP/A nos municípios do norte versus sul em 2003



Mann Whitney test	
P value	0,1754
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.157 - Indicador FP/A por partido político municipal em 2003



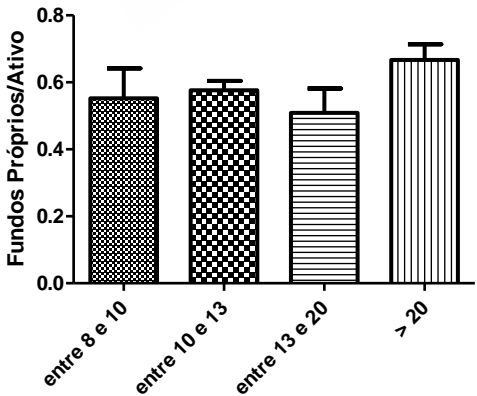
Kruskal-Wallis test	
P value	0,6755
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	-31,78	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	-21,46	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	0,4118	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	-22,59	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	10,32	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	32,19	No	ns
PCP-PEV vs PS	9,187	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	21,87	No	ns
PPD/PSD vs PS	-1,130	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	-23,00	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.158 - Indicador FP/A por PIB em 2003



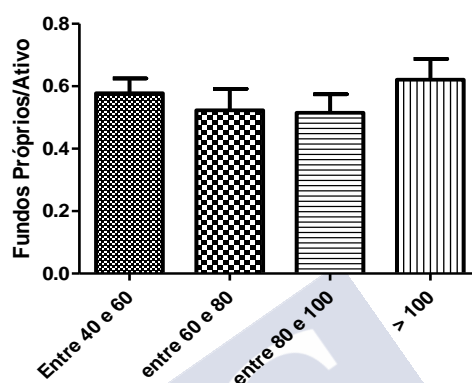
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2065
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	27,60	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	22,33	No	ns
entre 8 e 10 vs > 20	8,816	No	ns
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-5,272	No	ns
entre 10 e 13 vs > 20	-18,78	No	ns
entre 13 e 20 vs > 20	-13,51	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.159 - indicador FP/A por poder de compra em 2003



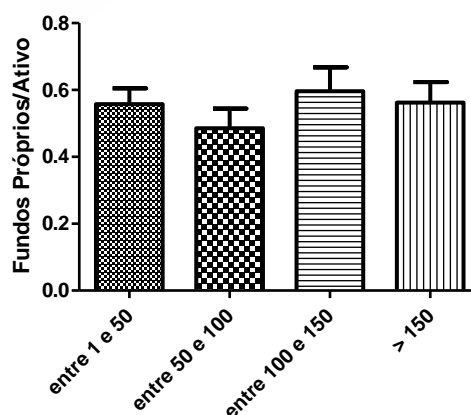
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1803
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	16,24	No	ns
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	28,17	No	ns
Entre 40 e 60 vs > 100	-0,1875	No	ns
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	11,93	No	ns
entre 60 e 80 vs > 100	-16,43	No	ns
entre 80 e 100 vs > 100	-28,36	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.160 - Indicador FP/A por sociedades constituídas em 2003



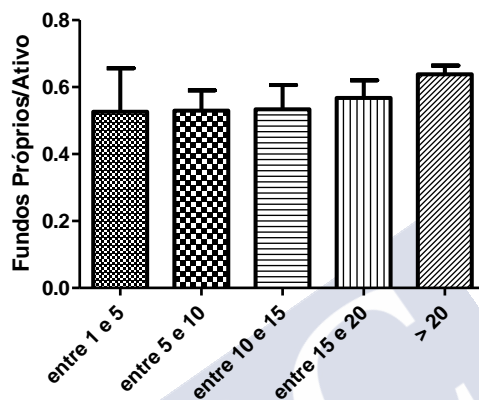
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0647
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	37,44	Yes	*
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	5,548	No	ns
entre 1 e 50 vs > 150	13,35	No	ns
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-31,89	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	-24,09	No	ns
entre 100 e 150 vs > 150	7,801	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.161 - Indicador FP/A por sociedades da indústria transformadora em 2003



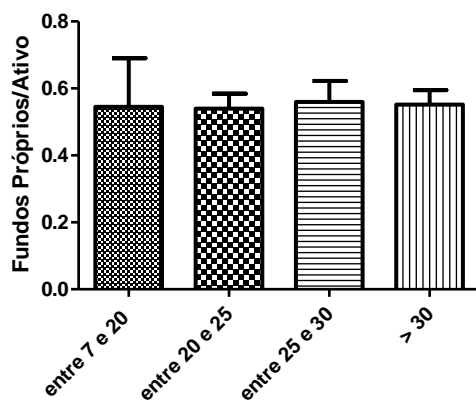
Kruskal-Wallis test	
P value	0,9926
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	3,830	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	-1,472	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	3,452	No	ns
entre 1 e 5 vs > 20	2,853	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	-5,301	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	-0,3781	No	ns
entre 5 e 10 vs > 20	-0,9769	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	4,923	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	4,324	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-0,5988	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.162 - Indicador FP/A por sociedades no comércio em 2003



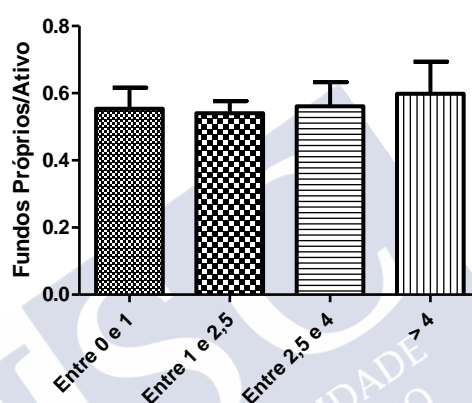
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0620
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	41,90	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	24,13	No	ns
entre 7 e 20 vs > 30	42,80	No	ns
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-17,77	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	0,9015	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	18,67	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.163 - indicador FP/A por número de médicos em 2003



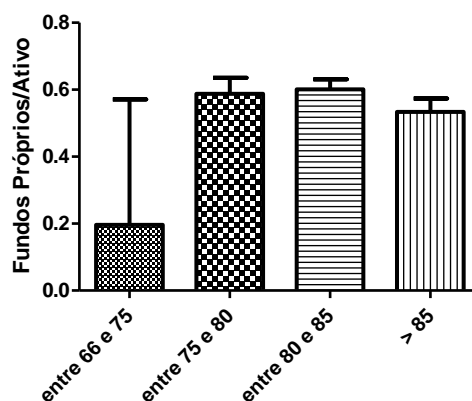
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1687
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	21,60	No	ns
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	20,90	No	ns
Entre 0 e 1 vs > 4	0,6611	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-0,6969	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	-20,94	No	ns
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-20,24	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.164 - Indicador FP/A por população alfabetizada em 2003



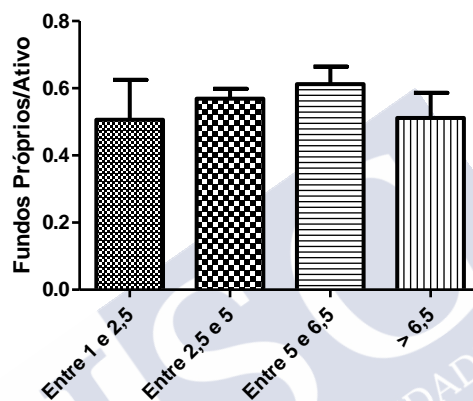
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1362
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad pris*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	5,505	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	12,75	No	ns
entre 66 e 75 vs > 85	32,87	No	ns
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	7,250	No	ns
entre 75 e 80 vs > 85	27,37	No	ns
entre 80 e 85 vs > 85	20,12	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.165- Indicador FP/A por população com o ensino superior completo em 2003



Kruskal-Wallis test	
P value	0,0157
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	*

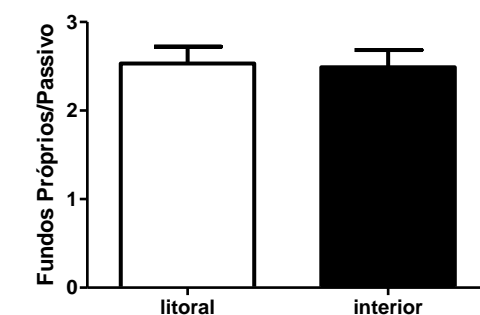
Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	-38,52	Yes	**
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	-28,62	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	-28,42	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	9,895	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	10,09	No	ns
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	0,1961	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

2.3 INDICADOR FUNDOS PRÓPRIOS/PASSIVO (FP/P)

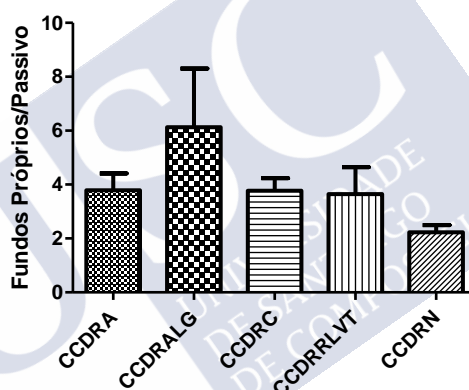
Gráfico A.166 – Indicador FP/P nos municípios litoral *versus* interior em 2003 - sem outlier



Mann Whitney test	
P value	0,8958
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.167 - Indicador FP/P por CCDR (NUTS II) em 2003 - sem outlier



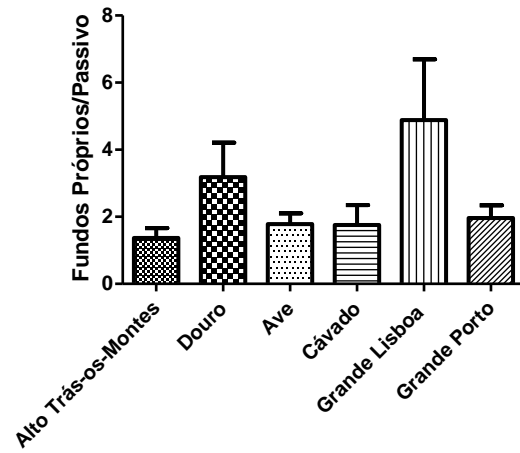
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2053
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
CCDRA vs CCDRALG	-2,732	No	ns
CCDRA vs CCDRC	2,279	No	ns
CCDRA vs CCDRRLVT	-6,385	No	ns
CCDRA vs CCDRN	24,92	No	ns
CCDRALG vs CCDRC	5,012	No	ns
CCDRALG vs CCDRRLVT	-3,653	No	ns
CCDRALG vs CCDRN	27,66	No	ns
CCDRC vs CCDRRLVT	-8,664	No	ns
CCDRC vs CCDRN	22,64	No	ns
CCDRRLVT vs CCDRN	31,31	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.168 - Indicador FP/P por NUTS III em 2003 - sem outliers



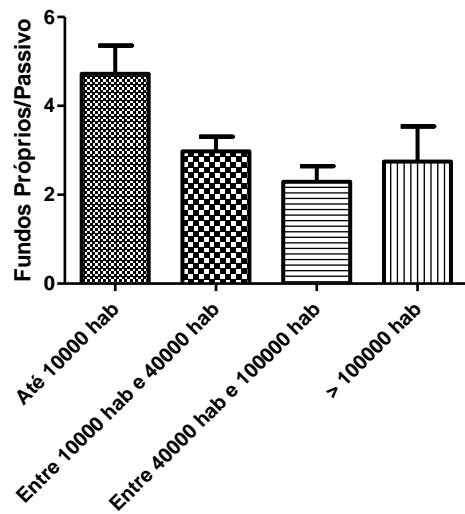
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2890
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Alto Trás-os-Montes vs Douro	-7,032	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Ave	-7,385	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Cávado	-5,385	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Lisboa	-18,94	No	ns
Alto Trás-os-Montes vs Grande Porto	-8,496	No	ns
Douro vs Ave	-0,3529	No	ns
Douro vs Cávado	1,647	No	ns
Douro vs Grande Lisboa	-11,91	No	ns
Douro vs Grande Porto	-1,464	No	ns
Ave vs Cávado	2,000	No	ns
Ave vs Grande Lisboa	-11,56	No	ns
Ave vs Grande Porto	-1,111	No	ns
Cávado vs Grande Lisboa	-13,56	No	ns
Cávado vs Grande Porto	-3,111	No	ns
Grande Lisboa vs Grande Porto	10,44	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.169 - Indicador FP/P por população em 2003 - sem outlier



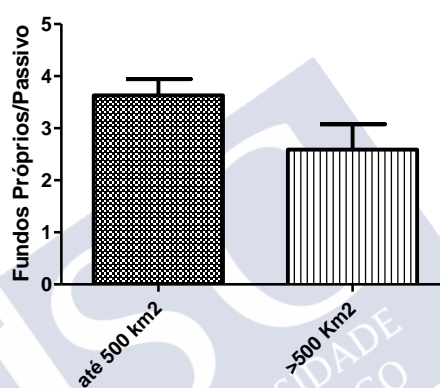
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1157
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Até 10000 hab vs Entre 10000 hab e 40000 hab	18,17	No	ns
Até 10000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	31,40	No	ns
Até 10000 hab vs > 100000 hab	25,22	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs Entre 40000 hab e 100000 hab	13,22	No	ns
Entre 10000 hab e 40000 hab vs > 100000 hab	7,050	No	ns
Entre 40000 hab e 100000 hab vs > 100000 hab	-6,175	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

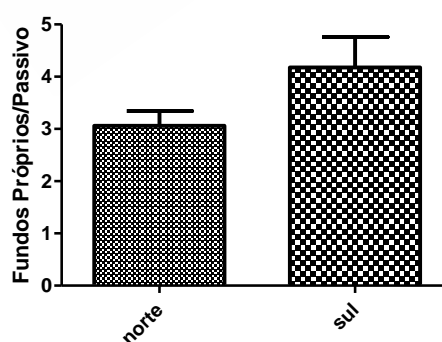
Gráfico A.170 - Indicador FP/P por área em 2003 - sem outlier



Mann Whitney test	
P value	0,1323
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

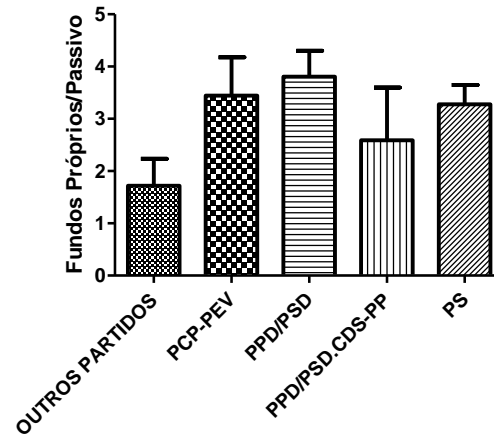
Gráfico A.171 - Indicador FP/P nos municípios do norte versus sul em 2003 - sem outlier



Mann Whitney test	
P value	0,1510
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.172 - Indicador FP/P por partido político municipal em 2003 - sem outlier



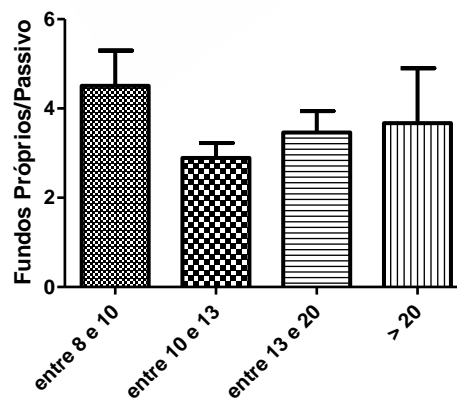
Kruskal-Wallis test	
P value	0,6733
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
OUTROS PARTIDOS vs PCP-PEV	-31,78	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD	-20,28	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PPD/PSD.CDS-PP	0,4118	No	ns
OUTROS PARTIDOS vs PS	-22,59	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD	11,50	No	ns
PCP-PEV vs PPD/PSD.CDS-PP	32,19	No	ns
PCP-PEV vs PS	9,187	No	ns
PPD/PSD vs PPD/PSD.CDS-PP	20,69	No	ns
PPD/PSD vs PS	-2,310	No	ns
PPD/PSD.CDS-PP vs PS	-23,00	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Gráfico A.173 - Indicador FP/P por PIB em 2003 - sem outlier



Kruskal-Wallis test	
P value	0,2808
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

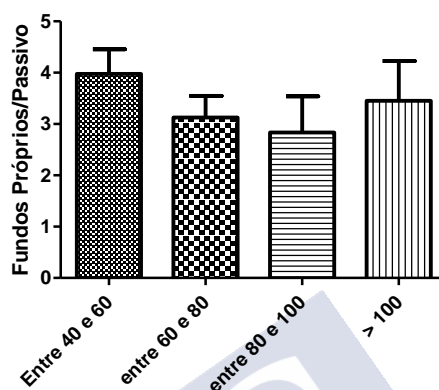
Fonte: elaborado pelo próprio no software GraphPad prism

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
---------------------------------	------------------------	------------------------	---------

entre 8 e 10 vs entre 10 e 13	25,20	No	ns
entre 8 e 10 vs entre 13 e 20	19,92	No	ns
entre 8 e 10 vs > 20	6,414	No	ns
entre 10 e 13 vs entre 13 e 20	-5,272	No	ns
entre 10 e 13 vs > 20	-18,78	No	ns
entre 13 e 20 vs > 20	-13,51	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.174 - Indicador FP/P por poder de compra em 2003 - sem outlier



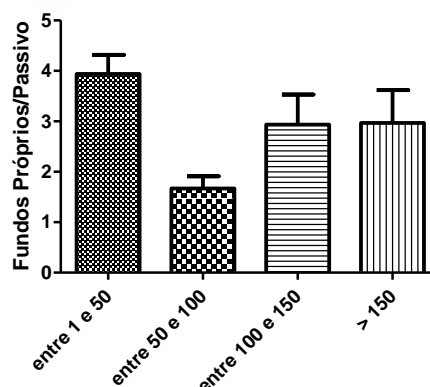
Kruskal-Wallis test	
P value	0,2128
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 40 e 60 vs entre 60 e 80	15,00	No	ns
Entre 40 e 60 vs entre 80 e 100	26,94	No	ns
Entre 40 e 60 vs > 100	-1,421	No	ns
entre 60 e 80 vs entre 80 e 100	11,93	No	ns
entre 60 e 80 vs > 100	-16,43	No	ns
entre 80 e 100 vs > 100	-28,36	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.175 - Indicador FP/P por sociedades constituídas em 2003 - sem outlier



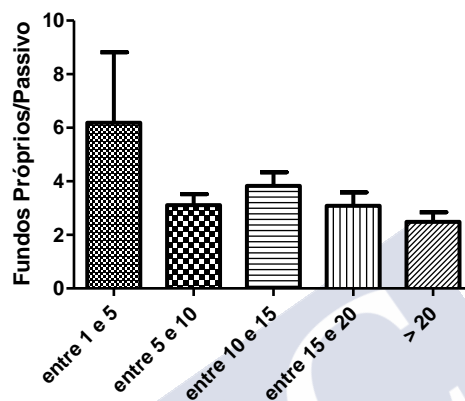
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0723
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 50 vs entre 50 e 100	36,72	No	ns
entre 1 e 50 vs entre 100 e 150	4,833	No	ns
entre 1 e 50 vs > 150	12,63	No	ns
entre 50 e 100 vs entre 100 e 150	-31,89	No	ns
entre 50 e 100 vs > 150	-24,09	No	ns
entre 100 e 150 vs > 150	7,801	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.176 - Indicador FP/P por sociedades da indústria transformadora em 2003 - sem outlier



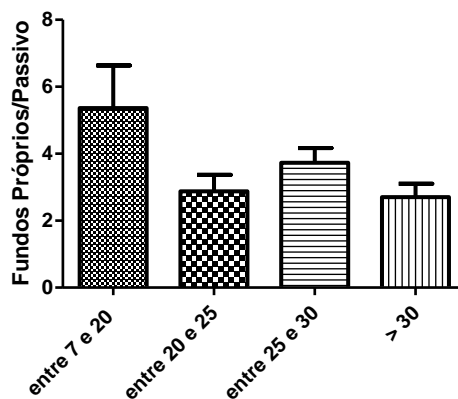
Kruskal-Wallis test	
P value	0,9835
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 1 e 5 vs entre 5 e 10	5,590	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 10 e 15	-1,472	No	ns
entre 1 e 5 vs entre 15 e 20	3,452	No	ns
entre 1 e 5 vs > 20	2,853	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 10 e 15	-7,061	No	ns
entre 5 e 10 vs entre 15 e 20	-2,138	No	ns
entre 5 e 10 vs > 20	-2,737	No	ns
entre 10 e 15 vs entre 15 e 20	4,923	No	ns
entre 10 e 15 vs > 20	4,324	No	ns
entre 15 e 20 vs > 20	-0,5988	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.177 - Indicador FP/P por sociedades no comércio em 2003 - sem outlier



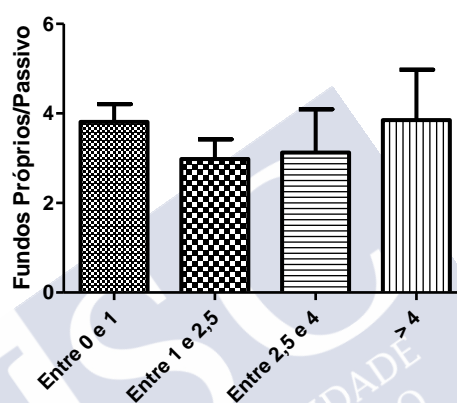
Kruskal-Wallis test	
P value	0,0681
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 7 e 20 vs entre 20 e 25	41,90	No	ns
entre 7 e 20 vs entre 25 e 30	25,22	No	ns
entre 7 e 20 vs > 30	42,80	No	ns
entre 20 e 25 vs entre 25 e 30	-16,68	No	ns
entre 20 e 25 vs > 30	0,9015	No	ns
entre 25 e 30 vs > 30	17,58	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A. 178 - Indicador FP/P por número de médicos em 2003 - sem outlier



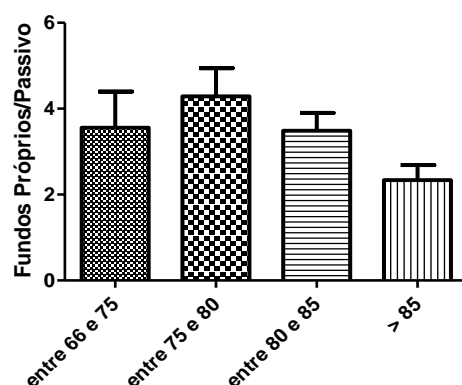
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1989
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 0 e 1 vs Entre 1 e 2,5	20,60	No	ns
Entre 0 e 1 vs Entre 2,5 e 4	19,91	No	ns
Entre 0 e 1 vs > 4	-0,3374	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 4	-0,6969	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 4	-20,94	No	ns
Entre 2,5 e 4 vs > 4	-20,24	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.179 - Indicador FP/P por população alfabetizada em 2003 - sem outlier



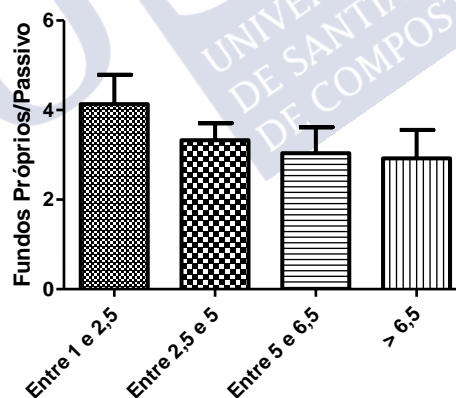
Kruskal-Wallis test	
P value	0,1574
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
entre 66 e 75 vs entre 75 e 80	7,095	No	ns
entre 66 e 75 vs entre 80 e 85	12,75	No	ns
entre 66 e 75 vs > 85	32,87	No	ns
entre 75 e 80 vs entre 80 e 85	5,659	No	ns
entre 75 e 80 vs > 85	25,78	No	ns
entre 80 e 85 vs > 85	20,12	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Gráfico A.180 - Indicador FP/P por população com o ensino superior completo em 2003 - sem outlier



Kruskal-Wallis test	
P value	0,3424
Exact or approximate P value?	Gaussian Approximation
P value summary	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*

Dunn's Multiple Comparison Test	Difference in rank sum	Significant? P < 0.05?	Summary
Entre 1 e 2,5 vs Entre 2,5 e 5	19,82	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs Entre 5 e 6,5	10,66	No	ns
Entre 1 e 2,5 vs > 6,5	23,56	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs Entre 5 e 6,5	-9,163	No	ns
Entre 2,5 e 5 vs > 6,5	3,739	No	ns
Entre 5 e 6,5 vs > 6,5	12,90	No	ns

Fonte: elaborado pelo próprio no software *GraphPad prism*